NEWTON OLLER DE MELLO

**OS DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS NO BRASIL E NA
AMÉRICA LATINA E SEUS IMPACTOS NA AUTOMAÇÃO DE
PROCESSOS E NO INTERCÂMBIO ELETRÔNICO DE
INFORMAÇÕES NA CADEIA LOGÍSTICA**

SÃO PAULO
2014

NEWTON OLLER DE MELLO

**OS DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS NO BRASIL E NA
AMÉRICA LATINA E SEUS IMPACTOS NA AUTOMAÇÃO DE
PROCESSOS E NO INTERCÂMBIO ELETRÔNICO DE
INFORMAÇÕES NA CADEIA LOGÍSTICA**

Tese apresentada para a obtenção do título de
Doutor em Engenharia Elétrica pela Escola
Politécnica da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Mario Dias.

SÃO PAULO
2014

Este exemplar foi revisado e corrigido em relação à versão original, sob responsabilidade única do autor e com a anuência de seu orientador.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2014.

Assinatura do autor _____

Assinatura do orientador _____

FICHA CATALOGRÁFICA

Mello, Newton Oller de

**Os documentos fiscais eletrônicos no Brasil e na América Latina e seus impactos na automação de processos e no intercâmbio eletrônico de informações na cadeia logística / N.O. de Mello. -- versão corr. -- São Paulo, 2014.
580 p.**

Tese (Doutorado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas.

**1.Documentos fiscais eletrônicos 2.Nota fiscal eletrônica
3.Fatura eletrônica 4.Cadeia logística I.Universidade de São Paulo. Escola Politécnica. Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas II.t.**

Dedico este trabalho à minha Amada Família.

Aos meus filhos, **Victor Nuno** e **Sophia Liz**, fontes eternas de inspiração e energia, que já encontraram um mundo melhor, com a Nota Fiscal Eletrônica;

A minha esposa **Carla**, pela sua paciência e compreensão;

A minha Mãe **Nuria**, pelo seu apoio e amor incondicional;

A minha irmã **Glaucia**, exemplo de bondade e dignidade;

A minha irmã **Sandra** (in memorium) que, com sua coragem e amor pela vida, me ajudou a crescer como ser humano.

AGRADECIMENTOS

Ao amigo Prof. Dr. Eduardo Mário Dias pela orientação, confiança e apoio, que foram indispensáveis à realização deste trabalho.

Aos amigos do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários – ENCAT, onde se pratica, de fato, a cooperação fiscal e se constrói um Brasil melhor.

Aos amigos do Centro Interamericano de Administrações Tributárias – CIAT, que muito tem colaborado para o avanço da fatura eletrônica na América Latina.

A todos os colegas e amigos do Fisco Brasileiro e Latino-Americano e demais entrevistados das empresas que dispenderam seu precioso tempo para compartilhar as suas experiências nos projetos de documentos fiscais eletrônicos de seus países, sem os quais este trabalho não seria possível.

A Deus, por me dar a oportunidade de viver, de conhecer tantos seres humanos especiais e de ter experiências que me fizeram e fazem aprender, evoluir e cada vez mais ser feliz.

“La mayoría de las personas no llegamos a ser lo que podríamos ser. Porque el desarrollo no es ser tanto o mejor que los otros, sino todo lo que uno pueda llegar a ser. Casi nadie, yo el primero, llega a todo lo que pueda ser. Todavía soy aprendiz de mí mismo.”

José Luis Sampedro – Escritor e Humanista Espanhol

RESUMO

Com os avanços da tecnologia da informação e a consolidação do uso da Internet como meio de comunicação e de troca de informações entre empresas, as Administrações Tributárias viram-se obrigadas a se modernizar e a evoluir as suas formas de controle até então existentes. Este movimento, de busca de modernização das Administrações Tributárias latino americanas, baseado no uso da tecnologia da informação, especialmente na última década, levou a que vários países investissem em novas formas de emissão de documentos fiscais, passando a adotar algum modelo de documento fiscal eletrônico, buscando um melhor controle fiscal, alavancar a capacidade de atuação do Fisco, ao mesmo tempo proporcionando redução de custos às empresas para o cumprimento das obrigações fiscais, e favorecendo a integração logística das cadeias. Hoje a América Latina é referência mundial no tema de faturação eletrônica, tanto em quantidade de empresas emissoras, quanto em volume de documentos emitidos. Todavia, apesar da importância do tema, não existiam, até então, estudos acadêmicos que comparassem os diversos modelos de fatura eletrônica implantados na América Latina. Neste contexto, com o presente trabalho, conduzido por meio da realização de uma pesquisa de natureza exploratória, com uso da técnica de estudo de casos múltiplos, buscamos contribuir na redução desta lacuna de conhecimento. Foram analisados e comparados os modelos de fatura eletrônica de 10 países latino americanos (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Peru e Uruguai) visando identificar pontos de convergência entre os modelos, melhores práticas e os fatores críticos de sucesso. Como resultados, apesar de haverem diferenças entre os modelos, foi identificada uma forte convergência técnica, com a adoção de padrões comuns, como arquivos eletrônicos XML, existência de uma representação impressa, uso da assinatura digital para a garantia de autenticidade e autoria do documento eletrônico, e o uso de tecnologia web service de comunicação. Foram também identificados 5 fatores críticos de sucesso na implantação de projetos de fatura eletrônica: apoio da alta administração; a motivação da equipe de projeto; participação das empresas no projeto; mudanças mínimas em relação ao modelo em papel; e investimento de tempo na etapa de concepção do modelo.

Palavras-chave: Documentos Fiscais Eletrônicos, Fatura Eletrônica, América Latina, Modernização Tributária

ABSTRACT

Advances in information technology and with the consolidation of the Internet as a medium of communication and information exchange between companies, have forced the tax administrations of the countries to modernize and evolve the ways of tax collection control that existed before. In Latin America, especially in the last decade, several countries have recently changed the form of issuing tax documents and began to adopt some type of electronic document, seeking a better fiscal control and to leverage the audit capacity of the Tax Authority, while providing cost savings to companies for tax compliance, and promoting the integration of logistics chains. Latin America is nowadays a world reference in electronic invoicing, not only because the number of issuers but also by the huge quantity of documents issued. However, despite the importance of the theme, do not exist, until now, academic studies that compare the different models of electronic invoice deployed in Latin America. In this context, with this work, conducted as an exploratory research, using the technique of multiple case study, we sought help in reducing this knowledge gap. So we analyzed and compared the models of electronic invoice of 10 Latin American countries (Argentina, Brazil, Chile, Costa Rica, Colombia, Ecuador, Guatemala, Mexico, Peru and Uruguay) in order to identify points of convergence between the models, best practices and the critical success factors. As a result, although there are differences between the models, we identified a strong technical convergence, with the adoption of common standards, such as XML electronic files, use of a printed representation of the electronic invoice, adoption of digital signatures to ensure authenticity and authorship of the electronic document and the use of web service technology to ensure communication. We also identified five critical success factors in the implementation of projects for electronic invoice: top management support; project team motivation; participation of enterprises in the project; minimal changes in relation to old paper-based model, and time investment in the stage's design of the project.

Keywords: Electronic Tax Documents, Electronic Invoice, Latin America, Tax Modernization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – RESUMO DE ENTREVISTAS REALIZADAS	17
FIGURA 2 - PIRÂMIDE DE CUMPRIMENTO DO DEVER TRIBUTÁRIO	21
FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DE ADOÇÃO DA FATURA ELETRÔNICA NA AMÉRICA LATINA	22
FIGURA 4 - ESTÁGIO DOS PROJETOS DE FATURA ELETRÔNICA NA AMÉRICA LATINA	24
FIGURA 5 - DA FATURA EM PAPEL PARA A FATURA ELETRÔNICA	25
FIGURA 6 - HOME PAGE SII	32
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DE QUANTIDADE DE FATURAS ELETRÔNICAS NO CHILE.....	35
FIGURA 8 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE EMPRESAS EMISSORAS DE FATURA ELETRÔNICA NO CHILE.....	36
FIGURA 9 - GRÁFICO DE PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE APLICAÇÃO EMISSORA FE NO CHILE	36
FIGURA 10 - INGRESSO MENSAL DE EMISSORES NA FATURAÇÃO ELETRÔNICA	37
FIGURA 11 - QUADRO RESUMO DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO PARA SER EMISSOR DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS	38
FIGURA 12 - ESTRUTURA DE LOTE DE TRANSMISSÃO FE.....	41
FIGURA 13 - MODELO OPERACIONAL DA FATURA ELETRÔNICA CHILE	42
FIGURA 14 - EXEMPLO DE REPRESENTAÇÃO DE FATURA ELETRÔNICA	43
FIGURA 15 - PÁGINA PARA PREENCHIMENTO FE PORTAL MIPYME	50
FIGURA 16 - MODELO BOLETA ELETRÔNICA.....	52
FIGURA 17 - EXEMPLO DE REPRESENTAÇÃO IMPRESSA DE BOLETA ELETRÔNICA	53
FIGURA 18 - HOME PAGE FATURA ELETRÔNICA SAT.....	55
FIGURA 19 - EVOLUÇÃO EMISSORES FATURA ELETRÔNICA 2005 A FEVEREIRO/2013	56
FIGURA 20 – VOLUME ANUAL DE EMISSÃO DE FATURA ELETRÔNICA NO PERÍODO 2005 A FEVEREIRO/2013 ..	58
FIGURA 21 – TELA SISTEMA DE SOLICITAÇÃO DE NÚMEROS DE CFD - SICOPI.....	59
FIGURA 22 - COMPARAÇÃO MODELOS CFD X CFDI	60
FIGURA 23 - MODELO OPERATIVO CFDI	61
FIGURA 24 - OPÇÕES DISPONÍVEIS NO APLICATIVO SOLCEDI	63
FIGURA 25 - VALIDAÇÕES NO CFDI EFETUADOS PELO PAC PARA FORNECER O TIMBRE FISCAL DIGITAL ...	66
FIGURA 26 - EXEMPLO REPRESENTAÇÃO IMPRESSA CFDI.....	67
FIGURA 27 - CONSULTA FATURAS ELETRÔNICAS NO PORTAL CONTRIBUINTE	72
FIGURA 28 - PORTAL NACIONAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA.....	75
FIGURA 29 - PROJETOS INTEGRANTES SPED	76
FIGURA 30 - EVOLUÇÃO ACUMULADA NF-E NO BRASIL - VALORES EM BILHÕES.....	78
FIGURA 31 - EVOLUÇÃO MENSAL DA QUANTIDADE DE EMISSORES NF-E	79
FIGURA 32 - CONSULTA PÚBLICA DE VALIDADE DE NF-E NO PORTAL NACIONAL	81
FIGURA 33 - MODELO DE DANFE - DOCUMENTO AUXILIAR DA NF-E.....	82
FIGURA 34 - MODELO OPERACIONAL NF-E	83
FIGURA 35 - CONSULTA PÚBLICA NF-E COM EVENTO ASSOCIADO	86
FIGURA 36 - PÁGINA WEB PARA MANIFESTAÇÃO DO DESTINATÁRIO DA NF-E	88
FIGURA 37 - EXEMPLO DANFE NFCE	93
FIGURA 38 - HOME PAGE FATURA ELETRÔNICA AFIP ARGENTINA	96
FIGURA 39 - CRONOGRAMA OBRIGATORIEDADE DE COMPROVANTES FISCAIS ELETRONICOS NA ARGENTINA	98
FIGURA 40 - EVOLUÇÃO ANUAL DA QUANTIDADE DE EMISSORES FATURA ELETRÔNICA NA ARGENTINA	99
FIGURA 41 - MODELO BÁSICO FATURA ELETRÔNICA ARGENTINA	101
FIGURA 42 - MÉTODOS DE FATURAÇÃO ELETRÔNICA NA ARGENTINA	102
FIGURA 43 - MODELOS DE FATURAÇÃO ELETRÔNICA SEGUNDO ATIVIDADE DO CONTRIBUINTE.....	103
FIGURA 44 - SEQUÊNCIA DE PASSOS APLICATIVO RECE.....	104
FIGURA 45 - TELA FATURADOR EM LINHA	105
FIGURA 46 - TELA FATURADOR PLUS	106
FIGURA 47 - MODELO OPERACIONAL FATURA ELETRÔNICA POR WEB SERVICE	107
FIGURA 48 - MODELO DE REPRESENTAÇÃO IMPRESSA DE FATURA ELETRÔNICA DE MONOTRIBUTISTA	109
FIGURA 49 – TELA DE CONSULTA VALIDADE DE COMPROVANTES FISCAIS ELETRÔNICOS PÁGINA AFIP	110
FIGURA 50 - CRONOGRAMA DE OBRIGATORIEDADE DE FATURA ELETRÔNICA NA GUATEMALA COM BASE NO VOLUME DE DOCUMENTOS FISCAIS EMITIDOS NO ANO ANTERIOR	114
FIGURA 51 - MODELO OPERACIONAL DE FATURA ELETRÔNICA NA GUATEMALA	117
FIGURA 52 - COMPARATIVO FATURA PAPEL E REPRESENTAÇÃO IMPRESSA FATURA ELETRÔNICA	118
FIGURA 53 - EVOLUÇÃO RECIBO DE HONORÁRIOS ELETRÔNICOS	120
FIGURA 54 - EVOLUÇÃO FATURAS ELETRÔNICAS EMITIDAS DESDE O PORTAL SUNAT	121

FIGURA 55 - DIAGRAMA MODELO OPERACIONAL DE EMISSÃO DE FATURA ELETRÔNICA VIA PORTAL SUNAT	122
FIGURA 56 - TELA EMISSÃO FATURA ELETRÔNICA VIA PORTAL PERU	123
FIGURA 57 - DIAGRAMA MODELO OPERACIONAL DE EMISSÃO DE FATURA ELETRÔNICA PELOS SISTEMAS DOS CONTRIBUÍNTES	124
FIGURA 58 - DIAGRAMA MODELO OPERACIONAL DE EMISSÃO DE BOLETA DE VENDA ELETRÔNICA	125
FIGURA 59 - HOME PAGE E-FATURA - URUGUAY	128
FIGURA 60 - PÁGINA EMPRESA DE CORREIOS DO URUGUAY PARA AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL	129
FIGURA 61 - MODELO FATURA ELETRÔNICA URUGUAY	135
FIGURA 62 - MODELOS DE REPRESENTAÇÃO IMPRESSA E-FATURA E E-TICKET	136
FIGURA 63 - PÁGINA DE CONSULTA PÚBLICA CAE	137
FIGURA 64 - TELA DE CONSULTA PÚBLICA DE COMPROVANTE FISCAL ELETRÔNICO EM EMPRESA EMISSORA	138
FIGURA 65 - PÁGINA COMUNICAÇÃO DE CONTINGÊNCIA	139
FIGURA 66 - PÁGINA FATURA ELETRÔNICA SRI	141
FIGURA 67 - CRONOGRAMA OBRIGATORIEDADE FATURA ELETRÔNICA NO EQUADOR	144
FIGURA 68 - MODELO OPERACIONAL FATURA ELETRÔNICA EQUADOR	146
FIGURA 69 - CONSULTA RESTRITA DE COMPROVANTES ELETRÔNICOS DO CONTRIBUINTE	147
FIGURA 70 - EXEMPLO DE TELA DE RESULTADO DE CONSULTA RESTRITA DE COMPROVANTES ELETRÔNICOS	148
FIGURA 71 - COMPOSIÇÃO DA CHAVE DE ACESSO COMPROVANTE ELETRÔNICO	149
FIGURA 72 - COMPOSIÇÃO DA CHAVE DE ACESSO EM CONTINGÊNCIA COMPROVANTE ELETRÔNICO	151
FIGURA 73 - MODELO REPRESENTAÇÃO IMPRESSA DE DOCUMENTO ELETRÔNICO (RIDE)	152
FIGURA 74 - TELA CONSULTA PÚBLICA VALIDADE COMPROVANTE ELETRÔNICO	153
FIGURA 75 - CONSULTA PÚBLICA CONTRIBUÍNTES CREDENCIADOS A EMISSÃO FATURA ELETRÔNICA	154
FIGURA 76 - TELA ENTRADA DE DADOS DA FATURA ELETRÔNICA NO APLICATIVO EMISSOR GRATUITO	155
FIGURA 77 - PORTAL HACIENDA DIGITAL COSTA RICA	159
FIGURA 78 - CONSULTA PÚBLICA EMISSORES, RECEPTORES E PROVEDORES DE FATURA ELETRÔNICA	161
FIGURA 79 - SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS SOBRE FATURA ELETRÔNICA PROMOVIDOS PELO CIAT	190
FIGURA 80 - BLOCOS DO ARQUIVO ELETRÔNICO DA FEI	192
FIGURA 81 - MODELO OPERACIONAL FATURA ELETRÔNICA INTERNACIONAL	194
FIGURA 82 - NOVO MODELO DE FATURA ELETRÔNICA COM O FISCO COMO REPOSITÓRIO CENTRAL	208

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFIP	Administración Federal de Ingresos Públicos da Argentina
AGESIC	Agencia para el Desarrollo del Gobierno de Gestión Eletrônica y la Sociedad de la Información y del Conocimiento
B2B	Business to Business
B2C	Business to Consumer
CAE	Código de Autorização Eletrônico
CAEA	Código de Autorização Eletrônico Antecipado
CAI	Código de Autorização de Impressão
CAPCHA	Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart
CBB	Código de Barras Bidimensional
CFC	Comprovante Fiscal de Contingência
CFD	Comprovante Fiscal Digital
CFDI	Comprovante Fiscal Digital por Internet
CFE	Comprovante Fiscal Eletrônico
CIAT	Centro Interamericano de Administrações Tributárias
CRFM	Código Resumo de Faturação Mensal
CSD	Certificado de Selos Digitais
CT-e	Conhecimento de Transporte de Cargas Eletrônico
DACTE	Documento Auxiliar Do Conhecimento de Transporte Eletrônico
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NFC-e	
DGI	Dirección General Impositiva do Uruguai
DGT	Dirección General de Tributación da Costa Rica
DIAN	Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales da Colômbia
DPEC	Declaração Prévia de Emissão em Contingência
EFACE	Emissor de Fatura Eletrônica
ENCAT	Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais
FCS	Fatores Críticos de Sucesso
FE	Fatura Eletrônica
FEI	Fatura Eletrônica Internacional
FIEL	Firma Eletrônica Avançada
GFACE	Gerador de Fatura Eletrônica
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IVA	Imposto sobre o Valor Agregado
LCO	Lista de Contribuintes Obrigados
MD5	Message Digest 5
MDF-e	Manifesto de Documentos Fiscais Eletrônico
MIPYME	Micro, Pequenas e Medianas Empresas
NFC-e	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica

NIT	Número de Inscrição Tributária
OASIS	Organization for the Advancement of Structured Information Standards
PAC	Provedor Autorizado de Certificação
PKI	Public Key Infrastructure ou Infraestrutura de Chaves Públicas
PMC	Projeto de Melhora de Cumprimento tributário
QR Code	Quick Response Code ou Código de Barras Bidimensional
REPECO	Regime Pequenos Contribuintes
RFC	Registro Federal de Contribuintes
RIDE	Representação Impressa do Documento Eletrônico
RUC	Registro Único do Contribuinte
RUT	Rol Único Tributário
SAT	Servicio de Administración Tributaria do México
SCAN	Sistema de Contingência do Ambiente Nacional
SICOFI	Sistema Integral de Comprovantes Fiscais
SII	Servicio de Impuestos Internos do Governo do Chile
SOLCEDI	Solicitud de Certificado Digital
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SRI	Servicio de Rentas Internas do Equador
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUNAT	Superintendência Nacional de Aduanas e Administração Tributária do Peru
TFD	Timbre Fiscal Digital
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UBL	Universal Business Language
UI	Unidade Indexada
URL	Uniform Resource Locator
UUID	Universally Unique Identifier
WSAA	WebService de Autenticação e Autorização
XML	eXtended Markup Language

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS.....	13
2. METODOLOGIA	15
2.1. TIPO E MÉTODO DA PESQUISA	15
3. ADVENTO DA FATURA ELETRÔNICA NA AMÉRICA LATINA	18
3.1. DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS NA EUROPA E ESTADOS UNIDOS	18
3.2. FATURA ELETRÔNICA NA AMÉRICA LATINA.....	19
3.3. CONCEITOS GERAIS SOBRE FATURA ELETRÔNICA.....	24
3.4. BENEFÍCIOS DA FATURA ELETRÔNICA.....	26
4. FATURA ELETRÔNICA NO CHILE	31
4.1. EVOLUÇÃO.....	32
4.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E MODELO OPERACIONAL.....	37
4.3. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO.....	45
4.4. SOLUÇÃO DE FATURA ELETRÔNICA PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	49
4.5. BOLETA ELETRÔNICA - MODELO DE FATURA ELETRÔNICA PARA O VAREJO	50
5. FATURA ELETRÔNICA NO MÉXICO.....	54
5.1. EVOLUÇÃO.....	55
5.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E MODELO OPERACIONAL.....	58
5.3. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO.....	67
5.4. SOLUÇÃO GRATUITA DE FATURA ELETRÔNICA PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	70
6. FATURA ELETRÔNICA NO BRASIL	73
6.1. EVOLUÇÃO E ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	75
6.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E MODELO OPERACIONAL.....	79
6.3. SOLUÇÃO DE FATURA ELETRÔNICA PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	89
6.4. NOTA FISCAL DE CONSUMIDOR ELETRÔNICA – NFC-E – FATURA ELETRÔNICA PARA O VAREJO	90
6.5. OUTROS DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS.....	93
7. FATURA ELETRÔNICA NA ARGENTINA.....	95
7.1. EVOLUÇÃO.....	96
7.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E MODELO OPERACIONAL.....	99
7.3. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO.....	110
8. FATURA ELETRÔNICA NA GUATEMALA.....	112
8.1. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO E EVOLUÇÃO	112
8.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E MODELO OPERACIONAL.....	114
9. OUTRAS INICIATIVAS DE FATURA ELETRÔNICA NA AMÉRICA LATINA	119
9.1. PERU	119
9.2. URUGUAI.....	126
9.3. EQUADOR	140

9.4.	COLÔMBIA	155
9.5.	COSTA RICA	158
10.	COMPARAÇÃO DE MODELOS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA FATURA ELETRÔNICA NA AMÉRICA LATINA	162
10.1.	PONTOS DE CONVERGÊNCIA	162
10.2.	PONTOS DE DIVERGÊNCIA.....	172
11.	AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS E O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS NA CADEIA LOGÍSTICA DE EMPRESAS BRASILEIRAS COM BASE NOS DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS.....	185
11.1.	POTENCIAIS BENEFÍCIOS DOS DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS NA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DAS EMPRESAS.....	185
11.2.	GRAU DE AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS NA CADEIA LOGÍSTICA NO BRASIL	187
11.3.	GARGALOS E INIBIDORES DA AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS E INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA NO BRASIL COM BASE EM DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS.....	188
12.	PROJETO FATURA ELETRÔNICA INTERNACIONAL - FEI.....	189
12.1.	SOBRE O CIAT.....	189
12.2.	HISTÓRICO E PRÓXIMOS PASSOS DO PROJETO FEI.....	189
12.3.	MODELO OPERACIONAL EM DISCUSSÃO PARA A FEI	191
13.	LIÇÕES APRENDIDAS, MELHORES PRÁTICAS E DESAFIOS.....	196
13.1.	FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO.....	196
13.2.	ENFRENTANDO OS PRINCIPAIS RISCOS	201
13.3.	OPORTUNIDADES COM FATURA ELETRÔNICA	204
14.	CONCLUSÕES E ABERTURA PARA NOVOS TRABALHOS.....	207
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209
	APÊNDICE A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA	214
	APÊNDICE B – MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	215
	APÊNDICE C – RELAÇÃO DE ENTREVISTAS REALIZADAS.....	225
	ANEXO A – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: ARGENTINA	230
	ANEXO B – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTAS PAÍS: BRASIL.....	267
	ANEXO C – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: CHILE.....	358
	ANEXO D – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: GUATEMALA	469
	ANEXO E – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: MÉXICO	497
	ANEXO F – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: PERU	536
	ANEXO H – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS ENTIDADE: CIAT.....	565

INTRODUÇÃO

Muito se comenta, nos últimos anos, mais notadamente na última década, sobre a tendência de modernização das administrações tributárias dos países em face ao avanço de tecnologias de informação.

De fato, com a massificação da internet e do uso do computador pessoal, houve notáveis avanços na forma de relacionamento entre empresas como, por exemplo, na relação entre fornecedores e compradores. O comércio eletrônico tornou-se uma prática indispensável para a sobrevivência e viabilidade econômica das empresas, com forte tendência de crescimento no seu uso.

Para acompanhar este progresso, as administrações tributárias viram-se obrigadas a se modernizar e a evoluir nas formas de controle até então existentes.

Todavia, a forma de obtenção, pelo Fisco, de dados das operações comerciais realizadas pelas empresas, para fins de controle e exigência de tributos, foi baseada, historicamente, na sistemática de registros em livros e documentos fiscais em papel, tanto na emissão quanto em sua escrituração.

Somente mais recentemente e, de forma mais consistente, a partir da última década, é que se identificam os primeiros movimentos das administrações tributárias dos países em mudar este cenário (FERNANDEZ, 2010).

Neste sentido, tem se verificado que em muitos países do mundo as suas administrações tributárias têm caminhado na mudança da forma de emissão de documentos fiscais passando a adotar algum modelo de documento eletrônico, buscando um melhor controle fiscal para alavancar a capacidade de atuação do Fisco. Este movimento é bastante perceptível e consistente na América Latina com a implantação de projetos de documentos fiscais eletrônicos em alguns dos principais países da região como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai; e também em países menores da América Central como Costa Rica e Guatemala.

Todavia, em que pese à farta documentação técnica e toda a legislação tributária elaborada pelos países para a implantação dos projetos de documentos fiscais eletrônicos, os estudos e pesquisas científicas sobre este tema ainda são muito incipientes, praticamente não se encontrando trabalhos acadêmicos que analisem os diversos modelos implantados pelos países, comparando aspectos técnicos e estratégias de implantação, o que poderia ser

importante para a difusão de melhores práticas e intercâmbio das experiências de sucesso e pontos de atenção (MELLO, DIAS, MOTA, 2011, p. 1836).

Outros aspectos que não se identificam na literatura acadêmica são estudos sobre os efetivos impactos da implantação de projetos de documentos fiscais eletrônicos nas empresas e no ambiente de negócios dos países, em especial, na automação de processos e integração eletrônica nas cadeias logísticas, bem como os resultados alcançados pelas Administrações Tributárias em decorrência desses projetos.

Neste contexto, a presente pesquisa teve por objetivos, de um lado estudar, de forma aprofundada, os modelos de documentos fiscais eletrônicos dos países Latino Americanos, visando comparar as suas principais características tecnológicas, estratégias adotadas e identificar quais são as tendências na região, bem como os fatores críticos de sucesso e melhores práticas em relação a este importante tema. De outro lado a pesquisa buscou identificar os principais gargalos para a efetiva utilização de documentos fiscais eletrônicos na automação de processos nas cadeias logísticas das empresas destes países.

O presente trabalho tem início com a apresentação no capítulo 1, dos objetivos gerais e específicos da pesquisa realizada e em seguida, no capítulo 2, são apresentadas as justificativas e motivações, bem como as contribuições esperadas com os seus resultados.

A metodologia da pesquisa, baseada no estudo de casos múltiplos, em caráter exploratório, é relatada no capítulo seguinte.

O capítulo 4 serve de introdução para a temática dos projetos de implantação de documentos fiscais eletrônicos na América Latina, que são mais conhecidos como, faturas eletrônicas para a totalidade dos países latino-americanos, com exceção do Brasil, onde se adota, como designação, o termo de Notas Fiscais Eletrônicas.

A partir do capítulo 5 e até o capítulo 9 são apresentados, em detalhe, os modelos de fatura eletrônica implantados nos principais países latino-americanos, bem como as estratégias de implantação adotadas. A sequência dos capítulos reflete a ordem de implantação de projetos de fatura eletrônica pelos países da região.

O capítulo 10 é dedicado a apresentar as iniciativas mais recentes de projetos de documentos fiscais eletrônicos implantados ou em fase de implantação em outros países da América Latina.

Após a análise detalhada dos modelos, caminhamos então no capítulo 11 para uma avaliação comparativa dos modelos latino-americanos, buscando identificar pontos de convergência e de divergência, não apenas nos aspectos técnicos mas também nas estratégias de concepção, implantação e massificação adotadas pelos diversos países analisados.

Já no capítulo seguinte é feita uma análise dos potenciais benefícios da utilização das informações eletrônicas dos documentos fiscais eletrônicos na automação de processos e na integração logística de cadeias de suprimento no Brasil e são discutidos os principais inibidores deste processo.

No capítulo 13 se apresenta o Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), que tem desempenhado um importante papel no intercâmbio de informações e experiências entre os países latino-americanos sobre o tema de Fatura Eletrônica (FE). Ainda neste capítulo se apresenta e analisa o projeto em estudo pelo CIAT de criação de um modelo de Fatura Eletrônica Internacional (FEI).

Por fim, no penúltimo capítulo é feita uma consolidação, a partir dos resultados das pesquisas efetuadas junto aos países, das principais lições aprendidas e melhores práticas encontradas, bem como são apresentados os fatores críticos de sucesso (FCS) identificados nas diversas experiências, bem como são também apontados os principais riscos para este tipo de projeto.

No capítulo final, de conclusão, são feitas algumas considerações e sugestões de rompimento de paradigmas que podem colaborar, em nossa visão, com base nas informações e resultados encontrados nas pesquisas, para alavancar a utilização dos documentos fiscais eletrônicos pelo Fisco e pelas empresas, especialmente na integração logística de cadeias.

É importante esclarecer de início ao leitor, para que este eventualmente não se assuste com a quantidade de páginas do presente trabalho e se desmotive na leitura, que foram incluídas, em anexo a esta tese, a partir da página 230, as transcrições das principais entrevistas realizadas com Líderes de Projeto de Fatura Eletrônica dos países pesquisados. A decisão pela juntada, como anexo, das transcrições das principais entrevistas teve por objetivo possibilitar que este rico material possa ser utilizado por outros pesquisadores.

OBJETIVOS

A presente pesquisa visou avaliar o estado da arte e as melhores práticas existentes nos projetos de documentos fiscais eletrônicos de países latinoamericanos, bem como avaliar os impactos desses projetos para as empresas na integração de cadeias logísticas e para as Administrações Tributárias. Para tanto foram propostos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral 1:

Comparar os modelos de documentos fiscais eletrônicos implantados na América Latina

Objetivos Específicos vinculados ao Objetivo Geral 1:

- Identificar os países latinoamericanos que implantaram projetos de documentos fiscais eletrônicos;
- Levantar a documentação técnica e legislação utilizada para a implantação desses projetos;
- Avaliar os pré-requisitos técnico-legais necessários a implantação dos projetos;
- Identificar a estratégia de desenvolvimento e implantação adotada nos projetos;
- Analisar o modelo operacional utilizado nos projetos;
- Avaliar a estratégia de massificação de uso dos documentos fiscais eletrônicos no país;
- Analisar, de forma comparada, os modelos de documentos fiscais eletrônicos relativamente aos aspectos técnicos e de estratégias de desenvolvimento e massificação;
- Identificar as melhores práticas e fatores críticos de sucesso.

Objetivo Geral 2:

Identificar se a implantação de documentos fiscais eletrônicos no Brasil trouxe impactos positivos para a automação de processos e o intercâmbio de informações eletrônicas da cadeia logística das empresas

Objetivos Específicos vinculados ao Objetivo Geral 2:

- Identificar os potenciais benefícios e impactos dos documentos eletrônicos para as empresas e suas cadeias logísticas;
- Analisar o grau de automação de processos e de intercâmbio de informações eletrônicas;
- Avaliar os impactos da implantação de documentos eletrônicos na automação de processos e de intercâmbio de informações eletrônicas das cadeias logísticas;
- Identificar gargalos ou inibidores do uso de informações dos documentos fiscais eletrônicos na automação de processos e de intercâmbio de informações eletrônicas das cadeias logísticas.

1. JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

A substituição das antigas obrigações acessórias de emissão de notas fiscais em papel por documentos eletrônicos mais do que uma tendência iniciada na última década em alguns países latinoamericanos corresponde a um verdadeiro processo sem volta que deverá atingir, em poucos anos, a maioria, senão todos os países da região.

Este processo decorre da evolução da própria tecnologia, com a consolidação do uso da Internet como meio acessível de comunicação e de prestação de serviços de governo eletrônico, mas também de uma necessidade de simplificação das obrigações acessórias impostas pelo Fisco às empresas, reduzindo custos e melhorando o ambiente de negócios (FERNANDEZ, 2010).

Segundo o Centro de Interamericano de Administrações Tributárias – CIAT (2009), órgão internacional de intercâmbio de melhores práticas de Administração Tributária em uma resolução resultado de sua Assembléia Geral de 2009 tratando da moderna visão da Administração Tributária formalizou aos países membros, dentre as recomendações que estas organizações deveriam potencializar, o uso da tecnologia de informação para aumentar o controle massivo, oportuno e efetivo dos contribuintes, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias pela incorporação de novos e modernos serviços que considerem a evolução e vantagens do mundo tecnológico atual.

Outro aspecto relevante a se considerar é que a emissão de documentos fiscais é um dos elementos essenciais dentre os mecanismos de controle pelo Fisco das operações comerciais e dos contribuintes, com vistas à garantia da arrecadação de impostos.

Com o resultado da arrecadação de impostos é que os governos podem prestar os serviços públicos de segurança, saúde e educação e fazer os investimentos em infraestrutura que a sociedade necessita e demanda.

Assim, os documentos fiscais são parte integrante de todos os processos comerciais envolvendo empresas comerciais, transportadoras, consumidores e o Fisco (FONTANA, 2010).

Todavia, apesar da importância do tema para os países, para as empresas e para a sociedade, dos diversos projetos já implantados de documentos fiscais eletrônicos em países como Brasil, Chile e México, e da vasta documentação técnica e de legislação construída pelos países na implantação de seus projetos de documentos fiscais eletrônicos, não existem estudos

ou pesquisas científicas que analisem em profundidade os diversos modelos adotados nos projetos, comparando os aspectos técnicos e de estratégia envolvidos.

Assim, a principal justificativa para a presente pesquisa foi contribuir para a construção do conhecimento acadêmico sobre o tema, comparando, com base em metodologia científica, as diversas experiências de projetos de documentos fiscais eletrônicos existentes na América Latina, avaliando as diferenças e similaridades técnicas, bem como as estratégias de desenvolvimento e condução dos projetos e analisando, por fim, os efeitos deste novo cenário eletrônico para as empresas e para o Fisco.

As principais contribuições esperadas com esta pesquisa são, portanto, que este documento final da Tese possa:

- servir de guia de referência para que países que desejem implantar projetos de documentos fiscais eletrônicos conheçam o estado da arte no tema, os diferentes modelos existentes, as melhores práticas e as estratégias de desenvolvimento e massificação adotadas e seus reflexos nos projetos, possibilitando que com este conhecimento implementem projetos mais adequados a sua realidade, em menor prazo e com maior segurança, evitando cometer erros ou equívocos conhecidos;
- representar estímulo, pela apresentação de impactos positivos e resultados efetivos, a adoção de documentos fiscais eletrônicos por países e empresas;
- ser fonte de informação para subsidiar estudos entre os países latinoamericanos que já implantaram projetos de documentos fiscais eletrônicos com vistas ao estabelecimento de padrões de comunicação e intercâmbio de informações eletrônicas referentes as operações de comércio internacional;
- auxiliar, pela identificação de gargalos e inibidores, na melhoria da automação de processos e intercâmbio eletrônico de informações eletrônicas nas cadeias logísticas do Brasil com base no uso dos documentos fiscais eletrônicos;
- favorecer o aprimoramento dos modelos e das informações dos documentos fiscais eletrônicos pela apresentação de melhores práticas e dos desafios e gargalos porventura identificados.

2. METODOLOGIA

Segundo Koche (1997), o conhecimento científico decorre da necessidade do homem de não assumir uma postura passiva perante os fenômenos que o cercam, sem poder de ação ou controle. Cabe a este mesmo homem, através do uso de sua racionalidade, propor formas sistemáticas, metódicas e críticas que o permitam compreender, explicar e dominar o mundo ao seu redor.

Neste contexto, buscando-se a construção do conhecimento científico, objeto do presente estudo, este capítulo visa apresentar os procedimentos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa, discorrendo-se assim sobre os métodos escolhidos, os instrumentos de coleta de dados, os critérios de definição e seleção da população amostrada, bem como os procedimentos de tratamento e análise dos dados.

2.1. Tipo e método da pesquisa

De acordo com Richardson (1985), o problema de pesquisa é determinante para a definição da natureza da pesquisa, bem como da delimitação do tipo de pesquisa a ser realizada.

Segundo Selltiz et al. (1974), a pesquisa científica pode ser caracterizada quanto a sua natureza como exploratória, experimental e descritiva.

A pesquisa exploratória é a que visa uma primeira aproximação ao tema, desenvolvendo assim uma maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno (SANTOS, 2001, p. 26), através de um processo de investigação que identifique a sua natureza e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar (KOCHE, 1997, p. 126).

Segundo Koche (1997, p. 126), na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre as variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa.

Já na pesquisa experimental, o pesquisador analisa o problema, constrói hipóteses e manipula variáveis ou fatores relacionados ao fenômeno em estudo, a fim de avaliar como se dão suas relações em comparação as hipóteses previstas (KOCHE, 1997, p. 122).

Por fim, a pesquisa descritiva é aquela onde o interesse é por se descrever um fato ou fenômeno, através do levantamento de suas características conhecidas (SANTOS, 2001, p. 26), sem a manipulação a priori das variáveis envolvidas (KOCHE, 1997, p. 124).

Com relação ao método de pesquisa, para Santos (2001, p. 30) o método quantitativo refere-se àquela pesquisa onde o que importa é a coleta e a análise quantificada de dados, de cuja análise decorrem os resultados buscados. Por outro lado, ainda segundo este mesmo autor, o método qualitativo refere-se àquela pesquisa cujos dados só fazem sentido através de um tratamento lógico secundário, resultante do “olho clínico” do pesquisador.

Segundo Miguel (2007), o estudo de caso é adequado à investigação de um fenômeno, quando as fronteiras entre o mesmo e o contexto em que está inserido não estão claramente definidas, visando estimular a compreensão, sugerir hipóteses e questões ou desenvolver a teoria.

No presente trabalho foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória, com enfoque descritivo, pois não foram encontrados, no levantamento bibliográfico realizado, estudos científicos que comparassem em profundidade os modelos de documentos fiscais eletrônicos na América Latina ou que analisassem os impactos deste tipo de projeto para as empresas na integração eletrônica de suas cadeias logísticas.

Com relação ao método de pesquisa foi utilizado o método qualitativo. No método qualitativo foi adotada a técnica de estudo de caso múltiplo, com a análise de países latinoamericanos que já implantaram projetos de documentos fiscais eletrônicos.

Para a realização do estudo de caso foram coletados dados secundários como documentos técnicos, legislação e também foram realizadas entrevistas em profundidade com representantes das Administrações Tributárias, responsáveis pelos projetos; provedores de soluções de documentos fiscais eletrônicos; e empresas que utilizam estes documentos fiscais eletrônicos.

As entrevistas foram baseadas em roteiro de perguntas semiestruturadas e cujo modelo consta do APÊNDICE B, onde se buscou identificar as características técnicas e do modelo operacional, estratégia de desenvolvimento e massificação, e os impactos do projeto para a integração eletrônica das empresas.

Com base no estudo bibliográfico efetuado foram selecionados para estudo de caso com entrevistas 7 países com projetos de documentos eletrônicos já implantados na América Latina, utilizando-se como critério para esta seleção: o caráter inovador da solução, a magnitude da abrangência do projeto, o estágio de maturidade do projeto e a importância do país na região. Os países selecionados foram: Argentina, Brasil, Chile, Guatemala, México, Peru e Uruguai.

Em cada um dos países selecionados foram feitas entrevistas, obrigatoriamente, com o responsável ou responsáveis pela implantação do projeto na Administração Tributária, e na

maioria dos países também com representantes de provedores de solução de emissão e representantes de empresas que já utilizam os documentos fiscais eletrônicos.

No caso do Brasil, pela peculiaridade do projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ser conduzido pelos Estados, foram feitas entrevistas com 2 líderes de projeto dos Estados (Bahia e Rio Grande do Sul) e com o representante do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT), fórum responsável pela condução nacional do projeto.

Foi também realizada uma entrevista com o Diretor de Assistência Técnica do CIAT, responsável pelos projetos de assessoramento técnico à modernização das Administrações Tributárias na América Latina.

Na figura a seguir é apresentado um resumo das entrevistas realizadas em cada país.

	ENTREVISTADO	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	GUATEMALA	MÉXICO	PERU	URUGUAI	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	LÍDER PROJETO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
	FISCALIZAÇÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	
	TRIBUTAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SIM	SIM (2)	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	
	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	
	EMPRESAS	NÃO	SIM (3)	SIM (3)	SIM (3)	SIM (2)	SIM (1)	NÃO	
	PROVEDORES	NÃO	NÃO	SIM (1)	SIM (1)	SIM (2)	NÃO	NÃO	
	TEMPO DE ENTREVISTAS (HORAS)	2	12,2	10,2	8,6	12	3,5	0,6	49,1
	PERCENTUAL TEMPO	4,1%	24,8%	20,8%	17,5%	24,4%	7,1%	1,2%	

Figura 1 – Resumo de entrevistas realizadas

No APÊNDICE C é apresentado um quadro detalhado das entrevistas realizadas em cada país. Todas as entrevistas foram gravadas com a devida autorização do entrevistado e, posteriormente, transcritas e traduzidas para a língua portuguesa.

Dada a importância do material coletado, em especial, as entrevistas dos líderes de projeto de fatura eletrônica das Administrações Tributárias dos países pesquisados, optou-se por incluir nos ANEXOS de A a H desta Tese, a cópia integral das suas entrevistas.

Para a obtenção da autorização de entrevistas junto às Administrações Tributárias, foi encaminhada uma carta de apresentação da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, conforme exemplo constante do APÊNDICE A.

Além do estudo de caso dos modelos de fatura eletrônica dos 7 países indicados acima, também foram analisados e comparados nesta pesquisa, apenas com base no acesso a fontes secundárias de informação, sem a realização de entrevistas, os projetos da Colômbia, Costa Rica e Equador.

3. Advento da Fatura Eletrônica na América Latina

3.1. Documentos Fiscais Eletrônicos na Europa e Estados Unidos

A utilização de documentos fiscais eletrônicos não é uma exclusividade da América Latina. Europa e Estados Unidos também utilizam esta tecnologia, inclusive há mais tempo do que os países latino-americanos, todavia o enfoque é totalmente distinto. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos a motivação do uso da fatura eletrônica ou “electronic-invoice” tem como origem o próprio mercado privado, na busca de redução de custos. Já na América Latina a motivação original dos projetos surge do setor público, mormente as Administrações Tributárias em busca do aprimoramento do controle fiscal e consequente aumento da arrecadação tributária.

Segundo SAT (2011):

“Tanto en América Latina como en Europa, la fatura eletrônica ha tomado un papel protagónico para fortalecer las reducciones de cargas administrativas, hacer más eficientes las relaciones empresa-cliente, empresa-empresa, empresa-gobierno y fortalecer los tramos de control y modelos de riesgo, y para reducir las brechas de evasión fiscal”.

Nos Estados Unidos, as taxas de crescimento anuais de uso de e-invoice giram em torno de 23 a 25%, estando estes processos altamente focados na relação fornecedor-consumidor, como forma de facilitar os meios de pagamento, sendo este um dos principais impulsionadores desta iniciativa (SAT, 2011). Segundo este mesmo estudo da Sat (2011), enquanto o foco dos empresários americanos está mais voltado para o “Business to Business” (B2B), na América Latina e na Europa o interesse é maior de uso da fatura eletrônica nos processos de “Business to Consumer” (B2C).

O modelo Europeu de fatura eletrônica pode ser considerado bastante fragmentado, pois existem diversos provedores de serviços de faturação eletrônica e legislações distintas entre os países, todavia tem havido grande esforço por parte dos países membros da União Européia para a eliminação das barreiras e estímulo a adoção da faturação eletrônica (KOCH, 2013, pag. 45/46).

Os países nórdicos foram os primeiros na Europa, no início deste século a permitir em suas legislações de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) a faturação eletrônica entre empresas, depois foi a vez da Suíça em 2001 e, em 2004, todos os países integrantes da União Européia passaram a aceitar a utilização do documento eletrônico (KOCH, 2013, pag. 56).

Na exposição de motivos para a proposta de uma nova Diretiva do Parlamento Europeu relativa à faturação eletrônica nos contratos públicos, se é reconhecido que a utilização da faturação eletrônica na Europa ainda é muito limitada, representando entre 4 e 15 % de todas as faturas emitidas ou recebidas e que uma iniciativa no domínio da faturação eletrônica nos contratos públicos poderá impedir uma maior fragmentação do mercado interno e facilitar a adoção deste tipo de faturação (COMISSÃO EUROPEIA, 2013).

3.2. Fatura Eletrônica na América Latina

A Fatura Eletrônica já faz parte hoje do dia-a-dia de centenas de milhares de empresas e pessoas na América Latina e tem mudado a forma de se fazer negócios e revolucionado o funcionamento das Administrações Tributárias.

Em menos de 10 anos, desde que o Chile, em 2003, inaugurou a utilização da Fatura Eletrônica na América Latina, muitos países da região implantaram seus projetos de documentos fiscais eletrônicos (BARRAZA, 2009, p. 52).

Alguns fatores podem ajudar a explicar este crescimento acelerado da fatura eletrônica nos países latino-americanos.

Como primeiro fator, devemos considerar os altos níveis de evasão encontrados na maioria dos países da América Latina. O uso de faturas falsas, ou apócrifas, na geração de créditos indevidos de IVA são um exemplo clássico deste fenômeno.

Segundo o Servicio de Administración Tributaria (SAT) do Governo Mexicano (SAT, 2011) os principais comportamentos de evasão fiscal decorrente de documentos fiscais em papel, faturas apócrifas de operações inexistentes, corroendo significativamente a base de cálculo do imposto e possibilitando a solicitação indevida de devoluções.

Em virtude deste cenário, de falta de adequado controle dos documentos fiscais em papel, muitos dos países da América Latina investiram, nas décadas de 90 e início dos anos 2000, em soluções e sistemas de autorização de números de documentos fiscais em papel, credenciamento e controle de gráficas e modelos de controle de auto-impressores.

A fatura eletrônica, em muitos casos, surgiu inicialmente como uma evolução natural dos sistemas de controle de autorização de números de impressos fiscais.

Outra questão crucial em alguns países era também a baixa qualidade dos cadastros dos contribuintes, o que dificultava a adequada identificação de sonegadores, e o combate às fraudes fiscais.

Neste contexto, soluções tecnológicas que garantissem com segurança a identificação do contribuinte, como os certificados digitais e a assinatura digital em documentos eletrônicos eram muito bem vindas e desejadas pelas Administrações Tributárias.

Há que se considerar ainda como outro aspecto relevante a mudança no perfil das Administrações Tributárias Latino-Americanas, passando de um enfoque repressivo, de fiscalização das operações do passado, para uma visão de resultado, voltada para o incremento de arrecadação e não de incremento de multas, com um enfoque mais preventivo, buscando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias pelos contribuintes (SARAN, 2012, p. 172-173).

Neste novo cenário passam a ser metas também da Administração Tributária a melhoria de prestação de serviços ao contribuinte, a simplificação de processos e obrigações fiscais, e a busca pela agilidade de trâmites, para que o contribuinte possa mais facilmente cumprir com seu dever fiscal (CIAT, 2009).

Na Figura 2 é apresentado o conceito da pirâmide de cumprimento do dever tributário. Segundo este modelo, a maioria dos contribuintes (base da pirâmide) estão sempre inclinados a cumprir com suas obrigações e para estes a melhor estratégia para se lograr o cumprimento é torná-lo fácil.

Para os contribuintes que se encontram no meio da pirâmide, ou seja, que tem uma disposição para cumprir depende da percepção de risco, a melhor estratégia para o cumprimento é o de aumentar a sensação de risco, pelo aumento do controle fiscal.

Já para os contribuintes localizados no topo da pirâmide, que são em menor quantidade, todavia possuem uma grande inclinação ao não cumprimento do seu dever tributário, a melhor estratégia é o uso da força da lei, com aplicação de punições severas e alto controle fiscal.

Interessante notar que o conceito de fatura eletrônica é totalmente aderente ao modelo de pirâmide de cumprimento tributário, pois a fatura eletrônica representa uma grande simplificação de obrigações acessórias e redução de custos para a maioria dos contribuintes (base da pirâmide - inclinados a cumprir seu dever fiscal).

Por outro lado corresponde a um aumento do controle fiscal sobre contribuintes por parte da Administração Tributária, aumentando a sensação de risco dos contribuintes de não cumprimento (meio da pirâmide – disposição para cumprir dependente do risco). E por fim, a fatura eletrônica permite a Administração Tributária o monitoramento eletrônico dos contribuintes e o cruzamento de informações, possibilitando uma melhor seleção de contribuintes a fiscalizar e a identificação mais rápida de eventuais fraudes e esquemas de

sonegação, favorecendo uma reação mais ágil do Fisco com a aplicação de medidas repressivas (topo da pirâmide – inclinado a não cumprir).

Figura 2 - Pirâmide de Cumprimento do Dever Tributário

Fonte: traduzido de SARAN (2012, p.146)

Outro aspecto que alavancou a necessidade de soluções de documentos eletrônicos foi o crescimento do comércio eletrônico pela Internet e a necessidade de adaptação do Fisco a esta nova realidade. Como antecedentes de diversas implementações de fatura eletrônica tivemos aprovações de leis de comércio eletrônico.

Há ainda que se considerar o cenário tecnológico favorável na última década, de crescimento da oferta de Internet na região, com custo acessível aos contribuintes e disponível na maioria dos grandes centros urbanos, seguida de expansão também para áreas menos populosas, bem como a descoberta pelas Administrações Tributárias da vantagens de uso da Internet na oferta de serviços aos contribuintes, evitando a necessidade de trâmites presenciais em postos de atendimento. Segundo estimativas da consultoria Emarketer (2013), até o final de 2013, mais de 50% da população da América Latina deverão ter acesso à Internet, correspondendo a 299,5 milhões de pessoas.

O efeito “benchmarking” também teve seu peso. Um país, observando que seu vizinho estava implantando a fatura eletrônica, decide não querer ficar para trás e passa a cogitar também ter seu próprio projeto de FE. Este efeito foi ainda maximizado com a promoção pelo CIAT de diversos seminários internacionais sobre faturação eletrônica onde os representantes dos países puderam conhecer os projetos de fatura eletrônica em curso na América Latina e trocar experiências.

Por fim, não deve deixar de ser considerada a pressão exercida, especialmente por grandes empresas, que com o aumento da concorrência, e a necessidade de redução de custos e de agilização dos seus processos comerciais, passaram a demandar as Administrações Tributárias a implantação de projetos de fatura eletrônica.

No mapa da América Latina, constante da Figura 3 podemos observar a evolução da implantação da fatura eletrônica nos diversos países da região.

Figura 3 – Evolução de Adoção da Fatura Eletrônica na América Latina
Fonte: preparado pelo autor a partir de informações obtidas na pesquisa

Verifica-se que na primeira década deste século diversos países da América Latina deram início a seus projetos de documentos fiscais eletrônicos. O Chile foi o primeiro país da região a implantar a fatura eletrônica em 2003, seguido por México e Brasil. O México e Equador aparecem no mapa com duas datas de implantação em decorrência de terem revisado profundamente seus modelos de documentos fiscais eletrônicos.

O último país latino-americano a implantar a faturação eletrônica foi o Uruguai em 2012, que, conforme veremos, aproveitou, em muito, as experiências e soluções adotadas por outros países da região.

Os projetos de fatura eletrônica na América Eletrônica podem ser divididos em três grupos:

- Projetos que se encontram em uma fase inicial;
- Projetos que estão em fase de crescimento;
- Projetos maduros.

Foram considerados em fase inicial os projetos mais recentemente implantados ou em implantação, que ainda não tiveram iniciada uma fase de massificação de adoção do documento fiscal eletrônico.

Por outro lado, foram incluídos na fase de crescimento aqueles projetos de países onde o modelo de faturação eletrônica já se encontra estabelecido e cujo foco do país esta agora voltado na ampliação do número de emissores e de volume de documentos fiscais eletrônicos.

No grupo de projetos maduros, foram incluídos os projetos de países onde os documentos fiscais eletrônicos estão implantados há vários anos e que já fazem parte da rotina das operações comerciais da maior parte dos contribuintes, estando amplamente difundido o uso da faturação eletrônica.

Na Figura 4 temos, no mapa da América Latina, a identificação, segundo este critério, do estágio do projeto de FE dos países.

Figura 4 - Estágio dos Projetos de Fatura Eletrônica na América Latina
 Fonte: preparado pelo autor a partir de informações obtidas na pesquisa

3.3. Conceitos Gerais sobre Fatura Eletrônica

Antes de iniciarmos as apresentações dos modelos de fatura eletrônica é importante conhecermos os principais conceitos básicos envolvidos no tema.

O conceito inicial relevante é o de fatura eletrônica propriamente dito. Esta é uma definição que pode variar bastante de modelo para modelo. Todavia, alguns elementos são comuns. O

primeiro aspecto comum é o conceito de que a fatura eletrônica é um arquivo eletrônico que substitui para todos os fins, fiscais e comerciais, a fatura em papel.

Na Figura 5 temos a imagem de uma fatura em papel e de como seria sua correspondente fatura eletrônica.

Figura 5 - Da Fatura em Papel para a Fatura Eletrônica

Importante ressaltar que, felizmente, nos modelos latino-americanos, como regra, não se considera como fatura eletrônica a digitalização ou a mera imagem em PDF de uma fatura em papel.

Com relação ao padrão de arquivo eletrônico da fatura eletrônica, a maioria dos modelos adota o formato XML ou Extensible Markup Language¹.

O formato XML possui diversas características que o tornam conveniente, dentre as quais destacam-se (RIAD, HASSAN, HASSAN, 2009, p. 267):

- ❖ É um sistema aberto, flexível e amplamente utilizado para armazenar, publicar e compartilhar qualquer tipo de informação;
- ❖ Oferece portabilidade e uso da informação em diferentes plataformas (permite separar aplicações de dados);
- ❖ Amplamente apoiada por diferentes aplicações, em diferentes plataformas e existem várias bibliotecas para várias linguagens de programação, tanto gratuitos quanto comerciais, que permitem o desenvolvimento de novas aplicações;
- ❖ Formato legível por humanos e computadores;
- ❖ A especificação de documentos XML é simples, rápido, preciso e conciso.

¹ Para mais especificações e detalhes técnicos sobre formato XML é sugerido visitar <http://www.w3.org>

Outro aspecto técnico que aparece em diversos modelos de fatura eletrônica é o padrão de comunicação entre o emissor e o sistema de autorização da Administração Tributária por meio de Web services.

Web service é uma solução utilizada na integração de sistemas e na comunicação entre aplicações diferentes. Com esta tecnologia é possível que novas aplicações possam interagir com aquelas que já existem e que sistemas desenvolvidos em plataformas diferentes sejam compatíveis (RIAD, HASSAN, HASSAN, 2009).

Os Web services são componentes que permitem às aplicações enviar e receber dados em formato XML. Toda e qualquer comunicação entre sistemas passa a ser dinâmica e principalmente segura, pois não há intervenção humana (RIAD, HASSAN, HASSAN, 2009).

Utilizando a tecnologia Web Service, uma aplicação pode invocar outra para efetuar tarefas simples ou complexas, mesmo que as duas aplicações estejam em diferentes sistemas e escritas em linguagens diferentes. Em outras palavras, os Web Services fazem com que os seus recursos estejam disponíveis para que qualquer aplicação cliente possa operar e extrair os recursos fornecidos pelo Web Service (RIAD, HASSAN, HASSAN, 2009).

Por fim, os últimos conceitos importantes que, são adotados pela maioria dos modelos de fatura eletrônica, dizem respeito a utilização do certificado digital do emissor da fatura eletrônica para a assinatura digital do documento fiscal eletrônico.

O certificado digital é um documento eletrônico assinado digitalmente por uma autoridade certificadora, e que contém diversos dados sobre o emissor e o seu titular. A função precípua do certificado digital é a de vincular uma pessoa ou uma entidade a uma chave pública.

Já a assinatura digital é uma modalidade de assinatura eletrônica, resultado de uma operação matemática que utiliza algoritmos de criptografia assimétrica e permite aferir, com segurança, a origem e a integridade do documento (MELLO, DIAS, 2010).

A assinatura digital fica de tal modo vinculada ao documento eletrônico “subscrito” que, ante a menor alteração neste, a assinatura se torna inválida. A técnica permite não só verificar a autoria do documento, como estabelece também uma “imutabilidade lógica” de seu conteúdo, pois qualquer alteração do documento, como, por exemplo, a inserção de mais um espaço entre duas palavras, invalida a assinatura (MELLO, DIAS, 2010).

3.4. Benefícios da Fatura Eletrônica

A Fatura Eletrônica pode ser considerada um projeto do tipo “ganha-ganha”, uma vez que proporciona benefícios a todos os atores envolvidos: empresas, contabilistas, Administração

Tributária e para a sociedade em geral, contribuindo de forma significativa para a melhoria do ambiente de negócios no país.

A seguir são relacionados alguns dos principais benefícios da fatura eletrônica genericamente falando (MELLO, 2008, p. 756 – 758):

Benefícios para o Contribuinte Vendedor (Emissor da Fatura eletrônica):

- ❖ Redução de custos de impressão;
- ❖ Redução de custos de aquisição de papel;
- ❖ Redução de custos de envio do documento fiscal;
- ❖ Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;
- ❖ Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de obtenção de autorização de números para Documentos Fiscais;
- ❖ Melhora do ambiente de negócios pela diminuição da concorrência desleal baseada em sonegação de impostos;
- ❖ Disponibilidade de acesso à informação da fatura eletrônica;
- ❖ Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B).

Benefícios para o Contribuinte Comprador (Receptor da Fatura eletrônica):

- ❖ Eliminação de digitação de faturas na recepção de mercadorias;
- ❖ Planejamento de logística de recepção pelo conhecimento antecipado da informação da Fatura eletrônica;
- ❖ Redução de erros de escrituração decorrentes de erros de digitação de faturas;
- ❖ Melhora do ambiente de negócios pela diminuição da concorrência desleal baseada em sonegação de impostos;
- ❖ Disponibilidade de acesso à informação da fatura eletrônica;
- ❖ Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B).

Benefícios para o Contabilista:

- ❖ Eliminação de digitação de dados de faturas;
- ❖ Redução de erros de escrituração decorrentes de erros de digitação de faturas;
- ❖ Surgimento de oportunidades de negócios e consultoria na prestação de serviços ligados a Fatura eletrônica.

Benefícios para a Sociedade:

- ❖ Redução do consumo de papel e água, com impacto positivo em termos ecológicos;

- ❖ Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;
- ❖ Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;
- ❖ Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados a Fatura eletrônica.

Benefícios para as Administrações Tributárias:

- ❖ Aumento na confiabilidade das informações do documento fiscal;
- ❖ Possibilidade de cruzamento de informações eletrônicas;
- ❖ Melhoria no processo de controle fiscal;
- ❖ Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- ❖ Redução de trâmites presenciais nas repartições;
- ❖ Melhora de informações para planejamento de política fiscal;
- ❖ Suporte a projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal.

A implantação da Fatura eletrônica propicia o surgimento de um novo cenário de relações entre as empresas e o fisco e no próprio ambiente de negócios do país.

Sob a ótica da empresa, considerada de forma isolada, a Fatura eletrônica representa importante instrumento de redução de custos decorrente da diminuição do uso de impressos fiscais e da aquisição de papel, redução dos gastos com impressão e armazenagem de documentos e de sua gestão, bem como eliminação da digitação de informações de faturas na recepção de mercadorias, além de outros ganhos potenciais decorrentes da eventual revisão de processos internos com o uso do documento fiscal eletrônico (MELLO, 2008, 756-758).

Ainda sob a ótica da empresa, todavia considerada agora inserida em uma cadeia, a utilização da fatura eletrônica favorece a modernização das relações entre as empresas, possibilitando a integração e o intercâmbio eletrônico de informações, seja pela tecnologia utilizada, ou pela padronização das informações da Fatura eletrônica (MELLO, FONTANA, DIAS, 2009).

A adoção de um documento eletrônico com validade jurídica como a Fatura eletrônica para documentar as operações comerciais em uma cadeia logística possibilita, além da agilidade nos processos e planejamento das entregas de mercadorias, rastreabilidade e confiabilidade das informações, evitando-se a re-digitação de dados e propiciando maior grau de transparência (MELLO, FONTANA, DIAS, 2009).

Outra vantagem indireta positiva da Fatura eletrônica é que, uma vez que as empresas passam a declarar suas operações para a Fiscalização Tributária, passam a ter uma maior preocupação com a qualidade das suas informações e, para tanto, realizam revisão de seus processos

internos e de seus cadastros, contribuindo para a redução de erros e de re-trabalhos também na cadeia logística.

Do lado do Fisco, a Fatura eletrônica representa importante ferramenta no combate à sonegação, ao possibilitar o controle das informações das operações comerciais realizadas pelas empresas.

Assim, a utilização da Fatura eletrônica contribui para a diminuição da concorrência comercial desleal baseada na sonegação de impostos, promovendo, portanto, a melhora do ambiente de negócios no país.

Segundo resultados de pesquisa realizada por Pereira et al. (2008) junto a empresas brasileiras usuárias da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, embora o projeto ainda estivesse em fase inicial de implantação na época da pesquisa, foi identificada a concordância de mais de 88% dos entrevistados, em relação aos principais benefícios listados na documentação técnica do projeto conceitual da NF-e elaborado pelo Fisco.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que a Fatura eletrônica, além de promover uma importante mudança cultural decorrente da substituição do papel pelo documento eletrônico, pode contribuir ainda para a difusão do uso de novas tecnologias pelas empresas no país, como é o caso da certificação digital.

Todavia é importante ter em mente que os benefícios listados são potenciais. Os ganhos e vantagens com a Fatura eletrônica variam de empresa para empresa e dependem de diversos fatores como: o porte da empresa, o volume de emissão de faturas, a realidade tecnológica da empresa e o alcance do projeto, entre outros.

Algumas empresas que implantaram a Fatura eletrônica aproveitaram o projeto para rever todos os seus processos internos, por onde circulavam as faturas em papel, bem como trabalharam com uma perspectiva mais ampla de integração eletrônica com fornecedores e clientes, buscando eliminar efetivamente a redigitação de informações e a automação de todas as atividades que fossem possíveis.

Logicamente estas empresas colherão muito mais resultados e benefícios com a Fatura eletrônica do que uma empresa que simplesmente adquiriu um software de mercado, para atender a uma eventual obrigatoriedade da Fatura eletrônica, que somente emita o documento fiscal eletrônico e não esteja integrado aos demais processos da organização.

É claro que, quanto mais completo for o projeto da Fatura eletrônica e mais amplo o seu alcance, apesar de possibilitar potencialmente maiores benefícios, também demandará maior esforço e investimento por parte da empresa.

Com relação aos impactos positivos em termos ecológicos da implantação da Fatura eletrônica, normalmente a primeira imagem que surge é de menos árvores sendo derrubadas com a diminuição do consumo do papel para emissão das faturas. Todavia, alguns poderão alegar que esta imagem ou alegação não seja totalmente verídica, uma vez que grande parte do papel produzido hoje vem de madeira de reflorestamento.

O grande benefício ecológico da redução do consumo do papel está, na verdade, na redução de consumo de água, bem cada vez mais escasso, uma vez que para a produção de 1 tonelada de papel são necessários de 15 a 100 mil litros do líquido.

Além disso, existem outros benefícios associados ao aspecto ecológico, como a diminuição do consumo de energia e redução de dejetos poluidores resultantes do processo de produção do papel.

Muitos dos benefícios resultantes da implantação da Fatura eletrônica para as empresas não são tão facilmente identificáveis como a redução do consumo de papel e tão pouco são simples de mensurar, sendo muitas vezes benefícios intangíveis, mas nem por isso menos importantes.

Podemos incluir como exemplos de benefícios intangíveis, a disponibilidade da informação da Fatura eletrônica, em tempo real, em qualquer local do planeta, pelo simples envio de um arquivo eletrônico de Fatura eletrônica anexo a um email; a transparência e o acesso à informação da empresa que antes, muitas vezes, ficava restrita ao contador, a um funcionário ou a um departamento da empresa; e a segurança da informação pela assinatura digital das faturas eletrônicas, impossibilitando que os arquivos sejam adulterados.

Segundo resultados de Freitas (2010, p. 125), em pesquisa realizada junto a empresas brasileiras emissoras de Nota Fiscal Eletrônica :

“existe evidência de que a adoção da Nota Fiscal Eletrônica reduz as despesas das empresas, pois os custos de conformidade para o cumprimento de obrigações tributárias acessórias utilizando-se documentos eletrônicos são menores do que o custo de cumprimento destas obrigações utilizando-se documentos em papel.”

CHILE

Informações Gerais²:

NOME OFICIAL	República de Chile
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	Santiago	
MOEDA	Peso Chileno (CLP)	
POPULAÇÃO	17.464.814 (2012)	
ÁREA	756.096 km ² (38°)	
PIB	US\$ 268,31 bilhões (2012)	
IDH	0,819 (2012) - 40° do mundo	
RENDIA PER CAPITA	21.310 US\$ (2012)	

4. Fatura Eletrônica no Chile

O objetivo do presente capítulo é apresentar o caso Chileno de Fatura Eletrônica, detalhando as principais características técnicas e o modelo operacional de um dos principais projetos latino-americanos de FE.

O Chile foi o primeiro país da América Latina e um dos primeiros do mundo a adotar a Fatura Eletrônica, em substituição aos documentos fiscais em papel. O projeto chileno teve início em 2003 e este ano completou 10 anos, com importantes resultados: cerca de 1,2 bilhões de documentos fiscais eletrônicos emitidos no período de junho de 2003 até agosto 2013, por quase 70 mil contribuintes (CHILE, 2013b). A participação da fatura eletrônica já supera a marca de 46% de todas as faturas emitidas no país (CHILE, 2013b). Outro avanço recente importante para a massificação da fatura eletrônica no Chile foi o encaminhamento, em abril de 2013, de projeto de Lei com proposta de estabelecer a obrigatoriedade da FE em 2 anos. Este projeto de Lei já foi aprovado pela Câmara de Deputados e agora segue em apreciação no Senado Federal.

O modelo Chileno de Fatura Eletrônica, bem como a sua estratégia de implantação do projeto, serviram de referência e inspiração para outros projetos de Fatura Eletrônica que foram posteriormente implantados na região, como os projetos do Brasil, México, Argentina e Peru (MELLO, DIAS, MOTA, 2011).

Em particular, o projeto de Fatura Eletrônica do Brasil foi fortemente influenciado pelo modelo Chileno, podendo-se dizer que o modelo brasileiro inicial de Fatura Eletrônica seguiu

² Fonte de Informações: Banco Mundial e Wikipédia.

os padrões tecnológicos e de estratégia de implantação do projeto Chileno, sofrendo posteriormente avanços técnicos importantes, como a orientação a eventos e que será detalhado no capítulo 6.

O Serviço de Impostos Internos - SII corresponde à Administração Tributária Nacional do Chile, responsável pelo controle dos principais impostos internos: impostos sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas; imposto de valor agregado – IVA e impostos sobre produtos específicos (fumo e combustíveis) e foi a entidade responsável pela concepção e implantação do projeto de fatura eletrônica naquele país.

Toda a informação e documentação técnica sobre os documentos tributários eletrônicos pode ser encontrada, com facilidade e clareza, no portal do SII na internet (www.sii.cl). Na Figura 6 temos a home page do SII, com o destaque para o menu de fatura eletrônica.

Figura 6 - Home Page SII

4.1. Evolução

O projeto chileno de documentos eletrônicos teve efetivamente início em abril de 2003, com um grupo de empresas piloto selecionadas pelo Serviço de Impostos Internos (SII) para esta implantação.

O marco de início de disponibilização do sistema para qualquer empresa que quisesse utilizar a forma eletrônica de documentos eletrônicos foi a data de 1º de setembro de 2003.

A motivação inicial do projeto de FE do Chile não se baseou na experiência de implantação semelhante de outro país, mas sim na busca de uma solução totalmente eletrônica para uma situação problemática de fato existente no país, a exigência de timbragem dos documentos fiscais em papel. A aposição do timbre de cunho para validade dos documentos fiscais em papel é uma obrigação acessória exigida na legislação tributária Chilena, que além de ser muito custosa para as empresas, acarreta um grande volume de trabalho nas oficinas de atendimento do SII.

Com esta motivação de redução de custos e simplificação de processos tiveram início, em 2001, os estudos no âmbito do SII de um modelo de fatura eletrônica, onde se eliminasse a exigência do timbre de cunho que foi substituído pelo timbre eletrônico, constante nas representações impressas das Faturas eletrônicas, como um código de barras bidimensional no formato PDF 417.

Diferentemente do que ocorreu em outros países, como Brasil e México, onde a existência prévia de uma legislação nacional, estabelecendo os padrões de certificação digital, foi um antecedente importante para a implantação da fatura eletrônica, no Chile foi o projeto de fatura eletrônica quem deu início e impulsionou o uso de certificados digitais para garantir a autoria, validade e autenticidade dos documentos.

Enquanto o tema de firma digital estava em estudo pelo Ministério da Economia desde 2001, em 2002, o SII por intermédio de uma resolução, estabeleceu requisitos para o credenciamento de entidades certificadoras de identidade, para uso com fins específicos na fatura eletrônica. Posteriormente, em 2003, foi aprovada a lei de firma digital do Chile, muito inspirada no regulamento elaborado pelo SII.

O modelo de documentos tributários eletrônicos adotado por este país optou por utilizar, desde o seu início, o formato eletrônico em diversos documentos de venda, começando com os documentos referentes a: faturas, notas de crédito e débito e guias de despacho, bem como nas faturas de compras governamentais.

Em 2005, o modelo foi ampliado para os documentos de exportação (faturas e notas de crédito e débito) e fatura de liquidação, sendo que, neste mesmo ano, também foi disponibilizado o Registro Público Eletrônico de Transferência de Créditos, que permite se registrar a cessão de créditos contidos em faturas eletrônicas (ODDO, LEIVA, 2008).

Os livros de registro de compras e vendas, e os livros contábeis também tiveram sua forma de uso transformada para o meio eletrônico, sendo que mensalmente os participantes do sistema fazem as entregas de seus livros de compra e venda neste formato. Em 2006 foi incorporado neste modelo os livros contábeis, diário e razão.

As empresas cujo faturamento principal se refere a serviços prestados para uma base de clientes conhecida puderam, desde o começo, emitir também a chamada “boleta eletrônica” (espécie de documento de venda para consumidor final, que não permite recuperação de crédito), sendo que este documento eletrônico não precisa ser enviado ao SII para autorização, mas apenas ter seu total diário registrado no livro de vendas. Em 2008 foi incorporada ao modelo a boleta de venda de produtos em geral.

Como estímulo para adesão ao sistema eletrônico, o SII do Chile optou por dispensar os estabelecimentos que participam do sistema eletrônico do cumprimento de obrigações acessórias que os demais contribuintes que não participam do sistema estão sujeitos. Entre as obrigações acessórias dispensadas, podemos citar, a título de exemplo, o timbre de cunho dos talonários de faturas em papel. Além disso, como estímulo é concedido aos emissores de fatura eletrônica um benefício fiscal de maior prazo para o pagamento do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que pode ser efetuado até dia 20 do mês.

O ingresso no modelo eletrônico de documentos no Chile é atualmente voluntário às empresas contribuintes do Imposto de Valor Agregado (IVA), e mesmo aquela que aderir ao sistema pode optar por emitir o documento na forma eletrônica ou na forma tradicional em papel. Cabe, portanto as empresas (e, indiretamente, ao mercado), a estratégia de migração para o modelo eletrônico. No ano de 2013, acompanhando o movimento de massificação de fatura eletrônica pelo estabelecimento de obrigatoriedade de uso ocorrida em outros países da região, como Brasil, Argentina e mais recentemente México, foi proposto pela Presidência da República, em abril, um projeto de Lei com o objetivo de autorizar a imposição da obrigatoriedade de uso da Fatura Eletrônica no Chile. Este projeto de Lei já foi aprovado pela Câmara de Deputados e, atualmente, encontra-se em análise pelo Senado Chileno. Esta Lei, se aprovada, estabelece um prazo de 2 anos para implantação da Fatura Eletrônica para as empresas do país, e permite ainda que o Serviço de Impostos Internos possa estabelecer uma plataforma tecnológica para que as micro e pequenas empresas, bem como contribuintes de pequeno movimento e os contribuintes que o SII julgue de difícil fiscalização, emitam e recebam suas faturas e demais documentos de forma eletrônica. A proposta é que esta plataforma permita ainda a apresentação de declarações e informes, a emissão, recepção e armazenamento dos documentos tributários eletrônicos, cessão de faturas e o registro de todas as operações que efetuem, refletindo o movimento e resultados de seus negócios. Para garantir a segurança das transações nesta plataforma caberá ao SII estabelecer a forma de comprovação de identidade e de integridade dos documentos ali emitidos.

Importante registrar que o governo chileno disponibilizou para pequenas e médias empresas, desde setembro de 2005, a possibilidade de emissão de seus documentos eletrônicos pelo portal MIPYME. Estas empresas precisam apenas possuir certificado e assinatura digital e acesso à internet, além da autorização de emissor eletrônico do SII.

Como forma de estímulo para a adoção da FE pelas micro e pequenas empresas, por meio do uso da aplicação disponível no portal MIPYME, o SII tem fornecido, gratuitamente, os certificados digitais para estas empresas.

Atualmente o Chile conta com mais de 70 mil empresas emissoras de faturas eletrônicas sendo que 83% deste total refere-se a micro e pequenas empresas (CHILE, 2013b). O volume mensal de documentos fiscais eletrônicos emitidos atingiu em agosto de 2013 o total acumulado de mais de 1,2 bilhões de documentos fiscais eletrônicos emitidos. A seguir, nas Figura 7 e Figura 8 são apresentadas, respectivamente, as evoluções acumuladas do número de faturas eletrônicas emitidas e da quantidade de empresas emissoras no Chile.

Figura 7 – Evolução de Quantidade de Faturas Eletrônicas no Chile

Fonte: (CHILE, 2013b)

Figura 8 - Evolução da Quantidade de Empresas Emissoras de Fatura Eletrônica no Chile

Fonte: (CHILE, 2013b)

Da análise da Figura 8, verifica-se que o grande volume de empresas que emitem fatura eletrônica no Chile é feito com o uso do sistema de faturação eletrônica, disponibilizado pelo próprio SII, no portal MIPYME.

Segundo a estatística do SII, constante da Figura 9 a seguir, 84% das empresas emissoras utilizam-se da aplicação gratuita do SII, obtida do portal MIPYME, para emissão de FE, demonstrando assim a importância da disponibilização deste tipo de ferramenta gratuita pela Administração tributária.

Figura 9 - Gráfico de Participação por Tipo de Aplicação Emissora FE no Chile

Fonte: (CHILE, 2013b)

No gráfico da Figura 10 é possível verificar ainda que o ingresso mensal, nos últimos dois anos, de empresas na faturação eletrônica, tem se mantido de forma estável, com média em torno de 1.500 empresas por mês, sendo a maioria pelo portal MIPYME.

Figura 10 - Ingreso Mensal de Emisores na Faturação Eletrônica
Fonte: (CHILE, 2013b)

4.2. Principais Características Técnicas e Modelo Operacional

Para operar com documentos fiscais eletrônicos no Chile, cada empresa deve testar seu sistema, num ambiente próprio de testes junto ao SII e ter sua solução homologada. Além do envio de amostras de faturas eletrônicas para validação, também é necessário o encaminhamento de provas de representação impressa de faturas eletrônicas. Desta forma, no modelo Chileno de fatura eletrônica para ser um emissor a empresa deve se submeter a um processo controlado de homologação, em grande parte, automatizado via acompanhamento web das fases.

Na Figura 11 é apresentado um quadro esquemático das etapas no processo de homologação e credenciamento como emissor de documentos fiscais eletrônicos.

Figura 11 - Quadro Resumo do Processo de Homologação para ser Emissor de Documentos Fiscais Eletrônicos

Fonte: traduzido pelo autor de Chile (2013b)

O processo de certificação compreende as seguintes etapas:

- a) **Envio de um conjunto de provas atribuído pelo SII** – esta etapa corresponde à recepção pelo sistema do SII, sem rejeições ou reparos, de um conjunto de documentos fiscais eletrônicos gerados pelo postulante, com base em um arquivo de dados de prova fornecido pelo SII, gerado de forma única para cada empresa, em função de seus dados de movimentação e dos documentos para os quais se deseja credenciar como emissor;
- b) **Simulação** – esta etapa corresponde à geração e envio de um conjunto de documentos fiscais eletrônicos, sem rejeições ou reparos, com dados representativos da operação real do contribuinte, com envio em paralelo a emissão normal em papel;
- c) **Intercâmbio de Informações** – Esta fase corresponde aos testes de intercâmbio de informações entre contribuintes autorizados, onde o SII enviará documentos tributários eletrônicos ao contribuinte postulante para comprovar que este forneça um aceite de recebimento eletrônico, bem como aceitação ou rejeição dos documentos enviados de acordo com as regras estabelecidas;

d) Envio de Amostra de Impressão – Nesta etapa o postulante encaminhará ao SII um conjunto de documentos impressos, enviado como um arquivo de imagens, contendo um máximo de 20, correspondentes a representações de faturas eletrônicas, que deverão estar de acordo com a legislação e que incluam o timbre eletrônico no formato PDF 417;

e) Declaração de Cumprimento de Requisitos – Um vez concluídas todas as etapas de certificação, o postulante deverá declarar pelo portal web do SII que conta com a implementação de todos os procedimentos formais estabelecidos de emissão de documentos fiscais eletrônicos, e que poderão vir a ser auditados pelo SII, e que realizam adequadamente todas as funções críticas exigidas: Gestão de Códigos de autorização de números de folha (armazenamento e controle de acesso); Numeração controlada (atribuição única de cada número de FE autorizado por el SII); guarda dos documentos e informação gerada; Envío de documentos ao SII; Intercâmbio (envio e recepção) de documentos com outros contribuintes; Conjunto de prova atribuído pelo SII; Verificação se os envíos foram aceitos, rejeitados ou aceitos com advertência pelo SII; Administração de contingências;

f) Autorização do Contribuinte – Se todas as etapas foram cumpridas, o SII emitirá uma Resolução autorizando o contribuinte a operar com Documentos Tributários Eletrônicos – DTE e o registrará no ambiente de produção para que possa iniciar a geração de documentos fiscais eletrônicos válidos a partir do período constante da Resolução.

Após a autorização do SII, a empresa passará a emitir seus documentos fiscais eletrônicos a partir do período constante da Resolução de Credenciamento. Basicamente o modelo operacional da fatura eletrônica emitida por emissor que utilize sistema próprio obedece as seguintes etapas:

- **Solicitação de faixa de numeração para FE** - pela página web do SII na internet, de autorização de emissão de determinada faixa de numeração para cada tipo de documento. A autorização a esta solicitação é feita por meio de um arquivo, que fica disponibilizado para download para a empresa no site da SII. Neste arquivo, juntamente com a faixa de numeração para os documentos autorizada é fornecido o Código de Autorização de Fólio – CAF que corresponde a um par de chaves público e privada, que deve ser utilizada para a assinatura do timbre eletrônico, sobre um conjunto de informações essenciais da fatura eletrônica. Este timbre eletrônico faz parte da fatura eletrônica e deve ser impresso em formato de código de barras bidimensional PDF 417, na representação impressa da FE;

- **Geração do arquivo eletrônico** – a empresa gera o documento eletrônico no formato XML (eXtended Markup Language), respeitando leiaute e estrutura padronizada, observando os campos de preenchimento obrigatório;
- **Assinatura digital do arquivo eletrônico** - deve ser feita a assinatura digital do arquivo, contemplando todos os campos, com o certificado digital de representante da empresa. No Chile somente existem certificados digitais que identificam pessoas físicas e estas pessoas devem representar a empresa para garantir a validade da assinatura digital;
- **Montagem de lote** – o arquivo eletrônico da FE pode ser transmitido em um lote com até 2000 documentos, por meio da internet, utilizando tecnologia Web Service. Na Figura 12 a seguir, é apresentada a estrutura do arquivo eletrônico de transmissão de lote. Em geral, os provedores utilizam em média a transmissão de até 100 FE por lote, que é uma quantidade máxima que se considera que otimize o processamento;
- **Protocolo de transmissão** – com a entrega do lote para processamento ao SII, é fornecido um protocolo de transmissão, o que garante que já possa ser iniciado o transporte das mercadorias e enviado o documento eletrônico para o receptor;
- **Impressão da representação da Fatura Eletrônica** – a empresa somente pode iniciar o transporte das mercadorias da operação comercial após a respectiva fatura eletrônica ter sido transmitida ao SII. Todavia não há restrição de que logo após a geração do arquivo eletrônico da FE e mesmo antes da sua transmissão ao SII, já seja impressa a sua representação em papel;
- **Resultado do processamento** – após o processamento, o SII envia ao emissor, por email, o resultado do processamento, com a indicação para cada FE da situação de aprovação, de rejeição ou erros que possam ser reparados. Pela normativa, o SII dispõe de até 12 horas para o processamento do arquivo de DTE recebido e comunicação do resultado. De maneira geral, a resposta do processamento é enviada no máximo em alguns minutos após a transmissão inicial do lote;
- **Consulta Validade e Autenticidade** – o comprador que recebeu a fatura eletrônica ou sua representação impressa pode verificar a validade e autenticidade do documento fiscal eletrônico fazendo uma consulta em página do portal do SII, a partir de algumas informações da fatura eletrônica. Para esta consulta o contribuinte deve ser identificado por seu certificado digital ou por seu cadastro no SII e chave de acesso;

- **Obtenção de nova faixa de numeração** - terminada a faixa de numeração para a qual a empresa obteve autorização, ela solicita ao SII nova faixa para emitir novos documentos eletrônicos.

Figura 12 - Estrutura de Lote de Transmissão FE

Na Figura 13 é apresentado um fluxograma detalhado com as principais etapas do modelo operacional da fatura eletrônica no Chile.

Figura 13 - Modelo Operacional da Fatura Eletrônica Chile

Do exposto, percebe-se que o modelo de FE do Chile é assíncrono, ou seja, a resposta do processamento do lote de FE enviadas não é disponibilizada pelo sistema do SII na mesma requisição ou conexão, sendo posteriormente enviado por email. O que o emissor recebe ao entregar o lote para processamento é apenas um protocolo de transmissão, que ainda não traz o resultado do processamento, todavia é suficiente pela legislação para que a transação comercial possa prosseguir, inclusive com o transporte e envio das mercadorias ao adquirente. Para cada operação comercial é emitida uma representação gráfica do documento para acompanhar o trânsito da mercadoria. Como o documento que possui validade jurídica é o eletrônico e não esta representação gráfica, ela não precisa ser armazenada pelo contribuinte emissor para apresentação ao fisco Chileno. Pela legislação de fatura eletrônica chilena, todo emissor de documentos fiscais eletrônicos deve ser também um receptor eletrônico. Já as empresas que não são emissores eletrônicos podem receber a fatura eletrônica na forma impressa e tratá-la como se fora uma fatura normal em papel, com a vantagem que podem verificar, por consulta ao site do SII, a validade e autenticidade do documento. Caso o cliente da empresa, destinatário do documento eletrônico, não participe do sistema como emissor de documento eletrônico, receberá a representação gráfica e deverá fazer o

registro da compra por este documento auxiliar, devendo ainda armazená-lo para eventual fiscalização.

A seguir se apresenta, na Figura 14, um exemplo de representação de fatura eletrônica onde se pode identificar o código de barras bidimensional que corresponde ao timbre eletrônico.

RUT DE PRUEBA FACTURA ELECTRONICA LTDA.
 Importación y Venta de Repuestos para Automóviles
 Casa Matriz: Teatinos 120, Of. 3000, Santiago
 Sucursal: Av. Pedro de Valdivia 3491, Ñuñoa
 Fono: (56-2) 3951115

R.U.T.: 69.507.000-4

FACTURA ELECTRÓNICA

N°1420

S.I.I. - SANTIAGO CENTRO

Santiago, 28 de Diciembre de 2010

Señor (es): MAURICIO PEREZ MUÑOZ JARDINES EIRL	RUT: 44.300.251-0
Dirección: Gran Avenida José Miguel Carrera 5555 Of 300	Comuna: San Miguel
Giro: Administración de Salas Cuna y Jardines Infantiles	Teléfono:

Item	Código	Descripción	Cantidad	Unid.	P. Unit.	\$ Dcto.	Valor
1	ITM1	ITEM 1 AFECTO	551	U	7.659	1.500	4.218.609
2	ITM2	ITEM 2 AFECTO	233	U	9.580	2.000	2.230.140
3	ITM3	ITEM 3 SERVICIO EXENTO	2	U	6.860	0	13.720

Tipo Documento	Referencias a otros documentos		Razón Referencia
	Folio	Fecha	
Guía de Despacho Electrónica	200	01-11-2009	Factura Guía de Despacho

Timbre Electrónico S.I.I.
Resolución Ex. SII N° 0 del 2010 verifique documento: www.sii.cl

Descuento	\$1.871.152
Monto Neto	\$4.577.597
Monto Exento	\$13.720
IVA (19%)	\$869.743
Monto Total	\$5.461.060

Figura 14 - Exemplo de representação de Fatura Eletrônica

A informação incluída na impressão do timbre eletrônico é:

- Versão do timbre eletrônico;
- Identificação Fiscal do Emissor;
- Tipo de Documento;
- Número de Folha;
- Data de emissão;
- Identificação fiscal do Receptor;
- Razão Social do Receptor;

- Valor total;
- Descrição do primeiro item de mercadoria;
- Data e hora de geração do timbre eletrônico;
- Código de Autorização de Folhas (proporcionado pelo SII);
- Algoritmo de assinatura digital (Hash e encriptação) que foi utilizado na assinatura com que se gerou o timbre;
- Assinatura digital sobre os dados anteriores, com a chave privada entregue pelo SII para este propósito;

A fatura eletrônica não pode conter mais de 60 itens de detalhe de mercadorias ou serviços e também não pode ter impressa sua representação em mais do que uma folha.

Devem ser impressos 2 exemplares da representação da fatura eletrônica para acompanhar a mercadoria quando se tratar de transporte com veículo de carga. No caso de não haver transporte basta um exemplar impresso da fatura eletrônica se o receptor for manual, sendo dispensada a impressão se o receptor for eletrônico.

Apesar de o documento eletrônico ser transmitido para o SII, a guarda do documento cabe à empresa emissora e ao seu cliente, pelo prazo de 6 anos.

A justificativa por esta exigência de guarda do documento eletrônico decorre do fato de que o mesmo é mais do que um documento de registro da operação de interesse do fisco, mas trata-se de um documento comercial, de uso, portanto, das partes envolvidas na operação comercial.

O modelo chileno contempla ainda a consulta do documento eletrônico na internet, configurando verdadeira garantia ao cliente da operação comercial.

Este poderá verificar no site do SII se o documento foi corretamente registrado junto àquele órgão, bem como poderá verificar a validade do arquivo recebido. Para realizar esta consulta deverá ingressar com seu número de inscrição no cadastro de contribuintes (RUT) e uma chave de acesso, ou realizar o acesso por certificado digital.

A legislação chilena não disciplina a forma de envio do arquivo eletrônico ao cliente da mercadoria, definindo apenas uma plataforma mínima em que isto deva ocorrer: o correio eletrônico.

Se a empresa emitente do documento eletrônico possuir, todavia, outros recursos de disponibilização do documento eletrônico ao seu cliente como, por exemplo, download em sua página de internet, entrega do arquivo digital em mídia como CD ou DVD, ou ainda outra forma, poderá utilizá-la desde que em comum acordo com seu cliente.

Importante ressaltar também que a empresa credenciada como emissora de fatura eletrônica tem a obrigação de enviar, mensalmente, seus livros de compra e venda em formato eletrônico.

O modelo atual de fatura eletrônica não possui um processo de contingência claramente definido. Para garantir a alta disponibilidade do sistema, o SII dispõe de redundância de servidores para o processamento das faturas eletrônicas, bem como de redundância de conexão à internet. Todavia, no caso de um problema técnico que impeça o envio das faturas eletrônicas para o SII, a empresa emissora deve registrar uma ocorrência por telefone junto a mesa de ajuda de fatura eletrônica que opera 24 horas por dia. Este registro da ocorrência não constará nos arquivos das faturas eletrônicas ou em suas representações impressas mas poderá ser verificado e confirmado, eventualmente, pela fiscalização durante o trajeto para entrega das mercadorias. Posteriormente a empresa deverá transmitir todas estas faturas eletrônicas geradas durante o problema técnico.

4.3. Estratégia de Implantação

A partir da necessidade de se ter uma alternativa totalmente eletrônica para a timbragem de cunho que era aposta em todos os documentos fiscais em papel no Chile e que era muito custosa para as empresas e também consumia muitos recursos humanos nas oficinas do SII, teve início em 2001 os primeiros estudos sobre a proposta de modelo, com forte participação da área de tecnologia de informação.

Em meados de setembro de 2002, teve início efetivamente o projeto de FE, com a constituição de uma equipe de trabalho de 4 pessoas, com dedicação exclusiva, incluindo uma pessoa da área de fiscalização e as demais da área de tecnologia da informação. A liderança do projeto coube, desde o seu início, a área de TI na pessoa da Sra. Marcela Lacoste. Além da equipe com dedicação exclusiva ao projeto, também ocupavam recursos para a programação do sistema das áreas do SII de desenvolvimento de soluções de Internet, de desenvolvimento de software e da área de timbragem. Contavam ainda com um provedor externo de serviços de TI.

Posteriormente a equipe de projeto cresceu e se transformou na área de desenvolvimento de soluções para fatura eletrônica.

Em paralelo com a concepção e construção da solução técnica de FE também já foram sendo elaboradas as normas legais. Desde o seu início, o projeto de fatura eletrônica chileno contou com o apoio do Diretor do SII, que era um entusiasta do tema.

O primeiro Diretor do SII a se envolver no projeto de FE foi o Sr. Javier Etc. heberry que propunha a equipe que se estudasse uma solução de um software inviolável fornecido pelo SII

para a emissão da FE. Este não era o caminho de solução que a equipe de projeto entendia tecnicamente mais adequada. Posteriormente, em 2002, houve uma mudança na direção do SII e assumiu o Sr. Juan Toro, que continuou a apoiar fortemente o projeto de fatura eletrônica e que aceitou um modelo de fatura eletrônica aberto, onde as empresas tivessem seus sistemas próprios de emissão de FE e o SII fizesse a validação dos documentos fiscais eletrônicos transmitidos.

O projeto se desenvolveu em 9 meses, de agosto de 2002 a abril de 2003, sendo que foram convidadas 8 grandes empresas para participarem da concepção e implantação do projeto, trabalhando juntamente com a equipe do SII. A participação de empresas no projeto de fatura eletrônica foi fundamental e representou uma importante quebra de paradigma interno no SII, pois até então não era comum a participação de empresas nos projetos do Fisco Chileno.

Eram feitas reuniões semanais entre a equipe de projetos do SII e os representantes das empresas. Em certo momento se viu a necessidade de se realizarem também reuniões específicas com os provedores de solução das empresas do projeto piloto, uma vez que eram elas que estavam desenvolvendo as soluções técnicas. Estas reuniões ocorriam uma vez ao mês.

Também foram importantes para o andamento do projeto e sua implantação em um curto espaço de tempo as reuniões mensais que ocorriam com os gerentes das empresas do piloto com o Diretor do SII. Estas reuniões tinham caráter de acompanhamento, cobrança do andamento do projeto e da efetiva participação e dedicação das empresas. Sinalizavam assim para as empresas a importância dada pela alta direção do SII para o projeto.

O projeto chileno de FE, desde o seu início, teve por característica ser um projeto de interesse nacional e não apenas do SII. O lançamento oficial do projeto piloto ocorreu em 23 de abril de 2003, com evento que contou com a presença do próprio Presidente Lagos no Palácio da Plaza de La Moneda em Santiago. O início da emissão em produção de fatura eletrônica pelas empresas do piloto ocorreu a partir de 01 de maio de 2003.

Como ainda não existia ainda uma normativa geral de fatura eletrônica, as empresas do piloto para emitirem FE tinham, cada uma, sua resolução especial, editada pelo SII, que regulamentava o uso da FE pela empresa. A normativa geral de FE somente foi editada pelo SII em setembro de 2003. No grupo de empresas do projeto piloto inicial, posteriormente se identificou a ausência de empresas representativas de alguns setores importantes para a economia chilena, como mineradoras e empresas de energia, cujos campos de informação específicos acabaram por não estar representados no primeiro formato de arquivo eletrônico.

Com relação aos provedores de solução, cada empresa do piloto fez sua própria seleção, não havendo a participação da equipe do SII neste processo.

O projeto piloto de FE em 2002 partiu sem um planejamento claro de atividades ou etapas de projeto, por se tratar de algo totalmente novo para o SII. Assim, o projeto foi sendo construído ao longo do caminho.

O objetivo inicial do projeto era a busca de simplificação dos processos de timbragem e de redução de custos. O tema de uso da FE para fiscalização e aprimoramento do controle fiscal, não foi uma motivação inicial do projeto.

Depois de algum tempo trabalhando no projeto se deram conta que a fatura eletrônica apontava para muito mais que a mera diminuição dos custos com a timbragem, de armazenamento de papéis, que são os custos óbvios, e que havia todo um benefício de um gerenciamento computacional que as empresas podiam fazer de seus documentos, de seus provedores e de seus clientes.

Para o projeto de FE, a equipe do SII partiu com algumas poucas diretrizes claras e estabelecidas:

- que a fatura eletrônica não fosse mais insegura do que a fatura em papel;
- substituição da timbragem física por uma solução baseada no uso de internet aberta e não rede privada;
- não fazer de início muitas mudanças de processos com a fatura eletrônica em relação ao que era feito com a fatura em papel.

Outras premissas do projeto foram sendo construídas e incorporadas ao longo do seu desenvolvimento, como o uso de certificados digitais de identificação de pessoas e não certificados digitais que representassem empresas.

A equipe de projeto do SII, juntamente com as empresas participantes do piloto definiram os campos de informação e toda a estrutura do arquivo XML da fatura eletrônica, não tendo sido utilizado nenhum padrão internacional de arquivo, sendo que o layout do arquivo foi integralmente definido para atender as necessidades de informação das empresas e do SII.

Apesar de existirem vários documentos tributários eletrônicos distintos, como fatura eletrônica, nota de débito, nota de crédito, fatura de exportação, guia de despacho, etc. todos utilizam um mesmo arquivo eletrônico sendo identificados por um código, podendo ter campos que são exigidos em um documento eletrônico e não em outro. Assim não existem layouts de arquivos distintos para cada documento tributário eletrônico.

Outro ponto fundamental das empresas do piloto foi a comunicação ao mercado sobre a fatura eletrônica. Até então, a fatura eletrônica era um assunto totalmente desconhecido e o SII

realizou algumas campanhas em telejornais e de folders, todavia a grande divulgação do projeto acabou ocorrendo mais pelas próprias empresas do piloto.

As empresas do piloto tiveram que fazer um trabalho de divulgação e esclarecimento sobre a fatura eletrônica junto aos seus clientes, para que a fatura eletrônica fosse aceita. Algumas das empresas do piloto eram empresas com grande quantidade de clientes, por exemplo, uma das empresas do piloto era uma grande engarrafadora de bebidas, com clientes em todo o Chile, desde grandes até pequenos negócios como bares, contribuindo assim para a difusão da fatura eletrônica, ao mesmo tempo que transmitiam confiança aos seus clientes da validade e segurança da fatura eletrônica.

A página web do SII também se mostrou uma ferramenta importante de divulgação para a fatura eletrônica.

Após o início da operação de emissão da FE da primeira fase piloto no 1º semestre de 2003, partiu-se no 2º semestre de 2003 para a ampliação dos participantes voluntários no piloto, com convite a mais empresas a participarem do projeto.

De 2003 até hoje, a adoção de fatura eletrônica por parte das empresas se dá em caráter voluntário. As empresas interessadas postulam o seu credenciamento como emissor e devem cumprir um processo de homologação para serem autorizadas por uma resolução do SII para emitirem FE. Assim, o crescimento do uso da fatura eletrônica no Chile se baseou na adoção voluntária em função dos benefícios que a FE proporciona, principalmente pela redução de custos. O próprio mercado também contribuiu para a ampliação do uso da fatura eletrônica, na medida em que, em determinadas cadeias onde as empresas compradoras, emissoras de FE, possuem poder de negociação com seus fornecedores passaram a demandar que estes se incluíssem na fatura eletrônica, e não mais encaminhassem faturas em papel, constituindo assim uma demanda de obrigatoriedade pelo cliente.

Além disso, foram adotadas nestes anos algumas estratégias pelo SII para estimular o uso da FE, como um benefício fiscal de ampliação do prazo de pagamento do IVA para os emissores de fatura eletrônica e a exigência de fatura eletrônica para as aquisições pelos organismos do governo.

A estratégia chilena, de adoção voluntária da fatura eletrônica, apesar de ter alcançado bons resultados, sendo que hoje mais de 46% de todas as faturas já são em formato eletrônico, com mais de 70 mil empresas credenciadas no sistema, aparentemente atingiu um esgotamento do processo.

Com base na experiência de outros países da região, como o Brasil, que massificou rapidamente a fatura eletrônica, com o estabelecimento de cronograma de obrigatoriedade de

uso, recentemente, houve uma mudança na diretriz chilena, com o envio de um projeto de lei pela Presidência da República em abril de 2013, possibilitando a obrigatoriedade da FE no Chile. Este projeto de lei já foi aprovado na Câmara de Deputados e hoje se encontra em avaliação pelo Senado Federal.

4.4. Solução de Fatura Eletrônica para Pequenas e Médias Empresas

Em 2005, o SII disponibilizou o portal MIPYME, que passou a oferecer a possibilidade de emissão de fatura eletrônica por pequenas empresas, bem como um sistema de contabilidade simplificada.

Pelo portal MIPYME disponível no site do SII as pequenas empresas podem enviar e receber documentos fiscais eletrônicos – Fatura Eletrônica, Nota de Crédito, Nota de Débito e guia de despacho; podem gerenciar os documentos enviados e recebidos, enviar suas informações de compras e vendas ao SII, bem como ceder suas faturas eletrônicas a terceiros. Neste sistema os contribuintes podem ainda de forma fácil gerar, visualizar, imprimir, armazenar, transferir ou enviar a seus clientes faturas eletrônicas e documentos fiscais eletrônicos.

A maioria dos emissores de fatura eletrônica no Chile são usuários da ferramenta do portal MIPYME, representando 83% dos emissores de FE.

Para a emissão de fatura eletrônica pela ferramenta do portal MIPYME não é necessário o contribuinte passar por todo o processo de homologação e credenciamento que é exigido dos postulantes a emissor de FE por sistema próprio. Basta dispor de computador pessoal com acesso à Internet e certificado digital e atender aos requisitos exigidos.

Os requisitos exigidos referem-se, basicamente a um limite máximo de vendas efetuadas de 500 mil pesos nos 12 meses anteriores a inscrição, bem como não terem representantes ou usuários autorizados com pendências perante o SII. Não existe um limite de emissão de fatura eletrônicas para faturação eletrônica pelo portal MIPYME todavia claramente a ferramenta é voltada para baixos volumes de FE, uma vez que a emissão é toda feita por página web no portal.

A fatura eletrônica emitida pelo portal MIPYME segue exatamente o mesmo modelo de FE para emissores com sistema próprio, possuindo também a assinatura digital do contribuinte. Para tanto, deve ser instalado no computador um aplicativo que possibilita a execução do processo de assinatura digital da página web no computador do contribuinte.

As faturas eletrônicas geradas pelo portal MIPYME são também submetidas ao processo de validação pelo mesmo sistema do SII utilizado para as empresas com aplicação própria.

Pelo portal MIPYME é possível emitir além da fatura eletrônica outros documentos tributários eletrônicos, exceto boletas eletrônicas.

A decisão de se disponibilizar uma solução de fatura eletrônica para emissão pelas pequenas empresas baseada em página web, ao invés de uma aplicação que fosse baixada pelo contribuinte e instalada em seu computador teve como principais motivações técnicas a redução da necessidade de suporte a instalação e a facilidade para manutenção e atualização do sistema.

Na Figura 15 a seguir, é apresentada, a título exemplificativo uma das telas que devem ser preenchidas no portal MIPYME para a geração de uma fatura eletrônica. Percebe-se que não existe atualmente neste sistema a possibilidade do emissor ter cadastros de clientes ou de produtos e, portanto, deverá digitar todas as informações necessárias a cada emissão de uma nova fatura eletrônica. Todavia dispõe da possibilidade de gerar uma nova FE baseado em uma fatura eletrônica anteriormente emitida pelo sistema.

Interfaz de usuario del portal MIPYME para la generación de una Fatura Electrónica (FE).

Encabezado:

- Acciones: [Hacer documento similar al último emitido](#), [Hacer documento basado en uno emitido previamente](#), [Identificar Nuevo Contribuyente](#), [Cerrar Sesión](#)
- Usuario: Empresa: **44.300.251-0** | [Página Segura](#)

Formulario de Datos:

- Razón Social: **RUT DE PRUEBA FACTURA ELECTRONICA DR7**
- Dirección: **TEATINOS 120**
- Comuna: **SANTIAGO** Ciudad/Localidad: **SANTIAGO**
- CPA: **CPAZ@SII.CL** Teléfono: **32 2323232**
- Giro: **SERVICIOS GENERALES**
- Act. Econo.: **ASESORES Y CONSULTORES EN INFORMATICA (S)** Fecha: **26/05/2009**

Resumen de la Fatura:

- Rut: **1-9** Razón Social: **EDUARDO GONZALEZ MENDEZ**
- Dirección: **TEATINOS 120**
- Comuna: **YUMBEL** Ciudad/Localidad: **SANTA MARIA**
- Giro: **ACABADO DE PRODUCTOS TEXTIL**
- Contacto: Rut persona que solicita factura:

Cod. Prod.	Nombre Producto	Descrp.	Cantidad	U. Medida	Precio	Impuestos Adic.	% Desc.	SubTotal
	Juego de Sábanas	☒	10		8500			85000
Color Azul y Blanco								
Agregar línea de Detalle								

Resumen de Pagos:

- Sub Total: **85000**
- Descuento Global: **0 %**
- Monto Neto: **85000**
- IVA: **19 %**
- Total IVA: **16150**
- Total: **101150**

Botones: Validar y visualizar, Limpiar, Volver

Nota: Ingrese los datos de la factura y luego presione el botón Validar y Visualizar

Figura 15 - Página para Preenchimento FE portal MIPYME³

4.5. Boleta Eletrônica - Modelo de Fatura Eletrônica para o Varejo

³ Fonte – portal SII - http://www.sii.cl/mipyme/guias_ayuda/emitir_fatura_electronica/emision_fatura.html

Logo após a implantação do projeto de fatura eletrônica, teve início o projeto de boletas eletrônicas com o objetivo de substituir as boletas em papel que existem para as vendas a consumidores finais no varejo chileno. A empresa credenciada como emissora de boletas eletrônicas não necessita mais utilizar impressoras fiscais, podendo imprimir a representação impressa das boletas em impressoras não fiscais.

O modelo das boletas eletrônicas possui muitas similaridades com o modelo da fatura eletrônica, como a utilização de arquivo XML, exigência de obtenção prévia de rango de fólhos com respectivo código de autorização de fólhos - CAF, a geração de um timbre eletrônico e sua impressão na representação da boleta eletrônica.

Todavia há também algumas diferenças. A principal delas é que as boletas eletrônicas após serem geradas e assinadas não necessitam ser encaminhadas uma a uma para validação ao SII e devem ser armazenadas pela própria empresa em formato XML pelo prazo de 6 anos. Diariamente a empresa deve encaminhar ao SII um arquivo eletrônico contendo o resumo com o total de boletas eletrônicas emitidas no dia, a faixa de numeração e os montantes totais, chamado de reporte de consumo de folios. Mensalmente devem gerar e encaminhar ao SII um arquivo eletrônico como livro de boletas com o resumo das boletas emitidas no período.

Além disso, a empresa deve disponibilizar uma consulta em seu site na internet que permita ao consumidor consultar a boleta eletrônica recebida por um período de até 3 meses após sua emissão.

A empresa que esteja credenciada a emitir boleta eletrônica de venda ou serviços pela normativa não pode emitir documentos manuais em uma sucursal que emita boleta eletrônicas.

Na Figura 16 temos o esquema do modelo operacional da Boleta Eletrônica e na Figura 17 um exemplo de representação impressa de boleta eletrônica.

Figura 16 - Modelo Boleta Eletrônica

LOGO

A. Sartners S.A.
 9696/5.310-6
 Comercialización y distribución de artículos de
 computación y comunicaciones

Avda. Andres Bello 268
 Las Condes
 Santiago

BOLETA ELECTRÓNICA N° : 4264	LOCAL :
CAJA :	CAJERO :
FECHA : 31-05-2010	HORA :
TRAN. N° :	
VENDEDOR :	

CERTIFICADO INDIVIDUAL TRIBUTARIO EDUARDO GONZALEZ; US\$30, OBS US\$529,23; SOLICI	15.877
CERTIFICADO INDIVIDUAL TRIBUTARIO MARCELO PEREIRA; US\$30, OBS US\$529,23; SOLICIT	15.877
CERTIFICADO INDIVIDUAL TRIBUTARIO ANDRES VERA; US\$30, OBS US\$529,23; SOLICITADO	15.877

REFERENCIA				
No.	Razón	Fecha	Folio	Tipo de Documento
1	CASO 77549-2	23-04-2010	2	
1	CASO 77549-2	23-04-2010	2	
1	CASO 77549-2	23-04-2010	2	
1	CASO 77549-2	23-04-2010	2	

TOTAL	\$	188.936
--------------	-----------	----------------

Timbre Electrónico SII
 Res. 12345 del 2008

Figura 17 - Exemplo de Representação Impressa de Boleta Eletrônica

MÉXICO

Informações Gerais⁴:

NOME OFICIAL	Estados Unidos Mexicanos
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	Cidade do México	
MOEDA	Peso Mexicano (MXN)	
POPULAÇÃO	120.847.477 (2012)	
ÁREA	1.958.201 km ² (14°)	
PIB	US\$ 1.177 trilhões (2012)	
IDH	0,775 (2012) - 61° do mundo	
RENDIA PER CAPITA	16.680 US\$ (2012)	

5. Fatura Eletrônica no México

Neste capítulo analisaremos a experiência Mexicana na Fatura Eletrônica, conheceremos suas principais características técnicas e o seu modelo operacional, bem como a estratégia que está sendo adotada na implantação do projeto.

O caso Mexicano de Fatura Eletrônica é, sem dúvida, um dos mais interessantes e importantes. Hoje o México é o líder mundial em quantidade de faturas eletrônicas emitidas. Desde o início da fatura eletrônica em 2005, até julho de 2013 foram emitidas mais de 7,8 bilhões de documentos fiscais eletrônicos no México, por cerca de 848 mil contribuintes emissores (SAT, 2013b).

Além da quantidade impressionante de faturas eletrônicas, o caso mexicano chama atenção também pelas mudanças técnicas ocorridas no modelo a partir de 2011, incorporando importantes quebras de paradigmas, como a terceirização do processo de validação das faturas eletrônicas para empresas privadas, com os provedores autorizados de certificação – PAC e pela mudança também na estratégia de massificação, com o estabelecimento de cronograma de obrigatoriedade.

A entidade responsável pela condução do projeto de fatura eletrônica no México é o Servicio de Administración Tributaria (SAT). O SAT é um órgão descentralizado, vinculado à Secretaría de Hacienda y Crédito Público – SHCP, com a responsabilidade de implementar a legislação tributária e aduaneira, a fim de que os indivíduos e as empresas a contribuam proporcionalmente e equitativamente para atender aos gastos públicos; de fiscalizar os contribuintes para que cumpram com as disposições tributárias e aduaneiras; de facilitar e

⁴ Fonte de Informações: Banco Mundial e Wikipédia.

incentivar a cumprimento tributário voluntário; e de gerar e fornecer as informações necessárias para a concepção e avaliação da política fiscal.

No México, é utilizado o termo Comprobante Fiscal Digital (CFD) para se referir a fatura eletrônica. Mais recentemente, com a reformulação do projeto, passou-se a utilizar a denominação de Comprobante Fiscal Digital por Internet (CFDI) para designar o novo esquema de fatura eletrônica.

Na Figura 18 é apresentada a principal página sobre fatura eletrônica no portal do SAT (www.sat.gob.mx).

Figura 18 - Home Page fatura Eletrônica SAT

5.1. Evolução

O projeto de fatura eletrônica mexicano teve início em 2004, como uma evolução natural e necessária do projeto de impressores autorizados e de autoimpressores.

Assim, em 2005 surgem os primeiros emissores de Comprovaantes Fiscais Digitais - CFD. Neste período e até 2010, a utilização do CFD era voluntária e a regra geral era a fatura em papel. No México, as faturas em papel autorizadas valem por um prazo de 2 anos. Para incentivar a adoção do CFD, em 2008/2009 houve mudança na legislação, eliminando a figura do auto-impressor e assim, grandes faturadores foram forçados, indiretamente, a migrar para CFD.

Também em 2010 foram tomadas duas decisões importantes para o projeto de fatura eletrônica mexicano. A primeira foi a de uma profunda revisão do modelo do CFD e a segunda foi a de estabelecer a obrigatoriedade da fatura eletrônica a partir de 2011.

A revisão do modelo do CFD decorreu principalmente da necessidade identificada pelo SAT de ter acesso às informações das faturas eletrônicas para fins de aprimoramento da sua capacidade de fiscalização. Até então, a fatura eletrônica tinha um foco muito mais em facilitar o cumprimento das obrigações acessórias ao contribuinte com a simplificação dos processos de faturação. Tanto é assim que no modelo de CFD, os arquivos eletrônicos das faturas não eram encaminhados para o SAT, e ficavam armazenados somente no contribuinte. Existia apenas a obrigação do contribuinte de encaminhar, mensalmente, um arquivo eletrônico contendo o resumo dos CFD que tinha emitido no mês. Outra motivação para a mudança do modelo, foi a busca da universalização do uso da fatura eletrônica por meio da figura do provedor autorizado de certificação (PAC) que além de fazer o serviço de validação e assinatura digital pelo SAT do documento eletrônico, deveria também disponibilizar ferramenta gratuita para emissão da nova fatura eletrônica, o CFDI.

Na Figura 19, temos o gráfico da evolução da quantidade acumulada de emissores de fatura eletrônica no México, onde é possível se identificar os grandes saltos ocorridos de 2010 para 2011 e de 2011 para 2012.

Figura 19 - Evolução Emissores Fatura Eletrônica 2005 a Fevereiro/2013
Fonte: (SAT, 2013b)

Com a reforma do artigo 29 do Código Fiscal da Federação Mexicana, ficou estabelecido que, a partir de 01 de janeiro de 2011, a regra geral seria que os comprovantes fiscais deveriam ser eletrônicos, e estabeleceu um processo de transição paulatino. Assim, os contribuintes que tivessem comprovantes fiscais impressos até 31/12/2010 poderiam utilizados até esgotar seu prazo de validade de 2 anos. Para os contribuintes com ingressos anuais inferiores a 4 milhões de pesos (aproximadamente 300 mil US\$) poderiam continuar a emitir seus comprovantes fiscais em papel, todavia estes comprovantes deveriam obter a autorização prévia de número e incorporar um novo elemento de segurança, baseado em um código de barras, conhecido como esquema de comprobación fiscal en papel con código de barras bidimensional (CBB). Já para os contribuintes com ingressos superiores a este limite, poderiam emitir comprovantes fiscais em papel com código de barras apenas para documentos com valores inferiores à 2 mil pesos (aproximadamente 150 US\$).

Além disso, os contribuintes que ingressaram como emissores de fatura eletrônica no modelo CFD até 31/12/2010, poderiam continuar neste modelo até o primeiro semestre de 2011. Todavia em 2011, 2012 e 2013 não se exigiu a migração dos contribuintes emissores de CFD para o novo modelo CFDI.

No ano de 2013 foi alterada a regra de obrigatoriedade de uso do CFDI sendo que, a partir de janeiro de 2014, passará a ser obrigatória a fatura eletrônica para os contribuintes que tiverem ingresso anual acima de 250 mil pesos (aproximadamente 20 mil US\$).

Também em maio de 2013 foi publicada alteração na legislação tributária mexicana, colocando o prazo de 31/12/2013 como limite para a migração dos emissores de fatura eletrônica no modelo CFD para o modelo CFDI.

Além disso, todos os contribuintes podem adotar a fatura eletrônica, independentemente do nível de ingressos que tenham.

Em 31 de julho de 2013 haviam 222.610 contribuintes no esquema de CFD, sendo 82.255 pessoas físicas e 140.355 pessoas jurídicas, enquanto que no esquema CFDI eram 681.356 Contribuintes, sendo 449.991 pessoas físicas e 231.365 pessoas jurídicas (SAT, 2013b).

Podemos observar o grande êxito alcançado pelas medidas de obrigatoriedade de fatura eletrônica ao analisarmos o gráfico da Figura 20, que apresenta o volume anual de faturas eletrônicas emitidas.

Figura 20 – Volume anual de emissão de Fatura Eletrônica no período 2005 a Fevereiro/2013

Fonte: Adaptado (COSS, 2013)

5.2. Principais Características Técnicas e Modelo Operacional

Como vimos, o projeto da fatura eletrônica mexicana pode ser dividido em duas fases: a primeira fase com o modelo de Comprobante Fiscal Digital (CFD), para o período de 2005 a 2013; e a fase atual, com o novo modelo de Comprobante Fiscal Digital por Internet (CFDI), que está em uso desde 2011 e será o único modelo de fatura eletrônica a partir de 2014.

Os modelos CFD e CFDI possuem muitos pontos em comum. O primeiro ponto técnico a destacar é que ambos são arquivos eletrônicos no formato XML, cujos campos e leiaute não seguiram nenhum standard internacional e foram construídos pelas equipes técnicas do SAT com a participação no projeto de empresas voluntárias, atendendo assim as necessidades de informação da realidade mexicana.

Outro ponto em comum é que os modelos utilizam a assinatura digital do emissor para a garantia de autoria, integridade, autenticidade e não repúdio. Esta assinatura digital é feita por intermédio do selo digital, que nada mais do que um certificado digital de identificação do contribuinte, específico para assinar faturas eletrônicas.

Nos dois modelos também existe uma representação impressa em papel que acompanha a mercadoria e deve ser entregue ao adquirente. Todavia esta representação impressa não precisa ser armazenada pelo emissor de fatura eletrônica que deve apenas armazenar os arquivos eletrônicos do CFD ou CFDI pelo prazo de 5 anos exigido pela legislação tributária mexicana.

Com relação às principais diferenças entre os dois modelos, podemos destacar que no caso do CFD, o arquivo eletrônico XML era gerado pelo contribuinte, assinado com seu selo digital

mas não era encaminhado para validação ou armazenamento pelo SAT. A numeração e série dos CFD era controlada e autorizada, previamente, pelo SAT. Para tanto o contribuinte emissor de CFD deveria baixar e instalar um programa disponibilizado pelo SAT, chamado Sistema Integral de Comprobantes Fiscales (SICOPI). Pelo SICOPI e utilizando sua firma eletrônica avançada (FIEL), que nada mais é que seu certificado digital, o contribuinte emissor de CFD pode obter do SAT a faixa autorizada de numeração por série que deveria utilizar, e no final do mês, com o uso deste mesmo programa, o contribuinte devia encaminhar um arquivo eletrônico em formato texto, contendo informações resumidas dos CFD emitidos. Este arquivo resumo também é assinado digitalmente com a FIEL do contribuinte. O arquivo resumo mensal deve ser enviado pelos emissores de CFD mesmo que não tenha sido efetuada emissão de nenhuma fatura eletrônica no período. Na Figura 21 temos a tela de solicitação de números para emissão de CFD.

Comprobante Fiscal Digital

OPCIONES

- Solicitud de Folios
- Firmado de Reportes
- Envío de Archivos
- Consultas
- Proveedores de Servicios
- Salir

Aprobación de series y folios de Comprobantes Fiscales Digitales

Datos Firma Electrónica Avanzada

RFC: AATE3807299F1

Contraseña de clave privada:

Clave Privada (*.key): ...

Certificado (*.cer): ...

Datos Folios

SERIE	FOLIOS SOLICITADOS

Eliminar Serie

Generar Archivo

0%

Servicio de Administración Tributaria

Figura 21 – Tela Sistema de Solicitação de Números de CFD - SICOPI

Já o CFDI deve ser gerado pelo contribuinte, assinado com seu selo digital e encaminhado para validação por um provedor autorizado de certificação (PAC). O PAC é um provedor privado, de escolha da empresa emissora, que deverá contratar e pagar pelo serviço de certificação de suas faturas eletrônicas. Este PAC fará as validações determinadas pelo SAT e constantes da legislação, e se não houver erros ou rejeição, incluirá o número de identificação do CFDI, e o assinara digitalmente com selo digital do SAT, devolvendo o arquivo ao emissor

para que ele possa imprimir a representação impressa e enviar o arquivo eletrônico do CFDI ao seu cliente.

Na Figura 22 temos um resumo comparativo entre os modelos de CFD e CFDI.

COMPARAÇÃO	CFD	CFDI
Arquivo XML	SIM	SIM
Requer conexão à Internet	NÃO	SIM
Representação impressa	SIM	SIM
Envio de Reporte Mensal ao SAT	SIM	NÃO
Requer solicitação de número ao SAT	SIM	NÃO
Selo Digital da fatura (emissor)	SIM	SIM
Certificado de Selo digital para gerar faturas	SIM	SIM (pode ser o mesmo que se usou para CFD)
Selo Digital do SAT	NÃO	SIM (gerado pelo PAC)
Requer contratar um provedor	NÃO	SIM (ao menos um PAC)
Cadeia Original do comprovante na representação impressa	SIM	NÃO
Código QR (código de barras bidimensional)	NÃO	SIM
Cadeia Original do comprovante na representação impressa	SIM	NÃO
Cadeia original do complemento (timbre) do SAT	NÃO	SIM
Número de Folha	Requerido	Opcional e não é necessário solicitar nada ao SAT
Série	Opcional	Opcional e não é necessário solicitar nada ao SAT
Número Fiscal ou UUID (Identificador que atribui o SAT por fatura)	NÃO	SIM

Figura 22 - Comparação Modelos CFD x CFDI

O modelo CFDI tem por característica a exigência de uma validação online do arquivo eletrônico por um provedor autorizado de certificação – PAC, demandando disponibilidade de internet para a transmissão do arquivo eletrônico. Esta transmissão é efetuada por uma tecnologia web service padrão estabelecido pelo SAT.

Trata-se de um modelo síncrono de envio, onde na mesma conexão segura o emissor já recebe de volta o um XML com complemento do CFDI que contem o timbre fiscal digital, contendo o número fiscal atribuído (folio fiscal ou UUID), o selo digital do SAT, a data e hora da validação, e o número do Certificado de Selo Digital do SAT.

O número de folha fiscal atribuído pelo PAC para o CFDI corresponde a uma chave única de identificação da fatura eletrônica. Esta chave é composta por 36 caracteres (32 alfanuméricos e 4 hífen) e segue o padrão de identificação única utilizado na construção de softwares - universally unique identifier – UUID.

Caso o arquivo CFDI não cumpra com alguma das regras de validação estabelecidas pelo SAT no Anexo 20, a resposta será um código de erro, com a respectiva mensagem de erro. Deve ser feito um envio ao PAC para cada CFDI, não existindo a possibilidade de envio em lote. Na Figura 23 é apresentado um resumo do modelo operacional para emissão de um CFDI.

Figura 23 - Modelo Operativo CFDI
Fonte: traduzido pelo autor de Coss (2013)

Importante destacar algumas características peculiares do modelo mexicano com respeito à certificação digital. Existem dois tipos de certificados digitais que são utilizados pelos contribuintes: a firma eletrônica avançado (FIEL) e o certificado de selo digital.

A FIEL corresponde ao certificado digital de identificação do contribuinte e é utilizado para o acesso a diversos serviços eletrônicos disponibilizados pelo SAT. O desenho da FIEL segue os padrões internacionais de infraestrutura de chaves públicas PKI (public key infrastructure)

e é fornecida sem custo aos contribuintes. Na FIEL existem são utilizadas duas chaves para o envio de mensagens:

- A chave privada que só é conhecido pelo proprietário da FIEL, usada para criptografar dados e;
- A chave pública, disponível on-line para consulta por todos os usuários de serviços eletrônicos, com os quais os dados são decifrados. Em termos informáticos é impossível decifrar uma mensagem usando uma chave que não corresponda.

Para obtenção da FIEL, o contribuinte deve utilizar um aplicativo disponibilizado pelo SAT chamado Solicitud de Certificado Digital (SOLCEDI) para gerar o arquivo com sua chave privada e um arquivo de requerimento. De posse destes arquivos deverá comparecer a uma oficina de SAT para verificação de documentos e coleta de dados biométricos que ficaram associados ao contribuinte.

O certificado de selo digital (CSD) também é um certificado digital que identifica o contribuinte, todavia a diferença é que ele possui um uso específico para assinatura digital de faturas eletrônicas. Para a obtenção do certificado de selo digital é necessário que o contribuinte utilize sua FIEL e também o aplicativo SOLCEDI. Para a obtenção do CSD não é necessário o comparecimento em uma oficina do SAT e o certificado tem validade por 4 anos.

Na Figura 24 é apresentada a tela principal do aplicativo SOLCEDI.

Através do CSD, o contribuinte poderá assinar digitalmente a cadeia original das faturas eletrônicas que emita, o que garante a sua origem, unicidade e demais características herdadas dos certificados de firma eletrônica avançada – FIEL do contribuinte (integridade, não-repúdio e autenticidade). O contribuinte pode optar por usar um selo digital para toda a sua operação (matriz e sucursais) ou utilizar um CSD para cada uma das filiais, estabelecimentos ou instalações onde sejam emitidas suas faturas eletrônicas.

Se entende como cadeia original, a sequência de dados formada com a informação contida dentro da fatura eletrônica, estabelecida no Rubro C do Anexo 20 da Resolução Miscelânea Fiscal.

Desta forma, no México, o padrão de assinatura digital da fatura eletrônica obedece a um padrão estabelecido pelo SAT que, apesar de conceitualmente semelhante, não segue exatamente o padrão técnico do XML signature⁵. A decisão pela criação de um padrão próprio foi decorrência do fato de que em 2004, quando do início do projeto de fatura eletrônica no

⁵ Padrão de assinatura digital para XML definido pelo World Wide Web Consortium - W3C - <http://www.w3.org/>

México, o padrão XML Signature ainda se encontrava em estágio inicial de desenvolvimento e houve o temor técnico que pudessem haver muitas mudanças e consequentes necessidades de alterações frequentes para os contribuintes emissores de CFD.

Figura 24 - Opções disponíveis no Aplicativo SOLCEDI

No modelo do CFDI, existem duas assinaturas digitais. A assinatura digital que o emissor faz com seu Certificado de Selo Digital sobre a cadeia original da fatura eletrônica e a assinatura digital efetuada pelo PAC, após a validação do CFDI, utilizando o Certificado de Selo Digital do SAT.

O SAT estabelece que o emissor de fatura eletrônica tenha que enviar o arquivo XML do CFDI ao seu cliente todavia não estabelece a forma, podendo ser por email, download em portal, integração eletrônica por web service ou outra forma acordada entre as partes. A representação impressa também deve ser fornecida se o cliente solicitar.

Outra característica distintiva do modelo mexicano de fatura eletrônica é a existência dos conceitos de complemento e addenda.

O complemento corresponde a um tag ou etiqueta do XML que permite incluir informação adicional no CFD ou no CFDI de uso regulado pela autoridade para um setor ou atividade específica, permitindo que esta informação adicional seja protegida pelo selo digital da fatura eletrônica. Alguns exemplos de complementos são: Estado de conta de combustíveis de carteiras eletrônicas; Doações; Compra e venda de Divisas; Outros direitos e impostos; etc.

No caso do CFDI, o próprio Timbre Fiscal Digital (TFD) fornecido pelo PAC após a validação do arquivo é um complemento.

A addenda é um elemento opcional na fatura eletrônica que é exigido por alguns grandes receptores de comprovantes fiscais digitais. Este elemento "anexo" não é informação regulada ou requerida pelo SAT, não tendo efeitos fiscais, sendo apenas de interesse comercial. As addendas não são padronizadas pelo SAT, estando vinculadas a cada contribuinte, grupo de contribuinte ou setores que acordam um padrão de addenda de uso para fins específicos.

Os dados mais comuns a serem adicionados nas addendas são códigos de barras, códigos de produtos, ordens de compra, números de fornecedores, identificadores de catálogos de produtos, dados de entrega e devolução, etc.

Os provedores autorizados de certificação de CFDI deverão cumprir as seguintes obrigações:

- Guardar absoluta reserva da informação dos CFDI que certifiquem aos contribuintes;
- Devolver ao contribuinte o CFDI previamente validado, com número de folha atribuído e com selo digital do SAT;
- Enviar ao SAT de maneira imediata cópia dos CFDI tão logo tenham sido certificados;
- Manter, em todo momento, a disposição do SAT a possibilidade de realizar o acesso remoto ao local das bases de dados onde se guardem as informações e cópias dos CFDI que tenham certificado;
- Cumprir com os padrões dos níveis de serviço que o SAT lhes exija no momento de obter a sua autorização;
- Proporcionar ao contribuinte emissor uma ferramenta para consulta do detalhe de seus CFDI certificados;
- Conservar os CFDI certificados, por um prazo de três meses, em um meio eletrônico, óptico ou de qualquer tecnologia;
- Administrar, controlar e guardar através de seu sistema certificador de CFDI, os CSD que o SAT lhe proporcione para realizar sua função;
- Comunicar, por escrito, ou por correio eletrônico aos seus clientes em caso de que suspendam temporariamente seus serviços, com, pelo menos, trinta dias úteis de antecedência;
- Apresentar no mês de janeiro de cada ano, a atualização da garantia;
- Ao certificar um CFDI, deverão ser realizadas as validações que estabelecem as disposições fiscais vigentes;

Na Figura 25 é apresentada a lista das validações do CFDI a serem efetuadas pelo PAC e que são exigidas pelo SAT, e também os correspondentes códigos de erros. Podemos verificar que a quantidade de validações não é muito grande e referem-se à forma e estrutura do arquivo eletrônico, não incluindo aspectos tributários. Uma das regras refere-se a verificação se o Registro Federal do contribuinte (RFC), ou seja, seu número de identificação fiscal consta da Lista de Contribuintes Obrigados (LCO). A LCO é um arquivo XML assinado digitalmente pelo SAT que contém a relação dos RFC dos contribuintes e seus respectivos certificados conforme o regime aplicável para emissão de CFDI. Esta lista é atualizada pelo SAT a cada 36 a 48 horas.

Como regra, o PAC deve encaminhar o CFDI imediatamente após ter sido timbrado, todavia o SAT recebe os arquivos de CFDI em até 1 hora, todavia, neste último caso, os arquivos são marcados como entregues extemporaneamente pelo PAC.

No novo modelo mexicano de fatura eletrônica, CFDI, não existe um procedimento de contingência para o caso de problemas técnicos de emissão de CFDI, de conexão à Internet ou de problemas de timbragem pelo PAC. A orientação do SAT para estas situações é que se gere o CFDI e se envie para certificação pelo PAC em até 72 horas.

Validações necessárias para emissão de um timbre	Código de Erro
Que cumpra com o padrão XML (conforme W3C) e com a estrutura XML (XSD e complementos aplicáveis)	301
Que o selo do Emissor seja válido	302
Que o CSD do Emissor corresponda ao RFC que vem como Emissor no Comprovante	303
Que o CSD do Emissor não tenha sido revogado, utilizando a lista de LCO	304
Que a data de emissão esteja dentro da vigência do CSD do Emissor	305
Que a chave utilizada para selar corresponda a um CSD (não de FIEL)	306
Que não tenha um timbre prévio	307
Que o CSD do Emissor tenha sido assinado por um dos Certificados de Autoridade do SAT	308
Que a faixa da data de geração não seja maior que 72 horas para a emissão do timbre	401
Que exista o RFC do emissor conforme o regime autorizado (lista de validação de regime) LCO	402
Que a data de emissão seja posterior a 01 de janeiro de 2011	403

Figura 25 - Validações no CFDI efetuados pelo PAC para fornecer o Timbre Fiscal Digital

A relação dos provedores autorizados de certificação consta publicada no site do SAT. Atualmente existem 68 PAC autorizados a operar pelo SAT e apenas um provedor teve sua autorização revogada.

O último elemento essencial do modelo de CFDI é a representação impressa da fatura eletrônica. Esta representação possui como característica distintiva, a utilização de um código de barras bidimensional – QR Code, que contém as seguintes informações:

Registro federal de contribuintes (RFC) do emissor; RFC do receptor; número de identificação do documento fiscal (UUID) e data e hora em que se gerou o timbre fiscal digital. Este código de barras bidimensional facilita a consulta da validade e autenticidade da fatura eletrônica com uma simples leitura feita por smartphone.

Além do código de barras bidimensional, a representação impressa do CFDI contém como elementos de segurança o selo digital da fatura eletrônica, o selo digital do SAT e a cadeia original do complemento do certificado digital do SAT.

FACTURA
Camilo Cruz Estrada
 RFC: CACE-830914-602
 ESPERANZA No. 16 COL. JACARANDAS
 DELEGACIÓN IZTACALCO
 CP 51530 TEL: 55 49 30 01
 MÉXICO DF.

Folio fiscal:
 a9662433-6934-459c-a128-bd0393a0f44
No de Serie del CSD:
 3000100000100000999
Fecha y hora de emisión:
 2011-07-02T20:40:00

Receptor:
 RFC: RCFD-880601-41A

CANTIDAD	U. DE MEDIDA	DESCRIPCIÓN	P. UNITARIO	IMPORTE
NÚMERO Y FECHA DE DOCUMENTO ADUANERO: ADUANA:				

SUBTOTAL
 IVA
 TOTAL

Selo digital del CFDI:
 10Se+ExWm3310WtmcJwQ31Cnd789VchE3T0jHb5fRb3qiuS8DUK49Tvo70ydpkRVw+9B2Sk0mbu3PjPp
 C909aY1TRymdeUJ4mM312LREJLWpU7V84L8HqEw7T0FH8dzz9990+P+C1adB9HUVHc=

Selo del SAT:
 d5SpM3w0+sh0tmo0wqyS+d59078cidu5vTSfA+2CVMj6w13k4yML0BwKfu/bVU/RodEi8uJhTTU
 QV1cbRD09kvhaNAakqS0n0x79shkzFPFRvogh10CspcS9PD3SM2g1uLgafDknfplpDkLYwke=

Código Barras Bidimensional

Selo Digital SAT

Cadena original del complemento de certificación digital del SAT
 [1 0]a9662433-6934-459c-a128-bd0393a0f44(2001-12-
 17T08:20:47Z)ykiMEP2x73n57V0JdEDNaw9vLMjAa3/0MeP4dE0F6VUWbV20U
 27X00vP2+ysPw+5UmyRdzMLZ0ERESNOF9st8t8A487dWnc5pU0Kvpg4pY7YoA4
 IB1DUWc+zrbGw+949Wnk0y00LOiB0VuxkD7EAx4i(12345678901234567890)
No de Serie del Certificado del SAT: 3000100000100000801
Fecha y hora de certificación: 2011-07-02T20:40:10

Este documento es una representación impresa de un CFDI

Figura 26 - Exemplo Representação Impressa CFDI

Fonte: traduzido pelo autor de Coss (2013)

No caso de vendas no varejo ou serviços à consumidor final, sem direito de crédito de IVA, e para as operações realizadas por contribuintes REPECO⁶, o modelo mexicano prevê a possibilidade de emissão de comprovantes fiscais simplificados, que utilizam uma identificação genérica do cliente (RFC genérico) e ao final do mês devem emitir uma fatura eletrônica englobando todos os comprovantes fiscais simplificados.

5.3. Estratégia de Implantação

A emissão de comprovantes no México tem uma história de mais de 25 anos. Nesses 25 anos, passaram por diferentes modelos e esquemas, em que foram evoluindo a forma de emissão do comprovante e os mecanismos de verificação da sua autenticidade.

Um dos principais problemas no México é a evasão decorrente de comprovantes fiscais apócrifos. A problemática dos comprovantes apócrifos decorre também de outra singularidade mexicana que é a ausência de um registro nacional de identificação das pessoas. A identificação das pessoas no México é baseada na certidão de nascimento que é um documento que não possui foto e que dificulta a identificação para fins fiscais.

⁶ REPECO – regime tributário de pequenos contribuintes.

As empresas devem se cadastrar perante o SAT para obter seu RFC – registro federal de contribuinte todavia a fragilidade que havia dizia respeito a identificação dos representantes legais pessoas físicas destas empresas.

Então a estratégia mexicana, no passado foi, inicialmente, a de permitir que os contribuintes emitissem seus comprovantes fiscais sem muito controle, depois passou-se para um modelo de credenciar impressores autorizados como condição para que o contribuinte pudesse comprovar ingressos e deduzir gastos. Naquela altura a capacidade de oferta de serviços aos contribuintes pela Administração Tributária Mexicana era ainda limitada e assim era mais simples autorizar as gráficas para que os contribuintes pudessem ser atendidos e pudessem solicitar seus comprovantes. Já nasciam os primeiros controles fiscais e a autorização dos fólhos dos comprovantes fiscais. Em 2002 implantaram o SICOFI – Sistema Integral de Comprovantes Fiscais e começaram a modernização do processo de controle dos comprovantes fiscais em papel, já com interação via Internet.

Em paralelo, em 2003 houve uma mudança do Código de Comércio, possibilitando a validade da assinatura digital de documentos eletrônicos. Essa alteração do Código de Comércio impulsionou a incorporação dentro do Código Fiscal da Federação do reconhecimento de assinaturas eletrônicas que já existiam dentro do âmbito comercial ou mercantil no país.

Neste contexto, em 2003 e 2004 se inicia na área de serviços ao contribuinte os estudos e implementação da Firma Eletrônica Avançada – FIEL como instrumento para garantir a identificação eletrônica dos contribuintes. Também este mesmo setor de serviços ao contribuinte, com a FIEL fica responsável pelo projeto de fatura eletrônica.

É fácil assim perceber que a fatura eletrônica não nasce no México por si só, mas em decorrência de um cenário de necessidade de modernização da administração tributária e como consequência de uma evolução natural do controle fiscal, devido aos fatores já comentados de alta evasão fiscal com faturas apócrifas e de dificuldade de identificação dos representantes legais dos contribuintes.

Em 2004, a área de serviços ao contribuinte de SAT inicia então o projeto de fatura eletrônica contando com a participação de grandes empresas e a constituição de grupos de trabalhos para construção do modelo. Claramente o primeiro modelo de CFD teve um enfoque muito mais voltado à melhora dos serviços ao contribuinte e redução de custos, com pouca preocupação, naquele momento, com aspectos de fiscalização de contribuintes.

Houve um grande apoio da alta administração do SAT, sendo que o Diretor Geral do SAT realizava reuniões periódicas de acompanhamento com a equipe de projeto.

As principais premissas norteadoras do projeto CFD foram: a garantia da neutralidade tecnológica e o uso da assinatura digital baseada nos certificado de selo digital emitidos com base na firma eletrônica avançada do contribuinte para garantir a autoria e a integridade da fatura eletrônica. Além de, como já visto, a melhora na prestação de serviços do SAT aos contribuintes.

Já na evolução do modelo para CFDI, o principal interesse passou a ser a melhora da capacidade de controle e fiscalização com a fatura eletrônica, sendo que uma das principais premissas que nortearam a mudança foi o SAT receber os arquivos dos CFDI emitidos pelos contribuintes.

No novo projeto CFDI houve uma forte influência da experiência que advinha dos projetos de fatura eletrônica em implementação em outros países da região, principalmente Chile e Brasil, propiciado pelo intercâmbio de informações, decorrente da participação de técnicos do SAT em seminários sobre fatura eletrônica, realizados pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias – CIAT nos anos de 2008, 2009 e 2010. Como exemplo desta influência pode-se citar a estratégia de validação online da fatura eletrônica e a massificação da fatura eletrônica pela imposição de cronograma de obrigatoriedade.

A decisão inovadora no modelo CFDI, pela utilização de provedores autorizados de certificação, todavia tem explicação na experiência anterior do SAT com a estratégia anterior de impressores autorizados de comprovantes fiscais em papel, e da premissa de de desburocratizar os processos e reduzir ao máximo os trâmites de contribuintes junto as oficinas do SAT. Pesaram ainda nesta decisão, aspectos técnicos, como a questão de que a existência de diversos certificadores privados ao invés de um modelo onde o SAT fosse este único certificador diminuía significativamente o risco sistêmico de autorização online da fatura eletrônica, além de diminuir o montante de investimentos em infraestrutura que seriam necessários se o SAT fosse o centralizador das validações de todas as faturas eletrônicas.

Com relação à massificação, a estratégia adotada pelo México foi de uma migração gradual para o novo modelo CFDI, com o estabelecimento de uma obrigatoriedade primeiro para os grandes contribuintes a partir de 2011, com base em critério simples de limite de faturamento superior a 300 mil US\$ no ano de 2010. Ao mesmo tempo, para os contribuintes menores, para os quais se permitia a continuidade do uso do papel, se estabeleceu um aprimoramento do controle dos comprovantes fiscais, com a incorporação de um novo elemento de segurança baseado em um código de barras bidimensional e uma autorização da numeração dos comprovantes, diretamente obtida pelo contribuinte junto ao SAT pela Internet, eliminando-se

assim a figura do impressor autorizado. Como visto este processo o novo comprovante fiscal em papel é conhecido por comprovante fiscal com código de barras bidimensional (CBB).

Destaca-se ainda nesta estratégia de obrigatoriedade o aspecto gradual da implantação, em dois aspectos. Primeiro no México os comprovantes fiscais em papel valem por 2 anos, assim os comprovantes em papel, impressos até o final de 2010, puderam ser utilizados até o final de 2012, sendo que a partir de 2011 passou a ser obrigatório o CBB para os contribuintes que não estivessem obrigados a faturação eletrônica. Com relação a transição da fatura eletrônica, os contribuintes que tivessem entrada no modelo antigo de CFD terão que migrar para o novo modelo de CFDI a partir de 2014, ou seja foi dado um prazo largo de 3 anos para a migração de modelo. A partir de 2014 também se reduz de 300 mil para 20 mil US\$ o limite de faturamento a partir do qual o contribuinte passa a estar obrigado ao CFDI.

Outra ação estratégia importante adotada no México foi estabelecer a regra de que para ser provedor autorizado de certificação, deveria disponibilizar uma ferramenta gratuita de emissão de CFDI. Com esta medida, viabilizou-se uma grande oferta de soluções gratuitas de emissão de CFDI disponível a partir do início da vigência do novo modelo em 2011.

Em setembro de 2012, o próprio SAT também disponibilizou um serviço gratuito pela web para a emissão de CFDI. Além do serviço de emissão, o SAT também disponibiliza serviços para consulta e validação de CFDI, bem como para recuperação de arquivos XML de CFDI.

5.4. Solução Gratuita de Fatura Eletrônica para Pequenas e Médias Empresas

Como vimos os PAC são obrigados pelo SAT a fornecer soluções gratuitas de fatura eletrônica no modelo CFDI.

O SAT estabelece os seguintes requisitos para as soluções gratuitas disponibilizadas pelos PAC:

- Esta ferramenta deverá ter a funcionalidade básica de um processamento rápido e eficiente de CDFI, um a um, sem complementos ou adendas (exceto o " selo fiscal digital");
- Você deverá aceitar carregar os Certificados de selo digital do contribuinte para que ele possa ser usado para selar os comprovantes ;
- Permitir a carga prévia à emissão dos dados fiscais do contribuinte;
- Geração de documentos para validação e certificação , em conformidade com o especificação técnica do Anexo 20;

- Validação e Certificação (timbragem) do documento;
- Entregar ao contribuinte o comprovante certificado ou o aviso de rejeição;
- Gerenciar o armazenamento dos comprovantes digitais;
- Permitir ao emissor do comprovante digital, consultar, guardar ou imprimir os comprovantes por 3 meses consecutivos , contados do recebimento da certificação;
- Enviar cópia do CFDI imediatamente ao SAT, uma vez que efetuada a certificação do comprovante;
- A aplicação, com todos os seus serviços, devem estar disponíveis 24x7/365 com uma disponibilidade de 99,3 %;
- Para a melhoria contínua e manutenção de infra-estrutura e aplicação, o fornecedor pode planejar e executar as janelas de manutenção de forma trimestral e por no máximo de 24 horas. Deverá o usuário ser notificado com uma antecedência de, pelo, menos 7 dias ;
- Solicitações de suporte e reclamações devem ser tratadas pelo fornecedor em um prazo máximo de duas horas e resolvidos dentro de um período não superior a oito horas;
- O tempo de resposta do serviço básico (livre) deve ser o mesmo , que o do serviço avançado (preço), com diferenças apenas nas características funcionais;

Em setembro de 2012, o próprio SAT também disponibilizou um serviço gratuito de emissão de CFDI pelo portal do contribuinte. Este serviço do SAT é dirigido a contribuintes com baixo volume de emissão de faturas. Para ingressar no portal o contribuinte deverá se identificar por sua firma eletrônica avançada – FIEL e deverá também já possuir pelo menos um certificado de selo digital. Além da emissão de CFDI, neste portal é possível consultar faturas eletrônicas emitidas e recebidas e recuperar arquivo eletrônico em formato XML. Na Figura 27 é apresentada a tela de consulta de faturas eletrônicas do portal do contribuinte.

As principais características do serviço gratuito oferecido pelo SAT são:

- Compatível com diversas plataformas e navegadores;
- Contempla todo o ciclo de geração de uma fatura eletrônica (captura, aposição de selo e certificação digital);
- O processo de certificação do SAT para a Fatura Eletrônica é em linha;
- Permite capturar os requisitos das Faturas Eletrônicas de acordo com o que estabelecem as disposições fiscais, bem como a integração de “legendas fiscais” e de Comprovante Eletrônico de Pagamento (CEP), vinculado com o Sistema de Pagamento Eletrônico Interbancário "SPEI";

- Gera o comprovante em seu formato eletrônico (XML) e a representação impressa;
- Permite consultar e recuperar as Faturas Eletrônicas (CFDI);
- Armazena comprobantes em captura hasta por 72 horas;
- O serviço não administra catálogos de clientes ou de produtos, nem integra addendas comerciales;
- O serviço não realiza cálculos de impostos nem certifica Faturas Eletrônicas (CFDI) geradas por outros sistemas.

SHCP SAT Servicio de Administración Tributaria **Portal de Contribuyentes**

Buscar CFDI Generación de CFDI RFC Autenticado: ABA920310QW0 Cerrar Sesión

Consultar Facturas Recibidas

Los campos marcados con * son obligatorios.

☒ * Folio Fiscal

☐ * Fecha de Emisión * Año: * Mes: Día:
 Hora Inicial: : : Hora Final: : :

RFC Emisor Estado del Comprobante

Acciones	Folio Fiscal	RFC Emisor	Nombre o Razón Social del Emisor
503B696E-392A-482E-A32E-50137819ECC8	C&D640131SR3	EMISOR DE PRUEBA C&D640131SR3

< 1 >

Figura 27 - Consulta Faturas Eletrônicas no Portal Contribuinte

BRASIL

Informações Gerais⁷:

NOME OFICIAL	República Federativa do Brasil
IDIOMA	Português	
CAPITAL	Brasília	
MOEDA	Real (R\$)	
POPULAÇÃO	198.656.019 (2012)	
ÁREA	8.515.767,049 km² (5º)	
PIB	US\$ 2.253 trilhões (2012)	
IDH	0,730 (2012) - 85º do mundo	
RENDIA PER CAPITA	11.720 US\$ (2012)	

6. Fatura Eletrônica no Brasil

Neste capítulo analisaremos o modelo brasileiro de documentos fiscais eletrônicos. A fatura eletrônica no Brasil é conhecida por Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O caso brasileiro é bastante interessante e importante, não apenas pelos números expressivos envolvidos, com mais de 7,5 bilhões de NFe autorizadas e contando com cerca de 1 milhão de emissores, mas principalmente pela complexidade da solução e por características bastante peculiares do modelo, como a orientação a eventos, que o distinguem dos demais modelos latino-americanos de fatura eletrônica.

Para se poder compreender algumas decisões adotadas no modelo brasileiro da NF-e se faz necessário, inicialmente, um pequeno preâmbulo sobre o complexo modelo tributário do país.

O Brasil é dividido em 26 Estados, 1 Distrito Federal e 5.570 municípios⁸.

Existem assim, no Brasil, 3 níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Pela Constituição Federal, cada ente possui autonomia tributária para instituir determinados tributos. Os principais tributos federais são o Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas; o imposto sobre propriedade territorial urbana – IPTU; o imposto sobre produtos industrializados – IPI, que é um tipo de IVA, exigido apenas das indústrias; impostos incidentes no comércio exterior, importação – II e exportação – IE; imposto sobre operações financeiras – IOF. Além desses impostos, o Governo Federal possui outra natureza de tributo, chamado de contribuições, que incidem sobre o faturamento das empresas, que são o PIS, COFINS e CSLL. No nível Estadual, os principais impostos são o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS que é um tipo de imposto de valor agregado estadual; o

⁷ Fonte de Informações: Banco Mundial e Wikipédia.

⁸ Fonte da informação: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – www.ibge.gov.br

imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA; e o imposto sobre causa mortis e doações – ITCMD. Dentre os impostos municipais está o imposto sobre serviços – ISS; imposto predial e territorial urbano – IPTU e o imposto de transmissão de bens imóveis inter-vivos – ITBI.

Da forma, portanto, existem também 3 níveis de Fisco. No âmbito federal, a Receita Federal do Brasil; no nível estadual e do Distrito Federal, as Secretarias de Fazenda Estaduais e logo nos municípios, as Secretarias de Finanças Municipais.

O projeto nacional da NF-e envolve a substituição dos documentos fiscais em papel, nas operações comerciais de bens e mercadorias entre empresas, sujeitos ao imposto ICMS e quando indústrias também ao IPI. Portanto a NF-e é um projeto que envolve os documentos fiscais de interesse apenas da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda Estaduais.

No modelo brasileiro da NF-e, exige-se a transmissão prévia do arquivo eletrônico da NF-e para validação e autorização da Secretaria da Fazenda do Estado de localização do estabelecimento do contribuinte. Desta forma, podemos dizer que, não existe um único sistema de autorização de NF-e no Brasil mas sim 27, porque cada Estado e o Distrito Federal são responsáveis pela autorização das NF-e emitidas pelos seus respectivos contribuintes. Em verdade, como veremos mais adiante, a quantidade de sistemas autorizadores de NF-e é um pouco menor, não chegando a 27 pois existe o conceito de autorização pelos sistemas de Secretarias de Fazenda Virtuais – SEFAZ Virtual. A SEFAZ Virtual nada mais é do que um Estado autorizar as notas fiscais eletrônicas de seus contribuintes por intermédio da infraestrutura e dos sistemas de outra Secretaria de Fazenda ou da Receita Federal. Atualmente existem duas SEFAZ Virtuais no Brasil, a SEFAZ Virtual do Estado do Rio Grande do Sul e a SEFAZ Virtual do Ambiente Nacional que é administrada pela Receita Federal do Brasil.

Outra complexidade do modelo tributário brasileiro que acaba por se refletir no modelo adotado de Nota Fiscal Eletrônica é que, apesar do principal imposto sobre as operações comerciais de mercadorias ICMS ser, como vimos há pouco, de competência estadual, as empresas tem atuação nacional e realizam operações de vendas e transferências entre os Estados. Como há diferenças entre as alíquotas de ICMS em operações internas e interestaduais entre os Estados, há muitos problemas de fraudes de simulação de operações interestaduais. Para mitigar este problema, muitos Estados implantam postos fiscais nas fronteiras entre os Estados, como se fossem verdadeiras Aduanas.

Com o advento da NF-e, para que a fiscalização dos postos fiscais de fronteira fosse efetiva se fazia necessária a existência da informação das NF-e que tivessem sido emitida em um

Estado, tendo por destinatário um contribuinte de outro Estado. Esta característica do modelo tributário brasileiro, acarretou em algumas decisões técnicas e estratégicas do modelo da NF-e, como a exigência da transmissão, validação e obtenção da autorização do documento fiscal eletrônico prévia ao início da circulação da mercadoria, ou seja, da saída da mercadoria do estabelecimento. Outra necessidade foi a criação de um sofisticado modelo de compartilhamento, em tempo real, dos documentos fiscais eletrônicos autorizados pela Secretaria de Fazenda de um Estado, com a Receita Federal, que possui acesso a todas as NF-e emitidas e aos Estados de destino da operação comercial.

Na Figura 28 temos a página principal do Portal Nacional da NF-e, administrado pela Receita Federal do Brasil e onde é possível a consulta de todas as NF-e emitidas no país. Além deste site nacional, cada Estado também dispõe em seu portal de uma página própria para a consulta pública da validade de NF-e emitidas por contribuintes daquela jurisdição.

Figura 28 - Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica

6.1. Evolução e Estratégia de Implantação

O projeto NF-e nasceu em 2005, como parte de um programa maior de modernização do Fisco Brasileiro chamado Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que envolve a Receita Federal do Brasil e as Secretarias de Fazenda Estaduais.

O SPED é composto pelos projetos de documentos fiscais eletrônicos, livros fiscais eletrônicos e livros contábeis eletrônicos (AZEVEDO, MARIANO, 2009). Mais recentemente

passou a fazer parte do SPED também o projeto e-Social, que visa construir um modelo de folha de pagamento eletrônica para os trabalhadores com registro em carteira de trabalho.

Todos os projetos do SPED tem por base a utilização da assinatura digital para a garantia da validade jurídica e da autoria(AZEVEDO, MARIANO, 2009). A legislação de certificados digitais no Brasil é de 2001, sendo que no modelo Brasileiro existem Autoridades Certificadoras privadas que comercializam os certificados digitais (BRASIL, 2001). Os certificados digitais podem ser utilizados para identificação de pessoas físicas, empresas ou equipamentos.

Para fins de assinatura digital de notas fiscais eletrônicas somente são aceitos certificados digitais do tipo pessoa jurídica, que identificam a empresa.

Figura 29 - Projetos Integrantes SPED

O modelo brasileiro da NF-e teve, inicialmente, forte inspiração no modelo Chileno.

Em março de 2005, uma comitiva composta por representantes das equipes do projeto da NF-e das Secretarias da Fazenda dos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul estiveram em visita ao Chile para conhecer a experiência daquele país que havia implantado desde 2003 a chamada Fatura Eletrônica. A experiência da Fatura Eletrônica chilena, especialmente no tocante aos padrões tecnológicos adotados e a estratégia de implantação do projeto, que contou com a participação da iniciativa privada desde a sua concepção, foram fundamentais na construção do modelo brasileiro de nota fiscal eletrônica – NF-e (MELLO, 2008).

O desafio brasileiro na NF-e deixou de ser fundamentalmente tecnológico como poderia parecer a primeira vista, uma vez que as grandes linhas, em termos de padrões tecnológicos já estavam bem delineadas na experiência chilena. O obstáculo a ser superado era a construção de um único padrão nacional de NF-e, que fosse aceito por todas as Administrações Tributárias Estaduais e pelo Fisco Federal.

A coordenação nacional do projeto NF-e ficou a cargo do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais – ENCAT, fórum de intercâmbio de melhores práticas de administração tributária e que desde 2003 já trabalhava na construção de cooperação fiscal entre os Estados, o que propiciou a consolidação de um projeto nacional de NF-e.

Em setembro de 2005 foi aprovada a legislação nacional da NF-e⁹ e teve início o projeto piloto contando com a participação de 6 Estados (São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, Goiás e Santa Catarina), Receita Federal, Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e pela iniciativa privada representada por um grupo de 19 empresa voluntárias de diversos setores econômicos. Assim, uma das primeiras quebras de paradigma propiciada pelo projeto NF-e foi a participação da iniciativa privada, representada pelas empresas voluntárias do piloto, juntamente com o Fisco na construção do modelo (MELLO, 2008).

Basicamente o projeto da NF-e foi implantado em fases, a primeira foi então o projeto piloto nos anos de 2005 e 2006. A primeira NF-e do Brasil foi autorizada em 15 de setembro de 2006. Depois, no final de 2006, teve início a massificação por adesão voluntária. Em 2007, houve a mudança na estratégia de massificação, com o estabelecimento de um cronograma de obrigatoriedade de uso da NF-e, por atividade econômica, nos anos de 2008 e 2009. Com a experiência exitosa da obrigatoriedade, partiu-se em 2009 para se estabelecer para o ano de 2010 um cronograma final de obrigatoriedade que atingisse todas as empresas industriais e atacadistas que ainda não estivessem utilizando a NF-e.

Além disso, se estabeleceu a exigência de emissão de NF-e para todas as operações de comércio exterior (importação e exportação), operações comerciais com os órgãos de governo (federal, estadual e municipal) e operações de venda de mercadorias entre Estados. Assim, uma empresa varejista que, a princípio, como regra, não era alcançada pela obrigatoriedade da NF-e, que estava dirigida apenas a indústria e ao atacado, se realizasse, a partir de dezembro de 2010, por exemplo, uma exportação ou uma venda a uma prefeitura, deveria emitir para

⁹ Ajuste Sinief 07/2005

aquele operação uma nota fiscal eletrônica, podendo manter a emissão de notas fiscais em papel para as demais operações com consumidor final.

No Brasil o credenciamento da empresa para ser emissor de NF-e deve ser feito junto a Secretaria de Fazenda do Estado de localização do contribuinte, não havendo um processo nacional padronizado de credenciamento. Também a exigência de realização de testes e de processo prévio de homologação para o credenciamento como emissor de NF-e depende de cada Unidade Federada. A maioria dos Estados, atualmente, não exige nenhum processo de homologação com testes obrigatórios todavia disponibilizam ambientes de homologação para os contribuintes que desejarem efetuar testes antes de início de emissão de NF-e com validade jurídica.

Na Figura 30 é apresentada a evolução acumulada da quantidade de NF-e autorizadas no Brasil e na Figura 31 a quantidade mensal de emissores.

Figura 30 - Evolução Acumulada NF-e no Brasil - Valores em Bilhões

Figura 31 - Evolução Mensal da Quantidade de Emissores NF-e

6.2. Principais Características Técnicas e Modelo Operacional

De maneira simplificada, a empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico no formato XML contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente pelo emitente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a sua autoria. Para a geração deste arquivo a empresa poderá utilizar programas próprios ou fazer uso do aplicativo gratuito disponibilizado pelo Fisco (MELLO, 2010 a).

Este arquivo eletrônico, que corresponde a Nota Fiscal Eletrônica, será então transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda da Unidade Federada de localização da empresa que fará uma validação do arquivo e se não houver erros, disponibilizará ao contribuinte um protocolo de Autorização de Uso, sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria.

Esta transmissão do arquivo da NF-e para a Secretaria da Fazenda representa um pedido de autorização de uso e pode ocorrer em lotes de até 50 NF-e do mesmo emitente, sendo realizado pela Internet via canal seguro de comunicação entre os computadores da empresa e os computadores da Secretaria da fazenda, sem qualquer interação humana no processo, mediante tecnologia Web service. O tamanho máximo do lote é de 500 kbytes.

O processo de recebimento e validação do lote de NF-e segue um padrão assíncrono. Ou seja, por um Web service o emissor envia o lote para processamento e recebe um token de identificação do lote. Em seguida, com outro Web service e com a informação do token, o contribuinte recebe o resultado do processamento de cada NF-e constante do lote.

A validação realizada pela Secretaria da Fazenda para a autorização de uso de uma NF-e segue regras padronizadas nacionalmente pela legislação.

Neste processo de validação são verificados, essencialmente, os aspectos quanto à forma do arquivo eletrônico, como a conferência da autoria e integridade da assinatura digital do emitente, se a empresa está credenciada a emitir NF-e, a observância ao correto preenchimento de campos do leiaute da NF-e e a numeração da NF-e para evitar a duplicidade na sua recepção e autorização. Também é verificada a regularidade fiscal do emitente, evitando-se que uma empresa com inscrição estadual inativa ou suspensa possa autorizar NF-e.

Os resultados possíveis da validação de um pedido de autorização de uso da NF-e são: a rejeição do arquivo da NF-e, decorrente de erro detectado no arquivo eletrônico; a denegação de autorização de uso da NF-e, na hipótese de irregularidade fiscal do emitente e a concessão de autorização de uso da NF-e (MELLO, 2010b).

Na hipótese de rejeição da NF-e, o arquivo eletrônico não é armazenado pela Secretaria da Fazenda em seus bancos de dados, podendo a empresa emissora corrigir o erro da NF-e e transmitir novamente o arquivo eletrônico com a mesma numeração de NF-e para sua autorização.

De forma diversa, na situação de denegação de uso da NF-e, o arquivo eletrônico é armazenado pela Secretaria da Fazenda com este status, não podendo ser mais corrigido ou cancelado.

Após o recebimento e autorização da NF-e, a Secretaria da Fazenda disponibilizará consulta pela Internet, para o destinatário e outros legítimos interessados, que detenham a chave de acesso do documento eletrônico. A chave de acesso é uma sequência numérica de 44 posições que identifica, de forma unívoca, uma determinada NF-e.

Este mesmo arquivo da NF-e será ainda transmitido pela Secretaria de Fazenda autorizadora para a Receita Federal, que corresponde ao repositório nacional de todas as NF-e emitidas no país, também conhecido por Ambiente Nacional da NF-e. No caso de uma operação interestadual, a NF-e será também transmitida pela Secretaria da Fazenda autorizadora para a Secretaria de Fazenda de localização do destinatário da operação.

Outro pilar fundamental em que se assenta o projeto da NF-e corresponde à padronização, em âmbito nacional, não apenas dos formatos do arquivo digital e dos campos que compõem a NF-e, mas também das validações a serem efetuadas pela administração tributária para a concessão da autorização de uso do documento eletrônico.

A consulta da validade e autenticidade da NF-e a partir das informações de sua chave de acesso poderá ser realizada também na página na Internet do Ambiente Nacional da NF-e.

Na Figura 32 é apresentada a página para consulta pública da validade da Nota Fiscal Eletrônica no Portal Nacional da NF-e.

Figura 32 - Consulta Pública de Validade de NF-e no Portal Nacional

Importante destacar que a legislação da NF-e determina que a empresa compradora destinatário da NF-e) deverá verificar a validade e a autenticidade da NF-e e a existência da respectiva autorização de uso.

Para acompanhar o trânsito da mercadoria é impressa uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulado Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), em papel comum, e em única via, que contém impresso, em destaque, a chave de acesso para consulta da NF-e na Internet e um código de barras unidimensional no formato CODE 128-C contendo a mesma informação da chave de acesso, o que facilita a verificação da NF-e pelos Postos Fiscais de Fronteira dos Estados e também na recepção de mercadorias das empresas compradoras. Na Figura 33, a seguir, é apresentado um modelo de DANFE.

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)		Nº 000.000.001	
Data de Emissão:		Sinal: 25

Empresa XYZ LTDA Av. da Sucesso, 1000 - conjunto 100 - Jardim Bela Vista, São Paulo, SP - CEP: 12345678 - Fone/Fax: 1112345678		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada ☐ 1 - Saída ☒		Controle de Emissão: 3518 8799 1711 1000 0074 5040 0000 0000 0000 1000 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e: www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site de Sefaz Autorizadora	
Autorização de Operação: Venda		Número de Emissão: 171555558118		Número de Emissão do Documento: 99.171.171.0005-74	
Destinatário/Remetente: Cliente 1 LTDA Rua Boa Vista, 500 - São Paulo, SP - CEP: 1112345678		Inscrição Estadual: 46.377.222/0002-00		Data de Emissão: 10/07/2010	
Endereço: Vila Mariana		Inscrição Municipal: 12345-678		Data de Emissão do Documento: 10/07/2010	
Município: São Paulo		UF: SP		Número de Emissão do Documento: 110042490114	

PAGAMENTO À VISTA					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
Valor do Produto	Valor do Imposto	Valor do Produto com Imposto	Valor do Produto com Imposto	Valor do Produto com Imposto	Valor Total do Produto
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
Valor do Produto	Valor do Imposto	Valor do Produto com Imposto	Valor do Produto com Imposto	Valor do Produto com Imposto	Valor Total do Produto
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00

TRANSPORTADOR/VOLANTES TRANSPORTADOR					
Modalidade:	Parte por Conta:	Quantidade:	Valor do Produto:	Valor do Produto:	Valor do Produto:
0	0	0	0	0	0
Quantidade:	Valor do Produto:	Valor do Produto:	Valor do Produto:	Valor do Produto:	Valor do Produto:
0	0	0	0	0	0

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO														
Item:	Descrição do Produto/Serviço	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total
01	Produto 1	1	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00

CÁLCULO DO IMPOSTO			
Valor do Produto	Valor do Imposto	Valor do Produto com Imposto	Valor do Produto com Imposto
0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	
Informações adicionais do produto/serviço	Informações adicionais do produto/serviço

Figura 33 - Modelo de DANFE - Documento Auxiliar da NF-e

Uma vez autorizado o uso de uma NF-e, a mesma poderá ser cancelada pela empresa que a emitiu mediante pedido de cancelamento encaminhado por web service desde que não tenha

ocorrido a efetiva circulação da mercadoria e até o prazo de 24 horas contado da data e hora da correspondente concessão de autorização.

O arquivo da NF-e, juntamente com o seu respectivo protocolo de autorização de uso, deve ser encaminhado ou disponibilizado pela empresa emitente ao comprador. Todavia a forma de envio destes arquivos ou de sua disponibilização não se encontra disciplinada na legislação, uma vez que o entendimento do Fisco é de que este é um aspecto comercial entre comprador e vendedor, e que não seria adequada uma regulação governamental sobre este tema, restando ao mercado o estabelecimento dos padrões de intercâmbio.

No Brasil os emissores e receptores de NF-e não são obrigados a guardar o documento auxiliar da NF-e - DANFE em papel, todavia continuam responsáveis por armazenar por 5 anos o arquivo eletrônico em formato XML que representa o documento fiscal eletrônico.

Na Figura 34 é apresentado um diagrama gráfico simplificado do modelo operacional da NF-e.

Figura 34 - Modelo Operacional NF-e

No caso de problemas técnicos que impeçam a emissão da Nota Fiscal eletrônica não é permitido que o contribuinte volte a emitir os antigos documentos fiscais em papel, devendo adotar uma das 3 modalidades de contingência disponíveis no modelo da NF-e.

A decisão pela entrada em contingência é exclusiva do contribuinte não sendo necessária a obtenção de autorização prévia do Fisco.

A primeira modalidade de contingência que surgiu e também é aquela mais utilizada, corresponde a utilização de um papel especial, controlado e numerado, para a impressão do DANFE e posterior envio do arquivo eletrônico da NF-e em prazo de até 168 horas. Este papel é conhecido por formulário de segurança.

A segunda modalidade é a utilização do Sistema de Contingência do Ambiente Nacional (SCAN). Esta alternativa de contingência somente pode ser utilizada pelo contribuinte quando o problema técnico estiver no sistema de autorização de NF-e da Secretaria da Fazenda. Nesta modalidade, o contribuinte também deverá utilizar uma série específica na faixa de 900 a 999 para emissão de NF-e e encaminhará o arquivo eletrônico previamente a circulação da mercadoria, não mais para o sistema de autorização da Secretaria da Fazenda do seu Estado mas sim para o sistema de autorização em contingência disponibilizado pela Receita Federal no Ambiente Nacional da NF-e. A principal vantagem desta modalidade de contingência é que a NF-e é autorizada, somente que por um sistema distinto do normal, e pode ser impresso o DANFE em papel comum, sem a necessidade de uso de papel especial.

A última modalidade é a contingência eletrônica chamada de Declaração Prévia de Emissão em Contingência (DPEC). Na DPEC, o contribuinte quando tiver problemas técnicos para autorização da NF-e, gerará um arquivo eletrônico XML contendo o resumo de informações de até 50 NFe que deseja emitir. Enviará este arquivo resumo por Web service ou por upload em página específica do portal do Ambiente Nacional da NF-e previamente à realização das transações comerciais e do transporte das mercadorias, recebendo em resposta da Receita Federal um arquivo contendo recibo da entrega da DPEC. De posse deste recibo, poderá imprimir os respectivos DANFE em papel comum e posteriormente, quando superado o problema técnico e em prazo não superior a 168 horas, deverá enviar os arquivos eletrônico originais das NFe constantes da DPEC para validação e autorização pela sistema da Secretaria da Fazenda.

Com base na experiência adquirida na implantação inicial da Nota Fiscal Eletrônica e sua massificação, o Fisco identificou a necessidade de criar um mecanismo para o registro, de forma organizada, das inúmeras ocorrências que poderiam estar associadas a uma determinada NF-e ao longo de seu ciclo de vida.

Assim, surgia em 2010 o conceito da NF-e de 2ª Geração, onde as ocorrências vinculadas a uma Nota Fiscal Eletrônica passariam a ser tratadas como eventos organizados de forma seqüencial e temporal.

A principal motivação do Fisco Brasileiro para a revisão do modelo originalmente implantado da Nota Fiscal Eletrônica foi a percepção de que diversas ocorrências relevantes em termos de controle fiscal vinculadas ao documento fiscal eletrônico não estavam sendo devidamente registradas e monitoradas pela Fiscalização Tributária.

Quando da concepção inicial do modelo da NF-e, o objetivo era a substituição de um documento fiscal em papel por um equivalente eletrônico com validade jurídica e que fosse enviado e autorizado pelo Fisco antes da circulação da mercadoria. O desafio tecnológico que se colocava era imenso. Receber, validar e autorizar em tempo real todas as notas fiscais de operações com mercadorias entre empresas do Brasil, ou seja, milhões de transações diárias, envolvendo milhares de empresas.

Todavia, superada com sucesso a fase de massificação da Nota Fiscal Eletrônica, passou a ficar claro para a Administração Tributária dos Estados e da Receita Federal que seria necessário aprimorar o modelo original para incorporar outras informações associadas aos documentos fiscais eletrônicos armazenados na base de dados do Fisco.

Os eventos são representados por mensagens no formato XML que são gerados pela aplicação do contribuinte ou através dos serviços oferecidos através do Portal da Secretaria de Fazenda interessada ou órgão público que pratique atos de interesse da NF-e.

O autor da assinatura da mensagem XML do evento pode ser o emissor da NF-e, o destinatário da NF-e ou qualquer órgão interessado que gerou o evento.

Cada uma destas ocorrências, quando registradas no banco de dados do Fisco, representa um evento associado a NF-e, os quais possuem algumas características em comum.

Como primeira característica de um evento é que o mesmo está sempre vinculado a uma determinada Nota Fiscal Eletrônica, estando, portanto, associado a uma determinada chave de acesso que é um número de quarenta e quatro dígitos que identifica de maneira unívoca uma NF-e. A chave de acesso é utilizada para a realização da consulta pública da validade de uma Nota Fiscal Eletrônica junto ao Ambiente Nacional da NF-e na Internet ou junto ao sítio da NF-e na Internet junto ao portal da Secretaria da Fazenda da Unidade Federada que autorizou a Nota Fiscal Eletrônica.

Outra característica essencial de um evento é seu aspecto temporal, o que possibilita o seu registro em ordem seqüencial e exata em relação aos demais eventos registrados para uma determinada NF-e e que ocorreram antes ou depois daquele evento. Importante registrar que o carimbo do tempo de um evento, ou seja, a data e hora com minutos e segundos de sua ocorrência é sempre baseado no horário fornecido pelo registro do evento junto ao ambiente

tecnológico do Fisco, não sendo, portanto, uma informação susceptível de uma eventual manipulação pelo contribuinte.

Na Figura 35, a seguir, é apresentado um exemplo de consulta de uma Nota Fiscal Eletrônica com evento associado no Ambiente Nacional da NF-e. Podemos verificar que além da informação sobre a situação do documento fiscal eletrônico consta a existência do evento “Carta de Correção Eletrônica”.

Fazenda
Ministério da Fazenda

Ambiente de Homologação

Conheça a NF-e | Serviços | L

NFe

100001010101110001 > > > >

NOTA FISCAL ELETRÔNICA 100001

10101110001

Serviços | Legislação | Documentos | Downloads

Você está aqui: [Página Principal](#) > [Serviços](#) > [Consultar Resumo da NFe](#)

A- A+

Consultar Resumo da NFe

Nova Consulta Consulta Com plots

Chave de Acesso	Número NF-e	Versão
35-1108-99.171.171/0005-74-55-300-000.000.359-150.594.150-6	359	2.00

Dados da NF-e

Número	Série	Data de emissão	Valor Total da Nota Fiscal
359	300	25/08/2011	1.000,00

EMITENTE

CNPJ	Nome/Razão Social	Inscrição Estadual	UF
99.171.171/0005-74	Empresa Emissora SP	17155558118	SP

DESTINATÁRIO

CNPJ	Nome/Razão Social	Inscrição Estadual	UF
00.000.000/0000-00	NF-E EMITIDA EM AMBIENTE DE HOMOLOGACAO - SEM VALOR FISCAL		EX

EMIÇÃO

Processo	Versão do Processo	Tipo de Emissão	Finalidade
3- pelo Contribuinte com aplicativo fornecido pelo Fisco	2.1.4	1 - Normal	1 - Normal

Natureza da Operação	Tipo da Operação	Forma de Pagamento	Digest Value da NF-e
Venda	0-entrada	0 - À vista	pb2AkY2V4B8obNmI2Cxy1xN0lk0=

SITUAÇÃO ATUAL: AUTORIZADA

Ocorrência	Protocolo	Data/Hora	Recebimento no Ambiente Nacional
Autorização	135110006105669	26/08/2011 22:57:05	26/08/2011 22:57:15
Carta de Correção Eletrônica	135110006920506	11/09/2011 19:54:31	11/09/2011 19:54:40

Figura 35 - Consulta Pública NF-e com Evento Associado

Cada evento registrado recebe um protocolo de identificação unívoco fornecido pelo Fisco no momento de seu registro junto ao sistema, evitando assim que possam existir eventos com mesma identificação (MELLO, DIAS, 2012).

Os eventos podem corresponder a ocorrências ou situações diversas todavia possuem uma mesma forma de comunicação e de consulta estabelecidas pelo Fisco, e um conjunto mínimo padronizado de informações. Esta padronização de comunicação e de informações visa facilitar a adequação dos sistemas de mercado que operem na emissão ou recepção de notas fiscais eletrônicas, bem como favorecer a implantação de novos eventos a medida que os mesmos sejam mapeados. A relação de eventos é expansível, na medida em que podem sempre surgir novas situações que envolvam a Nota Fiscal Eletrônica (MELLO, DIAS, 2012). Os eventos possuem ações e níveis de visualização específicos. Desta forma, por exemplo, determinado evento poderá não estar disponível para visualização pelos contribuintes mas somente para o Fisco.

A última característica de um evento que relacionamos é o fato de ser compartilhado entre os entes envolvidos após seu registro. O registro do evento deve ocorrer preferencialmente no órgão que autorizou a NF-e vinculada ao evento e será propagado para os demais órgãos interessados pelo mecanismo de compartilhamento de documentos fiscais eletrônicos.

Hoje já existem diversos eventos de NF-e implantados e outros eventos em fase de implantação. Cabe destacar, em especial, a implantação no segundo semestre de 2012 dos eventos associação a manifestação do destinatário. Desta forma, no modelo atual da NF-e, o cliente pode efetuar os seguintes registros para uma NF-e:

- **Confirmação da operação** - confirmar eletronicamente a realização da operação comercial, com o recebimento das mercadorias, impossibilitando ao emissor o cancelamento da NF-e, ainda que esteja dentro do prazo de 24 horas da emissão;
- **Desconhecimento da operação** – informar eletronicamente ao fisco que houve a emissão de uma NF-e, constando seus dados como destinatário da operação, todavia a empresa não reconhece a legitimidade do documento;
- **Operação não realizada** – para registrar que uma determinada operação comercial que deveria realizar não pode ser concluída, por exemplo pelo roubo da mercadoria no trajeto, acidente, etc.

O destinatário dispõe de três formas distintas para realizar o registro de um evento de manifestação em uma NF-e. Pode fazê-lo diretamente de seus sistemas, bastando sua aplicação dispor dos Web services síncronos de eventos. Pelo Web service de eventos poderá efetuar a manifestação em até 20 NF-e distintas em uma única transação.

Pode ainda fazer o registro da manifestação, diretamente em serviço disponível em página web do Portal Nacional da NF-e, necessitando apenas ter o certificado digital da empresa destinatária da NF-e. Na Figura 36 é apresentada a página deste serviço no portal do Ambiente Nacional da NF-e.

Figura 36 - Página Web para Manifestação do Destinatário da NF-e

Por fim, poderá utilizar um aplicativo de manifestação gratuita, desenvolvido e disponibilizado pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, necessitando apenas instalar o programa em seu computador, ter acesso à Internet e o certificado digital da empresa destinatária.

Juntamente com os eventos de manifestação do destinatário foram disponibilizados dois outros novos Web services importantes. Um Web Service possibilita a empresa receber eletronicamente a informação das NF-e emitidas constando a empresa como destinatária. Já o outro Web service permite que a empresa recupere por mensagem eletrônica, por transação, até 10 arquivos XML de NF-e para os quais tenha confirmado previamente a operação. Além desta possibilidade de obtenção de seus arquivos eletrônicos, já fazia parte do modelo a

possibilidade de download do arquivo XML pelo emissor ou pelo receptor da NF-e diretamente da página de consulta pública, sendo exigida na transação o certificado digital do contribuinte.

O registro de eventos relativos à manifestação do destinatário passou a ser obrigatório em 2013 para os distribuidores de combustíveis (a partir de 01 de março) e para os postos revendedores de combustíveis (a partir de 01 de julho), possibilitando um controle fiscal maior da cadeia de combustíveis. O prazo para que o contribuinte obrigado efetue a manifestação depende do tipo de operação (dentro do Estado ou Interestadual) e do tipo de manifestação (confirmação da operação, desconhecimento da operação e operação não realizada), variando entre 20 e 70 dias, conforme o caso. Em 2014 deverão ser incluídos novos segmentos na obrigatoriedade de manifestação do destinatário.

Para os demais contribuintes, não obrigados ainda à manifestação do destinatário, o uso destes serviços é permitido em caráter voluntário.

Segundo Bonfin et al. (2012, p. 26),

“o projeto da nota fiscal eletrônica é o alicerce para uma nova administração fiscal, na qual o estado tem maior informação a respeito das operações de vendas entre empresas e proporciona para as organizações ganhos com a desburocratização de obrigações fiscais”.

6.3. Solução de Fatura Eletrônica para Pequenas e Médias Empresas

Para as pequenas e médias empresas, em 2008, antes do início da primeira data de obrigatoriedade foi disponibilizada pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, para uso por contribuintes emissores de NF-e de todo o país, um aplicativo gratuito de emissão de nota fiscal eletrônica (MELLO, 2010 a). Para a utilização desta ferramenta, o contribuinte deve instalar em seu computador, ter acesso à Internet e possuir o certificado digital da empresa emissora.

Este aplicativo possibilita a emissão de uma NF-e por digitação de todos os dados da NF-e, ou por importação de um arquivo eletrônico com formato de campos pré-estabelecido em padrão XML ou TXT. Desta forma, muitas empresas mantiveram seus sistemas antigos de faturamento e apenas desenvolveram um aplicação que extraia as informações necessárias para a NF-e e em seguida importava este arquivo no programa emissor gratuito para a geração, assinatura e transmissão da NF-e.

Para facilitar o processo de emissão da nota fiscal eletrônica e evitar a repetição de digitação e informações, o aplicativo gratuito dispõe ainda de opção para a criação de cadastros de

produtos, clientes e transportadores. Este aplicativo é hoje utilizado por mais de 50% dos emissores de NF-e do Brasil.

6.4. Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e – Fatura Eletrônica para o Varejo

Com o êxito da implantação e massificação da nota fiscal eletrônica para toda a indústria e atacado do Brasil, faltava-se encontrar uma solução totalmente eletrônica para os documentos fiscais em papel emitidos pelo varejo.

Atualmente, no Brasil, são utilizados, basicamente dois documentos fiscais para as vendas à consumidores finais no varejo: pelas empresas varejistas maiores são emitidos cupons fiscais gerados por impressoras fiscais, com uso previamente autorizado pelo Fisco, e notas fiscais, manuais e simplificadas, pelas empresas menores.

As obrigações acessórias no varejo são extremamente pesadas e custosas para as empresas. As empresas devem adquirir impressoras fiscais que são equipamentos de custo elevado, devem credenciar estes equipamentos previamente junto a sua Secretaria da Fazenda. Além disso as impressoras fiscais devem possuir memória fiscal inviolável e devem conter lacres apostos por interventores técnicos previamente autorizados pelo Fisco. Diariamente a empresa deve emitir no início e no final do dia, para cada impressora fiscal um relatório de movimento chamados de Redução Z e Leitura X. Estes documentos devem ser guardados pela empresa por 5 anos para eventual apresentação ao Fisco.

Assim, de uma demanda de estudos dos Secretários de Fazenda ao ENCAT, fórum responsável pela coordenação nacional dos projetos de documentos fiscais eletrônicos no Brasil, teve início, em novembro de 2011, o projeto nacional da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica – NFC-e.

A NFC-e visa ser uma alternativa totalmente eletrônica para os atuais documentos fiscais em papel utilizados no varejo, reduzindo significativamente os custos de obrigações acessórias aos contribuintes, ao mesmo tempo que possibilita o aprimoramento do controle fiscal pelas Administrações Tributárias. Com a NFC-e, também o consumidor é beneficiado, ao possibilitar a conferência da validade e autenticidade do documento fiscal recebido.

O Projeto NFC-e propõe o estabelecimento de um padrão nacional de documento fiscal eletrônico, baseado nos padrões técnicos de sucesso da Nota Fiscal Eletrônica, todavia adequado às particularidades do varejo. A adoção da NFC-e ficará a critério de cada Unidade

Federada, podendo conviver com outros mecanismos de controle fiscal, atualmente existentes. Participam do projeto piloto da NFC-e, representantes de Secretarias de Fazenda Estaduais dos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Sergipe; da Receita Federal e de um grupo de 32 empresas voluntárias de diversos segmentos do varejo, como supermercados, redes de farmácia, lojas de departamentos, lojas de materiais de construção, postos revendedores de combustíveis, entre outros.

O escopo da NFC-e abrange operações comerciais de venda, presencial ou para entrega em domicílio, para consumidor final (pessoa física ou jurídica), em operação interna ao Estado e sem possibilidade de geração de crédito de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao adquirente.

A NFC-e segue o mesmo padrão técnico da NF-e, sendo também um arquivo eletrônico no formato XML e que contém a assinatura digital do emissor. Como a NF-e, a NFC-e também deve ser autorizada em tempo real, na frente de caixa, antes da conclusão da venda.

Após a autorização da NFC-e, o consumidor receberá um documento auxiliar em papel, intitulado Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (DANFE NFC-e), bastante similar aos atuais cupons fiscais, e que possui impresso um QR Code.

Assim, de posse do DANFE NFC-e, com o uso de um smartphone ou tablete que contenha um leitor de QR Code, o consumidor poderá verificar a validade e a autenticidade da NFCE, diretamente no site da Secretaria da Fazenda.

O DANFE NFCE pode, desde que o consumidor assim autorize, ser impresso em formato resumido ou ecológico, sem a impressão do detalhe de itens de mercadoria. A legislação da NFC-e permite ainda que seja inclusive dispensada a impressão do DANFE NFCE, a critério do Estado e desde que o consumidor esteja de acordo, com o envio da NFCE ao consumidor por mensagem eletrônica.

O projeto NFC-e incorporou ainda outras novidades tecnológicas ao modelo existente da Nota Fiscal Eletrônica. A possibilidade de transmissão do arquivo da NFC-e em um lote com apenas um documento e com requisição de processamento síncrono e o envio do lote compactado, reduzindo o tamanho do arquivo XML em mais de 70% , com ganhos importantes na redução do tempo de processamento em 7 vezes.

Outra característica distintiva na NFC-e é a possibilidade de utilização de uma nova modalidade de contingência, intitulada “off-line”. O emissor de NFC-e, na eventualidade de problemas técnicos que impeçam a autorização da NFC-e ou em que o tempo de resposta de processamento não esteja adequado a operação comercial, poderia emitir o documento

eletrônico e imprimir o DANFE NFC-e, com posterior envio do arquivo eletrônico para autorização em prazo de até 24 horas.

A legislação nacional da NFC-e foi aprovada em fevereiro de 2013 e já em março tivemos a emissão da 1ª NFC-e com validade jurídica. Atualmente existem mais de 100 empresas emissoras de NFC-e nos 7 Estados Brasileiros do projeto piloto, tendo sido autorizadas de março a agosto de 2013 mais de 100 mil NFCe. O projeto piloto da NFC-e será encerrado em outubro de 2013, dando início a fase de massificação do projeto.

Já foram publicados cronogramas de obrigatoriedade de uso da NFC-e a partir de março de 2014 em 2 Estados (Amazonas e Mato Grosso). Em 2014 novos Estados deverão aderir ao uso da NFC-e.

Na Figura 37 é apresentado um exemplo de DANFE NFC-e, com o código QR Code impresso.

MATEUS SUPERMERCADOS LTDA
 CNPJ - 03.995.515/0013-09 IE - 122255518
 AV DANIEL DE LA TOUCHE, 73 - A COHAMA
 SAO LUIS - MARANHAO

DANFE NFCe - Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal Eletronica para Consumidor Final
 Não permite aproveitamento de credito de ICMS

Item	Codigo	Descricao	Qtde	Un	VI Unit	VI Total
001	7891000100103	LEITE COND MOCA				
	1	UN X			3,49	3,49

TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 3,49

QTD. TOTAL DE ITENS 001
 VALOR TOTAL R\$ 3,49
 FORMA DE PAGAMENTO Valor Pago
 Dinheiro R\$ 3,49

Informacao dos Tributos Totais R\$ 0,59
 Incidentes (Lei Federal 12.741/2012)

Numero 000000001 Serie 001
 Emissao 28/05/2013 17:23:00
 Via Consumidor

Consulta pela chave de acesso em
www.nfce.sefaz.ma.gov.br/portal/consultarNFCe.jsp

CHAVE DE ACESSO
 2113 0503 9955 1500 1309 6500
 1000 0000 0110 0000 0011

CONSUMIDOR
 CPF - 02577511302 Jorge Ricardo S. Nascimento

Protocolo de Autorizacao: 321130000000001
 28/05/2013 17:24:10

Figura 37 - Exemplo DANFE NFCe

6.5. Outros Documentos Fiscais Eletrônicos

Além da Nota Fiscal Eletrônica e da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica existem, no Brasil, mais dois outros documentos fiscais eletrônicos: o Conhecimento de Transporte de Cargas Eletrônico (CT-e) e o Manifesto de Documentos Fiscais Eletrônico (MDF-e).

O projeto do CT-e teve inicio em 2007 e teve sua legislação aprovada em 2009. Basicamente o CT-e substitui os documentos fiscais de prestação de serviço de transporte de cargas

interestaduais e intermunicipais de 5 modais de transporte: rodoviário, aquaviário, ferroviário, aéreo e transporte por dutos (MELLO, 2011). O CT-e segue os mesmos padrões tecnológicos da NF-e com a diferença de possuir um conjunto de campos de informação distintos.

Atualmente o CT-e já é obrigatório para todos os modais exceto para micro e pequenas transportadoras de carga do modal rodoviário, cuja obrigatoriedade está prevista para dezembro de 2013. Ou seja, a partir de 2014, qualquer transporte de cargas entre municípios e/ou Estados estará documentada por CT-e.

Desde 2009, quando foi emitido o primeiro CT-e no Brasil até hoje já foram autorizados mais de 341 milhões de conhecimentos de transporte de carga eletrônicos por mais de 31 mil transportadoras.

O MDF-e é um projeto que teve início em 2010 e que visa substituir um documento fiscal chamado manifesto de cargas. No MDF-e são identificados o veículo de transporte de cargas, bem como todos os documentos fiscais que compõem a carga. O MDF-e é de grande interesse para a fiscalização dos postos fiscais de fronteira, pois facilita a conferência dos documentos fiscais eletrônicos (NF-e e CT-e). Atualmente o projeto do MDF-e está em fase de piloto, com um grupo de transportadoras de carga voluntárias, todavia já possui cronograma de obrigatoriedade previsto para 2014.

ARGENTINA

Informações Gerais¹⁰:

NOME OFICIAL	República Argentina
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	Buenos Aires	
MOEDA	Peso Argentino (ARS)	
POPULAÇÃO	41.086.927 (2012)	
ÁREA	2.780.400 km² (8º)	
PIB	US\$ 474,865 bilhões (2012)	
IDH	0,811 (2012) - 45º do mundo	
RENDIA PER CAPITA	11.740 US\$ (2006)	

7. Fatura Eletrônica na Argentina

Neste capítulo analisaremos o modelo, ou melhor dizendo, os diversos modelos de fatura eletrônica utilizados na Argentina. O leitor poderá assim conhecer uma diferente proposta de abordagem para a fatura eletrônica, que é bastante distinta dos demais modelos latino americanos.

O projeto argentino de fatura eletrônica teve início em 2006, como uma evolução natural do controle de documentos fiscais em papel que anteriormente existia e que era baseado em impressores autorizados e fornecimento, pela Internet, de código de autorização de impressão (CAI) para os documentos fiscais.

O modelo de fatura eletrônico argentino apresenta diversas singularidades em relação aos demais modelos latino-americanos que analisaremos a seguir. Foi este país que primeiro inaugurou, 2007, a estratégia de massificação baseada na imposição de obrigatoriedade de uso da fatura eletrônica.

A entidade responsável pela fatura eletrônica na Argentina é a Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP). A AFIP é o órgão responsável por executar as políticas impulsionadas pelo Poder Executivo Argentino em termos de matéria tributária, aduaneira e de arrecadação dos recursos da seguridade social.

No portal da AFIP (Figura 38) é disponibilizado um micro site sobre a fatura eletrônica (<http://www.afip.gob.ar/fe/>).

¹⁰ Fonte de Informações: Banco Mundial e Wikipédia.

AFIP
ADMINISTRACIÓN FEDERAL

>>> ACCESO CON CLAVE FISCAL

DIALOGO FISCAL

>>> TRÁMITES Y SERVICIOS

Autónomos
Contribuyentes Régimen General
Empleadores
Empleados
Futuros Contribuyentes
Monotributistas
Empleados de Casas Particulares
Operadores de Comercio Exterior
Viajeros
Usuarios Aduaneros
Organismos de la Seguridad Social

Accesos más utilizados

Factura Electrónica / Comprobantes en Línea

Régimen General
(Sujetos, comprobantes, fechas de aplicación...)

- Comprobantes
- Sujetos
- Incorporación y exclusión del régimen
- Sujetos que pueden optar por emitir comprobantes electrónicos originales
- Autorización para la emisión de comprobantes electrónicos originales
- Consideraciones para solicitar autorización de emisión del comprobante electrónico
- Almacenamiento de comprobantes electrónicos
- Fechas de Aplicación

Regímenes específicos
(Regímenes para determinadas operaciones/actividades)

- Actividad hotelera y turística (RG 2959) .
- Entidades de superintendencia, control y/o regulación.(RG 2918)
- Fábricas de motocicletas y sus proveedores
- Fechas de Aplicación

Herramientas de Asistencia
(Consultas, demos, tablas del sistema)

- ABC - consultas y respuestas frecuentes
- Información sobre facturación
- Consultas relacionadas a Factura Electrónica de Exportación: factuexpodga@afip.gob.ar
- Guía Paso a Paso ¿Cómo efectuar la emisión de factura electrónica?

Demos interactivas

Información y especificaciones técnicas

- RG 2758 - Manual para el desarrollador V.1
- RG 2758 - Diseño de Registro XML V.1
- RG 2904 - Diseño de Registro XML - V.0.1
- RG 2904 - Manual para el Desarrollador - V.0.1
- RG 2904 - Diseño de Registro XML - V.0
- RG 2904 - Manual para el Desarrollador - V.0
- RG 2485 - Diseño de Registro XML - V.1.1
- RG 2485 - Manual para el Desarrollador - V.1.1
- RG 2485 - Diseño de Registro XML - V.1 (obligatorio a partir del

Figura 38 - Home Page Fatura Eletrônica AFIP Argentina

7.1. Evolução

O projeto da fatura eletrônica argentino teve início em 2006 como uma evolução natural do projeto de controle de autorização de impressão de documentos fiscais em papel que havia se iniciado em 98. No modelo do controle em papel, a AFIP fornecia um código de autorização de impressão – CAI pela internet para impressores autorizados imprimirem os documentos fiscais dos contribuintes.

Quando se iniciou o projeto de fatura eletrônica, seguiu-se a mesma linha, de se fornecer um código de autorização eletrônico (CAE) para os documentos fiscais eletrônicos. Além disso, se buscou utilizar a mesma sistemática de envio de declarações juradas que já existia e que os contribuintes argentinos já estavam acostumados. Ou seja, o envio de um arquivo plano (texto), utilizando um aplicativo fornecido pela AFIP, que era instalado pelo contribuinte que utilizava a sua mesma chave de acesso aos serviços da AFIP.

A motivação inicial para o projeto de fatura eletrônica na AFIP em 2006, decorreu de uma demanda dos próprios contribuintes, especialmente grandes empresas de telecomunicações que buscam alternativas para agilizar seus processos de faturamento de grande escala.

Esta origem histórica explica porque se adotou inicialmente o padrão texto de arquivo de fatura eletrônica na Argentina e o motivo de, como veremos, coexistirem hoje diversos modelos de fatura eletrônica naquele país.

Assim, a primeira solução de fatura eletrônica foi baseada no uso de um aplicativo em Visual Basic, desenvolvido pela AFIP, em que o contribuinte importa um grande lote de registros de informações parciais (identificação do número “Folio”, identificação do emitente, do

destinatário, data e dos valores totais) das faturas que desejava emitir e envia pelo programa para a AFIP, de forma encriptada. A AFIP recebe o arquivo de lote de informações e processa de forma diferida, fornecendo a resposta por meio de uma página web. A resposta do processamento nada mais é do que o arquivo original, com a inclusão de um código de autorização eletrônico – CAE para cada registro de fatura. Estando de posse desse arquivo com os CAE, o contribuinte tem 5 dias para emitir as faturas eletrônicas e encaminhar aos seus clientes, podendo enviar a imagem em pdf por email, ou entregar a representação impressa, que deverá conter sempre o CAE.

Logo a alta direção da AFIP se deu conta do potencial de controle fiscal que se poderia ter com este modelo de faturação eletrônica que era relativamente simples de se implantar, pois os contribuintes já tinham a cultura de encaminhar suas declarações juradas, de forma semelhante, por um aplicativo da AFIP. Como consequência, a Argentina foi o primeiro país da América Latina a estabelecer a massificação da fatura eletrônica por meio da publicação de cronograma de obrigatoriedade.

Na Figura 39, a seguir, é apresentado este cronograma de obrigatoriedade que teve início em 01 de abril de 2007. As obrigatoriedades foram definidas pela AFIP por atividades e não por faturamento de empresas, atingindo, com algumas exceções, de uma vez só, todos os contribuintes enquadrados em determinado segmento.

CONTRIBUENTES	DATA
Serviços de planos de saúde com pagamento de cota mensal, serviços de TV a cabo ou por satélite, serviço de acesso à Internet com pagamento de cota mensal	01/04/2007
Serviço de telefonia celular	01/07/2007
Serviços de limpeza, empresas de segurança, transportadores logísticos	01/10/2007
Serviços de telemensagem, informática, publicidade, serviços profissionais superiores a \$ 600.000	01/01/2009
Fabricantes de bens de capital, informática e telecomunicações que possuem estabelecimento industrial que utilizem benefícios fiscais para o pagamento de impostos nacionais (RG 2557)	02/03/2009
Operações por serviços de outorga de apólices de seguro e caução (RG 2668)	01/11/2009
Responsáveis inscritos no IVA e no Registros Especiais Aduaneiros que realizem operações de exportação, incluídos nas disposições da R.G. 596 (Aduana Domiciliaria) (RG 2758)	01/05/2010
Operações compreendidas no subregime denominado REMO – “Guia de Removido EXPCON”, com destino as áreas definidas pela Lei nº 19.640 e suas modificações	01/10/2010
Para as operações restantes dos contribuintes anteriores	01/07/2010
Fornecedores do Serviço Público Nacional (RG 2853), Fabricantes de motocicletas beneficiárias de certificados de redução de tarifas ou de benefícios fiscais e seus fornecedores (RG 2861)	01/11/2010
Responsáveis inscritos no imposto de valor agregado, que sejam notificados pela Administração Tributária Federal relativamente a sua inscrição, mediante nota subscrita por juiz administrativo competente (RG 2904)	Desde a notificação
Entidades de superintendência, controle ou regulação (RG 2918)	Desde a notificação
Atividades Turísticas e hoteleiras (RG 2959)	01/01/2011
Importadores (RG 2975)	01/07/2011 (opcional a partir de 01/01/2011)
Contribuintes com tributação monofásica e os enquadrados nas categorias H, I, J, K ou L (RG 3067)	01/05/2011

Figura 39 - Cronograma Obrigatoriedade de Comprovantes Fiscais Eletronicos na Argentina

O que era um projeto muito pequeno no início rapidamente começou a crescer. Então foram necessárias algumas melhorias no modelo, como a criação de um modelo de geração de faturas eletrônicas em linha, pela web, para os pequenos contribuintes e soluções mais sofisticadas, de integração eletrônica, com o uso da tecnologia web service. O cenário tecnológico era propício para estas adaptações, com o aumento de disponibilidade e acesso à Internet aos contribuintes na Argentina.

Como resultado da estratégia de massificação adotada, baseada na obrigatoriedade por atividades de interesse de controle da AFIP, houve um crescimento exponencial da quantidade de emissores de fatura eletrônica na Argentina, conforme se verifica no gráfico da Figura 40, sendo que até março de 2013, já tinham sido emitidas mais de 550 milhões de faturas eletrônicas na Argentina nos diversos modelos (QUADROS, 2013).

Figura 40 - Evolução Anual da Quantidade de Emissores Fatura Eletrônica na Argentina
Fonte: (QUADROS, 2013).

7.2. Principais Características Técnicas e Modelo Operacional

Como vimos, na Argentina, o projeto inicial de fatura eletrônica de 2006, em virtude da existência anterior de um controle de autorização de impressão para os documentos fiscais em papel, baseado em um código de autorização de impressão – CAI por documento, e pelo fato dos contribuintes e a própria AFIP já terem experiência com a utilização de um aplicativo para o envio de arquivos eletrônicos de declaração jurada de impostos, acabou por ser uma adaptação e evolução natural destes conceitos.

Desta forma, a Argentina conseguiu, em pouco tempo e com reduzido esforço de desenvolvimento, tanto por parte da AFIP quanto pelos contribuintes, implantar um modelo de fatura eletrônica que atendia a demanda recebida pela AFIP principalmente das grandes empresas de telefonia, que queriam agilizar e modernizar seus processos de faturamento.

Todavia, esta aparente vantagem inicial, de se partir de algo conhecido e disponível, e implantar rapidamente uma solução de fatura eletrônica, acabou por se tornar um grande desafio, uma vez que hoje a faturação eletrônica na Argentina é composta por diversos modelos, com diferentes padrões técnicos de arquivos e de conteúdo de informação.

Apesar das diferenças entre os modelos argentinos, que analisaremos em maior detalhe a frente, existe uma coluna vertebral básica e comum a todos, que justamente tem a ver com a cultura da anterior do CAI.

Na Figura 41, a seguir, é apresentado o que seria o modelo nuclear e básico dos modelos de fatura eletrônica argentina. Ou seja, podemos dizer que, em linhas gerais, todos os modelos de fatura eletrônica na Argentina, ainda que utilizem formas de transmissão eletrônica das informações com o uso de diferentes tecnologias, bem como padrões técnicos distintos para os arquivos eletrônicos, seguem a mesma filosofia do CAE.

Basicamente, o código de autorização eletrônica – CAE corresponde a um tipo de protocolo único, fornecido pela AFIP após validação, para cada registro de fatura eletrônica transmitido pelo contribuinte emissor.

Assim, independentemente da forma de transmissão do registro eletrônico da fatura: se por um aplicativo da AFIP, por preenchimento de um formulário em uma página web, ou pelo envio da informação via web service; bem como, sem importar também o padrão do arquivo, se um arquivo eletrônico em formato de texto plano ou ainda um arquivo eletrônico XML, após a recepção da informação do comprovante eletrônico e sua validação, será fornecido um CAE que autoriza a realização da operação comercial e que deverá ser incorporado a fatura eletrônica original, a ser entregue ao cliente (SPINA, GIMENEZ, SCALETTA, 2011).

Podemos então resumir a faturação eletrônica na Argentina aos seguintes processos principais, constantes esquematicamente da Figura 41:

- ❖ 1 – o emissor realiza a operação comercial e obtém os dados necessários para a geração da fatura eletrônica;
- ❖ 2 – o emissor registra em seu sistema os dados e gera o registro da fatura eletrônica;
- ❖ 3 – o emissor envia o registro eletrônico da fatura para a AFIP, com mecanismo de segurança que garanta autoria e integridade da informação;
- ❖ 4 – AFIP recebe a informação eletrônica da fatura, faz as validações formais, registra as informações fiscais da operação em seu banco de dados;
- ❖ 5 – AFIP outorga um código de autorização eletrônico – CAE para cada registro de fatura processado sem erro;
- ❖ 6 – Emissor obtém o CAE outorgado pela AFIP e o associa em seu sistema a respectiva fatura eletrônica;
- ❖ 7 – Emissor completa o arquivo da fatura eletrônica com os detalhes da operação comercial (detalhes dos itens de produtos ou serviços).
- ❖ 8 – Emissor envia ou coloca a disposição do receptor a fatura eletrônica, que pode ser o registro eletrônico, a imagem da representação impressa da fatura eletrônica em PDF ou o fornecimento da própria representação impressa em papel;
- ❖ 9 – Receptor recebe a fatura eletrônica e a registra em seus sistemas fiscal e contábil.

Figura 41 - Modelo Básico Fatura Eletrônica Argentina
 Fonte: traduzido pelo autor de Quadros (2013)

Da análise do modelo básico de faturação eletrônica Argentina é possível se entender algumas das principais características que definem o que seja o conceito aceito de fatura eletrônica para aquele país.

O primeiro diz respeito a que, para que uma fatura eletrônica tenha validade, as suas informações essenciais tem que constar na base de dados da AFIP. Além disso a fatura eletrônica deve possuir um código de autorização eletrônico – CAE fornecido pela AFIP. Outro aspecto é que a fatura eletrônica possa ser disponibilizada pelo emissor para o receptor em formato eletrônico, sem a obrigatoriedade da impressão da representação impressa. É importante destacar que, no modelo argentino de fatura eletrônica, se considera válido como documento fiscal eletrônico, o envio de arquivo eletrônico da imagem da representação impressa em formato PDF da fatura eletrônica (SPINA, GIMENEZ, SCALETTA, 2011).

No modelo básico de fatura eletrônica argentino, não existe a exigência do requisito de assinatura digital de cada documento fiscal eletrônico com o certificado digital do emissor. Como veremos a seguir, a garantia da autoria e da integridade da informação sobre a fatura eletrônica enviada para AFIP é garantida pelo mecanismo de segurança adotado no processo de transmissão da informação eletrônica, que poderá decorrer do uso de uma chave de acesso do contribuinte junto aos sistemas da AFIP, para o caso de transmissão via aplicativo, ou

emissão em página web, ou de uma conexão segura utilizando certificado digital do contribuinte fornecido pela AFIP, no caso de envio por web service.

Passemos então a análise dos diferentes modelos de faturação eletrônica existentes hoje na Argentina e que constam da relação apresentada na Figura 42.

Figura 42 - Métodos de Faturação Eletrônica na Argentina
 Fonte: traduzido pelo autor de Quadros (2013)

Passemos então a análise dos diferentes modelos de faturação eletrônica existentes hoje na Argentina e que constam da relação apresentada na Figura 42.

A utilização de determinado modelo de faturação eletrônica é regulado pela AFIP pelo ramo de atividade e situação de obrigatoriedade ou não do contribuinte, conforme consta da Figura 43. O contribuinte obrigado a faturação eletrônica ou que queira aderir voluntariamente como emissor deverá efetuar, previamente, efetuar o cadastramento de sua solicitação junto a AFIP utilizando sua chave de acesso e indicando a sua opção de enquadramento nas modalidades de fatura eletrônica. O contribuinte pode ser emissor de fatura eletrônica em mais de uma modalidade, observadas as opções que AFIP lhe permite, conforme consta do quadro da Figura 43. Todavia, nesta situação deverá cadastrar pontos de venda distintos no estabelecimento por modalidade de emissão de fatura eletrônica.

Contribuinte	Atividade	Obrigatório / Optativo	Sistema	Meios para a emissão de comprovantes
Responsáveis inscritos no IVA	Incluídas no Anexo I	Obrigatório	RECE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicativo ▪ Web Services ▪ Serviço com chave fiscal "Comprovantes em Linha" (até 2400 anuais)
	Não incluídas no Anexo I	Optativo	RECE - RCEL	RECE <ul style="list-style-type: none"> • Idem acima RCEL <ul style="list-style-type: none"> • Serviço com chave fiscal "Comprovantes em Linha" (sem limite)
Tributação Monofásica	Categorias H, I, J, K ou L	Obrigatório	RECE - RCEL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Web Services ▪ Serviço com chave fiscal "Comprovantes em Linha"
	Restante das Categorias	Optativo	RCEL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviço com chave fiscal "Comprovantes em Linha"

Figura 43 - Modelos de Faturação Eletrônica segundo Atividade do Contribuinte¹¹

O modelo de fatura eletrônica pelo aplicativo RECE é destinado a pequenos e médios contribuintes. Esta foi a primeira modalidade de fatura eletrônica que surgiu na Argentina e utiliza um aplicativo da AFIP que deve ser instalado no computador do contribuinte. Este mesmo aplicativo já era utilizado pelos contribuintes para encaminhar suas declarações juradas do imposto.

Por este programa, o contribuinte digita as informações básicas da fatura que deseja emitir, e gera um arquivo de transmissão encriptado, podendo transmitir as informações das faturas de forma individual ou em lote. O arquivo gerado pelo aplicativo RECE é em formato texto e contém apenas as informações essenciais de identificação da fatura (identificação do emitente, identificação do cliente, valores totais e data de emissão).

Para a transmissão do arquivo é necessário utilizar a chave fiscal do contribuinte. O sistema da AFIP receberá o arquivo e fará uma validação do mesmo, gerando um código CAE distinto para cada fatura eletrônica.

¹¹ Fonte: www.afip.gob.ar/fe/

O resultado da validação do arquivo pelo sistema da AFIP será disponibilizado, após o processamento, para acesso e download pelo contribuinte por página web no portal da AFIP. Para o acesso a esta página web da AFIP também é necessária a identificação do contribuinte com a sua chave fiscal. Na Figura 44 é apresentada a sequência de passos para utilização do aplicativo RECE para emissão de faturas eletrônicas.

Figura 44 - Sequência de Passos Aplicativo RECE
Fonte: traduzido pelo autor de Quadros (2013)

No modelo de emissão de fatura eletrônica pelo faturador em linha, que é voltado para empresas com baixo volume de emissão, o contribuinte acessa a página do faturador no portal da AFIP com a sua chave fiscal, digita as informações da fatura na tela, verifica as informações e confirma a emissão, sendo então gerado o CAE pelo sistema da AFIP. Em seguida o contribuinte emissor pode imprimir ou baixar o arquivo da fatura eletrônica emitida. Este sistema possui uma limitação de 2400 faturas eletrônicas por ano. Na Figura 45 temos a tela principal de entrada de dados da fatura no modelo de faturação eletrônica em linha.

O faturador em linha pode ser utilizado como uma forma de contingência se o contribuinte emissor estiver com problemas com a emissão por web service, por exemplo, no caso que o sistema da AFIP de faturação por web service esteja indisponível. Para fazer uso desta contingência, o contribuinte terá que, previamente, atualizar seu credenciamento pela Internet

com sua chave fiscal para incluir um ou mais pontos de venda específicos para faturação em linha.

No caso de um problema técnico maior, que impossibilite a utilização de todos modelos de transmissão da fatura eletrônica, como por exemplo, um problema de queda da conexão Internet é permitido que o contribuinte, mesmo que obrigado a fatura eletrônica, emita suas faturas em papel, pois segundo a legislação Argentina, não se pode impedir a atividade comercial do contribuinte.

RCEL - GENERACIÓN DE COMPROBANTES - RECIBO C
DATOS DE LA OPERACIÓN (PASO 3 DE 4)

Descripción del Servicio:

Precio:

Descripción	Detalle	Base Imponible	Alícuota %	Importe
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> \$ <input type="text"/>

Importe Otros Tributos: \$

Agregar otro Tributo

Subtotal: \$

% Bonif.: Importe Bonif.: \$ 0.00

Subtotal c/Bonif.: \$

Importe Otros Tributos: \$

Importe Total: \$

< Volver Continuar >

Menú Principal

Figura 45 - Tela Faturador em Linha

O modelo do faturador plus permite o envio de registros de faturas eletrônicas em lote de até 50 registros de fatura eletrônica a partir de upload em página específica do portal da AFIP.

O acesso a este serviço também é efetuado pela chave fiscal do contribuinte. No faturador plus não existe o limite máximo de quantidade de faturas eletrônicas a ser emitido por ano e cada registro após processado pela AFIP também recebe um CAE. Os arquivos encaminhados pelo Faturado Plus, diferentemente do aplicativo RECE devem conter as informações de detalhe da fatura eletrônica, e não apenas os dados básicos essenciais.

Figura 46 - Tela Faturador Plus

O último modelo de faturação eletrônica na Argentina é baseado no envio da informação por web service. Nesta modalidade de envio o arquivo eletrônico segue o padrão XML. Importante destacar que o modelo argentino de fatura eletrônica com web services tem uma peculiaridade de que é necessário, inicialmente, fazer uma solicitação via outro web service de autenticação, chamado de WebService de Autenticação e Autorização (WSAA).

O WSAA é um web service genérico, que possibilita o acesso de entes externos aos web services de negócios oferecidos pela AFIP. O retorno do WSAA é um tipo de protocolo de autenticação ou token, com prazo de validade de 12 horas, e que deverá ser incluído no XML dos web services de negócios para que a AFIP possa controlar se o contribuinte primeiro obteve a autenticação e se esta autenticação ainda está dentro do seu prazo de validade. A justificativa para a existência do WSAA, segundo os técnicos é por questões de segurança de acesso. Na Figura 47 é apresentada uma representação esquemática do conceito de web services de autenticação e de negócios.

É importante ressaltar que todas as conexões com web service exigem o uso do certificado digital fornecido gratuitamente pela AFIP para identificação dos contribuintes. Desta forma, a AFIP tem como identificar, pelo certificado digital, qual o contribuinte que está consumindo o web service.

Por outro lado é importante esclarecer que as faturas eletrônicas em formato XML encaminhadas por web service para validação e obtenção do respectivo CAE não são

assinadas digitalmente pelo contribuinte. Assim, o certificado digital é utilizado apenas no estabelecimento da conexão segura entre os servidores do contribuinte e os servidores da AFIP.

Outro ponto a destacar é que existem diversos tipos distintos de faturas eletrônicas, em função do tipo de atividade, correspondendo a estruturas de arquivos XML distintos e também web services específicos para seu envio. Como exemplo, podemos citar as faturas eletrônicas para exportação, importação, monotributistas, operações internas. Cada um destes arquivos possuem diferenças em alguns campos específicos de informação.

Figura 47 - Modelo Operacional Fatura Eletrônica por Web Service
 Fonte: adaptado pelo autor de Afip (2013)

Desta forma, na Argentina se fez a opção técnica de se criarem diferentes estruturas de arquivos XML e web services separados, para cada tipo distinto de atividade econômica, ao invés de um layout único, que contemplasse campos que fossem opcionais ou obrigatórios a depender do tipo de atividade ou modelo de fatura.

Cabe destacar ainda que os web services disponibilizados seguem o padrão síncrono de resposta, ou seja, na mesma requisição ocorre o processamento e a resposta.

Além da oferta de web service de negócio de envio da fatura eletrônica distinto por atividade, existem outros web services de apoio disponibilizados aos contribuintes como: web service para consulta de uma fatura eletrônica, web service Recuperador de Valores Referenciales de Códigos de Tipos de Comprobante, web service Recuperador de Valores Referenciales de

Códigos de Tipos de Comprobante, Recuperador de ultimo valor de comprobante registrado, Método para consultar Comprobantes Emitidos y su código, entre diversos outros.

Por fim, como vimos anteriormente, independente do modelo adotado pelo contribuinte, para a transmissão do registro da fatura eletrônica para AFIP, se o resultado do processamento for válido, será fornecido um código de autorização eletrônico CAE que o contribuinte deverá incorporar a fatura eletrônica a ser fornecida a seu cliente, em formato eletrônico, como imagem PDF da representação impressa ou mesmo impressa em papel.

Na Figura 47 temos um exemplo de uma representação impressa de uma fatura eletrônica. Pode-se observar a identificação destacada do tipo de fatura, no caso “C” e na parte inferior a área para o CAE. As faturas na Argentina seguem uma codificação por letras dependendo do tipo de contribuinte adquirente, por exemplo: fatura tipo “A” para operações entre contribuintes que transmita crédito de IVA, fatura tipo “B” operações entre contribuintes todavia sem direito a crédito de IVA, fatura tipo “C” operações com consumidor final, não identificado como contribuinte, etc.

Há ainda outra peculiaridade interessante no modelo de faturação eletrônica da Argentina que é a possibilidade do contribuinte optar por requisitar antecipadamente uma quantidade de códigos de autorização eletrônica para suas faturas eletrônicas e posteriormente enviar as faturas eletrônicas para a AFIP. Este código é conhecido por Código de Autorización Electrónica Anticipado (CAEA). Podem optar pela utilização deste procedimento os contribuintes que reúnem as seguintes condições:

- ❖ Contribuintes compreendidos no Registro Fiscal de Impresores;
- ❖ Que se encontrem incluídos no regime de fatura eletrônica na forma voluntária ou optativa o que tenham se inscrito para integrar o mesmo;
- ❖ Possuam um sistema logístico integrado de armazéns, estoques, comercialização, faturação e distribuição de tal magnitude que dificulte a faturação eletrônica por meio da modalidade de Código de Autorización Electrónica (C.A.E);
- ❖ Tenham emitido em cada mês calendário um mínimo de 1.800 comprovantes (faturas, notas de débito ou de crédito classes “A” e B”), no período de 3 meses calendário imediatamente anteriores a solicitação de incorporação ao procedimento especial;

Deverá ser solicitado um único Código de Autorización Electrónica Anticipado (C.A.E.A) por contribuinte, o qual terá validade unicamente para os comprovantes eletrônicos que se emitam durante os períodos que se indicam seguidamente:

- Primeiro período: entre os dias 1 a 15 de cada mês, ambos inclusive;

- Segundo período: entre os dias 16 e o último de cada mes, ambos inclusive.

A solicitação deverá efetuar-se dentro de 5 dias corridos imediatamente anteriores ao início de cada período.

ORIGINAL												
<div style="border: 1px solid black; display: inline-block; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> C <small>COD. 15</small> </div> <p>Razón Social:</p> <p>Domicilio Comercial:</p> <p>Condición frente al IVA: Responsable Monotributo</p>	<div style="text-align: right; font-weight: bold; font-size: 1.2em;">RECIBO</div> <p>Punto de Venta: Comp. Nro:</p> <p>Fecha de Emisión:</p> <p>CUIT:</p> <p>Ingresos Brutos:</p> <p>Fecha de Inicio de Actividades:</p>											
<p>Periodo Facturado Desde: Hasta: Fecha de Vto. para el pago:</p>												
<p>CUIT: Apellido y Nombre / Razón Social:</p> <p>Condición frente al IVA: Domicilio Comercial:</p> <p>Condición de venta:</p>												
<p>Recibi(mos) la suma de: \$</p> <p>en concepto de:</p>												
<table style="width: 100%; border: 1px solid black;"> <tr> <td style="width: 60%;"></td> <td style="text-align: right;">Subtotal: \$</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">Bonif: %0</td> <td style="text-align: right;">Importe Bonif: \$</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">Subtotal c/Bonif.: \$</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">Importe Otros Tributos: \$</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">Importe Total: \$</td> </tr> </table>				Subtotal: \$	Bonif: %0	Importe Bonif: \$		Subtotal c/Bonif.: \$		Importe Otros Tributos: \$		Importe Total: \$
	Subtotal: \$											
Bonif: %0	Importe Bonif: \$											
	Subtotal c/Bonif.: \$											
	Importe Otros Tributos: \$											
	Importe Total: \$
<p>Comprobante Autorizado</p>		<p>CAE N°:</p> <p>Fecha de Vto. de CAE:</p>										

Figura 48 - Modelo de Representação Impressa de Fatura Eletrônica de Monotributista

O cliente poderá verificar a validade e autenticidade de uma fatura eletrônica fazendo uma consulta disponível na página da AFIP, a partir de dados essenciais do comprovante eletrônico, conforme tela apresentada na Figura 49.

Constatación de comprobantes electrónicos emitidos (CAE)

Esta consulta permite a los receptores de comprobantes electrónicos habilitados verificar que cada uno de ellos se encuentre autorizado por la AFIP. Para ello deberá completar todos los campos que se indican a continuación:

Datos del Comprobante	
Número de CUIT :	<input type="text"/>
Número de CAE :	<input type="text"/>
Fecha de Emisión del Comprobante :	<input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>
Tipo de Comprobante :	Seleccione <input type="button" value="v"/>
Punto de Venta - Número de Comprobante :	<input type="text"/> - <input type="text"/>
Importe Total de la Operación en pesos	<input type="text"/>
Documento del receptor del comprobante :	Tipo <input type="button" value="v"/> Seleccione -- <input type="button" value="v"/> Numero <input type="text"/>
<input type="button" value="Consultar"/>	

Figura 49 – Tela de Consulta Validade de Comprovantes Fiscais Eletrônicos Página AFIP¹²

7.3. Estratégia de Implantação

Como foi destacado na abertura deste capítulo, o projeto de fatura eletrônica argentino nasceu em 2006, como uma evolução do sistema de controle das faturas impressas, e por uma demanda inicial de grandes empresas de telecomunicações. O projeto passou por várias fases, sendo marcado pela rápida imposição de cronogramas de obrigatoriedade e a necessidade de adaptação de layouts e formas de transmissão para atender aos diferentes segmentos que iam se incorporando a fatura eletrônica.

A condução do projeto na AFIP ficou subordinada a área de fiscalização, com importante participação da área de sistemas. Alguns contribuintes tiveram uma participação no início do projeto em 2005 e 2006, como principais demandantes da fatura eletrônica. Depois, a participação dos contribuintes se deu mais à medida que os setores ou atividades eram incluídos na obrigatoriedade e a equipe de projeto então realizava reuniões com representantes dos setores para adequar o layout dos arquivos para atender as necessidades específicas de informações e peculiaridades. Um dos principais exemplos de êxito desta metodologia se deu com a fatura eletrônica de exportação, onde houve uma importante participação do setor na construção do conjunto de informações que deveria constar do arquivo eletrônico.

Em 2008, surge o tema de certificação digital na Argentina e a AFIP passa a ser uma Autoridade Certificadora, fornecer gratuitamente certificados digitais aos contribuintes e disponibilizar os primeiros serviços com uso de certificados digitais. Também passa a

¹² Fonte: <http://www.afip.gob.ar/genericos/consultacae/>

disponibilizar os primeiros web services, criando o conceito já visto de um web service de autenticação que fornece um token com prazo de validade para a utilização dos web services de negócios. Também nesta época houve importante interação de provedores de tecnologia argentinos com a equipe técnica da área de tecnologia da informação da AFIP para a construção e modelagem dos web services relacionados a faturação eletrônica.

Em 2010, tem início o projeto Matrix com o objetivo de que a AFIP pudesse passar a receber também as informações de detalhe de produtos e serviços constantes das faturas eletrônicas emitidas no mercado interno.

Na Argentina não há procedimento de homologação para que o contribuinte possa ser emissor de fatura eletrônica por web service. Todavia é disponibilizado aos contribuintes um ambiente de testes que possui, em menor escala, as mesmas funcionalidades do modelo em produção.

Outro ponto relevante a destacar foi que na construção dos layouts dos arquivos XML das faturas eletrônicas não se utilizou ou partiu de algum padrão internacional existente, tendo sido criados layouts que atendessem as necessidades dos diversos setores específicos.

A evolução esperada para o futuro do projeto de fatura eletrônica é, além da ampliação dos contribuintes obrigados, é a incorporação da assinatura digital nas faturas eletrônicas e a redução do número de modelos atuais de faturação eletrônica, convergindo para a solução de fatura eletrônica no modelo web service recebendo as informações completas do documento fiscal.

GUATEMALA

Informações Gerais¹³:

NOME OFICIAL	República da Guatemala
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	Cidade da Guatemala	
MOEDA	Quetzal	
POPULAÇÃO	15.082.831 (2012)	
ÁREA	108.890 km² (106º)	
PIB	US\$ 50,806 bilhões (2012)	
IDH	0,581 (2012) - 133º do mundo	
RENDIA PER CAPITA	4.960 US\$ (2012)	

8. Fatura Eletrônica na Guatemala

Neste capítulo, apresentamos o modelo de fatura eletrônica da Guatemala. Este modelo é bastante interessante e distinto por ser uma implantação realizada por um país pequeno da América Central que, com uma proposta de modelo bastante inovadora e ousada, conseguiu, em um curto espaço de tempo, ter os benefícios da fatura eletrônica ao alcance de seus contribuintes. Basicamente a solução encontrada foi a de, ao invés da Administração Tributária fazer os vultosos investimentos necessários em infraestrutura de tecnologia da informação, para que se pudesse disponibilizar o serviço de fatura eletrônica, partir para uma quebra do paradigma do sigilo fiscal e realizar as mudanças legais necessárias, que permitiram a terceirização dos serviços de geração, validação e armazenamento das faturas eletrônicas dos contribuintes, serviços estes que na maioria dos países são realizados pelo Fisco.

O projeto guatemalteco de fatura eletrônica teve início em 2007, e hoje já conta com mais de 2.900 emissores, com um volume de emissão anual de faturas eletrônicas da ordem de 250 milhões de documentos, representando quase 80% de todas as faturas emitidas no país.

A entidade nacional responsável pela implantação e administração do projeto de fatura eletrônica é o SAT – Superintendência de Administração Tributária.

8.1. Estratégia de Implantação e Evolução

Desde o início dos anos 2000, o SAT vinha investindo fortemente no desenvolvimento de melhorias no serviço ao contribuinte com o uso da tecnologia e também para o aprimoramento dos controles fiscais.

Um dos principais problemas tributários da Guatemala, que também é muito comum na maioria dos países latino-americanos são as faturas falsas ou apócrifas, utilizadas para a

¹³ Fonte de Informações: Banco Mundial e Wikipédia.

geração indevida de crédito de IVA. Em 2006, foi lançado pelo SAT um sistema de controle de autorização de faturas em papel, chamado de Registro Fiscal de Imprentas – RFI.

Com este sistema, os impressores autorizados e os auto-impressores solicitavam ao SAT autorização de faixas de numeração para a impressão de documentos tributários em papel.

Como evolução natural deste sistema, se vislumbrou a possibilidade de se ter um modelo semelhante para a autorização de faturas eletrônicas. Além disso, o assunto de faturas eletrônicas era algo efervescente em vários dos maiores países da América latina, como Chile, México, Brasil e Argentina. Alguns provedores de soluções de fatura eletrônica destes países estiveram em reuniões com equipe de SAT sugerindo que na Guatemala também se implantasse a fatura eletrônica, mostrando as vantagens que poderia propiciar para o SAT.

Todavia o grande desafio era, àquela altura, o volume de recursos que seriam necessários para o SAT investir para ter a infraestrutura para dispor de uma solução de fatura eletrônica que permitisse o recebimento, autorização e armazenamento dos documentos eletrônicos. Ainda que fosse hipoteticamente falando superada a questão dos recursos para os investimentos, restaria ainda o prazo necessário para a aquisição e implantação desta infraestrutura no SAT.

A solução encontrada por SAT foi inovar e pensar em quebrar o paradigma do sigilo fiscal, de sorte que um privado pudesse realizar estas atividades inerentes à fatura eletrônica, de recepção, autorização e armazenamento, que na maioria dos países ficam sempre vinculadas a Administração Tributária. O pensamento de SAT foi de que o mercado de tecnologia poderia rapidamente assumir estas atividades antes do Fisco, seguindo uma regulamentação estabelecida pelo SAT. Para tanto foram necessárias mudanças importantes no âmbito da legislação tributária da Guatemala. Em 2004 houve uma mudança no Código Tributário que já permitia a emissão e a guarda de documentos fiscais eletrônicos pelos contribuintes. Aproveitando esta previsão, SAT aprovou em 2007 uma norma que regulamentou o regime de faturação eletrônica já prevendo no modelo a participação de empresas privadas como geradores de fatura eletrônica, o chamado GFACE. Em seguida foram publicadas as primeiras documentações técnicas sobre o modelo. Com relação ao padrão do arquivo, com o apoio de uma entidade internacional que cuida de padrões de identificação de produtos com códigos de barras e de integração logística, a GS1, foi definido por SAT o arquivo da fatura eletrônica com o formato XML e com campos segundo ao padrão internacional da GS1, chamado eInvoice.

O modelo da Guatemala iniciou-se em 2007, com adesão de forma voluntária e opcional pelos contribuintes e assim permaneceu até final de 2011. Com esta estratégia, houve o tempo

necessário para que surgissem várias empresas com interesse em se tornar GFACE e para que o modelo de fatura eletrônica se consolidasse.

Em agosto de 2011 foi publicada uma normativa por SAT estabelecendo um cronograma de obrigatoriedade para os maiores faturadores do país, chamados de contribuintes especiais, com base no volume acumulado de documentos emitidos no ano anterior. Na Figura 50 é apresentado este cronograma de obrigatoriedade.

A área de SAT responsável pela condução do projeto, desde o seu início, foi a Superintendencia de Arrecadação. A equipe era bem reduzida, com apenas um funcionário com dedicação exclusiva e contando com a participação eventual em reuniões técnicas, discussões, elaboração de documentos e normas, de representantes de outras áreas, como tecnologia e fiscalização.

DATA	FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL
01/01/2012	1.000.001	100.000.000 ou Mais
01/02/2012	300.001	1.000.000
01/03/2012	200.001	300.000
01/04/2012	100.001	200.000
01/05/2012	50.001	100.000
01/06/2012	40.001	50.000
01/07/2012	30.001	40.000
01/08/2012	20.001	30.000
01/09/2012	12.001	20.000
01/10/2012	6.001	12.000
01/11/2012	3.001	6.000
01/12/2012	1.501	3.000
01/01/2013	1.001	1.500
01/02/2013	501	1.000
01/03/2013	-	500

Figura 50 - Cronograma de Obrigatoriedade de Fatura Eletrônica na Guatemala com base no volume de documentos fiscais emitidos no ano anterior

8.2. Principais Características Técnicas e Modelo Operacional

O modelo guatemalteco de fatura eletrônica conta com 4 atores principais: o emissor da fatura eletrônica, chamado de EFACE, o gerador da fatura eletrônica (GFACE), o certificador do GFACE e o SAT.

Como visto o formato do arquivo é XML seguindo o padrão internacional de campos da GS1. O emissor da fatura eletrônica (EFACE) deve encaminhar a um GFACE suas faturas para que sejam geradas no formato XML, validadas, e se não contiverem erros recebem um código de autorização eletrônico, e após são devolvidas ao EFACE. O GFACE tem ainda a obrigação de armazenar com segurança as faturas eletrônicas por 5 anos e colocar a disposição do SAT.

O CAE é gerado pelo GFACE com base na aplicação de um algoritmo de segurança sobre um conjunto de dados essenciais da fatura eletrônica. Os campos do Código de Autorização de Emissão de Faturas (CAE) são:

- Identificação do Documento (Fatura, Nota de Crédito, Nota de Débito);
- Número de Série;
- Número de documento;
- Número de Inscrição Tributária (NIT)¹⁴ do GFACE;
- NIT emissor;
- NIT comprador;
- Data do documento (dia-mês-ano);
- Valor Líquido;
- IVA;
- Total;
- Número de Resolução de autorização de faturas.

O envio da informação para a geração das faturas eletrônicas pelo EFACE para o GFACE não é regulado pela documentação técnica do SAT. Cabe assim ao EFACE contratar o GFACE que melhor lhe convenha. O GFACE é ainda responsável por obter junto ao SAT a faixa de numeração de faturas eletrônicas para o EFACE. Esta faixa de numeração é fornecida pelo SAT conforme o volume solicitado pelo GFACE. Não há, a princípio, um limite máximo de quantidade para esta solicitação, todavia deverá ser, no mínimo, anualmente renovada a autorização da faixa de numeração. Todo ano a numeração deverá ser reiniciada de 1 por série autorizada.

As validações efetuadas pelo GFACE na fatura eletrônica são aquelas estabelecidas pelo SAT, sendo validações de forma e não de mérito. A responsabilidade pelas informações constantes

¹⁴ NIT é o número de inscrição do contribuinte perante o SAT.

da fatura eletrônica é integral do EFACE. Não há validação pelo GFACE da situação do emissor ou do receptor constante da fatura eletrônica.

A fatura eletrônica pode ser assinada pelo GFACE com o certificado digital do EFACE. Todavia esta assinatura digital é opcional e tem sido pouco utilizada pelos EFACE.

O padrão de assinatura previsto na documentação técnica segue o standard XML signature.

No modelo atual de fatura eletrônica da Guatemala, mesmo para os pequenos contribuintes, não prevê a disponibilização de solução gratuita de emissão.

Para um provedor se tornar um GFACE deve cumprir com diversas exigências estabelecidas na regulamentação do SAT. Estas exigências dizem respeito a aspectos de segurança da informação, fornecimento de garantias, contrato de confidencialidade com o EFACE, entre outros. Os GFACE, além de garantir o armazenamento das faturas eletrônicas por 5 anos, devem contar com mecanismos para a disponibilização dos arquivos eletrônicos e realização de consultas pelo SAT. Atualmente o SAT ainda não recebe e armazena as faturas eletrônicas existentes nos GFACE.

As consultas exigidas pelo SAT que o GFACE devem oferecer são: Consulta: Resumo de Faturas Eletrônicas por Mês e Comprador; Consulta: Documentos Eletrônicos; Consulta: Resumo de Faturas Eletrônicas por Tipo de Emissor; Consulta: Resumo de Faturas Eletrônicas por Contribuinte Emissor; Consulta: Resumo de Faturas Eletrônicas por Contribuinte Comprador; Consulta: Faturas Eletrônicas por Período; e Informe: Resumo de Faturas Eletrônicas por Produto.

Além disso, anualmente o GFACE tem que passar por processo de auditoria e verificação se atende a todos os requisitos legais para ser um GFACE. Este processo de auditoria e verificação deve ser contratado pelo GFACE de um das 3 empresa de certificação de GFACE que foram credenciadas pelo SAT.

Atualmente existem 10 empresas credenciadas pelo SAT como GFACE.

A legislação da Guatemala afirma ainda que o EFACE após receber do GFACE a fatura eletrônica validada e com código de autorização CAE deve, como regra, disponibilizar a fatura eletrônica ao cliente. O entendimento é que tanto o arquivo XML quanto a imagem da representação impressa da fatura, em pdf ou jpg, atendem a esta exigência da legislação, bem como o envio da representação impressa da fatura eletrônica.

A maior parte das empresas emissoras acaba por enviar o arquivo pdf da fatura eletrônica para o seu cliente.

O GFACE tem ainda a obrigação de gerar para SAT um arquivo eletrônico XML mensal por emissor contendo um resumo de informações das faturas eletrônicas geradas, bem como o

arquivo compactado (formato ZIP) de todos os XML de faturas eletrônicas e sobre este resumo deve aplicar o algoritmo matemático de autenticação digital MD5.

Campos do Código Resumo de Faturação Mensal (CRFM):

- NIT emissor;
- NIT do GFACE;
- Período faturado (mês-ano);
- Valor Líquido;
- Valor total do IVA gerado;
- Total;
- Cantidad;
- Se incorporará também o hash MD5SUM, obtido do arquivo compactado;

Na Figura 51 é apresentado um resumo esquemático do modelo operacional da fatura eletrônica na Guatemala.

Figura 51 - Modelo Operacional de Fatura Eletrônica na Guatemala

Já na figura a seguir é apresentada uma comparação entre uma fatura normal em papel e a representação impressa de uma fatura eletrônica. Da figura verifica-se que, praticamente, a única mudança é a inclusão do código de autorização eletrônica – CAE.

Cada GFACE deve disponibilizar em seu site, segundo estabelece a regulamentação do SAT, uma consulta pública para que os receptores de fatura eletrônica possam verificar a validade e autenticidade do documento eletrônico.

FATURA ATUAL EM PAPEL

ALMACENADORA LA GRANDE

Contribuyente Ejemplo
60 Calle 99-99, zona 1
NIT: 999999-K
Guatemala, Ciudad

FACTURA
No. 987654
Serie "A"

Resolución SAT Número 2005-1-A-34-4805
De Fecha 21-07-2005. Del 100,000 al 1,000,000

Fecha: 10 de Septiembre de 2007

Nombre: Comercializadora de Productos La Muestra

Dirección: Guatemala, Ciudad NIT: 1122334-4

CANTIDAD	DESCRIPCIÓN	PRECIO	TOTAL
10,000	Cajas de comestibles	Q8,000.00	Q800,000.00
15,000	Cajas de bebidas	Q5,000.00	Q750,000.00
5,000	Cajas de utensilios de cocina	Q10,000.00	Q500,000.00
TOTAL			Q2,050,000.00

Dos millones cincuenta mil quetzales exactos.

Imprenta ABC NIT 25835-4

FATURA ELETRÔNICA (Impressa)

ALMACENADORA LA GRANDE

Contribuyente Ejemplo
60 Calle 99-99, zona 1
NIT: 999999-K
Guatemala, Ciudad

FACTURA
FACE-A00010000001

Resolución SAT Número 2007-1-A-34-1234
De Fecha 1-09-2007. Del 0000001 al 1,000,000

Fecha: 10 de Septiembre de 2007

Nombre: Comercializadora de Productos La Muestra

Dirección: Guatemala, Ciudad NIT: 1122334-4

CANTIDAD	DESCRIPCIÓN	PRECIO	TOTAL
10,000	Cajas de comestibles	Q8,000.00	Q800,000.00
15,000	Cajas de bebidas	Q5,000.00	Q750,000.00
5,000	Cajas de utensilios de cocina	Q10,000.00	Q500,000.00
TOTAL			Q2,050,000.00

Dos millones cincuenta mil quetzales exactos.

Autorización: M12-160322PUV201SOS-0R2R3

Imprenta Virtual GFACE NIT 2888-3

Código de Autorização Eletrônica (CAE)

Figura 52 - Comparativo Fatura Papel e Representação Impressa Fatura Eletrônica

Outro aspecto interessante da solução implementada na Guatemala foi que, além da implantação da fatura eletrônica, criaram também uma outra atividade para o GFACE que é a conversão das faturas em papel em imagens eletrônicas com código de autorização eletrônica de cópia CAEC. Desta forma, o contribuinte que passou a ser emissor de fatura eletrônica tem como substituir as faturas em papel que mantinha armazenado de períodos anteriores por cópias eletrônicas com código de segurança fornecido pelo GFACE.

Assim, o GFACE converte-se em uma verdadeiro impressor virtual.

O desafio atual do SAT é ter a infraestrutura necessária para, ao menos, passar a receber periodicamente dos GFACE os arquivos com os resumos de faturação mensal e, mais a longo prazo, os próprios arquivos XML das faturas eletrônicas para que possa utilizar estas informações no aprimoramento da fiscalização tributária.

9. Outras Iniciativas de Fatura Eletrônica na América Latina

Neste capítulo analisaremos algumas outras iniciativas que estão em curso em países da América Latina e que, em geral, estão em fase piloto ou inicial de implantação, não sendo ainda soluções massificadas ou consolidadas.

PERU

Informações Gerais¹⁵:

NOME OFICIAL	República do Peru
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	Lima	
MOEDA	Nuevo Sol (PEN)	
POPULAÇÃO	29.987.800 (2012)	
ÁREA	1.285.220 km² (20º)	
PIB	US\$ 197,110 bilhões (2012)	
IDH	0,741 (2012) - 77º do mundo	
RENDA PER CAPITA	10.240 US\$ (2012)	

9.1. Peru

O projeto de fatura eletrônica do Peru teve início em 2008.

Para tanto foi designada uma equipe de projeto composta por 20 pessoas, das quais 12 eram técnicos da área de informática, e os demais das áreas de cumprimento tributário e atendimento ao contribuinte. Todo o desenvolvimento de sistemas foi feito com recursos humanos da própria Superintendência Nacional de Aduanas e Administração Tributária - SUNAT.

A equipe era responsável por desenvolver dois projetos principais: projeto de livros eletrônicos e projeto de comprovantes de pagamento eletrônico.

Em 2012, a equipe de projeto passou a estar subordinada ao líder do projeto de melhora de cumprimento tributário (PMC).

O modelo peruano de fatura eletrônica está dividido em duas soluções. Uma baseada na emissão de documentos eletrônicos via portal, destinado a contribuintes com baixo volume de emissão de documentos e a segunda baseada na emissão dos documentos fiscais eletrônicos desde os sistemas do contribuinte, destinada aqueles contribuintes com alto volume de emissão.

A primeira solução a ser implantada foi a de emissão de recibo de honorários eletrônico, via portal da SUNAT e entrou em operação em outubro de 2008.

¹⁵ Fonte de Informações: Banco Mundial e Wikipédia.

O recibo de honorário eletrônico é um arquivo eletrônico XML de formato proprietário e que é assinado pela SUNAT. Para emitir o recibo de honorário eletrônico o contribuinte deve acessar o portal da SUNAT através de sua chave SOL.

A chave SOL corresponde a uma senha para acesso aos serviços eletrônicos da SUNAT, que é de conhecimento apenas do contribuinte. A chave sol é fornecida pela SUNAT ao contribuinte.

Para poder emitir recibo de honorário eletrônico o contribuinte deve, previamente, se afiliar ao sistema de emissão eletrônica, bastando para tanto ser contribuinte de imposto de renda de quarta categoria e estar com RUC¹⁶ na condição de domicílio fiscal habido.

A emissão de recibo de honorários eletrônicos é voluntária e mesmo o contribuinte que opte pela sua utilização pode continuar a emitir, simultaneamente, também o recibo de honorários em papel.

Na Figura 53 abaixo é apresentada a evolução do volume de emissão e de afiliação ao recibo de honorários eletrônicos, até fevereiro de 2013.

RHE	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Volume de Emissão	3.582	166.556	516.636	848.382	1.240.303	179.251	2.954.710

RHE	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Volume de Afiliação	1.864	33.517	76.241	100.443	121.945	22.866	356.876

Figura 53 - Evolução Recibo de Honorários Eletrônicos

Em julho de 2010 foi implantada a solução de emissão de fatura eletrônica pelo portal da SUNAT.

Tal como a solução de recibos de honorário eletrônico, a emissão de fatura eletrônica pelo portal é facultativa, podendo o contribuinte optante continuar a emitir também faturas em papel.

¹⁶ RUC é a identificação fiscal do contribuinte junto à SUNAT.

Na Figura 54 a seguir é apresentada a evolução da quantidade de emissores e faturas eletrônicas emitidas via portal SUNAT até janeiro de 2013.

ANO	QUANTIDADE DE EMISSORES	QUANTIDADE DE FATURAS EMITIDAS	Novo Sol	US\$
2010	302	3.226	4.501.493	1.247.524
2011	2.160	33.114	99.000.000	40.824.162
2012	5.368	82.834	188.000.000	57.075.206
2013	5.605	7.633	24.752.391	7.571.829

Figura 54 - Evolução Faturas Eletrônicas emitidas desde o Portal SUNAT

Para a emissão da fatura eletrônica via portal, o contribuinte também deve se credenciar para utilizar o sistema de emissão eletrônica. Para acessar o sistema deve utilizar a sua chave SOL. As faturas eletrônicas emitidas pelo portal também correspondem a arquivo XML assinado digitalmente pela SUNAT.

O destinatário da fatura eletrônica emitida pelo portal pode consultar e baixar suas faturas diretamente pelo portal. Neste modelo, o destinatário é informado da emissão de uma fatura eletrônica por um correio eletrônico enviada a caixa de entrada do contribuinte e a outro endereço eletrônico.

Além da fatura eletrônica propriamente dita, o contribuinte pode emitir também pelo portal notas de débito e notas de crédito eletrônicas, vinculadas aqueles documentos.

O contribuinte para poder utilizar a emissão de fatura eletrônica pelo portal SUNAT deve ter RUC na condição de habido e ter vendas líquidas no exercício anterior em sua declaração anual jurada inferior a um limite estabelecido pela SUNAT.

Para incentivar a emissão de fatura eletrônica pelo portal, a SUNAT estabeleceu a possibilidade de que o contribuinte emissor eletrônico via portal realizasse o pagamento dos tributos de liquidação mensal, bem como a apresentação de declarações relativas a estes

tributos, até a data de vencimento especial, aplicável aos sujeitos integrantes do regime de bons contribuintes.

Além deste incentivo, estabeleceu ainda que, a partir de 01 de março de 2011, a responsabilidade seria da SUNAT de armazenar e guardar os arquivos dos recibos de honorários eletrônicos ou de faturas eletrônicas emitidas pelo portal da SUNAT em lugar do contribuinte emissor.

Em 2012 houve algumas modificações importantes, como a retirada da condição de limite de renda anual no exercício anterior para poder ser credenciado como emissor de fatura eletrônica pelo portal, bem como do incentivo de pagamento de tributos em data de vencimento especial até a referência de janeiro de 2013. Esta normativa ainda permite a SUNAT não aceitar a concorrência de emissão de faturas em papel com faturas eletrônicas para o caso de contribuintes que venham a ser obrigados à fatura eletrônica.

Na Figura 55, a seguir, é apresentado o modelo operacional esquemático de emissão de fatura eletrônica pelo portal da SUNAT.

Figura 55 - Diagrama Modelo Operacional de Emissão de Fatura Eletrônica via Portal SUNAT

Na emissão de uma fatura eletrônica via o portal da SUNAT o contribuinte deve digitar todas as informações, não havendo a possibilidade de utilização de cadastros de produtos ou clientes. Interessante notar que, apesar da fatura eletrônica emitida pelo portal ter exatamente o mesmo padrão de arquivo e observar as mesmas regras de validação da fatura eletrônica emitida por meios próprios, a assinatura digital aposta ao documento eletrônico é da SUNAT e não do contribuinte.

SUNAT OPERACIONES EN LÍNEA
OFICINA VIRTUAL

20101094856DCC21561 : TRITECNIA S A CONTRATISTAS GENERALES

Salir del sistema
16/07/2010 09:47

RUC : 10066470810
Razón Social : MORAN ALVAREZ MANUEL ERNESTO
Tipo Moneda : NUEVOS SOLES
Fecha de Emisión : 16/07/2010

Agregar Editar Eliminar

Bien/Servicio	Exonerado/Inafecto	Unidad Medida	Cantidad	Código	Descripción	Valor Unitario
Bien	Ninguno	UNIDAD	10.00		CHOMPAS BABY ALPACA	100.00

Retroceder Continuar Cancelar

Valor de Venta: S/. 1,000.00
Descuentos: S/. 0.00
ISC: S/. 0.00
IGV: S/. 190.00
Otros Cargos: S/. 0.00
Otros Tributos: S/. 0.00
Importe Total: S/. 1,190.00

Figura 56 - Tela Emissão Fatura Eletrônica via Portal Peru

O projeto de emissão de fatura eletrônica para os grandes contribuintes teve início em dezembro de 2011, sendo que na primeira fase foi feito o desenvolvimento do modelo e testes de emissão em paralelo. Na primeira fase participaram 24 contribuintes voluntários. Em janeiro de 2013 teve início a segunda fase do piloto com o início de emissão de fatura eletrônica desde os sistemas dos contribuintes, sendo que hoje existem 8 contribuintes emissores de fatura eletrônica a partir de seus próprios sistemas e foram emitidas, até o final de abril de 2013, cerca de 2 mil faturas eletrônicas e 16 mil boletas eletrônicas. A fase piloto do projeto se encerrou em 30 de junho de 2013.

A emissão de fatura eletrônica para grandes contribuintes está regulada pela Resolução SUNAT n° 097/2012 de 29 de abril de 2012. Existem dois modelos de documentos fiscais eletrônicos que podem ser emitidos eletronicamente pelos contribuintes: a fatura eletrônica e suas notas de crédito e notas de débito eletrônicas vinculadas; e a boleta eletrônica.

Estes dois tipos de documentos fiscais eletrônicos possuem algumas características comuns, como o fato de serem arquivos eletrônicos XML que seguem um padrão internacional Universal Business Language (UBL) proposto pela Organization for the Advancement of Structured Information Standards (OASIS), serem assinados digitalmente pelo emissor e terem uma representação impressa. Todavia os modelos operacionais de emissão destes documentos são bastante distintos.

No caso da fatura eletrônica, o emissor gera o arquivo eletrônico, assina e envia ao destinatário, e tem um prazo de até 72 horas para enviar o arquivo para validação e autorização nos sistema da SUNAT. Tecnicamente o envio do arquivo da fatura eletrônica é feito por web service, em modelo síncrono, com envio de apenas uma fatura eletrônica por vez.

Na Figura 57 é apresentado um diagrama esquemático do modelo operacional de emissão de fatura eletrônica para grandes contribuintes.

Figura 57 - Diagrama Modelo Operacional de Emissão de Fatura Eletrônica pelos sistemas dos contribuintes

No caso da boleta de venda eletrônica, o modelo é bastante distinto. O contribuinte gera o arquivo da boleta eletrônica, assina e entrega a representação impressa ao consumidor.

Ao final do dia envia ao sistema da SUNAT apenas um resumo das boletas eletrônicas emitidas durante o dia, indicando a quantidade e valores totais. A forma de envio também é feita por web service, todavia em modelo assíncrono.

No caso das boletas eletrônicas, os arquivos eletrônicos originais não são enviados a SUNAT mas apenas o arquivo do resumo diário.

Na Figura 58 a seguir é apresentado o modelo esquemático de emissão de boleta de venda eletrônica.

Figura 58 - Diagrama Modelo Operacional de Emissão de Boleta de Venda Eletrônica

O contribuinte emissor de faturas eletrônicas e de boletas de venda eletrônicas deve colocar a disposição do adquirente, através de uma página web, por um prazo de um ano, contado desde a emissão, os comprovantes de pagamento e notas eletrônicas, a fim de poder serem lidos, descarregados e impressos. Para tanto deverá definir uma forma de autenticação.

A representação impressa das faturas eletrônica e das boletas de venda eletrônicas não possui nenhum tipo de código de barras.

Tanto para a emissão de fatura eletrônica quanto de boleta de venda eletrônica é necessário que o contribuinte realize um processo de homologação automatizado, com a realização de testes obrigatórios sobre conjunto de provas indicadas e submeta exemplos de representação impressa para avaliação. Após a aprovação no processo de homologação é emitida uma Resolução SUNAT que produz efeitos a partir do 1º dia do mês seguinte.

A SUNAT disponibiliza em seu portal, consultas ao adquirente para a verificação de validade e autenticidade das faturas eletrônicas e boletas de venda eletrônicas emitidas desde os sistemas dos contribuintes. Todavia nestas consultas, diferentemente do que ocorre com as faturas eletrônicas emitidas pelo portal, não é possível descarregar os documentos eletrônicos do portal da SUNAT.

No caso das faturas eletrônicas e boletas de venda eletrônicas emitidas diretamente pelos contribuintes a partir de seus sistemas de emissão, também não existe a dispensa de armazenagem e guarda dos documentos fiscais eletrônicos, como ocorre com as faturas eletrônicas emitidas pelo portal da SUNAT.

Além destes projetos, a equipe de fatura eletrônica está envolvida no desenvolvimento e implantação de outro documento fiscal eletrônico que é a guia de remissão eletrônica que será gerada pelo portal da SUNAT e que será de emissão obrigatória no segundo semestre de 2013 para determinados produtos que se deseja controlar, como alguns produtos químicos.

9.2. Uruguai

NOME OFICIAL	República Oriental do Uruguai
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	Montevidéu	
MOEDA	Peso Uruguaio (UYU)	
POPULAÇÃO	3.395.253 (2012)	
ÁREA	176.215 km² (88º)	
PIB	US\$ 49,059 bilhões (2012)	
IDH	0,792 (2012) - 51º do mundo	
RENDA PER CAPITA	15.570 US\$ (2012)	

O Uruguai é um dos países latino-americanos que mais recentemente implantou um modelo de fatura eletrônica. O caso Uruguaio é bastante interessante pois eles basearam muito a estratégia do projeto e o seu modelo a partir de estudos e intercâmbio de informações com outros países da região. Em particular, o modelo do Uruguai é bastante similar ao modelo Chileno, todavia com alguns pontos distintos, e que analisaremos a seguir.

O órgão do Governo Uruguaio responsável pelo desenvolvimento e implantação da fatura eletrônica naquele país é a DGI – Dirección General Impositiva. A DGI tem por missão promover a arrecadação dos recursos do Estado provenientes do sistema tributário interno, tendo por objetivos estratégicos facilitar o cumprimento voluntário das obrigações tributárias, combater a fraude e a sonegação fiscal, promover a efetiva aplicação das normas tributárias.

O projeto da fatura eletrônica no Uruguai começou, oficialmente em dezembro de 2010, todavia já existiam grupos de trabalho no DGI, uns 2 ou 3 anos antes, que estavam estudando soluções de controle fiscal baseado no uso de impressoras fiscais. Depois, com o tempo, e com o intercâmbio de informações em eventos internacionais sobre fatura eletrônica

promovidos pelo CIAT, foi se amadurecendo a ideia de utilização de um modelo de fatura eletrônica como solução única.

Depois o projeto tomou corpo, foi constituída uma equipe formal de projeto composta por representantes da Assessoria da Direção Geral do DGI, da divisão de fiscalização de grandes contribuintes e da área de tecnologia. Posteriormente se integraram a equipe, representantes das áreas normativa, de atendimento ao contribuinte e de arrecadação.

Houve um grande apoio do Diretor Geral do DGI que via no projeto uma grande oportunidade de poder melhorar os controles fiscais e diminuir o nível de evasão.

Na equipe de projeto foram alocados 4 funcionários com dedicação exclusiva ao projeto e dois coordenadores. Há liderança do projeto foi exercida de forma compartilhada pelo Diretor de Informática e a Diretora da divisão de Grandes Contribuintes.

Todos os anos o DGI deve firmar compromissos de realizações e melhorias para o ano seguinte junto ao Ministério da Economia do Uruguai. Em 2009 foi fixado compromisso pelo DGI de que até final de 2010 se construiriam todas as definições do modelo Uruguaio de Fatura Eletrônica que constariam de um documento do DGI. Este foi o marco do início do projeto. Já em 2010, o compromisso firmado pelo DGI evoluiu para o final de 2011 já deveria se desenvolver um projeto piloto envolvendo empresas voluntárias.

Assim, se realizou um projeto piloto com cerca de 20 empresas voluntárias. Muitas empresas queriam participar do piloto. Na seleção das empresas voluntárias, o DGI buscou ter representatividade das várias realidades empresariais, tanto comercial e industrial, e de serviço, todavia com um enfoque em empresas de grande porte. Das 20 empresas escolhidas, 7 são do setor de supermercados e que acabaram entrando por uma questão de garantia de concorrência.

Na Figura 59 é apresentada a página dedicada a e-Fatura no portal do DGI onde estão disponibilizadas todas as informações, notícias e documentações técnicas sobre a fatura eletrônica no Uruguai.

Figura 59 - Home Page e-Fatura - Uruguay¹⁷

O Uruguai não dispõe ainda de uma Lei de Comércio Eletrônico, entretanto, em setembro de 2009, foi aprovada uma lei sobre documento eletrônico e firma digital, a qual foi regulamentada no final de 2011. O projeto de fatura eletrônica passou a ser o primeiro a massificar, no Uruguai, o uso da tecnologia de assinatura digital para validade jurídica do documento eletrônico.

Foi então assinado um convênio entre a AGESIC¹⁸ - Agencia para el Desarrollo del Gobierno de Gestión Electrónica y la Sociedad de la Información y del Conocimiento e empresa de Correios do Uruguai para que os Correios pudesse ser uma Autoridade Certificadora e fornecesse certificados digitais as empresas e pessoas.

Na Figura 60 é apresentada a página no portal da empresa de Correios do Uruguai com orientações sobre a forma de aquisição dos certificados digitais por empresas. O modelo Uruguai de Certificação Digital é, portanto, privado e para a empresa ter os certificados digitais necessários a assinatura digital de suas faturas eletrônicas deve adquirí-los junto a

¹⁷ Fonte: www.efatura.dgi.gub.uy

¹⁸ AGESIC é um organismo que depende da Presidência da República e funciona com autonomia técnica. Tem como objetivo procurar a melhora dos serviços ao cidadãos, utilizando as possibilidades trazidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

empresa de Correios que é atualmente a única Autoridade Certificadora credenciada pela AGESIC.

Figura 60 - Página Empresa de Correios do Uruguay para Aquisição de Certificado Digital¹⁹

Em 20 de agosto de 2012, em um grande evento com a presença do Ministro da Economia e Finanças e do Secretário da Presidência da República, além do Direto Geral do DGI foi emitida a 1ª fatura eletrônica do Uruguay na empresa Tienda Inglesa, uma das participantes do projeto piloto.

Atualmente o projeto e-Fatura conta com 36 empresas credenciadas como emissores, as quais já emitiram mais de 71 milhões de Comprovantes Fiscais Eletrônicos (CFE) no Uruguay.

Em novembro de 2012, o Uruguai entrou no rol dos países latino-americanos que implantaram a massificação de fatura eletrônica por estratégia de obrigatoriedade. Foi

¹⁹ Fonte: www.correo.com.uy/index.asp?g=1,16&seccion=383

publicada uma Resolução DGI²⁰ obrigando a um grupo de grandes contribuintes a aderirem a fatura eletrônica até 01 de julho de 2013 e, recentemente, outra Resolução²¹ prorrogou o prazo para 01 de setembro de 2013. Todavia não houve a publicação da relação dos contribuintes obrigados a fatura eletrônica, sendo mantida a informação reservada, como segredo fiscal. Ficou a cargo da divisão de Grandes Contribuintes de notificar diretamente aos contribuintes enquadrados na obrigação de emitir CFE.

O contribuinte que desejar, pode solicitar seu credenciamento como emissor voluntário de CFE, tendo um prazo de 4 meses da publicação da Resolução do DGI de seu credenciamento, para migrar para emissão somente de CFE.

Para incentivar e estimular a adoção do CFE, o Uruguai concebeu um programa de benefício fiscal no imposto de renda e imposto sobre patrimônio²² da empresa para os projetos de compra de equipamentos (servidores, equipamentos de redes, segurança, etc.) e softwares para os contribuintes implantarem a fatura eletrônica.

O benefício fiscal corresponde a desoneração do imposto de renda da empresa em um montante máximo de 70% do total investido a utilizar no término de 10 exercícios, sendo que esta desoneração não poderá superar 60% do imposto de cada exercício. O benefício fiscal inclui ainda a desoneração do imposto sobre patrimônio dos bens promovidos pelo final de sua vida útil.

O projeto do Uruguay de fatura eletrônica é intitulado: Comproventes Fiscais Eletrônicos – CFE pois engloba as seguintes documentos fiscais eletrônicos:

- **e-Fatura:** substitui as faturas em papel entre contribuintes do IVA, notas de débito e notas de crédito por uma fatura eletrônica;
- **e-Ticket:** substitui os tickets, notas de débito e notas de crédito de tickets em papel, documentos fiscais recebidos pelos consumidores finais nas operações vendas de bens ou prestações de serviços;
- **e-Remito:** utilizado para documentar o movimento de mercadorias em bens no território Uruguai;
- **e-Respaldo:** utilizado para documentar as retenções de impostos pelos sujeitos passivos responsáveis;

Como já dito, o modelo de comprovantes fiscais eletrônicos do Uruguai se baseou e segue muitas das características do modelo Chileno. Seja na exigência de processo de

²⁰ RESOLUCIÓN DGI N° 2695/2012, de 14 de noviembre de 2012;

²¹ RESOLUCIÓN N° 1774/2013, de 17 de junio de 2013;

²² DECRETO N° 324/011 y RESOLUCIÓN N° 3122/2012;

credenciamento e homologação para ser emissor, quanto nas características técnicas do modelo operacional adotado.

No Uruguai, para a empresa ser emissor de CFE é necessário que o postulante solicite ao DGI e realize emissões simuladas em dois ambientes: Testes e Homologação.

- ❖ **Testes** – Em primeiro lugar, o contribuinte deve solicitar o acesso ao ambiente de testes no qual deverá fazer provas livres de envio de documentos e reportes representativos de sua operação real para verificar seu sistema informático e ir depurando suas aplicações. O contribuinte que postula ser emissor eletrônico deverá obrigatoriamente realizar provas neste ambiente e cumprir satisfatoriamente os testes para poder acessar o ambiente de homologação.
- ❖ **Homologação** – Uma vez cumpridos os testes iniciais, é solicitado ao contribuinte que acesse o ambiente de homologação. Neste ambiente se executam os processos de solicitação e autorização como emissores eletrônicos. Devem ser cumpridas as seguintes etapas:
 - **Postulação** – Nesta etapa o contribuinte postula para adquirir a qualidade de emissor eletrônico de CFE. Esta solicitação é feita no portal eFatura na página do DGI, ingressando com usuário e senha;
 - **Certificação** – O processo de certificação tem como objetivo a realização de uma série de testes específicos que permite, na medida em que os resultados sejam exitosos, avançar no processo necessário para alcançar a qualidade de emissor eletrônico ou certificar um novo modelo de CFE;
 - **Resolução** – Uma vez que o postulante tenha completado satisfatoriamente os testes de certificação e aceite a declaração de cumprimento de requisitos técnicos para operar o sistema de Faturação Eletrônica, a DGI emite uma Resolução e notifica o postulante sobre a autorização para operar como emissor eletrônico para os modelos de CFE certificados e o habilita a começar a geração documentos fiscais eletrônicos legalmente válidos a partir da data prevista na Resolução;

O processo de certificação contempla varios passos em cada um dos quais o postulante vai completando as provas e testes solicitados e informando sobre o seu avanço:

- ❖ Testes com conjunto de dados indicados pela DGI: compreende a recepção e aceitação pela DGI de envios de CFE que o postulante contrói a partir do conjunto de dados de teste fornecidos;

- ❖ Testes de simulação: Deverá gerar um envio, recebido e aceito pela DGI de documentos para cada tipo de CFE que deseja certificar, contendo dados representativos da operação real do emissor/postulante;
- ❖ Testes de envio de CFE com adendos: nesta etapa deve-se gerar um envio a DGI de documento com e sem adendos, para comprobar que o postulante consegue gerar estes documentos, mantendo a assinatura eletrônica avançada inalterada;
- ❖ Testes de intercâmbio de informações: nesta etapa a DGI envia comprobantes fiscais eletrônicos ao postulante para comprobar que este fornece o protocolo de recebimento e o retorno com a aprovação ou rejeição dos documentos enviados, de acordo com as definições que a DGI estabeleceu para o intercâmbio de informações entre emissores autorizados;
- ❖ Declaração de cumprimento de requisitos técnicos para operar o sistema de Faturação Eletrônica;

Com relação às características técnicas, o comprovante fiscal eletrônico é também um arquivo eletrônico no formato XML, que é assinado digitalmente pelo emissor. A assinatura digital segue o padrão XML signature.

Tal como no modelo Chileno, antes da emissão do comprovante fiscal eletrônico, o contribuinte deve ter obtido uma faixa de numeração para cada tipo de documento fiscal eletrônico que deseja utilizar.

Todavia cabe ressaltar que aqui residem algumas diferenças entre o modelo Uruguaio e o Chileno. A autorização da faixa de numeração no Chile é conhecida por autorização de rango de fólhos, enquanto no Uruguai se utiliza a nomenclatura de Constância para Autorização de Emissão (CAE).

Além do nome, outra diferença é que no caso Chileno a faixa de numeração (“rango de fólhos”) é fornecido por web service, juntamente com um par de chaves (pública e privada) associada a esta sequência e que deve ser utilizado para a geração do timbre eletrônico.

No caso do Uruguai, a obtenção do CAE para a faixa de numeração deve ser feita por um serviço disponibilizado em página web, sendo fornecido um código de segurança por tipo de comprovante fiscal eletrônico que vale por 2 anos para toda a empresa no país (matriz e filiais), o qual deverá constar do selo digital, a ser impresso na representação em papel do comprovante fiscal eletrônico.

Como resultado da solicitação pelo contribuinte do CAE pelo serviço constante da página web, é fornecido um arquivo XML, assinado digitalmente pelo DGI, contendo: número da

“autorização de emissão de CFE”, faixa de números autorizada, tipo de CFE, vencimento e Constância para Autorização de Emissão (CAE).

No caso do comprovante fiscal eletrônico ser uma fatura eletrônica (e-fatura), o arquivo eletrônico deverá ser entregue pelo emissor para validação pelo sistema do DGI, antes do início do transporte da mercadoria, ou antes da entrega da representação impressa ao cliente.

Não é necessário aguardar a validação e autorização do CFE pelo sistema de DGI, bastando ter sido entregue o arquivo eletrônico, da mesma forma como ocorre no modelo Chileno.

O envio dos comprovantes fiscais eletrônicos é realizado por web service, podendo ser enviado em lote de até 250 CFE. O processamento do lote segue o modelo assíncrono, sendo que na entrega do lote, o emissor recebe do DGI um token de identificação do lote entregue e depois retorna com outro web service e com o token específico para saber o resultado do processamento do lote.

No caso do modelo Chileno, o resultado do processamento é fornecido por meio de uma mensagem eletrônica (email) enviada posteriormente pelo SII ao Emissor.

Caso algum CFE do lote tenha sido rejeitado e a operação comercial já tiver sido realizada, o emissor deverá anular o número do CFE rejeitado e informar ao receptor o ocorrido, devendo emitir um novo CFE em substituição.

Uma vez que um CFE tenha sido gerado pelo Emissor, enviado para o DGI e tiver sido autorizado, a única forma de correção, em caso de erro posteriormente identificado, será por intermédio da emissão de outro CFE, do tipo nota de débito ou nota de crédito.

O modelo prevê ainda que o emissor de CFE deva ser também um receptor eletrônico. O emissor tem a obrigação de enviar o arquivo eletrônico ao receptor e-Fatura, pelo menos, por email, podendo acordar com seu cliente outra forma de envio ou disponibilização do CFE.

O receptor eletrônico, por sua vez, deve fazer o aceite ou a recusa eletrônica do CFE. A forma deste aceite ou recusa também não se encontra disciplinada pela normativa da DGI, todavia deve ser, pelo menos, por email. O prazo que o receptor tem para sua manifestação de acuse de uma fatura eletrônica é de até 20 dias.

Tanto o emissor, quanto o receptor eletrônico, ficam dispensados de armazenar a representação impressa do CFE, todavia devem armazenar o respectivo arquivo eletrônico do comprovante fiscal eletrônico em formato XML, pelo prazo decadencial, que no Uruguai é de 5 anos, todavia pela legislação comercial acaba por ser de 10 anos. Não é necessária a guarda, pelo emissor, dos comprovantes eletrônicos de acuse efetuados pelos receptor eletrônico, bem como, dos arquivos eletrônicos de resumo diário de emissão de CFE.

A estrutura do arquivo eletrônico do CFE não seguiu nenhum padrão internacional, sendo construído com campos definidos pela DGI para atender as suas necessidades de informação estritamente fiscal. As informações de interesse apenas comercial devem ser incluídas pelo emissor em um adendo (“addenda”) similar ao modelo utilizado no México. Esta “addenda” não deve ser encaminhada no arquivo eletrônico entregue à DGI para validação mas ser incluída, posteriormente, no arquivo do CFE a ser enviado ao cliente.

Já no caso de operações à consumidor final, o modelo uruguaio segue também, em grandes linhas, o modelo chileno de Boleta Eletrônica. Ou seja, deve ser gerado, pelo emissor, um CFe do tipo e-Ticket para venda ou prestação de serviço à consumidor final e que corresponde também a um arquivo eletrônico XML, assinado pela empresa. Todavia, como regra, este e-Ticket não necessita ser entregue previamente ao DGI para validação, devendo ser encaminhado diariamente apenas um arquivo eletrônico contendo o resumo de todos os e-Tickets emitidos, contendo a quantidade, e os montantes totais de valores e impostos sem conter os detalhes dos itens. Este resumo também é um arquivo XML assinado pelo emissor e que é enviado por web service.

Todavia, no caso do valor do e-Ticket ser superior a 10.000 Unidades Indexadas (UI)²³ (aproximadamente 1.200 U\$D), deve seguir a mesma regra da e-Fatura entre empresas, ou seja, o CFE deve ser entregue para validação, previamente a conclusão da operação comercial e, neste caso, é obrigatória a identificação do consumidor.

Interessante notar que no modelo Uruguaio de Fatura Eletrônica, diferentemente do modelo Chileno, onde o arquivo resumo diário apenas existe para o modelo de boletas eletrônicas, no caso do Uruguai este arquivo é exigido também para informar o resumo de emissão de e-Faturas. Desta forma, diariamente, o emissor de e-Fatura, além de entregar cada CFE para validação da DGI, previamente ao transporte da mercadoria ou a entrega do comprovante fiscal eletrônico ao cliente, deve também enviar, um arquivo eletrônico XML assinado digitalmente, contendo o resumo dos CFE que tenha emitido no período. Este arquivo eletrônico diário deve ser enviado mesmo que não haja emissão de CFE no dia, servindo também para informar a DGI a anulação de número de CFE rejeitado ou que tenha perdido o prazo de validade.

Na Figura 61 são apresentadas, de forma esquemática, as principais etapas do modelo de fatura eletrônica do Uruguai.

²³ UI - UNIDAD INDEXADA corresponde a aproximadamente 2,66 pesos uruguaios.

Figura 61 - Modelo Fatura Eletrônica Uruguay
Fonte: DGI (2010)

O modelo uruguaio contempla ainda uma representação impressa do CFE que deve ser entregue ao cliente em papel, no caso de não ser um receptor eletrônico. A representação do CFE também deve ser impressa em papel quando houver transporte de mercadorias. Poderá ainda deixar de ser entregue a representação impressa a um receptor não eletrônico, se não houver transporte de mercadorias e desde que haja o consentimento com autorização expressa. A representação do CFE em papel poderá ser impressa quantas vezes for necessário. Também é aceita a impressão da representação impressa da e-Fatura em mais de uma folha. A quantidade máxima de itens de mercadoria ou serviço em uma e-Fatura é igual a 200 linhas enquanto que para o e-Ticket o valor é maior, sendo aceito até 700 linhas.

A representação impressa do CFE deve conter um selo digital para garantir sua autenticidade. Este selo digital é representado por um código de barras bidimensional (QR Code) que deve ser impresso e que contém obrigatoriamente um link com a página da DGI e os seguintes parâmetros:

- N° de Registro Unico Contribuyente (RUC)²⁴ emisor;
- Tipo de CFE;
- N° de comprovante (serie e N°);
- Valor total;

²⁴ RUC – Registro de identificação do contribuinte no cadastro da DGI.

- Data da assinatura;
- Código de segurança do CFE (CAE).

Na Figura 62 são apresentados os modelos de representação impressa da e-Fatura e do e-Ticket.

The figure shows two printed receipt templates side-by-side.

Left Template (e-Factura):

- Header: <Nombre o denominación>, <Nombre comercial>, <Domicilio fiscal>, <Nº de RUC> **e-FACTURA**, A 0000001, CONTADO.
- Field: RUC COMPRADOR (with a box for input).
- Fields: Nombre: _____, Domicilio: _____, Fecha: _____.
- Table with 4 columns: Detalle, Cantidad, Precio unitario, Total. It contains several empty rows for item entry.
- Summary section: Subtotal tasa básica, IVA tasa básica, Total IVA Incluido.
- QR code.
- Text: Código de Seguridad: <xxxxxxx>, Res. <xxx/año>, Puede verificar comprobante en www.dgi.gub.uy, IVA al día, CAE <xxxxxxxxxxxx>, <A 0000001-A 0001000>.
- Field: Fecha de vencimiento: _____.
- Section: ADENDA.

Right Template (e-Ticket):

- Header: **SUPER mercado** (with a shopping cart icon).
- Text: SUPERMERCADO S.A., 18 de Julio xxxx- Montevideo, Tel: 1234567, RUC: 219000090011, e-TICKET AA - 123462, CONTADO.
- Section: Consumo Final (with a box).
- Text: Fecha 24/02/2013 10:24.
- Table of items:

Cebolla importada	31,78
1,175 x 27,05	
Refresco light	135,00
3,00 x 45	
Cerveza	50,00
Caldo verdura	45,00
TOTAL	261,78
Ajuste por redondeo	0,22
Efectivo	1.000,00
Pago Total	1.000,00
CAMBIO	738,00
- Section: Adenda (Cajero 125678 Maria, Caja 11). Text: Gracias por su visita, Conserve este e-Ticket - Es su garantía, Necesario para cambios o devoluciones.
- QR code.
- Text: Cód.seg: 256789.
- Text: Res. DGI 9999/2013, Puede verificar comprobante en www.Super.com.uy, CAE N° xxxxxxxxxxxx, A0000001-A0100000, IVA al día.
- Field: Vencimiento 25/01/2015.

Figura 62 - Modelos de Representação Impressa e-Fatura e e-Ticket
Fonte: (DGI, 2013)

No portal da DGI é disponibilizada uma consulta pública que permite ao receptor de um CFE saber se o mesmo é autentico e válido. Na Figura 63 é apresentada a tela da consulta pública no portal da DGI. Para a consulta são solicitadas algumas informações essenciais para a identificação do respectivo CFE.

Principal > Consulta del CAE autorizado

Consulta del CAE autorizado

RUC emisor:

Tipo de comprobante:

Serie:

Nro. de comprobante:

Número de CAE:

Ingresar a e-Factura

R.U.T.:

C.I.:

Clave:

Contador de Documentos

71.560.206

Documentos recibidos por DGI al:
7 de Setiembre a las 09:06

Consultas

Figura 63 - Página de Consulta Pública CAE²⁵

O modelo uruguaio de fatura eletrônica prevê ainda a obrigatoriedade do emissor de CFE de disponibilizar uma consulta pública em seu site dos documentos fiscais eletrônicos que tenha emitido. Um CFE deve ser disponibilizado para consulta pública no portal da empresa em até 18 horas da emissão. No caso do e-Ticket, a consulta pública deve permanecer disponível ao consumidor final por até 3 meses, enquanto que no caso da e-Fatura este prazo é de 5 anos. Na Figura 64 é apresentada, a título de exemplo, a página de consulta de uma das empresas participantes do projeto piloto.

²⁵ Fonte: www.efatura.dgi.gub.uy/principal/consultacae?es

Comprobante Fiscal Electrónico

TIENDA **tinglesa**

Consulta de un comprobante fiscal electrónico

Tipo: Serie: Número:

Monto total: Código de seguridad:

Puede encontrar el código de seguridad debajo del código QR.

Buscar

Figura 64 - Tela de Consulta Pública de Comprobante Fiscal Eletrônico em Empresa Emissora²⁶

No portal da DGI é disponibilizada uma consulta pública que permite ao receptor de um CFE saber se o mesmo é autêntico e válido.

O modelo Uruguaio de fatura eletrônica tem seu foco nos grandes contribuintes, que emitem seus comprovantes fiscais eletrônicos utilizando seus próprios meios, seja adquirindo uma solução de emissão de CFE do mercado, ou desenvolvendo a aplicação de emissão de CFE, internamente, com suas próprias equipes de TI. Atualmente não existe nenhuma aplicação de emissão gratuita de CFE disponibilizada pela DGI e voltada para atender pequenas e médias empresas. Todavia há a intenção da DGI de novo futuro desenvolver e disponibilizar este tipo de ferramenta gratuita.

Com relação ao suporte técnico ao contribuinte em processo de implantação de fatura eletrônica ou que já seja emissor CFE, não existe atualmente no DGI um canal disponível 24 horas x 7 dias por semana, podendo a ajuda técnica ser prestada, de forma presencial, por telefone ou email no horário comercial de segunda a sexta feira.

Excepcionalmente, ante possíveis falhas no funcionamento do sistema, os contribuintes devem respaldar suas operações com comprovantes autorizados pré-impressos (comprovantes fiscais de contingência), não podendo alegar falta de faturação por eventuais falhas no sistema.

Este modelo de contingência contempla dois tipos de situações:

- ❖ Falhas de comunicação no envio de documentos com a DGI: ocorre quando o emissor não pode enviar o CFE no momento da emissão por problemas de comunicação. Neste caso não é necessário utilizar a documentação de contingência pois, simplesmente, se

²⁶ Fonte: www4.tinglesa.com.uy/ConsultaCFE/

trata de uma demora no envio, o que deverá ocorrer, obrigatoriamente, uma vez superada a falha.

- ❖ Falhas no software da empresa: nesta hipótese, o emissor eletrônico apresenta problemas em seu sistema e não consegue emitir eletronicamente. Deverá neste caso fazer uso dos comprovantes pré-impressos de contingência (CFC) até que o seu problema técnico se resolva.

En ambos casos, o emissor eletrônico deve comunicar a DGI a falha no momento em que ocorre, bem como quando tiver superado o problema. Na Figura 65 é apresentada a página web onde o emissor faz a comunicação referente à entrada ou saída da situação de contingência.

A imagem mostra a interface web da DGI para a comunicação de contingência. No topo, há o logotipo da DGI e o título 'e-Factura'. Abaixo, uma barra de navegação contém links para 'Inicio', 'Información General', 'Normativa', 'Sobre e-Factura' e 'Novedades'. O conteúdo principal é dividido em duas colunas. A coluna da esquerda, intitulada 'Comunicación de contingencia', contém campos para 'RUT', 'Estado' (com um menu suspenso aberto mostrando opções como 'Entrada en contingencia de Facturación', 'Entrada en contingencia de Envíos', 'Salida de contingencia de Facturación' e 'Salida de contingencia de Envíos'), e 'Su Mail'. Abaixo desses campos, há uma mensagem: 'Los datos marcados con * son obligatorios' e botões 'Enviar' e 'Borrar'. A coluna da direita contém uma seção 'Ingresar a e-Factura' com campos para 'R.U.T.', 'C.I.' e 'Clave', e um botão 'Ingresar'. Abaixo disso, há um 'Contador de Documentos' mostrando o número '71.560.147' e a data '7 de Setiembre a las 08:33'. Na base da coluna da direita, há uma seção 'Consultas' com links para 'Personalizadas', 'Telefónicas' e 'e-Mail'.

Figura 65 - Página Comunicação de Contingência²⁷

A documentação pré - impressa de contingência – Comprovantes Fiscais de Contingência - CFC possui as seguintes características:

- Corresponde a um novo tipo de documento em papel pré-impresso;

²⁷ Fonte: www.efatura.dgi.gub.uy/principal/Contingencia-143?es

- O nome do tipo de documento de contingência é o nome do tipo de CFE que substitui acrescido da palavra contingência;
- A numeração outorgada é independente daquela dos CFE, seguindo a mesma numeração de toda a documentação em papel;
- Possui uma validade de 5 anos;
- Os documentos pré-impressos devem ter incorporado o selo digital correspondente a constância de autorização de impressão.

O CFC mantém as mesmas obrigações formais exigidas para a documentação tradicional. A autorização de emissão da constância para CFC se obtém pelo mesmo sistema de constância web de impressão vigente para a faturação em papel. Uma vez autorizada a solicitação, A DGI deixará disponível para a Gráfica Autorizada uma constância de impressão junto com o arquivo que contém a imagem do selo digital, para que seja incorporada na documentação pré-impressa.

O selo digital contém os seguintes dados da constância de impressão, assinados pela DGI:

- Link da página da DGI;
- N° de RUC do emissor;
- Código de segurança.

Superada a contingência, o emissor eletrônico deve realizar o envio da informação seguindo o indicado para o tipo de CFE que substitui. Este envio também deverá estar assinado eletronicamente.

9.3. Equador

NOME OFICIAL	República do Equador
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	Quito	
MOEDA	Dólar americano (USD)	
POPULAÇÃO	15.492.264 (2012)	
ÁREA	256.370 km² (71°)	
PIB	US\$ 84,532 bilhões (2012)	
IDH	0,724 (2012) - 89° do mundo	
RENDIA PER CAPITA	9.590 US\$ (2012)	

O Equador vem trabalhando na implantação de modelos de faturação eletrônica desde 2007 e passou por, ao menos, por 3 modelos distintos neste período.

O novo modelo de fatura eletrônica Equatoriano foi implantado recentemente, em 2012, e é fruto de um trabalho de Assistência Técnica do CIAT, com o apoio de consultores que

participaram da implantação do projeto Brasileiro de Nota Fiscal Eletrônica. Não por acaso, como veremos, o novo modelo de fatura eletrônica do Equador é bastante similar ao modelo de fatura eletrônica implantado no Brasil.

O organismo do governo Equatoriano responsável pelo projeto da fatura eletrônica naquele país é o SRI - Servicio de Rentas Internas. O SRI é uma entidade técnica e autônoma que tem a responsabilidade de arrecadar os tributos internos estabelecidos por Lei no Equador, mediante a aplicação da normativa vigente. Tem por objetivo incrementar de forma sustentável o cumprimento voluntário das obrigações tributárias por parte dos contribuintes.

Na Figura 66 é apresentada a página sobre a fatura eletrônica disponível no portal do SRI na Internet (www.sri.gob.ec).

Figura 66 - Página Fatura Eletrônica SRI²⁸

O projeto de fatura eletrônica Equatoriano tem como antecedente importante a aprovação da Lei de Comércio Eletrônico e Assinatura Digital²⁹ em 2002.

Em 2007 surge a primeira proposta de um modelo de fatura eletrônica no Equador, similar ao controle de autorização de numeração de documentos fiscais em papel utilizado para os auto-

²⁸ Fonte: <http://www.sri.gob.ec/web/guest/faturacion-electronica1?jsessionid=440E12C924E958C82C063EA451D1F2F7.sriint>

²⁹ Ley de Comercio Electrónico, Firmas y Mensajes de Datos publicado en el Suplemento del Registro Oficial No. 557, de 17 de abril de 2002.

impressores. Naquele momento, como ainda não existiam Autoridades Certificadoras no Equador, o próprio SRI forneceu uma ferramenta para a geração dos certificados digitais.

Já em 2008, o modelo sofre a primeira mudança, com a constituição da primeira Autoridade Certificadora do país, o Banco Central do Equador. O modelo de fatura eletrônica é então adaptado para utilizar os certificados digitais fornecidos pela Autoridade Certificadora para a assinatura digital das faturas eletrônicas. Desde a primeira iniciativa de fatura eletrônica no Equador, o SRI definiu o formato XML como padrão de arquivo eletrônico. Todavia a assinatura digital não seguia o padrão XML Signature.

Para a geração e emissão dos documentos eletrônicos devem obrigatoriamente assinar cada arquivo xml pelo padrão de criptografia PKCS #1, isto significa que para cada arquivo .xml deverá constar outro arquivo que equivale a assinatura eletrônica (.sign). Estes dois arquivos serão comprimidos com a extensão .zip e constituirá um documento eletrônico válido para a emissão.

Este modelo de fatura eletrônica foi disponibilizado pelo SRI para utilização pelos contribuintes a partir de 2009 e pode ser utilizado até final de 2012.

O desenho do novo esquema de faturação eletrônica Equatoriano teve início em 2010, com o apoio técnico do Centro Interamericano de Administrações Tributárias – CIAT. A Assistência Técnica do CIAT ao Equador contou com a participação de consultores brasileiros convidados e que haviam participado da implantação do projeto de Nota Fiscal Eletrônica no Brasil.

Assim, o novo modelo de fatura eletrônica do Equador segue, em grandes linhas, a solução brasileira da Nota Fiscal Eletrônica. Todavia é possível identificar algumas diferenças, em especial, no modelo de contingência para os casos de problemas técnicos no sistema de autorização do SRI ou no sistema do contribuinte que impeçam a emissão da fatura eletrônica e sua validação em tempo real, como detalharemos mais a frente.

Para a implantação do novo modelo foi realizado um projeto piloto que contou com a participação de 24 empresas voluntárias, convidadas pelo SRI. O piloto operou de fevereiro a janeiro de 2013. Neste período foram autorizados 402.039 documentos fiscais eletrônicos, sendo 373.039 faturas eletrônicas, 1.194 notas de crédito eletrônicas e 28.166 comprovantes eletrônicos de retenção (SRI, 2013).

A partir de janeiro de 2013 teve início a fase de massificação voluntária do novo modelo de fatura eletrônica, podendo o contribuinte que desejar solicitar o credenciamento para ser emissor eletrônico. No modelo do Equador não é necessário que o contribuinte realize testes ou processo de homologação obrigatório para ser emissor de comprovantes eletrônicos, sendo

apenas necessário realizar o trâmite de solicitação de credenciamento em página web do SRI com login e senha de acesso. O SRI coloca a disposição dos contribuintes um ambiente de testes, onde podem ser emitidas faturas eletrônicas sem validade jurídica. Desta forma, com a realização dos testes neste ambiente, o contribuinte poderá decidir se esta apto a ingressar na emissão de faturas eletrônicas em produção.

Mais recentemente, houve a mudança na estratégia de massificação, com a publicação pelo SRI de norma³⁰ estabelecendo cronograma de obrigatoriedade gradual por atividades econômicas, a partir de junho de 2014 e até janeiro de 2015.

Na Figura 67 é apresentado este cronograma de obrigatoriedade. É importante destacar que o cronograma de obrigatoriedade foi publicado pelo SRI com um prazo de antecedência de mais de 1 ano em relação a primeira data de obrigatoriedade, possibilitando prazo para a adequação dos contribuintes a esta nova obrigação.

A obrigatoriedade de emissão de fatura eletrônica está hoje restrita às transações comerciais que sustentem crédito tributário do imposto sobre valor agregado.

Além disso, para facilitar a adoção da fatura eletrônica pelas pequenas e médias empresas, o SRI desenvolveu e disponibilizou, em abril de 2012, um software de emissão gratuita de faturas eletrônicas. Para a utilização deste software basta baixá-lo do portal do SRI e instalá-lo no computador, sendo necessário apenas para a emissão de faturas eletrônicas por esta aplicação gratuita que o contribuinte esteja credenciado junto ao SRI como emissor eletrônico, tenha certificado digital e acesso à Internet.

Atualmente existem no Equador 3 Autoridades Certificadoras onde o contribuinte poderá adquirir seu certificado digital necessário para a assinatura digital de suas faturas eletrônicas.

A quantidade acumulada de faturas eletrônicas emitidas no novo modelo Equatoriano atingiu a marca de mais de 7,7 milhões (SRI, 2013) desde fevereiro de 2012 até final de agosto de 2013.

³⁰ Resolución N° NAC-DGER13-00236 publicado en el Registro Oficial 956 de 17 de mayo de 2013.

Grupo	Data de Início	Contribuintes
1	01/06/2014	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições financeiras sob o controle da Superintendência de Bancos e Seguros, exceto mutualistas de crédito imobiliário e sociedades emissoras e administradoras de cartões de crédito; • Contribuintes especiais que realizem, de acordo com sua inscrição no RUC, atividades econômicas correspondentes aos setores e subsetores de telecomunicações e TV paga, respectivamente;
2	01/08/2014	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedades emissoras e administradoras de cartões de crédito;
3	01/10/2014	<ul style="list-style-type: none"> • Exportadores qualificados pelo SRI como contribuintes especiais;
4	01/01/2015	<ul style="list-style-type: none"> • Os demais contribuintes especiais não indicados nos 3 grupos anteriores; • Contribuintes que possuam autorização de impressão de comprovantes de venda, retenção e documentos complementares por meio de sistemas computadorizados (auto-impressores); • Contribuintes que realizem vendas pela Internet; • Os sujeitos passivos que realizem atividades econômicas de exportação

Figura 67 - Cronograma Obrigatoriedade Fatura Eletrônica no Equador

Na Figura 68 é apresentada uma representação esquemática do novo modelo operacional de emissão de fatura eletrônica do Equador.

O novo modelo de comprovantes eletrônicos é o mesmo para substituir os seguintes documentos fiscais em papel: faturas, notas de débito, notas de crédito, guias de remissão, e comprovantes de retenção.

Como já vimos, o padrão de arquivo eletrônico adotado pelo SRI para os comprovantes eletrônicos segue o formato XML, com a definição dos campos estabelecida pelo SRI para atender as suas necessidades específicas e de seus contribuintes, sem seguir nenhum padrão internacional específico.

Este arquivo eletrônico deve, após ter sido gerado pelo contribuinte, utilizando sistema próprio ou o software emissor gratuito, com base nas informações da transação comercial e com o preenchimento, no mínimo, dos campos obrigatórios exigidos pelo SRI, ser assinado digitalmente utilizando o certificado digital do contribuinte.

A assinatura digital segue o padrão XML Signature, garantindo a autoria da geração do arquivo eletrônico, bem como a integridade digital de todas as informações constantes da fatura eletrônica.

Após a assinatura digital, e antes do início do transporte da mercadoria, ou da entrega da fatura eletrônica ao cliente, o arquivo eletrônico deve ser encaminhado para validação e obtenção de autorização online pelo sistema do SRI.

Este envio é feito com o uso de tecnologia web service, com a formação de um lote ou envelope contendo no mínimo 1 até 50 faturas eletrônicas. O tamanho máximo do arquivo do lote é de 512 kbytes. O SRI recebe o lote e fornece um tíquete ou protocolo de entrega.

Com este protocolo, e com a utilização de outro Web service, é que o contribuinte buscará o resultado do processamento de cada fatura eletrônica no lote. Segundo consta da documentação técnica do sistema, o processamento do lote poderá demorar até 3 segundos. O modelo Equatoriano segue assim um padrão assíncrono de processamento dos comprovantes eletrônicos.

Somente após obter o resultado do processamento do lote e com a autorização da fatura eletrônica é que o contribuinte poderá, caso o cliente solicite, imprimir a RIDE - representação impressa do documento eletrônico e que deverá acompanhar o transporte da mercadoria. Mais a frente, na Figura 73, é apresentado um exemplo da RIDE.

O comprovante eletrônico deve ser encaminhado, após a autorização do SRI, pelo emissor ao cliente, por email, ou colocado à sua disposição para download, em um portal na Internet do contribuinte.

Figura 68 - Modelo Operacional Fatura Eletrônica Equador

Cabe destacar um avanço importante, constante da legislação que estabeleceu o novo modelo de fatura eletrônica do Equador, que é a dispensa do armazenamento do comprovante eletrônico pelos emissores e receptores, posto que o SRI mantém o registro destes arquivos eletrônicos e oferece a possibilidade de consultas restritas, por página web, aos contribuintes, a seus comprovantes eletrônicos (emitidos ou recebidos), mediante login e senha de acesso aos serviços em linha disponíveis no portal do SRI na Internet. A seguir temos a transcrição do artigo 8º da Resolución N° NAC-DGER12-00105, publicado en el Registro Oficial 666, de 21 de marzo de 2012.

“Artículo 8 – Los sujetos pasivos que fueren autorizados a emitir sus comprobantes de venta, retención y documentos complementarios mediante mensajes de datos, así como aquellos que reciban documentos autorizados emitidos bajo esta modalidad, no estarán obligados a archivar en medios digitales los comprobantes electrónicos emitidos o recibidos, en vista de que el Servicio de Rentas Internas mantendrá un registro de los mismos.”

Esta mesma normativa estabelece que, no modelo de comprovantes eletrônicos do Equador, os emissores eletrônicos poderão, a pedido dos receptores, imprimir e entregar um representação impressa do comprovante eletrônico, na qual podem ser visualizados detalhes

do mesmo, sendo que esta impressão tem finalidade meramente informativa e de consulta, não tendo validade tributária.

Na Figura 69 é apresentada a tela de consulta restrita a comprovantes eletrônicos e na Figura 70 é apresentado um exemplo de resultado da consulta, contendo, conforme a solicitação, os comprovantes eletrônicos emitidos ou recebidos, e cujos arquivos podem ser baixados pelo contribuinte.

The screenshot shows a web interface titled "Historial de Comprobantes Electrónicos Autorizados". Below the title, there is a section labeled "Ingrese los datos para la consulta". This section contains several input fields and dropdown menus for filtering search results:

- Fecha Emisión Desde**: A text input field with a calendar icon.
- Fecha Emisión Hasta**: A text input field with a calendar icon.
- Clave de Acceso**: A long text input field.
- Nro. Autorización**: A text input field.
- Origen emisión**: A dropdown menu with the selected option "Comprobantes emitidos por el contribuyente".
- Tipo de comprobante**: A dropdown menu with the selected option "Todos".
- Establecimiento**: A dropdown menu with the selected option "Todos".
- Punto de emisión**: A dropdown menu with the selected option "Todos".

At the bottom of the form is a blue button labeled "Buscar".

Figura 69 - Consulta Restrita de Comprobantes Eletrônicos do Contribuinte

Comprobantes autorizados desde el 19-02-2012 al 19-02-2012		Comprobantes autorizados a la fecha	
FACTURA	6	COMPROBANTE DE RETENCIÓN	28
TOTAL AUTORIZADOS:	6	FACTURA	242
		GUÍAS DE REMISIÓN	2
		NOTAS DE CRÉDITO	6
		NOTAS DE DÉBITO	6
		TOTAL AUTORIZADOS:	284

Lista de comprobantes emitidos							
Nro	Tipo y serie de comprobante	Clave de acceso (CA)/ Nro. Autorización (NA)	Fecha y Hora de Autorización	Fecha emisión	Tipo emisión	Documento	Documentos Relacionados
1	FACTURA 001-003	CA:1902201201176001321000120010030001000671234567818 NA:1902201212544917600132100010000002744	2012-02-19 12:54:49	2012-02-19 00:00:00	NORMAL		
2	FACTURA 001-003	CA:1902201201176001321000120010030001000661234567812 NA:1902201212522617600132100010000002739	2012-02-19 12:52:26	2012-02-19 00:00:00	NORMAL		
3	FACTURA 001-003	CA:1902201201176001321000120010030001000651234567817 NA:1902201212360717600132100010000002728	2012-02-19 12:36:08	2012-02-19 00:00:00	NORMAL		
4	FACTURA 001-003	CA:1902201201176001321000120010030001000621234567810 NA:1902201212110217600132100010000002711	2012-02-19 12:11:02	2012-02-19 00:00:00	NORMAL		
5	FACTURA 001-003	CA:1902201201176001321000120010030001000601234567811 NA:1902201211521817600132100010000002703	2012-02-19 11:52:18	2012-02-19 00:00:00	NORMAL		
6	FACTURA 001-003	CA:1902201201176001321000120010030001000561234567818 NA:1902201211463417600132100010000002694	2012-02-19 11:46:34	2012-02-19 00:00:00	NORMAL		

Lista de comprobantes recibidos							
Nro	Tipo y serie de comprobante	Clave de acceso (CA)/ Nro. Autorización (NA)	Fecha y Hora de Autorización	Fecha emisión	Tipo emisión	Documento	Documentos Relacionados

Figura 70 - Exemplo de Tela de Resultado de Consulta Restrita de Comprovantes Eletrônicos

Cada comprovante eletrônico possui uma chave de acesso de acesso numérica de 49 dígitos que identifica o documento fiscal eletrônico de maneira unívoca. Esta chave de acesso tem uma composição definida pelo SRI conforme pode se verificar na Figura 71.

Esta chave de acesso é utilizada pelo receptor como uma das possíveis opções de informação essencial exigidas para se realizar a consulta pública de validade da fatura eletrônica no portal do SRI, conforme tela apresentada, mais a frente, na Figura 74.

A chave de acesso do comprovante eletrônico deve ser gerada pela próprio emissor antes da assinatura digital do arquivo eletrônico, uma vez que a chave de acesso é um dos campos do XML.

Além de servir como elemento de identificação única do comprovante eletrônico, a chave de acesso possui campos de informação que permitem identificar a data de emissão, o tipo de ambiente, se de testes ou de produção, e o tipo de emissão, se normal ou em contingência. Estas informações constantes da chave de acesso são bastante úteis também para a própria SRI para facilitar a pesquisa e indexação do seu banco de dados de comprovantes eletrônicos. A chave de acesso possui ainda, como um de seus campos, um código numérico de 8 posições que deve ser gerado por um algoritmo secreto, de conhecimento apenas da aplicação do contribuinte, e que tenha como saída um número pseudo-aleatório. Este código numérico é o

que garante o sigilo fiscal da chave de acesso, impossibilitando que, por tentativa e erro, alguém pudesse indevidamente fazer uma consulta pública de uma fatura eletrônica.

Por fim, a chave de acesso incorpora um dígito verificador conforme algoritmo de módulo 11, que possibilita identificar um eventual erro de digitação da chave de acesso, que é bastante longa, quando da consulta pública de validade do comprovante eletrônico.

Inclusive, para facilitar esta consulta pública, e evitar a necessidade de digitação da chave de acesso do comprovante eletrônico, esta mesma informação da chave de acesso consta de um código de barras unidimensional impresso na RIDE.

NÚMERO	DESCRIÇÃO DO CAMPO	TIPO DE CAMPO	FORMATO	TAMANHO
1	Data de Emissão	Numérico	dd/mm/aaaa	8
2	Tipo de Comprovante		Tabela 4	2
3	Número de RUC		1234567890001	13
4	Tipo de Ambiente		Tabela 5	1
5	Série		001001	6
6	Número do Comprovante (sequencial)		000000001	9
7	Código Numérico		Numérico	8
8	Tipo de Emissão		Tabela 2	1
9	Dígito Verificador (módulo 11)		Numérico	1

TABELA 2

TIPO DE EMISSÃO	CÓDIGO
EMIÇÃO NORMAL	1
EMIÇÃO POR INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA	2

TABELA 5

TIPO DE AMBIENTE	CÓDIGO
TESTES	1
PRODUÇÃO	2

COMPROVANTE	CÓDIGO
FATURA	01
NOTA DE CRÉDITO	04
NOTA DE DÉBITO	05
GUIA DE REMISSÃO	06
COMPROVANTE DE RETENÇÃO	07

Figura 71 - Composição da Chave de Acesso Comprovante Eletrônico³¹

Apesar de haver, como já dito, uma grande similaridade do novo modelo de fatura eletrônica Equatoriano com o modelo Brasileiro, uma das principais diferenças reside no modelo de contingência.

O modelo Equatoriano estabelece que, em caso de qualquer problema técnico que impeça a autorização em tempo real do comprovante eletrônico junto ao SRI, o contribuinte deverá

³¹ Fonte: Manual de usuario, catálogo y especificaciones técnicas “Emisión de Comprobantes Electrónicos” versão 1.3 – disponible en www.sri.gob.ec

emitir o documento fiscal eletrônico com uma chave de acesso de contingência e concluir a transação comercial e eventual transporte das mercadorias.

Posteriormente, superado o problema técnico deverá encaminhar o comprovante eletrônico emitido com chave de acesso em contingência para validação e autorização do sistema SRI, do mesmo modo que envia um comprovante eletrônico normal, ou seja, utilizando o mesmo web service.

O sujeito passivo deverá obrigatoriamente solicitar chaves de acesso para uso contingente, que serão utilizadas unicamente nos seguintes casos:

- ❖ Quando por algum motivo não se possa validar em linha os documentos assinados eletronicamente (Problemas nos aplicativos da Administração Tributária por manutenções e atualizações eventuais, ou quando as Entidades de Certificação não tenham disponível o Serviço de Consulta de Certificados Digitais de Assinatura Eletrônica, nestes casos deverão comunicar com antecedência para que os contribuintes possam emitir seus comprovantes com as chaves de acesso para contingência);
- ❖ Emissão por baixa conectividade – não disponha de uma boa conexão de rede para acesso à Internet (zonas específicas).

A primeira vez que os sujeitos passivos solicitem seu certificado de emissão de comprovantes eletrônicos, o sistema entregará em um arquivo .txt as chaves (1.000 para testes ou 200.000 para produção); no caso do contribuinte necessitar mais chaves de contingência, o sistema validará que as anteriores já tenham sido utilizadas e autorizadas por, pelo menos, em 70% das chaves que solicitou originalmente e, adicionalmente, o sistema outorgará chaves automaticamente com base na média das solicitações enviadas em linha para autorização dos comprovantes eletrônicos, considerando um período de até um ano atrás.

O SRI gerará chaves de contingência compostas por um Código Numérico (37 dígitos numéricos, 13 dígitos correspondentes ao RUC do emissor, 1 dígito conforme o tipo de emissão, em homologação ou produção e 23 dígitos aleatórios) que formarão parte da chave de acesso de 49 caracteres numéricos, unicamente a serem utilizados como medida contingente, as quais poderão ser descarregadas do sistema de autorização de comprovantes eletrônicos no momento de sua solicitação. Adicionalmente, estas chaves serão enviada para o correio eletrônico do solicitante. Os contribuintes poderão ainda recuperar suas chaves de contingência por meio do acesso ao Sistema de Autorização de Comprovantes Eletrônicos.

Na Figura 72, a seguir, é apresentada a estrutura de composição da chave de acesso de contingência.

NÚMERO	DESCRIÇÃO DO CAMPO	TIPO DE CAMPO	FORMATO	TAMANHO
1	Data de Emissão	Numérico	dd/mm/aaaa	8
2	Tipo de Comprovante		Tabela 4	2
3	Número de RUC		1234567890001	13
4	Tipo de Ambiente		Tabela 5	1
5	Código Numérico		Numérico	23
6	Tipo de Emissão		Tabela 2	1
7	Dígito Verificador (módulo 11)		Numérico	1

TABELA 4

COMPROVANTE	CÓDIGO
FATURA	01
NOTA DE CRÉDITO	04
NOTA DE DÉBITO	05
GUIA DE REMISSÃO	06
COMPROVANTE DE RETENÇÃO	07

TABELA 2

TIPO DE EMISSÃO	CÓDIGO
EMIÇÃO NORMAL	1
EMIÇÃO POR INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA	2

TABELA 5

TIPO DE AMBIENTE	CÓDIGO
TESTES	1
PRODUÇÃO	2

Figura 72 - Composição da Chave de Acesso em Contingência Comprovante Eletrônico³²

Na Figura 73 é apresentado um exemplo da representação impressa do comprovante eletrônico que é chamada de RIDE. Como regra, a RIDE somente é impressa a pedido do receptor e após o emissor receber a autorização do SRI da correspondente fatura eletrônica, uma vez que a RIDE contém, além da chave de acesso, o protocolo e a data e hora de autorização. A chave de acesso que identifica o comprovante eletrônico é também impressa na RIDE, tanto em seu formato numérico de 49 dígitos como em representação em código de barras unidimensional.

³² Fonte: Manual de usuario, catálogo y especificaciones técnicas “Emisión de Comprobantes Electrónicos” versão 1.3 – disponible en www.sri.gob.ec

Disponible
a partir del 24 de febrero

RUC.: 1791998170001

FACTURA

No. 001-001-000000011

NÚMERO DE AUTORIZACIÓN
0603201214001817919981700010000000076

FECHA Y HORA DE AUTORIZACIÓN 2012-03-06T14:00:18.138-05.00

AMBIENTE: PRODUCCION

EMISIÓN: NORMAL

CLAVE DE ACCESO

0603201201179199817000110010010000000111234567816

SERVICIO DE RENTAS INTERNAS

Dir Matriz: SALINAS Y SANTIAGO

Dir Sucursal: SALINAS Y SANTIAGO

Contribuyente Especial Nro 12345

OBLIGADO A LLEVAR CONTABILIDAD SI

Razón Social / Nombres y Apellidos: PRUEBAS PARA FACTURACION ELECTRONICA RUC / CI: ASDF1234

Fecha Emisión: 08/03/2012 Guía Remisión:

Cod. Principal	Cod. Auxiliar	Cant	Descripción	Detalle Adicional	Detalle Adicional	Detalle Adicional	Precio Unitario	Descuento	Precio Total
1	01a	1.00	CAMIONETA	marca	modelo	chasis	10000.00	0.00	10000.00
2	02a	1.00	DONACION	marca	modelo	serie	1000.00	0.00	1000.00
3	03a	1.00	ARROZ	marca			10.00	0.00	10.00
SUBTOTAL 12%									10500.00
SUBTOTAL 0%									10.00
SUBTOTAL No sujeto de IVA									1000.00
SUBTOTAL SIN IMPOSTOS									11010.00
DESCUENTO									0.00
ICE									500.00
IVA 12%									1260.00
PROPINA									0.00
VALOR TOTAL									12770.00

Información Adicional

Dirección SANTA LUCIA 6 DE DIC. Y

Teléfono 2906578 3298

Email pruebasfact@sri.gob.ec

Figura 73 - Modelo Representação Impressa de Documento Eletrônico (RIDE)
Fonte: SRI (2013b)

No modelo Equatoriano, o receptor tem o dever de verificar a validade e autenticidade do comprovante eletrônico que tenha recebido. Para tanto tem a sua disposição uma consulta pública disponibilizada no portal do SRI e cuja tela consta da Figura 74.

Para a realização da consulta pública, o receptor ou qualquer legítimo interessado, deve informar, alternativamente, a chave de acesso do comprovante eletrônico, ou seu protocolo de

autorização, ou ainda, o próprio arquivo eletrônico em formato XML. Além disso, deve ingressar com conjunto de letras ou números constantes de uma imagem distorcida automaticamente gerada pelo sistema (CAPTCHA). O CAPTCHA é um mecanismo de segurança utilizado contra o uso de força bruta ou anti-robô³³.

Figura 74 - Tela Consulta Pública Validez Comprobante Eletronico³⁴

No portal do SRI está também disponível uma consulta de contribuintes credenciados como emissores de comprovantes eletrônicos, conforme tela da Figura 75. Esta consulta é especialmente interessante na fase atual em que se encontra o processo inicial de massificação de uso da fatura eletrônica no Equador, onde o modelo eletrônico convive ainda com os documentos fiscais em papel. Esta consulta possibilita ao receptor saber se o seu fornecedor esta credenciado como emissor eletrônico.

³³ Mecanismo CAPTCHA - Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart.

³⁴ Fonte: <https://declaraciones.sri.gob.ec/comprobantes-electronicos-internet/publico/validezComprobantes.jsf?redireccion=225&idGrupo=622&contextoMPT=https://declaraciones.sri.gob.ec/tuportal-internet&pathMPT=COMPROBANTES%20ELECTRONICOS%20%2F%20Consultas&actualMPT=Validez%20de%20comprobantes%20electr%F3nicos%20&linkMPT=%2Fcomprobantes-electronicos-internet%2Fpublico%2FvalidezComprobantes.jsf%3Fredireccion%3D225%26idGrupo%3D622&esFavorito=N>

Figura 75 - Consulta Pública Contribuyentes Credenciados a Emissão Fatura Eletrônica³⁵

O SRI disponibilizou um aplicativo gratuito para emissão de comprovantes eletrônicos. Este aplicativo é voltado para pequenos e médios contribuintes, com baixo volume de emissão de comprovantes fiscais.

Todavía pode ser utilizado por qualquer emissor credenciado de comprovantes eletrônicos. Para a utilização do programa, o contribuinte deve baixar o arquivo no portal do SRI e instalá-lo em seu computador.

O aplicativo gratuito permite a emissão de comprovantes eletrônicos em contingência, sendo necessário carregar no programa o arquivo em formato texto (.txt), fornecido pelo SRI, e que contém as chaves de acesso em contingência.

³⁵ Fonte: <https://declaraciones.sri.gob.ec/comprobantes-electronicos-internet/publico/listadoContribuyentes.jsf?redireccion=229&idGrupo=649&contextoMPT=https://declaraciones.sri.gob.ec/tuportal-internet&pathMPT=COMPROBANTES%20ELECTRONICOS%20%2F%20Consultas&actualMPT=Listado%20de%20Contribuyentes%20Autorizados%20&linkMPT=%2Fcomprobantes-electronicos-internet%2Fpublico%2FlistadoContribuyentes.jsf%3Fredireccion%3D229%26idGrupo%3D649&esFavorito=N>

Para facilitar a emissão dos comprovantes eletrônicos pelo aplicativo, diminuindo a digitação de informações, o programa possibilita a geração de cadastros com a carga de arquivos texto padronizados, contendo informações de produtos, clientes e transportadores do contribuinte.

Na Figura 76 é apresentada uma das telas principais do aplicativo, onde se ingressam as informações para a geração de uma fatura eletrônica. No caso de uma emissão de comprovante eletrônico em modalidade normal, o aplicativo gera a chave de acesso do documento eletrônico.

Figura 76 - Tela Entrada de Dados da Fatura Eletrônica no Aplicativo Emissor Gratuito

9.4. Colômbia

NOME OFICIAL	República da Colômbia
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	Bogotá	
MOEDA	Peso Colombiano (COP)	
POPULAÇÃO	47.704.427 (2012)	
ÁREA	1.138.914 km² (25º)	
PIB	US\$ 369,812 bilhões (2012)	
IDH	0,719 (2012) - 91º do mundo	
RENDA PER CAPITA	10.110 US\$ (2012)	

Apesar da fatura eletrônica estar prevista no estatuto tributário colombiano desde 1995, havendo definições em 1999 de comércio eletrônico, apenas em 2007 foram estabelecidas as

regras mínimas, os conceitos e os conteúdos técnicos e fiscais deste documento. O detalhamento do conteúdo e regras de uso da fatura eletrônica na Colômbia foi estipulado em novembro de 2008.

Na Colômbia, se define a fatura eletrônica como o documento que suporta transações de venda de bens ou serviços, que para efeitos fiscais deve ser emitida, entregue, aceita e conservada em formato eletrônico, através de um processo de faturação que utilize procedimentos e tecnologia de informação, em forma direta ou através de terceiros, que garanta sua autenticidade e integridade desde sua expedição e durante todo o tempo de sua conservação, de conformidade com o que consta estabelecido no Decreto 1929 de maio de 2007.

A entidade do Governo Colombiano responsável pelo projeto de fatura eletrônica é a Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales³⁶ (DIAN). A DIAN é uma unidade administrativa especial que tem como objeto garantir a segurança fiscal do Estado Colombiano e a proteção da ordem público econômico nacional, mediante a administração e control do devido cumprimento das obrigações tributárias, aduaneiras, cambiais, dos direitos de exploração e gastos da administração, sobre os jogos de sorte e azar explorados por entidades públicas de nível nacional e a facilitação das operações de comércio exterior em condições de equidade, transparência e legalidade.

Na Colômbia, o modelo de documento eletrônico e a tecnologia utilizada são livres, e a forma fica a critério de cada empresa, desde a sua emissão até o seu armazenamento.

Não há um lay-out padronizado. Contudo, para a emissão de documentos eletrônicos, as empresas precisam discriminar no mesmo as informações exigidas na legislação tributária, além de observar os seguintes requisitos:

- garantir a autenticidade e integridade do documento ao longo de todo o processo de faturamento, especificamente nos procedimentos de expedição, entrega, aceitação e conservação, incluindo o procedimento de exibição ao fisco, e
- possuir certificação ISO 9001 (ou norma que a substitua), como garantia do processo de emissão para as partes envolvidas.

A referência à emissão de documentos eletrônicos remonta à lei de Comércio eletrônico de 1999, que definiu os conceitos de autenticidade, integridade, originalidade e conservação, sendo que as novas regras que dispõem sobre documentos eletrônicos não podem contrariá-los.

³⁶ Portal DIAN – www.dian.gov.co

A forma de disponibilização do documento ao cliente é livre e não existe disciplina quanto a um modelo único de impressão de sua representação gráfica.

Tanto quem emite como quem recebe a Fatura Eletrônica deverá conservá-las no mesmo formato eletrônico em que foram geradas e pelo mesmo tempo de guarda das faturas em papel. Não existe há necessidade de prévio conhecimento por parte da DIAN da operação comercial e nem a participação desta no procedimento de emissão do documento fiscal eletrônico. O governo Colombiano exige a apresentação de informações consolidadas por mês por tipo de documento emitido, com detalhamento de impostos e dos adquirentes das mercadorias, a serem entregues bimestralmente a DIAN. Também os contribuintes que recebam faturas eletrônicas tem a obrigação de preparar um consolidado mensal das suas operações à DIAN, contemplando dos os documentos fiscais recebidos e que deve ser entregue também bimestralmente.

Neste caso, a consolidação das informações possui um formato próprio e padronizado de apresentação, deve ser enviado pela internet à DIAN e deve ser assinado digitalmente a partir de certificado emitido à empresa por este órgão.

Para as empresas, o uso da fatura eletrônica é opcional. Contudo, aquela que optarem pelo seu uso devem informar à DIAN sobre esta decisão, e obter, previamente, a certificação de qualidade de seu processo de faturação eletrônica.

Uma vez autorizada a usar documentos eletrônicos pela DIAN, o contribuinte deve solicitar uma faixa de numeração dos documentos que poderá emitir e, para fins de controle fiscal, deverá informar em cada documento eletrônico a resolução que autorizou a faixa de numeração para àquela empresa.

A DIAN, uma vez que autorize a numeração para faturar em forma eletrônica, entrega uma chave técnica ao contribuinte. Essa chave permite junto com outros dados obter o conteúdo técnico de controle que deve ser incluído na fatura eletrônica.

Este conteúdo técnico de controle corresponde a um valor alfanumérico obtido a partir da aplicação de um procedimento que utiliza alguns dados da fatura ou das notas de crédito tais como: data de emissão entendida como ano, mês, dia e hora, minutos e segundos), além da chave técnica, entre outros. Esta informação do conteúdo técnico deverá ser incluída como um campo adicional dentro das faturas eletrônicas e das notas de crédito associadas as mesmas.

Um dos requisitos para a autorização da fatura eletrônica é a subscrição a um acordó de vontades entre o obrigado a faturar e o adquirente, onde, de forma expressa, se estabeleça como mínimo e de maneira prévia a faturação a data a partir da qual passa a vigorar, estabelece as condições de encerramento e os intervenientes no processo, as operações de

venda a que se aplica, os procedimentos de expedição, entrega, aceitação, guarda, e exibição, o formato de conservação e a tecnologia de informação utilizada. Assim mesmo, o acordo deve prever um procedimento de contingência aplicável.

Como consequência, os acordos permitem estabelecer com clareza a identificação dos intervenientes, bem como as operações entre ambos que se submetem ao regime de fatura eletrônica. Há informações de que a DIAN está trabalhando em uma revisão profunda de seu modelo de fatura eletrônica (DIAN, 2013).

9.5. Costa Rica

NOME OFICIAL	República da Costa Rica
IDIOMA	Espanhol	
CAPITAL	San José	
MOEDA	Colón costa-riquenho	
POPULAÇÃO	4.805.295 (2012)	
ÁREA	51.100 km ²	
PIB	US\$ 45,127 bilhões (2012)	
IDH	0,773 (2012) - 63º do mundo	
RENDIA PER CAPITA	12.590 US\$ (2012)	

A Dirección General de Tributación (DGT) é o órgão do Governo da Costa Rica responsável por desenvolver e implantar a Fatura Eletrônica no país.

As informações e documentação técnica sobre a fatura eletrônica na Costa Rica estão disponíveis em um portal disponibilizado pela DGT aos contribuintes para o cumprimento voluntário de suas obrigações fiscais pela Internet (www.haciendadigital.go.cr).

Na Figura 77 é apresentada a cópia da página principal deste site onde existe um menu específico para fatura eletrônica.

Figura 77 - Portal Hacienda Digital Costa Rica

Na Costa Rica, a primeira iniciativa de legislação tributária sobre fatura eletrônica é de 2007, possibilitando o uso do documento fiscal eletrônico e criando o registro de emissores e receptores eletrônicos. Já a legislação de certificados e firma digital é ainda anterior, de 2005. Em 2009, a legislação tributária de fatura eletrônica foi novamente revista.

Basicamente, no modelo de fatura eletrônica de Costa Rica o DGT estabeleceu os padrões técnicos e campos do arquivo eletrônico dos documentos fiscais eletrônicos. Foi adotado na Costa Rica o padrão XML. O DGT estabeleceu ainda os requisitos de envio da fatura eletrônica pelo emissor ao destinatário e o padrão de resposta em XML, de aceite ou rejeição, que o receptor eletrônico deveria enviar ao emissor. Além disso, foi estabelecido o requisito de que contribuinte para ser emissor, receptor ou provedor de fatura eletrônica deveria se inscrever junto a DGT.

Neste modelo, a DGT não participa diretamente. Não recebe os arquivos eletrônicos que devem ficar armazenados pelo emissor e receptor por um prazo de 5 anos.

A normativa da DGT estabelece ainda que o sistema de faturação eletrônica do contribuinte deve possibilitar um acesso eletrônico para verificação e baixa de arquivos por funcionários da DGT. A partir de julho de 2011, o modelo de fatura eletrônica de Costa Rica passou a incorporar a exigência de assinatura digital do contribuinte emissor no padrão XML Signature. Para a obtenção de certificados digitais existem várias Autoridades Certificadoras credenciadas no país e que fornecem a título oneroso.

Até 2013 o modelo de fatura eletrônica de Costa Rica seguiu um modelo de adesão voluntária. Todavia existe a intenção da DGT de obrigar os profissionais liberais a partir de 2014 a terem que faturar eletronicamente. Como preparação para esta obrigatoriedade, a DGT esta realizando desde 01 de julho de 2013 um projeto piloto que conta com a participação de 27 profissionais liberais voluntários e que estão testando a aplicação gratuita de emissão de faturas eletrônicas em desenvolvimento pela DGT.

A seguir são apresentadas as principais características do modelo de fatura eletrônica atualmente em operação na Costa Rica.

Os documentos que se podem emitir eletronicamente na Costa Rica além da fatura são: ticket eletrônico, notas de crédito e notas de débito, bem como os auxiliares eletrônicos de vendas, compras, vendas/compras.

O ticket eletrônico é um documento comercial utilizado para as operações de vendas ao consumidor final, gerado e expresse em formato eletrônico XML, inclui a assinatura digital e que se utiliza dos sistemas de pontos de vendas.

O sistema de faturamento eletrônico deve ter uma opção de consulta para o uso do imposto , que suporta o acesso a dados on-line, copiar ou fazer download de um arquivo eletrônico de informações consultadas .

Nas transacções comerciais entre emissores e receptores eletrônicos, que atendam aos requisitos e estão devidamente registrados, a impressão da fatura em papel não é necessária. No caso de receptores manuais, como consumidor final, é obrigatório a impressão da fatura, a menos que o consumidor queira que lhe seja enviada para o seu e-mail.

A fatura eletrônica deve ser impressa em apenas uma página. O número máximo de linhas por página é 60, quando superior a este número de linhas deverá ser emitida outra fatura. No caso dos tickets eletrônicos o limite é de até 1000 linhas.

Quando for um receptor manual não é obrigado a gerar o aceite ou a rejeição da fatura eletrônica . Nessa situação , o emitente da fatura eletrônica deverá gerar , assinar e imprimir e entregar a fatura ao receptor manual.

O modelo de faturação eletrônica da Costa Rica não permite a operação com faturamento misto, fatura eletrônica e nota fiscal em papel , apenas no caso de contingência.

O sistema de faturamento eletrônico da empresa receptora , deve estar na capacidade de verificar se os documentos eletrônicos recebidos atendem às exigências e especificações estabelecidas na resolução DGT -02- 09 sobre a faturação eletrônica .

O emissor eletrônico cada vez que emita uma fatura eletrônica, de bens e serviços, bem como os ajustes deste tipo de transação, deve registrar, simultaneamente, as informações no arquivo

eletrônico de compras e vendas. No final do período fiscal, o contribuinte deverá incorporar as informações de faturas em cada arquivo e gerar a declaração mensal.

Na Figura 78 a seguir, é apresentada a tela da consulta pública disponibilizada pela DGT para a verificação dos contribuintes credenciados como emissores, receptores e provedores de fatura eletrônica.

Ministerio de Hacienda
Dirección General de Tributación

Tribunet
Tribute por Internet

Inicio | FAQ | Contáctenos

Inicio | Declaraciones y Pago | Registro Tributario | Facturación Electrónica

Consulta de Emisores, Receptores y Proveedores de Factura Electrónica

Identificación:

Identificación	Nombre / Razón Social	Registro	Teléfono
310143461825	CONSULTADVISERS GIPSA SOCIEDAD ANONIMA	Emisor/Receptor	22852945
020631056701	JIMENEZ ULATE JOSUE	Emisor/Receptor	83165269
310139415804	CONSUSALUD SOCIEDAD ANONIMA	Emisor/Receptor	88215248
310101847504	FOLIAGE INCORPORATED SOCIEDAD ANONIMA	Receptor no emisor (Zonas Francas)	24426555
310200542924	LINDA VISTA SOCIEDAD ANONIMA	Receptor no emisor (Zonas Francas)	25504800
011415094931	GOMEZ CASTELLON ALAN FRANCISCO	Emisor/Receptor	86212906
011103001908	ORTEGA ALVARADO GUSTAVO ADOLFO	Emisor/Receptor	88388678
310159516721	SIGNATURE SOUTH CONSULTING COSTA RICA SOCIEDAD ANONIMA	Proveedor	22831718
310116545427	JACO J ONCE SOCIEDAD ANONIMA	Emisor/Receptor	22637344
050297034223	CHINCHILLA BUSTOS TONY	Emisor/Receptor	88282320

Figura 78 - Consulta Pública Emissores, Receptores e Provedores de Fatura Eletrônica³⁷

³⁷ Fonte: <https://www.haciendadigital.go.cr/tribunet/ListarProveedorFatura.jsp>

10. Comparação de Modelos e Estratégias de Implementação da Fatura Eletrônica na América Latina

Após termos analisado, nos capítulos anteriores, as principais características técnicas, modelos operacionais e de estratégia de implementação dos principais modelos latino-americanos de faturação eletrônica, o objetivo do presente capítulo é destacar os principais pontos de convergência e divergência entre os modelos seja em seus aspectos técnicos, quanto nas suas estratégias de implantação.

10.1. Pontos de Convergência

Inicialmente analisaremos os pontos de convergência dos modelos segundo as características técnicas, para depois analisar os aspectos ligados à estratégia de implementação.

Convergência quanto as Características Técnicas dos Modelos:

❖ Padrão de Arquivo XML

Não resta dúvida que existe uma convergência total nos modelos latino-americanos por adotar, como padrão de arquivo eletrônico para a fatura eletrônica, o formato XML.

O único modelo que utiliza um padrão distinto do XML é o da Argentina, todavia esta é uma informação parcialmente verdadeira.

Como vimos, nos primeiros modelos Argentinos, baseado no envio de arquivos com um aplicativo disponibilizado pela AFIP, se utilizavam padrões de arquivo TXT. Todavia o modelo mais recente, baseado em web services utiliza o padrão XML. Claramente o modelo Argentino caminha para em um futuro utilizar somente o padrão XML, todavia há que se considerar um prazo largo de adaptação para os contribuintes atualmente emissores no formato TXT e para os eventuais sistemas da AFIP que recebem e utilizam a informação neste formato.

A grande vantagem do XML é a flexibilidade e facilidade de incorporação de novas tags ou etiquetas, sem a necessidade de alteração de toda a estrutura do arquivo. A principal desvantagem é o tamanho do arquivo XML que é significativamente maior do que um arquivo texto por conter os identificadores dos campos. Todavia a simples compactação de um arquivo XML reduz em mais de 70% o seu tamanho original.

A recomendação direta e expressa que fica para um país que esteja estudando a possibilidade de implantação da fatura eletrônica é da adoção do formato XML. Caso a equipe técnica do projeto esteja pensando em um eventual formato diferente do XML, deve-se ter muito cuidado e avaliar as consequências e dificuldades futuras.

❖ **Estrutura de campos da fatura eletrônica proprietária do país**

Com exceção do caso peruano, que adotou um estandarte internacional (UBL da OASIS) para a definição dos campos e estrutura de seu arquivo de fatura eletrônica, todos os demais países da região preferiram estabelecer sua própria estrutura de arquivo XML, contendo os campos de informação e respectivas identificações, que atendessem a necessidade da Administração Tributária do país e as transações comerciais dos seus contribuintes.

Mesmo o Peru teve que realizar alguns ajustes no seu padrão de arquivo de fatura eletrônica, não ficando, ao final, exatamente tal qual o estandarte internacional utilizado.

Logicamente, seria muito interessante para as operações de comércio exterior entre os países da América Latina e facilitaria muito a construção de uma fatura eletrônica internacional (como discutiremos no próximo capítulo) se os países houvessem adotado em seus projetos de fatura eletrônica um mesmo padrão internacional de arquivo eletrônico. Todavia, a esta altura, com países com bilhões de faturas eletrônicas autorizadas em determinado padrão específico por centenas de milhares de emissores é muito difícil se imaginar uma mudança radical do atual lay-out e a adoção de um estandarte internacional.

Neste cenário, para um país que venha a implantar no futuro um projeto de fatura eletrônica não vale a pena adotar um padrão internacional, exceto se houver uma forte justificativa, como um volume significativo de transações de comércio exterior com determinados países que adotem tal padrão. A adoção de um padrão internacional acaba por não ter nenhuma vantagem, pelo contrário, diminui a flexibilidade que teria o país de definir campos e obter as informações das faturas eletrônicas nos formatos que lhe sejam mais convenientes. Ressalte-se ainda que o país não tem qualquer gestão sobre uma eventual alteração do padrão internacional que, se for frequente, poderá acarretar dificuldades de atualização de sistemas para seus contribuintes emissores de fatura eletrônica.

❖ **Fatura Eletrônica como arquivo eletrônico completo**

Nos modelos latino-americanos a fatura eletrônica tem como característica, ser um arquivo eletrônico que substitui a fatura em papel e que contém, no mínimo, as mesmas informações da versão em papel. Em muitos dos casos, a fatura eletrônica possui bem mais campos do que a versão em papel.

Apenas no caso da Argentina é que se verifica o conceito de fatura eletrônica um pouco distinto da ideia de um arquivo eletrônico contendo todas as informações da transação comercial e se aceita a noção de receber a AFIP, como fatura eletrônica, um resumo contendo

apenas as partes essenciais de identificação do documento (emissor, receptor, data de emissão e montantes total e de imposto).

Todavia, mesmo na Argentina, nos modelos mais recentes de faturação eletrônica, com Web services, faturador plus e projeto Matrix, se busca receber a informação da fatura completa, contendo os detalhes das mercadorias.

No Chile, no caso das boletas eletrônicas, também a informação recebida pelo SII é resumida, todavia a uma diferença importante neste caso, pois a boleto eletrônica existe como arquivo completo e assinado digitalmente. Apenas, no momento, o SII prefere receber a informação resumida das operações do dia, mas nada impede que um inspetor fiscal do SII solicite a empresas a apresentação dos arquivos completos das boletas eletrônicas e que eventualmente, no futuro, o SII passe a exigir o envio completo dos arquivos de boletas eletrônicas.

Em uma implantação inicial de fatura eletrônica pode parecer tentador ao país, que antes não tinha ou não recebia quase nenhuma informação das faturas em papel e que agora passe a receber uma informação resumida das faturas eletrônicas emitidas. Todavia esta suposta vantagem inicial, em receber informações em volumes menores, resumida pode se tornar um grande desafio no futuro, no momento em que a Administração Tributária desejar ter acesso às informações completas e detalhadas, e milhares de contribuintes tenham que adaptar seus sistemas e processos para esta nova exigência. Na dúvida, pensando no futuro, o melhor é sempre conceber a fatura eletrônica contemplando todas as informações da transação comercial, inclusive os itens de detalhes das mercadorias.

❖ **Assinatura Digital na Fatura Eletrônica**

Também no tema de assinatura digital das faturas eletrônica parece haver uma grande convergência sobre a utilização deste mecanismo para garantia da autenticidade, autoria e integridade do documento fiscal eletrônico. Apenas nos modelos da Guatemala, Argentina e Colômbia a assinatura digital na fatura eletrônica não é obrigatória. Na Argentina, no modelo via Web Services o certificado digital da empresa é utilizado para o estabelecimento de conexão segura mas não existe a assinatura digital da fatura eletrônica.

Todos hão de concordar que uma fatura eletrônica assinada digitalmente pelo emissor é algo muito melhor, por garantir a autoria, integridade, e não repúdio. Penso que ,mesmo aqueles países que, eventualmente, não exijam a assinatura digital em suas faturas eletrônicas seja mais por questões de ordem operacional, de disponibilidade de certificados digitais ou de lei que lhes dê validade, do que por convicção técnica da não necessidade de utilização deste mecanismo de segurança.

Nos modelos dos países que adotam a assinatura digital há ainda uma convergência pelo padrão chamado XML Signature, onde a assinatura digital integra o XML da fatura eletrônica. Assim, a recomendação para um país que desejar ter fatura eletrônica é que, como antecedente importante tenha uma legislação de base que dê suporte e validade para a assinatura digital em documentos eletrônicos, bem como estabeleça uma estratégia, pública ou privada, para garantir que exista a oferta de certificados digitais para os futuros emissões de fatura eletrônica. Novamente, pelos mesmos motivos expostos no item anterior, não parece ser uma boa ideia começar a implantação de um modelo de fatura eletrônica sem assinatura digital, deixando para o futuro a incorporação deste requisito pois poderá haver, no futuro, grande resistência por parte dos contribuintes, além da necessidade de revisão e incorporação de novas regras de validação relativas a assinatura digital e certificados digitais no sistema de autorização de fatura eletrônica da Administração Tributária.

❖ **Uso de tecnologia Web service**

Outro consenso nos modelos de fatura eletrônica onde existe o estabelecimento de comunicação entre o emissor e a Administração Tributária³⁸ para envio e/ou validação da fatura eletrônica é a utilização da tecnologia Web service. Esta é uma tecnologia que facilita às implementações e proporciona grande agilidade aos processos de integração de sistemas.

Também, aparentemente, não existem dúvidas de que esta deva ser a tecnologia adotada no caso de estabelecimento de comunicação para envio de faturas eletrônicas entre o emissor e os sistemas da Administração Tributária.

A dúvida técnica que restará sobre o tema de Web services para o envio de faturas eletrônicas para validação refere-se a adoção de um modelo síncrono ou assíncrono de resposta. Nos modelos Chileno, Brasileiro, Equatoriano e Uruguaio se utiliza um modelo assíncrono de envio, com a utilização de um Web service para entrega do lote de faturas eletrônicas e outra para a busca de resultado de processamento. Já nos casos Mexicano, Argentino e Peruano o modelo é síncrono, ou seja, na mesma conexão de envio da fatura eletrônica já se recebe o resultado do seu processamento.

Os técnicos afirmam que em um modelo assíncrono, no caso de grandes demandas, em que os servidores não estiverem dando conta, há a possibilidade do enfileiramento das requisições de processamento até que se aumente a capacidade de processamento, que, apesar de poder acarretar em um atraso no tempo de resposta é um modelo mais facilmente gerenciado por

³⁸ Ou equivalente, pois no modelo Mexicano é o Provedor Autorizado de Certificação que realiza este tipo de transação com o emissor.

proporcionar maior flexibilidade. Já no modelo síncrono, se o sistema não suportar a demanda de processamento ou o número de conexões simultâneas, algumas requisições acabariam não sendo recebidas. Ou seja, para um modelo assíncrono o dimensionamento da infraestrutura de servidores seria feito pela média enquanto que em um modelo síncrono seria pelo pico, ou seja, pela maior demanda que possa vir a ocorrer.

Por outro lado, o modelo assíncrono demanda, ao menos, duas conexões no sistema, podendo ser mais a depender o tempo de processamento e da busca pelo resultado de processamento.

Quando da implantação do modelo de NF-e no Brasil houve meses de debate sobre este tema, com técnicos dos dois lados, com bons argumentos para um e outro modelo. Venceu, naquele momento inicial do projeto, o modelo aparentemente mais conservador, assíncrono. Agora, passados 7 anos da implantação da NF-e, no projeto da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica - NFC-e se voltou a discussão do tema, uma vez que na autorização em linha de NFC-e, no frente de caixa, dificilmente ocorrerá o envio de um lote com mais do que uma NF-e.

Decidiu-se assim, no projeto piloto se testar a possibilidade de emissão nestas situações em modelo síncrono. Para o projeto piloto da NFC-e, comparando-se os dois modelos, o processo síncrono teve muito melhor desempenho, com tempo de resposta muito menor.

Em face dos resultados do piloto NFC-e, o modelo da NF-e também está sendo revisto para possibilitar para que o emissor decida, através de um parâmetro no Web service se deseja receber a resposta em um processamento síncrono (que neste caso, por regra de validação estabelecida, somente poderá conter uma NF-e) ou pelo processo anterior assíncrono.

❖ **Existência de uma Representação Impressa**

Em todos os modelos analisados existe a previsão de uma representação impressa da fatura eletrônica, para os casos em que o receptor não seja eletrônico. Como regra, nos casos de emissor e receptor eletrônico não se exige a impressão da representação impressa, exceto se houver transporte de mercadorias.

A existência de uma representação impressa facilita a implantação do projeto da fatura eletrônico pois acarreta, poucas ou quase nenhuma mudança, para os recebedores manuais, sendo assim se recomenda a previsão, em um modelo de fatura eletrônica, da possibilidade de impressão da representação impressa.

Todavia cabem aqui alguns alertas. O processo de mudança cultural, de uma realidade de faturas em papel para uma nova realidade de arquivos eletrônicos que representam faturas não é fácil e é demorado. Muitos contribuintes, por muito tempo, continuarão a considerar que a representação impressa de uma fatura eletrônica é a própria fatura eletrônica.

O conceito por nós defendido e que se coaduna com o modelo brasileiro é que o documento fiscal é o arquivo eletrônico em formato XML, assinado digitalmente pelo emissor e que contenha a autorização do Fisco. O DANFE é uma mera representação impressa simplificada da nota fiscal eletrônica, que não vale como documento fiscal e que apenas serve para facilitar o transporte das mercadorias e a consulta da validade da respectiva NF-e nele indicada por conter impressa a chave de acesso.

Em alguns países, como Guatemala e Argentina, aparentemente o conceito é um pouco distinto, sendo considerado que o envio de uma imagem da representação impressa da fatura eletrônica, ou seja, um arquivo eletrônico em formato PDF tenha o mesmo valor da própria fatura eletrônica.

Por outro lado, a legislação de fatura eletrônica do Equador, alinhada com o mesmo entendimento Brasileiro deixa muito clara que o RIDE – representação impressa do documento eletrônico não substitui nem vale como fatura eletrônica.

A recomendação que fica é que o país, seja em sua legislação ou nos documentos técnicos, deixe muito claro qual o conceito e valor dado a representação impressa, de sorte a evitar eventuais questionamentos por parte dos contribuintes. A pergunta a que se deve estar preparado para responder é, no caso de existirem diferenças entre as informações constantes da representação impressa da fatura eletrônica e aquelas constantes do arquivo eletrônico da respectiva fatura eletrônica, qual das informações será considerada válida pelo Fisco?

❖ Responsabilidade do contribuinte pelo armazenamento da fatura eletrônica

A maioria das legislações tributárias dos países latino-americanos que implantaram modelos de fatura eletrônica considera que o contribuinte, tanto emissor, quanto receptor eletrônico tem a responsabilidade de guarda dos arquivos eletrônicos de faturas eletrônicas emitidas e/ou recebidas pelo mesmo prazo fiscal exigido para a armazenagem de documentos fiscais em papel, não estando obrigados a guarda das respectivas representações impressas. Desta forma, no contexto atual, de países como Chile, México, Brasil e Uruguai onde a Administração Tributária possui o arquivo eletrônico da fatura eletrônica em sua base de dados existe a exigência de que os contribuintes, tanto o emissor quanto o receptor eletrônico armazenem estes arquivos para eventual apresentação ao Fisco por prazos que variam de 4 a 6 anos, a depender da legislação tributária do país.

O Equador ousou quebrar este paradigma fiscal, de responsabilidade do contribuinte pela guarda dos documentos fiscais que agora são arquivos eletrônicos. A legislação Equatoriana

estabelece a dispensa da armazenagem dos arquivos das faturas eletrônicas que estejam na base de dados da Administração Tributária.

No Peru, há também a dispensa da guarda, porém de forma apenas parcial. Esta dispensa é válida apenas para as faturas eletrônicas emitidas pelos contribuintes por meio do portal da SUNAT.

❖ **Existência de uma Consulta Pública no Portal da Administração Tributária para verificação da validade e autenticidade das faturas eletrônicas**

Na maioria dos modelos de fatura eletrônica onde existe a recepção dos arquivos eletrônicos das faturas eletrônicas pela Administração Tributária é oferecido um serviço de consulta pública por intermédio de página web no seu portal para que os receptores possam verificar a validade e autenticidade da fatura eletrônica.

Normalmente para esta consulta pública o contribuinte receptor deve informar um conjunto de informações essenciais constantes da fatura eletrônica, como número, série, cadastro fiscal de identificação do emissor, data de emissão ou montantes. Em alguns países como Brasil e Equador a consulta pública pode ser realizada a partir de uma chave de acesso que é um sequência numérica que identifica univocamente a fatura eletrônica.

A existência de uma consulta pública para verificação da validade das faturas eletrônicas é fundamental pois gera segurança e garantia ao processo de faturação eletrônica, ao possibilitar que o destinatário ou adquirente possa verificar a existência e a autenticidade do documento fiscal eletrônico.

❖ **Obrigações do emissor de enviar ou disponibilizar o arquivo eletrônico da fatura eletrônica ao cliente**

Também neste ponto existe um certo consenso nos modelos analisados de fatura eletrônica, em cujas legislações ou documentações técnicas se estabelece a obrigação ao emissor de faturas eletrônicas de envio ou disponibilização do documento fiscal eletrônico ao seu cliente. A maioria das normativas, entretanto, não estabelece uma forma para este envio ou disponibilização, entendendo tratar-se de uma questão comercial entre as partes. Por outro lado, alguns países como Chile estabelecem que, no mínimo, deve haver o envio do arquivo da fatura eletrônica para endereço de email do cliente.

Convergência quanto às Estratégias de Implantação do Modelo:

❖ Equipe de projeto com dedicação exclusiva

Na maior parte dos projetos de faturação eletrônica analisados foi alocada uma equipe dedicada em tempo integral ao projeto, composta por 4 a 10 funcionários. Em muitos dos casos, pela complexidade e especificidade do tema de fatura eletrônica, a equipe de projeto acabou sendo o embrião para a criação de uma área responsável pela operação da fatura eletrônica na organização.

❖ Participação de empresas voluntárias na concepção do modelo

A participação de representantes de empresas privadas, nas etapas de concepção do modelo de fatura eletrônica e definição de campos de informação, pode ser aferida na maior parte dos projetos implantados na região. Esta participação é especialmente importante para se validar se o modelo proposto é operacionalmente viável ou representará uma obrigação que os contribuintes não conseguiram atender. Apesar do Fisco ser quem estabelece as normas de documentos fiscais, são os contribuintes que efetivamente conhecem as peculiaridades do negócio.

Por outro lado é importante que as empresas convidadas a participar do projeto tenham uma postura construtiva em relação ao projeto. Também a experiência recomenda que se limite o grupo de empresas participantes, entre 10 a 20, para maior produtividade nos trabalhos e nas reuniões técnicas.

❖ Realização de um plano piloto

A maioria dos projetos de fatura eletrônica implantados teve uma fase piloto, com a participação de empresas voluntárias. O projeto piloto, além de servir para identificação de possíveis falhas e melhorias necessárias no modelo e nos sistemas envolvidos, permite que o mercado comece a conhecer, de forma gradual, a fatura eletrônica.

Como o piloto envolve, em geral, um número não muito grande de contribuintes, uma eventual revisão ou mudança em algum ponto do modelo não terá grande resistência para ser realizada, sendo inclusive um processo considerado natural e esperado nesta fase do projeto.

Também aqui cabe a recomendação de se realizar um piloto com uma quantidade limitada de empresas (de 15 a 30) mas que garantam uma boa representatividade dos principais setores e portes de contribuintes que se busca alcançar, futuramente, com a fatura eletrônica. A justificativa para a limitação na quantidade de empresas do piloto é garantir que a equipe de projeto da Administração Tributária possa dar o suporte técnico necessário às empresas do

piloto na implantação da FE, mas sem que esta atividade consuma todo o tempo disponível da equipe de projeto.

❖ **Massificação por cronograma de obrigatoriedade**

Não faz muito tempo e o tema da massificação da fatura eletrônica pela imposição de obrigatoriedade de uso do documento fiscal eletrônico era quase um tabu.

O que se dizia era que a fatura eletrônica era um projeto que proporcionava tantos benefícios para os contribuintes que não havia sentido em o Fisco obrigar seu uso, pois os próprios contribuintes iriam, voluntariamente, aderir à fatura eletrônica.

Havia ainda o temor por setores das Administrações Tributárias que uma eventual imposição de obrigatoriedade poderia levar a uma forte reação negativa ao projeto por parte dos contribuintes e da mídia, eventualmente inviabilizando um projeto fundamental para a modernização do Fisco.

Além disso, havia ainda a preocupação do Fisco de que houvesse questionamentos judiciais contra uma eventual obrigatoriedade da fatura eletrônica, com a alegação de que haveria um alto custo para adaptação dos sistemas das empresas.

Outra corrente defendia que o próprio mercado iria regular e forçar o ingresso de empresas na fatura eletrônica. Grandes emissores de fatura eletrônica passariam a exigir de seus fornecedores a adoção do documento eletrônico, pois apesar de já contarem com as vantagens da fatura eletrônica para os documentos fiscais que emitiam, ainda tinham custos por armazenar as faturas em papel de suas compras.

O que se verificou na prática, passados vários anos da implantação da fatura eletrônica, em países como Chile, onde até hoje a adoção da fatura eletrônica não é obrigatória, foi que a adesão voluntária, mesmo considerando os benefícios propiciados, em termos de redução de custos, e efeito mercado de pressão de compradores eletrônicos, tem um limite de saturação. Ou seja, há uma adesão voluntária relativamente alta no início do projeto mas que com o tempo passa a ser marginal.

Muitos contribuintes, especialmente os mais avessos ao aumento natural do controle fiscal com a fatura eletrônica, senão forem obrigados, talvez jamais ingressariam no sistema.

Por outro lado, começaram a surgir as primeiras experiências de imposição pela Administração Tributária de cronograma de obrigatoriedade de uso.

O primeiro país a impor a exigência da fatura eletrônica para determinados segmentos de contribuintes foi a Argentina em 2007, seguida de perto pelo Brasil em 2008.

Com a experiência de obrigatoriedade nestes países, começaram a cair por terra alguns mitos, como o de que haveria uma reação muito forte contra a obrigatoriedade da fatura eletrônica e que os contribuintes obrigados questionariam na justiça esta exigência do Fisco.

O que de fato se verificou nestes países foi um rápido crescimento da fatura eletrônica sem grandes problemas.

Hoje, aparentemente este tabu já está superado, tanto pelas Administrações Tributárias quanto pelos próprios contribuintes. Assim, a imposição de cronograma de obrigatoriedade de uso da fatura eletrônica já é considerada uma etapa da implantação de qualquer projeto de fatura eletrônica, ao menos, na América Latina.

Todavia, para o sucesso na implantação de cronograma de obrigatoriedade devem ser observados dois pontos:

- Publicar a legislação que estabeleça a obrigatoriedade com antecedência suficiente para que os contribuintes tenham tempo para se adequarem a exigência. No caso do Brasil, os primeiros grupos de contribuintes obrigados foram informados com 1 ano de antecedência e os últimos setores com 6 meses;
- Disponibilização de aplicativo ou página web para a emissão gratuita de fatura eletrônica.

Com relação aos possíveis critérios a adotar para o estabelecimento de cronograma de obrigatoriedade, algumas possibilidades seriam:

- Critério baseado no faturamento dos contribuintes, começando a imposição da obrigatoriedade, nesta hipótese, dos maiores para os menores contribuintes. Os maiores contribuintes, em geral, são em menor número, tem melhores condições financeiras para efetuar os investimentos necessários a implantação da fatura eletrônica e representam maior volume de documentos fiscais e de arrecadação de IVA;
- Critério baseado em setores ou atividades econômicas;
- Critério baseado por volume de documentos fiscais que emite o contribuinte;

❖ **Disponibilização de portal de fatura eletrônica**

A comunicação com os contribuintes é muito importante em projeto como o de fatura eletrônica. Nos diversos projetos de fatura eletrônica analisados pode ser identificada uma estratégia comum de comunicação por intermédio de um portal específico de fatura eletrônica acessível a partir da página inicial da Administração Tributária na Internet.

Neste portal de fatura eletrônica são então divulgadas notícias específicas sobre o projeto, bem como toda a documentação técnica, legislação específica, perguntas mais frequentes, etc. Além disso também neste portal são disponibilizados links de acesso aos serviços eletrônicos associados a fatura eletrônica como consulta pública de validade do documento eletrônico, consulta de emissores autorizados, etc. Em alguns portais são ainda disponibilizados contadores que atualizam a informações sobre o volume de faturas eletrônicas autorizadas e sobre a quantidade de contribuintes emissores.

10.2. Pontos de Divergência

Como vimos no item anterior, os diversos projetos de fatura eletrônica latino-americanos analisados possuem muitos pontos de convergência, todavia veremos a seguir que também apresentam muitas singularidades.

Divergência quanto as Características Técnicas dos Modelos:

❖ Autorização de faixas de numeração para faturas eletrônicas

Muitos dos projetos de fatura eletrônica acabaram por ser quase que uma evolução natural de sistemas anteriores que as Administrações Tributárias implementaram na década de 90 para o controle de autorização de numeração de faturas em papel.

Neste contexto, vários dos modelos de fatura eletrônica incorporaram a exigência de que a numeração das faturas eletrônicas fosse autorizada previamente pela Administração Tributária. Podemos citar como exemplos: o modelo Chileno onde o contribuinte solicita por Web service um rango de fólhos e recebe como resposta um par de chaves (pública – privada) associadas a estes números que deverá utilizar para a geração do timbre eletrônico e os modelos Guatemalteco e Uruguaio que também exigem a obtenção prévia pelo contribuinte emissor em um serviço por página web, de uma faixa de números para as faturas eletrônicas com respectivo código de autorização.

No caso do México, a versão anterior de modelo de fatura eletrônica (CFD) existia a exigência de obtenção prévia de faixa de numeração, enquanto no novo modelo (CFDI) não existe mais esta exigência sendo que o Proveedor Autorizado de Certificación é quem fornece o código único de identificação da fatura eletrônica após sua geração e validação.

Nos demais modelos (Brasil, Argentina, Peru e Costa Rica) não há a exigência de fornecimento de numeração autorizada pela Administração Tributária, cabendo ao próprio emissor o controle da sequência de numeração de suas faturas eletrônicas.

Para modelos onde a Administração Tributária recebe e valida a fatura eletrônica em tempo real parece não haver justificativa para um controle prévio de faixa de numeração. Talvez a única motivação seria poder ir restringindo o volume de números autorizados no caso do contribuinte emissor possuir alguma pendência com a Administração Tributária ao invés de simplesmente rejeitar todas as faturas eletrônicas na validação online.

❖ **Autorização online de faturas eletrônicas**

Sobre este tema, podemos dividir os projetos latino-americanos de fatura eletrônica em 3 grupos distintos:

- **Modelos com autorização online** – o contribuinte é obrigado a enviar a fatura eletrônica para o sistema de validação e autorização previamente a realização da transação comercial. Enquadram-se neste grupo os modelos do Brasil, México e Equador;
- **Modelos com entrega online** – o contribuinte é obrigado a entregar a fatura eletrônica para o sistema de validação previamente a realização da transação comercial todavia não necessita aguardar o resultado do processamento do arquivo para concluir a transação comercial. Enquadram-se neste grupo os modelos do Chile, Peru e Uruguay;
- **Modelos em que há a geração da fatura eletrônica pelo contribuinte mas não há a sua entrega à Administração Tributária** – podem ser classificados neste grupo os modelos da Costa Rica e Guatemala.

É claro que das três possibilidades acima, o cenário com melhor controle fiscal é o modelo com autorização online que pressupõe o envio, validação e autorização da fatura eletrônica, previamente a transação comercial e ao início do transporte das mercadorias. Neste modelo, a fatura eletrônica é validada previamente a concretização da transação comercial, sendo que uma vez autorizada a fatura eletrônica não há qualquer risco de problema futuro. Todavia este modelo demanda toda uma infraestrutura de recepção e processamento de arquivos com alta disponibilidade e operação 24x7 para que o processo de faturação eletrônica não venha a prejudicar ou interferir na operação comercial do contribuinte.

Já no modelo de entrega online há o risco que a operação se realize e posteriormente, quando da validação a fatura eletrônica venha a ser rejeitada.

❖ Terceiros gerando e validando faturas eletrônicas

Dois modelos de fatura eletrônica na América Latina inovaram e romperam paradigmas ao atribuírem, a terceiros, atividades que, até então, eram consideradas pela maioria das Administrações Tributárias, como somente podendo ser exercidas pelo Fisco, tais como a validação e concessão de autorização em faturas eletrônicas.

O primeiro modelo foi o da Guatemala que já em 2007 criou a figura do GFACE – gerador de faturas eletrônicas, que gera e valida as faturas eletrônicas em nome do SAT. Assim, um país pequeno da América Central, conseguiu, em pouco tempo, superando o paradigma do sigilo fiscal, implantar a fatura eletrônica, praticamente sem ter que realizar investimentos, somente com alterações de legislação. Para a garantia de que os provedores autorizados a serem GFACE cumpram com todas as exigências previstas pela regulamentação estabelecida pelo SAT, foi criado ainda a figura do Certificador de GFACE. Assim também estas atividades de verificar o cumprimento de requisitos para ser um GFACE que, a princípio, se pensaria deveriam ser executadas pela Administração Tributária foram delegadas a terceiros.

De forma similar, o México, em 2011, com a implantação do seu novo modelo de fatura eletrônica CFDI, também criou a figura do Provedor Autorizado de Certificação – PAC, que realiza as validações online das faturas eletrônicas e fornece o timbre fiscal digital em nome do SAT e em seguida transmite os arquivos para o Fisco Mexicano.

Hoje o México já conta com 68 PACs autorizados a operar em nome do SAT. Para ser PAC, o provedor além de cumprir outras exigências deve disponibilizar uma ferramenta gratuita para emissão de CFDI.

Em termos técnicos, o modelo implantado pelo México, com a distribuição do processo de validação online entre diversos PAC, acabou por diminuir significativamente o risco sistêmico existente em um modelo de autorização online prévia a realização das transações comerciais.

Guatemala e México, com seus modelos envolvendo privados em atividades e processos, até então, considerados restritos ao Fisco, além de demonstrarem que é possível se quebrar determinados paradigmas, abrem a oportunidade para a reflexão dos países latino-americanos de que possam existir caminhos alternativos para se alcançar o objetivo de ter a fatura eletrônica à disposição dos contribuintes e da Administração Tributária do país.

❖ Existência de uma chave de acesso para identificação unívoca da fatura eletrônica

Na maioria dos modelos latino-americanos a fatura eletrônica não possui uma identificação única a partir de um campo de informações mas sim de um conjunto de campos. Assim, para a

consulta pública da validade da fatura eletrônica se exigem um conjunto de informações, como número e série do documento, data de emissão, identificação fiscal do emitente, etc.

Todavia nos modelos do Brasil, México (novo modelo CFDI) e Equador existe o conceito de código único de identificação do documento fiscal eletrônico. No caso do Brasil e Equador este campo é chamado de chave de acesso, enquanto que no México é chamado de folio fiscal.

A chave de acesso, para os modelos brasileiro e equatoriano é gerada pelo próprio contribuinte emissor, enquanto que no modelo mexicano o folio fiscal é fornecido pelo Provedor Autorizado de Certificação, após a validação do CFDI.

A existência de um código de identificação único facilita a realização de consultas públicas.

No caso particular da chave de acesso, dada sua forma de composição, somente da análise do seu conteúdo, sem necessidade de processamento do XML, é possível já se identificarem informações relevantes do documento eletrônico, como se a emissão é normal ou em contingência, o ano e mês de emissão, quem é o emissor da fatura eletrônica, etc.

❖ Código de barras na representação impressa da fatura eletrônica

Na representação impressa de vários dos modelos de fatura eletrônica analisados, consta a exigência da impressão de um código de barras para facilitar a verificação da validade e autenticidade do documento eletrônico. Todavia há grande variação entre os modelos do formato e do conteúdo desses códigos de barras.

No caso Chileno, o código de barras é bidimensional no formato PDF 417 e possui as informações referentes ao timbre eletrônico. Este código bidimensional possui grande capacidade de armazenamento de informações, sendo que contém inclusive as informações do primeiro item de detalhe das mercadorias.

No Chile, os Inspetores Fiscais que fazem fiscalizações de traslado de mercadorias nas estradas, possuem leitores de códigos de barras bidimensionais, e mesmo, em localidades sem acesso a Internet, conseguem com a leitura deste código verificar a validade do timbre eletrônico e comparar a informação apresentada com a impressa.

No México, na representação impressa do novo modelo de fatura eletrônica (CFDI) é impresso também um código de barras bidimensional no formato QR Code, que contém as informações básicas de identificação do CFDI (identificação fiscal do emissor; identificação fiscal do receptor; folio fiscal (UUID) e data e hora em que se gerou o timbre fiscal digital pelo PAC). Desta forma, sem a necessidade de um leitor especial de código de barras, utilizando um dispositivo móvel, do tipo smartphone ou tablete, que contenha um leitor de

QR Code é possível se verificar, rapidamente a validade e autenticidade do CFDI. Existem diversos aplicativos gratuitos para leitura de QR Code.

No DANFE Brasileiro, representação impressa e simplificada da nota fiscal eletrônica, também existe um código de barras todavia em formato unidimensional CODE 128 C. Este código de barras unidimensional contém apenas a informação da chave de acesso da NF-e para facilitar a consulta pública pelo serviço disponível em página web do Fisco Brasileiro. Para a leitura deste código é necessário possuir um leitor de código de barras que, todavia, pode ser considerado de baixo custo (aproximadamente 100 US\$).

Como vimos, o modelo brasileiro da NF-e seguiu, em sua fase inicial, a maior parte das características técnicas do modelo Chileno, que foi a principal referência. Assim, no seu início, o modelo Brasileiro também contemplava um código de barras bidimensional PDF 417, entretanto, na fase de testes do piloto, as empresas indicaram dificuldades operacionais para a leitura deste código de barras, além do elevado custo do leitor quando comparado ao leitor tradicional de código de barras unidimensional, e por este motivo, houve a decisão da equipe do projeto de alterar o padrão do código de barras para o formato unidimensional.

Ainda no caso Brasileiro, no seu projeto de documento fiscal eletrônico mais recente, voltado para o varejo, a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, optou-se por incluir na representação impressa simplificada da NFC-e um código de barras bidimensional no formato QR Code. Este código contém o endereço eletrônico (URL) para a consulta pública pelo consumidor da validade do documento eletrônico. Além da URL, o QR Code contém como parâmetros, as principais informações da NFC-e, como chave de acesso, data de emissão, valor total e valor do imposto, e identificação do consumidor se houver.

O modelo Equatoriano mais recente de fatura eletrônica, como vimos, sofreu forte influência do modelo Brasileiro em virtude de assistência técnica prestada pelo CIAT com envio de consultores brasileiros, integrantes do projeto NF-e. Desta forma, como era de se esperar, o modelo do Equador prevê a impressão de um código de barras unidimensional contendo a informação da chave de acesso.

Nos modelos da Argentina e Guatemala não existe a exigência de impressão de código de barras mas apenas do código de autorização eletrônico – CAE da fatura eletrônica.

No Peru e Costa Rica também não existe a previsão de impressão de um código de barras.

O modelo Uruguaio, apesar de ter sido fortemente inspirado no modelo Chileno, preferiu-se a escolha do QR Code como padrão de código de barras, contendo, como no caso da NFC-e do Brasil, um link e os principais dados de identificação da fatura eletrônica.

De tudo o que foi exposto se conclui que, sobre este tema, não há ainda um consenso ou um padrão dominante. Todavia, há que se considerar que, não existe nenhuma grande desvantagem aparente em que o modelo de fatura eletrônica contenha a previsão de exigência de impressão de um código de barras na representação impressa. O único ponto que se poderia levantar como eventual desvantagem seria que a exigência de impressão de código de barras, limitaria o tipo de impressora, que deveria ser laser, jato de tinta ou térmica para possibilitar a adequada impressão do código de barras. Por outro lado, a existência de um código de barras possui inúmeras vantagens, ao facilitar a realização da consulta pública e ser assim elemento adicional de segurança.

Com relação ao padrão de código de barras, o QR Code tem se mostrado como uma tecnologia com forte tendência de crescente uso como ferramenta de comunicação, especialmente no mercado publicitário, pela facilidade de poder utilizar, para sua leitura, dispositivos móveis, e contar com inúmeras aplicações de leitura gratuitas.

❖ **Aplicativo ou página web para emissão gratuita de faturas eletrônicas**

Em vários dos modelos de fatura eletrônica, as Administrações Tributárias tem tido a preocupação de oferecer soluções, em geral voltadas para pequenos e médios contribuintes, que permitam a emissão das faturas eletrônicas de forma gratuita.

Como vimos, a disponibilização de formas gratuitas de emissão de faturas eletrônicas é altamente recomendável, especialmente nos casos em que haja imposição no país de obrigatoriedade de adoção da fatura eletrônica.

Atualmente, dos países que oferecem este tipo de possibilidade de emissão gratuita, a maioria (Chile, México, Peru e Argentina) optou por disponibilizar o serviço por meio de página web e somente Brasil e Equador preferiram a solução de disponibilizar uma aplicação para emissão gratuita que deva ser instalada no computador do contribuinte.

As principais vantagens da solução de emissão web são:

- Facilidade para atualização e correções, pois não demanda que os contribuintes baixem uma nova versão de programa e façam atualizações;
- Garantia que todos os emissores estejam sempre na mesma versão da fatura eletrônica;
- Diminuição de suporte quanto a problemas de instalação de aplicativos;
- Adequado controle de data e hora de emissão (“time stamp”), pois utiliza a informação de relógio do próprio Fisco;
- Facilidade no controle de sequência de numeração das faturas eletrônicas;

Por outro lado, a solução baseada em uma aplicação de emissão gratuita fornecida pelo Fisco tem como vantagens:

- Utilizar o processamento dos equipamentos do contribuinte e não sobrecarregar os servidores do Fisco;
- Poder contar com banco de dados local, podendo se criar cadastros de produtos, clientes, e transportadores, facilitando a emissão das faturas eletrônicas pela diminuição de informações a serem digitadas;
- Possibilidade de emissão de faturas eletrônicas a partir da importação de arquivos, além da opção de digitação;

Há, assim, argumentos favoráveis e desfavoráveis para os dois tipos de solução, dependendo a decisão muito mais da cultura da organização (preferência por soluções web ou por aplicações) e da preferência técnica da sua área de tecnologia.

Por outro lado, aparentemente, a tecnologia caminha no sentido de cada vez mais se buscar a utilização de soluções web ou na nuvem.

Todavia, independentemente da alternativa que venha a ser escolhida é importante que a fatura eletrônica emitida, seja por página web, ou por aplicação, submeta-se ao mesmo processo de validação existente para as faturas eletrônicas emitidas pelas aplicações próprias dos contribuintes.

❖ **Obrigatoriedade do receptor de confirmar ou rejeitar a fatura eletrônica recebida**

Enquanto a maioria dos modelos de fatura eletrônica tem como foco principal a garantia do processo de emissão do documento fiscal eletrônico, alguns modelos já passam a incorporar também a participação do cliente no processo, confirmando ou rejeitando a operação. São exemplos de modelos que contemplam a participação do receptor no processo de faturação eletrônica o Chile, Uruguai, Costa Rica e Brasil.

No caso do Brasil, o modelo da NF-e incorporou a partir de 2010 o conceito de eventos. Como vimos, os eventos são ocorrências de interesse fiscal ao longo do ciclo de vida da NF-e e que ficam assim vinculadas a uma determinada nota fiscal eletrônica. Foram criados eventos específicos para a manifestação do destinatário: confirmação da operação, operação não realizada e desconhecimento da operação. No Brasil, a manifestação do destinatário passou a ser obrigatória em 2013 para contribuintes distribuidores de combustível e postos revendedores de combustíveis. Em 2014 devem ser obrigados a manifestação outros setores.

A participação dos receptores, como efetivos atores no processo da faturação eletrônica, fechando o ciclo logístico, não só é desejável como deverá ser um das melhorias naturais a serem incorporadas na evolução futura dos modelos de fatura eletrônica.

O acesso, pela Administração Tributária, às informações de todas as faturas eletrônicas emitidas por seus contribuintes representa hoje uma verdadeira revolução para o Fisco. Em um futuro, não muito distante, a nova onda deverá ser marcada pelo acesso às informações eletrônicas geradas pelos receptores e pelas inter-relações entre as faturas eletrônicas.

❖ Alternativas de contingência para o caso de problemas técnicos na emissão de faturas eletrônicas

Com algumas exceções que veremos a seguir, o fato é que o tema da contingência não é adequadamente tratado, na maioria dos modelos de fatura eletrônica latino-americanos.

Não há alternativas de contingência claramente definidas ou previstas nos modelos. A impressão que fica é que se considera como se os sistemas de faturação eletrônica nunca pudessem apresentar problemas, que não existirão necessidades de paradas de sistemas de autorização para manutenção, ou que a conexão à Internet sempre esteja disponível. Sabemos que não é bem assim, que apesar de investimentos em infra-estrutura de alta disponibilidade, com operação 24h x 7 dias, com redundância de servidores e de conexão à Internet que, mesmo assim, os problemas ocorrerem.

Assim, todos os atores do processo de faturação eletrônica devem estar preparados para lidar com estas situações, de problemas técnicos para emissão, que ainda que sejam atípicos e eventuais, ocorrem e ocorrerão.

Apenas o Brasil, Equador e Uruguai incorporam em seus modelos de fatura eletrônica a questão de alternativas de contingência.

No Chile, com relação ao tema de contingência, há apenas a recomendação de que em uma eventualidade de problema na emissão da fatura eletrônica, o contribuinte opere normalmente sem o envio prévio da fatura eletrônica ao SII e entre em contato com a mesa de ajuda para comunicar a dificuldade para que seja feito um registro da ocorrência.

No Peru e México, há uma orientação de que o contribuinte, em caso de problemas técnicos, envie a fatura eletrônica em até 72 horas da emissão.

Já na Argentina há a possibilidade de que o contribuinte utilize o faturador em linha como contingência no caso de problemas técnicos para emissão da fatura eletrônica pelo modelo de Web services.

O modelo da NF-e Brasileiro prevê, como visto no capítulo sobre este país, três alternativas de contingência. A primeira utilizando a impressão do DANFE em contingência em um papel especial e controlado, chamado de formulário de segurança, com posterior envio em até 168 horas da respectiva NF-e para validação. A segunda modalidade, conhecida por SCAN, utiliza a infra-estrutura do Ambiente Nacional da Receita Federal para autorizar uma NF-e em nome do Estado, quando o sistema de autorização estadual não está disponível. A terceira alternativa é a DPEC e corresponde a uma contingência totalmente eletrônica, com a geração de um arquivo resumo da NF-e que é transmitido para a Receita Federal, por upload em página web ou por Web service para permitir a circulação da mercadoria com DANFE em papel comum e posteriormente, em até 168 horas, o contribuinte deve encaminhar para autorização a NF-e emitida em contingência com DPEC. No caso brasileiro, não há necessidade do contribuinte solicitar autorização ou comunicar a entrada em modo de contingência, sendo esta uma decisão exclusiva do contribuinte.

No Uruguai, por outro lado, em caso de problemas técnicos que exijam a adoção da emissão em modalidade de contingência, o contribuinte deverá comunicar o início e término da contingência, por formulário disponibilizado em página web da DGI.

O contribuinte emissor de fatura eletrônica no Uruguai dispõe, como alternativa de contingência, a utilização de comprovantes fiscais de contingência (CFC) que nada mais são do que comprovantes pré-impressos, com numeração previamente autorizada pela DGI, e que podem ser utilizados em casos de problemas técnicos para a emissão das faturas eletrônicas.

O modelo de contingência do Equador prevê que o contribuinte credenciado como emissor de faturas eletrônicas receba, ao final do credenciamento, um arquivo com 200.000 chaves de acesso de contingência que devem ser utilizadas nas situações em que tenha problemas para a emissão da fatura eletrônica por indisponibilidade do sistema do SRI ou por problemas de baixa conectividade. Com a utilização desta chave de acesso de contingência o contribuinte poderá emitir a fatura eletrônica e entregá-la ao cliente e somente depois de superado o problema técnico encaminhar o arquivo eletrônico da fatura eletrônica para autorização. No Equador, tal qual no Brasil, não há exigência que o contribuinte solicite autorização ou comunique previamente a utilização de contingência.

Divergência quanto as Estratégias de Implantação do Modelo:

❖ Obrigatoriedade de processo de homologação para credenciamento como emissor

Em todos os modelos de fatura eletrônica latino-americanos para que o contribuinte seja emissor eletrônico é necessário que esteja previamente credenciado junto à Administração Tributária. Esta é uma medida necessária em qualquer modelo de faturação eletrônica para que haja um mínimo de controle.

Todavia, alguns dos modelos exigem que para este credenciamento o contribuinte passe, previamente, por um processo de homologação, com testes obrigatórios, envio de arquivos de provas disponibilizados pela Administração Tributária, envio de exemplos de representação impressa, entre outros procedimentos. Enquadram-se neste grupo os modelos do Chile, Peru e Uruguai.

Nos demais modelos, não há exigência de homologação prévia para o credenciamento do emissor de fatura eletrônica, sendo, em geral, apenas disponibilizado um ambiente de testes para que o contribuinte, se entender necessário, faça suas próprias simulações. Fazem parte deste grupo o Brasil, México, Equador, Costa Rica e Guatemala. Para estes países, o entendimento é que a responsabilidade é exclusiva do contribuinte em cumprir com as exigências da normativa e da documentação técnica na emissão de suas faturas eletrônicas, respondendo por eventuais erros que venha a cometer.

Os países que obrigam a aprovação do contribuinte em processo de homologação prévio para o credenciamento como emissor de FE, acreditam que este procedimento contribui significativamente para a diminuição de erros na emissão de faturas eletrônicas no futuro.

Já os países que não fazem este tipo de exigência acreditam que o mercado já conheça e domine a tecnologia de faturação eletrônica, e acreditam que a disponibilização de um ambiente de testes, sem qualquer monitoramento ou controle pelo Fisco, e a publicação da documentação técnica detalhada seja suficiente.

O principal desafio para os países que optem por ter a exigência de uma fase de homologação obrigatória é garantir que este processo não se torne um gargalo para a massificação da fatura eletrônica, especialmente, se esta massificação estiver baseada em imposição de cronograma de obrigatoriedade. O contribuinte obrigado a fatura eletrônica poderá vir a alegar que não cumpriu a obrigatoriedade e continua a emitir suas faturas em papel pelo fato de que não consegue obter a aprovação no processo de homologação, ou que há demora neste processo.

Como ponto para reflexão, é importante destacar que no Brasil e no México, que são hoje os países com maior volume de faturas eletrônicas autorizadas e maior quantidade emissores não

exigem nenhum processo prévio de homologação para o contribuinte ser emissor de fatura eletrônica.

Talvez, na fase inicial de implantação de um projeto de fatura eletrônica, onde o modelo e padrões técnicos escolhidos pelo país ainda sejam pouco conhecidos no mercado de tecnologia local, possa vir a ser interessante dispor de um processo de credenciamento de emissores mais controlado, com eventual incorporação de fase de homologação. Todavia, na fase de massificação da fatura eletrônica, especialmente se esta se der por imposição de cronograma de obrigatoriedade, possivelmente a continuidade de exigência de processo de homologação, trará mais problemas do que vantagens.

❖ Liderança do projeto

A decisão sobre a liderança do projeto dentro da estrutura da Administração Tributária é estratégica.

A área indicada como responsável pela condução do projeto de fatura eletrônica acaba por, naturalmente, influenciar decisivamente o modelo adotado e os resultados que serão alcançados.

Com relação a este tema, não há uma convergência entre os projetos latino-americanos de fatura eletrônica. Em alguns países, a liderança do projeto coube a área de Tecnologia, em outros, a área de fiscalização, área de atendimento ao contribuinte, área de cumprimento tributário, ou de assessoria da direção geral.

O importante é que a Administração Tributária tenha clareza dos propósitos que busca com a implantação da fatura eletrônica. Por exemplo, se a liderança do projeto for atribuída a área de atendimento ao contribuinte, por mais que a equipe de projeto se esforce para contemplar as necessidades de outras áreas da Administração Tributária, é óbvio que o foco da equipe será na simplificação de obrigações tributárias, modernização de trâmites, etc. e não em aprimoramentos de controles para a fiscalização dos contribuintes.

A atribuição da liderança do projeto a área de tecnologia também não se mostra a melhor escolha. Apesar dos projetos de fatura eletrônica envolverem um grande componente de tecnologia, são projetos fundamentais para a modernização das áreas fins da organização, que devem ter, portanto ter um maior peso nas decisões.

Independentemente da área que fique responsável pela condução do projeto de fatura eletrônica, haverá a necessidade de uma forte participação de representantes de todas as áreas da organização.

Além disso, a escolha do líder e dos integrantes da equipe que tenham dedicação exclusiva é fundamental para o sucesso do projeto. A fatura eletrônica envolve muitas quebras de paradigmas e mudanças culturais, dentro e fora da organização.

Assim, para o êxito do projeto é necessário dispor de uma equipe altamente motivada e que acredite na importância da fatura eletrônica, para que possam superar as barreiras e desafios que surgirão.

❖ Suporte ao emissor de faturas eletrônicas

Este também é outro tema que, nos diversos projetos de fatura eletrônica analisados, não recebe a devida atenção, sendo, de certo modo, negligenciado.

Todavia é um tema extremamente relevante para a fase operacional da fatura eletrônica e, se não for bem planejado, poderá se tornar um dos principais gargalos a massificação e universalização da fatura eletrônica.

No projeto piloto, os contribuintes voluntários participantes acabam por ter, naturalmente, um suporte técnico bastante próximo da equipe de projeto.

Todavia, na fase de massificação, o volume de emissores aumenta e começam a surgir dificuldades de atendimento às demandas por suporte técnico e de negócio.

As principais formas utilizadas nos diversos modelos de fatura eletrônica para o suporte ao usuário são:

- Criação de mesas de ajuda, técnicas e de negócios, com atendimento telefônico e com operação em esquema 24 h x 7 dias:

Devemos lembrar que a fatura eletrônica pode ser emitida, a princípio em qualquer dia e horário, e, portanto, o suporte também tem que estar disponível todo o tempo.

Os principais desafios na criação de mesas de ajuda, além da criação da estrutura e alocação ou contratação dos funcionários, referem-se ao conhecimento técnico necessário sobre a fatura eletrônica que a equipe precisa ter para ser efetiva e a disponibilidade de acesso a ferramentas para facilitar a verificação das ocorrências reportadas pelos contribuintes. O dimensionamento das mesas de ajuda deve levar em conta o crescimento do número de emissores de fatura eletrônica.

- Documentação técnica detalhada do projeto;
- Página específica sobre fatura eletrônica no portal da organização, concentrando em um único local todas as notícias, informações, documentos técnicos, e serviços disponíveis sobre o tema;

- FAQ – Perguntas Mais Frequentes, com constante atualização incorporando as questões e dúvidas mais relevantes e recorrentes;
- Disponibilização de email exclusivo para dúvidas sobre fatura eletrônica;
- Canal de Chat para atendimento online;
- Realização de Palestras, Seminários e Cursos para Associações de Empresas, Sindicatos, Grêmios de Contadores, etc.;
- Vídeos de treinamento sobre fatura eletrônica e sobre serviços disponíveis;

Para aqueles modelos de fatura eletrônica onde haja validação online das faturas eletrônicas é importante ainda disponibilizar serviços eletrônicos, por página web ou por Web Service, que possibilitem ao emissor verificar a situação do sistema de recepção e validação das faturas eletrônicas.

11. Automação de processos e o intercâmbio de informações eletrônicas na cadeia logística de empresas Brasileiras com base nos Documentos Fiscais Eletrônicos

Como vimos, os projetos de documentos fiscais eletrônicos na América Latina tiveram por origem o interesse das Administrações Tributárias dos países na melhoria do controle fiscal. Todavia, apesar desta origem fiscal, os documentos fiscais eletrônicos possibilitam benefícios as empresas que vão muito além da redução de custos com obrigações fiscais acessórias, possibilitando a integração logística de cadeias de suprimento, com a eliminação do papel e a melhoria da qualidade e confiabilidade das informações comerciais e logísticas.

Assim, neste capítulo buscou-se analisar, de forma exploratória, os impactos da implantação de projetos de documentos fiscais eletrônicos na automação de processos e na integração de informações nas cadeias logísticas, tendo como referência o caso brasileiro.

Cabe alertar sobre a limitação das conclusões da análise aqui apresentada em virtude da pequena amostra de empresas usuárias de Nota Fiscal Eletrônica que foi possível se entrevistar no âmbito da presente pesquisa.

De toda forma, resta claro que este é um tema que deverá ser objeto de aprofundamento de análise em pesquisas futuras, haja vista a importância do tema para as empresas e países e a clara percepção de que os documentos fiscais eletrônicos, ao menos no caso brasileiro, tem sido ainda pouco utilizados como elemento fundamental na automação de processos e integração logística de cadeias de suprimentos.

11.1. Potenciais benefícios dos documentos fiscais eletrônicos na integração logística das empresas

Poderíamos resumir uma operação comercial, de forma muito simplista, como sendo o fornecimento de uma mercadoria por uma empresa fornecedora para um cliente comprador. Nesta operação comercial teríamos então como atores: a empresa vendedora (fornecedor), o comprador (cliente), e o Fisco. Poderia ainda surgir, a depender da forma de transporte, outros atores como a empresa transportadora.

Os elementos essenciais da operação seriam: a mercadoria (produto), com suas características identificadoras e qualificadoras, como tipo, modelo, quantidade, peso, preço, volumes, etc.; a forma de pagamento; o meio de entrega e de transporte; a documentação fiscal da operação, como nota fiscal e conhecimento de transporte de cargas (no caso de haver transporte contratado); e a tributação incidente na operação comercial.

Interessante notar que todas as informações da operação comercial, como identificação dos atores envolvidos (comprador, vendedor e transportador), descrição da mercadoria e tributação constam, como regra, do documento fiscal da operação comercial de venda.

Se pensarmos em uma cadeia de suprimentos, poderíamos considerar, de forma esquemática, como sendo um conjunto de operações comerciais de venda entre elos da cadeia, por exemplo, a indústria adquirindo matéria prima para a produção de um fornecedor, posteriormente vendendo o produto industrializado para o atacado, que revenderia este mesmo produto a uma empresa distribuidora ou diretamente ao consumidor final.

Cada elo da cadeia de suprimentos possui seus sistemas ou procedimentos de controle de estoques, que dependem de cadastros próprios de produtos. É fácil de se imaginar a complexidade de controle das informações destes processos de compras e vendas, mesmo para empresas de pequeno porte, que é função da quantidade de operações e de informações transacionadas. Cada vez mais, com o aumento da concorrência nos mercados, e a consequente diminuição de margens de lucros, há uma busca pela redução de custos e diminuição de estoques de matérias primas e de produtos para revenda, que muitas vezes passam a ficar com o fornecedor, somente as mercadorias sendo encaminhadas conforme a demanda real do cliente, o que passou a ser conhecido por modelo “just in time”.

Neste modelo de operação, diminuem-se o número de fornecedores, com a construção de parcerias estratégicas, com vista a uma melhora na integração da cadeia de suprimentos, diminuição dos estoques de produtos, e aumento da agilidade e da produtividade. Neste cenário, surge a automação de processos e integração de sistemas entre fornecedores e clientes, muitas vezes compartilhando cadastros e informações de demanda em tempo real.

Com a implantação e massificação dos documentos fiscais eletrônicos em um país, este processo de automação e integração eletrônica entre empresas fornecedoras e seus clientes pode ser alavancado, uma vez que passa a haver uma maior padronização nas informações das operações comerciais, além da possibilidade de se aproveitarem as informações constantes dos documentos fiscais eletrônicos, sem necessidade de digitação de dados na recepção de mercadorias das empresas.

Assim, os principais benefícios potenciais do uso de documentos fiscais eletrônicos na integração logística de cadeias são:

- **Informação padronizada da operação comercial**, evitando assim que cada fornecedor ou cliente, conforme seu poder de barganha, possa exigir de seus clientes ou fornecedores um tipo distinto de informação eletrônica, haja vista que o Fisco já estabelece um padrão no arquivo eletrônico do documento fiscal eletrônico, os campos e formas de preenchimento que devem observados por todas as empresas;
- **Facilidade no envio e compartilhamento das informações da operação comercial entre fornecedor e cliente**, uma vez que o arquivo eletrônico do documento fiscal

eletrônico ou de sua representação impressa podem ser enviados ou disponibilizados facilmente pelo fornecedor ao cliente, mesmo antes que a mercadoria seja recebida fisicamente pelo cliente. Desta forma, é possível ao cliente verificar, antes mesmo de receber as mercadorias, se os dados do pedido e a tributação da operação comercial estão corretos, evitando-se retrabalhos de devolução de mercadorias na recepção das empresas, por estarem em desacordo com pedido do cliente;

- **Planejamento logístico das entregas de mercadorias**, uma vez que o cliente poderá ter a informação sobre a emissão do documento fiscal eletrônico da operação comercial, e sobre os dados do transporte;
- **Automação de processos na recepção de mercadorias**, evitando a necessidade de re-digitação pelo cliente de informações para inclusão dos produtos adquiridos em seu estoque e escrituração de livro fiscal de entrada e lançamento na contabilidade, uma vez que estes dados podem ser obtidos diretamente, de forma confiável do arquivo eletrônico do respectivo documento fiscal da operação comercial. Outra vantagem é se evitar erros de digitação de informações na recepção de mercadorias, pela garantia da integridade das informações constantes do documento fiscal eletrônica pela assinatura digital.

11.2. Grau de automação de processos e intercâmbio de informações eletrônicas na cadeia logística no Brasil

Apesar das vantagens e benefícios potenciais apresentados no item anterior, do uso das informações eletrônicas dos documentos fiscais eletrônicos na automação de processos e integração logística de cadeias, e da massificação do uso da Nota Fiscal Eletrônica no Brasil, que é hoje obrigatória para toda indústria e atacado do país, a percepção dos entrevistados na pesquisa é de que o grau de uso dessas informações eletrônicas é bastante baixo no Brasil.

Segundo a maioria dos entrevistados, das empresas e do Fisco, as empresas tem emitido Notas Fiscais Eletrônicas apenas para fins fiscais, com baixa utilização para outros fins não fiscais, como de automação de processos de recepção de mercadorias e de lançamento das informações eletrônicas nos controles de estoque e escrita fiscal e contábil.

A maioria das empresas, apesar das operações comerciais estarem documentadas por Notas Fiscais Eletrônicas, continua a digitar as informações a partir da representação impressa do documento fiscal eletrônico (DANFE) que acompanha as mercadorias.

Somente em alguns setores, onde já existia uma maior cultura de integração logística, com o uso de tecnologias de EDI, como é o caso do setor automotivo, é onde se tem verificado uma maior utilização dos arquivos eletrônicos de NF-e na automação de processos.

11.3. Gargalos e inibidores da automação de processos e integração logística no Brasil com base em documentos fiscais eletrônicos

Segundo os entrevistados, o baixo grau de utilização das informações dos arquivos eletrônicos de NF-e na automação de processos e na integração logística das cadeias de suprimento decorre de 3 principais fatores, que podem ser considerados gargalos ou inibidores:

- **Falta de padronização no envio ou disponibilização dos arquivos eletrônicos de NF-e para o destinatário.** Este foi um dos fatores principais apontados pelos diversos entrevistados para a não utilização das informações eletrônicas da NF-e. A legislação fiscal brasileira de Nota Fiscal Eletrônica estabelece que é obrigatório ao emissor de NF-e enviar ou disponibilizar o arquivo eletrônico no formato XML ao destinatário (comprador) e ao transportador de cargas quando contratado pelo emitente. Todavia a legislação não estabelece uma forma padronizada para o cumprimento pelas empresas emissoras desta exigência fiscal. A maior parte das empresas emissoras opta por enviar o arquivo XML da NF-e como anexo a uma mensagem eletrônica (email) enviada ao endereço eletrônico do destinatário. Todavia outras empresas emissoras optam apenas por disponibilizar o arquivo eletrônico para *download* em seu portal na Internet. Apenas algumas poucas empresas emissoras, normalmente de determinados nichos específicos, como setor automotivo, é que utilizam formas mais sofisticadas de integração eletrônica no envio dos arquivos de NF-e, como uso de Web Services. Todas estas formas de envio ou disponibilização atendem a exigência da legislação tributária e são aceitas, todavia fica a dificuldade do adquirente (comprador) em ter uma solução automatizada e única para a recepção dos arquivos eletrônicos de NF-e;
- **Forte cultura do papel.** Vários respondentes indicaram que existe ainda nas empresas, mesmo após anos de implantação da NF-e, uma forte cultura do uso e apego ao papel. Assim, não existindo uma exigência legal no Brasil para a recepção eletrônica de NF-e mas apenas de emissão de NF-e por indústria e atacado, as empresas acabam por não investir na automação dos processos de recepção eletrônica de NF-e;
- **Falta de padronização dos códigos de mercadorias.** Outro ponto apontado por alguns entrevistados diz respeito a dificuldade em automatizar os processos de recepção de mercadorias por não haver uma padronização na codificação de mercadorias no Brasil. Assim, cada empresa acaba identificando as mercadorias por códigos próprios.

12. Projeto Fatura Eletrônica Internacional - FEI

Com o avanço da massificação da fatura eletrônica em vários países da América Latina, e considerando que, como vimos no capítulo anterior, existem muitos pontos de convergência entre os modelos, como o padrão de arquivo XML e a validade jurídica do documento eletrônico, garantida na maioria dos países por uma assinatura digital, e considerando ainda a importância do comércio internacional na região, e que nestas transações também possam vir a ser emitidas faturas eletrônicas de exportação, surge a oportunidade de se estudarem possibilidades de intercâmbio bilateral de faturas eletrônicas entre os países, exportador e importador.

Neste contexto, no presente capítulo, apresentaremos a proposta em estudo pelo CIAT para a criação de uma Fatura Eletrônica Internacional – FEI. A FEI está sendo concebida pelo CIAT – Centro Interamericano de Administrações Tributárias, em conjunto com especialistas em faturação eletrônica dos países da região que já possuem este documento fiscal eletrônico.

12.1. Sobre o CIAT

O CIAT é um organismo internacional público, sem fim lucrativo, que prove assistência técnica especializada para a atualização e modernização das administrações tributárias. Trabalha apoiando o esforço dos governos nacionais, promovendo a evolução, aceitação social e fortalecimento institucional das administrações tributárias; fomentando a cooperação internacional e as ações conjuntas em matéria de intercâmbio de experiências e melhores práticas.

Desde sua criação em 1967 até o momento, o CIAT agrupa 38 países membros e países membros associados, em quatro continentes: 31 países americanos; cinco países europeus; um país africano y un país asiático. India é país miembro associado.³⁹

12.2. Histórico e Próximos Passos do Projeto FEI

Com o surgimento da fatura eletrônica na América Latina, iniciada no Chile em 2003, e sua expansão para outros países da América Latina, e pela importância do tema para as Administrações Tributárias, o CIAT iniciou a realização de encontros periódicos com um grupo de trabalho composto por representantes técnicos dos países membros, especialistas no tema de faturação eletrônica, para propiciar a troca de experiências entre os países.

³⁹ Fonte: www.ciat.org

A primeira reunião do grupo de trabalho ocorreu em maio de 2008 na Cidade do Panamá. Na oportunidade, cada país participante apresentou seu modelo de fatura eletrônica e o estágio do seu projeto de FE. Ao final do evento foi decidido que o grupo trabalharia na construção de um documento intitulado “Grandes Temas em torno a la Faturación Eletrônica”, com o objetivo de documentar e compartilhar as informações sobre os diversos projetos existentes. De 2008 até 2013 foram realizados diversos seminários internacionais e encontros do grupo de trabalho de faturação eletrônica do CIAT. Na Figura 79 é apresentada a relação dos eventos promovidos pelo CIAT.

MÊS	ANO	LOCAL
MAIO	2008	Cidade do Panamá - Panamá
Dezembro	2008	Santiago - Chile
Junho	2009	Quito - Equador
Março	2010	Cidade do México - México
Maio	2010	Salvador - Brasil
Julho	2011	Lima - Peru
Setembro	2011	Assunção - Paraguai
Abril	2013	Cidade do Panamá - Panamá

Figura 79 - Seminários Internacionais sobre Fatura Eletrônica promovidos pelo CIAT

Na reunião do grupo de trabalho de FE do CIAT, ocorrida na Cidade do México, em março de 2010, foram discutidas as idéias iniciais sobre a possibilidade de construção de uma Fatura Eletrônica Internacional e foi desenhado um primeiro esboço do que viria a ser o projeto FEI. Em maio do mesmo ano, em Salvador – Brasil, o grupo de trabalho se reuniu novamente e aprofundou o detalhamento do modelo operacional proposta para a FEI.

Com base no modelo proposto pelo grupo, em 2012, a equipe de tecnologia do CIAT trabalhou em conjunto com um consultor francês contratado, no detalhamento da especificação, elaboração da documentação técnica e construção de um protótipo para prova de conceito.

Na última reunião do grupo de trabalho, ocorrida na Cidade do Panamá, em abril de 2013, foi feita a apresentação e validação do protótipo da FEI e propostos alguns pequenos ajustes no modelo. O próximo passo do projeto FEI é a realização de um piloto entre alguns dos países integrantes do grupo de trabalho para prova de conceito do modelo. Para tanto, os países do piloto deverão fazer os desenvolvimentos em seus sistemas necessários ao intercâmbio das FEI, conforme consta na documentação técnica do projeto.

12.3. Modelo Operacional em Discussão para a FEI

Inicialmente, nas diversas reuniões do grupo de trabalho de FE do CIAT foi discutido o conceito geral da Fatura Eletrônica Internacional e foram estabelecidas as principais premissas do modelo FEI.

Uma premissa fundamental estabelecida de partida foi a de que não se buscaria com a FEI a criação de um padrão internacional único de fatura eletrônica de exportação. Com o estágio avançado de massificação de fatura eletrônica em diversos países, envolvendo, em alguns casos, centenas de milhares de contribuintes emissores, a esta altura seria totalmente inviável uma proposta de que os países tivessem que mudar seus padrões de arquivos eletrônicos de fatura eletrônica para adotar um mesmo padrão. Desta forma, a proposta a que se chegou para a FEI era de se preservar na FEI a informação original da fatura eletrônica de exportação segundo os padrões de arquivos eletrônicos definidos por cada país e se criar um bloco de informações comuns e padronizadas. Este bloco de informações padronizadas seria como um cabeçalho da FEI e conteria as informações fundamentais de identificação da transação de comércio exterior e que existem, de forma comum, em todas as faturas eletrônicas dos países mesmo que tenham nomes de campos distintos.

Por exemplo, cada país possui, em sua fatura eletrônica, um campo com designação distinta para a identificação do nome do emitente da fatura. Na FEI, este campo estaria padronizado no bloco de informações comuns e continuaria a constar sem alteração da fatura eletrônica original. Na Figura 80 consta um desenho esquemático da estrutura do arquivo da FEI.

Para tanto, outra definição do modelo da FEI é a utilização de um arquivo eletrônico no formato XML.

Figura 80 - Blocos do Arquivo Eletrônico da FEI⁴⁰

Outra premissa relevante é que não deveria haver, com a implantação da FEI pelo país, qualquer mudança ou exigência de adaptação do seu modelo atual de fatura eletrônica.

A questão da assinatura digital para garantia da autoria e integridade da FEI e da fatura eletrônica original de exportação também geraram extensos debates no grupo de trabalho. Apesar de, como vimos no capítulo anterior, a maioria dos modelos de fatura eletrônica implantados pelos países Latino-americanos adotar a assinatura digital para garantia da validade e integridade da fatura eletrônica, as leis de firma digital e os modelos de Autoridades Certificadoras são muito distintos entre os países, não sendo viável se pensar em um modelo internacional e universal de certificação digital.

Neste contexto, a premissa a que o grupo de trabalho chegou sobre o tema de assinatura digital é que os países que adotassem a FEI deveriam ter um processo de acreditação bilateral. Ou seja, se a FEI estivesse assinada digitalmente pelo país exportador, o país importador não deveria se preocupar com a questão da validade da assinatura digital da fatura eletrônica de exportação original pois a responsabilidade por esta verificação caberia sempre ao país exportador, de localização do contribuinte emissor da fatura eletrônica.

Assim, por um processo de acreditação, o país importador, estando a FEI assinada digitalmente pelo ente de governo responsável do outro país teria a garantia de autoria e integridade da fatura eletrônica original. O modelo prevê ainda que o país importador possa confirmar a validade e autenticidade da assinatura digital constante da FEI por mecanismo de consulta via web service, junto ao país exportador.

⁴⁰ Fonte: traduzido pelo autor de <http://www.ciat.org/index.php/es/productos-y-servicios/asistencia-tecnica/programas-especificos/fatura-electronica.html>

Por fim, a última premissa estabelecida no modelo da FEI é a garantia da preservação do sigilo fiscal. Desta forma, o intercâmbio de FEI somente ocorrerá entre as Administrações Tributárias dos países interessados (exportador e importador).

O modelo operacional de FEI, proposto pelo grupo de trabalho é apresentado na Figura 81. Este modelo considera a existência de uma entidade centralizadora, ou seja, um nó central, que distribui números ou tíquetes para os países emissores de fatura eletrônica de exportação - FEE. Assim, o país exportador, para cada FEE deverá gerar uma FEI que terá associado um tíquete. Assim, o país exportador para cada nova FEE deverá primeiramente buscar um tíquete no nó central, que registrará a emissão da FEE e o país importador, e em seguida o país exportador, de posse do tíquete, gerará a respectiva FEI.

Por outro lado, o país importador, acessará o nó central para conhecer todos os tíquetes que foram utilizados por países exportadores e que o tenham como país de destino.

De posse da informação dos tíquetes, o país importador solicitará suas respectivas FEI diretamente no país exportador. Todas as transações, sejam de busca de tíquete pelo país exportador, importador ou de solicitação de FEI serão realizadas por intermédio de web services padronizados.

Importante ressaltar que o ente centralizador não recebe ou armazena as FEI, mas somente distribui os tíquetes e registra que houve a emissão de uma FEE de um país, tendo como destinatário outro país. Desta forma, segue preservado o sigilo fiscal. Por outro lado, o ente centralizador, apenas com as informações dos tíquetes, já poderá disponibilizar estatísticas de volume de transações de comércio exterior entre os países participantes do modelo.

Como uma segunda fase do modelo da FEI, se pensa em que o país importador, para cada FEI recebida, possa registrar um evento de manifestação conclusiva no nó central sobre a operação de comércio exterior, podendo ser a confirmação de que houve o ingresso efetivo das mercadorias constantes da FEI no país, ou que as mercadorias foram devolvidas, ou a operação não se realizou dentro de um prazo limite estabelecido.

Figura 81 - Modelo Operacional Fatura Eletrônica Internacional
 Fonte: adaptado de Torres, Dufaur (2013)

A proposta prevê ainda que o nó centralizador seja também um repositório dos padrões dos campos dos arquivos das faturas eletrônicas de exportação dos países participantes. Cada alteração de lay-out de arquivo eletrônico de FEE deveria ser comunicada ao nó central, de sorte que o país importador que desejasse, poderia com base nestes padrões obtidos do nó central, construir um tradutor de arquivos e extrair as informações das faturas eletrônicas originais, constantes das FEI e converter para o seu padrão, possibilitando o uso e incorporação das informações em seus sistemas de fiscalização.

A utilização da FEI dependerá de acordos bilaterais ou multilaterais a serem estabelecidos entre os países interessados, possibilitando a troca de informações fiscais das operações de comércio exterior existentes nas faturas eletrônicas de exportação e que constarão das respectivas FEI.

Importante ressaltar que o modelo de FEI está em fase de construção e prova de conceito com a realização de um piloto entre os países participantes do grupo de trabalho estando, portanto, sujeito a mudanças.

Com a implantação da FEI são esperados diversos benefícios⁴¹.

❖ **Para as empresas:**

- Redução do número de documentos necessários para as operações de exportação e importação, abarcando, em uma primeira fase os documentos relativos aos impostos e, mais tarde, todos os órgãos governamentais envolvidos no trânsito internacional de mercadorias;
- Maior agilidade no processo de liberação de cargas.

❖ **Para as Administrações Tributárias e Aduaneiras:**

- Maior confiabilidade da informação;
- Possibilita o desenvolvimento de ferramentas para o planejamento das auditorias;
- Facilita a criação de modelos de gestão de risco para guiar a inspeção.

⁴¹ Fonte: <http://www.ciat.org/index.php/es/productos-y-servicios/asistencia-tecnica/programas-especificos/fatura-electronica.html>

13. Lições Aprendidas, Melhores Práticas e Desafios

O objetivo do presente capítulo é apresentar e compartilhar algumas das principais lições aprendidas e melhores práticas identificadas nos diversos projetos de fatura eletrônica implantados com sucesso na América Latina.

13.1. Fatores Críticos de Sucesso

Fatores críticos de sucesso são os elementos que, estando presentes em um projeto, colaboram para que o mesmo atinja os objetivos buscados mas que, se estiverem ausentes, dificilmente se logrará êxito em obter o que inicialmente se esperava como resultado.

Alguns dos fatores críticos de sucesso para os projetos de fatura eletrônica, identificados nas diversas entrevistas com os líderes dos principais projetos latino-americanos, integrantes das equipes, provedores e empresas, provavelmente também sejam comuns a outros projetos, mas como veremos, outros fatores são bem específicos a fatura eletrônica.

Foram identificados 5 principais Fatores Críticos de Sucesso:

- Apoio da Alta Administração;
- Motivação da Equipe de Projeto;
- Participação de Empresas no Projeto;
- Mudanças mínimas em relação ao modelo em papel;
- Concepção do Modelo;

Interessante destacar que, diferentemente do que se pudesse esperar, apesar da fatura eletrônica ser um projeto que envolve fortemente aspectos de tecnologia, esta não foi um fator considerado crítico para o sucesso do projeto. A justificativa para tanto é que, a tecnologia existe e esta disponível no mercado, não sendo este um ponto considerado portanto crítico. Se a tecnologia não existisse nem seria possível se pensar em termos fatura eletrônica.

Na pesquisa realizada em 2007 por Junqueira (2007, p. 183) sobre os fatores críticos de sucesso específicos do projeto brasileiro de Nota Fiscal Eletrônica foram identificados também de forma coincidente com os resultados da presente pesquisa como FCS: apoio da alta administração, envolvimento das empresas, e a capacidade das equipes. O pesquisador identificou ainda outros FCS: relacionamento de confiança, escopo bem definido e viável, e utilização de padrões abertos. O conceito do FCS apontado por Junqueira (2007) de “escopo bem definido e viável” é, de certo modo, bastante próximo do aqui identificado de “concepção do modelo” haja vista que a preocupação dos entrevistados refere-se claramente em ter um escopo definido e para tanto deve-se investir tempo na etapa de concepção do

modelo, de forma a evitar grandes mudanças de caminho mais a frente, o que seriam danosas ao sucesso de um projeto de magnitude como o de fatura eletrônica.

A seguir, aprofundaremos na análise de cada um destes fatores e seus impactos nos projetos de fatura eletrônica.

Apoio da Alta Administração:

Em vários dos depoimentos dos líderes e participantes dos projetos surgiu, repetidas vezes, o relato da importância do apoio ao projeto que existiu por parte da alta administração da organização.

A importância deste fator é óbvia em qualquer projeto mas toma maior importância em um projeto estruturante para a Administração Tributária, como o é a Fatura Eletrônica.

A fatura eletrônica não representa simplesmente a quebra do paradigma do papel para o eletrônico. É muito mais. Envolve mudanças culturais mais profundas, revisão de processos, atividades e forma de trabalho tanto na Administração Tributária quanto nas empresas. Muda a forma de relacionamento do Fisco com o Contribuinte.

Com a fatura eletrônica, a depender do modelo adotado, o Fisco passa a ser um elo relevante e crítico na atividade comercial do contribuinte.

Antes o que era simplesmente obter uma autorização para um talonário de faturas e sair emitindo os documentos em papel, sem qualquer interferência do Fisco agora, dependendo do modelo, no limite, exige uma autorização prévia e online por parte da Administração Tributária.

É a resistência à mudança, tanto interna quanto externa a organização, em um projeto que envolva grandes quebras de paradigmas, como é o caso da fatura eletrônica, será muito forte. Neste contexto, o apoio incondicional da alta administração ao projeto e a sua equipe é fundamental para se superarem as resistências.

Outro papel muito importante da alta administração e que depende de seu engajamento ao projeto é a tomada de decisões técnicas estratégicas quando não se consegue chegar a um consenso técnico sobre determinados pontos do modelo na equipe de projeto.

É importante ainda que a alta administração valide a proposta do modelo a ser adotado para a fatura eletrônica, para que este não seja um modelo da equipe mas sim da organização e do país.

Sugere-se que a alta administração realize periodicamente (ao menos mensalmente) reuniões de acompanhamento com a equipe do projeto. Também é importante que ocorram reuniões da

alta administração com os gestores das empresas voluntárias participantes do projeto para que haja um efetivo engajamento e dedicação por parte das empresas ao projeto.

Também Barraza et al. (2008, p. 77) reconhece a importância do papel de apoio da alta administração para os processo de inovação do setor público ao afirmarem que:

“En primer lugar, es un factor de éxito el compromiso radical y el liderazgo del directivo máximo del servicio público por introducir un proyecto innovador, idóneo, de alto impacto y que producirá resultados em el corto plazo”.

Motivação da Equipe de Projeto;

A implantação de um projeto de fatura eletrônica não é uma tarefa simples. O projeto de fatura eletrônica, pelo seu alcance estruturante, envolverá praticamente todas as áreas da organização, não apenas a de tecnologia. Além disso, afetará também empresas e contabilistas.

Portanto é um projeto que exige, primeiro uma equipe de projeto alocada com dedicação exclusiva para a fatura eletrônica. Não existe uma receita de bolo pronta para definir o tamanho desta equipe. Esta decisão depende de diversos fatores, como disponibilidade de pessoas, perfil, local de trabalho. Todavia não deve ser uma equipe muito pequena (de uma 1 ou 2 pessoas) nem tampouco muito grande, que vire de imediato um departamento, o que consumirá tempo precioso do líder e da sua equipe na estruturação do departamento e definição de divisão de tarefas e atividades. Uma equipe de 5 a 10 pessoas, com dedicação exclusiva ao projeto e outros integrantes da equipe, com dedicação parcial, trabalhando de forma matricial é o que a maioria dos projetos analisados adotou.

Mais importante do que a quantidade de pessoas a integrar a equipe, o grande fator crítico de sucesso é a motivação das pessoas.

Tendo contato com os líderes e integrantes das equipes dos projetos é fácil perceber o grau de compromisso com o projeto e a crença do grupo na fatura eletrônica como algo fundamental para a organização. É o famoso “brilho nos olhos”, que fornece a energia necessária para superar os desafios.

A escolha do líder e dos integrantes da equipe de projeto é, portanto, uma tarefa fundamental para se obter o sucesso desejado na implantação da fatura eletrônica. Devem ser alocados para a equipe da fatura eletrônica, não os funcionários disponíveis, mas os melhores da organização, aqueles com histórico de realização e superação.

É importante que os integrantes da equipe tenham conhecimentos, habilidades e experiências profissionais complementares, e que são necessários para um projeto de fatura eletrônica.

As principais competências que devem existir na equipe são conhecimentos e experiência em condução e estruturação de projetos, tecnologia, legislação tributária, fiscalização, obrigações acessórias e atendimento e serviços ao contribuinte.

O líder do projeto deve ter grande capacidade de liderança, gestão e de negociação.

Participação de empresas no projeto

Quando questionados nas entrevistas, os líderes e representantes da equipe, sobre os fatores críticos de sucesso do projeto, uma dos fatores mais apontado é a participação das empresas.

A participação de empresas em projetos conjuntos com o Fisco não era, até os projetos de fatura eletrônica, algo comum de ocorrer. Muitos dos entrevistados indicaram que a fatura eletrônica foi o primeiro projeto da Administração Tributária em que houve a participação de empresas.

E não poderia ser diferente. A fatura eletrônica interfere diretamente no negócio das empresas, e seria um grande risco o Fisco conceber um modelo de fatura eletrônica sem ouvir o usuário, aquele que conhece do negócio, ou seja, as empresas.

Todavia devem se tomar alguns cuidados na participação das empresas no projeto para se colherem os melhores frutos.

Em primeiro lugar, a quantidade de empresas participantes do projeto deve ser limitada a um grupo não muito grande, entre 10 a 30 empresas, para que as reuniões sejam produtivas e não se transformem em verdadeiras assembleias. Se imaginarmos que em uma reunião técnica com o Fisco para discutir sobre o modelo de fatura eletrônica cada empresa traga 3 representantes (um da área de TI, um da área tributária e outro da área operacional ou comercial) já estamos falando em reuniões com mais de 30 pessoas, somente das empresas.

Além disso, é importante que as empresas sejam convidadas a participar do projeto e não “convocadas” a participar. A qualidade da participação será muito distinta se os representantes das empresas estiverem ali porque acreditam no projeto e não porque foram obrigados a colaborar.

As empresas participantes devem ainda serem representativas, em termos de portes e setores, do alcance que se deseja para a fatura eletrônica, para evitar, por exemplo, que na estrutura definida para o arquivo da fatura eletrônica falem muitos campos necessários para as empresas. Alguns campos naturalmente sempre faltarão e deverão ser incorporados à medida que forem identificados, quando da implantação efetiva, com as versões.

Outro ponto bastante relevante é que sejam de início, bem estabelecidas as regras de grupo entre os representantes do Fisco e das Empresas integrantes do projeto. Devem ainda ser definidos os objetivos esperados, os prazos e as responsabilidades.

Mudanças mínimas em relação ao modelo em papel;

Este foi um ponto muito interessante que surgiu de forma recorrente nas entrevistas realizadas com as equipe de projeto e empresas.

Na literatura da área de projetos tecnológicos, uma das primeiras lições ou premissas que surgem é que não se deve automatizar diretamente o processo existente, mas sim primeiro realizar uma profunda revisão do processo, para otimizá-lo e só depois aplicar o uso da tecnologia.

Todavia esta premissa, ao menos para os projetos de fatura eletrônica não se mostrou valida. Nos projetos de fatura eletrônica, de forma geral, na primeira implantação foram realizadas poucas mudanças em relação a processo em papel, de forma a minimizar os impactos junto aos diversos atores envolvidos.

Para ilustrar esta característica, citamos o caso do Chile, onde na fatura em papel existia uma timbragem de cunho, muito característica. Quando da fatura eletrônica, na sua representação impressa continuou a existir um timbre ó que agora eletrônico.

Assim, o projeto de fatura eletrônica deve ser inicialmente entendido como uma simples mudança do meio papel para o meio eletrônico. Com isto, toda a legislação tributária existente que valia para a fatura em papel, continua, como regra geral, a valer para a fatura eletrônica. Logicamente, algumas questões pontuais na legislação tributária terão que ser revistas com a fatura eletrônica, mas não toda a legislação.

Poderia se imaginar em fazer uma reengenharia total, aproveitando o projeto da fatura eletrônica, revendo inclusive o conceito de fatura. A pergunta que se coloca é quanto tempo este estudo demoraria e se, no final, teríamos a fatura eletrônica implantada, considerando mudanças de governo, as necessidades de mudança de leis e normas e os prazos para estas mudanças, etc.

A implantação da fatura eletrônica, enquanto projeto de Tecnologia e de infraestrutura, com os desenvolvimentos de documentação técnica, aplicativos, Web services já é um grande desafio.

Desta forma, a experiência dos projetos implantados recomenda que não se amplie por demais esta complexidade, na busca de uma revisão total do processo de faturamento existente.

Depois de implantada a fatura eletrônica, e de sua massificação aí sim, se deve pensar em iniciar a revisão de processos e implantar melhorias de forma incremental e contínua, nunca de forma radical.

Concepção do Modelo;

O projeto de fatura eletrônica envolve grande responsabilidade, pois este documento fiscal eletrônico será utilizado por milhares de empresas no país. Após a implantação e massificação qualquer mudança significativa no modelo representará grande custo para as empresas e exigirá um largo prazo para sua efetiva implementação. Ou seja, no modelo de fatura eletrônico, uma vez estabelecido e consolidado não há espaços para erros ou, pelo menos grandes erros.

Desta forma, um dos fatores críticos de sucesso é justamente a etapa de concepção do modelo, envolvendo as definições técnicas e o modelo operacional.

A título de exemplo, imaginemos que se decida pela utilização para a fatura eletrônica do país um formato de arquivo Texto, e que este modelo seja implantado e massificado para todas as empresas. Seria muito difícil, após a massificação, mudar este formato de arquivo para um padrão XML, por exemplo.

Neste contexto, todas as decisões técnicas de concepção do modelo, sobre formato de arquivo, estrutura de dados, assinatura digital, modelo operacional, padrão da representação impressa, modalidades de emissão, etc., que possam afetar significativamente o modelo devem ser exaustivamente discutidas na equipe de projeto e com as empresas participantes até que se chegue a um consenso do modelo desejado. Após este consenso, dependendo do tema, é importante validar a solução proposta com o mercado de tecnologia.

A realização de um plano piloto, com empresas voluntárias é essencial para o sucesso do projeto, justamente por não haver espaço para grandes mudança no modelo de fatura eletrônica após a sua implantação massiva. No piloto, a quantidade de contribuintes envolvida é reduzida e portanto, nesta fase, é totalmente viável a realização dos ajustes que se façam necessários.

13.2. Enfrentando os Principais Riscos

Após termos analisado os principais fatores críticos de sucesso de um projeto de fatura eletrônica, é importante conhecermos quais foram os principais desafios e riscos enfrentados por quem já implantou a fatura eletrônica.

Mudança de governo

Não devemos esquecer que na América Latina, diferentemente de outras regiões do mundo, os projetos de fatura eletrônica estão sendo conduzidos e impulsionados pelos governos. O fato de ser o governo quem está a frente do processo de implantação da fatura eletrônica de lado é muito bom, pois garante a padronização de formatos em âmbito nacional, o que em outros continentes, acaba não ocorrendo, surgindo nichos de modelos distintos de fatura eletrônica entre segmentos ou grupos de empresas.

Todavia, sempre que há a participação do governo, um risco a se considerar é justamente a mudança de governantes que ocorre, dependendo do país, a cada 4 ou 5 anos.

A fatura eletrônica, como projeto estruturante da Administração Tributária não deveria estar sujeito a risco de mudanças de governo, todavia a experiência demonstra que este risco existe e é real, podendo uma mudança de prioridade do novo governante, ou a simples mudança do líder ou de integrantes da equipe de projeto acarretar atrasos ou prejuízos ao projeto.

Há que se considerar ainda que a fatura eletrônica envolve as empresas, que podem exercer pressões ou lobbies sobre os governantes. Imagine, a título de exemplo, o risco que seria para o projeto a imposição de um cronograma de obrigatoriedade de fatura eletrônica em um ano eleitoral.

Deve-se evitar ainda associar a imagem do projeto de fatura eletrônica em demasia a um determinado governante ou partido político, sob risco de que no próximo governo, o modelo seja totalmente revisto, ou descontinuado, em virtude desta percepção de vinculação com o governo anterior.

Outra recomendação é que se implante o projeto e se consiga a consolidação da fatura eletrônica em uma gestão de governo, de sorte que não haja possibilidade de eventual retrocesso no próximo governo. Ou seja, a fatura eletrônica deve estar como um processo efetivamente incorporado e integrado nas atividades comerciais das empresas e da Administração Tributária. Por exemplo, um projeto de fatura eletrônica em fase piloto, com algumas poucas empresas e que assim permaneça por muito tempo, passando para outro governo poderá sofrer uma reformulação total ou perder a prioridade na agenda da alta administração.

Massificação acelerada

Não resta dúvida de que a implantação da fatura eletrônica representa um grande avanço para a Administração Tributária, para as empresas e para o país.

Não é a toa que os projetos de fatura eletrônica são de grande interesse dos dirigentes das Administrações Tributárias, que enxergam na fatura eletrônica a possibilidade de modernização da máquina tributária e de aumento de arrecadação, com a melhora do controle fiscal e com o acesso às informações dos contribuintes. Estas expectativas são todas verdadeiras, todavia o problema é o “timing” dos dirigentes.

Basta que a fatura eletrônica tenha apenas iniciado com um grupo de empresas piloto e comecem a surgir os primeiros resultados para que haja uma pressão enorme da direção da Administração Tributária sobre a equipe de projeto para a massificação generalizada e em curto espaço de tempo para todas os contribuintes.

A massificação da fatura eletrônica logicamente deve ser um objetivo a ser perseguido firmemente, todavia a implantação deve ser gradual. Ainda que se opte por estabelecer um cronograma de adoção obrigatória.

As empresas necessitam de tempo para poderem se adaptar a exigência. O ideal é que entre a publicação da norma que estabeleça a obrigatoriedade e o seu início haja, ao menos, de 6 a 12 meses.

Também a Administração Tributária precisa estar preparada para a demanda que será gerada, não só a parte de disponibilidade de infraestrutura para processamento e recebimento das faturas eletrônicas, mas também as áreas de suporte e atendimento ao contribuinte.

Outro ponto a avaliar é a maturidade do mercado de provedores de tecnologia local. De nada adianta estabelecer um cronograma de obrigatoriedade com prazos exíguos de adoção por parte das empresas se não houverem provedores de solução preparados para atender a demanda. No caso do modelo de fatura eletrônica prever a utilização de assinatura digital do emissor será necessário, antes de iniciar a fase de massificação, se avaliar se as Autoridades Certificadoras terão condições de atender a demanda por certificados digitais que será gerada. É necessário realizar ainda o alinhamento entre o volume de emissão esperado com a massificação da fatura eletrônica e a infraestrutura de processamento e armazenamento disponível na Administração Tributária, especialmente para aqueles modelos em que se exija a entrega ou a autorização online das faturas eletrônicas, previamente a realização das transações comerciais.

Pelas características inerentes a fatura eletrônica, de redução de custos aos contribuintes, simplificação de obrigações tributárias, melhora de controle fiscal, etc. dificilmente a mídia ou empresas se posicionarão oficialmente contra a implantação da fatura eletrônica no país ainda que seja imposto cronograma de obrigatoriedade.

Todavia, seja por falta de planejamento da massificação que gere sobrecarga e demora de processamento das faturas eletrônicas, ou problemas técnicos frequentes no sistema, como indisponibilidade, a imagem positiva do projeto poderá sofrer desgastes e este cenário poderá mudar com surgimento na mídia ou em entidades empresarias de posições contrárias à fatura eletrônica.

13.3. Oportunidades com Fatura Eletrônica

Quando se pensa em fatura eletrônica, os primeiros benefícios que vem a mente são de redução de custos para as empresas, com a diminuição de consumo de papel e de outros gastos associados; preservação do meio ambiente, com diminuição de derrubada de árvores e de consumo de água, pelo menor consumo de papel; e melhoria do controle fiscal pela Administração Tributária, pelo acesso às informações das faturas eletrônicas dos contribuintes.

Todavia o potencial de ganhos e oportunidades com a fatura eletrônica é muito maior.

Apenas como exemplo não exaustivo, apresentamos a seguir duas oportunidades importantes que, todavia tem sido pouco exploradas.

Integração eletrônica de cadeias de suprimentos com as informações padronizadas das faturas eletrônicas

Como já vimos anteriormente, a fatura eletrônica na América Latina, por ser um projeto que está sendo impulsionado pelas Administrações Tributárias, garante uma padronização nacional do documento fiscal eletrônico e uma rápida massificação.

Basta ver o que ocorreu no Brasil, onde em apenas 5 anos, todas as indústrias e atacadistas passaram a utilizar a nota fiscal eletrônica.

Todavia a utilização das informações das faturas eletrônicas na integração logística das cadeias de suprimento tem sido pouco utilizada e adotada pelas empresas. As informações apesar de existirem em formato eletrônico e padronizado, continuam a ser obtidas pelas empresas receptores pela via da digitação das representações impressas. São ainda raras as empresas que estão automatizando seus processos de recepção de mercadoria com base nas informações das faturas eletrônicas.

Existe aqui uma grande oportunidade para o mercado empresarial de redução de custos e melhoria dos processos logísticos. Aparentemente o mais difícil, em alguns países com Chile, México e Brasil, já foi feito, ter um padrão nacional de arquivo eletrônico utilizado pela maioria das empresas nas operações comerciais. Falta agora as empresas investirem na modernização de seus processos de recepção e integração eletrônica com seus fornecedores.

Uso das informações das faturas eletrônicas para outros fins

Na maioria dos modelos latino-americanos de faturação eletrônica, os arquivos eletrônicos que representam as faturas eletrônicas são enviados para as Administrações Tributárias que os armazenam em seus bancos de dados e utilizam as informações unicamente para fiscalização. Em regra, os arquivos das faturas eletrônicas contém todas as informações da transação comercial que ela documenta, incluindo valores, quantidades, descrição das mercadorias transacionadas, dados cadastrais do vendedor e do comprador.

O uso das informações das faturas eletrônicas pelas Administrações Tributárias está, claramente, muito aquém do potencial, tanto para fins fiscais, quanto para outros fins.

Imagine o valor que é para um país e uma sociedade conhecer, de forma detalhada e com qualidade, todas as operações comerciais realizadas pelas empresas no seu território em um dado período.

Alguns países da América Latina já possuem senão toda, quase toda, esta informação a partir das faturas eletrônicas recebidas. Outros países da região, em um futuro breve, deverão trilhar o mesmo caminho de faturação eletrônica.

A informação já está lá, na base de dados, de forma organizada e padronizada porém, não tem sido ou tem sido ainda, muito pouco utilizada.

Para auxiliar a reflexão, apenas pensando por alto, relaciono algumas sugestões de uso para outros fins, que não fiscal, destas informações:

- Indicadores de atividade econômica por setores de atividade;
- Indicadores de inflação;
- Indicadores Econômicos por cidade, estado e país;
- Indicadores Econômicos por tipo de produto;
- Preços de referência de produtos para compras públicas;
- Balança comercial entre cidades, Estados ou Regiões do país;
- Séries estatísticas de consumo de bens.

É claro que as informações das faturas eletrônicas estão sujeitas ao sigilo fiscal e não podem ser divulgadas pela Administração Tributária.

Todavia não há restrição de sigilo fiscal para a divulgação pelo Fisco de informações agregadas.

Acredito que as Administrações Tributárias colaborariam muito com seus países se passassem a divulgar, com alguma periodicidade, em seus portais, as informações agregadas, obtidas do processamento das faturas eletrônicas.

Com a disponibilização de informações agregadas, com certeza economistas, institutos de pesquisa, fundações e outras entidades se incumbiriam de fazer o resto do trabalho.

14. Conclusões e Abertura para Novos Trabalhos

A fatura eletrônica completou 10 anos de existência na América Latina, desde 2003 quando surgiu no Chile. Neste período, se alastrou por diversos países da região. A América Latina se tornou referência mundial no tema.

Apesar de existirem algumas diferenças entre os modelos de fatura eletrônica implementados pelos países, há uma forte convergência e consistência entre os projetos. Basta lembrarmos do uso do padrão XML, comunicação via tecnologia Web Service e assinatura digital.

Também as estratégias de implementação tem sido similares, com a construção dos modelos sendo feita pelo fisco com, a participação de empresas, plano piloto, massificação voluntária e, por fim, obrigatoriedade.

Assim, a fatura eletrônica é um caminho sem volta, ao menos para a América Latina. Os países da região, que já tem fatura eletrônica, trabalham agora para, rapidamente, massificar seu uso. Aqueles países que ainda não tem fatura eletrônica começam a se planejar e estudar as opções para implantar o documento fiscal eletrônico o quanto antes.

Muito deste resultado impressionante, alcançado em tão pouco tempo, deve-se a dedicação de muitos técnicos abnegados de diversos países da região e ao intercâmbio de experiências nos seminários e eventos promovidos por entidades como o CIAT.

Há ainda muitos desafios a serem superados e paradigmas a serem quebrados.

Para os países que já possuem a fatura eletrônica, após a completa massificação para todos os seus contribuintes, que poderá ainda levar alguns anos, mas virá, vislumbramos três grandes desafios para o futuro:

- **A inclusão do receptor das faturas eletrônicas efetivamente no modelo.** Já há algumas iniciativas avançadas nesta visão mais ampla da faturação eletrônica como o modelo Brasileiro, que já avançou para um novo conceito voltado a eventos;
- **A fatura eletrônica torna-se o elemento central no novo modelo de Administração Tributária,** onde, há partir das informações das faturas e outros documentos fiscais eletrônicos, seria a Administração Tributária quem elaboraria as declarações de impostos para os contribuintes, que confirmariam os valores ou indicariam a necessidade de eventuais ajustes, eliminando-se a necessidade de obrigações acessórias como livros fiscais de compra, venda e declarações de impostos;
- **O Fisco assumir, efetivamente, um papel mais central no modelo de fatura eletrônica,** dispensando a guarda dos arquivos eletrônicos aos emissores e receptores (veja que o Equador já avançou neste ponto, bem como o Peru, de forma parcial),

dispensando ainda a obrigação do emissor de enviar ou disponibilizar a fatura eletrônica ao cliente e passando a ser o repositório de informações fiscais dos contribuintes. Neste modelo, o Fisco passaria a ser também o provedor de informações de fatura eletrônica aos adquirentes por Web service padrão de busca e recuperação de arquivos eletrônicos de faturas eletrônicas destinadas ao contribuinte. Na Figura 82 apresentamos, de forma esquemática, o novo modelo proposto de atuação do Fisco.

Figura 82 – Novo Modelo de Fatura Eletrônica com o Fisco como Repositório Central

Tendo em vista a importância dos documentos fiscais eletrônicos para as Administrações Tributárias dos países, como elemento de base para a modernização tributária e também para as empresas, pela redução de custos de obrigações fiscais e oportunidade de revisão de processos e integração logística, sugerem-se os seguintes estudos futuros:

- Pesquisa sobre os efetivos impactos da implantação dos documentos fiscais eletrônicos nos países e identificação de possíveis gargalos na utilização da fatura eletrônica na integração de cadeias logísticas;
- Pesquisa comparativa entre os modelos Latino-americanos de documentos fiscais eletrônicos e os modelos utilizados na Europa e outras regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFIP - apresentação AFIP **Fatura Electronica Importadores**. Disponível em: <http://www.afip.gob.ar/fe/>. Acesso em 23/10/2013.

AZEVEDO, Osmar. R., MARIANO, Paulo A. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. 1ª ed., São Paulo, Brasil. Editora IOB, 2009, 416 p.

BARRAZA, F. **La Fatura Electrónica como instrumento de control de las obligaciones tributarias de los contribuyentes en América Latina**. Cuadernos de Formación. Instituto de Estudios Fiscales, Colaboración 14/09, Madrid, v. 8, p. 51-102, 2009.

BARRAZA et al. **Chile 2.0. El Desarrollo de Tres Sectores Clave del País y el Aporte de las TICs para Lograrlo**. 1ª ed., Santiago de Chile, Chile. Fundacion Chile, 2008, 121 p.

BONFIM, D. P. et al. **Nota fiscal eletrônica: uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual**. ConTexto, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 17-28, 1º semestre 2012.

CAMPOS, A. C. M. **Validade Jurídica e Eficácia Probatória do Documento Eletrônico**. In: **TRIBUTAÇÃO E PROCESSO**. São Paulo: Editora Noeses, 2007, pág. 50 – 75.

Centro de Estudios de La Economia Digital. Cámara do Comércio de Santiago. **Perspectivas de La Fatura Eletrônica em Chile**. 2002. disponível em: www.sii.cl/fatura_electronica/camara_comercio.pdf. Acesso em 28/08/2009.

CHILE. Servicio de Impuestos Internos. **Documentation Técnica del Sistema**. Disponível em: www.sii.cl/fatura_electronica/tecnica.htm. Acesso em: 28/10/2013.

CHILE. Servicio de Impuestos Internos. **Estatísticas sobre Fatura Electrônica**. Disponível em: www.sii.cl/portales/efatura/estadistic.htm. Acesso em: 01/10/2013.

CHILE. Servicio de Impuestos Internos. **Manual de Muestras Impresas**. Disponível em: www.sii.cl/fatura_electronica/manual_muestras_impresas.pdf. Acesso em: 01/10/2013.

CIAT – Centro Interamericano de Administraciones Tributárias. Resolución de la 43ª Asamblea General del CIAT. **Uma visão Moderna de La Administración Tributaria**. Santo Domingo – República Dominicana, 2009. Disponível em www.ciat.org. Acesso em: 13/04/2010.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Proposta nº 2013/0213 de Diretiva do Parlamento Europeu relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos**. 26/06/2013. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2013:0449:FIN:PT:PDF>. Acesso em 24/10/2013.

COSS, Fernando M. “Comprobación Fiscal en México” – Seminário Fatura Eletrônica do CIAT, Panamá – abril, 2013.

DGI – Dirección General Impositiva. **“Presentación Proyecto comprobante fiscal**

electrónico e-Fatura” - Encuentro Nacional de Gobierno Electrónico “La transformación en marcha” Noviembre, 2010, Disponível em: www.efatura.dgi.gub.uy. Acesso em 12/10/2013

DGI – Dirección General Impositiva. “**Modelos de los Principales Comprobantes**”. Disponível em: http://www.dgi.gub.uy/wdgi/page?2,principal,_Ampliacion,O,es,0,PAG;CONC;1240;1;D;los-comprobantes;15;PAG; Acesso em 12/10/2013

DGT - Dirección General de Tributación da Costa Rica. Disponível em www.haciendadigital.go.cr. Acessado em 15/10/2013

DIAN – Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales de Colômbia. Disponível em www.dian.gov.co. Acessado em 28/08/2012.

DIAN - Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales de Colômbia. “**Apresentação Fatura Eletrônica Colômbia**” no Taller Fatura Eletrônica del CIAT – Panamá 03 a 05 de abril de 2013.

EMARKETER. **Majority of Latin America Finally Becomes Web-Enabled**. Disponível em: <http://www.emarketer.com/Article/Majority-of-Latin-America-Finally-Becomes-Web-Enabled/1010246#fzf6qoQiF0ViQ8KM.99>. Acesso em 28/10/2013.

ENCAT – Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais. **Projeto Conceitual do Sistema NF-e**. Disponível em: http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/Projeto_Conceitual_Sistema_NFe_Versao_22_07_06.doc. Acessado em 09 de jan. 2009.

FERNANDEZ, Mario Augusto. **Faturación eletrônica, transformación tributaria y empresarial inteligente**. Lexington, 2010.

FONTANA, Caio F. **Metodologia para a Implantação dos Processos da Cadeia Logística Segura**. 2010, 185 f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2010.

FREITAS, Vinicius P. **Nota Fiscal Eletrônica reduz custos para o contribuinte?**, 2010, 142 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, Brasil, 2010.

JUNQUEIRA, Alvaro R. B. **Implementação de Projetos de Governo Eletrônico com Múltiplas Agências: uma análise dos fatores críticos de sucesso do projeto Nota Fiscal Eletrônica sob a ótica do PMBOK**. 2007, 232 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas – FGV, São Paulo, 2007.

KOCH, B. **Report 2013 – E-invoice/E-billing**. Billentis, 2013. Disponível em www.billentis.com. Acesso em 12/10/2013.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 19. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 175 p.

MELLO, N. O. et al. **New Technologies for Nota Fiscal Paulista (São Paulo tax Invoice): Automation of the Tax Documents Issue Process in the Retail of the State of São Paulo - Brasil.** In: 8th WSEAS International Conference on System Science and Simulation in Engineering (ICOSSE'09), 2009, Genova. Anais do 8th WSEAS International Conference on System Science and Simulation in Engineering. Genova : WSEAS Press, 2009.

MELLO, N. O. et al. **The Evolution of the Electronic Tax Documents in Latin America.** In: 8th WSEAS International Conference on System Science and Simulation in Engineering (ICOSSE'09), 2009. Genova : WSEAS Press, 2009.

MELLO, N. O. et al. **The Implementation of the Electronic Tax Documents in Brazil as a Tool to Fight Tax Evasion.** In: 13th WSEAS International Conference on SYSTEMS, 2009, Rodos. Anais do 13th WSEAS International Conference on SYSTEMS. Rodos : WSEAS Press, 2009.

MELLO, N. O. Nota Fiscal Eletrônica: **Consolidação de um novo paradigma na administração tributária Brasileira.** In: Direito Tributário Linguagem e Método. São Paulo: Editora Noeses, 2008. p. 741 – 772.

MELLO, N. O.; FONTANA, C. F.; DIAS, E. M. **The Impacts of Eletronic Invoice Implementation in Brazil.** In: 6º CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management, 2009, São Paulo. Anais do 6ºCONTECSI, 2009.

MELLO, N. O.; DIAS, E. M. **Electronic Invoice in Brazil: Use of Information Technology towards Data Security and Legal Validity of Electronic Tax Documents** In: 7º CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management, 2010, São Paulo. Anais do 7ºCONTECSI, 2010.

MELLO, N. O.; DIAS, E., MOTA, S. R. C. **ELECTRONIC TAX DOCUMENTS IN LATIN AMERICA - A COMPARATIVE ANALYSIS OF KEY TECHNOLOGICAL MODELS AND DEVELOPMENT STATUS OF THE PROJECTS** In: 8º CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management, 2011, São Paulo. Anais do 8ºCONTECSI, 2011. p. 1835 – 1851.

MELLO, N. O.; DIAS, E. M. **2nd GENERATION OF ELECTRONIC INVOICE IN BRAZIL - NEW PARADIGM BASED ON EVENTS** In: 9º CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management, 2012, São Paulo. Anais do 9ºCONTECSI, 2012.

MELLO, Newton O. **Coleção SPED Volume I – Programa Emissor Gratuito da NF-e.** 1ª edição, Editora IOB, São Paulo, 2010, 293 p.

MELLO, Newton O. **Coleção SPED Volume III – NF-e Nota Fiscal Eletrônica.** 1ª edição, Editora IOB, São Paulo, 2010, 368 p.

MELLO, Newton O. **Coleção SPED Volume V – CT-e Conhecimento de Transporte Eletrônico.** 1ª edição, Editora IOB, São Paulo, 2011. 360 P.

MIGUEL,P.A.C. **Estudo de Caso na Engenharia de Produção: Estruturação e**

Recomendações para sua Condução. Revista Produção, v. 17, n. 1, p. 216-229, Jan./Abr. 2007.

ODDO, Hernán J., LEIVA, Renato J. **Comercio, Faturas y Factoring Electrónico. Análisis de la ley nº 19.983.** 1ª ed. Editora LexisNexis, Santiago de Chile, Chile, 2008, p. 296.

PEREIRA, Sidinei A. et al. “**Governança Eletrônica na Administração Pública: Estudo de Caso sobre a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.**” In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade. 2008.

QUADROS, Martin. **Modelo Argentino de Fatura Eletrônica** – Seminário Fatura Eletrônica do CIAT, Panamá – abril, 2013.

RIAD, Alaa M., HASSAN. Ahmed E., HASSAN, Qusay F. Investigating Performance of XML Web Services in Real-Time Business Systems. Journal of Computer Science & Systems Biology – JCSB, v.2 (5), September-October, p. 266-271, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.141 p.

SARAN, J. E. P. **Obligaciones tributarias en medio digital: una revolución en las formas de control y de fiscalización en Brasil y en el estado de São Paulo**, Cuadernos de Formación. Instituto de Estudos Fiscales, Madrid, Colaboración 3/12, v. 14, p. 123 – 182, 2012.

SAT – Servicio de Administración tributaria del México. **Comprobantes Fiscales Digitales (faturación eletrônica).** Disponível em: www.sat.gob.mx/sitio_internet/e_sat/comprobantes_fiscales/default.asp. Acesso em 28/08/2009.

SAT – Servicio de Administración tributaria del México. **La fatura eletrônica en el contexto mundial.** Política Digital, 2011. Disponível em: <http://www.politicadigital.com.mx/?P=leernoticiaprint&Article=20866>. Acesso em 25/10/2013.

SAT – Servicio de Administración tributaria del México. **Estatísticas.** Disponível em: www.sat.gob.mx/sitio_internet/e_sat/comprobantes_fiscales/15_6562.html. Acesso em 25/10/2013.

SAT – Superintendencia de Administracion Tributaria de Guatemala. **Fatura Electronica.** disponível em: <http://portal.sat.gob.gt/sitio/index.php/institucion/noticias/32-tributarias/7522-faturaelectra.html>. Acessado em 10/01/2011.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** Tradução de Dante Moreira Leite. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 674 p.

SRI – Servicio de Rentas Internas. “**Nuevo Hito Institucional Faturación Eletrônica**”, disponível em: <http://www.sri.gob.ec/DocumentosAlfrescoPortlet/descargar/ff6e2d59-bb39->

41eb-919f-04df51b97bbb/FATURACION+ELECTRONICA+RP+31+01+2013.pdf. Acesso em: 25/10/2013

SPINA, Carlos E., GIMENEZ, Enrique M., SCALETTA, Ruben A. **Fatura Electrónica**. 3ª ed. Editora Osmar D. Buyatti, Buenos Aires, Argentina, 2011, 232 p.

SRI – Servicio de Rentas Internas. “**Manual de usuario, catálogo y especificaciones técnicas “Emisión de Comprobantes Electrónicos” versão 1.3**”, disponível em: www.sri.gob.ec Acesso em: 25/10/2013

TORRES, Tomás, DUFAUR, Rodrigo. **Apresentação FEI** - Taller Fatura Eletrônica CIAT Panamá – 03 a 05 de abril de 2013.

APÊNDICE A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

San Pablo – Brazil 08 de julio 2011

Asunto: Solicitación de Visita e Entrevistas para Investigación Académica de Alumno de Doctorado de la Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Brasil)

Estimada Señora Gisella Cuentas Pardo
Líder Proyecto Factura Electrónica
Superintendencia Nacional de Administración Tributaria – SUNAT PERU

Aclaremos inicialmente que el Sr. Newton Oller de Mello es alumno regular del Programa de Doctorado de la Escuela Politécnica de la Universidad de São Paulo (USP), en Brasil. Su tesis tiene como objeto comparar los modelos y proyectos de documentos fiscales electrónicos en América latina y el analice de sus impactos para las cadenas logísticas.

Para que esta investigación académica alcance sus objetivos, una de las etapas básicas es la realización de entrevistas con las personas de la Superintendencia de Administración Tributaria, responsables por la implantación de los proyectos fiscales de documentos electrónicos en los países más avanzados de Latinoamérica en este tema.

Con eso, quisiéramos solicitar su contribución para que el Sr. Newton Oller de Mello pueda hacer una entrevista con los siguientes representantes de Superintendencia Nacional de Administración Tributaria – SUNAT de su país: 1. el responsable por la implantación del proyecto de factura electrónica e 2. el responsable por la área de Fiscalización de Tributos y/o un Inspector/ Auditor Fiscal que efectivamente haga uso de información con origen en la factura electrónica para las actividades de fiscalización de tributos.

Como propuesta, se le parece bien, la visita podría ocurrir en su oficina en Lima - Peru en lo día 22 de Julio de 2011, en el horario más conveniente para usted.

Informamos que toda la información recogida en las entrevistas será únicamente utilizada para fines académicos en el doctorado de la Escuela Politécnica de la USP. Asimismo, los resultados y conclusiones del trabajo le serán enviados al final de la investigación.

Cualquier información o clarificación adicional que necesite puede ser obtenida por los emails: gacsi@pea.usp.br o Newton.oller@gmail.com .

Le agradecemos por su tiempo y consideración.

Atentamente,

Ms. Eng. Newton Oller de Mello
Alumno de Doctorado

Prof. Dr. Eng. Eduardo Mário Dias
Orientador

APÊNDICE B – MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Líder do Projeto

1. Identificação
 - a. Qual é seu cargo, formação e há quantos anos trabalha no SII?
 - b. Que outras posições ocupou no SII?
 - c. Como foi o processo de sua indicação para Liderar o Projeto?

2. Histórico do Projeto
 - a. Como teve início o projeto de Fatura Electronica no Chile?
 - b. Quais foram às motivações?
 - c. O projeto do Chile é baseado ou inspirado na experiência de algum país?
 - d. Onde surgiu a idéia (área, pessoa)?

3. Antecedentes
 - a. Certificação Digital
 - i. A legislação e o projeto de Certificação Digital antecedeu ao projeto Fatura Electrônica? A Fatura Electronica motivou o desenvolvimento da Certificação Digital?
 - ii. Como foi o histórico do projeto de Certificação Digital no Chile?
 - iii. Quais foram às motivações da Certificação Digital no Chile?
 - iv. Onde surgiu a idéia (área, pessoa) da Certificação Digital?
 - v. O projeto de certificação digital no Chile é baseado ou inspirado na experiência de algum país?
 - vi. Como é a estrutura de certificação digital no Chile?
 - vii. A fatura electronica ajudou na disseminação da certificação digital no Chile e no seu uso no seu dia-a-dia das empresas?
 - b. XML e Web Services
 - i. O formato XML e a tecnologia web service já eram utilizados por algum projeto do SII antes da Fatura Electronica?
 - ii. Quais os motivos da escolha destes padrões para a Fatura Electronica?
 - c. Legislação Fatura Electrônica

i. Houve a necessidade de aprovar alguma legislação antes do início do projeto da Fatura Electronica ou as normas necessárias foram aprovadas ao longo do desenvolvimento do projeto?

4. Estratégia de Implementação

a. Qual foi a estratégia de implementação adotada no projeto?

b. Como foi a montagem da equipe do SII para o projeto? Quantos funcionários e de que áreas?

c. Os funcionários foram dedicados em tempo integral ou parcial ao projeto?

d. Qual a área do SII ficou responsável pela liderança do projeto?

e. Como se deu a participação da iniciativa privada no projeto? Participaram apenas Contribuintes ou também as empresas de tecnologia?

f. Como se lidou com o risco de que alguma empresa de tecnologia pudesse ser considerada privilegiada por participar do projeto?

g. Na partida foi feito um planejamento formal e definido um cronograma de projeto? Ou o planejamento e cronograma foram sendo ajustados à medida que o projeto amadurecia?

h. Qual foi o cronograma adotado e como se deu a definição das etapas do projeto?

i. Quais foram as principais fases do projeto?

j. O apoio da alta administração do SII foi importante para o projeto? Quem era o principal motivador do projeto no SII?

k. Ao iniciar o projeto foram estabelecidas as premissas que o modelo de Fatura Electronica deveria atender? Quais foram essas premissas? Alguma dessas premissas se modificou ao longo do projeto (alterada ou excluída)? Foi incluída alguma premissa nova?

l. Houve uma estratégia ou plano de comunicação estabelecido para a divulgação do projeto da Fatura Electronica para as empresas e para os funcionários do SII?

m. Foi criado algum tipo de logotipo ou slogan para a fatura electronica? Como foi este processo e qual a sua importância?

n. Como foi recebido o projeto de fatura electronica pelas empresas e a sociedade? Algum setor se posicionou contra?

o. Como foi o treinamento dos auditores fiscais e outros funcionários do SII sobre a fatura electronica?

5. Benefícios da Fatura Electronica

a. Quais os benefícios da fatura electronica para:

- i. Empresas
 - ii. SII
 - iii. Contadores
 - iv. Sociedade
 - v. Governo
- b. Houve aumento da arrecadação de imposto com a Fatura Electronica? Qual foi o percentual e como foi feita a medição?
- c. Há algum estudo sobre a redução de custos para as empresas com a Fatura electronica?
- d. Houve a simplificação de obrigações acessórias ou de procedimentos tributários para as empresas que utilizam fatura electronica?
- e. A fatura electronica contribuiu para o desenvolvimento do comércio eletrônico no Chile?
- f. As empresas tem adotado a fatura electronica para fazer integração eletrônica de seus processos de logística?
- g. Quais os impactos da utilização da fatura electronica na integração de cadeias?
- h. As empresas emissoras de fatura electronica passam a exigir de seus fornecedores a fatura electronica?
6. Fatores Críticos de Sucesso
- a. Quais foram os fatores críticos de sucesso do projeto?
- b. Você considera que estes mesmos fatores sejam necessários para o sucesso de qualquer projeto do SII, ou sejam específicos para o caso da Fatura Electronica?
7. Modelo Operacional
- a. Quais tipos de documentos fiscais em papel a Fatura Electronica substitui?
- b. Como funciona o modelo de Fatura Electrônica?
- c. Para a construção do modelo de Fatura Electronica foi feito uma revisão de processo com a otimização das etapas de emissão de fatura ou foi mantido ao máximo um modelo parecido com a operação em papel? Porque foi adotada esta estratégia?
- d. Como é o processo de credenciamento para emitir fatura electronica? Quais são as etapas?
- e. Há um credenciamento de provedores de solução? É feita a homologação pelo SII de sistemas de fatura electronica de provedores de solução?
- f. A adesão a fatura electronica é voluntária ou obrigatória?

- g. Quais são os estímulos ou benefícios para que a empresa se motive a aderir a Fatura Electronica?
- h. Há intenção de passar a obrigar determinados contribuintes ou setores a utilizar a fatura electronica? Porque?
- i. É obrigatória a realização de testes prévios? Quais são os testes obrigatórios para ser autorizado como emissor?
- j. A empresa emissora de Fatura Electronica pode emitir também documentos fiscais em papel ou somente fatura electronica?
- k. A empresa emissora de fatura electronica pode desistir de ser emissora?
- l. A empresa emissora de fatura electronica é obrigada a ser também uma receptora de fatura electronica? Como o SII verifica que a empresa é uma receptora de fatura electronica?
- m. A empresa emissora é obrigada a enviar o arquivo eletrônico da fatura ao cliente? Qual o formato estabelecido pelo SII para este envio?
- n. Como o SII verifica se a empresa emissora está enviando os arquivos eletrônicos de suas faturas electronicas aos clientes? Qual são as penalidades se não for enviado?
- o. Como a empresa pode emitir faturas se houver um problema com seu sistema, com a Internet ou com o sistema do SII? Existem alternativas de contingência? É obrigatório comunicar com SII antes de entrar em contingência?
- p. Como é o processo de validação de uma fatura electronica?
- q. Na validação da fatura electronica verificam somente aspectos de estrutura e forma ou também são feitas verificações sobre o cálculo do imposto e regras de preenchimento? Porquê?
- r. Quais são os retornos possíveis do SII sobre uma fatura electronica enviada para validação?
- s. É necessário o retorno da validação do SII para imprimir a fatura electronica e sair com a mercadoria? Porquê?
- t. Todas as informações da fatura electronica devem ser impressas no papel que acompanha o transporte da mercadoria?
- u. O papel impresso da fatura electronica que acompanha a mercadoria tem o mesmo valor legal que o arquivo eletrônico?
- v. Podem ser incluídas a mão no papel da fatura electronica informações que não constem do arquivo da fatura electronica?
- w. Para que serve o código de barras impresso no documento auxiliar em papel da fatura electronica? Porque foi adotado um código de barras bidimensional?

- x. O cliente tem como consultar a fatura electronica que recebeu do vendedor junto ao SII? Ele é obrigado a fazer esta consulta para receber as mercadorias?
- y. Como foi o processo da utilização da fatura Electronica como título de crédito executivo?
- z. A fatura electronica deve ser guardada pelo emissor e recebedor apesar de já estar em poder do SII? Por quanto tempo deve fazer esta guarda?
- aa. A empresa pode cancelar uma fatura electronica emitida? Existe algum prazo ou condição para efetuar este cancelamento?
- bb. É obrigatório que a empresa recebedora de fatura electronica confirme que recebeu a fatura? Como se dá esta confirmação?

8. Leiaute Fatura Electronica

- a. Quantos campos existem no leiaute da Fatura Electronica e como foram definidos?
- b. O número de campos é maior ou menor do que na fatura em papel? Porquê?
- c. Existem campos obrigatórios e campos opcionais? Qual a proporção?
- d. Os campos opcionais que não tenham valor a ser declarado tem que ser incluídos no arquivo da fatura electronica?
- e. O leiaute da fatura electronica incorpora também campos de interesse comercial apenas para as empresas?
- f. Como são feitas as alterações e ajustes do leiaute?
- g. Existe atualmente um procedimento para as empresas fazerem sugestões de modificação do leiaute?
- h. A quem cabe iniciar o processo de alteração do leiaute da fatura electronica?
- i. Como é publicada a documentação técnica e os leiautes da fatura electronica?

9. Pequenas e Médias empresas

- a. O modelo de fatura electronica para pequenas e médias empresas é o mesmo ou diferente? Porquê?
- b. Porque motivo o SII optou por desenvolver uma solução de fatura electronica para as PYMES?
- c. O sistema de fatura electronica do SII para PYMES é de uso obrigatório ou a empresa pode optar por adquirir uma solução de mercado?
- d. Quais os motivos da escolha de uma solução PYME on line (web)? Porque não se optou pela disponibilização de um software offline?

- e. Uma PYME que utilize o sistema de fatura electrónica disponibilizado pelo SII também deve fazer testes para ser autorizado a emitir fatura electrónica?
- f. As PYMEs tem algum tipo de incentivo adicional para aderir a fatura electrónica?

10. Gestão e Suporte

- a. Como está hoje à gestão da Fatura Electronica no SII?
- b. Há uma separação clara entre o projeto e a operação do dia-a-dia?
- c. Como são feitas as demandas de melhorias na fatura electrónica? Quem aprova ou prioriza estas demandas?
- d. A que área ou departamento está vinculada a gestão da Fatura Electronica? Porquê?
- e. Qual a estrutura atual da área responsável pela gestão da fatura electrónica?
- f. Existe suporte 24x7 para a Fatura Electronica? Como é feito este suporte (telefone, email, etc.)?
- g. Existe URA da Fatura Electronica?
- h. Existe suporte para a implantação da Fatura Electronica ou apenas de operação?
- i. Como é feito o dimensionamento do suporte em face ao crescimento do uso da Fatura Electronica?

11. Tecnologia

- a. Quais os padrões de tecnologia adotados na fatura electrónica?
- b. Estes padrões tecnológicos já eram utilizados e dominados pelo SII antes do projeto da fatura electrónica?
- c. Qual o tamanho médio do arquivo da fatura electrónica?
- d. É possível o envio da fatura electrónica em lote? Qual o número máximo de faturas electrónicas por lote? Existe um tamanho máximo do arquivo eletrónico do lote?
- e. Se uma fatura electrónica de um lote for rejeitada todas as faturas daquele lote também serão rejeitadas?
- f. Cada Fatura electrónica possui uma assinatura digital ou é possível assinar apenas o lote de faturas electrónicas?
- g. É possível que a assinatura do lote seja feita pelo provedor de solução de fatura electrónica e não pela empresa emissora?
- h. Qual a topologia de servidores adotada para a recepção e processamento das faturas electrónicas?

- i. O SII utiliza algum sistema de mensageria de mercado para processar as faturas electronicas?
- j. Quanto tempo demora para o SII autorizar uma fatura electronica? Existe um nível de serviço estabelecido na legislação?
- k. Qual o percentual de disponibilidade do serviço de autorização de fatura electronica do SII? Existe um percentual mínimo estabelecido na legislação?
- l. O SII realiza paradas de manutenção programada do sistema de autorização de faturas electronicas? Qual a periodicidade destas paradas e como é feita a sua comunicação aos contribuintes?
- m. Qual a topologia dos servidores do SII para recepção e processamento de faturas electronicas?
- n. Qual o banco de dados e tecnologia de software adotado pelo SII no sistema de Fatura electronica?
- o. Existe redundância de servidores e de redes do SII para garantir alta disponibilidade de serviços?
- p. Como é feita a escalabilidade dos servidores em função da demanda de processamento da fatura electronica?
- q. Como foi feito o dimensionamento da infraestrutura de servidores e de rede para suportar a Fatura Electronica?
- r. Existe algum tipo de web service que possibilite ao contribuinte monitorar o status da disponibilidade do sistema de autorização do SII?
- s. O contribuinte pode fazer download de suas faturas electronicas do site do SII? Existe algum tipo de regra estabelecida para controlar este download?
- t. Qual a estratégia de segurança adotada para evitar ataques de hackers ao sistema de autorização de fatura electronica?
- u. Como é feito o armazenamento das faturas electronicas no SII? Por quanto tempo é feito este armazenamento?

12. Uso da Informação e Fiscalização

- a. Como são disponibilizados os arquivos das faturas electronicas para os auditores fiscais?
- b. Qual tipo de controle é efetuado para o acesso às informações de faturas eletrônicas pelos auditores fiscais?

- c. Existem ferramentas desenvolvidas para o cruzamento eletrônico das informações das faturas eletrônicas entre as empresas?
- d. Existem ferramentas desenvolvidas para o cruzamento eletrônico das informações das faturas eletrônicas com outras informações que o SII disponha?
- e. O planejamento da fiscalização das empresas já é efetuado com base nas informações de fatura eletrônica?
- f. As empresas já são monitoradas e comparadas com base em indicadores de suas faturas eletrônicas?
- g. Os auditores fiscais podem associar informações eletrônicas às faturas eletrônicas em fiscalizações de trânsito de mercadorias?
- h. O SII utiliza ferramenta de datamining para as faturas eletrônicas? Qual é esta ferramenta?
- i. Como se dá o trabalho da fiscalização com base na fatura eletrônica?
- j. Na autuação de empresas, as faturas eletrônicas já são utilizadas como prova eletrônica das infrações cometidas ou devem ser juntadas cópias em papel?
- k. Todos os sistemas de fiscalização já estão integrados com a Fatura Eletrônica?
- l. Como é a fiscalização de empresas onde parte das informações é em papel e outra já é fatura eletrônica? Quais são os desafios e as dificuldades?
- m. As declarações das empresas que estão na fatura eletrônica continuam a ser feitas pelas empresas ou o SII é quem calcula e a empresa apenas confirma ou faz ajustes das informações das declarações?
- n. A fatura eletrônica facilitou o trabalho da fiscalização?
- o. Qual foi a reação dos auditores fiscais à implantação da fatura eletrônica?
- p. A fatura eletrônica aumentou a produtividade da fiscalização? Há alguma estatística de quanto foi o ganho?
- q. A fiscalização recebeu novos computadores e equipamentos específicos (leitor de código de barras) para trabalhar com a fatura eletrônica?

13. Legislação

- a. Qual a legislação base da certificação digital no Chile?
- b. Qual a legislação base da fatura eletrônica no Chile?

14. Estatísticas

- a. Quantas empresas estão hoje na fatura electrónica? Quais são os setores com maior percentual?
- b. A taxa de inclusão de empresas na fatura eletrônica tem crescido? A que atribui este resultado?
- c. Qual o volume médio diário de autorização de fatura eletrônica? Qual o volume de pico?
- d. A interesse do SII de que todas as empresas sejam emissoras de fatura eletrônica? Qual a previsão para que isto ocorra?

15. Marcos e Obstáculos

- a. Quais foram, a seu ver, os principais marcos do projeto?
- b. Quais foram os principais obstáculos que tiveram que ser superados para a implantação da fatura eletrônica?
- c. Quais são os principais erros cometidos pelas empresas na implantação da fatura electrónica?

16. Próximos passos do Projeto e Desafios

- a. Quais são os novos passos do projeto?
- b. Quais são os desafios da fatura electrónica para o futuro?
- c. Quais são os eventuais riscos do projeto da fatura electrónica para o futuro?
- d. Como está a integração da Fatura Eletrônica com outros projetos do SII e da Fiscalização?
- e. Como é a integração da fatura electrónica com os livros de compra e venda e os livros contábeis?
- f. Há algum projeto de integração das informações das Faturas Eletrônicas com informações do rastreamento de cargas e veículos?
- g. Existem projetos similares de fatura eletrônica em outros países da América Latina como Argentina, Brasil, México e Guatemala. Você acredita que seja possível uma padronização dos projetos para o intercâmbio de informações de faturas eletrônicas entre os países latinoamericanos? Como este intercâmbio poderia ocorrer?

17. Melhorias

- a. Se você pudesse voltar o tempo, com o conhecimento atual, o que faria diferente no projeto da fatura electrónica?

- b. Quais as melhorias que gostaria de ver implementadas na fatura electronica? Quais são as dificuldades de sua implementação?

APÊNDICE C – RELAÇÃO DE ENTREVISTAS REALIZADAS

#	Pais	LOCAL	DATA	ENTREVISTADO - CARGO	EMPRESA/ENTIDADE	Arquivo	Minutos	ANEXO TESE
E1	Chile	Santiago	02/08/2010	Marcela Lacoste - Chefe do escritório "Informativa e Negócios"; Hector Soto - Chefe Escritório Fiscalização Fatura Eletrônica	Servicio Impuestos Internos -SII	WS400005	24	C
E2	Chile	Santiago	02/08/2010	Marcela Lacoste - Chefe do escritório "Informativa e Negócios";	Servicio Impuestos Internos -SII	WS400006	3	C
E3	Chile	Santiago	02/08/2010	Marcela Lacoste - Chefe do escritório "Informativa e Negócios";	Servicio Impuestos Internos -SII	WS400007	116	C
E4	Chile	Santiago	02/08/2010	Hector Soto - Chefe Escritório Fiscalização Fatura Eletrônica	Servicio Impuestos Internos -SII	WS400008	124	C
E5	Chile	Santiago	03/08/2010	Marcela Lacoste - Chefe do escritório "Informativa e Negócios"; Hector Soto - Chefe Escritório Fiscalização Fatura Eletrônica	Servicio Impuestos Internos -SII	WS400009	59	C
E6	Chile	Santiago	03/08/2010	Marcela Lacoste - Chefe do escritório "Informativa e Negócios"; Hector Soto - Chefe Escritório Fiscalização Fatura Eletrônica	Servicio Impuestos Internos -SII	WS400010	7	C
E7	Chile	Santiago	05/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Holding de Empresas do Setor de Varejo	WS400011	75	ND
E8	Chile	Santiago	05/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS400012	11	ND
E9	Chile	Santiago	05/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS400013	79	ND
E10	Chile	Santiago	05/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS400014	2	ND
E11	Chile	Santiago	05/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS400015	36	ND
E12	Chile	Santiago	05/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS400016	19	ND
E13	Chile	Santiago	06/08/2010	Marcela Lacoste - Chefe do escritório "Informativa e Negócios"; Hector Soto - Chefe Escritório Fiscalização Fatura Eletrônica	Servicio Impuestos Internos -SII	WS400017	26	C
E14	Chile	Santiago	06/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS400018	6	ND
E15	Chile	Santiago	06/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Rede de Hipermercados	WS400019	10	ND
E16	Chile	Santiago	06/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Rede de Hipermercados	WS400020	16	ND
E17	México	Cidade do México	09/08/2010	Fernando Martínez Coss - Administrador de Operação de Canais de Serviços Tributários ao Contribuinte; Cesar Peralaz - Administrador de Serviços Tributários ao Contribuinte;	Servicio de Administración Tributaria - SAT	WS400021	57	E
E18	México	Cidade do México	09/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Rede de Hipermercados	WS400022	62	ND
E19	México	Cidade do México	09/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS400023	17	ND
E20	México	Cidade do México	09/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS400024	63	ND

#	Pais	LOCAL	DATA	ENTREVISTADO - CARGO	EMPRESA/ENTIDADE	Arquivo	Minutos	ANEXO TESE
E21	México	Cidade do México	09/08/2010	Fernando Martinez Coss - Administrador de Operação de Canais de Serviços Tributários ao Contribuinte; Cesar Peralaz - Administrador de Serviços Tributários ao Contribuinte;	Servicio de Administración Tributaria - SAT	WS4000025	62	E
E22	México	Cidade do México	09/08/2010	Baltazar Rodrigues - Tecnologia da Informação;	Servicio de Administración Tributaria - SAT	WS4000026	65	ND
E23	México	Cidade do México	09/08/2010	Carlos Garza Cantú Aguirre - Administrador Geral de Serviços ao Contribuinte	Servicio de Administración Tributaria - SAT	WS4000027	114	ND
E24	México	Cidade do México	09/08/2010	Carlos Garza Cantú Aguirre - Administrador Geral de Serviços ao Contribuinte	Servicio de Administración Tributaria - SAT	WS4000028	3	ND
E25	México	Cidade do México	10/08/2010	Luiz Naranjo Espinoza, administrador central de normatização, Auditoria Fiscal Federal; Samuel Magaña, administrador de normatização, Auditoria Fiscal Federal;	Servicio de Administración Tributaria - SAT	WS4000029	41	ND
E26	México	Cidade do México	10/08/2010	Luiz Naranjo Espinoza, administrador central de normatização, Auditoria Fiscal Federal; Samuel Magaña, administrador de normatização, Auditoria Fiscal Federal;	Servicio de Administración Tributaria - SAT	WS4000030	41	ND
E27	México	Cidade do México	10/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa do Setor de Petróleo	WS4000031	102	ND
E28	México	Cidade do México	10/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS4000032	95	ND
E29	Guatemala	Cidade da Guatemala	11/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS4000033	106	ND
E30	Guatemala	Cidade da Guatemala	11/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS4000034	37	ND
E31	Guatemala	Cidade da Guatemala	11/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS4000035	68	ND
E32	Guatemala	Cidade da Guatemala	12/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Varejista de Eletroeletrônicos	WS4000036	28	ND
E33	Guatemala	Cidade da Guatemala	12/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS4000037	50	ND
E34	Guatemala	Cidade da Guatemala	12/08/2010	Leonel Jimenez - responsável de faturação eletrônica	Superintendencia de Administración Tributaria - SAT	WS4000038	111	D
E35	Guatemala	Cidade da Guatemala	12/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS4000039	26	ND
E36	Guatemala	Cidade da Guatemala	13/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa de Gestão Imobiliária	WS4000040	45	ND
E37	Guatemala	Cidade da Guatemala	13/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa de Gestão Imobiliária	WS4000041	14	ND
E38	Guatemala	Cidade da Guatemala	13/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa de Gestão Imobiliária	WS4000042	3	ND
E39	Guatemala	Cidade da Guatemala	13/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS4000043	2	ND
E40	Guatemala	Cidade da Guatemala	13/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Provedora de Solução	WS4000044	15	ND
E41	Guatemala	Cidade da Guatemala	13/08/2010	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Importadora de Veículos	WS4000045	12	ND
E42	Brasil - Bahia	Salvador	21/02/2011	Eudaldo Almeida de Jesus, coordenador geral do ENCAT	Secretaria da Fazenda Bahia	WS4000051	21	B
E43	Brasil - Bahia	Salvador	21/02/2011	Eudaldo Almeida de Jesus, coordenador geral do ENCAT	Secretaria da Fazenda Bahia	WS4000052	122	B

#	País	LOCAL	DATA	ENTREVISTADO - CARGO	EMPRESA/ENTIDADE	Arquivo	Minutos	ANEXO TESE
E44	Brasil - Bahia	Salvador	22/02/2011	Jadson Bitencourt Andrade Oliveira- Tecnologia da Informação	Secretaria da Fazenda Bahia	WS400053	84	ND
E45	Brasil - Bahia	Salvador	22/02/2011	Álvaro Antonio Bahia - Coordenador Técnico ENCAT - Líder Nacional NF-e	Secretaria da Fazenda Bahia	WS400054	12	B
E46	Brasil - Bahia	Salvador	22/02/2011	Álvaro Antonio Bahia - Coordenador Técnico ENCAT - Líder Nacional NF-e	Secretaria da Fazenda Bahia	WS400055	11	B
E47	Brasil - Bahia	Salvador	22/02/2011	Álvaro Antonio Bahia - Coordenador Técnico ENCAT - Líder Nacional NF-e	Secretaria da Fazenda Bahia	WS400056	37	B
E48	Brasil - Bahia	Salvador	22/02/2011	Álvaro Antonio Bahia - Coordenador Técnico ENCAT - Líder Nacional NF-e	Secretaria da Fazenda Bahia	WS400057	25	B
E49	Brasil - Bahia	Salvador	22/02/2011	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa do Setor de Petróleo	WS400059	99	ND
E50	Brasil - Bahia	Salvador	23/02/2011	João Marilto Aguilier Dantas - Fiscalização	Secretaria da Fazenda Bahia	WS400060	54	ND
E51	Brasil - Rio Grande do Sul	Porto Alegre	25/03/2011	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa do Setor Metalúrgico	WS400062	60	ND
E52	Brasil - Rio Grande do Sul	Porto Alegre	25/03/2011	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Empresa Distribuidora de Medicamentos	WS400063	47	ND
E53	Brasil - Rio Grande do Sul	Porto Alegre	25/03/2011	Fernando Alt - Responsável TI do Projeto NF-e	Empresa de Processamento de Dados do RS - PROCERGS	WS400064	67	ND
E54	Brasil - Rio Grande do Sul	Porto Alegre	25/03/2011	Vinícius Pimentel de Freitas - Líder Projeto NF-e	Secretaria da Fazenda do RS	WS400065	46	B
E55	Brasil - Rio Grande do Sul	Porto Alegre	25/03/2011	Vinícius Pimentel de Freitas - Líder Projeto NF-e	Secretaria da Fazenda do RS	WS400067	31	B
E56	Brasil - Rio Grande do Sul	Porto Alegre	25/03/2011	Ricardo Neves Pereira - Subsecretário Receita Estadual	Secretaria da Fazenda do RS	WS400068	2	ND
E57	Brasil - Rio Grande do Sul	Porto Alegre	25/03/2011	Ricardo Neves Pereira - Subsecretário Receita Estadual	Secretaria da Fazenda do RS	WS400069	12	ND
E58	Peru	Lima	21/07/2011	Gisella Cuentas - Líder do Projeto de Fatura Eletrônica	Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	WS400072	3	F
E59	Peru	Lima	21/07/2011	Gisella Cuentas - Líder do Projeto de Fatura Eletrônica	Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	WS400073	7	F
E60	Peru	Lima	21/07/2011	Gisella Cuentas - Líder do Projeto de Fatura Eletrônica	Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	WS400074	13	F
E61	Peru	Lima	21/07/2011	Gisella Cuentas - Líder do Projeto de Fatura Eletrônica	Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	WS400075	15	F
E62	Peru	Lima	22/07/2011	Raul Patrício - área de Intendência Nacional de Cumprimento Tributário	Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	WS400077	22	ND
E63	Peru	Lima	22/07/2011	NÃO AUTORIZADA A DIVULGAÇÃO	Rede de Hipermercados	WS400079	69	ND

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: ARGENTINA

Arquivo 702_002.WMA

Tempo: 00:00 – 00:19:16

Entrevistado 1 (E1) (Martín Cuadros de AFIP)

N (Newton)

N: Então, entrevista com o senhor Martín Cuadros de AFIP, sexta-feira. Martín, qual é a sua posição na administração tributária da Argentina?

E1: Sou, digamos, estou a cargo do departamento de informática e fiscalização. Fico com a parte de desenvolvimento, sim, pertencço à (palavra não compreendida 00:00:27) Informática e Fiscalização. Nossa (palavra não compreendida 00:00:30) como todas as informáticas no Brasil têm uma parte de desenvolvimento e uma parte de homologação, sim, na nossa estrutura em particular tem a área de homologação que é Alexandra, não tem nível de departamento e nem tem um nível de edição mas, é por tema digamos histórico, estamos tratando para que aumentem a estrutura. Mas, um pouco mais além no organograma a realidade é que nós fazemos os desenvolvimentos e temos a homologação (Nuestra Equa) seria a de (palavra não compreendida 00:01:00) que prova para nós os sistemas e depois os passamos para a homologação do usuário que neste caso é Javier e quando veem que são de áreas definidas...

N: Na área de negócios

E1: Sim, Javier está na direção de programas sem normas de fiscalização e onde se ditam as soluções gerais, digamos, seria uma área entre contadores e advogados. E aqui temos todos, pessoas de sistemas, analistas, (palavra não compreendida 00:01:26) engenheiros

N: Ok, temos também a presença de Carlos, você é programador, isto, da fatura eletrônica, de sistemas de fiscalização, isto?

E2: Sim

N: Ok, Martín, quando começou o projeto de fatura eletrônica na Argentina? Qual tem sido a motivação principal de ter uma fatura eletrônica? Como foi isso, o processo do projeto e qual tem sido a sua participação no projeto?

E1: A fatura eletrônica começou, aqui começou no ano de 2006 e foi de comum acordo das empresas grandes, sim as telefônicas principalmente, e que impulsionaram um pouco também

o conceito de fatura eletrônica, a AFIP acompanhou essa necessidade, eles queriam começar a agilizar um pouco seu processo de negocio e já se falava do tema na região, no mundo, mas não havia nenhuma implementação e no ano de 2006 começou a trabalhar, digamos, e fizeram uma versão inicial que era uma aplicação em Visual Basic, sim, que era entregue aos contribuintes, neste caso as empresas de telefonia, e eles que faziam com seus sistemas “ELEASIS” (00:02:43), baixava informação em um arquivo plano de texto, “subiam”(00:02:48) este aplicativos e depois este aplicativo lhes gerava um arquivo criptografado que o apresentavam na AFIP como uma declaração juramentada, digamos que fizeram na AFIP do ano 2000, esta parte existe...

N: Mas, era um arquivo por fatura ou era um arquivo mensal.

E1: Era um arquivo nem mesmo mensal, eles o mandam quando eles querem e incluem não me lembro o limite de fatura pois são muitíssimas pois é um arquivo de texto e se processa diferidamente, é, te conto como é o processo: eles têm, suponhamos, 50 mil faturas para fazer, então geram o arquivo o “sobem” (00:03:31) num aplicativo no computador, este é o método mais velho e pré-histórico que temos de fatura mas que ainda existe. Eu lanço na apresentação, comentei isso porque como está vigente...

N: Sim, sim

E1: ... tenho que contar. E o “sobem” no aplicativo, e o aplicativo digamos tem regra de consistência para ver que o registro cumpra as condições de longitude, os campos que sejam numéricos ou alfanuméricos, ou seja, esse é um processo local no computador, no cliente, do Visual Basic e se tudo está certo já geram uma declaração juramentada, o que que é isso, um arquivo único, compactado com tal informação e cifrado. Isso é um esquema comum que usa a AFIP para tudo o que seja apresentação ou declaração juramentada que se fazem através de aplicativos e por isso como foi a primeira apresentação se usou o que já se tinha como, digamos como...

N: Infraestrutura

E1: ... como infraestrutura, tudo o que o sistema de declaração juramentada (palavra não compreendida 00:04:31) da AFIP é, digamos, creio que este é o sistema que mais, a nível de arquitetura, é o que mais (expressão não compreendida 00:04:37) para você ter uma ideia, sabíamos que não podíamos falhar aí, ou seja, iríamos poder captar a informação sem nenhum problema, a declaração juramentada seria pesada pois, os clientes a podiam transmitir e nós podíamos recebê-la. Uma que eles, neste sistema de apresentação de declaração juramentada, dizem bem, vai uma apresentação de fatura do período seis de 2010, bem 2006 naquele momento.

N: Sim, sim.

E1: (palavra não compreendida 00:05:06) a apresentação? Digamos, há o sistema de declarações juramentadas, o deixam em posição e nós tínhamos um processo “VAT” que (palavra não compreendida 00:05:18) e se há algo para consumir o consumem, em todos os casos os empacota e aí começamos a validar registro por registro e começar a criar as tabelas, na AFIP se aceita. Uma que tenho tudo (palavra não compreendida 00:05:31) nas tabelas que passou na avaliação de negócio se (palavra não compreendida 00:05:36) a cálculos e isso que Javier vai ser mais específico sobre o que se faz e o que não se faz aí (palavra não compreendida 00:05:42) cada fatura nós a “regamos” o código de autorização eletrônico que é o CAE, neste esquema, é assinado o código de autorização eletrônico e depois este mesmo lote de registros, publica-se uma janelinha eletrônica que é um serviço para que o telefônico, neste caso o contribuinte, entre mais tarde, porque isto não é online é diferido. A realidade é que hoje o colocam e entre dez ou quinze minutos já está disponível a resposta, mas têm que entrar em um serviço web com sua senha fiscal...

N: Sim e fazer um download.

E1: E fazer um download do arquivo e com este arquivo o reportam ao sistema “ELEASIS” e já se igualam o número de autorização.

N: E este número de autorização do CAE vai impresso na fatura.

E1: Vai impresso na fatura.

N: Seria uma fatura em papel então?

E1: Sim.

N: . Se mantém a fatura em papel.

E1: . Sim, principalmente, por exemplo, agora, de dois anos esta parte, “Mobilstar” é a empresa de celulares e telefônica argentina, não, e varia o pessoal, todas as empresas de celulares te oferecem e não te mandam a fatura em papel e a mandam para você pelos correios, então você opta, mas naquele momento, você viu que é difícil, a gente pensa em erradicar o papel, é nosso objetivo, como é nosso objetivo o de fatura eletrônica, então digamos sempre o tema é papel, o tema é ecologia, mas custa erradicar o papel, custa. Hoje, para mim ao menos chegam sistemas de cabos que , digamos, os agentes de, as empresas de televisão (palavra não compreendida 00:07:18) e privadas estão obrigadas a fazer fatura eletrônica, me mandam a revista com o catalogo e a fatura por um lado na minha casa e além disso me mando por correios a fatura, também um “PF” (expressão não compreendida 00:07:31) eu vejo que as empresas do (palavra não compreendida 00:07:33) nesta parte começaram a tentar a dizer “Não te dou mais o papel” e alguns inclusive te dão benefícios.

“Móbilstar” se você aderiria à fatura eletrônica te presenteavam minutos ou mensagens de texto, para alguns era um corte, poupa-se nos correios. Então, estão tentando erradicar a cultura do papel a nível empresarial. É difícil.

N: . O projeto, então teria alguma inspiração de algum país, por exemplo, como nós no Brasil, fomos a Chile, então foi, tem algum país, o primeiro na América Latina foi o Chile.

E1: . Sim

N: . Mas o primeiro no mundo que se fala é a Espanha. É tem alguma influencia de algum país? Aqui na AFIP quem começou com isto de fatura? Foram as empresas que vieram até a AFIP pedir isso?

E1: . Sim, foi de comum acordo, evidentemente Telefônica tem uma influencia da Espanha, na Espanha isto já era usado, sei que daí começaram as conversas e nós neste momento sabíamos, as pessoas levou no seu inicio de projeto, que havia muita gente que não (palavra não compreendida 00:08:43) e talvez te conta ou mostra um pouco como se armou a arquitetura nisso, e se (palavra não compreendida 00:08:50) digamos leram, não houve entrevista, leram um pouco como era o modelo de Espanha, o modelo de Chile, o modelo mexicano que neste momento estava começando também, mas é como se não fechava, não fechava, digamos, a filosofia não fechava, claro que o que tinha que fazer seria infrutífero ao princípio. Argentina foi um país que mais rapidamente começou a obrigar setores e com o qual tivemos que começar a crescer e em um momento o aplicativo, esta estratégia (palavra não compreendida 00:09:20) no aplicativo ficava um pouco obsoleta e ademais começou a amadurecer de 2006 para frente, já começou a amadurecer o conceito de Web Service de fato na AFIP começou a amadurecer o conceito de Web servisse. O WEB service para a AFIP é, digamos, se bem que a primeira implementação foi com um aplicativo Standard onde se transfere um arquivo, se processa a “VAT” e se devolve o arquivo, começou-se a trabalhar rapidamente com um, com a ideia do WEB Service, ai começou a gestar, e ai começou, começaram a discutir internamente na AFIP, tem a área de arquitetura de sistema, a área de segurança que dentro da sua gestão de sistema estão separadas, ou seja, são grandes mesas de conversas e discussão quando havia temas deste estilo, a área de desenvolvimento e a área funcional, então qual era a melhor maneira de, então, a área de arquitetura e segurança disseram, bom, na AFIP para trabalhar com WEB Service desta maneira que foi um pouquinho que explicava na apresentação de Panamá é como está a parte toda que é autenticação e autorização que é um WEB Service único e transversal e todos os WEB Services que se fazem na AFIP tem que cumprir com esta parte de segurança e depois o Web Service de negocio, então aí começamos abrir um pouco a cabeça, bom se queremos crescer,

esta metodologia do aplicativo não nos convencia totalmente, então começou-se a pensar num WEB Service

N: . Pois você tinha um grupo da fatura eletrônica a ...

E1: . Sim

N: . Com pessoas de varias áreas?

E1: .Sim

N: . E quem era o líder do projeto? Havia uma pessoa que era o líder?

E1: .Sim

N: .Era de tecnologia ou fiscalização?

E1: .Não houve (expressão não compreendida 00:10:58) a pessoa. Não, posso te dizer que eram, havia responsáveis que era a área de negócio, que era até este momento Javier Portal, esteve ele e havia outra pessoa, Alejandra (palavra não compreendida 00:11:13) estava sim, pois eu, não Javier esta ocupando o lugar de Alejandra mas havia, a área era a mesma. Depois do lado do desenvolvimento no negócio estava Cilia Otero que é minha diretora e Sebastian que anda por ai capaz que depois, se surja algum tema muito especifico agora nós incorporamos na conversa. Ele foi o primeiro que trabalhou em nós com a “ESP” com a “Punto Net”, que funciona com o WEB Service que era o mesmo que se fazia pelo aplicativo, se podia informar pelo WEB Service, este foi o primeiro (palavra não compreendida 00:11:43) e depois em terminologia havia um referente, e um referente (ou “deferente”) de segurança, se conformou um grupo de trabalho, não havia uma pessoa, a área de projeto era da AFIP, mas era conformada por cinco pessoas com poderes de decisão, digamos, o da arquitetura tinha por (palavra não compreendida 00:12:00), o da diretoria também, Cilia também...

N: . e era um projeto de prioridade para a AFIP, havia a pessoa que demandava...

E1: .Sim, digamos a gestão, já atendem não se preocupe (o telefone toca), na gestão neste momento não estava ainda Ricardo Cheli porque assumiu em 2009, mas estava (expressão não compreendida 00:12:24) mas, havia uma estratégia na AFIP de acompanhar por todos os benefícios...

N: . Uma priorização para este projeto.

E1: . Claro! Para a (expressão não compreendida 00:12:34) tributária é interessante na faturação online o momento dos clientes mais importantes, certamente os contribuintes mais importantes, ou seja, era uma necessidade, tinha que sair e colocou-se como efetivo.

N: . E como antecedentes da fatura eletrônica você tinha uma lei de comércio eletrônico ou uma lei de assinatura digital ou isso não foi um tema neste modo? Porque neste modelo, no primeiro modelo você não tinha assinatura eletrônica, né?

E1: . Não. De fato não. Quando (palavra não compreendida 00:13:04) a mentora as faturas eletrônicas foram (palavra não compreendida 00:13:08) exclusivamente para este modelo, digamos, criou-se, deu-se a ela validade ao que as empresas apresentaram através deste aplicativo e autorizaram com o Código de Autorização Eletrônico na AFIP. Esta foi a primeira norma, marco que saiu, depois nós avançamos, avançou-se muito a nível de infraestrutura na AFIP, com o que a assinatura digital que lanço hoje temos vários projetos que queremos lançar mas, emparedei, digamos isso, não foi necessário a assinatura digital.

N: . Você tem uma lei de assinatura digital?

E1: .Sim, agora sim.

N: .É do país ou é da AFIP?

E1: .Não, é a nível do país. Isto é (expressão não compreendida 00:13:44) o ano foi por ai de 2009 que a AFIP tira uma (palavra não compreendida 00:13:50) real sobre a... e se faz uma lei a nivel do pais sobre assinatura digital.

N: E aqui os certificados digitais são privados ou são empresas privadas? Compram-se os certificados ou é o governo que os dá para os contribuintes?

E1: .Não não, é a AFIP. Pode haver, pode ter seu certificado...

N: . Sim o certificado através do (palavra não compreendida 00:14:16) sabe bem.

E1: . Sim há também, você pode, digamos, sempre a estrutura na AFIP foi aberta, digamos, se você entra no site até explica como tirar o certificado e na AFIP é... não me sai a palavra, é um organismo autorizado para autenticar.

N: . Ou seja a autoridade certificadora.

E1: .Exato, ou seja, autoridade certificadora na AFIP é uma autoridade certificadora “IANSES” (00:14:44). Os únicos dois organismos que podem certificar são a AFIP e a IANSES. A IANSES é o organismo que está com a parte de aposentadorias, pensões e seguro social.

N: .E quando pensou-se em fatura eletrônica, pensou-se em mudar todos os modelos que se fazia em fatura eletrônica ou o bem de mantê-lo para o que você tinha, mas ter uma informação eletrônica para AFIP? Qual foi...pensou-se ser uma grande reengenharia do processo ou se manter a mínima mudança é somente ter a formação eletrônica?

E1: . Não de fato não se alterou nada do que é uma faturação comum, não se alterou nada, digamos, a Lei Madre que diz como se fatura era a base do projeto não se ia alterar assim, a

tecnologia ia fazer com que eles, que o contribuintes possam informar o mesmo que faz hoje com a fatura, isso não mudou, não se mudou nenhuma estrutura do modelo do documento, uma fatura, sim. Isto sempre fica igual, nunca se trabalhou numa reengenharia de (palavra não compreendida 00:15:48)

N: .Mas este é um ponto importante para minha tese que é um ponto que estou discutindo, porque quando se fala de tecnologia se diz que normalmente tem que, o primeiro passo é fazer uma revisão do processo para não por a tecnologia em algo que talvez seja ou tenha que ser melhorado, aprimorado?

E1: .sim, sim

N: . Mas nos projetos não somente da Argentina, mas os de Brasil se dá o mesmo partiu-se com um modelo de mudar o mínimo possível, manter o que você tinha somente ter a informação eletrônica com validade para administração tributaria. Porque você acha que... quais são os motivos disso?

E1: . Estou seguro, estou convencido. A primeira assembleia entraram quase de partner, de sócio, queremos fazer fatura bem, depois começou a obrigar empresas disse-se às empresas que faturam Internet, as empresas de televisão a cabo, as empresas de publicidade foi a primeira (palavra não compreendida 00:16:55) que as obrigou, isto Javier tem bem no cronograma na cabeça mas, ao obrigar as empresas, se em cima as obrigo, sempre lhes davam, ai começavam as alternativas, ou você me faz o archivincho “TQT” e o “subissem” e me mandam ele ou você programa o cliente de WEB Service e me manda com o qual a estratégia sempre foi. Já estou dando-lhes um trabalho extra, estou me metendo no seu negocio, em cima não vou mudar a maneira de como e faz um comprovante ou como se assenta um livro contável te digo, todo o que (palavra não compreendida 00:17:24) é o mesmo, logo o que têm que fazer é informatizá-lo, então nunca estive no objetivo mudar como são os comprovantes eletrônicos que as faturas a nota credito, a nota debito, os campos que vão que se podem informar, se não de fato Carlos este estilo quantas vezes nós mudamos, o estruturou porque esquecemos de que há uma modalidade de faturação que permite, por exemplo, não sei, faturar em moeda estrangeira ou por impostos municipais, um monte de coisas que nós fomos incorporando da realidade, ou seja, não mudamos o que já estava funcionando nos papeis a nível de estruturalidade, tudo o que se pode não se pode. Nós do sistema nos adaptamos a isto, porque uma das principais causas era não alterar tanto o processo negocio das empresas. As empresas faturam assim na Argentina, isto Javier poderá dizer melhor não sei nem desde quando além de fatura desde que se (palavra não compreendida 00:18:26) a faturação mas, não não sei, digamos, nunca estive na mente da parte da AFIP com o sistema (palavra não

compreendida 00:18:31) engenharia e como se começou (palavra não compreendida 00:18:34) de faturação de comercio na Argentina

E3: De fato também não, (palavra não compreendida 00:18:38) por se fazer a fatura exatamente como a tinham no papel.

E1: .Exato o ato de faturar que temos on-line numa pagina onde voce entra e carrega é uma fatura em papel.

N: . O papel que imprime tem o mesmo valor que o eletrônico ou é o arquivo eletrônico que vale como fatura? Você tem este ... porque, por exemplo, nós do Brasil, para nós tem o papel, existe um papel, você tem um papel que é auxiliar não tem o valor igual da fatura. A fatura que vale é o arquivo.

Arquivo Argentina 702_0003.WMA

Tempo: 00:00 – 00:16:01

Entrevistado 1 (E1) (Martín Cuadros da AFIP)

N (Newton)

E1: Com você estávamos falando que não mudou o processo normal de faturamento do comércio na Argentina para fazer, digamos, a parte tecnológica. Optamos pelo que havia...

N: Sim, e isso não foi um problema, ou seja, se fosse fazer uma reengenharia de tudo, você acha que o projeto não teria êxito, enfrentaria dificuldades.

E1: Acredito que sim porque ... sim, creio que sim

E2: É a mentalidade, as pessoas, ao comerciante que fatura, ou seja, vai ser difícil.

E1: Creio que vai ser um impedimento, sim, creio que (expressão não compreendida 00:00:36) a parte não sei. Eu desde o lado de contador, talvez. Não podemos entender, talvez nós, sim, o processo de faturamento no comércio da Argentina tem alguma falência. Não é? Eu não posso te dizer isso... Quem sabe Javier poderia pensar, para mim seria (expressão não compreendida 00:00:52) por exemplo que nos sistemas tal documento fosse substituído por outro. Isto me escapa um pouco.

N: Quando se começou a desenvolver o projeto você tinha um grupo de empresas que participava com reuniões periódicas?

E1: Sim, as de telefonia, as três telefônicas mais importantes naquela época se reuniam todas as semanas. Todas as semanas havia reuniões periódicas com eles para avançar no modelo.

N: E qual a importância da participação das empresas neste processo? Foram muito importantes?

E1.: Sim, de início foram muito importantes, realmente porque nos davam uma mão, digamos. Eles com suas preocupações e nós com as propostas, veja. “Podemos te oferecer isso” por isso dizíamos como iríamos fazê-lo? E que dados exigirão de mim? Em nossa primeira versão de fatura eletrônica há somente dados macro da fatura, ou seja, não tem detalhes.

N.: É um resume.

E1.: É o resumo, digamos, a L, ou seja, o cabeçalho principal com informações relativas ao emissor e receptor junto com os dados de valor total, quantia de “IVA”, quantia de imposto gravados, sim, as alíquotas. (expressão não compreendida 00:02:00) O que vão solicitar primeiramente. Quais são os dados que a AFIP precisa que hoje já há na fatura? Na área (expressão não compreendida 00:02:08) na fatura e se diz “Eu quero este, esse e aquele, que você mande para mim” para que eu posso te autorizar uma fatura.

N.: Algo que me interessa muito saber no que se refere à tecnologia... bem porque... Qual foi a motivação de ter um projeto baseado no TXT, um arquivo plano, e não XML? Porque as pessoas de tecnologia sempre falam que o XML é melhor, mais fácil de mudar.

E1.: É mais extensivo, especialmente em relação ao amadurecimento da tecnologia. Veja, no ano 2000... (expressão não compreendida 00:02:45) no 2006 já estava maduro o XML... e não é que era.... talvez não estava tão maduro ...

E2: Em 2006 já fazíamos com XML.

E1.: Sim, sim, (trecho não compreendido 00:02:57) a primeira ação é o que foi o aplicativo porque se começou por aí. Hoje o aplicativo, no lugar que estrutura dos dados, era possível nivelá-lo em um registro porque eu que o eu dizia, este número de comprovante e Martín faz uma fatura a Newton e vão estes dez campos de valores. Então era um registro, era mais simples.

N.: E separação por “type”

E1.: Exatamente, com “type” se podia separar tranquilamente. Fazia-se uma estrutura campo. Então, ao ver que a estrutura era simples se podia montar em um TXT. Hoje, por exemplo, para a fatura eletrônica mais detalhada, que tem “idem”, seria quase inviável um TXT.’

N.: E quando mudou para ... para... hoje você tem fatura eletrônica com TXT? Continua a ter?

E1.: Com esse esquema...eh...eh... as empresas de telefonia continuam a utilizá-lo por questão de volume, mas estão começando, estas empresas estão começando pouco a pouco a se virar para o Web Service porque são (expressão não compreendida 00:04:00). O resto, a maioria, ou seja, você não tem relação com o que vem por aplicativo e Web Service (trecho não compreendido 00:04:08) não né?

E2: ...eh... não, já há muito mais volume do que manejamos.

E1: Por Web Service

E2: Sim, por Web Service

N: E já tem os detalhes dos produtos e das mercadorias...

E1: Na sala já te conto como foi solucionando os distintos modos de fatura... mas em princípio, digamos, optou-se pelo mais fácil, que foi... começamos com um modelo, arquivo plano, você o envia para mim pelo aplicativo. Quando escolhemos vamos por Web service, já pelo web service vamos com XML. Então, a mesma estrutura que havia para o arquivo plano se armou no XML para que a enviem atrás de um Web Service. E essa foi a base, foi nosso primeiro Web Service que a resolução geral 2485 que normatiza todo o conceito. Daí, começamos a andar um caminho de cada vez maior complexidade porque sim o XML nos permitia fazer mais coisas. De fato nós nos “distintos” (00:04:57) nos passou na cronologia de como fomos atacando distintos negócios de fatura eletrônica, nos encontramos, que bom, nosso inicial era a “L”, perfeito, saímos com uma noção de fatura eletrônica. Depois disseram: “temos que envolver-nos nas categorias de empresa que apresentem algum benefício, como promoção industrial” e como é a fatura deles? É igual, mas vamos pedir-lhes que em cada comprovante que emitam, façam referência ao número de projetos que for beneficiar. Agora que fazemos? O XML nos permitiu expandir e bom, organizemos algo a mais, onde diga que dizemos ... nós chamamos os “campos curingas”, façamos uma estrutura de código/valor. Então, permitiu-se para nós a mesma estrutura que tínhamos antes, ordenemos uma estrutura opcional, porque aqui você tem também de lutar, se estou tocando em uma Web service eu troco o “log” e tenho que fazer que o resto funcione. Então o XML nos permitiu abrir uma estrutura opcional e a vão usar só este grupo de empresas que têm algum benefício para promoção industrial. Essas empresas além de me informar ou deixar de me informar, ademais que me informem para o código um, qual é a ideia de projeto promovido, para o código dois, qual é o valor, creio não me lembro (expressão não compreendida 00:06:16) apropriamos. Então o XML nos conferiu isso, essa extensibilidade, nos deu a possibilidade de realizar coisas opcionais, como você pode perceber, assim organizamos este grupo de elementos de XML e o resto quando implementamos em função, o resto a empresa nos informa: “o que é isso?”, “você não usa porque não é para você, não é obrigatório que lhe informe”. Assim, nem sequer observavam.

N: O XML não tem assinatura digital, e você usa a assinatura digital para acessar a Web Service, é isso, você não tem um XML signature no arquivo.

E1: O que vem por aí é ...

E2: O XML é assim. Primeiramente como dizia Martín, te contatavam um agente de segurança (expressão não compreendida 00:04:39) e te dão um toque e um “sign” então (expressão não compreendida 00:04:39) depois você consome o XML que está publicado na página da AFIP, então teu cliente quando vai invocar o XML do negócio em si ou da fatura em si, encabeçado desse XML, vem o toque e o “sign”, que foi previamente designado por outro Web Service. E em seguida vem todo o XML de negócio, quando nos chamam, autenticamos e fixamos o toque e o “sign”

E1: E atentamos que não tenha sido alterado.

E2: Isso, que não tenha sido alterado, que tem certo tempo de vida, de doce horas atualmente, eh...bom, uma vez que passa essa vigência inicial, entra a opção de negócio.

E1: É importante enfatizar aqui Newton, tudo que é o “token”, é assim, quando o contribuinte se conecta ao primeiro Web Service de autenticação da AFIP, sim, já tem previamente, tem que ter entrado, há uma (expressão não compreendida 00:08:08) onde eu soube qual é meu certificado digital que autentica meu computador.

N:.. Claro

E1:.. Então eu o “subo”e ligo. Este certificado digital que a AFIP autorizou, vou usá-lo para um determinado Web Service de negócio, então, digamos, o servidor estuda isso, quando se conecta e vê o certificado digital, analisa-o: ‘sim, é válido, o tenho, é o mesmo, este que tenho é compatível’. Então se diz: ‘bom, como sei que este é um computador que conheço, que já reconheci e que te autorizei a entrar’ te darei este “token”, esta ficha para que durante doce horas possa usar a mesma entrada para efetuar transações com Web Service de negócios. Esses dois campos o “token” e o “sign” que é a assinatura, eles têm que mandar em cada “recues” de negócio, e em cada “recues” de negócio podem acrescentar um novo lote de fatura e 100 faturas, me mandem por outro de duzentas, dentro do mesmo período das doze horas eles me mandam o mesmo e eu sempre valido, que esse “token” é válido porque tem tempo de expiração quando você o decodifica, tem todos os dados, como o tempo de vigência; e a assinatura, a utilizamos para controlar que o token, por exemplo, está assinado.

E2:.. E também vem, ou melhor, é próprio do web Service que esteja consumindo. Imagina que está consumindo fatura eletrônica, daí vem a ID, ou seja...

E1:.. Do token.

E2:.. Do token, da fatura eletrônica, esse mesmo token já não te serve para outro Web Service da AFIP, claro. Sim, te serve para o de fatura eletrônica.

N:.. Mas gostaria de entender um pouco mais o porquê é necessário esse token de autenticação por doze horas, porque se você assina o XML com o certificado digital como XML signature ,

cada fatura vai ser um documento único que tem a assinatura da empresa. Então você tem como checar, validar a autenticação digital, o “resh” da assinatura, e tem como checar que é aquele contribuinte que está enviando, que está autorizado e credenciado a fazer a fatura eletrônica.

E1.: Sim

N.: Porque nós no Brasil temos... e no Chile também é assim, você tem um XML signature, cada fatura tem sua assinatura. Se você pega um arquivo XML, é possível verificar se é válido sem estar no sistema da Secretaria da Fazenda ou da Administração Tributária, somente verificando a senha pública, o XML. Assim é possível ver a autenticação e o certificado digitais. Gostaria de entender porque doze horas. Por que esse tempo?

E1.: A estratégia foi a seguinte, o que não queriam nem se ouvia dizer, as pessoas, bom, “fazemos um invólucro de autenticação e autorização”. O que não queremos é, como isso é muito massivo e o (palavra não compreendida 00:11:24) de todos os lados, não quero que cada “ricues”, que cada envio que me façam tenha que autorizar ou autenticar. Então dizem “você entra pela primeira vez, se autentica e me diz quem você é e eu te darei as credenciais que vão te servir por doze horas para trabalhar com o Web Service de fatura eletrônica. Suponhamos que tenho a fatura eletrônica e de exportação (expressão não compreendida 00:11:50) são diferentes Web Services, então digo “quero trabalhar com o Web Service 1.” Então, bom, você se autentica uma vez e me diz quem você é e a partir de então te dou essa ficha que está assinada, por isso é que vem o token e a assinatura, o par é válido, eu te dou isso, esse conjunto, você me passa a quantidade que queres durante doze horas, então os acoplo, tudo o que é... a ‘laranjinha’ de servidores de segurança e você a utiliza uma vez e depois durante doze horas não necessita mais, isso se dá sempre com o web service 1, você não precisa voltar a se autenticar, já está autenticado e com essa ficha é possível utilizar quantas vezes quiser durante doze horas. (expressão não compreendida 00:12:31) A laranja de segurança é assim e a laranja de negócio é maior porque aqui sim tenho tráfego contínuo, mas aqui não tenho, digamos, se aqui entro cem vezes, não entro 100 vezes aqui. Deveria entrar uma vez aqui e cem vezes aqui, entende? Uma decisão de arquitetura, talvez não nossa, mas, você diz: ‘bom como essa laranja de autenticação e autorização é para toda AFIP e para toda Web Service não quero que, se vão a entrar cem vezes neste, neste e neste enquanto que trezentas vezes aqui.

E2. Vocês autenticam cada vez, cada vez vocês autenticam.

N.:Sim

E2.:E isso é próprio de cada negócio? Ou é sistema de autenticação?

N:..Não, é um sistema para fatura eletrônica.

E2:.. E o autenticam para fatura eletrônica, nada mais.

N:.. Sim, mas temos em São Paulo servidores que permitem 300 conexões por segundo, então não há... o nosso modelo é assíncrono. Então, você pode enviar um lote de até 50 faturas eletrônicas, cada fatura dentro do malote está assinada e também o próprio malote está assinado. Então, se você recebe o malote com 50 faturas você dá um token e depois com outro Web Service se “bota” com meu token e com este token já foi processado meu malote, e assim você obtém a resposta de cada uma das faturas.

E2:..Claro, porque para cada acesso você tem um token diferente.

N:..sim

E2:.. Exato.

N:.. E agora em um projeto da fatura eletrônica para “reteio”, como reteio normalmente não se faz malotes porque é uma operação, é uma venda. É pequena. O contribuinte pode pôr o Web Service, chamado de Web Service, que quer que a resposta seja síncrona, mas nesse caso pode ter somente uma fatura no malote, não pode ter mais que uma. Mas, pode pedir que seja síncrona e recebe na mesma conexão, não tem um token. Então já recebe tudo na mesma conexão, e outra coisa que é possível pedir, que estamos estudando na fatura para “reteio”, pode pedir que venha compactada ou com zip, porque tínhamos um pressuposto que era que a compactação tomaria tempo para o processamento, para abrir o malote e processar as validações. Mas na realidade o tempo consumido é de (palavra não compreendida 00:15:25) de conexão, o restabelecimento da conexão é maior em relação ao.... e com isso o XML é compactado com 70% de tamanho, então a conexão e o tempo de reposta são muito bons e temos tempos de respostas hoje com milissegundos, isto de... temos uma...

Arquivo Argentina 702_0004. - (continuação do arquivo Argentina 702_0003)

Tempo: 00:00 – 00:03:00

Entrevistado 1 (E1) (Martín Cuadros da AFIP)

N (Newton)

E1: (trecho não compreendido 00:00:01 a 00:00:10) voltando ao ponto de êxito e fracasso dos fatores, acho que é muito importante envolver os contribuintes na área, nos (palavra não compreendida 00:00:18) finais, nas câmaras, si há portáteis de campos, do que sejam, é um fator êxito trabalhar em conjunto o projeto é para mim o mais recomendado.

N.: E a questão do suporte da alta administração da AFIP. Porque você tem muitos projetos. E se esse projeto não é prioritário para a alta administração, você acha que este também é um fator importante ou não?

E1.: Sim de fato nós não fazemos projetos que não sejam de prioridade, ou seja, fazemos o que nos dizem para fazer. Não é que, como na área de negocio, talvez Javier tenha muitas ideias que eu gostaria... não, não fazemos, só fazemos as que nos dizem, então você já conseguiu aí o apoio porque já está fazendo o que eles nos pediram. Quando fizemos a liquidação de grãos foi um período de (expressão não compreendida 00:01:13) então o que passou? Conseguimos o apoio de seus diretores de fiscalização que traz as câmaras e nos apoia, nos designa a tempo, ou seja, eles sabem que tenho três pessoas trabalhando nisto, ou seja, nunca fazemos um projeto sem a bênção dos chefes.

N.: Ok. Então não é um tema porque já vem a prioridade.

E1.: Senão não fazemos. Estamos em outra coisa.

N.: E com o uso da informação? Porque você tem um ponto que queria entender. Tem vários modelos de fatura eletrônica diferentes e sua base de dados, como você maneja isto para os inspetores, a fiscalização como tinha acesso à informação nos bancos de dados? Você põe num único banco de dados ou são vários bancos de dados? Quais são as ferramentas que têm os inspetores para trabalhar com a ... ou não trabalham com a informação?

E1.: Sim, creio que (trecho não compreendido 00:02:23)

E2.: Nós temos um modelo que em parte ficou e que em parte é um modelo que se adaptou com um requerimento (palavra não entendida 00:02:34) detalhe a fatura, então, primeiramente temos umas tabelas que são as tabelas de cabeçalhos onde se erradicavam estes primeiros comprovantes que contava Martín, que registrava os campos principais, então, nestas tabelas, a priori, você tem a retificação de contribuintes com todos seus “montos” e depois quando se incorpora a fatura de portação que dizia Martín que ia com detalhes, se criou já um modelo...

Arquivo Argentina 702_0007.

Tempo: 00:00 – 01:21:54

Entrevistado 1 (E1) (Javier Portal)

N (Newton)

N.: Entrevista com o senhor Javier Portal, seu cargo...

E1.: Departamento de procedimentos estratégicos de controle de programas e normas de fiscalização.

N.: Você está nos explicando do projeto de controladores fiscais novos que estão implementando.

E1.: Sim, hoje já na atualidade os contribuintes que fazem fatura eletrônica como alguns contribuintes que são auto impressores não precisam fazer o duplicado no papel de seus comprovantes, usam o que se chama “duplicado eletrônico” e ademais armazenam o duplicado e fazem seu livro IVA com os duplicados. Na nova geração de controladores fiscais, um dos relatos que vão emitir é esta fita testemunha digital que são os duplicados dos comprovantes. Por um interesse que temos na administração, todos os comprovantes classe A que são os que têm o IVA detalhado que é quando se faz “bussines to bussines” (B2B) isso nos vai transferir o total dos comprovantes, ou seja, um por um.

E2: Com os detalhes

E1.: Sim com os detalhes. Tal os tickets e faturas emitidos uma por uma.

N.: E como se vão transmitir...?

E1.: E ao mesmo tempo, para agora está previsto, não está ainda a norma “la calle” periodicamente se dá semanal, quinzenal ou mensal, vão mandar este relato, mas um relato que chamamos de resumo de totais. Este e este mandam para a administração e este permanece com o contribuinte à disposição do pessoal fiscalizador. O resumo de totais nos dirá todos os comprovantes que saíram do controlador fiscal, sejam fiscais ou não fiscais, a quantidade total, neto gravado, IVA, retenções, percepção, ou seja, todo o movimento tem que mandar neste resumo de totais.

N.: E qual é o formato? Vai ser um TXT plano ou XML?

E1.: Nós damos os desenhos de registro às empresas provedoras que vão fabricar este em XML e na planilha de cálculos como desenho eles tem que depois mandar para nós o XML. Ou seja, como o constrói internamente é livre, como o mandam para mim já temos um standard como na fatura eletrônica que é um XML

N.: Porque?

E1.: Isto por uma questão de otimização, o mais provável que também o trabalhem em XML, mas isso podem trabalhar dentro o controlador, mas para mim tem que mandar com um formato pré-definido estandardizado de tal maneira que se possa somar de todos os controladores fiscais do mesmo contribuinte, e saber todas as vendas da semana, todas as vendas do mês, quem vendeu, como vendou, etc., etc., isto é o que está em curso e para os controladores fiscais da velha geração que durarão porque estamos numa transição.

N.: Quanto tempo tem aqui? São cinco anos ou ...

E1.: Estima-se cinco anos, mas se a equipe tem baixo uso, porque não tem um alto ... atividade, a memória pode durar um pouco mais.

N.: Mas, a obrigatoriedade de manter uma informação fiscal... quanto tempo é?

E1.: 10 anos, na área de procedimentos administração são mais. Os períodos de prescrição são cinco, mas as leis superiores obrigam por aguardar mais tempo.

N.:OK, se você quiser podemos falar sobre isso, das impressoras fiscais e meu interesse é falar sobre a fatura eletrônica, então gostaria de saber Javier como foi , como se partiu o projeto aqui na Argentina, qual foi a motivação, se houve alguma inspiração em algum projeto, porque nós no Brasil nos inspiramos no projeto do Chile, digamos com Marcela no Chile em 2005 e ficamos um par de dias ali e trouxemos os conceitos e adaptamos no Brasil que é muito complexo. Aqui como foi?

E1.: Aqui foi bastante similar, isso nasceu em 2007, 2008 na realidade a fatura eletrônica na Argentina, houve tentativas previas e a verdade é que nasceu como projeto muito pequeno no principio, muito humilde, muito gradual, muito limitado, principalmente porque era uma mudança de mentalidade muito forte, no contribuinte e na administração também. Então se saiu com um modelo de fatura que nós dizemos que é um modelo “DKDCDL”, onde do único que mandava o contribuinte para obter sua autorização, seu código de autorização eletrônica eram os dados do cabeçalho do comprovante, emissor e receptor e os totais dos comprovantes, o qual, se bem com um passo inicial muito interessante a pessoa não tem o conteúdo do comprovante, não tem o detalhe.

N.: E também Martin disse que era um arquivo plano.

E1.: Surgiu em três modalidades, o primeiro dava-se para ele um aplicativo igualmente para as mesmas plataformas para gerar uma declaração documentada, era um arquivo TXT.

N.: Era um aplicativo web?

E1.: Era um aplicativo sim para transmitir via WEB como uma declaração juramentada de onde me mandavam informação e eu devolvia também num arquivo plano as respostas da AFIP, registro por registro se havia passado ou não, as aprovações. Este foi o mais primitivo quando (expressão não compreendida 00:07:01) basicamente para utiliza-lo na tecnologia que estava disponível neste momento e era ao que o contribuinte estava acostumado neste momento porque ele apresenta suas declarações juramentadas com esta metodologia, então para ele já era algo conhecido. Logo se avançando começamos com a implementação do Web Service onde já trabalhamos com outras modalidades de XML, de ponta a ponta e conexão direta de servidor para servidor onde já o contribuinte faz os desenvolvimento e informáticos

necessários em seus sistemas de faturação e dialoga dinamicamente com os servidores da AFIP.

N.: Neste caso você não tem uma aplicação da AFIP? É o contribuinte que desenvolve a sua?

E1.: Exato nós lhe damos todas as especificações técnicas de como deve ser o WEB Service, dá-se-lhe o manual do desenvolvedor dão-se-lhe todas as validações o desenho de registro de cada comprovante os “Hi-fri” que deve ter em cada campo, as consistências de validações que devem ter cada campo e ele adapta seu sistema de faturação para poder dialogar com AFIP e AFIP devolve a autorização para cada uma destas consultas que nos faz. E para atrair os contribuintes menores o que fizemos foi o faturador on-line que é um “Front page” dentro da pagina institucional do organismo que faz as do formulário para o contribuinte menor é como se estivesse preenchendo uma fatura em papel mas na tela. Foi pensado para pequenas contribuintes quanto ao volume de faturação não ao dinheiro.

N.: Mas há alguma restrição se um grande contribuinte quiser usar.

E1.: Em principio foi com um não mais de 1200 comprovantes por anos depois o estendemos para 2400 por ano e agora pensamos em subir um pouco mais.

N.: é também uma contingencia se tem...

E1.: O podem usar o contribuinte do Web Service, pode abrir um ponto de venda novo para usar o faturador on-line diante de uma contingencia, quer dizer, uma empresa que precisa retirar sua mercadoria assim hoje e teve um problema interno com o servidor ou com o que for de faturação pode ter preparado o faturador online para retirar as dez, vinte, trinta fatura que precise para retirar os caminhões.

N.: Agora se há uma interrupção de Internet que não se pode usar o faturador on-line é permitido o papel, então...

E1.: Por uma questão de regras, a administração não pode frear a faturação, não posso frear o comércio, então o contribuinte tem que ter um método alternativo ante uma emergência e este último método alternativo é o papel.

N.: Se mandam para você uma fatura eletrônica que tem um erro e fazem uma recusa, não está assim interrompendo a sua faturação?

E1.: Não, porque aí, o que estou, é validando a sua faturação em tempo real, o que quer dizer, me mandam um registro que tem vícios, que tem erros, que tem problemas e lhe digo: “Você o confeccionou mal, está ruim isto, não pode ser uma fatura, não posso autorizar. Em seu lote, se cortam seu lote de numeração têm que revisar e o me mandar novamente.

N.: A numeração da fatura... é você, o sistema da AFIP que dá ou quem controla é o contribuinte?

E1.: Não, é dos dois lados. O contribuinte quando se padroniza para usar a fatura eletrônica uma das primeiras coisas que escolhe é um ponto de venda. E diz: vou trabalhar para a fatura eletrônica com o ponto de venda 10 e arranco do número 1 e começam a mandar para mim: 1,2,3,4; da AFIP vou controlando que vão mandando para mim correlativa e consecutivamente em números e datas, ou seja, que sempre se respeite que seja progressivo.

N.: Isso na validação online?

E1.: Na validação online fazemos. Se me mandam a fatura 13 e depois me mandam a fatura 17, a 17 não autorizo porque estão faltando a 14,15 e 16.

N.: Agora, no pacote se pode mandar até 250 faturas, é isso?

N.: É um pouco mais.

E1.: Tem que estar em ordem, ou podem pôr números diferentes?

N.: Não, tem que manter uma ordem.

N.: E nos pacotes também?

E1.: E nos pacotes também, porque os pacotes é a forma com a qual se vai processando.

N.: E você tem o conceito de “série” ou é uma numeração única, por exemplo, se tenho vários pontos de vendas...

E1.: Cada ponto de venda tem sua numeração própria.

N.: Têm um número, digamos, de série próprio...

E1.: Exato! Aqui o comprovante se compõe de 12 posições, as 4 primeiras são o ponto de venda e as 8 seguintes é o número, para vocês, é o número de “série” ou seja, posso te mandar neste pacote, 1,2,3,4,5,6 dá 32 e depois estarei mandando o 21.

N.: Que é outro ponto de venda.

E1.: Que é outro ponto de venda com a 8 mil (palavra não compreendida 00:13:14)

N.: Mas, se mando do ponto 16 deveria ser a 33.

E1.: A 33 porque a última que autorizei foi a 32.

N.: Sim, neste pacote teria que ser a 33.

E1.: Sim, já faz automaticamente. Já está programado o sistema para que controle isso para cada ponto de venda.

N.: E você teve alguma inspiração de algum país? Porque nós nos baseamos no Chile que foi o primeiro na América Latina em 2003 mais ou menos, mas a Espanha já tinha fatura eletrônica um pouco antes. Como foi o...

E1.: Nós nos inspiramos no sistema de autorização de códigos de impressão papel que existe desde o ano 1998 na Argentina. Quando o contribuinte através de impressões autorizadas solicita um código de autorização para imprimir comprovantes, aí já fazíamos este controle.

Aqui controlamos uma a uma, neste momento o contribuinte pedia autorização para o ponto de venda 16 e dizia: quero que você me autorize a imprimir desde o comprovante 101 a 500

N.: Há uma categoria de fólhos?

E1.:Exato uma categoria de fólhos. Dentro de alguns meses, vinha de novo para pedir pelo mesmo ponto 16 e obviamente tinha que me pedir do 501 ao 700.

N.: E quem teve...

E1.:Reservavamos o accounting de tudo isto nos sistemas.

N.: E quem foi que começou tudo isto? Uma pessoa ou as empresas? Quem... a demanda...?

E1.:A demanda do projeto de fatura-papel de controle da faturação de papel surgiu por uma própria necessidade na administração surgiu internamente porque não havia controle dos comprovantes que estavam na CAE. Cada contribuinte imprimia, ia a qualquer lugar de impressão ou comprava os talonários na livraria que vendiam já com... não tinha forma de saber qual era faturação oficial de um contribuinte. Aqui teve um projeto de gente muito interessante nos anos 90 que trabalhou num sistema do que se chamou “factweb” e continua se chamando assim porque ainda existe, de e como estabelecer este sistema de autorização de categoria de fólhos para poder saber quais são os comprovantes que AFIP autorizou com contribuintes “T menos”. E tem uma coluna vertebral muito importante que começamos a repetir parte deste modelo na fatura eletrônica que este, por exemplo, a numeração, os pontos de vendas, ou seja, seguimos a mesma corrente.

N.: Um ponto importante na minha tese é justamente isso que eu percebi que não somente pelo que você esta me falando da Argentina, mas o mesmo aconteceu no Brasil e em outros países que, quando começaram o projeto de fatura eletrônica não mudaram, não fizeram uma reengenharia do processo, uma revisão, antes, pegou-se o processo que se tinha no papel e simplesmente colocou-se um sistema para ter a informação na AFIP e a pergunta é, na tecnologia da informação se defende uma iniciativa privada falam que... você tem que, primeiro fazer uma reengenharia do processo, rever o processo e depois... por que você acha que o governo, os projetos de fatura eletrônica, não fez desta forma? Optou-se por ter ... primeiro pôr a fatura eletrônica muito parecida como se tinha no papel e depois fazer melhorias “incrementais”

E1.: Depende de como encare e de quem o encare, lamentavelmente às vezes nos governos não a permanência do funcionalismo no tempo e trabalhando em formar laboratório e reconheço que na Argentina talvez algumas coisas destas foram “incrementais” e foram tomadas de forma global. Nós, na área, começamos com um redesenho de tudo o que são os sistemas de faturação da AFIP e está em curso que chamamos de “Texto Ordenado de

Faturação”, ou seja, todas as normas de faturação que estão apontando hoje em direção a um mesmo horizonte, por isso temos o projetos de controladores fiscais, temos um projeto de reengenharia do que é autorização de papel e temos a normalização do que é fatura eletrônica. As três dividem um idêntico desenho de registro, ou seja, estamos tornando compatível em direção a um mesmo futuro. Ou seja, se você olha o desenho XML de uma fatura “A” para uma maquina fiscal é o mesmo que a fatura eletrônica porque tenho que poder explorar a informação e utiliza-la.

N.: Mas porque você acha que... quando começou a fatura eletrônica de inicio não foi feita nesta visão? Pensava-se que seria uma mudança tão grande e você acreditava que os contribuintes não poderiam...

E1.: Eu acreditava que sim... Está claro que estou na área de faturação desde 2009 e não conheço muito a fundo os pormenores do principio, mas entendo que sim porque foi uma mudança muito importante desde o ponto de vista cultural do país e de um trabalho que em 2009 nos dedicamos seis meses para promover as vontades da fatura eletrônica para o contribuinte e foi umas das coisas que mais custou vender porque todos olhavam para isto como uma nova obrigação da administração para o contribuinte no lugar das vendas que traz na administração dos documentos eletrônicos nas medias e pequenas empresas. Quando se lhes explicavam que podiam inteirar sua contabilidade, que podiam inteirar os processos de sua contabilidade dentro do documento eletrônicos, como poderiam dialogar com seus clientes desde seus provedores eletronicamente como poderiam acelerar os processos de pagamentos, porque não tinham que mandar um documento-papel por correio para poder cobrar a fatura, poderiam manda-la por e-mail, então o que as vezes demorava 10 dias no processo de cobrança estando a fatura eletrônica poderiam diminuir para 48 ou 72 horas o que era uma economia de espaço de guardar papel o que significa economia de robótica, de impressão e denso de armar envelopes de faturação, o custo fixo, tinta, torner, pessoal, logística quando se começa explicar o contribuinte pouco a pouco foi entender e tivemos empresas muito grandes que implementaram e viram os benefícios e de boca em boca foi-se generalizando as vantagens da fatura eletrônica. Igual tem seu tempo, nem todo o país está em faturação eletrônica, falta muito para fazer.

N.: Mas a maioria dos seguimentos já estão, você foram um dos primeiros países a por a obrigação. Por que fizeram isto de obrigatório, pois se a fatura tem suas vantagens?

E1.: Fizemos obrigatório primeiro pela idiossincrasia nos nossos contribuintes. Cada um conhece o tipo de contribuinte que tem e tem vezes que se pode fazer voluntario e há vezes que tem que se fazer obrigatório o mesmo que acho que é em toda a América Latina. E

segundo pelos objetivos que a administração persegue com seus setores econômicos. Os objetivos que temos e a ideia de ter informação, deixa ver se tenho aqui... isto já está feito... este é velho....

N.: Estes são os números de faturação eletrônica?

E1.: Exato! Mas este está certo, bem, não importa. Como avançamos em milhões de comprovantes este é o total de milhões de comprovantes, este é dois milhões... nove milhões... vinte nove milhões ao ano e até quando nós assumimos e subimos.

N.: Quando começaram as obrigatoriedades? Em 2009?

E1.: Em 2008 já eram obrigatórios estas ... algumas voluntarias e outras obrigatórias.

N.: Vocês fizeram a obrigatoriedade por seguimento de contribuinte e de tamanho, o porte?

E1.: Antes, mais do que nada, por atividade...

N.: entravam todos os que tinham a mesma atividade ao mesmo tempo?

E1.: Exato, em linhas gerais sim. Há exceções, há particularidades, mas em linhas gerais sim ... E foi o crescimento exponencial da quantidade de faturas.

N.: Vocês tem também fatura eletrônica para pessoas “morais”?

E1.: Sim, sim aqui estão todos. Nós temos, os tipos de comprovantes não diferem, nós temos os comprovantes do tipo classe “A” que é quando eu discrimino os comprovantes de classe B que é quando dou a uma pessoa física ou uma pessoa “moral”, isto é se eu emito uma sociedade, para dizer de modo bem simples e depois terminado os comprovantes sei que ao consumidor final. Isto em linhas gerais tem mais complexidade mas...

N.: Mas no projeto de fatura você teve a participação das empresas do desenvolvimento, você tinha reuniões com as empresas, como era isto, como foi a participação das empresas?

E1.: No principio quando não se fazia fatura eletrônica área de sistema um pouco dialogou com as empresas de software, digamos, estabelecendo os standards de XML como ia ser um Webservice, certificação dos servidores de um lado para que possam dialogar com total transparência com servidores da AFIP foi nas origens. Uma vez que já esteve incorporado o método de Webservice nas empresas de software, o importante foi começar a atuar com os contribuintes, ou seja, nós cada vez que íamos incorporar o setor importante, tratávamos de fazer uma difusão previa com o setor, assim o fizemos com as empresas de seguro, de turismo, as empresas importadoras, que a câmara de importadoras nos ajudou e um trabalho muito completo que fizemos com os exportadores porque implementamos a obrigatoriedade da fatura eletrônica para as exportações e aí se trabalhou muito com o setor para que o documento responda às necessidades do comercio internacional porque aí transcende as

fronteiras da Argentina. Tinha também de contemplar todos os requisitos comerciais que tem o comprovante em nível mundial.

N.: Mas não se tomou um padrão internacional de arquivo ou de layout.

E1.: O que trabalhamos que... Trabalhamos com o que é a complementação de exportação, o que são as permissões de embarque que já trabalham no standard internacionais, então tomamos muito do que é uma permissão de embarque para por isto dentro da fatura onde a terminologia, a compreensão de cada campo, o desenho de cada campo tem muito que ver com o documento de alfândega pelo qual hoje se pode ler e interpretar muito facilmente uma fatura de exportação nossa porque está pensada mais no comercio exterior do que só na parte interna da faturação.

N.: Sim. A questão do ... mantem-se a fatura em papel e você tem o arquivo eletrônico, qual dos dois que vale? Tem o mesmo valor o arquivo eletrônico e a fatura? Qual é o valor do papel e como... ? O cliente que recebe uma fatura em papel tem uma fatura eletrônica que está vinculada àquela fatura em papel?

E1.: Exato.

N.: Pode manter aceitar o papel ou tem que fazer uma consulta para saber se é valida a fatura eletrônica?

E1.: O contribuinte pode receber um documento eletrônico, pode receber uma representação gráfica em PDF deste documento eletrônico ou pode receber papel. Se por uma questão comercial entre eles decidem que querem continuar recebendo o papel podem fazê-lo. Já uma questão comercial entre particulares. E o que lhes dá AFIP é, dentro da sua pagina institucional, a possibilidade que um contribuinte possa consultar a validade deste comprovante.

N.: Consulta-se com o CAE?

E1.: Exato, consulta-se com o CAE ou com o CAI se é papel, se este comprovante com estes atributos com o que se põe aquele que recebeu, aquele que emitiu, a data, o ponto de venda, o numero de série, o valor, são os atributos que a tela pede para dizer se é um comprovante valido ou não.

N.: E qual foi a área responsável pelo projeto de fatura eletrônica da AFIP? Foi mais a área de tecnologia ou fiscalização ou de atendimento ao contribuinte...?

E1.: Não, tudo que é funcional é dessa área, deste departamento.

N.: Sim mas tem sido a pessoa que ... se falasse de fatura eletrônica quem era o líder do projeto na AFIP, por exemplo? Que área?

E1.: Desde 2009, essa área.

N.: Esta área é vinculada a esta fiscalização?

E1.: Fiscalização diretamente da subdireção de fiscalização. E da mão completamente do que é informática de fiscalização de (Nome não entendido 00:29:25) , ou seja trabalhamos em duas áreas ombro a ombro, uma desde o lado funcional e normativo que é a nossa e ela desde a parte de sistema.

N.: e na sua visão, qual foram os fatores críticos de êxito no projeto se não tivesse este fator, ou seja, se não tivesse este fator poderia ter ido mal o projeto de fatura eletrônica. Tem sido a coisa mais importante...

E1.: A mais importante é difusão, a tarefa de docência com o contribuinte é importantíssimo principalmente antes e logo de implementar a fatura eletrônica porque cada atividade eletrônica tem muitas particularidades dentro do comercio do dia a dia, então o documento eletrônico que tem muitos controles on-line tem que ter a flexibilidade para atender as necessidades comerciais da atividade, ou seja, por isso é importante estudar as atividades que vamos obrigar quais são os dados que eles manejam porque não é o mesmo uma fatura de turismo que uma fatura alfandegaria que uma fatura de uma camisa ou uma fatura de um par de tênis. Há coisas que são comuns, mas há necessidades comerciais que têm, então um modelo, o desenho do XML do comprovante de fatura tem que ser suficientemente amplo para que acompanhem o negocio e não que coloquem obstáculos para ele. Por isto é importante trabalhar com os setores aos que vai se envolver, segundo, isto desde o lado funcional e também é ter canais de comunicação para ajudar os contribuintes a como registra-se a como usar a fatura eletrônica, ter uma mesa de ajuda, ou seja, que tenha um canal claro dentro da organização onde o contribuinte possa buscar assistência.

N.: Aqui vocês têm uma homologação do contribuinte para subir a fatura eletrônica ou não?

E1.: Não, é tudo no entorno “testing” do webservice já desde o lado técnico.

N.: Sim, mas ele não é obrigado a testar, se quiser testar, testa, e se não quiser, não precisa, é sua responsabilidade.

E1.: Exato, é sua responsabilidade, no dia que amanhã se está obrigado a faturar, este será seu problema.

N.: Você acha que a tecnologia foi um fator critico do processo ou não? Qualquer tecnologia serviria não importava tanto a tecnologia o mais importante é a informação?

E1.: A tecnologia já estava, ou seja, eu sempre falo de cenário tecnológico e o cenário tecnológico da Argentina era propicio, havia servidores, havia internet, havia pessoas que eram capacitadas para fazer desenvolvimento de Webservice, então não é que se teve de começar desde o zero, por isso é que, o cenário tecnológico ajudou.

N.: Foram críticos.

E1.: Não foi algo que diga ... tenho que esperar cinco anos, pôde começar e avançar. O cenário tecnológico já estava, eu exemplifico com a fatura-papel 1998. Quando nasce a faturação-papel, o contribuinte tinha de ir com o papel a um lugar de impressão para solicitar a autorização porque, em 1998, o acesso a internet era muito restrito no país, ter um computador era caro e era mais provável que tivesse um lugar de impressão grande, uma empresa de impressão do que qualquer contribuinte, hoje o cenário tecnológico mudou totalmente. Qualquer pessoa se comunica por meio de sua senha fiscal pela internet com a AFIP, hoje já não preciso um terceiro que me ajude a comunicar com o contribuinte, por isso hoje planejo e agora se comunica ao contribuinte diretamente com o software.

N.: E o apoio da alta administração da AFIP, o interesse deles com fatura eletrônica foi um fator importante, ou seja, você tinha ... o diretor geral queria fatura eletrônica, então se você tinha um problema, você chegava no diretor geral e perguntava o que tinha para fazer. Você tinha este tipo de apoio ou não? Foi um projeto de tecnologia, algumas pessoas de fiscalização...?

E1.: Não, foi um projeto institucional.

N.: Foi mais importante que outros projetos.

E1.: Não necessariamente, se não como diria eu, é começar com o pé direito. Você pode começar com um projeto interno, tentar conseguir algo para convencer de que é necessário, eles creiam que meus antecessores foram os que fizeram em seus primeiros anos e logo que se viu a importância já estava incorporada a importância da fatura eletrônica, então realmente nos sentimos acompanhados e avançar com isso. É como dizer, trabalhe com a fatura eletrônica que é necessária.

N.: E os antecedentes de fatura eletrônica, alguns países tiveram leis de comércio eletrônico, lei de assinatura digital como algo de um ponto de partida importante para ter.

E1.: Não, na Argentina não, nós temos assinatura eletrônica e não assinatura digital. Com o sistema de autenticação e de senha de acesso e de senha fiscal é como validamos aquele que está mandando, mas não vem assinado documento por documento. Não, não é nosso modelo queremos no futuro ...

N.: e não tem uma preocupação com relação a validade do documento?

E1.: Até agora não houve problemas neste sentido ainda, não houve problemas.

N.: um questionamento foi mudado pela AFIP.

E1.: Não, não tivemos problemas mas, igual ao futuro, teremos que ir em direção a assinatura digital de cada documento e que cada documento esteja assinada.

N.: e os inspetores já estão envolvidos com as informações de faturação eletrônica e o usam para fazer os registros dos contribuintes, eles tem ferramentas que

E1.: Nós, na base central de fiscalização colocamos todas as faturas autorizadas pela AFIP na cabeça de cada contribuinte, então na área de investigação podem ver se o contribuinte que estão investigando se estão usando a fatura eletrônica e podem ver toda a faturação do contribuinte diretamente da base de dados.

N.: mas, não há uma preocupação do documento eletrônico tenha validade, não mais é a informação que é importante para fazer relatório, montos, é isso?

E1.: Exato, desvio, “montos”, comparados com sua posição fiscal a quem vende ...

N.: Quando o inspetor faz uma multa que põe de comprovação o documento em papel da fatura ou põe uma informação eletrônica.

E1.: Depende, porque as faturas eletrônicas basicamente não são um objeto de multa porque nos a autorizamos antes de ... é diferente quando você tem talonário em papel que tinha uma data de vencimento e continua usando. Quando o inspetor vai e vê que esta usando algo que já está vencido e aí aplica uma multa. A fatura eletrônica está sendo validada on-line e se tem um erro eu a recuso, não lhe outorgo o código. Uma vez que eu lhe outorgo o código é porque as formalidades foram cumpridas, então não seria comum que seja objeto de fatura eletrônica.

N.: Uma fatura eletrônica, por exemplo, põe uma multa de 100 mas a operação de venda foi de 200, na realidade existe um superfaturamento, então como fazer a prova...

E1.: Mas aí está o que passa é que a fatura faço por 100. E a posso fazer com o controlador de papel ou eletrônico. Menti. E tenho a cobrança de 200, então aí não importa o documento eu contrasto o documento que me diz que 100 e onde está e porque que você cobrou 200, ou seja, aí já é a sua faturação, não é que a fatura esteja...

N.: Nós, no Brasil, temos que provar isto.

E1.: --- também

N.: então tenho que juntar os dois, então a pergunta é que ...

E1.: O contribuinte tem seu duplicado eletrônico armazenado que é...

N.: que é um ..., que Martin me pediu para te perguntar com mais detalhes que ...

E1.: Uma resolução geral (número não compreendido 00:40:04)

N.: Isto, exato.

E1.: É um desenho de registro.

N.: É como se fosse um livro de vendas eletrônico.

E1.: Exato. O que passa... à parte você tem o livro dele, à parte, são duas coisas, um é o duplicado de cada um dos comprovantes e à parte o livro onde está o resume deste comprovante.

N.: E você tem que manter os dois?

E1.: Os dois.

N.: E apresentar ao inspetor.

E1.: À disposição do pessoal fiscalizador.

N.: Por dez anos tem que manter isso.

E1.: Então eu busco a fatura, esta fatura está feito por cem, vou ao livro e está feita por cem, vejo a cobrança e está feita por duzentos, comissão de vendas, aí as faturas não têm problemas, cobreí ao “negro”, é como diríamos ao “negro”, é o mesmo que se não tivesse feito a fatura.

N.: Outra coisa...

E1.: Ajuda a provar, ou seja, falando...

N.: Sim, usa o livro para provar.

E1.: Os livros e a parte de cobrança, a parte bancária, a parte financeira, como entraram os fundos, ou seja, a fatura aí é um elemento mais dentro da prova.

N.: Outra pergunta que eu tinha é com respeito ao modelo que você tem que é um pouco diferente do que vi em outros países que você tem uma autenticação com a Afip e recebe um token que vale por 12 horas para fazer as transações da fatura eletrônica. Por que você precisa dessa autenticação? Por que... é uma (expressão não compreendida 00:41:45), não houve uma decisão de...

E1.: Não, desde o nosso lado não. Esta é uma questão que a área de tecnologia estabelece para a autenticação para os que se comunicam com os servidores.

N.: E a questão da informação entre contribuintes, tem uma obrigação da lei ou na regulamentação daqui, da Argentina, da Afip de que o emissor da fatura eletrônica tenha que enviar a fatura eletrônica ao seu cliente? E se estabelece a forma também?

E1.: Não, o que diz é que se aquele que emite está em fatura eletrônica e aquele que recebe está em fatura eletrônica então tem a obrigação de mandar o comprovante eletrônico. Se o mandam no e-mail, se o emissor na sua pagina Web põe o comprovante para que seu cliente entre com uma senha e faça o download ou o faz em PDF, muitos o fazem com a representação gráfica em PDF.

N.: É obrigatório enviar o XML?

E1.: Cada um faz... deixamos isto com algo livre entre as partes.

N.: e se não cumprir isso tem multa?

E1.: Na verdade não controlaram isso.

N.: E por que você acha que, na realidade, as empresa tem fatura eletrônica, a maioria ou a grande tem fatura eletrônica, por que as empresas não usam a informação eletrônica hoje? Pelo menos vi que a maioria das empresas continuam a pegar a fatura em papel e entrar com a informação nos sistemas contáveis. Por que não se usa a informação eletrônica?

E1.: Por que convivem ainda muito o papel com o eletrônico, ou seja, há muitas atividades que não usam comprovantes eletrônicos e há muitos contribuintes que ainda não estão obrigados, então uma mesma empresa tem provedores que lhes mandam comprovantes eletrônicos e que lhes mandam comprovante em papel, então não está totalmente, digamos, não está tudo eletrônico.

N.: Mas você acha que outra motivação seria porque, como não há um standard para esta comunicação, alguns provedores lhes mandam a fatura em PDF e outros mandam por e-mail?

E1.: Poderíamos chegar num futuro a, quando estou falando disto de ir avançando em direção a um horizonte, a chegar padronizada a forma de comunicar-se.

N.: Você acha que a administração tributaria poderia ter um papel mais central no modelo, é o provedor das informações eletrônicas, aqui você obriga que o faturador, a empresa que fatura envia para o cliente, você tem a informação eletrônica aqui. Poderia ter um standard aqui, um WebService onde todos iriam buscar a fatura na AFIP.

E1.: Se tivesse a fatura detalhe “full-full” obrigatória para todo mundo. Como te explicava hoje no principio, quando nasce a fatura eletrônica que nasce o principio com esta resolução o que se estabeleceu foi....

N.: O 2485.

E1.: Sim, onde isto era o emissor, o receptor, a data, o numero e o total, estes totais abaixo. Tudo isso não vinha, então estes dados não chega o cliente, o cliente precisa de tudo isso.

N.:O detalhe?

E1.: O detalhe. E hoje o grosso da nossa faturação na AFIP, exceto 2 seguimentos, o seguimento que está na RG 2904 que é a fatura detalhe

N.: Que é o matrix isso?

E1.: Exato isso é matrix e o que é a fatura de exportação, isto sim tem --- tudo, tudo, tudo. Isto sim. E as nossas mesmas pessoas de alfandega quando estão vendo uma operação de exportação buscam a base na fatura e já vêem, tem tudo, não precisa de um papel adicional, mas com esta não lhes serviria, a original, a base com a qual se arrancou não serviria.

N:.. mas pensando que no futuro você vai ter isso para maior parte do seu contribuinte, ter o detalhe, você acha que teria uma restrição da AFIP em se assumir um papel que não seria tão ... seria mais um papel de mercado, comercial do que um papel tributário?

E1:.. Bom aí é que tem que ter cuidado onde tem que ser prudente.

N:.. bom pode-se dizer que é uma questão comercial entre particulares, eu não quero me meter nisso.

E1:.. Há coisas nitidamente comerciais onde como administração fiscal não nos metemos, mas há serviços que podemos brindar ao contribuinte onde tem características de serviço, então o fato de ter repositório de comprovante, possibilidade de consultar validade de comprovante, recuperação de comprovante emitidos, tudo isso entendo como um serviço da administração ao contribuinte. Agora meter na relação comercial, eu preferiria não me meter porque uma questão entre particulares.

N:.. Mas se a AFIP caminha para oferecer estes serviços, se eu pudesse fazer o download no Webservice para acessar a minha fatura eletrônica que meu provedor que não me enviou, enviou a AFIP e ... você acha que poderia ter uma mudança inclusive de que não seria mais obrigatório ao provedor e o cliente manter a informação por 10 anos e que não se precisa mais.... assumi-la como repositório?

E1:.. Mas o que acontece e que aí estamos falando de normas que já a cedem a esfera fiscal, estamos falando de código do comercio, leis de procedimentos administrativos outras normas na Argentina de caráter hierárquico superior que obrigam a documentação comercial, ou seja, seria uma mudança muito mais profundo, não só seria pela razão fiscal eu poderia chegar até a questão fiscal, mas seria uma mudança cultural muito maior.

N:..Porque hoje, com o modelo, em todos os países tem isso, você na AFIP na administração tributaria tem afirmação eletrônica com validade,o provedor tem que manter a mesma informação e o cliente tem que manter a informação e se há uma duvida entre os três, vale sempre a informação da administração tributária.

E1:.. Sim isso seria se estivéssemos nos 100%, isto é o ideal, quando se vê isso no futuro, sim é o ideal, mas este mesmo contribuinte, digamos que é uma sociedade, parte de suas operações estão feitas com fatura eletrônica, parte de suas operações ainda esteja em papel por uma segunda atividade que tem, que não pode usar uma fatura eletrônica e talvez tenha uma parte de vendas mas se vai os consumidores finais que usam o controlador fiscal, ou seja, como esta é uma realidade que se dá no contribuinte não é tudo mantido, não são situações de manual onde um contribuinte você lhe aumenta uma fatura eletrônica e não acontece nada, há contribuintes que tem ainda esta realidade e temos tudo que em direção as regulamentações de

edição de comprovante há infinitas vezes que hoje têm comprovantes papéis específicos que não entram dentro de um modelo de fatura eletrônica.

N.: Outra coisa que percebi que é diferente aqui na Argentina, vocês têm standard de fatura eletrônica diferentes por setores, como o de exportação, porque não fizeram um standard único e somente se põe “pagues” com complementos diferentes.

E1.: Porque como foram fazendo, ou seja, ...

N.: Mas o objetivo é estar num só.

E1.: Exato, vemos isso em uma curva de tempo, se eu tivesse trabalhado num laboratório todos estes anos ou tivesse feito o mega comprovante eletrônico que sirva para tudo onde os campos serão obrigatórios ou não depende da atividade isso num só modelo, mas se vimos isso da realidade, primeiro nasceu a fatura de cabeçalho depois agregaram nesta fatura de cabeceira os campos de caráter obrigatório para algumas atividades depois apareceu a fatura de mercado interno de matrix e depois apareceu a fatura de exportação que tem dados que não são parecidos ao que é uma fatura de mercado interno. Como apareceram cronologicamente é logico que haja os documentos eletrônicos, se você tivesse trabalhado 5 anos ou mais, mais de 5 anos em nível de laboratório poderia ter feito experiências de simulação com isto, com isso e chegasse a tirar um mega XML onde diga: estes dados são obrigatórios mais para o mercado interno; estes são dados para exportação; estes são dados para lá e tenho a mesma planta para todos, mas a realidade é que você nasceu cronologicamente diferente.

N.: e com relação aos inspetores, como foi a receptividade da fatura eletrônica, teve alguma resistência interna na área de mudança?

E1.: Não, o que usam muito a área que investiga se trabalha-se muito primeiros com os livros e daí faz-se seleção de alguns comprovantes para dar um exemplo, então muitos trabalham com os livros e as pessoas que tem fatura eletrônica tem os livros digitais, ou seja onde podem analisar a informação e inclusive tem os duplicados eletrônicos que podem chegar a explorar a informação. Não gerou resistência, nós dizemos a parte nós fizemos uma campanha durante o ano de 2010 de formar pessoas para todas as regionais do países, demos um Atelier em Buenos Aires intensivo de dois dias e fizemos um fórum de fatura eletrônica explicando tudo isto, a filosofia, como vinha e aos referentes de capacitação de todo o país como que para que façam a difusão em cada uma das regionais, então tivemos um trabalhado de quase um mês muito interessante onde nos colocamos a difundir tudo referente a fatura eletrônica e isto ajudou muito a multiplicar porque duas pessoas não podem cobrir o país.

N.: e na parte de atendimento ao contribuinte? O tema de fatura eletrônica hoje são as regionais que ... tem mesas de ajuda nas regionais?

E1.: Está. As próprias pessoas que atendem ao contribuinte também foram treinadas para interpretar seu contribuinte tem um problema e a onde dirigi-lo porque num principio não se sabia o que fazer, então como eles se formaram conosco e com os nossos---, a unidade regional poderia interpretar se era um problema de compreensão da norma do contribuinte, de que não entendiam como registrar-se e o podiam ajudar ou se era um problema de sistemas e a onde teria que mandar a consulta ou era uma situação genérica não prevista e a mandavam à mesa de ajuda central, ou seja se estabeleceram os canais de comunicação. Ao principio tudo vinha para cá.

N.: Para Javier.

E1.: Não para as pessoas que estavam antes de mim e a toda equipe e quando começamos a fazer esse treinamento das pessoas para que possam saber diferenciar os problemas, como os solucionar e a quem teriam que comunicar-se quando não tinham uma solução, hoje por hoje não temos barulho.

N.: se você com a experiência que tem hoje pudesse voltar ao passado e fazer o projeto de novo o que você teria feito de diferente, o que você mudaria, não mudaria nada?

E1.: Não você sempre aprende com os erros, dos outros e dos seus próprios, eu mudei muito.

N.:Mas, em quais aspectos lhe parece ser importante mudar? No passado, se tivesse a oportunidade

E1.: Talvez em um molde mais inteligente, sem muitas opções para molde de Web Service, ter tido a possibilidade de analisar um pouco mais a fim de selecionar um molde que pudesse servir para comércio, indústria, serviços, para este e também para aquele, mas eu.... e estabelecer sistemas automáticos de controle para informação de empresa.

N.: A qualidade da informação.

E1.: Sim, a qualidade de informação.

N.:Mais regras de validação.

E1.: Sim, mais regras de validação: online e VAT, já sistematizado tudo e com as ações de controle posteriores de (palavra não entendida 00:57:24) sistêmicos que se detectam. Isso tem a ver um pouco com minha experiência anterior em outra área quando já tínhamos a fiscalização em nível de país, muito metida.

N.: E se o senhor fosse recomendar para um país que está começando um projeto de fatura eletrônica, por onde indicaria que comesçassem o projeto, quais pontos recomendaria?

E1.: Santo Deus, já te digo, tenho que pensar... porque são coisas que cada vez mais temos de nos preocupar... primeiro uma avaliação concreta do cenário tecnológico que temos disponível. É importante analisar com bastante tempo os recursos tecnológicos disponíveis,

não só com a administração, mas com o território particular, desde os profissionais capacitados para desenvolver em segurança de informática, Web Service, certificações, adaptar os produtos de faturação que existem no mercado, porque temos produtos locais de empresas locais, como empresas que tem produtos de gestão global como SAP

N:..Sim, claro.

E1:.. E às vezes qualquer modificação desses sistemas recebe toda boa vontade, mas dependem dos tempos que as megaempresas a nível mundial lhes deem para desenvolver e adaptar esses sistemas. Isso é importantíssimo no cenário tecnológico, ou seja, não se pode desenvolver um projeto dessa categoria, com essas características se não sabem onde estão parados tecnologicamente. E pelo lado funcional para mim é importante ter na equipe de pessoal gente como Silvia Otero, Martín del Cuadro que enxergam bem a área tecnológica, para saber se podemos ou não podemos. Outra coisa dentre as quais observo é a equipe de projeto. Pensar que esses projetos podem ser feitos com duas pessoas, quatro pessoas é ir ao fracasso. Sabe-se que se avança com poucos, mas é necessário ter as costas para ter uma equipe de trabalho muito forte, que esteja preparado para definir, falar com as câmaras de certos setores econômicos, para dialogar funcional e tecnologicamente com Silvia Otero, poder discutir sobre um modelo de por que eu quero tais validações, por que não, que ainda que seja caro o desenvolvimento deve ser efetuado dessa maneira. Deve haver uma equipe de projetos muito sólida em relação à formação. Não podem ser novatos. Sobretudo o funcional, talvez na área de sistemas é possível contratar gente nova, jovem, mas na área funcional é imprescindível ter muito conhecimento de operações comerciais porque uma vez que se aplica um modelo econômico no mercado não é possível corrigi-lo, não é permitido errar. Implica um custo muito alto para o contribuinte. Outro aspecto também é definir com quem você quer começar a trabalhar, com uma atividade que seja fácil para você ou uma atividade que para a administração é importante conhecer.

N:.. E aqui qual foi a decisão aqui?

E1:.. No princípio foi uma mistura. Apontamos as atividades que interessam à administração, que quero controlar como administração, mesmo que me custe mais trabalho.

N:..Às vezes é mais difícil de...

E1:.. Às vezes sim

N:.. De falar porque não querem também estar mais próximos da AFIP.

E1:.. Exato, conseguir a informação ou às vezes ter que fazer um modelo totalmente nova como foi a exportação, ou seja, para nós foi um desafio extraordinário, trabalhar com a câmara de exportadores, gente da alfândega e seus procedimentos, mas foi um lindo desafio,

nós queríamos esse comprovante de senha eletrônica, não era fácil, mas era necessário. Outro aspecto é a coexistência com outros métodos, o que fazemos quando em um país você não está começando do zero e tem máquinas registradoras e impressoras fiscais, te, papel e outros métodos, gente que não precisa emitir fatura, emitem outro documento. Como implantar o processo de fatura eletrônica em uma realidade que é complicada. Porque não é uma situação ideal de livro de contos onde você diz: “ninguém fatura a partir de onde vai começar a faturar”. É necessário inserir isso dentro da coexistência dos outros métodos. Incentivos de resistência. Quais incentivos dar aos contribuintes para que se envolvam com fatura eletrônica e quais são as resistências que podem ser encontradas. Pode-se medir...

N.: Tiveram problemas com as impressoras?

E1.: A princípio como isso não ocorreu de um dia para o outro em todo o mundo nem temos todos muitos contribuintes, temos os mais importantes, mais de 40% de IVA inserido em fatura eletrônica, isso é o mais importante, não me importava a quantidade de contribuintes, mas o imposto que estava envolvido. Por isso, convém observar os poucos contribuintes, mas o IVA é tão grande. Então não tivemos esse problema, pelo menos não foi um problema, porque está fechando a fonte de trabalho de um dia para o outro nesse setor onde estão todos os países. É necessário medir isso como ir, quais são as resistências, desde o folclórico pensamento “não gosto porque não gosto” até estar preparado para dar uma boa assistência. O que foi muito foi a mesa de ajuda e a de difusão para que a falta de informação e de acompanhamento não sejam usados como desculpa. Nós não tivemos problemas desde que estamos com a equipe, de contribuintes que possam dizer: “na AFIP me obrigaram mas não me ajudaram”.

N.: E vocês já tinham uma cultura de obrigar muitas coisas para o contribuinte, eles já estão acostumados com que lhes obriguem coisas.

E1.: Na Argentina sim. Continuamente há normas que obrigam o contribuinte a ir comprar, sobre comportamento.

N.: Nunca houve uma resistência do contribuinte dizendo “sou obrigado, não tenho dinheiro para investir nesse projeto”.

E1.: Não, por isso também a importância de distintos métodos para poder faturar eletronicamente. Se você é um contribuinte pequeno que não tem dinheiro, você tem o faturador online, que é grátis, necessita unicamente de impressora se quiser imprimir.

N.: Uma coisa importante que me lembrei para mencionar, alguns países como México estão com um modelo de que a validação e a autorização da fatura é feita no México e Guatemala

por privados. Você e a administração tributária estabelecem um standard e um contrato com privados. Aqui na Argentina não haveria espaço para isso.

E1: No modelo atual não, é a relação contribuinte/fisco.

N: Por qual motivo?

E1: Se não deveríamos estar homologando a esses prestadores intermediários.

N: Seria também uma questão de segredo fiscal.

E1: Sim, o segredo fiscal de (palavra não entendida 01:07:00)

N: Aqui é muito forte isso.

E1: Sim, é muito forte. E os modelos gerais de relação que há na Argentina é o contribuinte e o fisco. É uma relação direta, por mais que através da administração de relação de contribuinte que possa designar uma pessoa, mas é ele quem designa, não sou eu, por exemplo, se você como uma pessoa moral, física vai designar esse contador para fazer suas declarações juramentadas é você quem designa o contador, o qual estabelece comunicação comigo representando você, no entanto foi você quem fez isso, não eu que o escolhi ou impus. Sim, o legal tem muita força, muito diferente porque a relação é fisco/contribuinte.

N: No Brasil ocorre o mesmo, não há também espaço para isso.

E1: E à parte do que significa o desafio de homologar as empresas que entram no mercado.

N: E a responsabilidade...

E1: A responsabilidade da homologação, porque uma vez realizada, que diga “esta senha” é o mesmo que eu diga hoje “o modelo SAP é bom porque a AFIP o assina”, é necessário revisar, não é fácil.

N: Não é fácil

E1: E os tempos? Que tempo tenho para implantar esse projeto? Às vezes é a variável que joga contra todas as outras. No pode ser eterno, porque um projeto não pode levar muitos anos, já que tem que mostrar resultados, também por outro lado não se pode trabalhar contra o relógio, interna e externamente, tenho que tomar um tempo para o produto que vou tirar da rua esteja o mais sólido possível, e tenho que dar para ele um tempo para que o contribuinte desenvolva-o por outro lado, já que é necessário fazer as adaptações no software, não é que saiu a norma e em 24 horas já está tudo pronto.

N: Quanto tempo oferecem para o cliente que está obrigado?

E1: Estabelecemos uma média de 60 a 90 dias, por experiência, não que seja científica a projeção, mas que a experiência de como as empresas souberam responder bem para adaptar os sistemas de faturação...

N: E as empresas tem um ambiente de teste que podem...

E1: A AFIP lhes dá um ambiente de testing para que façam todas as provas que considerem necessárias antes que comece a obrigação. Por isso, de ver o testing entendemos que entre 30 e 60 dias é um tempo prudente para estabelecer a obrigatoriedade.

N: E quais projetos você pensa para a fatura eletrônica no futuro? Quais são os comprovantes, possuem...

E1: Nós agora estamos normalizando, estamos em um projeto que é texto ordenado onde estamos acomodando todas as normas que existem de faturação, papel, auto impressores e fatura eletrônica.

N: Esta parte de legislação também é com sua equipe? Por causa do tema do projeto?

E1: Exato, nós imprimimos o projeto e o enviamos para a área de legislação e área o revisa, o corrige e nos explica se falta algo, mas a redação, a faz a mesma pessoa que duas pessoas e o projeto de texto ordenado é a mesma coisa, porque tratamos de... como isso nasce por volta dos anos 90 e foi o papel, a fatura eletrônica e todas estas mudanças e são muitas normas que estão dando voltas, então a ideia era fazer um compendio para que o contribuinte o possa entender melhor, fizemos algumas correções, aprendendo com os nossos próprios ... do que fomos detectando e de que seja mais simples, inclusive para o contribuinte.

N: A ideia é que com a legislação você caminha para ter um único standard para todos que use

E1: Hoje na legislação que estamos trabalhando de fatura eletrônica e de controladores fiscal já apontamos em direção ao novo desenho o dia de amanhã quando vamos levando todos estes modelos de planta, talvez não sei em que ano algum modelo único seja muito mais fácil. Hoje tenho que respeitar ainda isto.

N: E outro ponto que você me disse era a questão da assinatura digital, é um ponto que você acha que...

E1: É algo que, como a administração, queremos ir, é parte de um projeto de administração.

N: Porque a AFIP é uma unidade certificadora!

E1: Sim, é certificadora. Em alguns contratos já se utiliza assinatura digital, já incorporamos assinatura digital em alguma coisa de controladores fiscais para que não haja trafico de expedientes e o dia de amanhã, mas sim não pode ser uma decisão, somente da área funcional, tem que ser falada com a área tecnológica que passaria se mudamos em direção ao modelo de assinatura eletrônica a assinatura digital, qual seria os inconvenientes, a resistência, o custo, e desde o tecnológico porque é mais tecnológico do que funcional. Para mim seria mudar uma folha em uma norma, mas tecnologicamente é muito mais forte a mudança, então é algo que deve ser conversado dentro do que é o projeto, isto seria um pouco e neste caso eu

tinha preparado para Paraguai qual era a visão estratégica que teria toda a administração, nenhuma destas esfera têm logica se não há uma visão estratégica da administração em direção à que se quer ir, isto como um compartimento como uma equipe se não está interiorizada na visão estratégica que tem a administração federal que podemos estar caminhando por caminhos separados. Então a visão estratégica é um melhor controle, uma administração mais eficiente dos recursos técnicos, aproveitar todos os recursos informáticos, (palavra não entendida 01:14:15) do contribuinte, estabelecer mecanismos de controle online que não implique o uso de força operativa humana para controlar o que tecnologicamente podemos controlar. É uma questão de saber e acompanhar em direção aonde se quer ir, por isso quando você perguntava hoje na administração importava a fatura eletrônica e para nós foi fundamental, se a administração não tivesse se importado a fatura eletrônica não teríamos feito nem 10 % do que fizemos.

N.: Outra coisa que também tem que identificar o que os projetos de fatura eletrônica nos países... as pessoas que se envolveram com os projetos eram pessoas com dedicação, com uma relação muito forte com o projeto, acreditavam no projetam e isto me parece também que teve um papel muito importante. Aqui teve isto, a pessoa que lutou para ter a fatura eletrônica porque...

E1.: Tem que lutar contra moinhos de vento.

N.: você tem que quebrar paradigmas porque as empresas não querem mudar e você tem que vender o projeto.

E1.: Tem que manter-se firme nos anos.

N.: você acha que isto também... que são pessoas também... se você põe uma pessoa que faz seu trabalho no dia-a-dia.

E1.: Se a pessoa não estiver convencida e não é fanática do projeto, não ganha, o projeto não caminha, mas você tem que gostar do projeto, estar convencido tem que estar até um pouquinho fanático do que esta fazendo porque o único que te dá a energia para lutar por prioridade, por recurso, trabalhar muitas horas quando não tem recursos o que foi que aconteceu conosco, éramos muito poucos, se você olhar a equipe de faturação eletrônica é ninguém.

N.: 3, 4 pessoas ?

E1.: 3 pessoas.

N.: Hoje você tem uma área de fatura eletrônica, tua área...

E1.: Minha área é tudo, faturação, papel, controladores fiscais, fatura eletrônica e algumas coisas mais e somos nove pessoas no total para tudo, no administrativo, a tudo, ou seja, é

muito pouco. Mas é igual, por isso digo, custa muito ser fanático com as pessoas, se envolve e empurram o projeto.

N.: N.: Uma outra coisa que você, Javier, gostaria de registrar que não falamos, que foi importante para poder constar na pesquisa, algum ponto que ...

E1.: O tema é que... como dizer-lo porque a experiência nos ensina muito e sempre dar passos firmes.

N.: Porque nos seus projetos você não tem a possibilidade de cometer erros porque é muito importante falar com segurança.

E1.: É muito importante porque, você que estava na fatura eletrônica vai entender, a decisão que eu tomei desde o lado da administração implica que o contribuinte do outro lado tem que fazer desenvolvimento de informática para poder dialogar com a administração. Não posso mudar as regras do jogo a cada 15 dias, não posso, não posso dizer: “ai esqueci de tal campo, esqueci de tais dados, agora ponha isto, agora mude aquilo, agora isto”, não posso.

N.: N.: você perde a credibilidade.

E1.: Você perde a credibilidade e é um custo econômico muito alto do outro lado, você tem que ter isto bem presente. Que as empresas recuperam em poucos meses, é verdade, porque desde o momento que retira o papel em um mês recupera o que investiram para fazer fatura e assim continuam fazendo papel às vezes para agilizar e a cobrança já recupera o dinheiro. Não é muito custoso, mas sim o que implica para uma empresa e adaptar, fazer testing, e todo e algo mais e a parte de valorizar o que muitas poucas administrações que ao custo da hora/homem do estado.

N.: o tempo que se investiu...

E1.: O investimento que o estado faz e que isto saia adiante bem não é o mesmo que se eu me equivoco e corrijo, conserto, mudo. Trabalhar seriamente tirar um modelo bem feito e que as pessoas o possam implementar.

N.: N.: os livros eletrônicos de venda, isto se pensa em ter projeto...

E1.: Sim, já está aí

N.: Estes vão ser assinados digitalmente?

E1.: Eletronicamente por hora

N.: N.: e pensa-se no futuro não ter mais estas declarações juramentadas e você e a AFIP fazer a declaração e somente você me confirma que...

E1.: Bom, esta é a aspiração de toda a administração tributaria que algum dia chegamos a fazer a declaração juramentada-sombra o que dizemos, aqueles que têm muitos anos, a declaração juramentada-sombra com toda a informação que eu tenho dos seus negocio, esta

seria sua declaração juramentada, confirma-la, modifica-la mas esta seria com o mínimo o que você teria que declarar. Esta é a explicação que todos temos por isso impulsionamos a fatura eletrônica, por isso impulsionamos os livros eletrônicos, por isso se impulsiona o intercambio de informação, por isso se impulsiona os regimes de informação em nível de país, os intercâmbios de informação com os países do exterior porque e na medida em que você cresça em informação e em qualidade de informação, você vai apontando a esta declaração juramentada-sombra, que hoje eu digo declaração juramentada-sombra onde sua possibilidade de escapar é menor.

ANEXO B – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTAS PAÍS: BRASIL

Arquivo WS400051. WMA

Tempo: 00:00 – 00:21:11

Entrevistado 1 (E1) (Eudaldo)

(N) Newton

N: Então, entrevista com Eudaldo Almeida de Jesus, coordenador geral do ENCAT, assessor do Secretário da Fazenda do Estado da Bahia. Só uma coisa, Eudaldo, eu vou fazer as perguntas que eu tenho num roteiro, né, logicamente, eu conheço boa parte do assunto, participei de todo o processo, mas assim, na verdade, estou numa posição de pesquisador, então essa é a sua opinião, não vai ser um debate, é só uma, ouvir a sua opinião sobre alguns pontos do projeto. A ideia é uma visão mais de negócio, do que aconteceu, do processo, da estratégia, do que vem pela frente, né? Não é uma coisa muito técnica, bits and bytes, né? Então, só pra gente começar, Eudaldo, qual é o seu cargo, formação e quantos anos você trabalha na Sefaz Bahia?

E1: O meu cargo atual eu sou auditor fiscal, auditor fiscal nível 8, é o último nível de referência na Secretaria. Eu tenho 30 anos na Secretaria, 30 anos no grupo Fisco, dos quais seis anos eu era Agente de Tributos, e os outros 24 anos, auditor fiscal da Secretaria da Fazenda por concurso público em ambos os cargos. Minha forma... os cargos ocupados na Secretaria, já tenho 24 anos em cargo da Administração, passei apenas seis anos na atividade externa, desses eu ocupei os cargos de inspetor fazendário, que é de dirigente regional, depois de delegado regional, e posteriormente diretor de tecnologia da informação e depois superintendente de administração tributária, e diretor geral da administração tributária, que ambos os cargos só mudaram a nomenclatura e, no total de nove anos como dirigente máximo da administração tributária do Estado da Bahia. Minha formação é Administração, eu sou formado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, e em Direito pela Universidade Católica de Salvador, com pós-graduação em Psicologia Organizacional, em Direito Tributário e também em...em...Integração Econômica e Direito Internacional Fiscal, pela União Europeia, em acordo entre as universidades FGV no Brasil e a (nome não compreendido 00:02:50). Bom, acho que eram essas as perguntas.

N: Sobre o histórico do projeto, assim, na sua visão, como definir o projeto da nota fiscal eletrônica no Brasil, quais foram as motivações, né, se o projeto Brasil é baseado na experiência de algum país?

E1: Bom, em primeiro lugar, para mim, o projeto de nota fiscal eletrônica, ele não se iniciou a partir do momento que a gente tratou especificamente do projeto nota fiscal eletrônica. Pra mim, esse projeto começou muito antes, quando começamos a ter maior integração e cooperação fiscal entre os estados Brasileiros, a partir do ENCAT. Então, quando começamos com outros projetos, a exemplo do Passe Fiscal Interestadual, a exemplo do Portal Fiscal de Interesse dos estados, então, outros projetos que foram iniciados no ENCAT, e que foram tendo uma adesão dos estados, até chegarmos aos 27 estados da Federação, foi formando as condições políticas, né, de relacionamento entre os estados, formando um fórum técnico, né? Um fórum que estavam ali administradores tributários e suas respectivas equipes, ganhando confiança entre os estados para que, em contraponto ao que acontecia ao mesmo tempo no Confaz, que era uma guerra fiscal instalada, onde o reflexo político é muito mais forte, político-partidário, no ambiente do Confaz, porque os Secretários estão ligados diretamente ao Governador; já no fórum de cooperação fiscal que criamos no ambiente do ENCAT, eu queria dizer em primeiro lugar, os resultados mais fortes do que puxar brasa pra sardinha, para o interesse do respectivo estado. Ali, conseguimos formar um cordão de isolamento na discussão política-partidária, que não existia ali, e também na discussão quanto aos interesses relacionados à guerra fiscal, né? À questão da diversidade, ali quanto à (palavra não compreendida 00:05:16) de investimentos, nós conseguimos de alguma forma um pacto, firmamos um pacto dentro do ENCAT. Este assunto, nós não discutiremos aqui. E todas as vezes que esse assunto retornava, nós conseguimos reverter ao longo do tempo, e que não era fórum. Que esse fórum ficava para o Confaz, porque ali sim estavam os Secretários e representantes políticos dos governos que poderiam tratar desse assunto com mais profundidade e que às vezes, traz sequelas nas discussões entre os estados porque realmente cada um tem que defender os seus interesses econômicos, políticos e fiscais. Então, a nota fiscal eletrônica nasceu, de alguma forma, dessas condições no terreno que foi preparado, né? Um ambiente de técnicos, integrados, voltados para a cooperação. Até que um dia é, como nasceram os outros sistemas, cada estado começou a estudar soluções para esta hoje chamada nota fiscal eletrônica. Pesquisas como as que foram feitas no Chile, pelo grupo de São Paulo no qual você participou, pelo pessoal do Rio Grande do Sul, a Bahia também trabalhava num modelo que chamava Eletrônico, e não era igual a esse. Realmente, nenhum modelo era igual a esse, né? Várias ideias foram surgindo, que foram democraticamente reunidas e

desenvolvidas. É como se um tivesse o fermento, e o outro tivesse o trigo, e o outro tivesse a manteiga, e o bolo só se forma assim. Não poderia ser esse bolo dessa forma se fazendo isoladamente. Teria que cada um trazer o seu ingrediente. E, as condições políticas de credibilidade para isso dentro do fórum. Do ponto de vista externo, também já existia uma caminhada. Então, a imagem perante os Secretários de Fazenda do ENCAT, era a imagem de um fórum técnico.

N: Aproveitar aqui que faz parte das perguntas, o que seria o ENCAT, e como ele surgiu, um pouquinho da história do ENCAT, como ele surgiu, né?

E1: Olhe bem, quando eu digo que o ENCAT formou essas condições, o ENCAT nasceu da seguinte forma: existia um vácuo, um espaço, a ser utilizado de interesse da Administração Tributária dos Estados. Existia um espaço que precisava ser utilizado. E esse espaço, era o espaço do ENCAT. Ele precisava ser utilizado. E aí, porque nós já tínhamos um fórum de legislação, um fórum normativo que apoiava o Secretário, nesse fórum, que é a Cotepe, que é a Comissão de Cooperação Técnica Permanente do ICMS. Nós tínhamos, por outro lado, diversos GTs, diversos GTs que apoiavam essa Cotepe, que apoiam essa Cotepe, que são os grupos de trabalho, conforme suas especialidades. Nós tínhamos, e temos até hoje, o Fórum dos Secretários, que é o Confaz, que o Confaz, como cuida da política fazendária, e especificamente muito mais fortemente tributária, embora não seja falando só para cuidar da parte tributária, mas também da financeira, mas historicamente sempre foi um fórum mais voltado para a área tributária, já era o fórum para se discutir as questões relacionadas à alíquota, reduzir guerra fiscal, os benefícios a serem concedidos, a norma a ser aplicada, a regulamentação, ligada às obrigações acessórias, então já tinha esse fórum. Mas não tinha um fórum técnico de cooperação fiscal que estivesse, digamos assim, integrado, mas não tão, tão vinculado ao dia-a-dia do Confaz. Porque teria que estar fora da guerra fiscal. Aí surgiu o ENCAT nesse espaço. É claro que sempre com muito jogo de cintura para se achar a sua área de atuação, porque ao início da atuação, o ENCAT era apenas pro Norte, Nordeste e Espírito Santo. O ENCAT surgiu para cuidar de pautas fiscais, alguns conflitos na região de pauta, de preço mínimo de produto para efeito tributário, que é chamada a pauta fiscal, e outros interesses de estado, digamos assim, mais pobres, né? Que são os estados do Norte, e estados do Nordeste, e agregou-se aí o Espírito Santo. Então o ENCAT surgiu dentro dessa linha, né? Nós vamos cooperar nesses assuntos e vamos realizar para isso encontros. Vamos nos encontrar, três, quatro vezes ao ano, e vamos discutir esses assuntos. Um ano depois...

N: E isso foi quando?

E1: Foi em 2000, em 2000...

N: Certo.

E1: Em 2001, nós nos reunimos, e 2001, 2002, me falha às vezes a memória, é, eu fui eleito coordenador. Já existia um coordenador, já tínhamos um regimento...

N: E esse modelo foi inspirado em algum projeto, algum modelo de outros países...?

E1: Olha, existia...

N: De onde surgiu essa ideia de cooperação fiscal?

E1: Olha, a ideia de cooperação ela cresceu, mas assim, esse modelo de discutir obrigações acessórias, como fazer para cooperar, tava um pouco numa outra comissão que já existiu que era o Conife. O Conife era pra isso. Mas terminou não dando certo o Conife. Aí ficou um grupo do Nordeste que não era o ENCAT, mas parecia o ENCAT, que um tempo durou, mas os conflitos decorrentes do interesse de cada estado fizeram também com que ele não conseguisse prosperar. Quando surgiu o ENCAT, a grande dificuldade foi essa, porque as primeiras reuniões, as discussões, estavam se repetindo discussões que estavam acontecendo na Cotepe, nos GTs, de convênios, de protocolos, e a grande dificuldade foi dizer: “Olha, se nós vamos por esse caminho, não tem porquê existir, se discute lá no Confaz, se discute lá na Cotepe, se discute lá nos GTs”. Nosso caminho tem que ser o caminho operacional, de funcionamento da administração tributária, voltada para a arrecadação, fiscalização, funcionamento dos sistemas, melhores práticas de gestão, melhores sistemas de gestão. Nós temos que discutir isso, não o administrador tem espaço para discutir esse assunto, se vamos discutir um assunto que já é discutido, não tem sentido existir o ENCAT. E nós assumimos o ENCAT dentro desse diapasão. O ENCAT era pequeno, na reunião talvez de 20, 30 pessoas, né? E que éramos administradores desses estados que eu falei, Norte, Nordeste e Espírito Santo, mais alguns técnicos. Lá no Rio Grande do Norte, assumimos, me parece, em 2001, ou foi em 2002, a coordenação dentro dessa linha. E aí o ENCAT começou a crescer. Quando se pensou que não, já tinha um sistema de Passe Fiscal, um Passe Fiscal Interestadual, e também um Portal Fiscal, onde tinha diversas informações relacionadas a cadastro. No Passe Fiscal, todo o controle da circulação de mercadorias entre estados da Federação, que antes cada estado tinha o seu controle de passe fiscal. Quando eu digo estado, a maioria dos estados do Nordeste tem postos de fiscalização, postos fiscais fixos e volantes, e nesses postos fixos há um controle do trânsito da mercadoria para quando ela passa de um estado para outro, ela não venha a ser internalizada naquele estado a quem não foi destinado. Para isso, tem um controle chamado Passe Fiscal Interestadual. Ou Passe Fiscal do Estado. Aí se viu, olha, cada estado está controlando o seu, mas não tem um controle geral. Aí criamos o Passe Fiscal Interestadual. Como esse sistema foi construído em apenas quatro meses, um sistema pela

web, com concessão de senhas, né, para utilização dos colegas da Fiscalização, ele chegou a ganhar prêmios. Ganhou o prêmio Conip 2004, que é um prêmio da administração pública, porque foi considerado um, um... ganhou um prêmio de qualidade de desenvolvimento interno, em primeiro lugar, porque conseguiu se desenvolver em apenas quatro meses, e como uma iniciativa de sucesso porque teve uma ampla adesão. E sem custos, praticamente, um sistema barato, né, construído na base da cooperação, principalmente do estado da Bahia e do estado do Rio Grande do Norte, bancando, sem cobrar os demais estados nisso... Cada estado entrou no seu tempo para discutir o assunto, aperfeiçoar, e chegar num sistema. Isso motivou muito a equipe, essa questão do trabalhar juntos e ser reconhecido, um prêmio simbólico. Daí nós prosseguimos para ampliar o ENCAT. Porque cada estado que queria aderir, “olha, você também pode aderir desde que você alimente informações do Passe Fiscal Interestadual, você vai ter suas senhas, mas você também vai ter que alimentar a entrada e saída em seu estado. E de repente tínhamos 20 estados, 21, 22, 23 estados, e nas reuniões já participavam estados que não eram do Norte, Nordeste e Espírito Santo. Daí que em 2004, levantamos a bandeira de “olha, já que os colegas dos outros estados do país estão aqui, o ENCAT, que é o Encontro dos Administradores... dos Coordenadores e Administradores tributários Norte, Nordeste e Espírito Santo, pode manter a mesma marca, ENCAT, mas passar a ser o Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais. Aí que se mudou, manteve a mesma marca, mas se mudou o nome do encontro ENCAT, para que ele fosse nacional. E só ali em 2004, quando ele passou a ser nacional, foi quando ele foi legalizado. Porque até ali ele tinha reuniões, tinha uma marca, tinha sistemas, mas ele não tinha nenhum reconhecimento oficial. Em 2004, foi através de protocolo firmado entre todos os estados da Federação em que se reconheceu, nesse protocolo... Interessante que esse protocolo não diz “cria o ENCAT, cria o Encontro Nacional...”, não, diz assim: “reconhece o Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais, como fórum das administrações tributárias estaduais para a discussão dos assuntos, que são arrecadação, fiscalização..”, e três, quatro artigos, muito poucos artigos, né? O protocolo define o que é o ENCAT, né, daí baseado no regimento já existente, apenas atualizado para efeito nacional, nós, tivemos oficializada a ampliação da atuação do ENCAT. E em 2004, tivemos a chegada de São Paulo no ENCAT, foi em 2004, né? E aí já tivemos estados maiores assim participando, e dentro do mesmo diapasão de cooperar. Tem divergências e discordâncias técnicas, é muito normal, mas nós temos que buscar nossos pontos de intersecção para poder chegar do outro lado. Isto tem fatores positivos, porque como eu falei, você chega a um pulo, que você não chegaria de outra forma. Você passa a ter ingredientes que você naquele resultado, naquele produto.. Mas, isso também

prejudica alguns outros projetos, de alguns estados, que tem a sua própria velocidade, e a sua equipe, e isso vem a retardar um pouco alguns, algumas aplicações, alguns sistemas, algumas ideias que por vezes o estado quer fazer em menos tempo, e tem as condições de fazer em menos tempo. Eu sempre digo no ENCAT que a gente deve buscar, através da cooperação, um melhor resultado para a maioria. E pra isso, às vezes temos que fazer alguns sacrifícios, até de tempo no, nas discussões. Claro que tem um momento que a gente para a discussão e diz assim, “Olha, vamos objetivar, vamos ver o resultado, o ótimo é inimigo do bom e temos que chegar do outro lado”. Mas, existe um tempo de maturação pra isso, um tempo de maturação para o próprio grupo, existe um tempo de maturar a questão tecnicamente, e isso não pode ser ultrapassado. E, quando isso não coincide com o projeto e a diretriz do estado, tem casos que eu digo: “Olha, o estado tem que ter autonomia de tomar sua decisão, e construir a sua solução, ainda que não seja o melhor, mas é o que é possível para o momento” e depois a gente busca integrar esse produto ou aprender com aquilo que foi construído, e aí dissemina pros demais. Isso é algo interessante isso aí, algo interessante. Porque essas condições que são criadas para possibilitar esse nascimento dos novos produtos, e a produtividade para se chegar ao resultado, mesmo com a diversidade das culturas das diversas secretarias e do conhecimento das pessoas e tudo o mais, é, possibilita uma maior socialização do conhecimento e das ferramentas, e do uso das ferramentas ao longo do país. Porque pensar que um estado como o Acre, o Amapá, estados menores, que estão distantes, que têm menos recursos, e que podem utilizar a mesma aplicação que a gente está utilizando na Bahia, em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, isso é algo fantástico. Então, e por vez, desses estados menores, vêm ideias surpreendentes já que a formação, hoje, a qualificação do servidor, ela, e das pessoas de modo geral, ela é hoje é muito mais democrática com os meios de comunicação, então você tem pessoas qualificadas em todo o país. Você não tem qualificada só nos grandes centros urbanos, né? O que a gente tem visto é que esta experiência de cooperação fiscal, que é formar as condições de reunir técnicos e dirigentes, administradores, eu digo que são os patrocinadores dos projetos, se ele não, não absorver, ele não desejar, se eles não estiverem à frente, não incentivarem, eles não acontecem. Essas condições que se formam e da gente chegar a esses resultados, chegam a resultados que de outra forma não seria possível. De outra forma não seria possível, principalmente com o tipo de legislação de ICMS que nós temos, que traz, que possibilita um conflito fiscal. Possibilita a, ainda que se vá apurar de uma forma que não, não atende diretamente ao que tá previsto na legislação, mas quer queira, quer não, a forma que está o ICMS possibilita o conflito fiscal, o conflito de interesse entre os governos, para atração de

investimentos, para a sua própria arrecadação, de forma que se não se criasse um fórum com esse perfil, e que já tivesse amadurecido, alguns produtos não surgiriam jamais. Surgiriam de jeito nenhum.

Arquivo WS400052. WMA

Tempo: 00:00 – 02:01:27

Entrevistado 1 (E1) (Eudaldo)

(N) Newton

N: Continuamos a entrevista com Eudaldo, da Secretaria da Fazenda da Bahia. Eudaldo, o ENCAT ele não tem uma estrutura física, ele tem funcionários próprios, como é esse modelo de...de operação?

E1: Bom, isso também é muito interessante no modelo, né? Porque eu até, sinceramente, embora haja muita discussão sobre isso, eu não acredito em modelo de cooperação em que o fator confiança não seja o mais forte. Tem que se desenvolver a relação de confiança. Você pode colocar mil e uma coisas em um instrumento de cooperação, seja ela nacional ou internacional, se não existir a confiança entre as pessoas, se as pessoas não se conhecerem, não visualizarem os pontos de convergência, não olharem olho no olho para poder saber com quem estão lidando, você não consegue ir à frente, você não consegue ter velocidade na cooperação. Por isso que eu digo, primeiro se formou as condições para isso, né? Para depois você ter a possibilidade de projetos como a nota fiscal eletrônica. E aí, como é que cresceu o ENCAT, como é que o ENCAT é hoje? O ENCAT é o que se gostaria hoje na maioria das organizações, né? E principalmente na integração de trabalho entre empresas, entre organizações. Que é você não ter o espaço físico específico no ENCAT, você não ter CNPJ do ENCAT, o ENCAT não existe formalmente como organização pública, não recebe recursos, nada disso. Você não tem funcionários do ENCAT, nenhum funcionário que é do ENCAT, você não tem um telefone que é do ENCAT, você não tem nada disso e de repente você tem tudo. Por que tem tudo? Porque é conforme o resultado dele, o resultado deste fórum, que vai se utilizando as instalações, os telefones, os computadores, o nome respeitado tá aí na imprensa, se você coloca ENCAT na internet, você vê inúmeras entrevistas, inúmeras revistas, inúmeras citações, inúmeros jornais, credibilidade, né? Porque, pelo trabalho de cooperação entre os estados. Eu tenho pedido o seguinte: no dia que nossas reuniões terminarem sem produto, sem mudar nada nas administrações tributárias, vazias, sem fazer

acontecer, elas vão acabar. Porque elas não têm nada de formal para poder sustentá-las por um período, elas têm os resultados e as relações. É isso que faz a credibilidade do ENCAT.

N: Então, agora, Eudaldo...

E1: Então, você está utilizando de todas essas estruturas, e mais do que isso, com credibilidade suficiente para, por exemplo, na implantação da nota eletrônica, a diversidade da realidade do país é muito grande. Então, tinha estado que não tinha computador, não tinha o servidor, não tinha o leitor ótico para usar no DANFE, não tinha uma série de coisas. E nós fomos à porta do Ministério da Fazenda e o Ministério da Fazenda disse: tá aqui, coloco 50 milhões para comprar os equipamentos e os equipamentos podem ficar com os estados por três anos como comodato. E já se passaram esses três anos e depois, de três anos os equipamentos são dos estados. E nós fomos lá partir pra comprar com 50 milhões, gastamos 22, 24 milhões na compra desses equipamentos, porque o terminal saía muito barato através dessas licitações, e entregamos em cada estado os equipamentos. E, em nome de uma credibilidade chamada ENCAT, que sentou na mesa com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, demonstrou o problema com a implantação e o Governo disse: está aqui. Né? Tá aqui pra vocês realizarem. E hoje, já são mais de dois bilhões de notas fiscais eletrônicas emitidas no país, e esse conhecimento sendo disseminado para outros estados, outros países até.

N: Então, Eudaldo, o modelo do ENCAT tá baseado, você poderia dizer que está baseado nas pessoas? Nas pessoas que construíram o ENCAT, que participam do ENCAT, que fazem esse ambiente de confiança, e que fazem acontecer? A pergunta é no sentido de que, como não tem uma estrutura formal e não tem uma, vamos dizer, reconhecido, mas não tem uma estrutura formal, funcionários, etc., queria discutir um pouco a questão do, do risco de mudanças de pessoas, se isso já virou uma coisa de cultura. Ou seja, para avaliar o risco de... é que hoje o projeto da nota fiscal eletrônica, de uma certa forma, ele é dependente do ENCAT, tá muito associado com o ENCAT, em diversas atividades. Quer dizer, se mudarem as pessoas que hoje são responsáveis, líderes, ou coordenadores, ou participantes do ENCAT nesse projeto, né, ou no próprio ENCAT, ou se o ENCAT terminar, por exemplo, se isso refletiria ou não no projeto da nota fiscal eletrônica? Como que você vê essa questão de risco de continuidade, em função do modelo ser baseado nas pessoas que estão no ENCAT?

E1: Ó, olhe bem, é, as coisas tem um ritmo, uma, uma, essa é a minha forma de pensar, tem um ritmo, uma velocidade e uma possibilidade de acontecer em termos de criação, em termos do novo, é, pra determinado produto, como por exemplo, nota fiscal eletrônica, se você formar uma certa condição pra isso, que, nesse momento, foi formada essa condição. Que é de

credibilidade, de liderança, né, de que vai fazer acontecer, para que os secretários, dirigentes de administração tributária, técnicos, corram atrás e acreditem que aquilo é possível, e se aprove norma na COTEPE, no Confaz, você acompanhou isso, não é algo simples, né? Não é algo que se faz assim [estalar de dedos] e aconteceu. Então, foi tudo um processo. A liderança é algo assim muito, muito pessoal. Uma organização formal, em que você bota ali um é chefe, o outro é chefe, o outro tem que atender, tem uma norma, um regimento, tem que obedecer, ela sobrevive, pode não criar nada de novo, mas ela vai até o final do cumprimento de sua obrigação, porque se criou uma estrutura pra isso. Então, ela vai continuar existindo ali. O ENCAT está mais calcado na cooperação, tá? Pode ser que um dia isso seja algo mais formal, e que, independente do governo, ocupe pessoas. Mas não quer dizer que você vai formar as condições de liderança para que a cooperação aconteça como aconteceu agora. Porque é algo muito especial, né? Por que é muito especial? Porque o fator confiança tem que ser muito forte, para que você venha... você não consegue impor conforme são, o que existe, as normas hoje e a autonomia dos estados, para seus impostos. Você não consegue impor cooperação. Você consegue impor normas. Se chegar num consenso de se aprovar, por exemplo, uma norma de obrigação acessória, ela basta 51% do fórum do Confaz para ela poder virar uma norma. Mesmo assim, mesmo assim, às vezes os estados se retiram daquele convênio, se retiram daquele protocolo e não cumprem aquela norma. E dizem “essa norma não se aplica ao meu estado”. Internamente não. Pode se aplicar em termo interestadual, mas internamente não. Então, o que eu quero dizer a você é o seguinte: que, não quer dizer que se construindo algo, formal, digamos que se criassem uns cargos aí, criasse uma organização, uma organização entre os estados para que se tivessem cargos e se criasse oficialmente a forma de funcionar. Primeiro, que as pessoas rodam, modificar as pessoas que estão ocupando é normal, porque ali vai ser cargo de confiança, e é de confiança de alguém. E se é de confiança, você tem um ciclo, muda. A outra coisa é que as condições para se produzir determinadas coisas, determinados produtos novos, rapidamente, que tenha credibilidade, depende de fator de liderança. Você não impõe. Ele é conquistado com o tempo. É preciso ter paixão pela causa e pelas pessoas. Pela causa e pelas pessoas. Porque aqueles que só tem paixão pela causa, eles atropelam as pessoas. Todo mundo chega ao resultado, mas não há comemoração. Na hora que você tem paixão pela causa e pelas pessoas, é chegado ao resultado, e ao final, a equipe cansada comemora. Agora voltando especificamente ao ponto que você falou, que aí eu falei em termos gerais. Como é que fica, por exemplo, projetos como a nota fiscal eletrônica, o conhecimento de transporte eletrônico, agora o mais novo no Brasil, o ID, mas não está implantado ainda, mas a nota já está, o conhecimento também já

está, embora não esteja em fase de obrigatoriedade. Como é que fica esse ENCAT, digamos assim, mais informal, né? Mas que cuida desses projetos, como é que fica? Bom, pra isso se colocou estruturas formais, que fazem, que contribuem com o seu funcionamento. Quais são as estruturas formais? O GT-06, que é um grupo de trabalho construído no Confaz, que cuida dos documentos eletrônicos e também dos documentos em papel, ainda existentes. Então nós temos lá um GT que se chama GT -06. Nós temos a COTEPE, temos o Confaz. Então, essa parte normativa pro funcionamento já existe e vai continuar existindo, independente do ENCAT, independente de como esteja gerindo o ENCAT. Além disso, as normas estão aí escritas, os sistemas estão nas secretarias, estão no Governo Federal, através da Receita Federal, estão nas Companhias de Processamento de Dados, então todas essas são organizações formais, né? É como se você tivesse um grupo de criadores de “professores pardais”, informais, mas fez a criação, você coloca na indústria. E na indústria você tem todo o processo formal que vai dar continuidade. E é isso mesmo, tem que se produzir, pegar o novo e aí ele entrar numa rotina. A nota fiscal eletrônica tem caráter especial, por quê? Porque é um produto novo, assim como o conhecimento de transporte eletrônico, sem nada similar no país, e com isso, ainda está em processo de aperfeiçoamento, de melhorias, né? Agora se chama nota fiscal eletrônica segunda geração. Então, na verdade, são melhorias, porque não é segunda geração porque não é outra nota, é a mesma nota, com uns campos novos, alguns eventos, né? Então, essas melhorias... Mas que essas melhorias vão acontecer a vida toda, como possivelmente amanhã vai haver um upgrade do...do...banco de dados, da forma que vamos ter a entrada da informação, com a tecnologia nova, daqui a dez anos, talvez, isso seja totalmente diferente do que é hoje. Mas, é, como eu disse, existem as estruturas formais que vão dar a continuidade ao projeto sempre. E o ENCAT é, ainda hoje, tem os grupos técnicos, que também vão mudando, num processo natural da Secretaria, porque a Secretaria tem um Governador do estado, tem um Secretário, tem um Superintendente, tem um dirigente, tem um gerente, e às vezes, todo mundo é modificado daquela equipe, mas sempre fica alguém de um outro estado, que tem ainda a memória, e o resto tá tudo lá escrito, todas as atas são escritas, e as pessoas, com as suas competências, às vezes veem as coisas de uma forma um pouco diferente e melhoram. Pelo menos não pioram o projeto, melhoram. Sempre tem um período, como todos os projetos, todos os governos, tudo, quando sofre mudança, tem algum tipo de prejuízo e algum tipo de ganho, né? Temos que maximizar os ganhos e diminuir os prejuízos. Mas as mudanças acabam sendo boas, porque com o tempo também vai existindo uma certa visão, já, digamos assim, já, decorrente do longo tempo, uma visão mais, como posso dizer, uma visão já um pouco mais prejudicada, porque já se está acostumado com aquilo. E às

vezes chega uma pessoa nova, tem uma sacada diferente, e muda o rumo, e melhora, e aperfeiçoa o processo.

N: Legal. Voltando aqui para a questão da nota fiscal eletrônica: no caso específico da nota fiscal eletrônica, a questão do SPED, Sistema Público de Escrituração Digital, qual foi a relação? Ou seja, a nota fiscal eletrônica, ela é um projeto que faz parte de um projeto maior da Receita Federal, então a gente poderia dizer que a Receita Federal é quem deu início aos projetos com a nota fiscal eletrônica ou não? A nota fiscal eletrônica foi algo que aconteceu primeiro e depois veio o SPED? Como você vê esse processo dos livros fiscais e contábeis e a relação com a nota fiscal eletrônica?

E1: Olhe bem. Quando iniciamos o processo da nota fiscal eletrônica, a Receita Federal, tendo a informação, nos procurou em abril de 2005, abril de 2005, numa reunião na Afresp, lá em São Paulo e a Receita foi convidada pelo colega Henrique (sobrenome não compreendido 00:14:24 a 00:14:25) através do seu superintendente, que deu notícia ao Secretário da Receita, que mandou o seu próprio diretor, na época, coordenador-geral da Cofis, da Comissão de Fiscalização, o nosso colega, me fugiu o nome, aquele altão, esqueci o nome...Marcelo Fischer. E Marcelo foi à reunião, junto com o “Sussum” (00:14:49 a 00:14:50), depois teve que se retirar da reunião na parte da tarde, mas deixou “Sussum”, dizendo o seguinte: “O que os estados definirem, a Receita vai apoiar, este é o recado do secretário Rachid.” E esse foi o recado do Secretário Jorge Rachid. E, nós nos reunimos ali, tínhamos nossas divergências porque tínhamos pensamentos diferentes de como seria o projeto, como seria depois, se teria... fazer... tinha um estado que queria fazer formulário de segurança em todas as notas fiscais eletrônicas. Então a nota não é eletrônica, tivemos que botar em votação, e esse estado perdeu e ali já começaram a se formar equipes de trabalho, com algumas divergências, alguns já se retiraram ali e não aceitaram a democracia, que era a discussão das ideias, de votação final e prosseguir, e não ficar o tempo todo naqueles pontos indo e voltando. Colocamos pontos, todos apresentaram em dois dias e votamos e decidimos os pontos básicos. As premissas do projeto nota fiscal eletrônica estavam sendo definidas e assim foi tocado o projeto. Então começou-se com a Receita, a Receita Federal, foi participar de nossa reunião e se colocou à disposição. Tivemos outras reuniões, inclusive aqui em Salvador, e aí que se começou a se falar na escrituração, porque foi feito um Encontro Nacional de Administração Tributária, chamado ENAT, e se colocou como projeto prioritário, primeiro foi na Bahia em 2004, a nota fiscal eletrônica, cadastro único, que depois passou a se chamar cadastro sincronizado, e também a escrituração fiscal. Na época, o colega Dimas Josué fez até a redação desse protocolo, me lembro muito bem, lá no Hotel Pestana, e aquela época me parece que era

Merídia o nome, e depois passou a se chamar Pestana, essa rede Pestana, passou a se chamar Pestana, e esse protocolo foi aprovado mas não deu resultado em um ano. Em um ano, não se chegou a um produto, a uma proposta consolidada, nenhuma. Foi aí que os administradores se reuniram e disseram: “Olha, vamos assumir o projeto como sendo um projeto do ENCAT e vamos chegar aos resultados, porque já tiveram algumas reuniões, mas não se conseguiu chegar aos resultados”. Aí, passou a estar na carteira, em cima da mesa do administrador tributário, e, a Receita Federal começou a participar conosco das reuniões e aí não existia ainda SPED. Não existia escrituração pública. Tanto sim que em 2005, quando firmamos o protocolo sobre a nota fiscal eletrônica, sob a coordenação do ENCAT, e com a participação da Receita, firmamos também o protocolo de construir o sistema público de escrituração digital, com a participação dos estados mas sob a coordenação da Receita Federal. Foi naquele momento, o que era o projeto mais adiantado, era o projeto da nota fiscal eletrônica, e não existia ainda um projeto ainda fechado, né, mas tava aí, em gestação.

N: Outra coisa: como antecedente, a questão da certificação digital. A importância da legislação da certificação digital no Brasil, né? Se ela foi essencial ou não? E se a nota fiscal eletrônica motivou, de alguma forma, a disseminação da certificação digital junto às empresas, no dia a dia das empresas, qual a sua visão sobre isso?

E1: Olha, a certificação digital também foi um dos pontos muito discutidos no âmbito do ENCAT para que adotássemos a certificação como um elemento imprescindível para a autorização da nota eletrônica, porque para nós, tínhamos riscos de adotar a certificação. Pelo seu custo, e pela sua utilização ainda não disseminada na organização a nível de poder ser um documento utilizado pra emissão em qualquer empresa de pequeno, médio porte, não estava totalmente disseminado. Não está até hoje totalmente, mas muito mais utilizado do que naquela época. Não tenha dúvida de que a implantação da nota fiscal eletrônica trouxe uma contribuição muito grande, a ampliação do uso da certificação digital no Brasil. Tanto sim que nos reunimos por diversas vezes com as entidades responsáveis pela implantação da certificação digital no Brasil para aprender com eles, entender um pouco mais desse processo da certificação digital, que não bastava só conhecer a norma, o decreto-lei 2200, aliás, 2200 é a medida provisória, 2200 é, e a sua importância para a garantia da legalidade, do direito do documento fiscal eletrônico. Não bastava isso, precisava conhecer o processo de utilização, ter especialistas na Secretaria sobre utilização de certificação digital, para que pudéssemos autorizar documentos utilizando a certificação digital. Para nós assim... porque era um ponto de risco, era um ponto de risco porque enquanto utilizássemos as senhas que normalmente a Secretaria já concede aos seus contribuintes para os diversos processos de cadastro e

autorização de documentos fiscais, etc., já estaríamos com algo que já está pronto, que já está sendo amplamente utilizado, muito mais fácil e sem custos pro contribuinte. Já a certificação digital, além de exigir um certo conhecimento, teria custos principalmente, mediados para o contribuinte na sua massificação. Mas como processo de (palavra não compreendida 00:20:40) da nota fiscal eletrônica. Era também gradual, porque a estratégia foi gradual, embora existisse muita pressão dos dirigentes, principalmente dos secretários, de que ele fosse um processo mais rápido. Mas tivemos a consciência de que não poderia ser tão rápido, utilizando-se do mecanismo de certificação digital e também sendo um sistema que depois seria amplamente utilizado, então tinha que ter segurança, precisava ter condições de armazenamento, precisava ter condições de autorização, precisava ter boas redes, precisava ter equipamentos, servidores, precisava ter equipamentos para fiscalização, então não dava pra ser implantado da noite pro dia, e os contribuintes nos seus ambientes internos teriam que alterar seus sistemas, então o impacto era muito grande, teria que ser gradual para atender as premissas, que uma das premissas era essa: mínimo de impacto no ambiente do contribuinte. Então, como a nota foi implantada dentro dessas premissas, acreditamos que o caminho da certificação digital era um caminho viável e mais seguro em termos do documento ser, ter a garantia legal, já que o problema maior é a questão do crédito. O documento da nota fiscal eletrônica ela leva o crédito do imposto, o ICMS é um imposto não cumulativo, não podemos considerar, como nos casos das notas fiscais eletrônicas voltadas para o ISS, porque o Imposto Sobre Serviços traz um posto destacado, mas que não é crédito na operação seguinte, enquanto no ICMS, a cada operação, você tem o crédito da operação anterior. Então tem que ser um documento que não se tenha dúvida quanto à sua validade política. Que não se tenha dúvida quanto àquele que o emitiu, que pediu autorização, que é o responsável pelo documento, que foi identificado pra isso, para você ter a garantia de autoria e também de integridade (trecho não compreendido 00:22:38 a 00:22:39).

N: Com relação, Eudaldo, à estratégia do projeto, ou seja, se tinha um projeto, tinha a perspectiva de criar a nota fiscal eletrônica. Como foi esse planejamento do projeto? Vislumbrava-se até onde se chegaria a nota eletrônica, o que seria alcançado? E foram assim, estipulados prazos, foi estipulado um projeto todo documentado, ou não? Ou foi um processo de aprendizado, de adaptação, e digamos, de um planejamento do projeto mais no dia a dia? Por ser uma coisa totalmente nova, não era conhecida... Qual foi a estratégia e quais foram os principais marcos que você diria do projeto, né, os pontos importantes que foram alcançados para poder ter o sucesso desses dois bilhões de notas eletrônicas?

E1: É, existiram alguns marcos, né? Existia o planejamento. Mas não foi um planejamento em que você ao início, já tivesse definido toda a trajetória. Imagine, em 2005, que foi quando saiu a primeira norma, o ajuste de SINIEF, né, 07-2005, foi a primeira norma sobre a nota fiscal eletrônica. Que está aí até hoje com suas devidas alterações. Aquele momento, a gente conseguia, sabia o que tava construindo, já conhecia o modelo chileno, por exemplo, da nota fiscal de lá, da fatura eletrônica do Chile, mas o produto do Brasil é outro, né? Embora tenha aprendido do produto do Chile, mas não dava pra visualizar todo o processo, e todas as suas etapas de implantação. Não dava para visualizar tudo, era impossível visualizar tudo. Então, o que é que foi feito: foi feito um primeiro, um projeto piloto, nesse projeto piloto as empresas aderiram espontaneamente, aí, começamos com 19 empresas. Essas 19 empresas, eu digo sempre, que eram 19 aliados, né? São aqueles que têm interesse no sucesso do projeto, e não receio do controle que a nota fiscal terá sobre eles. É preciso de início se ter aliados num projeto como esse. Porque esses não estavam interessados nas falhas desgastarem o projeto, mas pelo contrário, eles também eram, entre aspas, sócios do projeto. Porque o insucesso do projeto também seria o insucesso deles, que tavam colocando funcionários seus, que tavam colocando esse assunto na sua pauta, que estavam investindo no projeto de alguma forma, pra que ele tivesse sucesso. E essas 19 empresas, nos permitiram que em 2006, já em 2006, cerca de pouco mais de um ano, um ano e um mês, setembro de 2006, se não me falha a memória, foi isso, em setembro de 2006 pudéssemos ter a primeira nota fiscal eletrônica emitida em projeto piloto, mas com validade jurídica! Com validade jurídica, que é algo muito interessante. Fizemos, tivemos todas as cautelas de emissão de documento paralelo por um período, fizemos todas as cautelas de não estar obrigando aos contribuintes de modo geral, mas começando por aqueles que tinham importância na arrecadação, mas ao mesmo tempo, eles tinham... era uma quantidade pequena de contribuintes, eu digo já na fase da obrigatoriedade, que não foi em 2006, mas foi em 2008, e com a previsibilidade de mais de um ano de antecedência, já que nós iríamos fazer um pouco antes, provavelmente janeiro de 2008, se não me falha a memória, era o nosso primeiro prazo para exigir dos combustíveis e dos cigarros, combustíveis líquidos e cigarros na sua fabricação e distribuição de ambos. A partir de janeiro, mudando depois para abril de 2008, é esta obrigatoriedade de emissão da nota fiscal eletrônica. Então, esse aprendizado de 2006, como espontaneidade, até chegar em abril de 2008 e para lhe dizer, em 2006, nós emitimos a primeira nota fiscal eletrônica. Em abril de 2008, nós tínhamos cinco milhões de notas fiscais eletrônicas. Cinco milhões e quatrocentas mil notas fiscais eletrônicas, nós tínhamos em abril de 2008. Cinco milhões. Cinco milhões. Para hoje ter mais de dois bilhões. Então foi um processo gradual, em que as

atividades econômicas foram entrando gradualmente. Aquela época inclusive não por código de CNAE, mas as atividades explicitadas. Então, distribuição de combustíveis, produção, também a parte de produção de cigarros, a indústria de cigarros e também a distribuição de cigarros. Por que esse setor? Importante para a arrecadação, e setores que temos certos problemas de controle, né? No caso do combustível, quanto à sua qualidade, no caso do cigarro, quanto à falsificação, dentre outras formas irregulares de utilização do cigarro, a arrecadação também do mesmo. Então foi escolhido esses setores, à época os secretários disseram que acharam muito pouco, acharam que a gente devia ser mais ousado, mas o tempo mostrou que a cautela foi importante. De lá pra cá, e principalmente ao início, aperfeiçoamos muito a legislação do próprio ajuste SINIEF, porque fomos entendendo mais o processo do contribuinte. Auscultamos o contribuinte nas suas necessidades...

N: É isso que eu queria saber, Eudaldo, como foi a participação, como foi a decisão pela participação de empresas no projeto, no grupo do projeto, no grupo técnico, além dos estados e da Receita Federal, né? Como foi a participação da iniciativa privada? E se também se abriu pra participação de provedores de tecnologia ou não.

E1: Então, olhe bem, a participação da iniciativa privada através das empresas surgiu por iniciativa das próprias empresas. As empresas começaram a procurar o Fisco, procurar o Fisco em São Paulo, o que é esse ENCAT, até começou a ter notícia da mídia: vem aí uma nota fiscal eletrônica, como é essa nota fiscal eletrônica. Então algumas empresas começaram a procurar, e não foi algo assim que houve uma divulgação ampla, "Procure", as empresas começaram a procurar. Aquelas que procuraram, 20, procuraram, atendiam as condições do que se queria, porque tinha que ter empresas grandes, mas também empresas médias e pequenas se aparecessem, seriam bem-vindas. Aí vem uma Wickbold, por exemplo, como uma empresa mais de média do que pra pequena, ou pra grande. E começaram a aparecer outras. Dessas daí, só uma empresa que terminou não, não, digamos, comparecendo as reuniões e tal, e não aderiu ao processo das 20. Ficaram 19. Então foi um processo assim, digamos, um pouco natural, esse processo de aparecimento dessas empresas inicialmente. O quê é que ficou muito patente nisso aí, e eu acho que se inaugurou um novo momento: é que é importante o Fisco trabalhar lado a lado com o contribuinte. Às vezes há entre Fisco e contribuinte muita desconfiança. Desconfiança do Fisco que não quer mostrar muita proximidade com o contribuinte, que ele tá aí pra fiscalizar o contribuinte, ver se ele cumpriu suas obrigações e ponto. Atendendo educadamente, com cidadania, mas sem proximidade. E, desconfiança dos contribuintes, porque o Fisco só vem aqui pra buscar informações, pra poder pegar alguma irregularidade e autuar. E não quer saber se foi de má fé ou não, ele quer

descobrir a irregularidade, lavrar o auto de infração, e a gente que se vire. Com esse trabalho, eles viram que era possível sentar na mesa com o Fisco e discutir de igual pra igual com respeito. Que nós estávamos atentos para ouvir e para ponderar também do que não concordávamos, mas discutir de igual pra igual, ter o mesmo espaço na mesa e ver que o Fisco baixava as normas, e levava as normas pra aprovação do Cotepe, que faz GT, que já falei, esse caminho todo, né? Esse ritual pra aprovação da norma, conforme o que discutia com eles. Então, não existia maldade, não existia aquilo de tá pactuando alguma coisa, depois realizar outra, existia um respeito. Isso tão forte que depois veio a ser repetido também no SPED, existe um ambiente no SPED pra discussão do contribuinte, e foi criado um comitê gestor de documento fiscal eletrônico, com esse ambiente que prospera até hoje. Onde o contribuinte tem espaço pra levar sua queixa pra reclamação, sua dificuldade, e também elogiar o que está funcionando. Então, é, essa possibilidade de integração do Fisco com o contribuinte surgiu um pouco que naturalmente, né.

N: E os provedores de tecnologia?

E1: Já os provedores de tecnologia, só um, muito mais tarde, há pouco tempo atrás, talvez há um ano atrás, né, que nós nos apercebemos da, uma nota, vem de dois anos atrás, da importância de estar discutindo com os provedores de tecnologia. Que ao início eram poucos, pouquíssimos. Era uma dificuldade das empresas, porque com poucos provedores, os custos estavam muito elevados para desenvolvimento da nota fiscal eletrônica, daí porque graduar, ter um cronograma mais espaçado para a implantação foi muito positivo nesse sentido. Senão o custo das empresas seria muito elevado para a implantação da nota. E como isso foi mais espaçado, possibilitou que surgissem novos provedores. E daí, há cerca de dois anos atrás, se não me falha a memória, começamos a nos reunir com os técnicos nossos da Secretaria de Estado, da Secretaria de Fazenda, com a nossa coordenação técnica, que é o colega Álvaro Bahia, e os provedores. Então, a equipe técnica e os provedores de internet, para discutir os problemas relacionados aos provedores. As dificuldades que os provedores tinham. As dúvidas quanto ao manual de integração do contribuinte na sua aplicação, né? A dificuldade que eles estavam tendo. Os problemas relacionados aos formulários de segurança. Então as empresas provedoras passaram a ter um espaço para isso. Já era um maior número, já tinha uma certa representatividade e começaram a discutir esses assuntos. Hoje, eles já estão formalmente no comitê gestor dos documentos fiscais eletrônicos, a partir de julho do ano passado, eles foram integrados numa alteração que foi feita no próprio protocolo que criou o comitê gestor, que é firmado no âmbito do Encontro Nacional dos Administradores Tributários, o Subsecretário de Fazenda e a Receita Federal, foi firmado um novo protocolo

em que foram incluídos os provedores, né, com assento no comitê gestor de documentação fiscal eletrônica.

N: No caso dos provedores, como lidar com a questão da representatividade...? Porque veja, o provedor presta um serviço, entrega um sistema, desenvolve um sistema, como lidar com a questão de que não é possível que todos os provedores participem das reuniões ou tenham assento no comitê gestor. Ou seja, como garantir que não haja uma desigualdade de informação ou tenha privilégio, vamos dizer assim, para um determinado provedor em detrimento a outro que não participa, de obter uma informação antecipada do que tá acontecendo, como se lida com isso, com essa questão?

E1: Então, o quê que acontece: seria impossível, seria impossível para nós definirmos, por exemplo, com os contribuintes que são emissores de nota fiscal eletrônica, quem seria o seu representante, por exemplo, num comitê gestor de documento eletrônico. Então o critério natural que houve é que tinham inicialmente 19 empresas, essas 19 empresas escolheram um representante para participar do comitê, e elas mesmo até hoje participam de reuniões em que se discute o projeto, são reuniões pelo menos duas ao ano, em que é como se fosse um grupo estratégico para discutir os problemas da nota, e essas empresas até hoje participam dessas reuniões. E essas empresas que escolheram quem seria seu representante, né, então continua o mesmo critério, no comitê gestor continua participando representantes dessas empresas e não as 200 mil, 300 mil emissores, me parece que já temos mais de 400 mil emissores, né, se não me falha a memória, mais de 400 mil emissores, que seria impossível você estar reunindo os 400 mil emissores para escolher um representante. O importante é que tem uma representação, que possa ouvir, e que possa divulgar entre as empresas, divulgar na mídia o que está por vir, o que tá tendo problemas, etc., etc., etc. No ponto de vista, no que se refere aos provedores de internet... aos provedores desenvolvedores da nota fiscal eletrônica, a mesma coisa se aplica. Essa integração entre eles, essa reunião entre eles nasceu deles mesmo, provavelmente das maiores empresas, né, as desenvolvedoras se reuniram, discutiram, escolheram uma representação, tá? E primeiro discutiram para nos trazer os problemas. Depois que nos trouxeram os problemas, tiveram reuniões técnicas. E aí pediram espaço no comitê gestor, então aí os administradores indicaram um representante pra isso. Da mesma forma, o conhecimento de transporte eletrônico. O conhecimento de transporte eletrônico é um outro projeto, similar, em muitos aspectos, à nota fiscal eletrônica, e mais complexo em outros. E esse projeto do conhecimento de transporte eletrônico também tem um representante, que foi escolhido entre as empresas que participam do projeto piloto, que se reúnem para discutir os problemas que nos trazem, nos trazem os problemas tanto a nível

técnico, como a nível das administrações tributárias, e também escolheram representantes para ter assento no comitê gestor do documento fiscal eletrônico. E assim poder contribuir para as melhorias no sistema, etc., etc., etc.

N: Ok, Eudaldo. Aproveitar o seu tempo que eu tô com... não sei quanto tempo você tem aí...

E1: Não, eu tô tranquilo. O tempo que 'cê precisar.

N: Tá. Focar algumas perguntas e depois se sobrar um pouco mais de tempo, as perguntas...mas acho que eu vou...Hoje nós já tivemos resultados de aumento de arrecadação com a nota fiscal eletrônica. Qual foi esse percentual e como foi feita essa medição? Se existe algum estudo de resultados pro Fisco, né? Com a nota fiscal eletrônica.

E1: Bom. Sempre que me falam em aumento de arrecadação, causado por um determinado, uma determinada iniciativa da administração tributária, seja ela qual for, seja controle, seja modelo de gestão, seja lá acréscimo de funcionários, eu sempre digo que isto carece de uma investigação técnica acadêmica mais apurada. Porque a origem de crescimento de arrecadação, primeiramente, ela é econômica. Geralmente o crescimento de arrecadação está ligado à alguma questão econômica. E o seu decréscimo também. Aí você vai me perguntar: "E o Fisco, não faz nada no meio disso?". Claro que faz. O Fisco tem que criar mecanismos de controle e a nota fiscal eletrônica é um desses instrumentos, mecanismo de controle, eficiente e eficaz, para que, tendo um bom direcionamento da máquina fiscal, ou seja do seu corpo funcional, possa obter um aumento do receio do contribuinte sonegador. Um aumento do chamado risco subjetivo. Se o Fisco tem controles adequados, se o Fisco tem sistemas gerenciais que lhe indiquem o caminho, que não adianta você só ter os bancos de dados, por melhores que eles sejam, se você não tem uns sistemas gerenciais, DPI ou seja lá o que for, que vão lhe indicar o caminho para os focos de sonegação. E as equipes preparadas, as equipes profissionalizadas de fiscalização, elas vão até esse foco e documentam essa sonegação. É o que elas fazem: documentam a sonegação. Daí por diante você vai pro percurso do julgamento do processo administrativo, se por acaso não houver pagamento antes disso, e depois para a persecução judicial para cobrança do débito. Se por acaso, se tiver um bom controle, um bom gerenciamento das informações e sistemas para indicar o caminho e os focos de sonegação e boas equipes de fiscalização pra documentar as irregularidades, você tem uma possibilidade de aumento desse risco subjetivo. Desde que, você, nas etapas seguintes, também tenha um certo sucesso, que é a parte de julgamento administrativo célere, não se pode demorar o processo muito tempo na administração. E, uma persecução judicial também célere, com ao final tendo sucesso de que o contribuinte ou paga, ou os respectivos bens dele que possam fazer cobertura àquele valor vão ser, de alguma forma, adjudicados ou

qualquer uma outra forma jurídica de se ter esses bens para pagamento do tributo, aí, vai a leilão, etc., etc., etc., através da penhora. Bom, se isto tudo funcionar, o nascedouro é o melhor controle que é feito através da nota. Além disso, o quê que tem a ver com a arrecadação, porque isso aí você pegou a parte que não é espontânea do imposto, a parte espontânea do imposto é mais de 90%. 98, 99%, os números sempre estão em torno disso. Essa parte espontânea do imposto, ela cresce na medida em que essa percepção de risco, ela é ampliada. Se a percepção de risco é ampliada, por causa de tudo que eu já mencionei e não vou repetir, é a tendência de a espontaneidade crescer e haver sim um crescimento de arrecadação, o que não quer dizer arrecadação maior que o período anterior. Porque aumento de arrecadação é você ter uma arrecadação maior do que você teria sem estes instrumentos. Ou seja, se eu tiver uma depressão econômica, uma recessão, eu arrecadei 100 milhões esse ano, arrecado 90 milhões no ano seguinte, e posso ter melhores instrumentos de controle do que no ano anterior. Uma percepção de risco muito maior. Mas acontece que a economia teve uma deflação, a economia teve uma recessão. E essa recessão causou um, um, uma redução no PIB, causou um desemprego, causou uma redução do consumo. Então, esse negócio de associar crescimento de arrecadação a instrumento de controle de forma direta, não é uma forma correta de se analisar a arrecadação. Embora haja muito discurso quanto a isso, às vezes se fazendo correlação a ações, ao que se deseja fazer, como instrumento de ter mais pessoal, ou ter mais equipamento, ou ter novo sistema, mas não é uma correlação tecnicamente correta de se fazer. Pode sim, ter contribuído, se você melhorou o controle é claro que você contribuiu para você ter elementos para a segunda fase, terceira, quarta, quinta, e ao final ter o resgate para a sociedade do crédito tributário. Ter o resgate do quanto devido daquele que não recolheu aos cofres públicos, no caso do ICMS, que não era seu, já que o imposto do ICMS é um imposto sobre o consumo. Se é o consumo, quem pagou foi o consumidor, sendo aquele que chamamos contribuintes apenas aquele que os canadenses chamam de mandatário. Aquele que reteve o imposto porque está na mercadoria e não recolheu aos cofres públicos. É o chamado mandatário.

N: Ok. Eudaldo, tem, na documentação do projeto, desde o início, uma série de benefícios esperados com a implantação da nota fiscal eletrônica, redução de custos pro contribuinte; então esses benefícios já contam. Teve algum benefício, pro contribuinte e pro Fisco, que não se imaginava que fosse ocorrer e que surgiu, ou se percebeu ao longo do projeto? Na hora que implantamos a nota fiscal eletrônica, percebemos que além daqueles benefícios, redução de custos, simplificação de obrigações, alguma coisa que saltou aos olhos em benefícios não

esperados, né? Resultados, digamos assim, secundários, mas importantes da implantação da nota fiscal eletrônica, tanto pro Fisco quanto pro contribuinte?

E1: Olha, aqueles benefícios ficaram pelo menos tão amplos, que eu acho difícil ter ficado alguma coisa fora. Não me traz assim, à memória, porque poderia dizer: “Olha, o fato de ter aperfeiçoado a relação Fisco-contribuinte”, tá lá. Tem alguns pontos lá que estão meio amplos, como benefícios e terminam estando abarcando...

N: Sim.

E1:...o que foi surgindo.

N: Na sua percepção, eles...

E1: Não, pra mim não.

N: Ok. Quais foram os fatores críticos do sucesso do projeto da nota fiscal eletrônica na sua visão?

E1: Fatores críticos?

N: Sucesso.

E1: De sucesso?

N: De sucesso.

E1: Eu penso que foi a, um dos elementos mais importantes, um dos elementos mais importantes, foi a credibilidade junto aos administradores tributários de todo o país. Porque, se começasse a ter, a ter, por parte de alguns estados, principalmente os maiores, uma posição contrária àquele modelo de nota fiscal eletrônica, e estar trabalhando juntos num projeto dessa magnitude e aguardando as suas fases de gestação, né? 2005, 2006, 2007, 2008. 2008 começou a obrigatoriedade, gente! 2005 você está discutindo um projeto que já estava sendo discutido antes, mas que 2005 se sentou na mesa pra se fechar em cima de um só. Em 2008 nós estávamos na primeira fase da obrigatoriedade, e já são cinco milhões de notas. Com um número pequeno de contribuintes. Pequeno. Então isso aí é algo que, se não tivesse credibilidade, principalmente junto aos administradores tributários, poderia se ter vários projetos de nota fiscal eletrônica e isso aí ia ser um fator que iria prejudicar muito o sucesso do projeto. Porque em sendo uma boa parte das empresas, principalmente das maiores, multirregionais, elas aplaudem o projeto. Um dos motivos que elas aplaudem o projeto é dele ser um projeto igual em todo o país.

N: Então a padronização seria um fator de sucesso?

E1: A padronização é um fator crítico de sucesso. Mas a padronização não aconteceria se os administradores comessem cada um a criar o seu próprio projeto de nota fiscal eletrônica.

N: E o modelo tecnológico? Você acha que com a tecnologia adotada, o XML, o WebService, também foi um aspecto importante pra...?

E1: Olha, a tecnologia adotada, como eu já te falei, utilizar ou não certificação digital teve suas preocupações, mas que ao final mostrou que foi importante optar pela certificação digital. Agora, utilizar o WebService, o ambiente da internet para autorização da nota, a infraestrutura da Receita Federal como ambiente nacional, se criar o SeFaz virtual, o Secretaria da Fazenda virtual no Rio Grande do Sul, tudo isso, padrões abertos, né? Tudo isso foi, digamos assim, no conjunto, tudo isso cooperou, possibilitou o sucesso do projeto. Não adiantava ter uma coisa isolada. Tudo isso possibilitou o sucesso do projeto. Me parece que a paixão das pessoas por algo grande, importante, difícil, de risco, também foi fator importantíssimo pro projeto, né? A paixão. Nesse momento inicial, realmente se tivéssemos grandes mudanças, assim, de governos, de equipe, talvez tivéssemos dificuldades.

N: Pois é, as pessoas que estavam, a motivação das pessoas que estavam...

E1: Porque ficaram um período longo, um período até a implantação, isso foi muito importante. Isso foi muito importante. Porque ali era um período inicial, um período crucial, né? Em que, vamos dizer assim, como se você fizesse um brainstorm com um grupo durante um mês, e chegasse no segundo mês, viessem outras pessoas pra você já ter as definições do brainstorm, você já fez, você já apontou seus caminhos e outras pessoas param para que você dê continuidade, poxa, não, não concordo com isso. Você vai começar um brainstorm...

N: A estabilidade da equipe do projeto nos estados...

E1: Ajudou. Foi importante. Foi importante para esse momento inicial de criação. Depois disso, nós já passamos por inúmeras mudanças das equipes de estados. Estamos passando por outra agora, mudança grande nas equipes dos estados. E sempre fica alguém que ainda tem memória, né, dos assuntos, e tal, e a coisa vai se desenvolvendo. E fora isso, no próprio ambiente da COTEPE, se mostrou que os GT-06, que foi criado, ele também já tem bastante conhecimento com as pessoas que tem assento, já tem bastante conhecimento, já colaboram, já discutem, já conseguem ter, digamos assim, percepção. Fora isso, muita coisa tá escrita. Muita coisa tá escrita. O manual de integração, é um manual muito completo, chega ao ponto de, às vezes, o contribuinte, diz uma coisa pra eles, mas não é assim não, mas é, tá no manual. Porque é público e notório, as pessoas conhecem bastante.

N: Uma outra coisa que eu acho importante no projeto, né, discutir, é a seguinte: a opção de, porque no ambiente de tecnologia, o que acontece, quando se faz, o que acontece na tecnologia. Quando você vai fazer um projeto, você deve fazer uma revisão completa dos processos, uma reengenharia do processo. No caso do projeto da nota fiscal eletrônica,

aparentemente, não foi feita uma reengenharia. Ou seja, se optou por manter, por exemplo, um documento em papel para não mudar todo o processo, não mudar a cultura tanto do Fisco quanto das empresas, né? Ou seja, foi feita uma mudança primeiro do meio, né, ou seja, do papel para o eletrônico, mas assim, sem grandes mudanças nos processos que as pessoas estavam acostumadas, né? Você acha que esse modelo, isso também é um ponto importante, ou seja que, apesar de que para a iniciativa privada, normalmente faz uma revisão de processos primeiro e uma reengenharia desses processos para depois se implantar a tecnologia, no caso de organizações públicas, complexas, né, como a gente tem a necessidade de fazer na Receita Federal, você adotar um modelo aonde primeiro você substitui a tecnologia, substitua o que tenha existente e depois você vai melhorando em melhorias graduais; por exemplo, agora a nota fiscal eletrônica de segunda geração vai trazer uma revisão de processos, mas num primeiro momento, praticamente, você manteve a mesma lógica de emissão do documento, né? Não teve grandes mudanças, ou mudanças radicais, né? Qual a sua percepção sobre isso?

E1: É, algumas coisas foram preservadas, digamos assim, porque a mudança da nota fiscal eletrônica já era uma mudança muito grande, né? Você sair do papel, e aí a gente fala do papel mas já tinha nota processamento de dados e tal, né, mas você sair disso prum documento com validade eletrônica, que é o documento, aquele arquivo XML lá, aquele que é o documento, o documento eletrônico, já foi uma ruptura, uma mudança muito grande, pras organizações. Se atrelado a isso não tivesse papel nenhum, tanto pro Fisco como pro contribuinte, seria mais uma mudança muito grande nos seus processos internos. Esses dias eu comprei um veículo e aí me trouxeram o ticket destacado com o DANF, cortado, pra eu assinar que eu tava recebendo o veículo, um canhotozinho, que é o mesmo que tinha na nota fiscal modelo 1, modelo A. Aquilo foi uma exigência dos próprios contribuintes, porque eles precisavam continuar com esse controle. Na verdade, eles não precisavam desse controle, você podia ter uma outra forma de, eletrônica até, de não precisar ter aquele controle. Porque você, por exemplo, vai num hotel, se hospeda no hotel, e vai embora e depois recebe uma nota fiscal eletrônica no seu e-mail. Poxa! Então não precisou assinar que você recebeu aquele serviço. Não precisa, chegou lá, pagou, cartão de crédito, você vai receber a nota fiscal no e-mail do senhor. Né? E funciona o serviço, né? Por que não podia funcionar também pra receber a nota fiscal eletrônica por e-mail, ao invés de receber um canhoto de um DANF? Que na verdade, não é o documento, é um espelho do documento fiscal, né? Espelho parcial da nota fiscal eletrônica. Mas seria uma quebra de paradigma muito grande. O que eu acho é isso: a gente tem que buscar o novo, mas saber também o limite que às vezes você tem que ter

nesse novo para você conseguir emplacá-lo. E você pode viabilizar isso nas discussões. Tanto internas, nas discussões com as administrações técnicas, e com os administradores tributários, e no caso externo com as empresas. Que também têm suas dificuldades. Nós visitamos outro dia uma empresa grande, perto da Bahia, muito grande, e chegamos lá, perguntamos, entrevistamos assim, informalmente, pro pessoal que trabalhava com a nota fiscal eletrônica: “O que você acha da nota fiscal eletrônica?” “Excelente. Mudou muito o nosso processo. Temos tido muito, melhorou muito o nosso trabalho.”, explicaram porquê e tal. Aí tinha um grupo de pessoas digitando. Informações da nota fiscal eletrônica. Então nós perguntamos: “O quê que aquelas pessoas tão fazendo ali?”, “Ah eles estão digitando informações relacionadas às notas para os nossos fornecedores, para efetuarmos os pagamentos”, “Sim, mas por que você não cria isso no sistema, pra extrair da nota fiscal eletrônica? E aí vocês fazem os pagamentos”. Sabe o quê nos responderam? “Que nós não sabemos ainda o quê fazer com os digitadores.”. Então, nós estamos pensando no que vamos fazer com os digitadores e pra depois... Então, a dificuldade que tem uma empresa que quer ter lucro, que quer ter... mas na hora de uma mudança dessa, não quer fazer uma mudança abrupta. Ela tem seus funcionários ali, vão dando, querem dar um destino aos funcionários ao invés de desenvolver logo um sistema de faturamento. Estamos falando de uma grande empresa. Não falo nem de uma pequena empresa, que as relações pessoais são mais fortes, né? E às vezes dificulta todo esse processo de redesenho, como qualquer outro, que venha a trazer, por exemplo, redução de mão de obra. Então tudo é um processo gradual.

N: Outra coisa, Eudaldo, a nota eletrônica adotada foi um modelo descentralizado. Ou seja, cada estado, autoriza as suas notas eletrônicas e envia para um ambiente central, que é Receita Federal, que é um repositório nacional, né? Se você olhar tecnicamente, uma solução buscando padronizações, traz uma complexidade de você garantir a padronização em 27 unidades federais. O racional seria você ter autorização num único local, que seria um ambiente nacional, né? De certa forma, você faz virtual para um grupo de estados, ela faz esse papel, mostra como funciona o modelo de que você tem um único equipamento e que tá autorizando em nome de vários estados. Sem nenhum problema. Por quê que foi decidido que a autorização, esse modelo né, quer dizer, fugiu um pouco do racional da tecnologia, pro modelo do estado autorizar né? Por que foi decidido dessa forma, centralizada? E se há alguma perspectiva de que no futuro, na sua visão, no futuro, depois que houver um, sei lá, uma uniformidade, se opte por ter um único local autorizando as notas eletrônicas do país inteiro, né, facilitando pras empresas com termos de padrão, facilitando o controle, evitando a questão de distribuição, quem recebeu mandar pra quem emitiu, que autorizou a emissão,

manda pra quem emitiu, etc.? O que você pensa disso? Por que teve essa descentralização inicial?

E1: O que acontece é que os estados, eles têm uma certa autonomia na gestão do imposto que ele tem, a competência para instituir e cobrar. E fiscalizar esse imposto. Dentro dessa autonomia que ele tem, quando ele resolve participar e implementar uma solução de controle de uma nota fiscal eletrônica, a nível nacional, todos os estados, ele está de certa forma dizendo: “Olha, eu não vou implementar uma solução minha, eu tô abrindo mão da minha autonomia porque eu acho que é mais válido essa construção conjunta, coletiva, né, dessa solução chamada nota fiscal eletrônica”. Mas para um estado, não deixa de ser algo novo pra ele. É algo novo. E dentro dessa questão de algo novo, algumas cautelas os estados, não todos, mas alguns estados queriam ter. Um deles é a autonomia de que ele queria autorizar os documentos fiscais dele, e não por exemplo, um ambiente nacional, no governo federal. Por que isso? Porque os estados também têm seus conflitos, seus, suas diferenças com o próprio governo federal em termos de discussões políticas, né? Não políticas partidárias, tô falando política na forma de, como o governo federal deve fazer, como o governo federal pode planejar uma reforma tributária, como deve ser, por exemplo, essa reforma, como deve ser essa repartição dos recursos. Então, pros estados, é estratégico que um tributo sobre a gestão dele e que ele tenha a informação, ele autorize seus contribuintes, ele ter uma gestão sobre isso. Ainda que, tecnicamente, tenha mais lógica, como você tá dizendo, ao invés de você ter diversas bases distribuídas autorizando, você tivesse uma autorização central, e só distribísse essas informações conforme a competência e o interesse de cada um. O que acontece é que, o tipo de federalismo que nós vivemos e que conjuga federalismo com uma certa autonomia dos estados, como eu já falei, quanto aos seus tributos, a gestão dos seus tributos, esses impostos, faz com que essa, essa unidade própria de autorização e de guarda da informação seja pros estados uma certa segurança de que ele tá mantendo a gestão do seu imposto. Que o imposto é de responsabilidade dele, que ele tá mantendo a gestão sobre seu imposto, sem depender do funcionamento do governo federal.

N: No futuro, você acha que tem uma tendência, pela questão da confiança, da cooperação fiscal, de que isso venha a ser centralizado? E por quê que no SPED fiscal, né, já se partiu pra um modelo centralizado? Ou seja, ele é, os arquivos são recebidos pelo ambiente da Receita Federal e distribuídos, né? Por que essa diferença entre a nota eletrônica e o SPED fiscal? ‘Cê acha que o SPED fiscal, por ter sido a coordenação do projeto da Receita, eles não deram esse espaço para que os estados tenham os seus próprios sistemas de recepção da escrituração fiscal?

E1: É, eu acho que primeiro porque com essa coordenação, a Receita, que também achava que a nota deveria ser assim, deveria ser autorizada pelo governo federal, e poderia se distribuir pros estados, deveria se distribuir pros estados, estando ela na coordenação da escrituração fiscal e contábil, e também tendo outros organismos envolvidos no que refere ao contábil, que não só o Fisco dos estados, eles optaram por essa forma e que acabaram os estados concordando. Eu acho que acabaram concordando também por causa da questão da infraestrutura, né? Isso ia trazer mais dificuldade pros estados, que nem todos iam ter condições de tá autorizando e guardando seus documentos. Existe aquela exigência de segurança, de ambiente, disso, daquilo, né? Acredito que tenha sido isso. Eu num, não participo, assim, do dia a dia do SPED, né, então poucas reuniões participei, poucas participo, porque na verdade a gestão é da Receita, participo dos estados, mas não é um projeto que está sob a coordenação do ENCAT, então o ENCAT só entra cirurgicamente em algumas situações, em algumas questões com os estados, mas não participo do dia a dia. Mas eu acredito que um dos pontos que devem ter pesado é o fato de isso exigir algum investimento dos estados, para que eles pudessem autorizar a, receber os, não, o SPED, receber o SPED.

N: No caso da nota, você acha que vai migrar para um ambiente centralizado? Ou seja, teve alguns movimentos de alguns estados que tinham sistema próprio e já optaram pra ser fase virtual. Você acha que isso é uma tendência, que em breve a gente vai ter só as Sefaz virtuais, ou muito poucos estados autorizando nota e a maioria usando a Sefaz virtual?

E1: Olha, isso é muito, assim, pessoal de cada estado, de cada dirigente que está no estado, naquele momento, principalmente os secretários, né? Já tivemos o caminho de estados com solução própria ir para a Sefaz virtual, já tivemos o caminho inverso também, de estado que usava Sefaz virtual passava a utilizar a solução própria, e já tivemos também o caminho do sistema misto, né? Tem estados que utilizam para determinadas atividades específicas, por algumas questões, o ambiente da Sefaz virtual, né, como é o caso agora das telecomunicações, e tá utilizando um ambiente da solução própria para a maioria dos contribuintes. Então, isso depende da forma de visão de cada estado dessa questão que eu te falei da autonomia, uma questão muito delicada pros estados. Se fala em reforma tributária, os estados têm a sua importância muito grande na arrecadação e no ICMS. Mas o ICMS como é um imposto sobre o consumo, muito peso sobre o consumo, com alíquotas relativamente elevadas, ele tem um peso muito grande no orçamento dos estados. Ele bate em torno de 50, 60% do orçamento, deve variar em torno disso. Então, pelo peso que tem no orçamento dos estados, os estados têm, não têm interesse, têm muito receio de perder essa gestão sobre o imposto. O estado não tem interesse em perder a gestão sobre esse imposto e normalmente, na maioria dos países

que tem Imposto sobre Valor Adicionado ou sobre Valor Agregado, o IVA, o ICMS tá no bojo desse IVA, né? Porque o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, assim como o Imposto sobre Serviços, eles estão no IVA. E, em alguns países, esse imposto é partilhado entre estados, inclusive a Fiscalização entre estado e União, inclusive às vezes com duas alíquotas, uma alíquota do estado e outra pra União, sob a mesma base. Mas tem diversos tipos de tributação, mais de 100 países adotaram o IVA. E o Brasil tem isso de uma forma diferenciada, porque tem o Imposto sobre Serviço de Prefeitura, tem o Imposto de Circulação de Mercadoria entre os estados, tem o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, do estado mais 50% que divide com a prefeitura, e etc., etc., etc. Então assim, pra mim a questão da autonomia, pesou muito nessa questão da autonomia, a possibilidade da autonomia pra autorizar os documentos eletrônicos. O ideal, do meu ponto de vista, seria que os Estados, já tivessem organizado uma cooperativa, ou algo parecido, entre eles, que pudesse autorizar seus documentos, né? Que a solução que fizemos para colocar a Sefaz virtual no Rio Grande do Sul, contando muito com a parceria dos colegas gaúchos, e com o estado do Sul, pudesse ser algo de um ambiente de cooperação entre os estados. Os estados poderiam ter gestão sobre esses sistemas e tirar essa desconfiança de se ter as suas informações, terem, estarem disponibilizadas pro governo, e eventualmente numa reforma tributária, os estados terem algum tipo de prejuízo. A gestão poderia ser no ambiente dos estados.

N: Nesse ponto conceito, você acha que seria possível... Hoje no mercado se fala que a nota fiscal eletrônica, que a emissão de nota fiscal eletrônica é uma commodity. Ou seja, não tem mais complexidade, é um processo conhecido, dominado. Lógico, tem aperfeiçoamentos, detalhes, mas é uma commodity. Ou seja, pela tecnologia usada, aberta. Poderiam os estados terceirizar essa atividade? Ou seja, contratar, fazer uma grande licitação, contratar uma empresa de tecnologia que assumisse o papel de fazer essa autorização em nome dos estados, igual que a Sefaz virtual, cada estado cotizado, pagando o custo que tivesse esse processamento, né? Mas não tendo que se preocupar com essa responsabilidade de guarda, de autorização, de tempo de resposta. Você acha que esse seria um modelo viável para o Brasil, e quais seriam os empecilhos potenciais, ou se há algum impedimento legal, ou alguma coisa que você sabe que inviabilizaria esse processo?

E1: Olhe bem, nós temos aí uma discussão que seria até sobre sigilo, o sigilo fiscal, né? As informações contidas num documento fiscal eletrônico, aí de todos os contribuintes, elas estando sob a gestão dos estados, sob a responsabilidade dos estados, cabe a cada estado dar sigilo a essas informações. E utilizar para os fins que a informação está em suas mãos. Não sei

se nós temos cultura no momento para enfrentar isso, e ter uma certa, digamos, terceirização de toda a atividade da nota. Porque você não poderia tá tratando tanto de autorização como de guarda da informação, e ao precisar da informação, ela seria disponibilizada. Talvez até com acesso já ao banco de dados da própria, digamos, empresa terceirizada, e tudo o mais. Eu acho difícil, eu acho que nós não temos cultura pra isso, né? Hoje, nós temos dificuldade de compartilhar informações da nota eletrônica com as agências. Porque há divergências nos meios jurídicos das administrações tributárias, se pode ou não se pode compartilhar essas informações entre as agências. Se isso fere ou não fere o sigilo fiscal.

N: Agências que 'cê fala são outros órgãos reguladores?

E1: São órgãos reguladores.

N: Denatran.

E1: Denatran, que já tem protocolo sobre isso, mas não tem as informações disponibilizadas. A ANP, a ANP fiscaliza a qualidade do combustível, ela tem acesso a documento fiscal, sempre teve. Mas agora, que ele é eletrônico, se colocou em dúvida, ele pode ou não pode acessar o banco de dados, notas fiscais eletrônicas de combustíveis? Entendeu? Será que nós temos cultura para uma empresa terceirizada ter ali, sobre guarda e responsabilidade, numa organização não pública, informações dos contribuintes, em que você pode ter tudo do negócio dele, tudo! Você sabe quando ele vendeu, pra quem ele vendeu, o que ele vendeu. Você sabe, o contribuinte vendeu uma geladeira, daqui a quatro anos ele pode mandar uma carta de desconto para aquele cliente dizendo que a geladeira dele já tá em tempo de ser trocada, e que ele vai ter um desconto de 20%. Esse banco de dados tava numa empresa. Eu acho que não temos cultura ainda pra isso, mecanismos de segurança para que a gente tenha isso sem ter problemas. E não temos cultura para provar algo assim. Eu acho que não temos ainda. Embora tecnicamente pode ser totalmente viável, as empresas tem uma forma de gestão que talvez seja muito positiva, né? No sentido de autorização, de guarda, quer dizer, as empresas têm mais velocidade para assumir isso. Porque o estado, se ele vai comprar um equipamento, ele submete a uma legislação, a todo um processo pra compra, isso é necessário? É! É do direito, é necessário, para você resguardar o dinheiro público. Mas isso demanda tempo. Uma empresa vai lá e compra pelo menor preço. Tem agilidade pra fazer, tem agilidade pra contratar, tem agilidade pra demitir. O estado é mais lento para essas ações, ele é mais lento pelos mecanismos de garantia jurídica que você tem que ter dentro da administração pública, para que o dinheiro público seja, a princípio, a intenção é essa, melhor gasto, quando no final talvez não seja. Mas a princípio é esse, o gasto público tenha melhor destino, mais lícito, mais correto, não é, mas em prol do cidadão. Mas, às vezes, a qualidade

do gasto fica prejudicada. Então, uma empresa tem muito mais velocidade pra isso do que a administração pública. Mas, colocar esses dados sob guarda da iniciativa privada eles também têm um valor inestimável, o valor desses bancos de dados. No ambiente de empresas, isso é uma tentação terrível, né? Essas informações. É como você falar assim: “Poxa, todo o processamento de tudo do Imposto de Renda poderia estar sendo feito pela empresa. Porque, pelo certo, foi contratado para esse fim, tem fim público, por que não uma empresa abrir licitação, temos tantas delegações para sermos processadas. Pô, por que não?”. Porque são informações preciosas, são informações que estão sob o sigilo fiscal, e você com a informação da nota, você sabe além da mercadoria, do comprador, do vendedor, da data, de tudo isso, você tem o percurso. Você tem até o... em alguns casos você tem até o tempo que ele saiu e que ele chegou, tem um registro de passagem, você tem muita informação. Muita informação.

N: Eudaldo, outro aspecto que eu achei importante, né, tô estudando que eu acho importante, é a questão da responsabilidade pela guarda. Hoje a legislação tributária no Brasil, e a própria legislação, os decretos dos (palavra não compreendida 01:14:26 a 01:14:27) dos estados, fala que quem emite a nota eletrônica, continua responsável pela guarda do documento eletrônico pelo prazo decadencial, né? E parece um certo contrassenso no sentido de que o Fisco também tem essa mesma informação, e tá em tempo real no Fisco. E além disso, você exige que o destinatário também guarde. E você exige que quem emite envie pro destinatário o arquivo eletrônico. Então você gera uma complexidade, primeiro, três pontos de guarda, a mesma informação guardada em três lugares, o que fere um princípio da tecnologia, de você, a mesma informação em locais diferentes tem um risco de ficar diferente, em algum momento. Causar algum tipo de falta de, de erro mesmo, de compatibilidade de informação. Tem um custo, tem a burocracia disso aí. E agora, mais recentemente com a nota fiscal eletrônica de segunda geração, voltada a eventos, gera-se uma complexidade ainda maior. Porque, veja, quem tá guardando não tem toda a informação, quem tem a informação completa é só o Fisco, porque vai ter todos os eventos, né. O emitente e o destinatário vão ter alguns eventos, eles não vão ter... quer dizer, você não acha que o Fisco poderia assumir um papel mais central nesse modelo, e assumir a responsabilidade da guarda, e a responsabilidade do fornecimento, liberando o emitente e o destinatário de ter que guardar? Você acha que isso tem alguma dificuldade técnica ou legal que impeça isso? Qual a sua opinião sobre esse ponto?

E1: É, eu acho que nós ainda não temos condições de infraestrutura para poder termos esses documentos e disponibilizá-los aos contribuintes, quer destinatário, quer contribuinte adquirente. Eu acho que ainda não temos. Quando se colocou o que o contribuinte

destinatário, que o contribuinte emitente, ele guardaria ainda o documento e em qualquer tempo, poderia ser solicitado pelo Fisco, foi uma cautela. Uma cautela porque tudo pra gente é novo. Por exemplo: como é que estão as nossas contingências nos estados, nossos ambientes de contingência? Como é que estão a nossa guarda das informações das notas fiscais eletrônicas nos estados? Né? Como está isso no ambiente do (palavra não compreendida 01:17:11). Tudo isso aí precisa ser estudado, precisa ser avaliado para se tomar uma outra decisão. Aquela decisão foi a decisão da cautela, de quem tá começando, né. Então, para desobrigar o contribuinte desta guarda, embora ele vá ter que ter, a não ser que a gente dê forma de acesso, ele vai ter que guardar mesmo. Vai ter que guardar o documento.

N: Não, a ideia seria ele poder buscar essa informação na Fazenda.

E1: Para ele buscar, vai ter que ter...

N: Em um ambiente nacional.

E1:... uma infraestrutura, porque o jeito que foi feito foi a cautela. A cautela que se tivéssemos algum problema, o contribuinte tá lá com o documento, que é o documento dele, certo? Agora, a possibilidade de dar acesso aos contribuintes, quer emissor, quer destinatário, a esses documentos, para baixar esses documentos, através de acesso dele na internet, etc. exigiria melhor condição de infraestrutura, a meu ver, isso teria que ser avaliado, tanto de rede, como de equipamentos. Para se possibilitar isso. Todas as vezes que se discutiu isso, se viu que isso era de um tamanho monstro. O que é que nos estamos passando hoje: no ano passado, houve uma discussão dessa com a Receita, e vimos que tinha que partir pra comprar equipamento urgente, porque todos os cálculos que foram feitos de quantidade de notas fiscais eletrônicas que iríamos receber, nesse momento, foram furados. Por que foram furados? Porque se basearam em autorização de documentos fiscais, né, concedidas pelos estados, do que se conseguiu levantar, e o número não foi o número exato. Fora isso, o documento fiscal eletrônico talvez pelas suas características, talvez por uma intensificação de fiscalização e coisa e tal, e aí refresca o que você perguntou na arrecadação, deve ter influenciado em mais documentos que estão sendo emitidos do que era emitido em papel. Isso fora da questão do crescimento econômico, que também aconteceu, fora dessa questão. Se emite mais documentos eletrônicos do que se emitia documentos em papel. Também acredito nisso, não é só porque tinha falha nos números das autorizações para impressão de documentos, né? Que é uma coisa é autorizar a impressão, a outra coisa é a utilização de como estava este estoque. Já que a data, a data limite para a utilização desses documentos tem estados que adotam, tem estados que não. E hoje é liberado.

N: Você acha que é uma questão apenas de capacidade tecnológica do estado. Mas assim, em termos legais, o próprio CTN coloca que a responsabilidade pela guarda dos documentos e livros é do contribuinte, quer dizer, então teria que ter uma alteração legal...

E1: Sim, então...

N: Mas culturalmente, você acha que os, por exemplo, na Secretaria da Fazenda da Bahia, seria visto com bons olhos você dispensar o contribuinte da guarda no momento que a gente tem a informação? Hoje, por exemplo, você, a fiscalização tem uma orientação no sentido de que não deve notificar a empresa a apresentar a nota fiscal eletrônica, uma vez que a gente já tem aqui, na Secretaria da Fazenda da Bahia os arquivos? Ou o fiscal pode chegar e exigir a apresentação desses documentos? Já existe alguma coisa, mesmo que informal, mesmo que no sentido de não se pedir alguma coisa que a gente já tem? Como que você vê essa questão também cultural do Fisco, né?

E1: É, olhe bem, tudo depende da forma que se está fazendo as programações, né? Se quando o contribuinte, se o fiscal está recebendo na sua programação, quando ele vai fiscalizar o contribuinte, ele já tem os caminhos, ou os documentos, ou utilização para a rede “pro BI” (01:21:04 a 01:21:05), o acesso a seus documentos, ele já é orientado, ele já tem os documentos, ele não vai pedir os documentos. Ele só vai pedir o que ele não tem, né? Tudo depende de como cada estado está conduzindo nesse processo da auditoria. Entendo, o fiscal não vai exigir, até porque não teria nenhuma utilidade pra ele. A tendência é o auditor, ele, só ir ao contribuinte para localizar o estabelecimento e para contar história. Não tem outro motivo pro contribuinte. Localizar, porque em alguns momentos você precisa localizar para ver, se o contribuinte realmente existe, se ele realmente está naquele endereço, se não é algo fictício, não é algo fantasma, se o contribuinte é laranja... Você tem que ir lá pra ver se realmente existe, e se não tá fabricando crédito, etc., etc. E contar o estoque, se você vai fazer um levantamento de estoque. Você precisa do estoque naquele momento, pra daí fazer um levantamento pra trás e verificar se tem alguma diferença nos seus registros de entrada ou de saída de documentação fiscal por parte do contribuinte. Fora isso, o fiscal, a tendência é o auditor fiscal, o funcionário fiscal trabalhar à distância, trabalhar com informação, trabalhar com os bancos de dados, então não tem porque recorrer ao contribuinte nem pra pedir as notas, porque ele tem as notas. Geralmente, já recebe... Eu não sei como está acontecendo na Bahia. Mas o que tava programado é que o contribuinte, o fiscal já receberia todas as informações daquela empresa. Ele antes já recebia, porque as notas eram digitadas. Na fronteira, por exemplo, que ultrapassaram a entrada...

N: Eles já tinham a informação eletrônica.

E1: Eles já recebiam a informação. Eles já recebiam. Se o contribuinte tivesse processamento de dados, apresentava a informação, ele já tinha, já recebia.

N: Então, você acha assim, culturalmente, não seria visto pelo Fisco como uma perda de autonomia, de que o contribuinte não precisasse mais guardar, desde que o fiscal tivesse acesso à informação eletrônica?

E1: Sim, sim.

N: Ou seja, a informação válida é a que está na base do Fisco, e o contribuinte não precisa mais apresentar ou guardar esses documentos eletrônicos.

E1: É, ele vai precisar guardar, vai. Ele vai precisar guardar a não ser que o Fisco dê acesso. É o que estou lhe falando, tem que ter estrutura para dar certo. Porque se amanhã ele autuar, ele precisa se defender, ele precisa guardar, ele precisa ter a via dele, ele precisa ter o documento eletrônico. Ele precisa ter uma forma de argumentar de forma contrária a uma autuação, a um lançamento, né? Ex-offício. Para isso, ele precisa poder ter acesso, (palavra não compreendida 01:23:46) depois ter acesso, e depois guardar. Tem que ter uma garantia de guarda, como hoje você tem que a lei define que você tem que guardar todos os seus documentos fiscais, ele vai ter que guardar.

N: A questão do envio do documento eletrônico pro destinatário, né, no Brasil ele não é padronizado. Se diz que tem que enviar, e que quem emite nota eletrônica, tem que receber documento eletrônico, né? E se percebe que é, hoje, que é um dos problemas, uma das fragilidades do modelo da nota eletrônica, né? Pelo menos na minha percepção, é de que não há um padrão. Então, a maioria utiliza o e-mail, outras empresas utilizam Webservice, o FTP, mas não existe um padrão no mercado. Isso gera uma complexidade para quem recebe e acaba na verdade a integração entre cadeias, ela ficando um pouco prejudicada, porque acaba tendo que digitar o DANF, porque ele não consegue garantir que vai receber o documento eletrônico, por quê? Porque ele, dependendo do fornecedor, ele recebe de um jeito diferente, né?

E1: Certo.

N: Você acha que, ou se pensa em estabelecer um mínimo de padrão? Ou seja, terá que enviar por e-mail independente de ter outras formas, para garantir uma padronização? Ou isso é uma questão comercial entre as partes, que o mercado, de alguma forma vai resolver? Ou então a questão do Fisco fornecer a informação, o acesso à informação pro destinatário resolveria? E isso é um ponto. E por que se optou, dado que tinha essa dificuldade de garantir o envio do emitente pro destinatário, por que a legislação passou também a exigir o envio também pro transportador? Aumentando ainda mais o problema, vamos dizer assim.

E1: O envio do transportador é em virtude do conhecimento de transporte eletrônico, né? Ou então ele tem que emitir o conhecimento de transporte eletrônico, ele tendo a nota emitida, ele tem muito mais facilidade pra isso, né? Então o transportador tá recebendo em virtude disso. Por isso se colocou na legislação a obrigatoriedade de se transmitir a nota também para o transportador, porque ali já estaria as informações relativas ao conhecimento da própria transportadora. A outra pergunta foi?

N: Era a questão de se estabelecer um padrão de envio. Ou seja, tem que enviar por e-mail, por exemplo. O Fisco optou aqui no Brasil por não estabelecer um padrão, né?

E1: É.

N: Deixar pro mercado. E na verdade se percebe que a questão da troca entre as empresas, do arquivo eletrônico tem alguma dificuldade.

E1: É, tem algumas dificuldades. Esse aí foi um ponto que realmente, vamos dizer assim, o caminho escolhido de deixar a base livre, talvez não foi o melhor, né? Porque se colocou a obrigatoriedade de enviar e não se colocou como. Definisse o padrão, a forma, o meio de comunicação que é o e-mail, né, a forma do arquivo, talvez fosse melhor. Não me lembro que país, eu conversei com uma pessoa de outro país, que definiu na legislação que teria que ser por e-mail.

N: O Chile, deve ser, não?

E1: Além do Chile, tô falando, não foi o Chile, não foi o Chile... Eu tava numa reunião lá em Madrid e conversei com uma pessoa, e não me lembro o país. E que funciona bem. Funciona bem. O contribuinte no ato de emissão, ele é obrigado a realizar a transmissão para o destinatário. E isso deu uma, ah sim, pro destinatário e também para a Administração Pública, porque não é autorizado pela Administração Pública a nota lá. Não me lembro qual foi o país. Mas aí o quê que acontece, o fato de não definirmos, eu acho que isso aí também foi, de alguma forma, ruim, né? Se pensou que o mercado iria, não iria sofrer nessa questão que aparentemente seria simples. Mas na prática, até hoje as empresas reclamam por uma definição padrão porque umas disponibilizam o site, outras não né, tem diversas formas que tão acontecendo aí, umas dão certo, outras não dão. E a gente pensou de, na implantação da confirmação do recebimento pelo destinatário, ser um momento de se...

N: De se poder baixar isso aí.

E1:...de se poder baixar a informação, né? Se até uma condição: confirmou, pode baixar a informação do site. A gente garantiria isso. Mas ainda não está implementado.

N: Aproveitando a questão da confirmação, se pensa em que a disponibilização dessa confirmação que o Fisco, tá previsto na legislação, poderia ser usado pelo contribuinte para

fins comerciais? Ou seja, ele poder, isso seria aberto para ele usar para fins comerciais para ele evitar ter que ter um canhotinho manual? Ou seja, ele confirmando que recebeu, isso vai aparecer publicamente e tá confirmado, e portanto pode usar para fins...?

E1: É, não lembro de termos pensado nesse aspecto, não, de disponibilizar isso pro contribuinte, mas não foi pensado isso não, pelo menos que eu saiba.

N: Tá. Existe um procedimento formal pras empresas para elas poderem fazer sugestões de modificação de layout? Como é esse processo de modificação de layout, incorporação de novos campos no layout da nota fiscal eletrônica? Existe um mecanismo previsto na legislação que isso possa ser pleiteado pelas empresas? Ou seria um comitê gestor? Qual é o...?

E1: As empresas, elas têm a possibilidade de realizar sugestões sempre. Os momentos, elas têm momentos técnicos pra isso, que são nas reuniões do, do, grupo estratégico da nota fiscal eletrônica, em que várias empresas participam, um número grande de empresas participam, além das 19 que já estavam, existem outras empresas que se agregaram. Como eu te falei, uma reunião que aconteceu mais ou menos duas vezes ao ano. As empresas também participam do comitê gestor do documento fiscal eletrônico, e a qualquer momento, as empresas também, como tem uma informalidade muito grande no ENCAT, elas têm acesso, em diversos estados, a outro especialista da área e elas realizam sugestões que sempre são colocadas, se forem consideradas válidas, elas são levadas à equipe técnica, e depois aos administradores na reunião do ENCAT. E são decididas. Agora, por exemplo, vai entrar uma versão 2.0 da nota fiscal eletrônica. Já entrou, né, mas vai ser obrigatória a partir de 1º de abril, e é fruto dessas discussões. É aprimoramento, é aperfeiçoamento. Algo que eu já disse e digo sempre, vai ser constante. Vai ser constante. Vai ter que estar se aperfeiçoando todo o dia, o produto. O importante é que a, vamos dizer assim, a concepção do modelo de papel para documento eletrônico, isso aí já é algo consagrado. As alterações que irá sofrendo, é fruto do aprendizado, é fruto do aperfeiçoamento. A confirmação de recebimento mesmo, eu vejo como algo que a gente tem que implementar, tem que, porque o ICMS é o imposto com característica de não-cumulatividade de crédito. Então, você ter confirmação que aquilo chegou ao seu destino, pra aquele crédito ser realmente utilizado, é algo importante pra gente. Não ter aquela discussão que sempre se teve de que: “Ah, não, utilizaram minha inscrição. Não fui eu quem emiti”. Não é? Então, quando sofrem as autuações, quando se tem problemas, se vê isso nos conselhos, as discussões judiciais. Então a confirmação de recebimento é o fechamento da cadeia. É algo que deveria no bojo já ter implementado, o que

vai acontecer com o tempo, tá sendo testado com segmento de combustíveis, mas não tá sendo amplamente utilizado ainda.

N: O modelo da nota eletrônica para indústria de atacado tá implementado, ou seja, é obrigatório, todas as indústrias de atacado tem que utilizar a nota eletrônica. E, a nota eletrônica agora tá indo pra segunda geração, voltada em eventos. Você não acha que as empresas, de uma certa forma, teriam que se organizar um pouco melhor pra poder demandar junto ao governo a questão da nota eletrônica? No sentido de que de uma certa forma, hoje elas são, estão sujeitas a uma..., uma dependência grande da nota eletrônica. No sentido de que se o Fisco definir uma nova regra, uma nova exigência, elas não têm como fazer a nota fiscal de outro jeito. Ela tem que fazer... Então, de uma certa forma, ela não tem alternativa, ela tem que se sujeitar. Isso pode gerar impactos importantes, então. E as empresas não tão, não se percebe um movimento mais organizado, de gerar demandas, e de forma estruturada. Suponha que, por exemplo, o Fisco implemente regras de validação muito rígidas, e que as empresas tenham muita dificuldade de cumprir. Hoje o ambiente, é um ambiente de interação informal, como você colocou, de acesso, mas você pode ter um momento em que outras pessoas estejam na frente dessas, do ENCAT, da Receita, dos estados, e que tenha uma visão um pouco diferente de cooperação com a iniciativa privada, no sentido de participação nas empresas. E não tem um mecanismo de..., quer dizer, aí só vai restar a via judicial pras empresas. Na sua visão, você percebe que desde a implantação da nota fiscal eletrônica, as empresas deveriam ter se organizado, ter formado como um ENCAT da iniciativa privada relativa à nota fiscal eletrônica, de uma forma um pouco mais estruturada, pra levar essas demandas de uma forma um pouco mais estruturada, ou não? Isso não existe?

E1: Olhe bem, quando a gente vê essa questão da organização do contribuinte, das empresas, nós temos que sair um pouco da questão da nota eletrônica para entender como é que isso funciona. Os contribuintes, eles estão organizados nas suas associações, federações, diversas instituições de defesa dos interesses do contribuinte. Seja a FIEB, seja associações comerciais, seja as câmaras de dirigentes lojistas, seja através de seus representantes, que são os contadores dos diversos sindicatos, SESCON, CRC, etc. Então, os contribuintes, eles estão organizados os seus interesses em diversas instituições. A criação de mecanismos, seja de controle, seja ou de aumento de carga tributária, ou seja lá do que for, por parte dos Fiscos, quer municipal, quer estadual, quer federal, quando extrapolarem o quê os contribuintes acham razoável, eles reagirão, de forma organizada. Através de quê? Através de suas representações políticas. Eles sempre saberão fazer. Não há esse risco. Porque, aí eu volto pra nota fiscal eletrônica. Se a nota fiscal eletrônica não estivesse a serviço da sociedade, como

pregamos, nos estivesse trazendo um impacto negativo para os negócios, com certeza, os segmentos organizados dos contribuintes, reagiriam à altura. Né? Com certeza! O que acontece até o momento é o inverso, eles têm aplaudido e têm apoiado. Mas, se não fosse assim, eles reagiriam à altura. Porque eles não precisam estar organizados para lidar com a nota. Eles estão organizados para lidar com qualquer mecanismo de controle, ou de aumento de carga, ou seja lá o que for, do poder público e que venha a afetar suas atividades de forma negativa.

N: Tá. 'Cê entende que a reforma tributária possa ser um risco ao projeto da nota fiscal eletrônica? Se fala que a nota eletrônica é a base pra reforma tributária. Você acha que tem algum risco de uma reforma tributária vir a desmanchar todo esse modelo que foi construído no projeto da nota fiscal eletrônica?

E1: Não. Não vejo. O que eu vejo é o seguinte: primeira coisa é que a nota fiscal eletrônica formou, construiu o maior banco de dados, o maior banco de dados dos já disponíveis para a Administração Tributária no sentido de se estudar uma reforma tributária, ou mais. Mais do que uma reforma tributária. Qualquer estudo econômico, até vou ousar dizer, até de, de, é, formas de escoamento de safras, de produção, muita coisa pode ser feita utilizando-se informações contidas nos documentos fiscais eletrônicos, particularmente da nota fiscal eletrônica. E aí, grifo, atualmente ainda subutilizados, porque são tantas informações e ainda não se debruçou sobre todas essas informações, como deveria, para que pudesse o poder público até melhorar sua atuação. Como estão estes segmentos econômicos, aonde eles estão, qual a necessidade da implantação de novas organizações, novas empresas, como tá o fluxo de mercadorias entre estados, entre municípios, qual seria a perda ou ganho, conforme a variação de alíquotas, né? Quem ganha, quem perde, como deveria ser uma compensação. Como deveria ser criado um fundo que deveria cobrir as perdas por um período X, no caso de uma reforma tributária. Tudo isto tem condições de um grupo bom de quantificação estudar, através de estatística, de diversas, de, não é engenhosidade, é de número, para se chegar numa proposta de reforma. Mas, muito mais do que isso, realizar diversos estudos de planejamentos econômicos, se assim for possível, fazer através dessas informações, se assim for legal, possível, seria uma grande, um grande ganho para todos nós. Agora, uma reforma tributária jamais acabará, acredito, com a nota fiscal eletrônica. Podem existir mudanças na nota fiscal eletrônica, se uma reforma tributária muda a forma pro contribuinte, muda o imposto, muda onde esse imposto fica, muda a competência, muda a forma de cadastro, sei lá. Se trouxer implicações, que eu não acredito, nesta esfera. Pelo menos não a curto prazo, porque uma reforma tributária tem toda uma gestão, uma construção política pra isso. E ao que me parece,

no momento, não estamos na prioridade da agenda a reforma tributária, não acredito em curto espaço de tempo, ela aconteça. Mas lá na frente, se ela vier a acontecer, não acredito que tudo que está na construção, tanto de modelo, como de funcionamento, como a estrutura geral, do documento fiscal eletrônico, não acredito que a nota fiscal eletrônica tenha mudanças, a não ser mudanças pontuais, como falei, se a legislação tiver impacto sobre ela.

N: Quais os desafios da nota eletrônica para o futuro, Eudaldo? Na sua visão?

E1: Bom, os desafios da nota fiscal eletrônica pro futuro. Bom, um desafio tá relacionado a essa questão da autorização da nota fiscal eletrônica, né? Eu acho que em determinado momento, a gente vai ter que voltar a discutir essa questão de como se preservar a autonomia dos estados e ter um ambiente único de autorização dessas notas fiscais eletrônicas. Não sei se isso vai ser possível, né, às vezes a gente quer uma coisa tão perfeita, e não chega a lugar nenhum, e por isso que foi feito assim, por partes. Mas eu acho que é algo que no futuro tem que se parar para discutir, porque isso seria um ganho, né? De você não ter diversos locais autorizando e ficar caçando versão de atualização, e etc., etc., etc. A outra coisa é...é...a outra coisa numa visão de futuro da nota eletrônica, ela tem que estar no processo (palavra não compreendida 01:42:43) de tal forma nas administrações tributárias que ela deixe de ser objeto de notícias de, digamos assim, de destaque. Ela tem que tá tanto na normalidade do dia a dia, que pode ser objeto de tratativas assim no sentido de como ela se viu como mola para impulsionar o desenvolvimento das administrações tributárias, de como ela, da importância dela, digamos assim, nas mudanças que foram acontecendo daí por diante na administração tributária. Mas não dela em si. Porque de tal forma, ela no futuro tem que tá impregnada na rotina, que é mais uma. É mais um sistema. Eu vivo atualmente batendo muito nessa tecla. A nota já é um sistema. Já está implantado. Deve ser tratado como tal. Tem que pegar o pessoal que tá lá criando isso, talvez por esse pessoal de criação pra criar outra coisa. Agora, as pessoas que estavam no operacional, que tavam fazendo as coisas só no papel tem que entender o eletrônico e tá na equipe do eletrônico. É aquela questão da fábrica. Você tá aqui, você tá fabricando um Fusca, mas agora você deixou de fabricar Fusca e tá fabricando Gol. Então, o pessoal da linha de montagem não tem que tá no Fusca, tem que tá no Gol, entendeu? Ah, esse é o pessoal que criou o Gol, já vai ter que tá criando outra coisa. Se o pessoal de criação, tá mais voltado pra esse desafio de criação, tem que criar o novo, mas o pessoal da rotina tem que tá de tal forma que você nem lembra mais, né, daquilo como notícia. É isso que eu acho que tem que ser. A gente tem que chegar num ponto que está tão impregnado aquilo no dia a dia, na rotina, funcionando tão bem, que não é fator de notícia, a não ser de um estudo assim de como serviu como impulsionador de processos.

N: Os riscos da nota fiscal eletrônica? Existem riscos com a nota ou você acha que já... Quais seriam os riscos?

E1: Riscos da nota. Bom, os riscos da nota. Tem sim. Nós temos riscos da nota. O maior risco da nota eletrônica, no seu modelo, na sua concepção, é a sua autorização ser online e real time. 24 horas por dia, sete dias por semana. Este é o maior risco da nota. Este foi o ponto mais difícil por quê? Porque você depende de ter comunicação, você depende de você ter internet, você depende de ter empresa de telefonia com rede de comunicação pra você autorizar. Sim, mas você tem mecanismos pra isso, você tem mecanismos de contingência. Você tem a contingência da Secretaria, você tem a contingência do ambiente nacional, você tem a contingência do contribuinte, porque ele pode usar papel, ele pode usar formulário de segurança, ele pode usar DPEC, ele pode usar isso, ele pode usar aquilo. Você pode fazer uma coisa ou outra, mas você não pode fazer isso com muitos documentos. Você não pode fazer isso por longo período. É um fator crítico. Nós tivemos problemas aqui com a empresa de telefonia. Durou mais de 24 horas. Enquanto isso, contingência. Teve contribuinte que não soube utilizar contingência. Teve contribuinte que teve problemas com o emissor, que a gente esqueceu de falar, muito importante. O emissor gratuito. Não sabia utilizar. Então, fator crítico é: comunicação. Os órgãos públicos precisam ter de mais de uma empresa de telefonia. Não uma. Geralmente, pela legislação, ela só tem uma que faz licitação. Tem que quebrar esse paradigma, e ter mais de uma. Segundo fator crítico: têm que estar bem estabelecidas as contingências, inclusive de guarda de documentos. Nem todos estão bem estruturados pra isso, vai ter que estudar e estruturar. O estado que está e como deve estar. Esse processo é um processo que não pode falhar. Mesmo você tendo mais de um caminho, pode falhar em mais de um caminho. Se nós tivermos um colapso em telefonia, como tivemos? Colapso de energia, como nós tivemos já? Temos colapso de energia, por um tempo, mas se esse colapso de energia for mais de um dia? Então, temos alguns fatores críticos: comunicação. Temos outro que é energia. Temos alguns fatores que são de risco, porque a forma da concepção que tá de você não ter possibilidade de pegar e escrever num papel, né? Traz algumas limitações maiores, principalmente pra grande quantidade de documentos.

N: E riscos para o projeto em si para o futuro? Os riscos para o projeto? Ou seja, você vê um risco de retrocesso, de alguma... te falam de reforma tributária, na sua visão não é um risco...

E1: Não, olha, eu não vejo. Olha, eu não vejo risco assim do projeto. Eu acho o seguinte: que, do ponto de vista de concepção, implantação, documentação, e disseminação do conhecimento, mais os técnicos... tem sido tão grande que as mudanças de governo, por exemplo, não têm sido um risco pro projeto, já passamos por algumas. Inclusive dentro dos

próprios governos, que também acontecem mudanças dentro do governo. Pessoas saem, outras chegam, muda, fica alguém, não fica. E, as coisas têm caminhado. Porque tem alicerce legal, tem alicerce de documentação, tem alicerce de equipes de tecnologia, né? De forma que as mudanças vêm acontecendo, mesmo dentro da área de tecnologia, algo novo, muito grande, com os analistas, mas as coisas chegam do outro lado. Chegam do outro lado. Então eu acho que não tem grandes riscos para o projeto. Os que tem são esses.

N: Se você pudesse voltar o tempo, com o conhecimento atual, o que faria diferente no projeto da nota fiscal eletrônica? Se faria alguma coisa diferente.

E1: Se eu pudesse voltar no tempo?

N: Voltar lá em 2005. O que faria de diferente, Eudaldo?

E1: Olha, se eu pudesse voltar no tempo, em 2005, possivelmente eu trabalharia a possibilidade de criar um ambiente nacional da nota fiscal eletrônica, mas um ambiente mais formal com a gestão desse ambiente sendo dos estados. Compartilhado com a Receita Federal, mas com a gestão sendo dos estados. Porque talvez com isso eu conseguisse ter uma única unidade de autorização. E não teria assim a desconfiança dos estados quanto às suas autonomias se eles estivessem participando da gestão do ambiente de autorização e guarda de documentos. Talvez saísse mais barato pra todo mundo. Se pudesse voltar no tempo, acho que seria isso. Eu nunca tinha pensado sobre isso, tô tirando agora aqui da sua pergunta...

N: Isso que é o importante.

E1: ... o que eu faria era isso: lutado pra ter um ambiente nacional sob gestão dos estados, compartilhado com a Receita Federal, mas com a gestão dos estados, coisa que eu acho que diminuiria a desconfiança dos estados quanto à sua perda de autonomia e a gente teria um ambiente só de autorização e...

N: Ficaria muito mais fácil.

E1: E simplificaria a guarda e só faria a distribuição dos estados, na medida que eles precisassem. Facilitava tudo, inclusive essa possibilidade de dar acesso contingente à informação e a download.

N: Quais as melhorias que você gostaria de ver implementada na nota...?

E1: (trecho não compreendido 01:52:27 a 01:52:29)

N: É, tá terminando já. Quais as melhorias que você gostaria de ver implementada na nota? Quais seriam as dificuldades de implementação? Qual melhoria você espera ver implementada na nota?

E1: Olha, eu acho que uma melhoria que eu gostaria de ver implantada seria a confirmação de recebimento. Ainda tenho em minha cabeça como algo que é importante pro Fisco, é

importante pro contribuinte, a confirmação de recebimento. A outra coisa que eu gostaria de ver também implementada é que o contribuinte também pudesse receber, ao destinatário assegurado o recebimento da nota fiscal, né? A gente precisa ver o que é que tem que fazer pra isso. O quê que tem que criar na legislação pra isso, o quê que o contribuinte, aquele que envia o documento, que é o emissor do documento, teria que ver como um incentivo pra isso, ou até o contrário, ao invés de incentivo, o quê que ele poderia sofrer de penalidade se não o fizesse. Mas uma obrigação acessória que fosse cumprida e que o destinatário recebesse essa resposta.

N: O documento eletrônico?

E1: Eletrônico.

N: Por fim, Eudaldo, a questão do Brasil ID. Qual a relação que você vê com a nota fiscal eletrônica, né, como vai ser essa questão do RFID, da utilização de tecnologias, dessas novas tecnologias de rastreamento com a nota fiscal eletrônica?

E1: O RFID, ele vai ter uma importância muito grande pra nossa fiscalização de mercadorias em circulação, pra nossa logística, né? Me parece que o RFID vai revolucionar a nossa forma de trabalhar no Fisco. Principalmente a nossa logística. O nosso combate à falsificação, que reflete na arrecadação. E a sua vinculação com o documento fiscal é muito grande, já que a gente tá prevendo que ele vai ter, no seu conteúdo, o documento fiscal. Ele vai ter no seu, no seu, no seu chip, no chip vai tá lá gravado o respectivo documento fiscal.

N: Vai deixar de existir o DANF em papel? Existiria só a informação eletrônica num smart card...

E1: É, o DANF seria desnecessário, né? Nesses casos seria desnecessário porque o fiscal poderia ler através do chip RFID, né, contido nos documentos. Eu acredito que nós vamos ter ainda um tempo de, que isso passe a ser uma realidade plenamente utilizada. Vamos ter um tempo...

N: De maturação, você diz?

E1:...de maturação. Acredito que vamos ter um tempo... Agora que nós tivemos aprovação do FINEPE, de recursos pra isso, pra executar um piloto, tal, estamos trabalhando no DENATRAN pra fazer um (trecho não compreendido 01:56:19 a 01:56:25), que também pra mercadorias. Mas tudo isso é um processo que requer investimento das empresas, requer produção em escala desse chip no Brasil, e com variações vai depender da sua utilização, se equipamentos, se placas de veículo, lacres, e outras utilizações mais. Isso vai carecer também de muitas discussões ainda entre Fisco, contribuinte, entre especialistas em RFID, no caso, nosso estudo (palavra não compreendida 01:57:05), se existe tecnologia... Ainda tem uma

caminhada grande pra isso funcionar bem. Mas eu acredito que o ano de 2011 vai ser um ano muito especial pra isso e ainda acredito nesse ano como possibilidade para a criação do piloto. Mas, com certeza, o RFID no Brasil, se conseguirmos estar num padrão aceitável pelo Fisco, e pelas empresas, que facilita toda uma regulamentação que inclusive já existe, quanto ao Denatran e a gente deve ir na mesma linha, eu acredito que irá revolucionar muito a logística do país. E o Fisco vai acompanhar.

N: Um comentário final, uma coisa que a gente não falou sobre a nota eletrônica, que você acha importante compartilhar, algum aspecto? Sucesso do projeto, algum ponto...?

E1: Olha, eu penso que a gente não teria tido o sucesso do projeto que teve até aqui se não tivesse construído um emissor gratuito. Né? Principalmente pela Sefaz São Paulo, claro que aqui e ali sempre tem a colaboração de algum estado com sugestões, com discussões, mas principalmente com a Sefaz São Paulo. E sem o emissor gratuito, nós não teríamos o discurso de que o contribuinte poderia emitir a sua nota fiscal eletrônica, independentemente dos investimentos que ele tivesse que fazer pra emitir pro próprio ambiente dele, uma construção do sistema dele. Então, o emissor gratuito tem uma importância muito grande, muito grande. E foi aperfeiçoado ao longo do tempo. Pra atender aos reclames do contribuinte, aos seus interesses. E trouxe bastante possibilidades para uma empresa que não seja grande emissora de documentos fiscais, dá pra utilizar o emissor gratuito e muitas utilizam, né? E principalmente o discurso, né? Se tem algo que é um pouco difícil, além do prazo que foi dado ao contribuinte, a possibilidade de utilizar o emissor gratuito tira o discurso de que não tem como ele emitir a nota amanhã. Então, muito importante, no meu modo de ver. Foi um fator importante de sucesso. No mais, eu penso que a cautela, o cuidado, o zelo, na forma de colocar as informações na mídia, né? Isso foi muito importante também. Porque a imagem de um projeto depende do zelo. No início, ele é um bebê, que tem que ser cuidado todo dia, papinha na boca. E depois ele vai crescendo, vai engatinhando, vai andando, começa a falar por conta própria, mas a gente tem que tá cuidando dele continuamente, até que ele tenha pernas fortes, e a defesa dele já seja de uma outra empresa, que fala dele positivamente, e tal. Mas até chegar nesse estágio, exige um acompanhamento diuturno do projeto e da sua imagem. Então, acho que isso foi algo importante. Sempre a gente se preocupou muito com a imagem, sempre que saiu alguma notícia, alguma coisa que foi negativa, a gente acompanhava, sabia, procurava o repórter, conversava. Procurava o colega, que às vezes falou algo que não foi bem ouvido. E a gente se preocupou com a imagem. Sempre se preocupou e até hoje se preocupa muito com a imagem, porque se uma imagem tem arranhões no início, é difícil de depois ter credibilidade. Então a imagem, eu acho que a imagem foi bem construída

pelas equipes dos estados. Quem falou sobre o projeto, soube vender bem o momento, e isso foi uma preocupação nossa sempre, né? A imagem do projeto. Aí depois adiante as coisas acontecem normalmente. A própria imprensa ajuda mais algo que já tá bem construído.

Arquivo WS400054. WMA

Tempo: 00:00 – 00:11:32

Entrevistado 1 (E1) (Álvaro Bahia)

(N) Newton

N: Entrevista com Álvaro Bahia, coordenador técnico do ENCAT, líder do projeto da nota Sefaz Bahia. Álvaro, qual o seu cargo, formação e há quantos anos trabalha na Sefaz Bahia?

E1: Ok. Eu sou auditor fiscal, formado em administração de empresas com especialização em auditoria fiscal e contábil, auditoria de sistemas e gestão tributária, sou assessor do gabinete do secretário, da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e sou líder técnico nacional do projeto da nota fiscal eletrônica.

N: Como teve o início o projeto da nota no Brasil, né? Quais foram as motivações?

E1: Ok. Bom, na verdade, quando eu entrei no projeto a gente já tinha um grupo de colegas que já vinham trabalhando de forma isolada, pra desenvolver uma forma de nota fiscal eletrônica. A Bahia já tinha um modelo de nota fiscal eletrônica para compras de governo, chamado Compra Legal, mas era um modelo efetivamente, embora tivesse o nome de nota fiscal eletrônica, mas exigia que o contribuinte tivesse que entrar no site da Sefaz e digitar as informações. E aí, ocorreu que um dos nossos colegas, colega Dimas, trabalhava juntamente com esses colegas que inicialmente começaram a desenvolver o projeto, no caso de Newton Oller, o grupo era Newton Oller, Ricardo Neves Pereira, Dimas, mais uns colegas da Receita, começou a sentir que estava havendo dificuldades de se convergir pra uma solução que fosse unificada, e que fosse realmente única nesses estados que estavam inicialmente discutindo o projeto. Então a gente tinha um cenário da Sefaz Bahia, tinha um conceito de nota fiscal eletrônica, e os demais estados, Rio Grande do Sul, São Paulo e Receita Federal do Brasil estavam com conceitos divergentes e segundo o colega Dimas, não sei se isso é verdade, Newton, ele tava preocupado com isso, procurou Eudaldo, que é o coordenador técnico do ENCAT, dizendo dessa preocupação, e perguntando se Eudaldo tinha interesse de envolver o ENCAT na discussão desse projeto, que já se desenvolvia há um ano, mas que não estava se chegando a um consenso em nível técnico, né? O Eudaldo me procurou, nos informou que nós já tínhamos muitos desafios no ENCAT, mas se eu toparia efetivamente participar desse

projeto, e a gente pegaria, se o ENCAT poderia assumir a coordenação desse projeto, exatamente pra fazer o trabalho que o ENCAT é melhor, que é buscar convergências de soluções de forma integrada em todas as unidades da federação. Nós assumimos esse desafio e passamos a fazer parte da equipe inicial desse projeto, exatamente com esse intuito de se buscar uma solução de convergência para o desenvolvimento de uma solução que fosse efetivamente única para todas as 27 unidades da federação e Receita Federal do Brasil.

N: A questão da nota eletrônica e do SPED, a nota eletrônica é um dos projetos do SPED, mas foi gerado a partir do SPED ou não? A nota eletrônica foi quase que um precursor para o SPED?

E1: É verdade, essa pergunta é interessante. Na verdade, a nota fiscal eletrônica foi o precursor do projeto SPED, porque houve um ano antes, eu não sou bom de data, depois Newton pode verificar essas datas, houve um ENAT, o primeiro ENAT aqui na Bahia, e nós tínhamos alguns projetos sendo desenvolvidos em nível nacional que efetivamente não estavam decolando, a exemplo do cadastro sincronizado, e efetivamente esses projetos estavam derrapando. Nesta reunião, foi pontuado que, efetivamente, a gente deveria convergir pra criação de um documento fiscal eletrônico nessa reunião do ENAT, obviamente uma reunião executiva, ainda não tínhamos o modelo. Foi daí que foi formado um grupo de poucos estados, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, e o colega Dimas foi participar dessas reuniões iniciais das quais eu citei, eu não participei anteriormente. E exatamente um ano se passou e efetivamente a gente não tinha evoluído na definição de um conceito, volto a dizer, de um conceito único obviamente. São Paulo tinha uma visão, tinha Santa Catarina também, me lembro, São Paulo tinha uma visão de um documento fiscal eletrônico, Bahia tinha uma visão, Rio Grande do Sul tinha uma visão, Santa Catarina tinha uma visão, e esse lançamento foi feito um ano antes. Então, assim, na verdade, inicialmente, o que “startou” o projeto SPED, na minha visão, efetivamente, foi o projeto da nota fiscal eletrônica e daí a gente evoluiu também o conceito da escrita fiscal e aí realmente, esse guarda-chuva, essa abrangência, de se considerar o SPED um projeto subdividido em três etapas: nota fiscal eletrônica, nota fiscal digital e escrita contábil digital. Mas realmente na minha posição, posso tá enganado Newton, a nota fiscal eletrônica realmente foi que deu início a todo esse processo.

N: Com relação à antecedência, Álvaro, a questão da certificação digital. A existência de uma legislação nacional, de 2001, da certificação digital foi aí um ponto importante pra poder viabilizar a questão da nota eletrônica? E se a nota eletrônica efetivamente ajudou na disseminação dessa certificação digital no Brasil?

E1: Ah, sim, o decreto presidencial que instituiu a cadeia e o certificado digital no Brasil foi fundamental como balizador pra construção dos processos de segurança da nota fiscal eletrônica. Nesta época, os conhecimentos eram muito raros e escassos sobre os conceitos do certificado digital e essa inicialmente foi um dos nossos grandes desafios foi exatamente a equipe passar a dominar, a conhecer efetivamente o potencial do certificado digital. Contamos nessa época com um especialista da Caixa Econômica em certificação digital no início do projeto, que muito nos ajudou nesse processo. E também uma grande sacada da equipe do projeto foi exatamente essa visão de estimular a parceria, nós convidamos as empresas de certificação digital e tivemos uma primeira reunião aqui na Bahia, onde nós queríamos conhecer melhor o processo da certificação digital, e lá nessa reunião também lançamos o primeiro desafio, né? No Brasil, não tinha experiência de emissão de validação através de certificado digital pra arquivo XML. Nós tínhamos apenas a experiência de certificado digital para as operações dos bancos, como se chama aquele sistema do banco, de pagamento?

N: SBP.

E1: SBP, que não usava arquivo XML. Então, nós encaminhamos para as empresas de certificação digital que a nossa ideia era ter uma nota fiscal eletrônica num formato XML, que também foi outra discussão do formato, né? Se seria XML, se seria TXT e outros formatos disponíveis, mas nesse momento nós já tínhamos batido o martelo de usar efetivamente o formato XML, e lançamos esse desafio para as empresas certificadoras para efetivamente desenvolver uma tecnologia, agregar padrões na verdade, que pudesse atestar a idoneidade e a autenticidade do arquivo XML emitido pelas empresas.

N: O formato XML, a tecnologia WebService, já eram utilizados em algum projeto do Fisco brasileiro antes da nota eletrônica? E quais foram os motivos pra escolha desses padrões da nota eletrônica?

E1: Essa pergunta é muito interessante. O formato XML não, não era utilizado, mas o ENCAT, de forma pioneira, já vinha utilizando a tecnologia XML, desculpa, a tecnologia WebService em seus projetos. Nós já tínhamos projetos desenvolvidos de integração entre as Secretarias de Fazenda, utilizando a tecnologia WS. E isso foi inclusive um dos grandes facilitadores de nossas equipes de sistemas de diversos estados, que já atuavam no ENCAT, e já tinham esse conhecimento de WebService, e efetivamente foi importante aí a agregação desses profissionais de outras UFs que inicialmente não participavam desse projeto, com a entrada do ENCAT, você trouxe toda sua força de trabalho, que já trabalhava há muito tempo juntos. Quando eu digo a força, alguns líderes estaduais e alguns analistas de sistemas, obviamente quando a gente fala em 27 estados, a participação não é igual dos 27. Sempre tem

um grupo menor que realmente está à frente. Nós já tínhamos um grupo de profissionais tanto na área de negócios, como na área de sistemas que já trabalhavam com WebService nos projetos do ENCAT.

N: Na partida do projeto, havia um planejamento formal, e um cronograma do projeto, já se sabia aonde se queria chegar? Como foi essa estratégia de planejamento do projeto?

E1: O que você chama de partida? Essa fase...eu queria deixar claro...

N: Quando se começou a falar em nota fiscal eletrônica, já se pensou em um planejamento? “Olha, em cinco anos a gente vai implantar a nota eletrônica, as etapas são essas, no primeiro ano vou...”

E1: Ah, tá.

N: Ou foi um processo que foi amadurecendo à medida que foi se conhecendo a tecnologia, fazendo os testes? Como se deu o planejamento do projeto?

E1: Ok. A nossa primeira missão, né, quando fomos... vou falar especificamente na minha visão, na minha experiência, eu posso até tá enganado...

N: Agora, só pra...aqui eu não vou, é a sua opinião...

E1: É, eu tô dando a minha opinião.

N: Sinta-se a vontade pra falar.

Arquivo WS400055. WMA

Tempo: 00:00 – 00:11:11

Entrevistado 1 (E1) (Álvaro Bahia)

(N) Newton

E1: Então assim, voltando à nossa...Quando nós assumimos a coordenação do projeto, como eu lhe falei, a gente ainda não tinha a noção de como seria efetivamente essa nota fiscal eletrônica brasileira. Tinham linhas de entendimento de alguns estados, inclusive a Bahia tinha uma linha, então nosso primeiro grande desafio foi tentar entrar num conceito de consenso e escrever um projeto que efetivamente definisse como seria essa nota fiscal eletrônica. Então, a nossa visão, na minha estratégia, foi o trabalho a fazer foi esse. Tendo esse documento escrito, nós partimos para avaliar a viabilidade técnica. Era tudo muito novo. A gente não tinha certeza se efetivamente a certificação digital ia funcionar em larga escala, a gente não tinha certeza se os WebServices efetivamente iam ter um funcionamento também, pelos volumes de documentos levantados. Então partimos para, vamos dizer assim, validar

tecnicamente o projeto, considerando volumes, considerando a tecnologia disponível, envolvendo as empresas de tecnologia e envolvendo as empresas, a Secretaria de Fazenda, as empresas candidatas a, que quisessem participar do projeto. A primeira foi validar tecnicamente esse conceito, que era tudo muito novo. Quando a gente conseguiu efetivamente consolidar esses conceitos, depois de muitas discussões e chegando ao modelo técnico que nós acreditássemos que realmente pudesse funcionar, nós aí partimos efetivamente para conseguir recursos disponíveis. Quando eu digo recursos, recursos de alocação de mão de obra, recursos financeiros efetivamente para a disponibilização de uma infraestrutura de um ambiente nacional que a gente tinha, sempre tivemos essa missão, essa visão de ter um ambiente nacional, de preferência a gente não necessitasse de ter diversas Sefaz autorizadas. Nossa missão era tentar fazer algo mais centralizado possível, que obviamente ficou difícil por causa da independência e autonomia de alguns estados. Então, a partir do momento que a gente efetivamente superou a parte tecnológica e superou essa questão de disponibilização de recursos, de um ambiente nacional, inclusive nas diversas Secretarias de Fazenda, aí sim nós ficamos à vontade pra começar, pra pensar, Newton, aí já vem num segundo momento já, em um planejamento estruturado de implementação do projeto. Então nós aí sim definimos que teríamos um piloto, com um grupo restrito de empresas, esse piloto levaria um tempo pra gente fazer uma avaliação do modelo proposto, depois a gente, num segundo momento, entraria com uma obrigatoriedade de forma segmentada, de forma que pudesse efetivamente evoluir ao longo de um período.

N: Ok. Ao iniciar o projeto, foram estabelecidas as premissas que o modelo da nota deveria atender? Quais foram essas premissas? E se alguma dessas premissas se modificou ao longo do tempo, foram alteradas, excluídas, ou incluída alguma nova?

E1: Vamos lá. A primeira premissa, essa premissa particular minha, obviamente a gente como coordenador de um processo desses, a gente tem que definir uma estratégia que realmente tenha sucesso, né? Então, a minha primeira estratégia, pensando nisso foi, não sei nem se você sabe disso, era uma missão minha, uma meta pessoal: para que a nota fiscal eletrônica possa dar certo, ela tem que ser coordenada de forma totalmente diferente como ela foi feita, e de preferência, fazendo tudo diferente do que o SINTEGRA fez. Porque realmente o SINTEGRA, eu conheci a forma como o SINTEGRA foi efetivamente construído, também uma experiência envolvendo os estados, e assim pra mim era um grande exemplo de fracasso, não pelo produto. Eu entendo que, naquela época, o SINTEGRA era um grande projeto, muito das coisas das notas e do que a gente tá construindo pro futuro de auditoria já vem daquela base do SINTEGRA, então um produto SINTEGRA era bom. Houve, como sempre ocorre

nos estados, uma falta de medida nos pesos a serem adotados, ou seja, em vez de construir um processo que vai evoluindo ao longo do tempo, infelizmente os colegas quando se reúnem querem construir a espingarda que vai matar o elefante num único dia. E aí você acaba tendo super projetos que efetivamente a gente não consegue implementar. E na minha visão, eu tenho esta visão pessoal, deixar claro que é pessoal, o SINTEGRA era um grande projeto, mas infelizmente a forma como ele foi construído, como ele foi planejado, como ele foi executado, pra mim era um exemplo de como não se deveria fazer um projeto. Então a nossa primeira visão foi: o projeto da nota fiscal eletrônica, nós vamos coordená-lo de forma que vá ao encontro de tudo o que foi feito pelo SINTEGRA. Então, uma das nossas primeiras premissas na produção do projeto foi: precisamos envolver as empresas. Porque é importantíssimo a participação das empresas porque eu já vinha trabalhando em diversos projetos de tecnologia no ENCAT, e assim, a gente nunca tinha efetivamente envolvido as empresas. E a gente sentia que esse era um projeto complexo, que a gente não teria condição de desenvolvê-lo sem o envolvimento das empresas de forma intensiva. Então, uma das primeiras premissas era que precisávamos fazer tudo diferente do SINTEGRA, precisávamos desenvolver as empresas, seja as empresas de tecnologia, seja as empresas que fossem autorizadas de nota fiscal eletrônica, precisávamos envolver também, esse é um outro conceito que foi uma das falhas do SINTEGRA, e se repete na escrita fiscal, precisávamos desenvolver os administradores tributários. Ou seja, as pessoas na Secretaria, que embora não entendessem de tecnologia, mas eram as pessoas que tinham o poder de decisão pra fazer o projeto acontecer. Então, inicialmente as três primeiras premissas de projeto foram essas. Dentro do trabalho, a gente definiu o que a gente chamou de, também isso foi criado, tudo que foi acontecendo, foi da sinergia do grupo, né? Não tem aqui pessoas que tiveram ideias, um dava ideia, outro complementava, e se discutia o caminho, então, assim, a gente poderia ter a ideia inicial, mas aquilo depois da discussão, que era muito participativa, se construía um produto que era de todos, né? Embora a gente tivesse essas estratégias, mas elas depois que foram lançadas, e foram sempre evoluindo, e outras ideias vinham, e a gente conseguia fazer um papel de conciliador aí nesse processo, né? Acho que minha parte principal, minha participação nisso era ser um embaixador aí, e procurar ser um conciliador dentro do projeto, procurando a sinergia do grupo, porque pra mim qualquer projeto quem faz a diferença são as pessoas, né? E a gente conseguiu isso. Então, o quê que aconteceu dentro dessa estratégia de projeto? Depois a gente, inicialmente construímos o que a gente até chamou de premissas constitucionais da nota fiscal eletrônica. Tipo: a nota fiscal eletrônica deveria ser única para as 27 unidades da federação. Isso era uma premissa que a gente não poderia fugir a ela, uma das.

Outra premissa fundamental que foi construída pelo grupo é que o processo de emissão da nota fiscal eletrônica que, em nenhuma hipótese, poderia afetar o faturamento da empresa, e por isso teríamos que ter estratégias de contingência que permitissem que as empresas pudessem continuar a funcionar, independente de existir, estar disponível o processo da nota fiscal eletrônica. E, dentre outras premissas que foram criadas. E pra nossa felicidade, hoje já com o projeto totalmente implementado, nós ainda temos essas premissas ainda bastante vigentes, a gente se preocupa, nós nos preocupamos com essas premissas e a minha avaliação é que a gente, se não conseguiu manter 100% dessas premissas, estamos conseguindo aí próximo de 99% de nossas premissas do início do projeto. Outra coisa importante, Newton, que eu quero citar, é que no nosso projeto, as discussões foram muito bem constituídas, tanto que nós até o momento ainda não identificamos nenhum erro de estratégia nem erro estrutural no projeto. O projeto, ele tem, vamos dizer assim, uma base, né, teórica e técnica muito bem construída e hoje muitos anos após esse processo inicial, onde nós não sabíamos nada, o projeto está bem alicerçado. A gente ainda não teve nenhum problema de nível tecnológico, nem nenhum problema de nível conceitual, ou de alguma dificuldade jurídica, o que mostra que a equipe foi muito competente, quando eu digo aqui, a equipe das empresas, das Secretarias de Fazenda, os provedores de tecnologia, dos analistas, dos especialistas de negócio, a equipe foi muito competente na nota fiscal eletrônica, no que se refere à essa construção desse modelo, que saiu quase que do nada, né? Claro que eu sei que vocês estiveram no Chile, teve um grupo inicialmente no Chile, Ricardo, você, o Dimas, acho que o Dimas não foi não.

N: O Asakura.

E1: O Asakura, a gente pegou muitas coisas, muitos conceitos de lá, só que o Chile é um país que é muito reduzido em relação à dimensão territorial do Brasil, e no que se refere também à movimentação desses documentos fiscais, então embora a gente tivesse, assim, uma... um modelo... a nos apontar um caminho, ele só servia como marco inicial, mas não servia efetivamente como um modelo que pudesse conferir que o modelo nosso iria funcionar.

N: O papel da alta administração da Secretaria de Fazenda foi importante pra o resultado do projeto? Ou seja, quem foram os patrocinadores desse projeto?

E1: Não, é verdade, aí realmente outro grande diferencial...

(N) Newton

E1: Então assim, aí também eu acho outra questão fundamental que é a força do ENCAT, né? Eu acho que o ENCAT, eu enalteci a parte técnica, realmente fantásticos os técnicos que participaram do projeto, mas também aí existe uma cumplicidade importante. Como é que eu vou explicar isso? Assim, se o refrigerante não é bom, você não consegue vender, então se pra você vender Tubalina não é como vender Coca-cola. Então, o quê que eu quero dizer, a equipe técnica era boa, deu todo o alicerce, e os administradores tributários a partir do ENCAT também foram realmente grandes patrocinadores, acreditaram nas suas equipes técnicas, e efetivamente se envolveram no processo. Então eu achei que essa conjunção dessas duas forças, né, da força técnica com o poder de decisão na mão desses administradores que integravam o ENCAT, e a gente não tinha nenhum fórum técnico no Brasil desse nível, com foco na administração tributária, mas com enfoque técnico de construção de soluções conjuntas, o ENCAT foi o primeiro fórum nesse nível, nós também temos COTEPE, temos CONFAT, e outros fóruns, mas nenhum voltado pra construção integral de solução de aperfeiçoamento da administração tributária. E esse fórum, tanto no nível técnico como no nível dos administradores, foi assim fundamental pro desenvolvimento do projeto, achei... Tanto que o ENCAT saiu também muito fortalecido, depois do projeto da nota fiscal. Ele já tinha um reconhecimento, nós tínhamos algumas aplicações como o Passe Fiscal Estadual, e o Portal Nacional de Informações da Secretaria de Fazenda, mas eram aplicações apenas de uso interno. Então, o ENCAT internamente, entre as Secretarias de Fazenda, vamos dizer assim, já tinha uma certa influência, mas pro contribuinte, pra sociedade em geral, não existia ENCAT, ele não tinha reconhecimento. Depois desse processo da nota fiscal eletrônica, o ENCAT passou a ter um reconhecimento também das áreas externas à Secretaria da Fazenda, e inclusive sendo respeitado hoje nacionalmente exatamente por esses conceitos de buscar soluções integradas, esse comprometimento em melhorar realmente a sociedade, em melhorar os processos, aperfeiçoar realmente o incremento de arrecadação e também de buscar a melhoria dos processos para o contribuinte. Então eu achei fundamental a participação dos administradores tributários nesse projeto.

N: Quais são os papéis desempenhados pelo GT-06 e o Comitê Gestor de Documentos Fiscais Eletrônicos?

E1: Ok. Bom, na verdade assim, inicialmente o projeto da nota foi tocado à margem do GT, dos GTs, a gente não tinha nenhuma integração com a COTEPE. Quando eu falo de GT, eu tô falando em COTEPE, nós não tínhamos essa integração. Vou falar primeiro do GT, depois eu

falo... são coisas distintas. Nós não tínhamos nenhum tipo de integração. E começamos inclusive, realmente a legislar, a nota fiscal eletrônica começou a crescer porque na verdade inicialmente as pessoas não acreditavam que a nota fiscal eletrônica fosse tão longe. Na verdade, a minha visão era essa e alguns órgãos realmente torciam o nariz pro produto nota fiscal eletrônica, não só órgãos mas inclusive alguns secretários. Eu tive reuniões que alguns secretários informavam que isso era uma maluquice que nunca iria funcionar. E a gente tinha essa desconfiança realmente bastante abrangente dessa questão da nota fiscal eletrônica. Mas com o sucesso do projeto e efetivamente a massificação que veio acontecendo, surgiu essa necessidade da gente se aproximar realmente com os órgãos legislativos, notadamente aí a COTEPE através do GT-06. Então, nós nos aproximamos de forma deliberada, isso foi estratégico, exatamente pra levar o conhecimento da nota fiscal eletrônica, para esses colegas que atuavam na parte legislativa e a nota começou a interferir demais nos conceitos dos documentos vigentes, no documento modelo (termo não compreendido 00:04:39 a 00:04:40) dos processos, e esses colegas como estavam afastados, tanto eles da gente como nós deles, a gente não tinha efetivamente essa integração e começaram a surgir problemas. E aí nós procuramos efetivamente se aproximar do GT, quebrar esse bloqueio, dizendo que a nossa missão ali era pra construir e efetivamente não tínhamos nenhuma intenção de competir com nenhum outro órgão e que também não extrapolaríamos a nossa missão, que era meramente de ser técnico no que se refere ao conceito do documento fiscal, mas o conhecedor dos processos são os GTs. Se a gente tivesse falando de substituição tributária, quem conhecia profundamente o processo de substituição tributária eram os GTs, de substituição, combustível e assim sucessivamente. E aí a gente se aproximou exatamente desses GTs, não só do 06, mas na verdade o primeiro GT que a gente se aproximou, Newton, foi o de combustíveis. Porque combustíveis foi um dos primeiros segmentos a serem obrigados, é um segmento oligopolizado, então você tinha poucas empresas, muito documento e um segmento muito especializado. Então, nossos primeiros contatos foram com os colegas do GT-06, onde nós nos aproximamos exatamente desse apoio, de a gente fornecer o conhecimento do que seria o documento fiscal eletrônico, e eles o conhecimento de como a gente poderia utilizar esse documento, adequando-o às legislações específicas muito complexas, para que a gente pudesse ter grande proveito desse produto. E aí foi um sucesso muito grande, o nosso relacionamento primeiro com o GT-05, e aí isso evolui para, efetivamente, para essa aproximação do GT-06, que é o GT que efetivamente legisla sobre documentos fiscais no Brasil. Então, a questão do GT foi por aí. No que se refere ao Comitê dos Documentos Fiscais Eletrônicos, isso já é uma estratégia em outra linha. Aí é uma estratégia onde, isso foi uma

ideia de Eodaldo, uma estratégia pra gente se aproximar efetivamente das empresas também, dos diversos segmentos, pra que a gente tivesse um grupo pra que a gente pudesse, no nível mais estratégico, fazer um acompanhamento de como andava o projeto e qual a visão dos diversos setores envolvidos. Então a gente poderia tá na Secretaria da Fazenda achando que o projeto estava bom, mas na prática, pro segmento X,Y das empresas, o projeto poderia não estar bom. E aí a gente criou e formalizou o Comitê Gestor de Documentos Fiscais Eletrônicos, onde a gente separou e escolheu um representante de cada região geográfica, um representante da região Nordeste, um da Sudeste, de superintendentes, aí teria que ser o superintendente da administração tributária dessas regiões, com os representantes coordenador técnico e executivo do ENCAT, mais os representantes que inicialmente foram das empresas emissoras. Posteriormente, nós agregamos um outro segmento importante que foram as empresas fornecedoras de tecnologia de nota fiscal eletrônica, que hoje tem, recentemente, você já não tava no projeto, essa já foi uma ideia minha, Newton, específica, de a gente trazer os fornecedores, em parceria com a GS1 Brasil e hoje a gente tem também, nesse Comitê, a participação das empresas fornecedoras de tecnologia para a nota fiscal eletrônica. Acho que do projeto somos os únicos que têm esse conceito de comitê gestor, já que o SPED, a escrita fiscal, pelo menos formalmente eu não conheço, né? Acho até importante que eles tivessem.

N: Em relação aos benefícios da nota, desde o início do projeto tinha se mapeado potenciais benefícios pra nota, então isso é conhecido. A pergunta é: se houve alguma, algum benefício, seja pra empresa ou pro Fisco, que não se esperava e que no meio do projeto se percebeu, poxa, aí tá uma coisa que a gente não tinha pensado, que poderia ser um benefício e que surgiu?

E1: Sim. A nota fiscal eletrônica de segunda geração. Esse foi um conceito que a gente não conhecia, criamos esse nome mercadológico de nota fiscal de segunda geração, mas na verdade o conceito técnico seria de nota fiscal orientada a eventos. E nós inclusive, depois de o projeto já bem desenvolvido, já vimos até que nós tínhamos criado alguns eventos, como o evento de cancelamento de documento fiscal. Porque o processo de autorização da nota é efetivamente um processo de autorização. Mas durante a vida útil da nota, ela poderia, por diversas situações, ser cancelada. A partir desse primeiro... outro evento que também surgiu, que depois que a gente viu que era um evento era o registro de passagem nas unidades de fiscalização de trânsito. E aí a gente enxergou, poxa, não tinha caído a ficha que nós tínhamos um grande potencial que daria efetivamente à nota fiscal eletrônica uma visão totalmente diferente do conceito que tínhamos do documento em papel, e mesmo do início da nota fiscal

eletrônica. Ela seria meramente o início do lançamento do imposto, e que ela ficaria meramente naquele escopo de visão. Com a nota fiscal eletrônica, a gente vislumbra aí uma completa revolução na administração tributária. Principalmente na administração tributária e menos pras empresas, porque a gente vai passar a ter, na própria nota fiscal eletrônica, todo e qualquer evento que ocorra ao longo da vida útil, desde a sua emissão até efetivamente a prescrição, a decadência daquele documento fiscal. Então, a nossa visão de futuro da nota fiscal de segunda geração é que ela nasce com a sua autorização, e ela pode ter uma série de eventos. Desde eventos simples a complexos. Quais são os eventos principais que nós estamos construindo que vai mudar essa visão? É a sua emissão, a sua efetiva circulação, a sua chegada no destino, a sua confirmação de recebimento pelo destinatário, a sua participação na apuração do imposto final a ser apropriado mensalmente, a sua vinculação do imposto pago ao documento de arrecadação, a sua vinculação a um eventual processo administrativo fiscal, efetivamente, a sua vinculação ao término da sua vida útil. Então, os grandes macroprocessos da nota fiscal eletrônica de segunda geração são, estão nesses exemplos que eu dei. A gente vai enxergar no futuro se uma nota fiscal eletrônica compôs a apuração do imposto ou não. Então você vai enxergar se aquela nota fiscal eletrônica, que foi apropriada mensalmente hoje na escrita fiscal, se ela efetivamente teve seu imposto ali destacado, efetivamente lançado na escrituração fiscal. Então, com a nota fiscal de segunda geração, a gente espera inclusive acabar com a escrituração fiscal e todo crédito só vai estar efetivamente vinculado à efetiva existência da nota e efetiva confirmação do recebimento no destinatário. É o chamado ICMS eletrônico, que é um projeto que nasceu lá no Rio Grande do Sul, já tinha esse projeto de ICMS, é outro problema no início do projeto, eles já tinham esse conceito, a Bahia tava indo no conceito de Compra Legal, o Rio Grande do Sul com um projeto muito ousado, usando inclusive um banco, o Banrisul, que seria uma câmara de compensação do ICMS, então assim esses conceitos, acredito agora que o desafio não é mais desenvolver a nota fiscal eletrônica, a gente tá trabalhando pra convergir esse conceito da nota fiscal eletrônica de segunda geração com essa compensação do ICMS, se ele continuar existindo, né? A gente acredita também que vai ter uma revolução aí no ICMS, e a gente vai ter que preparar a nota pra um livro que vai ser muito mais simples e muito melhor de ser administrado.

N: Quais foram os fatores críticos do sucesso do projeto, Álvaro, na sua visão?

E1: Ok. Na minha visão, eu já tinha citado. A junção de técnicos, né, comprometidos, e técnicos muito especiais, né? Aquele grupo, núcleo duro que a gente teve ali na discussão da nota fiscal eletrônica tiveram participação assim destacada, se não fossem eles, pra mim não

existiria nota fiscal eletrônica. E um grupo muito especial, a gente tinha outras experiências, como eu falei, de SINTEGRA, de bons profissionais, mas faltava exatamente esta visão de querer convergir de forma integrada nos conceitos, e a gente teve aí uma felicidade muito grande de juntar muitos profissionais no projeto, com perfil assim diferenciado, e pra mim esse foi o grande fator de sucesso do projeto, foram esses profissionais. O segundo, a participação do ENCAT, no que se refere à gestão de uma linha de patrocínio das pessoas nas Secretarias de Fazenda, que tinham poder de decisão. Poder efetivo de decidir. E o terceiro, o modelo de gestão do projeto. A gente fez um modelo de gestão totalmente inovador, ainda não tínhamos tido esse tipo de modelo, eu não conheço, né, antes do projeto da nota fiscal eletrônica, é onde a gente teve a felicidade de juntar esses técnicos, a gente teve a participação das empresas, né, a gente teve o patrocínio do ENCAT no que se refere a gestores, e tivemos esse grupo de profissionais, e também, modéstia à parte falando, a minha coordenação foi a liderança, porque é importante ter a liderança numa área, num colegiado onde tem conflitos naturais, guerra fiscal, interesses e a liderança da coordenação técnica acho que também foi muito importante para procurar extrair o melhor desses brilhantes profissionais que estavam lá envolvidos.

N: A questão da tecnologia, você acha que a tecnologia adotada pode ser considerada também um fator crítico...?

E1: Não, não. Eu acho que assim, a tecnologia, Newton, ela tá aí pra ser usada, então o XML não surgiu pra nota fiscal eletrônica, os webservices não surgiram pra nota fiscal eletrônica.

N: Eu sei, mas você ter adotado um padrão aberto ao invés de um outro tipo de tecnologia?

E1: Ah, não, aí não é questão de tecnologia, aí eu acho que é questão de estratégia, como eu tô lhe dizendo, usar padrão aberto ou fechado, os padrões estavam lá, é isso que eu quero dizer na minha fala, não sei se você compreendeu. O WebService tava lá, ou você tinha também a tecnologia de fazer um canal fechado, que era a proposta do SINTEGRA, que se criou uma rede (termo não compreendido 00:16:02), então o que eu tô dizendo, a tecnologia tava lá, as opções, como o SINTEGRA tinha uma rede (idem ao anterior), a gente não. A gente foi não, a gente não quer rede (idem ao anterior [1]), a gente quer um padrão aberto. Então, isso veio da ideia do grupo. Mas o padrão aberto tava lá. O XML tava lá, como o TXT, era uma questão da gente escolher o caminho, né?

N: A participação das empresas, você pode considerar como um fator crítico de sucesso?

E1: Fundamental, muito importante, eu acho que a participação das empresas foi um fator crítico de sucesso e aí eu falo as empresas emissoras como também das empresas de tecnologia, principalmente a de certificação digital, foi importante. A participação da Receita

Federal junto com os estados também muito importante, porque até então nós não trabalhávamos juntos, nem nós entre nós estados, nem nós estados em relação à Receita, então este também é aí um grande fator de sucesso. A tecnologia em si, claro, que não se teria nota fiscal eletrônica, poderia ter nota fiscal eletrônica com TXT, mas a gente começou a desenvolver o XML. Eu acho que a tecnologia tá aí, cabe à gente utilizar ou não nos processos que a gente crie, né?

N: Com relação ao modelo operacional, algumas perguntas aqui que eu acho que são importantes: primeiro, por que se decidiu por uma autorização em tempo real, em linha, de cada nota eletrônica e não o envio a posteriori de um arquivo eletrônico referente à nota eletrônica?

E1: Essa parte foram meses de discussão, entre ter um modelo efetivamente similar ao do Chile, onde a gente tivesse, né, a disponibilidade de “range” (00:17:42 a 00:17:43), chaves de autorização pra empresa utilizar e posteriormente ter a transmissão. Aí, vou falar por mim: especialmente aqui no Brasil nós temos uma cultura muito diferente desses países. Notadamente o Chile, que é esse nosso referencial, que é um país que veio de uma ditadura, e que é um país que também tinha uma evolução cultural mais evoluída. Tinha não, eu ainda acho, do que o Brasil, nível de sonegação baixo, uma área territorial muito restrita, e sem conceito de fiscalização de trânsito. Então assim isso, efetivamente, como nós tínhamos muitos profissionais da região Norte e Nordeste, que tinham toda essa preocupação no que se refere ao controle do fluxo físico, pra gente era muito importante a gente ter essa autorização on line porque a gente tinha esse receio de efetivamente o documento que não fosse autorizado em linha, a gente efetivamente teria muito mais dificuldade de tê-lo, exatamente pela cultura que a gente tem. E tanto isso é verdade, eu acho que foi a atividade certa, que até hoje a gente tem problemas com as notas que são emitidas em contingência e que posteriormente devem ser transmitidas. A gente ainda tem um grande problema no que se refere a isso, a questão do sincronismo também interfere muito nisso. Quando eu falo sincronismo, sincronismo do documento entre a unidade de origem, a unidade de destino, e a unidade centralizadora, que armazenaria e armazena, né, todos esses documentos fiscais, então a gente imaginou que para o Brasil, em decorrência principalmente desse fator cultural da dimensão geográfica, da necessidade do controle do fluxo físico nas diversas divisas dos estados, aqui notadamente no Nordeste, nós temos mercadorias fluindo daqui pra Sergipe, pra João Pessoa, pra Recife, em horas, o caminhão, se não tivesse um único documento autorizado, poderia reutilizar de forma, vamos dizer assim, não indefinida, mas reutilizaria de forma muito intensiva um único documento pra fazer o transporte das mercadorias. Então pra

mim, esses foram os principais fatores que levaram a gente ter um conceito de uma autorização online, que era um fator de muito risco do projeto na época. Isso a gente tinha esse medo, que nós estados não teríamos a capacidade de autorizar essas notas fiscais eletrônicas em linha e também no que se refere a qualquer problema de infraestrutura, seja do órgão da Sefaz, seja pública. Mas isso, efetivamente, ao longo dos anos vem se mostrando que a infraestrutura efetivamente atende aos requisitos e aliado, obviamente, esse processo só funciona se ele tiver um bom plano de contingência que permita à empresa operar, independentemente de ter qualquer problema nessa comunicação online.

N: Outra questão é: por que se optou por um modelo descentralizado de autorização? Quando se pensar racionalmente em termos de tecnologia, poderia ter um único ente autorizando pra todos os estados, que diminuiria a complexidade e facilitaria a implantação, né?

E1: Ok, isso não sei se você vai poder botar no seu livro, mas eu sou muito sincero no que eu falo. A gente efetivamente, obviamente o ideal é que a gente tivesse uma unidade centralizadora pra autorização na nota. Se a gente fosse pensar nesse caminho, só caberia, considerando as 27 unidades federadas e a Receita Federal do Brasil participando do projeto, só caberia um ambiente obviamente no Fisco federal, na Receita Federal, que seria o lógico, se fossemos evoluir pelo conceito da unidade centralizadora. Então, um dos principais problemas é que os estados não confiavam na Receita como essa unidade centralizadora pelo histórico de relacionamentos que efetivamente a gente vinha tendo até esse modelo, até esse momento. Então eu acho que uma das principais dificuldades foi efetivamente, talvez nem seja nem a palavra desconfiança, vamos dizer assim, a falta de experiências de trabalho integrado com o Fisco federal. Então em vista disso, os estados temiam que esse processo de autorização dos seus contribuintes, contribuintes diretos do estado, ficasse efetivamente centralizado num ambiente da Receita Federal. Então, esse foi um dos fatores, né? Outro fator também que a gente achou importante, alguns estados acharam, no caso de São Paulo especificamente, São Paulo também hoje, queira ou não queira, a grande parte das empresas em volume maior de contribuintes em nota fiscal eletrônica estão no Estado de São Paulo e desde o início do projeto, São Paulo também não abria mão de sua autonomia de ter a autorização dos seus documentos na sua própria infraestrutura. E aí, em decorrência desses fatores, outros estados também acreditavam que poderiam ter as suas estruturas de autorização. Bom, o fato é que em vista disso, esse modelo realmente ele é imperfeito. Pra mim, uma das principais falhas do processo da nota é ter esse tipo de autorização descentralizado em algumas unidades da federação.

N: ‘Cê acha que há uma tendência pra, agora com essa... com a experiência, com a maturidade, de se ter um processo de centralização? É possível, se caminha pra isso, ou não?’

E1: Newton, depende do que acontece. Eu vou lhe dar um... é por isso que a gente tá trabalhando na Sefaz virtual de contingência. Eu tava até no Equador quando teve o primeiro problema, a Sefaz virtual do Rio Grande do Sul, que atende hoje três estados nunca tinha tido nenhuma queda, nenhum momento, em mais de três anos de operação e atendia os 12 estados. Teve um erro lá de operação, operador errou lá na configuração, reconfiguração do banco de dados e resultado: Sefaz do Rio Grande do Sul ficou fora do ar por 12 horas, na primeira vez depois de três anos de nunca ter estado fora do ar um único segundo. Imediatamente, o quê que aconteceu? Começou a ter publicações na imprensa, imprensa de alguns estados, questionando esse tipo de processo. Alguns estados pensaram em desenvolver suas próprias aplicações, como o caso de Sergipe, o próprio estado de Santa Catarina, que são usuários da Sefaz virtual da Sefaz do Rio Grande do Sul. Então, para evitar, o que eu quero dizer: se tiver tudo funcionando bem, o estado vai ficar confortável de a gente ter um ambiente único. Mas, se tiver algum problema e ele achar que a solução do problema não tá em seu poder, mesmo que ele não tenha a mesma competência pra resolver, ele se sente inseguro. É por isso que um dos principais aspectos para que os estados tenham mais segurança nisso é que esse ambiente nacional nunca fique fora do ar. É por isso que nós estamos criando a Sefaz virtual de contingência, que aí se alguma Sefaz virtual efetivamente tiver um problema, a Sefaz virtual de contingência pode assumir o seu processamento e a gente não vai ter nenhuma Secretaria de Fazenda com nenhuma indisponibilidade de longa duração. A indisponibilidade de alguns minutos é administrável, mas 12 horas, um dia... Este é o problema. A gente precisa ter este ambiente, um ambiente que fique disponível e seja dos estados. Eu vou entrar em outra variável aí que é complicada. A nossa luta hoje como coordenador da nota fiscal eletrônica no Brasil é ter o claro conceito do que é este ambiente nacional. Hoje, nós temos o chamado Ambiente Nacional, onde estão todas as notas fiscais eletrônicas dos estados, mas nós não temos acesso a esse ambiente. Esse ambiente não é gerido pelos estados. Então vamos dizer que eu, como coordenador técnico, representando os estados obviamente, digo: “Olha, nossa prioridade daqui a 30 dias é implantar a Sefaz virtual de contingência”. Mas a Receita Federal não queira, e queira fazer outros projetos, efetivamente a gente não consegue fazer com que a gente faça isso. O que eu quero dizer é que hoje a gente não tem gestão do Ambiente Nacional. Se eu decidir daqui, quando eu digo eu decidir, estou falando dos estados, “Ah, queremos duplicar a nossa capacidade de processamento, que a gente quer reduzir nosso tempo de autorização a 50%”, pra isso seria necessário adquirir máquinas e fazer uma série de

processos. Não adianta, a gente não tem a gestão do Ambiente. Se a Receita Federal não quiser, não se faz nada. Então assim, para a gente ter este Ambiente Nacional, nós teríamos que ter, quando eu digo nós, estou falando dos estados, a completa gestão desse Ambiente. Ou seja, os profissionais que estão lá, o investimento, definição das prioridades, e hoje a gente não tem isso. Nós não temos esse conceito em lei do que é o Ambiente Nacional, de como essas informações têm que estar disponibilizadas pros estados, isso fica tudo hoje no bom relacionamento que nós temos com os profissionais da...

N: Seria uma fragilidade do...?

E1: Muito grande, muito grande, Newton. Porque assim, se eu quiser, por exemplo, vou lhe dar um exemplo: nós estamos criticando o sistema de contro... sistema de cruzamento de documentos eletrônicos. O que é o sistema de cruzamento de documentos eletrônicos? Usamos o estado do Maranhão pra ter uma unidade de centralização que receba todas as notas dos estados, escolhemos cinco estados, e a gente recebendo as notas fiscais desses estados, desses cinco, as escriturações fiscais do emitente e do destinatário, nesse ambiente de processamento a gente possa fazer um processamento cruzado envolvendo essas informações centralizadas, ok? Hoje cada estado sozinho não consegue fazer esse processamento cruzado. O único que tem isso é o Ambiente Nacional. E aí a gente definiu um protocolo que a Receita Federal deveria passar essas informações pro estado do Maranhão, os estados autorizantes. Até hoje não tá implementado. Então o que eu quero dizer que a gente, um único estado, se a gente for fazer um estudo de reforma tributária, vai acontecer, e precisarmos fazer levantamentos de informações de PIB de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, envolvendo a nota fiscal eletrônica, São Paulo consegue fazer sozinho? Bahia consegue fazer sozinho? Quem é que tem todas as informações? Um Ambiente Nacional.

N: 'Cê acha que seria uma solução, ou seria viável uma solução? Pensando que hoje a nota eletrônica ela é, podemos considerar como uma commodity. Ou seja, o processo de emissão da nota, autorização, é alguma coisa maduro, conhecido...

E1: (palavra não compreendida 00:28:55) de prateleira.

N: É, é. Podemos pensar numa privatização desse serviço? Com uma licitação nacional, os estados com seus custos, mas tendo uma entidade privada? Qual seria a dificuldade de fazer isso, se seria uma coisa viável?

E1: Tecnicamente, é perfeitamente viável, mas infelizmente a cultura dos estados não está evoluída pra esse tipo de processo. Na verdade, a nossa solução seria um ENCAT, é criar um órgão, a nossa proposta, já foi feita por mim, por Ricardo, várias vezes, é que a gente tivesse tipo uma agência reguladora nacional, que seria o gestor nacional do ambiente da nota fiscal

eletrônica. Seria essa mesma solução só que no formato de uma agência reguladora, que efetivamente tivesse suas equipes de sistema, toda a sua infraestrutura efetivamente, seria a incorporação do ENCAT a isso, gerindo todo esse mundo da nota fiscal eletrônica. A sua proposta é ainda mais evoluída, é jogar pra iniciativa... se a gente não tá conseguindo nem criar isso no nível interno, imagine jogar pra...

N: Seria uma ideia, né?

E1: É. Não é proposta, é ideia.

N: É. Deixa eu só ver aqui... A questão do... da guarda da informação pelo emitente, pelo destinatário. Hoje se exige que o emitente e o destinatário tenham a guarda...

E1: Sim.

N:... e que o emitente envie pro destinatário.

E1: Sim.

N: 'Cê não acha que o Fisco deveria assumir um papel mais central e ele ser o provedor? Dispensar a guarda do emitente, do destinatário e que a nota eletrônica de segunda geração, de uma certa forma vai levar a isso, né? Porque na verdade o emitente e o destinatário vão ter informações incompletas. Ou seja, a nota completa é a nota com seus eventos e ela tá aonde? Ela tá só no Fisco, né? 'Cê acha que... e por quê que não se caminha pra uma solução como essa, né? Ou seja, de ter o Fisco como o centralizador da distribuição entre os emitentes e os destinatários das informações?

E1: Na verdade, a nossa proposta é muito mais agressiva que essa. O que ocorre é como eu lhe falei, culturalmente os estados ainda estão vivendo no mundo do papel. Os estados, embora a gente tenha esse sucesso absoluto da nota fiscal eletrônica, eles não abrem mão de coisas do mundo do século passado da nota, do papel, que não existe a menor necessidade no documento fiscal eletrônico. Uma dessas questões é necessidade de guarda no emitente e no destinatário. Hoje não existe nenhuma necessidade de você precisar da guarda no emitente e destinatário. Se as informações estão todas no Fisco, você não precisa ter esse custo. Se a gente definisse, a gente poderia definir isso na forma de uma canetada, e acabava com isso. Só que culturalmente os estados ficam inseguros em relação a esse tipo de processo. Então, nós estamos trabalhando exatamente pra superar essas barreiras, diminuir obrigações acessórias. Pra você ter ideia, Newton, a legislação é clara dizendo que a gente tem que reduzir obrigação acessória. Até hoje tem estado que exige a nota fiscal eletrônica, exige a escrita fiscal digital, e não abre mão do SINTEGRA. Quer que a empresa além de entrega a escrita fiscal digital, quer que entregue o SINTEGRA. Isso não tem cabimento. Vai nessa mesma linha da guarda. E o que é pior, eu tô falando de administração tributária. Quando a gente desce pro nível de

auditor fiscal, é pior ainda. A gente tem auditor fiscal que tá chegando em empresa exigindo que ela imprima os DANFs, porque a cabeça dele ainda está no século passado. Ou seja, ele tá ainda no mundo do papel porque ele não foi treinado e ele não tem a habilidade pra trabalhar na era fiscal digital, a gente tá chamando de era fiscal digital.

N: A ideia qual seria? Qual seria a proposta? A visão de futuro?

E1: A nossa visão de futuro, da coordenação do projeto, é bem alinhada. É primeiro: a disponibilização da nota fiscal de segunda geração, e aí uma correção no que você falou: toda a informação da nota fiscal de segunda geração fica disponível na consulta do contribuinte. É como se fosse um extrato. Então, ele entrando lá, ele vê que a nota dele foi alterada, foi cancelada...

N: Sim, sim, mas a discussão assim, ele não tem um arquivo XML com todas as informações dos eventos. Ele pode consultar, por isso que quem...

E1: Não, ele teria. Ele teria também um arquivo XML, no modelo técnico permite a distribuição do XML...

N: Sim...

E1: ...a partir do Ambiente Nacional.

N: ... sim. Mas você traz uma complexidade... como garantir que ele vai ter todos os eventos? Como ele vai...

E1: Garantia é feita porque os eventos são todos registrados em um único ambiente, que é o Ambiente Nacional.

N: Sim, mas ele tem que ficar monitorando se houve novos eventos.

E1: Não, todo evento que chegar, ele é automaticamente distribuído para o destinatário e já tá informado pro emitente. O evento já tem uma política de distribuição que efetivamente atualiza todos os envolvidos no processo. Então hoje, por exemplo, obviamente que a gente tá trabalhando pra isso, né? Hoje a gente não distribui a nota para o destinatário, a nota é distribuída apenas...tsc, para o contribuinte, a nota é distribuída apenas para o destinatário. Então, quais são os serviços que a gente tá trabalhando pra implementar como visão de futuro? Um: disponibilizar um download da nota fiscal eletrônica pra todo e qualquer contribuinte. Então necessariamente a gente não vê a necessidade de encaminhar. A gente pode disponibilizar o download e o contribuinte vai e faz o download de suas notas, em que você aparece como...

N: Isso em Webservice?

E1: Um Webservice. Como emitente ou como destinatário. Então, quando tiver um evento, ele extrair e fizer o download, ele sempre vai receber todas essas informações. Na verdade o

download de documento fiscal foi implementado essa semana, há alguns dias, no Rio Grande do Sul, e no Maranhão já tinha implementado. Só que o Maranhão não fala pra ninguém o que faz, quando eu divulgo, eles “Ah, mas a gente já tem”. “Sim, mas eu não sabia”. Quem, quem... galinha que põe ovo e não cacareja vira frango ao molho pardo, né? Depois que eu divulgo, que eles dizem que tem, divulgo que o Rio Grande do Sul fez. Então assim, a gente tá com o Rio Grande do Sul disponibilizando o download dos documentos fiscais pro emitente e pro destinatário, a tendência é que a gente possa disponibilizar esses serviços em outros estados. E o Rio Grande do Sul vai servir de boi de piranha pra gente identificar se o consumo desse download compromete a infraestrutura da organização no que se refere tanto à autorização de notas, quanto aos seus demais ambientes de internet.

N: E na visão de futuro então, se dispensaria do emitente ter que enviar a nota pro destinatário?

E1: Com certeza, com certeza.

N: Isso tá...

E1: O que a gente tá trabalhando é: dispensar a guarda, mas isso Newton, eu tô dizendo daqui a um ou dois anos, que a gente tem que superar toda essa dificuldade. Primeiro, já de imediato, mas a gente vai ter que trabalhar muito, dispensar a guarda do documento fiscal eletrônico, né? Isso a gente pode fazer independente do download estar amadurecido ou não, né? Num segundo momento, essa questão com o download, aí sim vai tá com essas informações já disponibilizadas diretamente no destinatário envolvido no processo. Então, a nossa ideia é que a gente possa atrelar, inclusive tem uma outra visão estratégica aí, que não sei se você tem conhecimento: a nossa ideia original, a briga entre os estados é a seguinte, tem estado que quer disponibilizar o download de graça, e a nossa estratégia é, pra mim o contribuinte que fizer o download das suas notas, enquanto destinatário, dentro de 30 dias, se ele não informar que...

Arquivo WS400057. WMA

Tempo: 00:00 – 00:24:41

Entrevistado 1 (E1) (Álvaro Bahia)

(N) Newton

E1: Então assim... o quê que eu tava falando? Me perdi.

N: Da visão de futuro, do download...

E1: Ah, sim, sim.

N: ...do custo.

E1: A nossa estratégia é o seguinte: a nossa estratégia sempre foi essa, você disponibiliza o download pro destinatário, o destinatário vai lá e faz o seu download das notas fiscais recebidas no mês anterior. Se ele dentro de 30 dias, X dias, esse delay a gente vai definir, ele efetivamente não informar que aquela nota que ele fez o download não foi encaminhada pra ele, a gente atesta aquilo como uma confirmação de recebimento. Então fez um download de mil notas, a Volks vendeu pra mim, eu sou empresa, fiz o download de mil notas da Volks, e efetivamente não retorno pra dizer “Olha, essa nota aqui foi emitida indevidamente contra a minha inscrição estadual e é por isso eu estou denunciando e essa nota não vale como entrada minha. Vamos fazer o ônus da prova inverso”. Então ele fez o download, ele confirmou o recebimento e ele só não confirma o recebimento daquela nota dentro de um determinado período, ele informa.

N: Essa confirmação de recebimento, nessa visão que vocês estão construindo, ela vai ter... ela poderá ser usada para fins comerciais?

E1: Sim.

N: Ou seja, o emitente poderá ter a informação? Não precisará mais ter o canhoto de comprovante?

E1: Exatamente. O contribuinte fazendo aquilo e aí vincula esse canhoto à nota fiscal segunda geração. Dentro daqueles dias depois, você deu o prazo de 30 dias pra ele informar que aquela nota não é dele, ele fez o download, você já já vai colocar lá como evento de segunda geração nota baixada pelo destinatário confirmado. Então a nossa estratégia é essa. Agora, alguns estados já tá disponibilizando o serviço, mas o futuro nosso é esse, fazer a confirmação de recebimento contra o download. E aí o nosso trabalho seria fazer isso na Receita Federal, porque você teria o ambiente centralizado, porque a gente tem problema de sincronismo entre as Secretarias de Fazenda, é baixo, a gente tem unidade de destino que efetivamente não tem 100% de suas notas que foram efetivamente autorizadas. Tem problema de nota emitida em contingência sem... com uma circulação única e exclusiva do DANF, sem uma posterior transmissão do arquivo XML, vamos dizer assim, esses pequenos desvios hoje são pequenos, interferem nesse processo. Então, o ideal é que a gente faça isso num Ambiente Nacional, onde você possa fazer o download e a confirmação de recebimento, mas a gente, como lhe falei, a gente não tem a gestão desse Ambiente e a prioridade deles não é a nossa. E aí vai gerindo o processo conforme a gente possa fazer.

N: Com relação ao programa Emissor Gratuito da Nota Fiscal Eletrônica, né? Queria saber se você acha, se foi um fator crítico de sucesso? E por que se optou por desenvolver uma solução offline e não uma solução web? Os pontos que levaram a essa decisão.

E1: Ok. Primeiro sobre o fator crítico de sucesso do programa Emissor Gratuito. Pra mim ele foi fundamental para o sucesso do projeto, pra evitar aquela ocorrência de liminares e a ocorrência de contribuintes que viessem a dizer que eles não teriam nenhuma condição efetivamente de, nenhuma capacidade de emitir a nota fiscal eletrônica. O programa Emissor Gratuito desmistificou tudo isso. Hoje inclusive eu conheço muitas empresas, Newton, e muitos contadores dizendo que com o programa Emissor Gratuito, ele tem um custo muito menor do que tinha com seu provedor de solução, porque ele tinha, de alguma forma, ter essa gestão desses processos dos seus documentos num mundo modelo E1 emitido. Hoje com o Emissor Gratuito é muito mais barato do que a solução que eles tinham anteriormente. Então, assim realmente o programa Emissor Gratuito é um, foi um fator de sucesso importantíssimo pra nota fiscal eletrônica. Mas hoje, agora, o programa Emissor Gratuito pra gente é um problema. É um problema porque ele tá se tornando um gargalo para a implementação de novas funcionalidades, porque a manutenção dele é feita exclusivamente pela equipe da Sefaz São Paulo e a gente fica aí dependente da disponibilidade da equipe da Sefaz São Paulo para fazer alterações nesses aplicativos. E aí a gente tem cronogramas que os estados podem fazer mais rápido e a Sefaz São Paulo não tem a condição de atualizar esse programa na mesma velocidade que as demais Sefaz autorizadas, ele acaba sendo um caminho crítico pra você implementar uma nova funcionalidade. Então, o nosso desafio pro futuro é tornar esse programa Emissor Gratuito talvez uma ferramenta aberta, livre, onde os próprios desenvolvedores possam utilizá-lo e a nossa certificação é simplesmente atestar se o documento está sendo emitido conforme todas as regras do XML e as novas regras de validação que a gente está implementando. Então, um dos outros grandes desafios que nós temos é ter um programa Emissor Gratuito que fique desvinculado efetivamente não só da Sefaz São Paulo ou outra qualquer da Receita Federal, mas como um programa aberto e livre para uso dos contribuintes, mas gratuito, né?

N: Agora, se pensa também que o programa Emissor Gratuito, nessa visão de integração, ele possa também ter ferramentas de serviço, de recepção dos eventos e do download das notas pelo programa Emissor Gratuito?

E1: Não, o programa Emissor Gratuito espelha tudo que um ambiente de uma Sefaz tem. Então não pode ter uma função que você tenha... hoje o Emissor Gratuito representa mais de 55% em quantidade de contribuintes que utilizam o produto, no Brasil. Nós temos muito

poucos contribuintes de grande porte com aplicações próprias. Claro que em quantidade os volumes são mil a zero. Mas você tem uma grande massa de contribuintes de pequeno e médio porte que usam o programa Emissor Gratuito. Então, se a gente implementar uma funcionalidade como nota fiscal de segunda geração, download, só nas aplicações da Sefaz e não disponibilizar para o programa Emissor Gratuito, a gente vai tá de cara, vamos dizer assim, prejudicando 50% das empresas do país. Então por isso que eu tô lhe dizendo que ele hoje é um fator, é um caminho crítico que nos empata até de fazer alguns aperfeiçoamentos porque bate nesse gargalo. A gente entende, e aqui eu queria parabenizar os técnicos da Sefaz São Paulo, manter o Emissor Gratuito é um plus adicional que a equipe, que já é escassa, que já tem as dificuldades pra atender as suas demandas da sua aplicação interna, tem que manter pra outros estados. E realmente fica complicado. Às vezes tem uma questão específica de um determinado estado que não tem nada a ver com o ambiente como um todo e a gente tem que fazer essa alteração e alocar técnico da Sefaz São Paulo pra fazer uma alteração que efetivamente não tem nenhum impacto pro estado de São Paulo. E aí na hora de você dividir os recursos e tendo outras demandas, vai dizer “Pô, primeiro a gente tem aqui as nossas demandas, vamos trabalhar pros outros?”. Esse é um problema. Outro problema que a gente tá tendo – eu tô lhe falando de alguns gargalos.

N: Sim.

E1: Não é só o programa Emissor, é a Sefaz virtual Rio Grande do Sul. Porque queira ou não queira, hoje nós dependemos da boa vontade da governadora do Rio Grande do Sul e da boa vontade da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, porque tem custos pra se manter aquilo, tem esse mesmo problema de alocação de pessoas, e muitas pessoas internas da Sefaz e deve ser também da Sefaz, questionam: “Peraí, a gente tem aqui uma infraestrutura imensa pra atender dois estados e a gente não recebe nada por isso, e ainda passando por dificuldades financeiras, aperto de orçamento, retenção de pessoal, e a gente presta esse serviço da Sefaz virtual, que é um custo sem ter nenhum repasse”. Então, no momento é isso que faz a diferença da nota fiscal eletrônica. A gente tem assim o espírito cívico, não sei se a palavra é essa, dos colegas da Sefaz São Paulo no que se refere ao Emissor Gratuito, o espírito público, e também na Sefaz Rio Grande do Sul, mas isso pode mudar a qualquer momento, né, Newton? Um processo que a gente não tem controle.

N: Certo. Só a pergunta com relação à decisão de se usar um programa offline e não web.

E1: Ah, faltou essa.

N: Qual foi a motivação?

E1: Tá. No caso da decisão de usar ela na web, o problema aí que a gente tinha, como a gente tem com a nota fiscal eletrônica, a questão dos links, do acesso à internet, principalmente por pequenas empresas, em todo e qualquer local do território do país. Quando a gente fala nesse programa Emissor Gratuito, ele funciona desde Roraima até o Rio Grande do Sul. Então a gente tinha esse temor de usar ele online, diretamente na internet. Outra questão também que foi fundamental é a capacidade de você importar/exportar arquivos e ter uma capacidade de processamento automatizada de volumes de até 300, 400 notas, um volume muito superior de processamento que você poderia fazer numa ligação online na internet. E outra coisa importantíssima que eu achei no programa Emissor Gratuito e exatamente também ele permitia a capacidade de gestão de documentos fiscais do contribuinte sobre a sua guarda, os documentos que estão autorizados, os que não estão, os que estão pendentes, os que foram emitidos em contingência, então a gente acredita que a solução de usar uma aplicação off-line, embora ele tenha um pulo do gato aí, que é a sua atualização on-line quando você tem o programa Emissor Gratuito, embora ele seja off-line, quando você se conecta e tem alguma atualização do programa, essa atualização da versão online é muito importante pra você manter a aplicação unificada em todo o país. E esse é o pulo do gato.

N: Quais são os desafios da nota eletrônica pro futuro?

E1: Os desafios é como eu já lhe falei. Primeiro, a gente precisa ter um programa Emissor Gratuito que seja desvinculado da prestação de serviço de algumas Secretarias de Fazenda, tornando-o uma aplicação de uso livre, efetivamente um software livre, onde você tem a própria comunidade disponibilizando e aperfeiçoando esse produto, que é de uso comum e traz benefícios pra todos e assim a gente não teria mais esse gargalo que hoje... e esse ônus pra Sefaz São Paulo. Precisamos também institucionalizar a Sefaz Virtual do Rio Grande do Sul, a Sefaz Virtual da Receita Federal, e precisamos também institucionalizar a forma de compartilhamento entre os estados e esse Ambiente Nacional, que hoje nada disso é institucionalizado. E institucionalizar a equipe de gestão, tanto executiva como técnica do modelo do projeto da nota fiscal eletrônica, isso na visão estratégica, né? Na visão técnica, mais específica de produto, é implantar a nota fiscal eletrônica de segunda geração, disponibilizar efetivamente o download para os contribuintes e disponibilizar também segunda geração download e outro desafio técnico nosso, além de download... a Sefaz Virtual de contingência pra que a gente possa ter isso centralizado em um único ambiente autorizador, com uma capacidade de processamento em outra unidade caso você venha a ter qualquer tipo de problema com essa unidade e aí você ter um único ambiente de autorização de nota fiscal

eletrônica, que precisa ser de todos, dos estados e da Receita Federal, e que precisa ter uma estrutura formal constituída, tanto executiva como técnica.

N: A questão da contingência, qual a modalidade de contingência mais utilizada e por que as modalidades eletrônicas como SCAN e DPEC são pouco utilizadas?

E1: Ok. A mais utilizada é a emissão do formulário de segurança, essa é a mais utilizada.

N: Você tem algum número de quantas em porcentagem?

E1: Ah, no meu BI a gente entra aqui, depois eu vejo, a gente vê. O BI já diz quais são no mês.

N: Tá.

E1: O que é usado. O nosso BI é muito interessante, a gente construiu ele, você vê o que é nota usado pelo Emissor Gratuito, o que é aplicação própria, quantas notas foram emitidas em contingência, qual o método utilizado, DPEC, SCAN, formulário de segurança, eu passo esses números pra você. Tem uma estatística que o Rio Grande do Sul fez consolidada também com essas informações, pegou do nosso BI e gerou um também, então isso aí 'cê tem depois. Então assim, qual foi a pergunta?

N: Por que as contingências eletrônicas são pouco utilizadas?

E1: Então assim, no caso da mais importante, que seria o SCAN, a maior dificuldade seria na necessidade de alteração da série. Exatamente porque as grandes empresas de solução RP e SAP e outras, têm a dificuldade de uma vez aquela nota, aquele número de série daquele documento apropriado internamente em seus sistemas de controle de estoque, de contabilização, quando tem aquela nota rejeitada, ele poder refazer todo esse processo numa engenharia reversa, pra poder refazer todo o processo usando um novo número. Então, eles têm essa grande dificuldade. Por isso que a gente tá construindo a Sefaz Virtual de contingência, com a Sefaz Virtual de contingência a gente pode simplesmente autorizar isso usando aquela mesma documentação sem a necessidade de alteração de série. Então, a gente acredita que quando a gente tiver a Sefaz Virtual de contingência, a gente não terá mais esse tipo de problema. Isso no que se refere ao SCAN. No que se refere à DPEC, ela também é um produto muito pouco conhecido pelas empresas. Eu acho que eles usam muito pouco a Declaração Prévia de Emissão em Contingência, por falta de conhecimento. É por isso que a gente vai começar a tratar um processo de usar um range, um grupo de chave de acesso pré-autorizadas, um modelo do Chile, como contingência, nosso outro grande desafio que vai solucionar essa questão e vai acabar também com o uso do formulário de segurança, que a gente tá tendo muita dificuldade no controle, porque os estados fizeram sistemas que controlam os formulários de segurança, então a gente tá num formulário que não tem controle.

Então o processo de contingência realmente não está muito bom no que se refere ao controle. E é por isso que a gente precisa rever isso, com esse tipo de processo que é a implantação da Sefaz de contingência e com a definição do range de chave de acesso.

N: O DANF em papel, se acredita que ele vá, como visão de futuro, acabar?

E1: Nossa cultura ainda tá longe de poder acabar com isso. Eu acredito que em médio e curto prazo, o DANF ainda é muito utilizado e a gente não vai conseguir evoluir aí nos próximos três, quatro anos. Eu acho que isso só a médio, longo prazo, Newton.

N: Existem projetos de nota similares em outros países da América Latina, como Argentina, Chile, México, Guatemala. Se acredita que seria possível uma padronização de projetos para intercâmbio de faturas eletrônicas? E como seria?

E1: Ok. Inclusive eu faço parte de uma equipe do CIAT que tá buscando a gente fazer essa troca de documentos fiscais eletrônicos entre países. E aí tem duas correntes técnicas trabalhando isso: uma corrente técnica que acha que a solução seria criar um documento que eles chamam de standard, um documento que tivesse informações que fossem de uso comum entre os países, é uma linha; e tem uma linha que eu defendo, que a gente crie um chamado Protocolo Internacional de Autorização de Usos, que seria como se fosse uma chave de acesso que permitiria aos estados, a partir dessa chave de acesso internacional, ter acesso ao arquivo XML e a partir desse acesso, cada um trabalharia os documentos e buscaria suas informações com base nos seus interesses. Então a linha que a gente tá defendendo atualmente é exatamente criar um protocolo de autorização de uso, que permita aos países se sincronizarem e receber esse arquivo XML, trabalhá-los conforme o seu interesse. É uma proposta similar ao que a gente já faz hoje entre as 27 unidades da federação e a Receita Federal do Brasil, a partir de um protocolo de autorização de uso que é comum, os estados podem recuperar essas informações. Então, são essas duas linhas de projeto, o caminho que a gente acha que a gente conseguiu convencê-los é usar esse protocolo internacional de autorização de uso. Mas a nossa grande dificuldade aí é o envolvimento das aduanas. Infelizmente, a gente tem essa dificuldade de envolver aduana com a equipe da Receita Federal, que trabalha efetivamente com o uso de documentos fiscais eletrônicos, e a gente não consegue integrar esse tipo de questões, porque em muitos países, que eu tô viajando muito agora, aduanas são órgãos separados. Você tem como no Equador Serviços de Rendas Internas, que é a Receita Federal e a Aduana é um outro órgão, gerido especificamente por...

N: São outras equipes.

E1: Outras equipes, outra gestão, e eles que cuidam dos impostos interfronteiras entre os países. Então é por isso que muitas Secretarias de Fazenda, e Bahia...Secretaria de Receita, e o

Brasil fez isso, era assim, unificou na verdade, mas na verdade internamente continua como se fosse, agora que eu entendi isso no Brasil, eu não sabia disso. Fui num seminário agora em Paris e a grande discussão com 42 Receitas Federais do mundo era essa: unificar ou não a área de Aduana. E algumas Secretarias realmente, como a França, fez um trabalho recente, de um ano, dois anos pra cá, de unificação da área de Impostos Externos com Impostos Internos, mas uma unificação de verdade, com um único gestor, com uma única equipe e a grande crítica deles é essa, muitos países fizeram a fusão, mas que na prática, não se fundiu. Veja a Receita Federal e a Previdência Social também. Na verdade, embora seja um órgão único, Receita Federal do Brasil, na prática, não existe essa... não ocorreu essa sinergia. É um processo demorado e cultural.

N: Então, pra terminar, Álvaro, se você pudesse voltar o tempo, com o conhecimento atual, o que faria diferente no projeto da nota eletrônica? Com o que a gente tem de conhecimento hoje, o que você mudaria no projeto da nota eletrônica lá em 2005?

E1: Lá, lá atrás? Se eu pudesse mudar, era ter construído a nota num ambiente autorizador único, já com a Sefaz Virtual de contingência, iria efetivamente tornar o processo muito mais simples, né? Hoje eu me desgasto muito e eu que fico na frente batendo, é trazer os estados pro mesmo nível de prestação de serviços. A gente tem alguns estados, que são autorizadores de nota fiscal eletrônica, mas efetivamente eles não têm muitas vezes infraestrutura de tecnologia e infraestrutura de pessoal pra atender as demandas de evolução do processo dentro do cronograma estabelecido. E aí como nós somos uma roda de mãos dadas, é como eu lhe falei, não adianta implementar a nota fiscal eletrônica segunda geração se o programa Emissor Gratuito não tá pronto. Ou se uma determinada Sefaz autorizadora também não migrou praquela versão, e aí a gente não pode ter versões distintas de níveis de serviço de autorização de nota fiscal eletrônica entre os estados e entre o programa Emissor Gratuito. Então, hoje o caminho crítico do sucesso, além daqueles que eu falei, é exatamente a gente conseguir promover as alterações e os processos de evolução da nota de forma integrada, numa mesma velocidade, dentro do mesmo cronograma. E aí isso vem atrasando e muito a evolução da nota, que a gente já poderia tá um pouco mais evoluído.

N: E a questão da profissionalização da equipe, no sentido de que...

E1: Sim.

N:...de que hoje o projeto da nota eletrônica, ele é dependente de pessoas.

E1: Exatamente.

N: Se mudarem as pessoas, você tem um risco alto de continuidade. Ou não?

E1: É, mas isso não entra dentro dessa pergunta que você me fez. Que assim, se a gente tivesse isso profissionalizado desde o início, talvez a gente não conseguisse chegar nesse sucesso que a gente chegou.

N: Você não partiria dessa forma?

E1: Não partiria.

N: Em algum momento...?

E1: Isso não seria caminho crítico. Agora, hoje analisando... a sua pergunta foi o que? O que você voltaria lá atrás?

N: Isso, isso.

E1: Pô, tentar construir centralizadamente. Não conseguimos por uma série de fatores.

N: Sim.

E1: Aí voltaria e construiria assim. Aí a questão da profissionalização, isso pra hoje, eu acho que é um fator aí de risco muito grande o processo atual de gestão da nota fiscal eletrônica feita dessa forma madura. Totalmente amadora, né, e as empresas totalmente dependentes desse processo. Então assim, a gente não pode errar. Se eu distribuir aqui um Webservice...ô, uma versão do esquema XML e tem um erro técnico lá que passe por um dos nossos técnicos, que hoje são dois, que é a Sakura e o Fernando Alti, e a gente implementar a versão, a gente pode parar o país. Com um simples erro de versão do esquema XML. Então a gente precisa efetivamente ter uma infraestrutura profissional mais atuante, uma área de homologação dessas novas versões centralizada e robusta. Porque veja bem, eu distribuo uma versão XML, aí São Paulo implanta correto, Bahia implanta correto, e os demais estados implantam errado, a gente vai ter o problema da mesma forma. Eu não tenho um controle de qualidade de como a Sefaz Paraná está implementando uma nova versão do esquema XML, né?

N: Agora 1º de abril vai ser então um, vai ser uma experiência importante, né? Uma mudança...

E1: Claro.

N: ...grande de versão.

E1: Vai.

N: A primeira grande mudança de versão com muitos emissores.

E1: Vai. Pra você ter ideia, Newton, nosso cronograma era 1º de janeiro de 2010. Somente em janeiro agora que o Paraná conseguiu concluir, disponibilizar, a Bahia em fevereiro disponibilizou, o Rio Grande do Sul em janeiro, São Paulo em março. Então tudo bem, a gente administra atrasos de um, dois, três meses, mas de um ano? O Paraná só conseguiu

agora, né? E aí a gente tá implementando agora no Paraná. Então, realmente, pra mim, o risco do projeto é esse tipo de gestão.

N: Bom, alguma outra coisa que você acha importante falar? Algo que a gente não comentou sobre o projeto da nota? Algum aspecto que você acha relevante registrar? Que é registro pra posteridade, hein!

E1: Não, rapaz, o que eu queria registrar é o que eu tô lhe dizendo: eu acho que esse é um trabalho que efetivamente foi um marco no país, né? Mudou a forma como as Secretarias de Fazenda trabalham. Mudou o relacionamento com a Receita Federal. É um case de sucesso realmente sem igual, e efetivamente é pouco reconhecido. As pessoas que trabalharam nisso, infelizmente a gente é servidor público, a gente não trabalha pra isso, a gente trabalha pra cumprir a nossa obrigação, mas eu acho que ainda esse brilhante trabalho que foi feito por esse grupo de profissionais é pouco reconhecido. Essa é a minha visão, Newton.

Arquivo WS400065. WMA

Tempo: 00:00 – 00:45:28

Entrevistado 1 (Vinícius Pimentel de Freitas)

N (Newton)

N: Então, entrevista Vinícius Pimentel Linder, do projeto nota fiscal eletrônica da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

E1: Vinícius Pimentel de Freitas.

N: De Freitas. Qual seu cargo, formação e quantos anos trabalha na Sefaz?

E1: Eu sou, o nome do cargo é chefe da Seção de Documentos Eletrônicos, sou responsável por toda a parte que trata da recepção da informação via meio eletrônico, então nós temos nota fiscal eletrônica, conhecimento de transporte eletrônico, escrita fiscal digital, Sintegra, toda essa parte tá com a minha equipe. Minha formação Engenharia Eletrônica, na graduação, especialização em Microprocessadores, Software, isso profissionalmente. Depois, outras formações acadêmicas, uma especialização na Espanha em 1997, Informática pra Diretivas da Administração Pública, uma outra especialização no Japão entre 98 e 99, Redes Neurais, em 2007 a 2008 especialização na FGV aqui em Porto Alegre, Gestão Empresarial, que foram os créditos do mestrado que depois eu defendi a dissertação, o título de Mestre em Administração pela EBAP, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da FGV do Rio.

N: Legal. Como foi o processo da sua indicação pra liderar o projeto da nota fiscal eletrônica? Como se deu isso na Fazenda?

E1: Na troca de governos da administração 2007-2010, eu ocupava o cargo de supervisor de sistemas de informação, até 2006, e esse cargo então na troca de governo, passou a ser ocupado pelo colega Ricardo Pereira, que era o líder da nota, e aí eu fui ocupar a posição de líder da nota nessa época.

N: Tá. Como tema de histórico do projeto: como teve início o projeto da nota no Brasil? Qual foi a motivação e de onde surgiu a ideia desse projeto?

E1: (trecho inaudível 00:02:19 a 00:02:23)

N: Vou fazer pra ele também. Na sua visão, pode ser...

E1: A minha visão é aquela que é a tradicional e é a que se encontra nas páginas da internet. Tanto do projeto SPED como do portal da nota, isso é um fruto da emenda constitucional que levou à cooperação entre os Fiscos, né? Naquela operação lá no artigo 37 da Constituição Federal, que deu origem ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários, o ENCAT, e eram vários projetos de cooperação fiscal. Um desses projetos, a nota fiscal eletrônica, né, que se alia a outros como a escrita fiscal digital, escrita contábil digital (palavra não compreendida 00:03:08) dois, naquele contexto todo de uma nova integração e uma interação entre os Fiscos, (trecho não compreendido 00:03:18 a 00:03:19) de governo.

N: E a motivação? Qual leitura que você faz? Quais foram as motivações para um projeto como esse?

E1: A motivação é realmente que se tenha a possibilidade... Aí tem várias visões, né? A motivação pela parte do ponto de vista do Fisco é conseguir ter antes da ocorrência do fato gerador, que é a circulação de mercadoria, a informação mais confiável possível que é a do conteúdo do cupom fiscal daquela operação-circulação que tá se realizando. E aí nós temos os benefícios, aqueles tradicionais da desmaterialização de processos, que é a eventual economia de papel, isso aliado à melhoria de processos, e tudo isso.

N: Mas digo aqui a motivação é pra entender assim: o que motivou o Fisco a trabalhar com nota eletrônica? Você diria que foi por uma vertente de fiscalização? Ou uma vertente de simplificação de obrigação pro contribuinte?

E1: Não.

N: Ou de redução de custos?

E1: Não. Do ponto de vista do Fisco, a redução de custos para o contribuinte é um benefício agregado desejável. Não foi isso que eu entendo que seja o que levou o Fisco como driver.

Como driver realmente a confiabilidade da informação. Ter à sua disposição uma informação em que possa confiar sem depender de validações posteriores, como é o caso que acontece na entrada de informações no mês seguinte, por exemplo.

N: Por exemplo, no México, o driver deles foi o atendimento ao contribuinte. Era foco, tanto que a liderança do projeto lá foi feita pelo pessoal de atendimento ao contribuinte.

E1: Aham.

N: Então são...

E1: É, a minha percepção...

N: Mas acho que...não...

E1: ...embora eu não fizesse parte da equipe lá no início, né?

N: Certo.

E1: Minha percepção é essa.

N: O papel do ENCAT nesse processo da nota fiscal eletrônica? Como que você vê? O quê que...?

E1: O ENCAT é fundamental e decisivo, porque a nota fiscal eletrônica foi construída como um trabalho a muitas mãos e que Fisco, sociedade organizada aqui representada pelas empresas, autarquias de governo, como exemplo eu cito o Serpro e a Suframa, outras organizações de governo e aqui eu cito a Proservice e a Prodesp, a CIASC de Santa Catarina e tantas outras. Que numa forma cooperada, vamos chamar assim, produziu essa realidade que é a nota fiscal eletrônica, e o papel do ENCAT aqui foi o de coordenar e viabilizar essa cooperação. Então o ENCAT é o que realmente, é o responsável pra que esta cooperação tivesse acontecido ou que tenha acontecido, e chegado a onde nós estamos hoje.

N: Falar um pouquinho dos antecedentes da nota fiscal eletrônica: primeiro, sobre certificação digital, né? Se a legislação e o projeto de certificação digital foram antecedentes ou não ao projeto da nota fiscal eletrônica? E se na prática a nota motivou esse desenvolvimento da certificação digital no Brasil?

E1: Essa é uma pergunta retórica, né. Porque evidentemente nós fomos ver, e na minha dissertação tem até uma parte sobre isso. A legislação, a estruturação da legislação da certificação digital aconteceu no final da década de 90. No final da década de 90 já tínhamos os primeiros instrumentos legais que tratavam de uma estrutura de chaves pública, academicamente falando o termo “pública” no Brasil. Isso aí evolui pra um decreto presidencial, que evoluiu pra medida provisória 2200, na versão final dela, aquela lá de agosto de 2001. Então, se nós tamos falando de uma medida provisória que tem força de lei, graças à emenda constitucional 32, se não me falha a memória, lá de setembro de 2001, isso aí

antecede a outra emenda constitucional que foi a que levou à instituição do SPED como um grande guarda-chuva e dentro dele a nota fiscal eletrônica como um projeto.

N: Sim, mas...

E1: Então nesse viés certificação digital precede necessariamente, legalmente falando, a nota fiscal eletrônica.

N: ...a certificação digital já era uma realidade construída, aplicada, em larga escala quando a nota...

E1: Não, larga escala não. Aí era outra parte da resposta que eu tava construindo. Primeira parte era o ponto de vista da instituição, ICP Brasil, que existe, de direito, já existia de fato no final da década de 90, e existe de direito a partir de 2001, personificada naquela autarquia que tá na lá na Casa Civil da presidente da República, que é o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Agora, não houve a explosão de uso que se esperava naquela época e tem vários artigos, várias... não diria artigos científicos, mas artigos de revista, de jornal, sobre o assunto, porquê que... e desde 2003 que o ano que vem é ano da explosão da certificação digital. Mas...

N: E nunca chegou...

E1: E nunca chegava. Aí em 2003, chegava em 2003 e perguntava: por quê que esse ano não foi? Não, 2004 vai ser. Aí no final de 2004 não foi, não, 2005 vai ser. E porque tem vários interesses comerciais, especialmente dos bancos, que se esperava que seriam os grandes motores dessa massificação que emperraram e até hoje os bancos não são o grande usuário, juntamente com seus clientes, né? Do ponto de vista então de massificação do uso da certificação digital no Brasil, certamente identifico a nota fiscal eletrônica como o evento que possibilitou que o negócio certificação digital realmente tenha sido viável economicamente no Brasil. Se nós formos ver nos demais países da América Latina, pelo menos alguns que tenho tido contato, se vê que a autoridade tributária federal, naqueles países que têm entes subnacionais, realmente é a que tomou a si o encargo de dar certificados digitais. E essa não era a realidade brasileira porque nós já tínhamos então naquela época uma infraestrutura comercial existente. Pré-existente.

N: Com relação ao padrão de assinatura digital pra XML, o XML signature, também não era um padrão que era adotado...?

E1: Não, não existia.

N: A partir daí, 'cê tem conhecimento de que outras iniciativas, de outros tipos de projeto que acabaram por utilizar esse conhecimento que a nota eletrônica propiciou?

E1: O único que eu tive notícia foi agora, quando o projeto da ABRASF, né, que depois de muito tempo se tornou aderente ao padrão do projeto do ENCAT. E eu não tenho notícia de

outros que tenham conseguido o mesmo. Se bem que eu acho que, do ponto de vista da disponibilidade dessa informação, daqui a décadas, é a melhor solução. Porque a assinatura PKCS-11, por exemplo, ela necessariamente tá em arquivos separados, o que leva a ter que ter envelopes, e coisas assim, soluções tecnológicas, e dentro do modelo XML signature, nós temos um arquivo só texto puro que contém tudo. Então o que torna independente de plataforma, e essa assinatura que vai poder ser reconhecida como válida daqui a 25 anos, também o conteúdo do documento vai poder ser lido e é um documento íntegro e único, uma grande vantagem desse modelo.

N: Ainda nos antecedentes: o formato XML e a tecnologia WebService já eram utilizados em algum projeto do Fisco brasileiro ou do Fisco do Rio Grande do Sul, antes da nota eletrônica?

E1: WebService sim. XML não. O Rio Grande do Sul, especificamente, já tinha webservices, por exemplo, de consulta a cadastro. Disponível, em operação, e usado pelas empresas.

N: E a decisão, qual foi a motivação pra decisão de uso do XML e não do texto plano?

E1: Bom, além dessa vantagem que eu falei da assinatura ficar embebida no próprio arquivo, né, o que facilita na recuperação da informação depois, decorrido um certo tempo, tem a vantagem da interoperabilidade entre sistemas operacionais e sistemas gerenciadores de banco de dados diferentes. A simplificação da exibição da informação e uma série de outras coisas que a utilização do XML permite. Isso eu acho grandes vantagens que levaram... em contraposição a um layout de... hierárquico de registros, como é por exemplo o da escrita fiscal digital, escrita contábil digital, que tem outras vantagens que nesse caso não se aplicavam à nota fiscal eletrônica.

N: Tá. Com relação à estratégia de implementação, né, qual foi a estratégia adotada pelo Fisco no projeto da nota fiscal eletrônica? O que você percebe como estratégia pra implantação?

E1: A estratégia foi em primeiro lugar a definição de um projeto piloto, com determinados estados e determinadas empresas, onde se construiu o modelo tecnológico. E tanto Fiscos quanto empresas, tanto empresas contribuintes como empresas de processamento de dados que prestam serviços para os Fiscos, aprenderam a usar XML, XML signature e usam webservices dentro desse enfoque e tudo isso. Passado isso, então o projeto piloto, se passa a uma fase de massificação em que tem uma... se acreditava que a diminuição de custos ia levar a uma voluntariedade maciça, isso não se demonstrou verdade, e as próprias empresas diziam que isso realmente só ia acontecer a massificação a partir de uma obrigatoriedade, o que levou então a instituição da obrigatoriedade de uso da nota fiscal eletrônica com três filosofias diferentes e sucessivas. Primeira filosofia produzida no protocolo 10 de 2007, por tipo de operação. Como é que começou, por exemplo, uma indústria de distribuição de cigarros e

combustíveis derivados do petróleo. A essa, claro, essa tem quatro etapas. A essa primeira estratégia se seguiu a segunda estratégia, que foi por atividade econômica da empresa. Enquanto a primeira estratégia pensava no produto que tava circulando, a segunda estratégia pensa na atividade econômica da empresa, que não é exatamente a mesma coisa, embora sejam semelhantes. E a gente chega no protocolo 42 de 2009, esse também estruturado inicialmente em quatro fases. No próprio protocolo 42 já previa então a terceira estratégia, que já tinha sido pincelada numa exceção do protocolo 10, que é por tipo de operação. E aí nos fizemos então, como exemplos disso, operações de comércio exterior, operações de circulação de mercadoria interestadual, que não sejam iniciadas por varejistas, e o fornecimento pra administração pública. Essas foram as três estratégias de massificação de uso da nota fiscal eletrônica, visando a que a realidade que nós chegamos hoje é que virtualmente, salvo as exceções que confirmam a regra, toda atividade de indústria, comércio atacadista e distribuição hoje está obrigada ao uso de nota fiscal eletrônica, assim como fornecimento à administração pública, operações interestaduais na sua esmagadora maioria, e de comércio exterior.

N: Qual a importância da participação da iniciativa privada no projeto e se participaram apenas contribuintes, mas também empresas de tecnologia?

E1: Fundamental. Os prazos, né, desde a concepção do projeto que foi meados de 2005, digo a concepção escrita, não a concepção de “Isso é uma coisa boa, vamos fazer isso” começou em 2004. Mas desde se começar a escrever até a legislação, até definição dos padrões, traduzidos no manual de integração ao contribuinte, à construção dos sistemas do projeto piloto, e a primeira nota autorizada em produção lá no dia 14 de setembro, 18 horas, um minuto e 18 segundos, em 18 meses. Se não houvesse cooperação da iniciativa privada nisso, não teria de forma alguma atingido essa velocidade de implementação. Claro que as empresas de tecnologia inicialmente participaram como contratadas das empresas contribuintes que participavam do projeto piloto.

N: Por quê que não se abriu pra que empresas de tecnologia participassem também da construção do projeto enquanto empresas mesmo, mas indiretamente pelas...?

E1: Essa pergunta eu não sei dizer por que eu não fazia parte do projeto à época. Então eu posso imaginar razões, mas seria da minha imaginação.

N: Tá. O apoio da alta administração do Fisco, tanto na Secretaria de Fazenda, como em âmbito federal, qual a importância que teve pro projeto, pro sucesso do projeto?

E1: Fundamental também, né, como qualquer implementação em qualquer tipo de organização, seja pública, seja privada, seja privada com vistas a lucro ou não, quando não

existe a quebra de paradigmas, sem o comprometimento e patrocínio da alta administração, não acontecem as coisas, então, se não houvesse esse interesse...

N: Quem era, vamos dizer assim, capitaneava essa... aqui na Secretaria da Fazenda...

E1: Do Rio Grande do Sul?

N: ...era o secretário?

E1: Tanto o secretário quanto, à época, o diretor da... como é que se chamava à época o departamento... Enfim, seria hoje o subsecretário da Receita, né? Os dois eram, nós estamos falando de 2005, advogados da ideia e defensores ferrenhos desse projeto.

N: Com o início do projeto, foram estabelecidas as premissas que a nota eletrônica deveria atender. Quais seriam essas premissas, né, e se ao longo do projeto, alguma dessas premissas, ela foi alterada, excluída ou surgiu uma nova premissa que passou a ser desnecessária ao projeto?

E1: Não houve alteração significativa, as premissas continuam basicamente as mesmas. Principal que eu identifico é o documento eletrônico. Ele pode ter representações impressas, ele tem no mínimo três representações em formas diferentes, representação impressa pode ser obtida por qualquer pessoa que tenha a chave de acesso de uma nota eletrônica, mas essas não são nada mais do que isso, representações impressas de um documento de existência puramente digital. Essa é a principal premissa. A segunda premissa também que é muito importante e é um corolário da primeira, é que a autenticidade desse arquivo é dada pela assinatura digital. E seguido naturalmente de uma autorização de uso feito pelo Fisco antes da ocorrência do fato gerador, salvo as hipóteses de contingência. Então essas são as principais premissas do ponto de vista digamos legal, e do ponto de vista tecnológico, que não mudaram desde aquela época. Aí tem as outras que vêm como decorrência dessas duas, que são a simplificação de processos, a economia de... que se viabilize a economia, traduzido pela menor exigência de papel, ou não exigência de impressos padrão, formulários padrão pra impressos, outras reduções de custo, outras reduções, benefício geral pra sociedade, benefício pro Fisco do uso da informação mais confiável, todas elas, na minha visão, são decorrências dessas duas premissas básicas.

N: Por que se teve essa premissa de que a nota deveria ser autorizada antes do fato gerador? Por quê que não se permite, qual a motivação de não se permitir, por exemplo, que a empresa emitisse várias notas eletrônicas, e transmitisse posteriormente, periodicamente? O que motivou essa decisão? Como uma premissa básica?

E1: Como uma premissa básica, né. É que justamente o que o Fisco quer é ter certeza de que aquela informação está no seu banco de dados, hoje até com o advento do layout da versão 2.0

com uma qualidade de informação bem superior à que a versão um permitia. É aquilo que eu falei antes, que eu vejo como se o principal motor do Fisco é a informação confiável, justamente a informação vai ser tão mais confiável quanto antes ela chegue pra nós. E aí nesse sentido, né, se nós temos a informação antes da ocorrência do fato gerador, ela é mais próxima, mais próxima do que isso não existe, da realidade da operação que o contribuinte quis registrar. Claro que ele pode errar, mas aí paciência.

N: ‘Cê não acha que, por exemplo, também entra... essa é a premissa que traz maior complexidade ao modelo no sentido de que ‘cê tem que ter uma alta disponibilidade, um nível de serviço muito elevado e cria uma grande dependência da empresa do Fisco, né? Não teria uma outra forma de a empresa enviar isso no mesmo dia e diminuiria bastante a complexidade?

E1: Sem dúvida. Se nós...

N: Existe alguma motivação de dizer “Tem que ser desse jeito antes do fato gerador, porque senão a gente não vai ter...”, existe algum elemento...?

E1: Há quem diga, né, que isso aí leva à redução de possíveis fraudes. Eu questiono essa posição, acho que não. Não é o fato de exigir que a transmissão ocorra antes do fato gerador que vai coibir aquela pessoa que quer circular sem nota, por hipótese. Seria o que aconteceria se libera pra que eu... pra que as transmissões sejam efetuadas a cada hora, a cada duas horas, por exemplo, no modelo chileno, né, que tem pra algumas atividades de grande volume. Tanto esse modelo se demonstrou interessante que a segunda geração da nota fiscal mexicana veio pro modelo brasileiro. Então, o comprovante fiscal digital, que era a primeira versão, podia ser transmitido com largo tempo até, e o comprovante digital em linha, que é a segunda geração, é a mesma filosofia brasileira, com aquele grande agravante que a gente conhece que lá o extrato bancário é um comprovante fiscal digital, né. Então eles têm requisitos que nós não enfrentamos ainda enquanto não colocarmos outros tipos de documentos nessa filosofia. Então eu diria que sim, existem pessoas que defendem que o motivo seja outro, mas na minha opinião, embora pode ser até que a equipe tivesse pensado à época, eu não concordo com essa posição.

N: Tá. Resumidamente, quais seriam os papéis desempenhados pelos seguintes órgãos ou entidades: o ENCAT, a equipe técnica do ENCAT, Secretaria de Fazenda, Receita, GT-06, COTEPE, CONFAZ e Comitê Gestor de Documentos Fiscais Eletrônicos?

E1: Tá, pra eu não esquecer nenhuma, vai me perguntando uma a uma.

N: Tá.

E1: Bom, primeiro tem as três primeiras, né, deixa eu ver...

N: ENCAT, equipe técnica do ENCAT e Secretaria de Fazenda e Receita.

E1: Tá. Aí nos temos uma superposição, porque Secretarias de Fazenda e Receita Federal fazem parte do ENCAT. Então, e a equipe técnica do ENCAT também, né. O ENCAT é um ente, sem personalidade jurídica, mas muito importante. Ele, em princípio, traduz a vontade das administrações tributárias estaduais. O papel do ENCAT foi definido na nota fiscal eletrônica pelo protocolo ENAT 02 de 2004, se não me falha a memória, alguma coisa assim. Que a coordenação do projeto nota fiscal eletrônica é do ENCAT. A implementação disso se dá através da equipe técnica do ENCAT, que está composta, entre outros, pelas Secretarias de Fazenda dos estados, por representantes da Receita Federal do Brasil. Então aí nós temos cobertas quatro desses entes. Quais são os outros?

N: O GT-06, COTEPE, CONFAZ e Comitê Gestor.

E1: Bom, o Comitê Gestor, começando pelo fim, tá previsto um outro protocolo ENAT, independente desse, e ele tem se firmado ao longo dos anos como um fórum interessante de discussão. Lá no início, quando eu comecei a participar em 2007, ele era meramente um local onde se comunicava o que tinha acontecido. E ele vem se firmando como um local onde se discutem coisas a serem feitas. Por exemplo, a reunião da semana passada, eu acho que foi a reunião mais produtiva desse Comitê Gestor até agora, né. Esse Comitê foi engrossado no ano de 2010 pela volta da ABRASF, Associação Brasileira das Secretarias de Finanças Municipais, das capitais basicamente, que voltou a participar. Já tinha sua cadeira prevista, mas não participava. E pela entrada, primeiro em 2009 de uma representante das empresas do conhecimento... transportadoras, e em 2010 pelo representante das empresas de soluções de TI. Então a gente verifica realmente que começa a adquirir uma, um papel interessante nos documentos eletrônicos no Brasil.

N: Seria um papel consultivo ou deliberativo?

E1: Ele está passando a ser deliberativo, né. Ainda não o é porque ele não tem, evidentemente, o peso de um ENCAT, por um lado. O que nos leva à terceira resposta que é a estrutura formal legislativa, onde nós temos, de cima pra baixo, CONFAZ, COTEPE e GT-06. Conselho Nacional de Política Fazendária, previsto na Constituição e regrado pela lei complementar de 04 de 75, e como integrante do CONFAZ, temos a Comissão Técnica Permanente do ICMS, a COTEPE, que discute nos seus vários grupos de trabalho aquelas que poderão vir a se tornar as regras que regem as obrigações referentes aos tributos de competência estadual. Dentro desses grupos de trabalho, nós temos o Grupo de Trabalho 06, o Sistema Nacional de Informações Econômico-Fiscais, o SINIEF. E produz o que virão a se tornar, uma vez aprovadas no CONFAZ, os ajustes que determinam quais são as obrigações

acessórias dos tributos estaduais. E aí então exatamente nessa estrutura que nós temos o GT-06 como o local onde se discute as normas, a COTEPE que verifica o interesse dessas normas irem à aprovação, o CONFAZ que efetivamente trata a aprovação dessas normas nas suas várias... nos seus vários formatos, sejam ajustes, sejam convênios, sejam protocolos, e claro, assim que nascem os documentos eletrônicos. Nasceu o ajuste SINIEF 07 de 2005 instituindo a nota fiscal eletrônica, por exemplo. Então esses papéis de cada um e a gente observa que até 2008, final de 2008, começo de 2009, um grande afastamento entre COTEPE e GT-06 do ENCAT e sua equipe técnica. Se comunicavam lá em cima, porque o CONFAZ evidentemente tem os secretários de estados de Fazenda, finanças e tributação têm contato com os administradores tributários. Mas os técnicos abaixo, COTEPE, GT-06, por um lado, equipe técnica do ENCAT, equipe técnica da nota, por exemplo, por outro, não se comunicavam, o que levou a grandes problemas na tramitação das normas até em 2008 e 2009. Isso foi identificado pela equipe técnica do ENCAT, e isso aí foi, hoje eu acredito que está resolvido com a participação no GT-06 de membro da equipe técnica do ENCAT. Por exemplo, eu represento o Rio Grande do Sul no GT-06 e vários colegas, de outras unidades da federação, vou citar como exemplo o Paraná, o Maranhão, os próprios colegas da equipe técnica representam seus estados. E outros estados, o colega da equipe técnica acompanha o representante, como é o exemplo de São Paulo, do Rio de Janeiro, o exemplo da Bahia, e com isso a gente teve uma grande aproximação, e hoje a discussão lá está muito mais tranquila, a aprovação tá bem mais tranquila, existe a confiança entre os dois grupos. Essa experiência se mostrou tão boa que a gente agora tá querendo levar isso aí pra outros grupos de trabalho da COTEPE que tenham a ver com o assunto, notadamente GT-48, da escrita fiscal digital, e o GT-15, do processamento de dados. A gente tá querendo fazer o mesmo processo de aproximação com esses dois grupos de trabalho.

N: Ok. Com relação aos benefícios da nota, eles estão bastante mapeados desde o início do projeto, né?

E1: Sim.

N: A pergunta é: houve algum benefício que não tinha sido mapeado no início do projeto e apareceu como um benefício importante posteriormente que você tenha percebido? Alguma coisa importante?

E1: Essa é uma boa pergunta. Quando a gente começa a responder assim é porque a gente tá querendo tempo pra pensar (risos). Olha, eu não identificaria um grande benefício que não tivesse mapeado inicialmente. Eu diria que alguns benefícios mapeados inicialmente não se demonstraram tão benefícios assim. Mas eu não identifico algo, a não ser, digamos, essa, do

ponto de vista puramente das administrações tributárias, que é a confiança que existe hoje a nível de equipes técnicas, no sentido de nós termos acesso aos colegas da federação e confiança que lhes corresponde, é algo que a gente pode acreditar. Isso sim é um benefício que o projeto trouxe, mas como um algo que veio agregado, mas que não faz parte do sistema da nota fiscal eletrônica. Faz parte do processo que levou à existência desse sistema.

N: Tá. Quais foram os fatores críticos de sucesso do projeto da nota fiscal eletrônica, na sua visão?

E1: Primeiro, seriedade da equipe, traduzido basicamente pela rapidez que foram estabelecidos os fundamentos do projeto à época e a sua implementação. E depois na...sempre na manutenção dos prazos previstos, né? Muito poucos adiamentos, pontuais, e a seriedade na manutenção disso aí. Esse foi um fator crítico, e que aí a sociedade, e nesse caso os contribuintes do ICMS tinham certeza que podiam acreditar na palavra de quem produzia aquelas normas, que aquilo ia acontecer e ia acontecer naquele prazo e ia acontecer da maneira prevista. Por outro lado, esses prazos só puderam ser cumpridos, vale a pena repisar, nunca é demais, pela construção coletiva em que as próprias empresas e a sociedade civil organizada traduzida nessas empresas, participaram de forma ativa na construção. Esses sim são os fatores, a construção coletiva e a seriedade do trabalho.

N: Participação da iniciativa privada poderia ser considerado um fator crítico de sucesso?

E1: Sim, sim. Eu quis colocar isso.

N: E a questão da tecnologia adotada? Seria um fator crítico ou não? Independente da tecnologia adotada, o projeto poderia ter sido sucesso da mesma forma com outra tecnologia?

E1: É que o fator crítico do sucesso, a gente entra lá na nomenclatura de planejamento estratégico, é algo que se não tivesse sido daquela maneira, não ocorreria. Sem dúvida, as tecnologias, vamos chamar assim, pelas quais se decidiu, XML, assinatura, webservices, foram fundamentais. Mas, certamente a gente poderia chegar a resultados semelhantes com outras tecnologias. Então, esses foram fundamentais pro sucesso, foram. Mas não são críticos no sentido de que não poderiam ser substituídos por outros. Enquanto que as duas outras coisas que eu falei não poderiam ser substituídas.

N: Com relação ao modelo operacional, né, por que se adotou um modelo descentralizado de autorização de notas pelas unidades federadas, quando que o racional de uma solução de TI seria uma única... um único local de autorização?

E1: É tão racional, vou começar a resposta por algo que não foi perguntado, tão racional que o modelo do conhecimento do transporte eletrônico é bem mais centralizado que o da nota fiscal eletrônica. Mas vamos lembrar lá em 2005 não existia essa confiança que eu falei que

surgiu como um subproduto do processo de construção da nota fiscal eletrônica. Então não existindo a confiança de uma unidade da federação nas outras, e das unidades da federação na Receita Federal do Brasil, por outro lado, fica muito difícil haver um modelo centralizado. Então, naturalmente se vai para a descentralização e a manutenção da assim chamada competência dos estados, embora isso possa ser discutível, né, que isso seja uma manutenção da competência. Há quem diga, não vou defender essa posição nem ser contrário, só vou citar, que existem unidades da federação que não queriam que seus dados fossem de conhecimento ou transitassem por outras administrações tributárias. Isso aí leva a implementações particulares de cada unidade da federação. Mas eu não diria que isso foi decisivo.

N: Agora, Vinícius, o fato de que, por exemplo, a questão da autonomia...

E1: Hum. Pode falar.

N: A questão da autonomia, a questão de que não havia confiança. Mas você tem o SPED fiscal, que é basicamente, pouca diferença de prazo depois e se optou por um modelo centralizado, né, dos livros fiscais serem enviados para o ente da Receita Federal. Então por que...?

E1: Se optou de fato mas não de direito, por um lado. Outra coisa, nesse caso a coordenação tá com a Receita Federal do Brasil, não o ENCAT. E existem estados que estão querendo sair desse modelo. Então, o quê que aconteceu lá foi a condução por equipes diferentes que levou à adoção e a própria imposição da Receita Federal do Brasil lá na equipe de uma tecnologia que é de propriedade dela. Isso que levou à centralização na transmissão dos arquivos, o que é bem diferente por outro lado, né. Porque na escrita fiscal digital, cada empresa transmite um arquivo por mês e aqui uma empresa faz N transmissões por mês. É bem diferente a tecnologia e a própria parte que fez a tua pergunta antes, né. A disponibilidade e a velocidade, né, a performance dos sistemas da nota fiscal eletrônica não se comparam ao requisitos da escrita fiscal.

N: E você acha que, por ser racional e por ser uma coisa que hoje tá num outro estágio de confiança, há uma tendência de você ter uma centralização? Seria viável hoje você rever o modelo e passar a ter...?

E1: Eu acho que se o modelo nascesse hoje, se o modelo nascesse hoje, haveria chance de que ele fosse centralizado sim. Mas eu não vejo que ele venha a ser revisto. Acho que algumas unidades da federação, poderia até nominar, jamais concordariam com um modelo centralizado por um motivo ou por outro. Enquanto outras não se importam com isso.

N: Ok. O que é Sefaz Virtual e qual a importância que ela teve pro projeto da nota fiscal eletrônica?

E1: Sefaz Virtual é a utilização da infraestrutura de tecnologia provida por uma administração tributária, pela administração tributária de uma unidade da federação, para autorização de uso. Por exemplo: o estado do Espírito Santo utiliza a infraestrutura da Receita Federal do Brasil pra que os contribuintes estabelecidos no seu território tenham autorização de uso da nota fiscal eletrônica. O estado do Rio de Janeiro, da mesma maneira, utiliza a infraestrutura disponibilizada pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul pras mesmas coisas. Esse é o conceito de Sefaz Virtual.

N: Qual a importância que isso teve...?

E1: Sim, aham. A importância, e a Sefaz Virtual só nasceu porque queria se iniciar a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica. E àquela época, estamos em 2007, muitos estados não vislumbravam que num período inferior a dois anos iriam ter as suas soluções individuais de autorização de uso. Então, se não fosse possível que os contribuintes desses estados utilizassem uma infraestrutura existente em outra administração tributária, a obrigatoriedade não poderia ter se iniciado em abril de 2008. Então essa foi... vital, e as melancias se acomodaram na carreta de uma maneira interessante, porque algumas unidades da federação, por exemplo, Distrito Federal, Roraima... Roraima não, Rondônia, né, Espírito Santo, inicialmente iam... desenvolveram até as suas... Maranhão... as suas aplicações e depois migraram pro modelo centralizado Sefaz Virtual. Outras estão passo a passo saindo do modelo de Sefaz Virtual, como o Amazonas e o Mato Grosso do Sul. Isso é uma coisa interessante de se observar.

N: Uma outra questão é: o modelo da nota fiscal foi concebido pensando em mudar o mínimo possível o que você tinha de emissão em papel ou foi feito um projeto que fez uma reengenharia, uma revisão profunda do processo pra aplicar essa nova tecnologia? Qual das duas modalidades e por que isso aconteceu dessa forma?

E1: É, a própria nota fiscal eletrônica já quebrou uma série de paradigmas, então se optou pela estratégia de sempre que possível manter as definições e os costumes do papel. Isso levou o que pra mim, na minha opinião, o maior, de longe o maior problema da nota fiscal eletrônica que é a existência de um cancelamento. Eu acho a... pensar em poder cancelar um documento eletrônico é algo desprovido de fundamento. Eu acho que..., isso se aplica muito bem ao modelo de papel, usando isso como exemplo, de que a estratégia foi justamente manter o papel. Então o cancelamento é algo que se aplica perfeitamente a papel e não tem lógica de ser aplicado no mundo eletrônico.

N: Agora, na iniciativa privada se fala que quando você vai implementar um projeto de tecnologia, você deve fazer uma reengenharia e uma revisão de processos antes de...

E1: Sim.

N: ...automatizar o processo.

E1: Uhum.

N: Por que no caso da nota eletrônica não se seguiu essa mesma filosofia, não se fez já um projeto mais ambicioso, eliminando o DANFE, eliminando o papel completamente?

E1: Porque justamente usando a pergunta: quando alguém pensa em fazer um projeto, ele deve fazer dessa maneira. Mas quando alguém põe a outro alguém nesse projeto, fica mais complicado impor custos adicionais. Então se a administração tributária impusesse aos seus contribuintes isso, ficaria complicado.

Arquivo WS400067. WMA

Tempo: 00:00 – 00:30:49

Entrevistado 1 (Vinícius Pimentel de Freitas)

N (Newton)

N: Então continuamos entrevista Vinícius Pimentel. Bom, aí vamos lá Vinícius. Como se garante que as regras de validação exigidas na documentação técnica de sistemas de autorização dos estados sejam iguais? Ou seja, que todos os estados tenham implementado as mesmas regras de validação?

E1: Bom, em primeiro lugar, não se garante. Nós temos diferenças entre os estados. Tem regras que existem em alguns lugares e não existem em outros.

N: Mas aí são regras opcionais?

E1: Não.

N: Existem diferenças entre os sistemas...?

E1: Existem implementações diferentes de (palavra não compreendida 00:00:42) obrigatórias. Isso é um problema. Em princípio se garante e existem regras obrigatórias que devem ser seguidas de forma igual em todas as autoridades autorizadoras, e regras opcionais que evidentemente vão ser implementadas ou não segundo cada unidade da federação. Isso é garantido, ou seria garantido através da existência do manual de integração, que é o que publica para empresas como é que são feitas as coisas, mas mais importante que isso pelos boletins técnicos, que são documentos de circulação restrita e que são acessíveis somente pelas Secretarias de Fazenda e que definem efetivamente... e aí como que aqueles padrões que estão lá no manual de integração serão implementados pelas unidades da federação

autorizadoras. Mas como eu disse, né, existem regras obrigatórias que são implementadas de maneira diferentes nas autoridades.

N: Ok. Fala um pouquinho sobre a questão da integração eletrônica. O emissor de nota eletrônica tem que ser um receptor de nota eletrônica e existe uma obrigação de quem emite a nota eletrônica de enviar pro destinatário essa nota eletrônica. Aqui no Brasil não se estabeleceu uma obrigatoriedade da forma de envio, diferentemente do que no Chile.

E1: Uhum.

N: E se percebe hoje que uma das fragilidades do modelo brasileiro da nota eletrônica é que justamente a maioria das empresas acabou por não implementar a questão da recepção de mercadoria, ou seja, continua digitando o DANFE, fazendo como fazia tudo em papel e tendo uma dificuldade de cumprir a legislação de que ela tem que guardar o documento eletrônico. 'Cê acha que se houvesse uma maior padronização, se o Fisco tivesse definido um padrão de comunicação obrigatório, isso seria, teria sido resolvido? Foi um equívoco deixar isso pra iniciativa privada? O quê que 'cê pensa? Quais motivos essa recepção eletrônica ela não se realizou no Brasil efetivamente ou pelo menos na maioria das empresas? Algumas empresas, grandes empresas em geral têm, mas a maioria não tem.

E1: É, eu faria a pergunta de forma diferente, mas eu vou responder tua pergunta. Primeiro: foi um equívoco? Não. Acho que tá correto, nós não regramos como a empresa faz o pagamento, nós não regramos como a empresa entrega a mercadoria, acho que também não devemos regramos como deve ser a entrega do arquivo XML, que é obrigatoriedade do emitente enviar pro destinatário. Esse é o primeiro ponto, respondendo à pergunta, né. A outra parte da pergunta, se nós tivéssemos obrigado uma forma, isso teria se resolvido? Provavelmente. Provavelmente isso teria resolvido o problema, embora eu ache que seria errado do ponto de vista conceitual. Agora, não sei se faz a parte da resposta o quê que foi feito pra resolver o problema. O problema vai tá resolvido, esperamos, num futuro próximo. (risos)

N: Coloca, por favor, as suas considerações.

E1: Então, qual é a base do problema, eu acho. A base do problema é, nós exigirmos tanto emitente quanto destinatário façam a guarda do arquivo, por um lado, e segundo, que os meios eletrônicos que existem pra que esta comunicação se faça entre emitente e destinatário, com segurança, são vários. Por isso até que a gente não regrou. Então, a maneira de se atacar isso primeiro é desobrigar da guarda, porque o que eu sempre digo: se daqui a três anos nós formos fazer uma auditoria fiscal num contribuinte, e o arquivo que nós temos, no nosso banco de dados XML e assinado e autorizado é diferente do contribuinte, em qual que nós vamos confiar? No nosso. Então pra quê pedir que ele guarde? Então a maneira de atacar isso

já foi aprovada na equipe técnica, já tá isso em momento de ir pra GT-06, é a... dentro da implementação da nota fiscal de segunda geração, que não é o layout 2.0, é outro caso, existem os eventos, nós temos dois eventos definidos já, entre os 20 e vários eventos definidos, nós temos dois que são muito importantes pra isso. Um que já vai pra “JU SINIEF 7” (00:05:42 a 00:05:43) agora nesse bimestre, foi aprovado... deve ser aprovado em reunião do CONFAZ sexta-feira que vem, que é o registro de saída. O registro de saída é aquilo em que o contribuinte...

N: Confirmação de saída.

E1: Isto. Ele confirma que a mercadoria saiu. E se ele não o fizer, por hipótese, não me lembro qual é o prazo, 48 horas, ele não disse que não ocorreu a saída, vai se considerar que houve a saída.

N: E aí isso leva a cancelamento?

E1: Sim. Sim. Se bem que o cancelamento é outro papo, né, o nosso problema aqui é a transmissão do arquivo, né? E a guarda do arquivo. Então quando existe a confirmação da saída, não por decurso de prazo, mas por confirmação, por declaração do contribuinte, ele tá dispensado da guarda do seu arquivo, o arquivo de sua emissão. E nós temos a contrapartida disso que é a confirmação de recebimento, isso ainda não foi pra legislação, onde então o destinatário, com relação a uma nota em que ele aparece como CNPJ destinatário, pode adotar uma de três alternativas: ele confirma a mercadoria assim que chegou; ou olha, até chegou uma carga com essa nota, mas eu recusei o recebimento dessa carga; ou três, eu desconheço essa operação, o emitente usou o meu CNPJ, mas eu não tenho nada que ver com essa nota. Bom, nas duas primeiras hipóteses, em que ele é realmente destinatário, ele confirma, ele tá dispensado da guarda. Na terceira, evidentemente, ele já não teria que guardar que ele afirma desconhecer a operação. Mas então, nessas hipóteses em que a empresa está dispensada da guarda, tanto da nota de sua emissão tanto da nota em que ele é destinatário, o registro da saída ou da chegada da mercadoria habilita que seja feita um download da nossa base de dados desses arquivos, né. Então com isso se resolve a...

N: É, mas se pensa em dispensar o emitente de enviar a nota pro destinatário?

E1: Sim, dispensa da obriga... não, continua a obrigação lá, mas é uma obrigação que é, que vai acabar dispensada.

N: ‘Cê concorda então de que o Fisco, ou tá caminhando ou deveria, assumir um papel mais central no modelo logístico de transmissão de nota eletrônica no sentido de que ele passa a ser o provedor, passa a armazenar as notas eletrônicas e dispensar a guarda pelo emitente e pelo destinatário, e ele ser o provedor dessa informação a qualquer legítimo interessado? Que você

pode ter um juiz, outros atores que queiram ter acesso àquele documento eletrônico, e se a empresa não tem mais, o Fisco assumiria esse papel central de ser... E aí não seria mais um problema de você ter uma WAN transmitindo entre emitente e destinatário porque todos buscariam num único padrão via Webservice pra fazer o download dessas notas eletrônicas. Ou o modelo que se pensa é um download manual mesmo, download clássico, ou se pensa em fornecer um serviço Webservice mesmo pra essa baixa desses arquivos?

E1: É, são muitas respostas. Em primeiro lugar, eu não entendo que o Fisco estaria atuando como um data Center. Na verdade, nós já temos essa informação e já vamos guardá-la, né. Por um determinado período de tempo. Os custos de armazenamento nós vamos incorrer neles de qualquer forma, primeiro ponto. Segundo ponto, nós temos os canais de comunicação necessários pra fazer esses downloads, aí sim, nós temos um aumento dos custos do Estado com relação a isso. Mas não é tão maior do que a gente já tem, até porque aí nós vamos ver na forma do download. Isso já tá implementado, por exemplo, aqui na Sefaz Rio Grande do Sul, em que qualquer pessoa pode acessar a página da Fazenda do Rio Grande do Sul, e colocar lá ou uma chave de acesso, ou um conjunto CNPJ- número de série de nota. Nesse momento vai ser solicitado que se insira o certificado digital de uma empresa. Se neste certificado digital, existir o CNPJ ou do emitente ou do destinatário desta nota, que está sendo consultada, então se abre a possibilidade pra esta pessoa que neste momento está com o certificado digital e a senha faça ou o download do arquivo próprio ou envie esse arquivo próprio pro e-mail que ela decidir.

N: Mas automatizado com Webservice...?

E1: Não, isso está nota a nota, hoje. A evolução natural desse serviço é a exibição das notas numa área restrita do site, pra todas as notas que essa empresa apareça como destinatário ou emitente. E aí ela vai marcar o que quer que aconteça com essas notas. Aí sim ele pode fazer download de um grande arquivão, de todas elas, e a terceira forma é a definição de um Webservice de download em que certamente pode ser isso já junto com um Webservice de confirmação de saída ou de recebimento. Então aí que faz nota a nota, o que limita a banda, né. Porque aí o quê que faz o Webservice? Manda chave de acesso, recebe XML. Então, as três formas estão sendo estudadas de implementação. Isso é o que vai acontecer.

N: E o quê que você acha, em termos de, vamos dizer assim, a resistência a esse modelo, existe uma resistência do Fisco nesse...cultural?

E1: Já foi quebrado.

N: Já foi superado...

E1: Já foi superado.

N: ...de abrir mão da guarda dos documentos do emitente?

E1: Sim.

N: E você acha que...?

E1: Isso foi discutido já tanto no ENCAT quanto no GT-06.

N: E você acha que, na verdade, a nota fiscal eletrônica de segunda geração, os eventos, ele de uma certa forma, é um caminho sem volta pra esse processo porque...

E1: Sim.

N: ...na verdade a única...

E1: Sim, sem eles não teria como.

N: ...o único ente que vai ter a informação associada a uma nota eletrônica é efetivamente o Fisco?

E1: Já é, né.

N: E o contribuinte teria que tá acessando periodicamente pra saber se teve alguma alteração do status que ele... o que ele vai ter é o arquivo original autorizado, assinado...

E1: Quando ele é emitente.

N: ...quando ele é emitente, ou se teve cancelamento, o emitente também transmite isso aí...

E1: Ou outros eventos em que ele é originário.

N: Então...

E1: Que ele é originário. Existem vários eventos que o contribuinte pode ser originário.

N: Sim, mas veja, a única garantia de que você tenha a informação é só no Fisco. O restante teria que ter uma sincronização de informação.

E1: Sempre em no mínimo dois Fiscos, né. No mínimo dois. O do emitente, quando emitente e destinatário estiverem na mesma unidade da federação, e no Ambiente Nacional.

N: Sim, mas...

E1: Sempre dois Fiscos vão ter essa informação.

N: ...sim, mas o download nesse modelo em que o Fisco assume um papel central também teria que ser um local central, um Ambiente Nacional pra...

E1: Não necessariamente. Existem... os dois modelos são possíveis. A Sefaz autorizadora pode disponibilizar, e o Ambiente Nacional pode disponibilizar. Pessoalmente, eu sou mais favorável à Sefaz autorizadora. Acho mais interessante pra não sobrecarregar o Ambiente Nacional com um número de conexões demasiado.

N: Ok.

E1: Né? Então, só que na prática, vai acontecer que as Sefaz Virtuais é que vão prover esse serviço, então não vai ser tão descentralizado assim. Claro, vai ser descentralizado na medida

que os grandes estados emissores, todos, com exceção de Santa Catarina e Rio de Janeiro, são também autorizadores. Nesse sentido haveria uma descentralização interessante, né? Tu tem a Sefaz Virtual do Rio Grande do Sul com três grandes emissores, que são Espírito Santo, Rio de Janeiro e o próprio Rio Grande do Sul, mais os outros grandes emissores, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, basicamente, os outros vêm aí atrás, cada um seria responsável pela distribuição. E aí claro, cada estado define como vai ser, ou não vai ser se não quiser disponibilizar. Isso vai ser implementado a nível opcional entre as unidades da federação. Agora eu sei que São Paulo já disponibiliza download das notas, por exemplo. Assim como Goiás e Amazonas. Então...

N: Pra quem?

E1: Eu tenho essa notícia, eu nunca verifiquei lá. Pelo menos no ENCAT disseram que fazem.

N: Pro contribuinte?

E1: Aham. (risos)

N: Questão de contingência, Vinícius, por quê que a contingência eletrônica ela, a DPEC ou o SCAN, acabou por não ser muito utilizada pelos contribuintes e continua com a cultura de usar o formulário de segurança em papel? Qual seria a motivação e aonde vai evoluir isso, a questão da contingência?

E1: Bom, o SCAN, ele, pras empresas que têm um grande, têm grandes RPs, o fato da exigência da mudança de série é uma restrição importante. Isso vai ser atacado então com a Sefaz Virtual de contingência, né, que isso supera esse problema da série, então, a partir daí se espera que no modelo Sefaz Virtual de contingência, quando existe a indisponibilidade da Secretaria de Fazenda autorizadora, vai aumentar o uso do ambiente eletrônico de contingência. A DPEC, a realidade é que quem consegue se comunicar pra usar uma DPEC consegue comunicar usando emissor autônomo. Basicamente, né? Então é muito mais vantagem emitir uma nota do que emitir a DPEC e depois ter que emitir a nota. Minha visão, por isso que DPEC não é... claro, nós temos um uso marginal de DPEC, todas as unidades da federação têm utilização, mas ela leva aos mesmos problemas do formulário de segurança, quer dizer, nós temos DPECs registradas sem autorização de uso em todas as unidades da federação. Então, pra isso nós estamos entrando ainda esse ano com um modelo de contingência que é o mesmo modelo que foi proposto no Equador, isso vai ser discutido primeiro na equipe técnica, depois pra ser levado adiante, mas a... que é essa outra forma de contingência, que eu acho que vai derrubar de vez o formulário de segurança. Pessoalmente nunca gostei do formulário de segurança também.

N: E essa solução atenderia inclusive falta de energia, situações de...?

E1: Não, não. Ela não continua...

N: Continua o conceito de...

E1: Ela é um conceito muito semelhante ao chileno. Modelo muito semelhante ao chileno. Mas a falta de energia é uma coisa que eu pessoalmente defendi e fui ridicularizado na equipe técnica. Que houvesse uma solução pra falta de energia, né, mas a equipe técnica da nota entendeu que não se deve possibilitar uma forma nesse sentido, então...

N: Quer dizer, a contingência basicamente de comunicação...

E1: A contingência é só de comunicação, inclusive o próprio texto da “JU SINIEF” diz assim: quando em decorrência de problemas técnicos, não for possível transmitir a nota ou consultar o resultado de autorização de uso. Então já barrou só na comunicação.

N: Com relação ao programa Emissor Gratuito da nota, qual foi a importância ou qual é a importância dele pro projeto da nota fiscal eletrônica e por quê que ele foi desenvolvido e tá hospedado num estado, no caso no Estado de São Paulo e não foi um desenvolvimento nacional, da Receita?

E1: Bom, primeiro lugar, sem um emissor autônomo, sem, digamos assim, um programa oferecido pelos Fiscos pra que as empresas possam emitir nota fiscal eletrônica, não poderia existir obrigatoriedade, na minha opinião. Nós estaríamos obrigando, impondo um gasto, isso aí seria certamente motivo pra ações judiciais contra o projeto. Então a existência de um aplicativo disponibilizado pelos Fiscos é fundamental e sem ele não poderia existir obrigatoriedade. Graças a Deus São Paulo se candidatou a fazer esse desenvolvimento, nós somos, como eu faço parte da coordenação técnica do ENCAT, o ENCAT é muito grato a São Paulo por fazer esse programa e por continuar responsável por ele. Se São Paulo não tivesse feito, certamente algum outro teria que fazer, né. Seria um desenvolvimento nacional, nós teríamos que buscar um modelo que possibilitasse esse desenvolvimento. Mas o próprio espírito do ENCAT leva a isso, né. Então São Paulo disponibilizou a... e disponibiliza até hoje o Emissor. O Rio Grande do Sul disponibiliza a Sefaz Virtual, né. Rio Grande do Norte disponibiliza (palavra não compreendida 00:19:47) de passagem. Maranhão tá disponibilizando o projeto piloto de SCDE. Então o espírito do ENCAT é esse. Algum estado chama pra si o custo e disponibiliza isso em rede nacional. Se nós fôssemos confiar num modelo de custeio compartilhado, nós estaríamos até hoje esperando pra que essa realidade existisse.

N: ‘Cê acha que o Emissor ele deveria também passar a ser um transmissor? Ou seja, pra melhorar essa questão do envio da nota eletrônica pro destinatário? Ele ter... passar a ter a

funcionalidade de transmissão e recepção de notas eletrônicas? Ou seja, porque ele hoje é restrito a um programa de emissão, deveria evoluir pra um sistema de emissão, transmissão e recepção e talvez no futuro até de geração do livro, escrituração fiscal digital, por exemplo, pra pequenas e médias empresas? Ou não?

E1: A geração de livros, acho que não. A funcionalidade de transmissão me parece uma coisa relativamente simples, que não levaria a grandes complexidades de implementação. A minha posição é que eu não sou contra. Não vejo que seja necessário. Mas se houvesse, acredito que as empresas gostariam disso. Só que isso leva a uma responsabilidade que eu não sei se é o que a gente gostaria, dentro do cenário atual, em que a responsabilidade da empresa, ainda, há guarda dos documentos. Teria que ter então uma gestão de arquivos bem mais complexa pra que isso pudesse ser uma ferramenta realmente confiável. Se fosse só a implementação de um botão dizendo “Quero transmitir agora”, tá bom, quer transmitir pra onde? Pra esse (palavra não compreendida 00:21:52) e-mail? Tudo bem. Mas aí também não vai haver certeza de que o e-mail chegou, e o outro lá pode receber o e-mail e negar que recebeu. Então é uma funcionalidade, extremamente simples, que eu acho interessante, mas que não... se nós mantivéssemos essa funcionalidade sim... não agregaria segurança ao modelo.

N: Ok. Quais são os riscos, na sua visão, do projeto da nota para o futuro? Existem riscos desse modelo naufragar, apesar do sucesso, da dimensão dele? E aonde estão esses riscos?

E1: Riscos tá em se as autoridades tributárias, os administradores tributários, resolverem que isso não é importante, a disponibilidade dos sistemas. Então, a partir do momento em que as aplicações autorizadoras, entre aspas, afundam, com frequência, não há como se sustentar um modelo de obrigatoriedade de uso. Então o risco que eu vejo é, por um lado, que cessem investimentos em tecnologia, né, do ponto de vista de não garantir a disponibilidade e a performance desses sistemas. Esse é um risco. O outro risco que aí as autoridades tributárias que administram as Sefaz Virtuais, a Receita Federal do Brasil, Rio Grande do Sul, e São Paulo no caso do CTE, entendam que os repasses que recebem por causa disso, no caso o Rio Grande do Sul, não são interessantes e nós não queremos mais, as instituições não queiram mais trabalhar para os outros estados. E aí vão deixar pendurados os contribuintes desses estados.

N: E com relação à gestão da nota eletrônica? Ou seja, ela é baseada, a estrutura é baseada no ENCAT, que não é uma organização formal, tá baseado muito aparentemente em pessoas. Isso seria um risco para o projeto, de que mudanças de pessoas...

E1: Não, isso já...

N: ...pudesse...?

E1: Isso já passou. Isso já passou. Hoje o GT-06 já tá bem apropriado do que é nota fiscal eletrônica, não vamos falar que é dos demais documentos eletrônicos. Mas o GT-06, que é uma estrutura dentro do CONFAZ, já se apropriou disso, como eu disse, vários integrantes da equipe técnica já fazem parte desse grupo de trabalho, que é justamente quem é responsável legalmente pela edição. Tanto que o manual de integração é editado através de um (trecho não compreendido 00:25:07 a 00:25:09). Então esse risco... claro, a substituição de algumas pessoas-chave, não vamos nominar, são quatro ou cinco, pode levar a atrasos em novos desenvolvimentos. Mas o que já está...

N: Está consolidado.

E1: ...isso tá consolidado do ponto de vista legislativo.

N: Podemos dizer hoje que a nota é um commodity?

E1: Sim, hoje, da maneira que ela existe hoje, sim. Todas as coisas novas que a gente tá projetando pros próximos anos, aí eu concordo, coisas novas dependem da manutenção de uma equipe altamente motivada e que conhece bem o sistema.

N: Qual é a visão de futuro pra daqui cinco anos pra nota fiscal eletrônica? Qual... onde você imagina que vai estar a nota fiscal eletrônica? Estágio que a gente...

E1: Não existirão mais outros modelos de documento fiscal.

N: Inclusive no varejo?

E1: Pode até existir outro, mas é tudo a mesma coisa. Pode até existir o modelo 98, que é o cupom fiscal...

N: Mas o DANFE em papel, ele existirá ou...?

E1: Existirá um DANFE em papel, nós já estamos propondo na próxima versão do manual de integração o DANFE simplificado, padronizado a nível nacional, emitido, por exemplo, em papel térmico, numa tira de papel térmico da largura de 10 a 12 centímetros. Então a tecnologia pra isso é a mesma que pode ser utilizada na emissão de um cupom fiscal eletrônico. Então não vejo necessidade da existência de uma nota fiscal de comunicações, de uma nota fiscal de energia elétrica, de um conhecimento de transporte eletrônico.

N: Você acha que tudo isso, em cinco anos, vai desaparecer e convergir pra um documento?

E1: Eu acho que a convergência é para um único documento ou documentos de mesma estrutura. Na verdade é a mesma coisa. Hoje o documento conhecimento de transporte eletrônico é modelo 57, ontem mesmo surgiu uma proposta que eu tive que ser contra, radical e visceralmente, da criação do conhecimento de transporte eletrônico rodoviário, conhecimento de transporte eletrônico aquaviário. Não, gente, tem que ser justamente o contrário: redução do número de documentos e não multiplicação do número de documentos,

né? Pra ficar nesse exemplo: quais são as informações que tem no conhecimento que não poderiam estar dentro da nota? Muito poucas. Quais são as informações adicionais que têm no conhecimento que são do interesse do Fisco? Muito poucos, a maior parte daquelas informações são do interesse das empresas e não do Fisco. Então, né, que se definam outras formas das empresas terem essas informações, o Fisco simplifique a emissão através, por hipótese, uma nota eletrônica de serviço de transporte, como é o modelo em vários outros países. Mas isso é um paradigma que, não sei se é cinco anos, acho que 10 anos dá pra conversar.

N: Existem projetos similares em nota em outros países da América Latina. Você entende que vai haver uma possibilidade de uma padronização e intercâmbio dessas faturas eletrônicas e notas eletrônicas ou não? Vai ter algum...

E1: Padronização não, intercâmbio sim. Intercâmbio no sentido que é o projeto que a gente tá... que nós estamos trabalhando junto ao CIAT, né. Então o intercâmbio das informações dentro de um envelope, mantida a fatura, vamos chamar o nome genérico, né, a fatura de cada país nos seus formatos e as autorizações, ou sem autorização, que cada país queira.

N: Quais melhorias você gostaria de ver implementadas na nota fiscal eletrônica e quais as dificuldades pra isso?

E1: Acho que eu já falei isso (risos).

N: Seria as da...

E1: Ao longo de tudo.

N: Seria as...

E1: É a nota de segunda geração e a redução do volume, de espécies de documentos fiscais, consolidação de todos, dentro do possível, em mínimo número, de documentos fiscais possíveis, que todas as operações, que tudo que deve ser levado a registro em um livro fiscal tenha que constar de um documento fiscal, algo que já é realidade no Rio Grande do Sul, mas não é realidade no Brasil. Isso nos leva à dispensa da necessidade de uma escrita fiscal.

N: Tá, então, agora, uma última pergunta...

E1: E das guias de informação.

N: Uma última pergunta: se você pudesse voltar no tempo, como responsável, e tivesse poder pra decidir tudo sobre a nota fiscal eletrônica, lá em 2005, o que você faria diferente? Ou seja, mudaria radicalmente no projeto da nota eletrônica?

E1: Uma única autoridade administradora autorizadora, com três ou quatro sites geograficamente distintos.

N: Como backup?

E1: Backup, redundância um dos outros. Uma única aplicação mantida por um único ente. Simplificaria de forma muito grande a vida das empresas e a nossa vida na (palavra não compreendida 00:30:33) de novas funcionalidades.

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: CHILE

Arquivo WS400005.WMA

Tempo: 00:00 – 00:23:45

Entrevistado 1 (E1) (Hector)

Entrevistado 2 (E2) (Marcela)

N (Newton)

N: Pronto? Vamos? Então, entrevista com Marcela Lacoste e Hector, na manhã do dia 02 de agosto. Marcela, primeiro só para ter a informação, qual o seu cargo, formação e há quantos anos trabalha para o Serviço de Impostos Internos?

E2: Trabalho há 14 anos aqui no Serviço, 14, e atualmente meu cargo é Chefe do escritório “Informática e Negócios”. Esse escritório é o que centraliza todos os requerimentos e necessidades de todos os usuários do Serviço, de todas as demais filiais. Então, trabalho com um grupo de 15 pessoas (expressão não compreendida a 00:02:41 a 00:02:43). Nós somos a cara invisível “Informática” ante os usuários. Isso precisou de uma reestruturação que foi feita o ano passado ou no começo desse ano, em que se desmontaram os escritórios e áreas estruturadas por “Silos”. Havia uma área que atendia a Fiscalização, outra que atendia às “Avaluaciones”, que era imposto territorial, outra que atendia a Estudos, à Administração... Estávamos divididos dessa maneira. E essa estrutura mudou, dividindo-se em Negócios, Desenvolvimento e Manutenção. A parte de processamento não mudou. Anteriormente eu ocupava o cargo de Chefe do Escritório “Informática Fatura Eletrônica”. Fatura electronica tinha um escritório especial que se criou para dar relevância sobre os demais assuntos de Fiscalizações, que estavam em outras áreas. Sobre o assunto fatura electronica: então aí na Informática Fatura Electronica, trabalhávamos com pessoas da Fiscalização que se dedicavam ao assunto da fatura eletrônica, todo muito coordenado. Atualmente essa coordenação, no fundo, ainda é feita por mim, mas através de uma pessoa que trabalha comigo, Willivaldo Gonzales, que trabalha diretamente com Hector e com as pessoas que trabalham com Hector.

N: Como se fosse matricial, você tem, o Willivaldo tem dois chefes, você e Hector...

E2: Não, não, não, o Willivaldo depende só de mim, mas eles trabalham coordenados.

N: Sim, sim.

E2: Eles trabalham coordenados. Claro, agora, da mesma maneira que Willivaldo trabalha comigo em Fatura Electronica, há outras pessoas que trabalham em outros temas, como imposto territorial, há outras pessoas que trabalham com as leis de renda, e assim se relacionam com os usuários para escutar seus requerimentos, para “materializá-los” em desenvolvimento software. Temos uma, bom, no tema da fatura eletrônica, bom, não, isso acredito que vamos falar depois de como fizemos o desenvolvimento software, senão acabamos te desorganizando. Assim estamos estruturados agora. Eu durante, não sei, cinco anos, coordenei o Escritório “Fatura Eletrônica”, então obviamente pensaram que Willivaldo seria a contrapartida de Hector e de Ricardo, no aspecto de fatura electronica. Eu, igualmente, tenho a experiência de haver tratado desse tema, então é inevitável, que entendo mais dos temas de fatura electronica do que de impostos territoriais, por exemplo. Então, nesse sentido, continuamos trabalhando bem coordenados.

N: E que outros cargos você ocupou aqui? Teve experiência como fiscal, ou...?

E2: Não, aqui o pessoal da informática, na realidade, não trabalha como fiscalizadores. Somos praticamente todos engenheiros informáticos...

N: Engenheiros informáticos...

E2: Claro. E que não chegamos a trabalhar de... nunca, não conheço ninguém que tenha vindo da Fiscalização para Informática, mas o contrário sim. Há pessoas que trabalham aqui em Informática que se interessa (palavra não compreendida a 00:06:12) Sim, há gente da Informática que foi trabalhar na Fiscalização, mas não nas regionais como fiscalizadores, mas vem pra cá mesmo, à Fiscalização Diretoria Nacional. Igualmente, é que isso é diferente de como vocês trabalham. Nós aqui na Diretoria Nacional, você também não foi fiscalizador...

E1: Não.

E2: Você chegou a trabalhar aqui. Hector chegou a trabalhar aqui com Ivan em Fatura Electronica alguns anos já, mas você já trabalhou nisso, e também em outras áreas como Timbragem, que... Mas não sei, Maurício foi fiscalizador?

E1: Mauricio foi fiscalizador, mas também chegou aqui na Diretoria Nacional. Mas trabalhando no tema da Fiscalização.

E2: Certamente ele nunca foi fiscalizador de (palavra não compreendida a 00:06:58) contribuinte, que eles chamam “em terreno”, em um escritório regional.

E1: Casos muito especiais, mas que...não.

E2: Sim, eu, no geral, não conheço alguém que diga que atuou em uma regional. Talvez pessoas que tenham ocupado algum cargo de direção na regional? Como diretor regional? Que posteriormente vieram trabalhar aqui na Diretoria Nacional... Porque a ideia da Diretoria

Nacional é que aqui é onde se... aqui é onde estão os subdiretores, onde se dão os alinhamentos para o trabalho. O Serviço está estruturado em... já não me lembro em quantas filiais, mas elas estão por área, ou seja, há Administração, Recursos Humanos, Estudos, Fiscalização, “Avaluaciones” que é o imposto territorial, Informática, Normativas, Jurídico, não sei se falta alguma, são essas as filiais...

E1: Controladoria.

E2: Controladoria interna, claro. E à parte, há uma que é uma figura um pouco estranha. Ela se chama Diretoria para Grandes Contribuintes. Aqui é como um escritório regional que somente atende às grandes empresas. E há muita gente ali, na realidade, são mais de cem pessoas. Estão aqui em (nome de algum lugar, não compreendido, a 00:08:14), edifício onde funcionam à parte, digamos. E à parte disso, estão as regionais que são 16, 16 regionais, quatro aqui em Santiago, e o restante em todo o país.

E1: Tem mais duas. 18.

E2: Deveras, pela nova regionalização, gerou duas regiões mais. E dessas regiões dependem todas as unidades. (palavra não compreendida em 00:08:37) um povoado pequeno, não temos cobertura em todo o país. Mas sim...

N: Mas há escritórios que atendem municipalidades diferentes...

E2: Sim, isso. As unidades, não sei quantas são, são muitíssimas.

E1: Ao total mais ou menos 70.

E2: 70 unidades, entre escritórios e regionais?

E1: Claro.

E2: 70, seguramente, por aí. Algumas têm a categoria de regional e nessa há um diretor regional, que abarca, por assim dizer, uma província, mais ou menos abarca. Agora aqui, eu trabalhei em banco antes de trabalhar aqui, sempre trabalhei em Desenvolvimento Software em bancos. E depois vim para cá. Quando cheguei, me aproximei das compras, das licitações, e sobretudo de licitações de hardware. De hardware e dos temas relacionados à manutenção dos equipamentos. Estive trabalhando nisso mais ou menos um ano, dois anos. E posteriormente ocupei um cargo de Chefe de Departamento de, se chamava, de Fiscalização Informática, que era a área da Informática que atendia a Fiscalização. E depois da reestruturação, ocupei esse cargo em fatura electronica.

N: E você, Hector, como foi a sua carreira?

E1: Eu comecei...

N: Hoje você... (E2: trecho não compreendido entre 00:10:06 a 00:10:08) Que cargo você tem?

E1: Agora sou chefe da área de Timbragem no Departamento de Atenção e Assistência ao Contribuinte, na filial de Fiscalização. Nessa área, nos dedicamos a estabelecer políticas de atenção e fiscalização na autorização de documentos tributários aos contribuintes, no geral. E de autorização de documentos em geral, temos o negócio da fatura electrónica...

N: A fatura electrónica está associada com a sua área?

E1: Claro. Na parte de fiscalização. Digamos tudo isso, no contexto que uma reestruturação em um momento, foi um ano antes de vocês, exceto, que se separou na subdiretoria, um Departamento de Grandes e Medianas Empresas, outro departamento de Pessoas Micro e Pequenas Empresas. E este Departamento de Atenção e Assistência, que oferece, que se preocupa com os serviços que se entregam ao contribuinte. Tudo orientado a oferecer uma atenção de melhor qualidade. E aí está como um serviço, o de Timbragem. E dentro de Timbragem ou Autorização de Documentos, está tudo de fatura electrónica, de autorização realmente. Também temos a Timbragem física, de cunho, claro. Isso é tão arcaico... A Normativa, relacionada a Timbragem, e a emissão de documentos, principalmente.

N: Ok. E qual é a sua formação?

E1: Engenheiro Civil e Industrial.

N: Ok. Marcela, como foi o processo de indicação para que você liderasse o projeto, ser a pessoa responsável pelo projeto de fatura edição electrónica? Pode contar um pouco como foi o início do projeto de fatura electrónica no Chile? Como isso se desenvolveu?

E2: Isto nasceu de uma, da pré-história (risos), nasceu do impulso de algumas empresas que contataram o diretor da época, o Sr. Chevèrre. Javier Chevèrre, que era o diretor desde então. Algumas empresas com quem ele conversava lhe disseram que queriam modernizar suas operações porque essa coisa da Timbragem é, como era gerenciada, era inconcebível para eles continuarem operando e haviam explorado a possibilidade de incorporar alguma alternativa à Timbragem. E por aí escutaram, em algum lugar, da possibilidade de ser a fatura eletrônica essa alternativa. E contataram o Sr. Chevèrre, e ele começa com esse impulso. E o primeiro que fizeram foi uma reunião em que haviam, aproximadamente, representantes de dez ou doze empresas...

N: Isto foi em 2001, 2002...

E2: Claro, sim, estamos falando de começo de 2001. E chama este grupo de empresas e se decide que o projeto será liderado pela Informática, e aí eu participo com Fernando Raza, que era meu chefe desde então como a pessoa encarregada de armar esse projeto no Serviço. E Chevèrre entra em contato com esse grupo de empresas, que eram aqueles que o haviam contatado, nunca tenho muito claro como se formou esse grupo de empresas, mas não foi uma

coisa de postular, selecionar, nada, eram as empresas com as quais havia conversado. De fato, me lembro que nessa primeira reunião estava Coca-Cola, porquê eu não sei, a Chevèrre lhe ocorreu, e não sei quê, e Coca-Cola o melhor que disse foi “Não temos que estar aqui. Nós praticamente nos faturamos, têm que estar aqui os nossos engarrafadores”. E daí eu entrei em contato com a Engarrafadora Arandina porque pensei: quem engarrafa Coca-Cola? E aqui em Chile, Santiago, quem engarrafa a Coca-Cola é a Engarrafadora Arandina, mas em todo o país a garrafa é de outras empresas. E pelo conhecido, contatamos a Engarrafadora Arandina. Posteriormente não tivemos nenhuma crítica de porquê convidaram essa empresa e não essa outra...

N: E foram quantas empresas?

E1: Nesse instante foram contatadas 10 a 12 empresas para se trabalhar. E aí se colocou a possibilidade delas trabalharem conosco durante um tempo, indefinido o modelo. O modelo como se queria trabalhar era indefinido. E começamos com 10, 12 empresas, na tarefa de definir o modelo. Aí, se definiu que eu lideraria o projeto e que participaria comigo uma pessoa da Fiscalização, sendo designada uma assessora da seção de Fiscalização. Todavia trabalha aqui em Informática, Fiscalização. Sua participação foi recolher das diferentes (palavra não compreendida em 00:15:41) de fiscalização, os interesses futuros que podiam haver no que diz respeito ao tema da fiscalização dos documentos e ela também definiu os formatos. O formato enquanto que campos se requeriam para o documento. Agora, bom, trabalhamos com essas empresas, durante um ano praticamente, definindo o modelo. E aí trabalhamos em um esquema de reuniões quinzenais, em que nós apresentávamos como víamos como devia que ser a coisa, e essas empresas analisavam, dizendo, “ah, não, assim não serve”. A ideia era fazer algo que desde o começo servisse para as empresas. Então, “isso sim parece bom, isso não”, e assim fomos adaptando o modelo. Muitas coisas que se pensaram inicialmente de uma forma e que foram modificando-se nesse trabalho de análise junto com as empresas.

N: E isso, como as empresas...

E1: Agora, que ninguém metia um dedo no desenvolvimento, em nada, era só... Vinha o contador geral, o encarregado da faturação da empresa, às vezes alguém da informática, e trabalhamos nesse esquema. Bom, aí eu contratei Willivaldo e mais uma pessoa, e durante... nós elaboramos (trecho não compreendido entre 00:17:19 a 00:17:22), apresentávamos para a empresa, dávamos uma volta, muita conversa, muita conversa e depois se “plasmava” um documento. Da parte do Serviço, nessas reuniões participavam... Chéverre deu o impulso inicial e depois nos deixou trabalhando, mas checávamos com ele o modelo em

nossas reuniões internas. Nas reuniões com as empresas participavam o subdiretor de Informática, Fernando Barraza, o subdiretor de Fiscalização, que era Benjamin Chisto nessa época, e Carmem, que era a pessoa que trabalhava comigo na Fiscalização, eu e depois Willivaldo quando o contratei. Esse era o nosso grupo de trabalho.

N: E essa experiência de trabalhar com as empresas é algo que foi uma coisa nova com a fatura electrónica ou já se fazia isto com qualquer projeto que vocês tinham? O Serviço de Impostos Internos sempre chamava as empresas...?

E2: Não dessa forma. Eu diria que não dessa forma. Acredito que nisso foi como o impulso inicial. De fato, não era novo isso de se juntar com as empresas, trabalhar algo, mas sempre como uma forma mais isolada, não? De repente, trabalhávamos com uma empresa algo específico, mas que juntássemos um grupo de empresa e...

E1: Exceto o último, que...

E2: Claro, mas tampouco se sentam todos na mesma mesa! Acredito que foi o primeiro e tampouco fizemos outra coisa como essa, em que chamemos um grupo de empresas, nos sentemos com eles todos na mesma mesa para discutir como o Serviço faria algo.

N: Mas isto foi algo planejado, planificado (E2 interrompe falando de Chevèrre, mas logo se cala)... ou algo que aconteceu diante de uma demanda das empresas, já que as empresas estavam envolvidas nisso...?

E2: Sim, sim, agora como trabalhamos acredito que foi como uma (palavra não compreendida em 00: 19:19), dissemos, o mais prático é ter essas reuniões periódicas com todas as empresas ao mesmo tempo! Que é algo que originalmente não acontece. Mas agora, olhando assim em retrospectiva, muitíssimos anos depois, sempre digo que deveríamos ter estudado mais as empresas que participaram inicialmente desse estudo. Porque, por exemplo, não estava Codelco, não havia nenhuma mineradora, sendo Chile um país absolutamente minerador, onde há muitas coisas de nossos documentos que vimos só depois. Depois incorporamos muitas coisas...

N: Porque não tinha no projeto piloto esse grupo de empresas...?

E2: Mas não estávamos nem sequer estávamos na etapa piloto, estávamos na etapa de elaboração do modelo. Entretanto, depois no piloto também não estava esse grupo. Mas este modelo consensual que fizemos com as empresas, nós o fizemos com um grupo de empresas. E quando terminamos e dissemos “assim que queremos fazer!”, dissemos às empresas que era a hora de pôr a mão na massa e desenvolver o software. E aí muitos deles não estavam disponíveis naquele momento, claro, porque estavam incorporando SAT, essa é a desculpa mais usada...

E1: E continua sendo.

E2: Sim, sim, continua... porque estavam incorporando SAT, porque tinham outras prioridades, porque muito bom isso de ter vindo conversar com vocês, nos juntar esses dias para elaborar o modelo, mas na hora em que é preciso trabalhar e investir dinheiro, dizem, não, não, não temos essa possibilidade. Muitas das empresas ficaram, mas havia algumas importantes que não participaram. É como, bom (trecho não compreendido entre 00:21:03 a 00:21:06), participaram da elaboração do modelo, mas na hora que teve que começar a trabalhar, eles tinham outras prioridades e deixaram para mais à frente. Nestlé também, me lembro, uma empresa importante que participou ativamente na elaboração do modelo, também não quis ficar quando havia que começar a trabalhar. Uma empresa, digamos, a Universidad de Chile foi importante na elaboração do modelo.

N: A universidade?

E2: Sim, a Universidad de Chile. A Universidad de Chile participou com uma área que eles têm, que é a área encarregada da Venda de...

E1: Dos sites.

E2: Dos sites, dos nomes de domínios web. E a Universidad de Chile faz isso, que é uma coisa muito arbitrária, não está claro porque a Universidad de Chile é a proprietária porque...

E1: É uma estatal...

N: É uma estatal, a Universidad de Chile é uma estatal?

E1: Sim.

E2: Sim, mas igualmente tem alguma autonomia, não é um órgão público, é uma... Claro, então eles foram importantes porque estavam interessados em ter a fatura electrónica, porque toda sua operação, todo o seu negócio era eletrônico. Negociavam, vendiam nomes de sites da internet e tudo se fazia pela internet e depois tinham que faturar. Então para eles era muito inconveniente essa parte, e eles estavam muito interessados e dispostos a colocar recursos.

E1: Que recursos? Colocar mais cabeças!

N: Mais pessoas...

E2: Sim, sim, claro, então aí participou conosco um estudante formando da Universidad de Chile, se chama Tomás Barro, que posteriormente usou o tema da fatura eletrônica em seu trabalho de conclusão de curso também. E Tomás nos ajudou a definir todo o tema criptográfico, a questão da segurança. Então trabalhamos apenas com esse aluno formando e com as pessoas que o supervisionavam. Tomás trabalhava no laboratório de criptografia na Universidade do Chile. Então Tomás participava tangencialmente de nossas reuniões, e ficava encarregado do tema criptográfico. Então, uma das alternativas que elaboramos para a

segurança e tudo, Tomás foi importante, e era um aluno formando como...(interrupção) (FIM DA GRAVAÇÃO)

Arquivo WS400006.WMA

Tempo: 00:00 – 00:02:38

Entrevistado 1 (E1) (Marcela)

N (Newton)

N: Entrevista Marcela Lacoste, tarde do dia 02 de agosto. Você me contava da etapa de...

E1: Formulação do modelo.

N: ...formulação do modelo, as empresas que participaram, e que nem todas as empresas continuaram para a implantação da fatura, ou para desenvolver a fatura....

E1: Claro. Aí, algumas estavam dispostas, e procuramos outras para ter aproximadamente dez empresas. Então se incorporaram algumas empresas que não haviam participado na formulação do modelo, dissemos a eles, “olhe no que trabalhamos, é isso, querem participar?”. E assim chegaram algumas empresas diferentes das que estavam antes. Mas acredito que em torno de cinco se mantiveram, das que formularam o modelo e continuaram em frente, cinco devem ter sido, no mínimo.

N: O desenvolvimento do projeto foi em 2002?

E1: Sim, porque durante todo o ano de 2001 estivemos formulando o modelo, formulamos o modelo, e aí, como te falei, houve coisas que adaptamos. Nesse momento, me lembro que, por exemplo, havíamos pensado que o timbre da fatura, o código de barras, se gerasse essa assinatura também com o certificado digital do...contribuinte, de seu empregado, de seu vendedor, de quem fosse, que tivesse esse certificado digital. Mas as empresas, não, isso os complicou, sobre esse tema eles preferiam deixar a assinatura da fatura com seu certificado, mas tinham reservas quanto à geração do timbre. Então incorporamos o seguinte: de que junto com o código (palavra não compreendida em 00:01:55) de folha, lhe entregávamos um par de chaves público-privado. Para que com essas chaves se gerasse o timbre físico. E começamos, acredito, no começo de 2002 com as empresas que havíamos escolhido.

N: E havia uma planificação do tempo que tinham para fazer isso, havia um prazo para fazer a implantação?

E1: Não, não, nós mesmos estabelecemos um prazo. Ambicionávamos começar em 2003. Perdão... (Marcela atende uma ligação, FIM DA GRAVAÇÃO)

Arquivo WS400007.WMA

Tempo: 00:00 – 01:55:48

Entrevistado 1 (E1) (Marcela)

N (Newton)

E1: Quando começamos as reuniões já para levar a cabo o projeto, tivemos uma troca de diretor. O diretor anterior é Chevèrre, que foi sob sua direção que se conseguiu o modelo. Interagimos com ele, não sei, não me lembro, uma vez por mês, contando a ele como iam as coisas. E ele colocou alguns “mas”, por exemplo, em relação a alguns temas. Ele, de repente, pensava se, por acaso, o contribuinte pudesse ter um software inviolável para fazer a fatura. Que nós lhe provêssemos um software, mas um software inviolável. E é uma fantasia um software inviolável...

N: Se fosse uma impressora fiscal, algo que fosse, existe mais seguro...

E1: Claro, claro, mas aí dissemos a ele que um software inviolável é uma fantasia! Uma fantasia. E estávamos nessas conversas quando ocorreu a mudança de diretor. E assumiu Juan Toro como diretor, que era uma pessoa que havia sido antes subdiretor de Fiscalização aqui e que havia trabalhado no exterior. Então, esse diretor assumiu, e ele se empoderou completamente do projeto, felizmente. Ele viu as potencialidades que o projeto tinha, se interessou muitíssimo e com ele, no fundo, terminamos de sancionar o modelo. De fato, tivemos com ele a última conversa sobre isso de que um software inviolável não é factível. Examinamos as alternativas, as possibilidades de fraude que podiam aparecer, e nos colocou como meta que a fatura electrónica não fosse mais insegura que o habitual. Não se pretendia que fosse muito mais segura que o sistema de papéis com timbre de cunho que havia, mas sim que por motivo algum fosse mais insegura. Então trabalhamos com esse norte, de que esperávamos que fosse mais segura que a fatura de papel. E isso, não sob o aspecto de um software inviolável, entendíamos que não íamos evitar coisas como a “ventanera”, por exemplo, coisas que podiam continuar sendo feitas, mas com menos probabilidade. Por exemplo, no esquema anterior, os caminhoneiros viajavam com um conhecimento de transporte, essa, como vocês chamam isso? Como vocês chamam o documento que acompanha a mercadoria?

N: A nota fiscal.

E1: Não...Quer dizer, sim, mas vocês têm no...

N: Um conhecimento de transporte.

E1: Isso, isso. Então os caminhoneiros viajavam com uma conhecimento de transporte em branco. Timbrava no serviço, a empresa, mas tudo estava em branco. Assim que quando viam que um fiscal ia fiscalizá-los, a preenchiam. Então, podiam viajar semanas com o mesmo papel, levando uma carga similar. Então, se viam que iam fiscalizá-la era quando preenchiam a guia. E com isso, no fundo, a “venta aneira” em um porcentagem alto. Aqui, com a fatura electrónica, não íamos evitar completamente isso, mas diminuía a possibilidade de isso acontecer porque pelo menos tinham que andar com um papel que tivesse a data do mesmo dia. Claro, se viajasse duas vezes com a mesma mercadoria no mesmo dia, podia nos enganar. “Pulsar” o mesmo documento duas vezes.

N: Mas não todo o mês.

E1: Claro! Não era tão aberto como...E assim haviam vários detalhes que tornavam a fatura electrónica mais segura que a fatura de papel.

N: E o projeto do Chile se inspirou em algum outro projeto de outro país? De onde surgiu a ideia?

E1: Não, fazia anos que se estava explorando como evitar a timbragem nas unidades. Acredito que somos o único país no mundo que ainda timbrávamos nas unidades com o timbre de cunho. Todos tinham esse serviço delegado às gráficas, o controle dos papéis é feito por elas.

N: E nos antecedentes da fatura electrónica...a assinatura digital já tinha uma lei ou algo?

E1: Não, a lei não havia saído.

N: Então a assinatura digital começou com a fatura electrónica?

E1: Sim. A lei não existia ainda, e estava em estudo no Ministério, em estudo pelo Governo, fizemos uma resolução. A resolução 09 de 2002, acredito que você pode vê-la em nossa página e toda a normativa. E a resolução 09 de 2002 permitia que o Serviço certificasse a Entidades Credenciadoras de Identidade. Para certificados com fins (palavra não compreendida em 00: 05:48). Isso possibilitou que a fatura saísse antes do que a assinatura digital, antes da lei da firma digital, que saiu no ano seguinte, 2003.

N: E na estrutura de certificação de assinatura digital que vocês possuem existe uma entidade que certifica as outras entidades? Como é a estrutura?

E1: Quando saiu a lei de assinatura digital, foi utilizado o regulamento que nós criamos e o Ministério da Economia se inspirou nele. Então agora é permitido certificar entidades, é possível credenciar, por exemplo, uma empresa que tenha passado pela certificação do Ministério da Economia. Mas já tínhamos cinco empresas credenciadas pelo Serviço quando saiu a lei da assinatura digital. E na verdade, são as únicas que existem porque os certificados digitais não se constituíram como um grande negócio.

N: Aqui no Chile não...

E1: Não, porque para a única coisa para qual se utilizam os certificados digitais praticamente é para a faturação electrónica. Se te interessa, você pode se reunir com uma das empresas credenciadoras de identidade...

N: Sim, me interessa, durante a semana...

E1: Além do mais, dois deles fazem software de fatura electrónica. Que são concorrentes de Paperless.

N: Como um serviço?

E1: Sim. São: a Câmara de Comércio de Santiago, que tem um software, que tem desde o início, é uma das empresas que participou do piloto, e a “Septa.com” também tem. E então a assinatura digital é dada como parte...

N: Como parte do sistema de faturação.

E1: Claro.

N: E a tecnologia XML do Webservice, já existia em outros projetos ou também foi desenvolvido para a fatura electrónica?

E1: Não...

N: Como se decidiu utilizar essa tecnologia?

E1: Foram decisões diferentes. No momento de decidir o formato, na realidade, assim hoje parece que o XML era a saída. E pesquisando hoje (trecho não compreendido entre 00:08:30 a 00:08:39). Então, optamos por esquemas recém-saídos no mercado, esquemas XML, que permitiam validar mais entre os documentos e a entrada. Aqui já existia o desenvolvimento de um Webservice de autenticação, acredito que já estava pronto quando começamos com a fatura electrónica, o que não me recordo é para quê poderia estar sendo usado antes. Se existia, era para a autenticação com certificado digital para o Serviço. Nesse mesmo ano, 2002, se inaugurou a autenticação com certificado digital, mas para coisas como acessar suas próprias informações ou ver suas informações para declaração de renda. Assim que tivemos a aprovação da resolução 09 do Serviço, aí começou-se a aceitar certificados digitais. E nesse mesmo ano, as empresas foram credenciadas, e quando começamos, essas empresas já estavam certificadas pelo Serviço para a venda de certificados digitais, que se podia autenticar no Serviço esses certificados. Tínhamos tecnologia de Webservice, que não me lembro pra quê era usado naquele momento, porque há Webservice com outros órgãos, há desenvolvimento de Webservice...

N: Mas vocês tinham pessoas, a equipe de fatura electrónica, que conheciam isso ou...?

E1: Não, não...

N: A influência era que tinham a tecnologia no Serviço de Impostos Internos e por isso a trouxeram para a fatura electrónica ou não...?

E1: Sim...

N: Ou, coisas que estavam ocorrendo em paralelo e que não afetaram uma à outra...?

E1: Não, foi uma coisa natural. Foi como “Escuta, necessitamos um serviço automático para isso, ok, vamos fazê-lo com WebService, autenticação automática WebService com certificado digital”. E atualmente para todos os nossos WebServices exigimos a autenticação com certificado digital.

N: E por que a decisão de enviar o resultado do processamento das faturas por e-mail e não por WebService?

E1: Ah, sim, essa foi uma decisão... porque a ideia é validar indeferido. Nos demos conta que era muito exigente validar on line, pode ser feito bem com arquivos grandes e não era factível ficarmos aqui validando e responder on line. Claro, podíamos ter tentado, mas seria muito lento. De fato, estão fazendo outra coisa que estão (palavra não compreendida em 00:11:38) com esse problema. O uso de arquivos muito grandes e validar on line não eram factíveis, então é mais fácil validar indeferido. Ou seja, nós recebemos o arquivo, damos um ticket, um comprovante de atendimento e depois ficamos com esse arquivo e o validamos no nosso ritmo.

N: Mas por que a empresa não pode usar um WebService para verificar o retorno, os results?

E1: Decidimos mandar os resultados por e-mail devido ao volume. A ideia era que o WebService fosse usado somente para coisas transacionais pequenas. Do mesmo modo, o arquivo em si não se recebe por WebService, se recebe com uma (palavra não compreendida entre 00:12:27 e 00:12:28), é uma (idem). A autenticação é automática, mas depois há a (idem), um serviço automático que fornece a (idem). Enfim, assim foi definido por causa do volume e continua sendo assim, então o WebService para coisas mais pequenas, troca de mensagens pequenas.

N: Foi necessário aprovar a normativa da fatura electrónica antes de começar o projeto?

E1: Claro, claro. O que ocorreu foi que a pessoa que trabalhava comigo, da Fiscalização, como eu te disse, ela ia redigindo a norma à medida que fazíamos o desenvolvimento técnico, dos documentos, do projeto, durante o ano de 2002. Foram nove meses e me lembro porque foi como o equivalente a uma gestação (risos). Então o projeto foi “parido” no dia 1º ... outro dia encontrei o convite, e todavia a “Moneda”, porque se inaugurou a fatura com a “Moneda” do presidente. Começamos a produção em 1º de maio, e outro dia estava organizando uns

papéis e encontrei o convite com a data de 23 de abril de 2003 e levamos nove meses com esse projeto. Então, foi durante cinco, seis meses de 2002 e os primeiros meses de 2003.

N: A normativa e o sistema foram feitos...

E1: Fizemos em paralelo.

N: Não surgiu a normativa antes?

E1: Não, mais ou menos, o que fizemos para que saísse como um piloto para as empresas com quem desenvolvemos o projeto foi fazer uma resolução especial a cada uma dessas empresas.

N: Um regimento.

E1: Claro, um regimento para cada uma delas. Efetivamente, se você lê a história no site, estão todas essas resoluções. Foi feita uma resolução que autorizava, por exemplo, a Engarrafadora Arandina a operar dessa maneira e dizia que quando houvesse uma normativa geral, a empresa (trecho não compreendido entre 00:14:42 e 00:14:44). Depois fizemos o mesmo para cada uma das empresas. Para a Telefonica, a Intel, Agrosur, para todas as primeiras empresas que participaram foi feita uma resolução especial. O que lhes permitia operar enquanto redigíamos a norma geral. Então essa resolução já tinha todo o modelo de operação incorporada, no entanto isso não permitia fazer mudanças na norma geral, e eles tinham que (palavra não compreendida entre 00:15:17 e 00:15:18) à norma geral assim que ela saiu. E essa norma geral foi editada em setembro de 2003, depois de operarmos durante seis meses, entre 1º de maio e setembro, com cada uma das empresas. Agora, outra instância que tivemos nesse período foi a relação com os provedores de fatura. Porque obviamente essas empresas não iam desenvolver o sistema, exceto a Universidad de Chile, nenhuma delas estava disposta a fazer isso usando seus próprios recursos. E a maioria contratou um provedor de tecnologia para desenvolver o sistema. E detectamos como uma necessidade nos reunir como uma instância à parte com os provedores de tecnologia. O que fizemos foi uma mesa ampliada em que estivessem as empresas e os provedores.

N: Havia duas reuniões, uma com as empresas e outra com os provedores?

E1: Sim, com as empresas eram reuniões semanais e à medida que os provedores desenvolviam o software, íamos também editando o formato detalhado do documento, junto com as empresas que iam participar do piloto. E de ali saíram “justas” de todo o tipo. Incorporamos os campos que lhes interessavam, nós fizemos uma “justa” também, desenvolvendo o software, o formato e as empresas desenvolvendo seus softwares de emissão e nós o de recebimento. E aí também se aplica aquilo que eu te contava de manhã, de que faltaram algumas empresas, por exemplo, as mineradoras, as de energia, e empresas que seria muito bom se estivessem conosco nesse momento.

N: Para ter todos os campos...

E1: Para ter o espectro completo.

N: ...das empresas que há aqui no Chile

E1: Sim, sim. Isso também faltou. Agora com os provedores nos reuníamos uma vez por mês.

N: E como foi feita a seleção dos provedores?

E1: A seleção foi feita pelas empresas, de acordo com seu interesse.

N: Os provedores que as empresas entraram em contato?

E1: Exato.

N: Você me disse que sua equipe era de quatro pessoas...

E1: Nesse momento sim, éramos três, quatro pessoas, mas...

N: Com dedicação exclusiva ao projeto?

E1: Sim, mas ocupávamos recursos das áreas de Desenvolvimento daqui. Depois crescemos como Desenvolvimento, mas nesse momento usávamos recursos de programação de uma área que se chamava “Desenvolvimento Internet”. Também ocupávamos recursos da área de Timbragem, e também de “Desenvolvimento Software”. E também tínhamos um provedor externo.

N: E a pessoa de Fiscalização também tinha dedicação exclusiva ao projeto?

E1: Sim.

N: Todos full-time nesse projeto? Você não tinha outros projetos?

E1: Não, eu não tinha. Quatro eram full-time. Eu, Willivaldo, que contratei, entrou uma outra pessoa para trabalhar comigo que ainda está aqui, Juan Callebilla, mas ele esteve um longo período doente, uma doença grave e não pôde trabalhar muito; Carmen, que trabalhava na Fiscalização, todos éramos full-time na fatura. Como te disse, ocupávamos recursos de Internet e pessoal de Timbragem. No final, também quatro ou cinco pessoas da Programação que trabalharam conosco no projeto. E eles não eram full-time.

N: Havia uma planificação de todas as etapas do projeto ou isso foi construído ao longo do caminho...?

E1: Foi construído ao longo do caminho, conforme íamos nos dando conta de ia ser necessário. Acredito que do ponto de partida não tínhamos a visibilidade de todas as etapas que iam ser necessárias. Uma coisa super importante, nessas reuniões em que trabalhamos com as empresas, cada parte desenvolvendo o modelo detalhado e o formato, era que tínhamos uma reunião mensal do diretor com os gerentes das empresas.

N: Vocês então tinham uma reunião com o alto escalão das empresas com...?

E1: Uma reunião gerencial.

N: Uma reunião gerencial.

E1: Sim, porque nessa reunião participava o diretor, o subdiretor de Fiscalização Benjamin “Cheets”, Barraza, que era subdiretor de Informática e a equipe de trabalho. E, da parte das empresas, vinham aqueles que estavam aqui toda semana, e além deles, os gerentes. Então, era muito bom na verdade, nós seres humanos somos assim, lamentavelmente, porque quando havia reunião de diretores é que apareciam todos os compromissos (trecho não compreendido entre 00:21:13 a 00:21:26). Efetivamente, por exemplo, CencoSud participava do grupo, mas não estavam trabalhando, então o diretor que lhes chamou a atenção, dizendo: “Escuta, vocês vão trabalhar?” “Ah, que isso não vai sair, que temos outras prioridades”. Tá, então seguimos em frente.

N: Foi importante o apoio da administração...

E1: Sim.

N: ...para o sucesso do projeto?

E1: Sim.

N: Nesse momento o projeto tinha uma visibilidade fora do Serviço de Impostos Internos, do governo? Ou era algo que se limitava ao Serviço de Impostos Internos?

E1: Não, o que fizemos foi nos reportar, em determinado momento, ao Ministério da Fazenda sobre o que estávamos fazendo, mas ainda não... Quando se viu que estava “arribando puertos”, e que íamos começar um plano piloto com essas empresas, aí o projeto ganhou relevância e se conseguiu a participação do governo, no fundo, pelo menos para fazer um lançamento.

N: Um lançamento que foi feito pelo presidente?

E1: Sim. O lançamento foi com o presidente Lagos e foi na Moneda e estavam presentes os gerentes das nove empresas que participaram. E foi algo inédito, porque foi o primeiro caso de cooperação das empresas ao... Todo este período que trabalhamos, a ideia era agregar mais empresas à fatura electrónica, gerar a plataforma para que as empresas pudessem se incluir, gerar seus documentos de forma eletrônica, mas não se abordou o tema da fiscalização. Sempre se veria isso algum dia, mais pra frente, vamos fiscalizar.

N: O ponto de partida era a preocupação de reduzir os custos para as empresas?

E1: Sim, sim. Exatamente. E quando levamos algum tempo trabalhando, já nos demos conta que o projeto apontava para muito mais que a diminuição dos custos com a Timbragem, de Armazenamento, que são os custos óbvios, e que havia todo um benefício de um gerenciamento computacional que as empresas podiam fazer de seus documentos, de seus provedores e de seus clientes. Começamos a ver que isso era muito mais do que economizar

na Timbragem, que havia um tema importante de como se ia gerir a empresa, no fundo, se se podia fazer uma faturação eletrônica. E fomos somando... Agora, quando eu falo da visualização dos documentos para fiscalização, dizíamos: algum dia vamos... Efetivamente, quando se discutiu: “vamos receber o documento completo ou não? Vamos receber um resumo no fim do mês e só? Ou não vamos receber resumo nenhum?” Aí foi quando se optou por receber o documento completo, sem considerar que, todavia, não íamos ser capazes de vê-los em detalhes. De fato, esse ano há um projeto que já está analisando os documentos, os livros de compra e venda, para fiscalizá-los. Seis anos que já se passaram e agora é que vamos verificar internamente.

N: Mas esse é o caminho natural. No Brasil acontece o mesmo. Primeiro se pensou em ter a informação e depois o uso de...(inaudível 00:25:23)

E1: Isso permite somar clientes, no fundo, somar contribuintes. No entanto, sim, eu acredito que na melhor das hipóteses, não é necessário expor o propósito, mas há que ter isso pensado. Não é que nós não pensamos...

N: Tanto que havia uma pessoa da fiscalização...

E1: Sim, ela influenciou em todo o formato do documento e como queríamos que ele fosse. Mas, eu penso que talvez tínhamos que tê-la mais presente, que tivéssemos um pouco mais desenhado..

N: E a fiscalização não tinha nenhuma preocupação com os fiscais? Com os auditores? Que a fatura electrónica pudesse mudar seu trabalho, ou lhes trouxesse problemas...?

E1: Não, não. Também não se perguntou muito a eles. O pessoal que fazia a Timbragem, do escritório que fazia a timbragem manual, eles sim se preocuparam, assim como as gráficas. Houve manifestações como a dos impressores, que reclamavam que ia ter a fatura electrónica e as gráficas...Agora as gráficas, a maioria, se ocupou de incorporar os processos eletrônicos e automáticos do processo. De fato, dois dos provedores eram impressores, dois dos maiores, que se preocuparam em ter um sistema de faturação eletrônica.

N: No começo do projeto vocês tinham algumas diretrizes? Por exemplo: o projeto tem que fazer isso ou aquilo...Vocês tinham o que queriam com a fatura electrónica ou isso também foi construído ao longo do projeto? Como você me disse: não pode ser mais insegura...

E1: Mais insegura que...claro.

N: Vocês tinham essa. Havia mais alguma?

E1: A substituição da Timbragem física da unidade. Que fosse feita pela internet, não com uma rede privada, mas que fosse por internet aberta. Foi isso, o resto foram decisões que se foram tomando como não (trecho não compreendido entre 00:27:53 e 00:28:02), que íamos

fazer certificados digitais que já conhecíamos. Havia algumas coisas que se discutiram no começo, como inclusive se existiriam os certificados digitais de empresas. E foi uma coisa que se discutiu e por fim se optou que não, que os certificados digitais seriam de pessoas, pessoas empoderadas pelas empresas. Mas não foi colocado como diretriz, era tudo bem amplo quando começamos a trabalhar.

N: Vocês tiveram algum tipo de planejamento de comunicação com as empresas, ou com a sociedade, sobre a fatura electronica, foi feito algum logotipo?

E1: Na verdade, nisso cooperaram muito as empresas que começaram. Foi feito esse evento comunicacional e nesse momento, o ponto de partida do piloto foi o evento com o presidente, começando a operar essas empresas que eram as únicas autorizadas para isso. E enquanto isso, durante seis meses, operamos apenas com seis empresas, aí nós terminamos de construir o software de certificação, para ver como iam operar o restante das empresas. E então foi feita uma divulgação: “trípticos”, telejornais, mas não se investiu muito. Não vem muito dinheiro do Fisco pra cá (risos) para investir em comunicação. Então, as empresas que cooperaram nisso, porque eles precisavam, porque em 1º de maio de 2003, um senhor que comprasse bebidas ou não sei quê, frango, não ia mais receber o papel tradicional que costumavam receber. Então eles tiveram que fazer uma campanha de divulgação forte para deixar seus clientes tranquilos quanto à validade da fatura electronica. Além de mostrar suas resoluções de autorização para operar, fizeram toda uma campanha explicativa dizendo que a fatura electronica era tão válida quanto a fatura tradicional. E se apoiaram para que a fatura fosse aceita, no começo era: “Não me tragam isso, me deem o papelzinho que estou acostumado, que é legal e que é conhecido”.

N: E a comunicação interna, com os fiscais?

E1: A Fiscalização se encarregou disso.

N: Houve treinamento...?

E1: Sim. Foram realizados cursos, efetivamente houve curso de monitores para os fiscalizadores que entravam no Serviço. Foi feita toda uma discussão. A página web também é uma ferramenta importante de divulgação. Foi bom que as empresas se incorporaram desde o princípio, como a Engarrafadora Arandina, AgroSur, mas principalmente a Engarrafadora Arandina... Ah, obviamente que é necessário ter cuidado em como filtram as coisas que estou dizendo, estou aqui falando livremente, e depois pode parecer que eu só menciono a mesma empresa, e não a outra. Tem que ser cuidadoso. Suponho que você vai filtrar tudo e...

N: Sim, sim.

E1: E por que é importante essa empresa? Se assim se pode dizer livremente, que qualquer negócio, por mais pequeno que seja o país, vende Coca-Cola.

N: Então, se recebem ao menos uma fatura electronica, já se faz conhecida...

E1: Claro, claro. Então, depois facilita quando se massifica o sistema e se apresenta a possibilidade de que qualquer empresa se inclua. Quando se deparam com um pequeno negócio e vêem a fatura, dizem: “Ah, é a mesma da Engarrafadora Arandina”. Porque já a conhecia. Essa é a parte mais dura, de ir até o cliente, explicar que é válido, e eles já prepararam o terreno para outras empresas. E empresas grandes, importantes, como a Nestlé por exemplo. “Ah, sim, claro, a fatura igual como a da Arandina”. Eles já reconhecem a figura diferente.

N: Você identificou muitos benefícios da fatura electronica para as empresas, para o Serviço de Impostos Internos, e para os contadores, para a sociedade. O quê que você percebeu desses benefícios que realmente se confirmaram?

E1: Isso foi importante em 2003, creio que a Câmara de Comércio de Santiago realizou um estudo sobre a faturação eletrônica.

N: E agora vocês têm outro estudo...

E1: Sim, mas esse inicial foi importante porque levantou os custos da faturação. Efetivamente, se confirmou que a fatura electronica custava um terço da fatura em papel, ou seja, existe um benefício tangível e real, creio que isso confirma sem sombra de dúvida que a maioria em pouco tempo recupera o investimento feito, imagino que vocês tenham visto isso também.

N: Sim.

E1: Mas há também um benefício intangível, que a modernização da empresa, aprender a utilizar uma tecnologia que se não fosse pela fatura, nunca a teriam usado, como a assinatura digital, o código de barras, que muitas empresas incorporaram para coisas internas. Eu sei que no Brasil não se incorporou o código de barras...

N: No Brasil o código de barras é unidimensional, não conseguimos desenvolver com bidimensional.

E1: Sim, parece que os testes que fizeram não tiveram... Não sei, aqui se saiu muito bem, tanto que muitas empresas o incorporaram em seu processamento para outras coisas. No processo de faturação, também dentro do processo logístico, incorporaram também o código de barras bidimensional, o “PF4-17”. A experiência é que as empresas cresciam tecnologicamente devido a fatura electronica. Além disso, a esta altura, há uma sensação de

empresa moderna, que também lhes interessava desfrutar desse conceito. E a possibilidade futura do gerenciamento computacional de seus provedores, de seus clientes...

N: Desenvolveu-se uma integração eletrônica entre as cadeias com a fatura electronica ou se esperava mais?

E1: Do holding das cadeias?

N: Das cadeias entres os provedores.

E1: Sim, obviamente que lhes facilita muito a vida. Entre os provedores que não são clientes de Paperless, CencoSud é uma empresa grande que tem grande retail sobre o mercado mais abastecido, mais variado, que atende mais às classes altas e média-altas. É um supermercado, a CencoSud, que se chama Jumbo. Que existe na Argentina também, mas não sei se como Jumbo. É um supermercado bem grande, muito bem abastecido, muito bom, que existe aqui e são clientes de Paperless. Almacenes Paris também são clientes de Paperless. Você pode até visitá-los, é aqui do lado. Você está hospedado no centro?

N: Sim, sim, na Alameda.

E1: Ah, então, está a uma quadra daqui. No cruzamento da Augustina com Bandera, há uma filial de Paris.

N: É, eu passei em frente.

E1: (Faz comentários sobre uma filial que fechou) Paris também é cliente de Paperless e Paris se incluiu nesse tema, mas estava muito interessada no cupom fiscal. O cupom fiscal é o que chamamos o comprovante que é dado ao consumidor final. CencoSud, com seu supermercado Jumbo, não entrou desde o começo, mas fez bom uso da fatura e da cupom fiscal.

N: Para a cadeia...

E1: Sim. Mas, tem um supermercado muito grande que tem muitas filiais, CencoSud não tem tantas, o que tem a CencoSud, quer dizer, Jumbo, tem muitos provedores, tem muita variedade para oferecer e é um supermercado excelente. No entanto, os supermercados líderes funcionam com distintos (palavra não compreendida 00:38:14 a 00:38:15), cada filial, e há muitíssimas filiais, utiliza um (idem ao anterior) diferente. Então, eles aproveitam a fatura de uma maneira diferente. São muitas empresas, mas que no fundo é uma só, o mesmo holding. Então eles sim podem se beneficiar dessa comunicação eletrônica na sua cadeia. É uma cadeia muito grande.

N: A eles interessava que seus provedores tivessem fatura electronica?

E1: Isso mesmo. Quando começamos, bem cedo, Falabella foi uma das empresas que começou conosco, mas depois eles decidiram participar como Home Center. Home Center é uma empresa grande de venda de artigos para o lar. Eles também estiveram desde o começo,

desde a formulação do modelo até o piloto. Mas eles começaram não com a venda em caixa, e sim com a venda massiva, entre grandes empresas, mas até o momento estão com todas as suas filiais...

N: E houve algum benefício para os contadores ou apenas pela questão dos livros digitais?

E1: Sim, acho que é melhor agora que os livros contábeis são digitais. E para os contadores menores, facilita a faturação para as micros, pequenas e médias empresas. Apesar que os contadores têm sido um pouco reticentes.

N: Na equipe do projeto, não havia nenhum contador?

E1: Não, contadores não, mas a Fiscalização se relacionava com um conselho de contadores especificamente. Mas o conselho de contadores é apenas uma parte dos contadores, mas sim, tem relação com o pessoal da Fiscalização. Havia uma pessoa que participava no piloto que era uma de empresa, à parte do conselho de contadores, então por aí começou a relação. Mas os contadores das empresas não necessariamente faziam parte do conselho de contadores. Os contadores começam a atuar mais quando lançamos em 2005 o portal PYMES. Posteriormente também, quando lançamos uma normativa especial de tributação simplificada para as empresas pequenas. Na tributação simplificada, as empresas não necessitavam apresentar a contabilidade completa, apenas o livro de compra e venda e outras receitas não tributáveis. Mas não necessitavam apresentar o diário maior, o balancete, que são, na verdade, os livros contábeis que se vê nas empresas. Aí os contadores começam a ter mais..., bom, mais ou menos, porque ficaram com medo de perder seus clientes e não recomendavam a fatura. Mas este ano estamos terminando um projeto no qual os contadores trabalharam junto conosco, que o desenvolvimento de contabilidade completa no portal PYMES. Até agora, só as empresas que possuem essa tributação simplificada é que podem fazer uso desse portal, mas este ano teremos a possibilidade de um sistema para a contabilidade completa nesse portal.

N: Vocês fornecerão o software on line?

E1: Sim. Até o momento só tínhamos a faturação e a tributação simplificada, mas este ano estamos começando um piloto para a contabilidade completa.

N: A fatura electrónica tem contribuído para algum desenvolvimento do comércio eletrônico, o promoveu de alguma maneira?

E1: Claro, porque...

N: Você tinha citado a Universidad de Chile como exemplo...

E1: Sim, a Universidad de Chile. Ainda mais agora que se faz compras por internet, você vai conversar com o pessoal da Paris porque Paperless deve te levar até eles. Eles começaram com a venda pela internet com a fatura electronica e com o cupom fiscal eletrônico também.

N: Na sua opinião, quais foram os fatores cruciais para o sucesso do projeto de fatura electronica?

E1: O desenvolvimento junto com as empresas do modelo, da concepção. O compromisso do alto escalão do Serviço, que naquele momento contamos com o compromisso do diretor do Serviço e isso facilita ter o comprometimento dos gerentes das empresas envolvidas. Bom, tivemos sorte porque todos os diretores que assumiram, desde que se iniciou o projeto, se comprometeram com ele. Depois da direção de Juan Toro é que se inaugurou a fatura electronica; Juan Toro dirigiu o Serviço por quatro anos e em seguida assume o diretor Ricardo Escobar, e ele também se compromete com a fatura, mas a fatura já estava pronta, também está pronto o portal PYMES e se constituiu como um projeto seu a tributação simplificada dentro do portal. E a contabilidade completa, que vamos inaugurar com nosso novo diretor, mas que foi concebida no período de Escobar. Todos os diretores deram sua contribuição: Chevèrre deu o impulso inicial, Toro concretizou e tomou para si o projeto, pois na sua direção é que saiu a fatura eletrônica, o portal PYMES, o que foi importante. Em seguida chega Escobar, que dá mais ênfase ao projeto, lança a tributação simplificada no portal e o atual diretor vai impulsioná-la. Não sei se será possível obrigar a criar algum setor ou algo, mas ele já tem uma visão de que essa é uma possibilidade. Estão estabelecendo ideias tais como que existam documentos que permitam “llamar a la fatura de inicio”, mas criar uma empresa aqui no Chile é um trâmite um pouco lento, porque se tomam alguns cuidados. Que a empresa exista de verdade, é feita uma verificação da atividade em campo, uma visita fiscalizadora para ver que a empresa não é de fachada, e se pretende facilitar esses trâmites para os faturadores eletrônicos. Um projeto de que esse trâmite seja curto desde que o faturador seja eletrônico.

N: Não se vai obrigar, mas se vai oferecer um caminho mais fácil...

E1: Um caminho transitório, para os faturadores eletrônicos. Esse é um projeto do atual diretor, que deve impulsioná-lo, assim como o lançamento da contabilidade completa no portal. Foi muito bom que todos os diretores vestiram a camisa do projeto. Outro fator de sucesso...? Os provedores também trabalharam bem, não sei... Talvez pode haver alguma crítica que o sistema seja muito caro, mas por outro lado, o fato de que se pôde promover a concorrência, que os provedores tenham competido entre eles, que é diferente do que ocorreu na Argentina. Argentina entregou o software aos seus contribuintes para que eles fizessem

seus documentos, e aqui se permite, como vocês brasileiros, que se o formato se aplica... Isso permite que qualquer um se anime a construir a fatura electronica. E então, provedores pequenos que fizeram a coisa bem, se beneficiaram.

N: Os padrões da tecnologia que se usa, seria uma coisa que...são padrões abertos que se usam e que...

E1: Absolutamente, claro

N: Entrando um pouco no modelo operacional, a fatura electronica substitui que documentos fiscais? A nota de débito, de crédito, o conhecimento de transporte...

E1: Todos os documentos, a fatura de compra, a liquidação de fatura. Quando começamos, pensamos em substituir menos documentos, os documentos básicos, nota crédito, nota débito...

N: Mas vocês tinham uma fatura electronica que era para tudo ou por exemplo, um conhecimento de transporte é um tipo de fatura electronica é um pouco diferente da outra, que é uma nota de débito ou uma nota de crédito? Muda-se um campo ou são esquemas distintos?

E1: São esquemas distintos. O conhecimento de transporte é uma coisa para (trecho não compreendido 00:49:54 a 00:50:04). A fatura é compra quando a pessoa não tem a fatura, então se faz uma fatura de compra, se translada o sujeito. Isso foi no começo, a fatura importação veio depois, temos um documento diferente para esse tipo de fatura, a fatura importação, a nota de débito importação e a nota de crédito importação. Isso a partir de 2005.

N: Mas se pegamos os campos, as “tags” do XML, o “root” é o mesmo para todos? É standard?

E1: Sim, de fato você pode ver na web que o formato é um só, e do lado, estão os tipos de documentos que são colunas. Assim, existe uma área que uma (palavra não compreendida em inglês 00:51:06 a 00:51:07) e isso está marcado, todos têm esse campo. Depois, há campos mais especializados que existem para alguns tipos de documentos. É por coluna que se vão diferenciando os documentos.

N: Não foi feita uma revisão dos processos quando o modelo foi concebido? Lembro-me que você me disse que se procurou manter o que havia... Por que não se revisou os processos , qual foi a ...?

E1: Pensamos que, tanto do ponto de vista das empresas como do Serviço, que se fizéssemos uma reengenharia absoluta da fatura, levaríamos uns cinco anos. Então, a análise que foi feita, que foi uma diretriz também era “O mesmo que você faz agora em papel, o faça eletrônico”.

N: Você acha que esse foi um dos fatores do sucesso do projeto?

E1: Sim, acho que sim. Porque se tivéssemos começado do zero e dizer “repensemos a timbragem, a faturação completa, repensemos tudo de novo”, imagino que teríamos levado muito mais tempo e além disso, é mais fácil para as empresas e para os fiscalizadores. Além do mais, assim não foi preciso mudar a norma, só a lei para operar com fatura electrónica. Porque sempre dizíamos “Se você quer saber como é isso da fatura electrónica, é igual a de papel! Igual a de papel, só que em formato eletrónico”. E assim não foi necessário mudar a lei, porque a única coisa que mudou foi o suporte. E isso a lei permitia, que mudássemos o modo pelo qual se faturava. Pensamos que não iam gostar que é necessário guardar os documentos durante seis anos. E nos parecia muito, que não se justificava, que na melhor das hipóteses os contribuintes...não podiam deixar de guardá-los, essa norma não mudou. E as empresas com as quais trabalhamos pensavam o mesmo, que seis anos era muito, e que na forma eletrónica já não vamos pedir o documento, então para que exigir que guardem isso por seis anos? E reduzimos para três, mas isso não foi possível porque teria que mudar a lei e não quisemos nos dar ao trabalho de fazer isso. Na realidade, que tivessem sim um armazenamento eletrónico por três ou seis anos ia dar no mesmo. Assim, não mudamos a lei em nada, e isso também é um fator de êxito porque não sentamos para pensar o mundo de novo e ver como faríamos para mudar a lei, e talvez estaríamos até hoje discutindo isso.

N: Apenas uma explicação breve do funcionamento: vocês têm a autorização do “rango de folio”?

E1: Primeiro temos a autorização das empresas.

N: A empresa tem que se credenciar...?

E1: Sim.

N: Passa por um teste...

E1: Um processo de certificação.

N: Que seria enviar provas...?

E1: Sim.

N: Mas e quando há um provedor como Paperless, que já tem um sistema homologado, é necessário fazer a prova, se exige a mesma coisa?

E1: Sim. O que não provam é (palavra não compreendida 00:55:23 a 00:55:24) as provas, ah, mas isso mudou, mas é isso...Bom, a prova é mais light, mais leve. O que lhes interessa realmente é ver os documentos impressos. Porque os documentos impressos sempre tinham erros. Igualmente, fazem os testes, mas são muito mais rápidos.

N: E quem faz essa parte das provas é a Fiscalização?

E1: Sim. E Fiscalização também faz a certificação do software.

N: E o software da empresa é certificado?

E1: Claro, mas só as empresas que têm software homologado, como você diz. Que são muito poucas porque já havíamos operado muito tempo sem software certificado, então as empresas que já trabalhavam bem assim não se interessaram em certificar-se. Porque o ganho era pouco, porque eles já eram muito ágeis em fazer os testes, então, colocar-se à prova pelo Serviço, que é um processo muito cansativo, cumprir as resoluções que os obriga a ter um capital próprio, declarado... Então as empresas viram que se submeter às exigências do Serviço para serem homologados não lhes trazia nenhum benefício.

N: Isso os provedores?

E1: É. Então há somente três softwares que estão homologados. E os demais continuam operando certificando suas empresas com mecanismos habituais.

N: Se há a certificação da empresa, quanto tempo leva a prova...?

E1: Depende da empresa; há empresas pequenas que se certificaram em dois dias, e outras empresas que levaram três meses.

N: Se a empresa utiliza o portal PYMES não precisa de certificação?

E1: Não. Não, porque a empresa começa a operar (palavra não compreendida 00:57:33 a 00:57:34). Assim se inscrevem com um certificado digital e podem faturar imediatamente.

N: Mas o arquivo do PYMES não tem validação ou...?

E1: Sim, é o mesmo. De fato, o arquivo que sai da certificação de PYMES vai para a mesma fila em que estão os softwares que vêm de empresas “de la calle”. Mas nisso é preciso ser muito cuidadoso, porque não podemos autorrecusar um documento, é complicado.

N: Então tem a autorização de “rango de folio”, e depois disso se recebe o par de chaves público-privado?

E1: Sim. Mas essa chave público-privado é somente para gerar o timbre.

N: A empresa usa a assinatura digital da própria empresa?

E1: Não, não. A empresa não tem assinatura digital. O que há são assinaturas digitais de diferentes funcionários da referida empresa.

N: Mas tem uma assinatura digital de uma pessoa da empresa em cada fatura?

E1: Sim.

N: Então você tem duas assinaturas digitais, uma para o timbre e outra para o arquivo XML?

E1: Sim, para o arquivo eletrônico.

N: E a representação impressa tem os mesmos campos do XML ou...?

E1: Menos. Há alguns que a impressão é obrigatória. Então, quando se define o formato, também se define o que é obrigatório imprimir.

N: Mas é possível haver informações que estão no papel, mas que não estão no XML?

E1: Sim.

N: Se aceita...?

E1: Sim, mas são como coisas informativas, publicitárias...

N: É, que aqui não sei se existem timbres da fiscalização, timbre no papel...ou colocam uma data, alguma informação, que é opcional no XML mas que se coloca no papel manualmente...

E1: Mas obrigatório?

N: Não obrigatório, mas se por exemplo, a empresa coloca a data de saída da mercadoria no papel. Isso é possível, isso é aceitável?

E1: Sim

N: Mas que não está no XML?

E1: Exato.

N: Então, neste caso, é preciso guardar esse papel?

E1: Sim. Quer dizer, não, o papel sempre se pode colocar (palavra não compreendida 01:00:29 a 01:00:30). Mas, é aí se complicou a coisa com a lei que (palavra não compreendida 01:00:39 a 01:00:40) a fatura. Em 2005, houve uma lei que (idem ao anterior) a fatura, que significa que se pode cobrar através de um “piso ordenário”. E essa lei se associou com o “factory”, se associou com a Associação de Crédito de Fatura. Então se estipulou que era necessário dar conformidade à recepção da fatura. Mas não a conformidade comercial da fatura, senão a conformidade da recepção da mercadoria. E essa se podia dar no papel. Agora nós também temos uma mensagem desenhada para dar essa conformidade de modo eletrônico. Uma mensagem eletrônica que é similar à que existe para responder à fatura. A fatura se pode responder com uma aceitação, uma recusa...

N: É obrigatório que quem recebe...

E1: O obrigatório é uma resposta, como se chama, uma resposta de envio, um acknowledge, que serve para demonstrar que a outra pessoa recebeu a fatura. Ademais, há mensagens que são opcionais, que são a aceitação comercial da fatura

N: Mas isso é obrigatório para o emissor...

E1: Sim.

N: Ter esse acknowledge? Ou é obrigatório para quem compra com fatura electrónica?

E1: O que acontece é que com isso o emissor demonstra que a fatura foi realmente recebida e é obrigação do emissor entregá-la. Entregar o acknowledgement. Mas, aí os de Paperless podem contar, isso não funciona tão bem como gostaríamos, porque não são muito formais no momento de dar as respostas, as recusas...dessa situação eles não se ocupam porque se

entende que ou é aceito ou é recusado. Então, aí pediram a nossa intervenção, que intermediemos. Por exemplo, que o Serviço envie a fatura ao receptor e não o emissor. Coisas que sejam mais formais. Mas nos negamos porque é um tema privado, é um ato de comércio privado...

N: Mas se obriga que se envie a fatura por e-mail? Ou se a empresa tem um Webservice...?

E1: O emissor e o receptor se colocam de acordo quanto a isso, mas o mínimo que se pede é que se envie por e-mail. Efetivamente, os provedores entre eles, Paperless, por exemplo, estão formando uma associação de provedores que participam do intercâmbio de documentos eletrônicos, algo como “PADEL”. E eles tem um modelo que vão utilizar Webservice. Então, vão fazer um acordo, eles pretendem que todas as empresas que participaram com esses provedores, que são todos, exceto um, na verdade. Então, todos os provedores, menos um, vão compartilhar esse modelo. Mas tem interesse que participemos como Imposto Interno, porque temos quase 20.000 do que é faturado eletronicamente, faturam conosco via portal PYMES. Então, se nós não participamos, na verdade é que não será um negócio muito atraente. E nós analisamos o modelo, tecemos alguns comentários, mas não nos comprometemos a participar. Estou com a pressão baixa, por isso tenho tanto... Estava com a pressão baixa de manhã, não estava me sentindo bem...

N: Não se sentia bem?

E1: Não. Por isso vim mais tarde, não estava bem do estômago, aí não comi muito e por isso estou com a pressão baixa. Não estou sono de falta de dormir...

N: Se você quiser, paramos, se está...

E1: Não, não. Estou cansada, mas tenho que trabalhar. Se não estou fazendo isso, terei que me meter com outra coisa, então continuamos.

N: Ok. Deixa eu ver as coisas que são importantes aqui...Já falamos dos testes... A empresa que agora trabalha com fatura electronica já não pode mais emitir a fatura em papel?

E1: Sim, pode ter os dois. De fato, a maioria das empresas vai se incluindo paulatinamente. De todas as empresas que começaram, só duas são “full” eletrônico, que foram a Engarrafadora Arandina e Intel Pc. Todas as restantes começaram como algo à parte. Por exemplo, Bimbo, não sei se ela existe no Brasil, mas no México você vai encontrar como Bimbo, aqui se chama Ideal, que é uma empresa de pão de forma. Eles começaram apenas com algumas rotas. Têm caminhões que visitam alguns clientes e só usam fatura electronica em algumas rotas. Agrosuper também fez o mesmo. A maioria fatura eletronicamente só uma parte da sua faturação, também por questões de introdução paulatina, cultura, temor, o fazem

por diferentes razões. E as outras se vão incluindo pouco a pouco. Mas na verdade é que lhes convém ter um procedimento uniforme.

N: E mantém isso para ter algo como uma contingência? Se tem problemas com o Serviço de Imposto Interno retornam a... vocês não têm alguma contingência, se o sistema do Serviço de Imposto Interno está fora de lá...

E1: Temos contingências internas. Como um provedor paralelo que se pode “levantar” se o outro falhou...

N: Mas a empresa não tem um procedimento diferente, não há problemas? Volta-se a...

E1: Não. Mas...tratamos de...temos um...Ah, que não me atrevo a tomar café! Está faltando a minha dose de cafeína...

N: Você parou de tomar café?

E1: É que como estava mal do estômago, não me atrevi a tomar café! Mas ele está me chamando! (risos) A cafeína está me chamando, mas não posso... Nós, para fazermos a recepção temos uma “granja” de grandes computadores. E alguns desses computadores estão no subterrâneo e outros estão em um escritório regional, aqui do lado, em Santa Rosa. Você está nesse hotel ao lado da igreja?

N: Não, estou na Alameda.

E1: Então, na Santa Rosa com Alameda fica a regional centro. Então, alguns computadores estão aqui e outros estão lá. E esta granja de recepção serve para que, quando cai uma máquina, há todas as outras que funcionam. Então, nisso, quase nunca estamos “abajo”, ou seja, nunca estamos “abajo” no que tange à recepção mesma. Sempre podemos receber; no que demoramos, às vezes, é em validar. Porque tudo isso é interno, há um sistema de fila, é muito mais completo.

N: O sistema de fila é de vocês ou é externo?

E1: Não, é nosso. O único que é externo é o provedor de internet, nada mais. E isto depende de um servidor interno, e esse sim pode cair, ou pode se manter, ou fazer o que seja necessário aqui. Mas, nós sempre recebemos. Então, quando estamos mais lentos é que estamos demorando na validação. E a resposta acaba chegando mais tarde.

N: Mas a empresa pode sair com a mercadoria se deixou de...?

E1: Sim, sim, se fizeram o envio e anotaram seu numerozinho de atendimento, eles podem sair com a mercadoria.

N: Esse número de atendimento vai impresso no...?

E1: Não, é automático.

N: Mas no papel vai impresso esse número?

E1: Não.

N: Se pode imprimir o papel antes de se enviar a...?

E1: Sim, sim. E somente com esse número de atendimento eles podem sair com seus caminhões.

N: E quem compra a mercadoria pode checar a fatura electronica?

E1: Sim.

N: No portal?

E1: Sim.

N: Com o timbre?

E1: Não, com o número de “folio”, com o “root”(?) do emissor e o número do documento. E faz essa checagem e o Serviço lhe confirma que esse serviço está autorizado por nós...

N: No WebService ou no Serviço...?

E1: As duas coisas. Pode usar o WebService e no... e na modalidade WebService, é algo mais sofisticado, em que se pode checar a assinatura também.

N: Então com o número de “folio” e com o “root”, uma empresa pode checar uma fatura de outra empresa, mas que não mostra todas as informações...?

E1: Não, não aparece a fatura, apenas confirma que ela existe. A empresa, para checar o documento, entrega el “root”, o número de documento e “folio” e o tipo de documento, porque pode ser fatura, nota crédito, nota débito... E “monto”.

N: E como a empresa pode checar que as informações que há na fatura electronica é a mesma que foi enviada ao Serviço de Impostos Internos?

E1: Por WebService, ou seja, para consultar por tela, preenchem-se alguns campos: o “root”, o “folio” e o “monto”. E nós confirmamos se existe um documento com os mesmos dados. Além disso, no WebService se pode mandar a assinatura e assim, com um WebService avançado que inclui uma assinatura, na realidade, se alguém checa...

N: Se a assinatura é correta, o documento é o mesmo.

E1: Exato. Por tela, só se confirma que existe um documento aqui com os mesmos dados.

N: Que tipo de validação você faz quando recebe a fatura? É somente conferir a forma, se os campos obrigatórios...ou se verifica o cálculo do “monto”, do imposto...?

E1: Não, a verificação de detalhes é feita internamente depois. E aí se envia um e-mail com o resultado da validação. No entanto, na recepção se checa a folha autorizada, a assinatura correta, o formato correto, o assinante autorizado, se há algum documento repetido, mas que se divide em duas instâncias: a entrada, que vai aceitar ou recusar o documento; se é aceito, é

entregue o número de atendimento; se é recusado, se envia o (não compreendido entre 01:13:02 a 01:13:03). Só depois que os detalhes são validados.

N: Na validação de detalhes se valida tudo: o cálculo do imposto, o “monto”...?

E1: Sim, mas não se recusa o documento por “quadratura”.... Estamos estudando uma mudança de validação. Quando começamos com uma exigência de fiscalização, aqui, internamente, se recusa muito pouco, já que o papel já está nas ruas, que o Serviço não pode impedir a faturação, não pode ter o processo. Então, a ideia era não recusar...

N: Ou se recusa ou se recebe? Há alguma advertência, alerta, algo quando há algum erro? Não é uma recusa?

E1: Sim. Quando se realiza internamente, é possível recusar também, mas isso é muito raro. Ou então se dá “reparos”, um “warning”. “Escuta, sua fatura não corresponde à taxa de “liba” “Sua fatura está (palavra não compreendida 01:14:06 a 01:14:07)”. Entretanto, há muitos desses warnings que vamos converter em recusas. Claro que deveríamos ter feito assim desde o princípio, mas Fiscalização não tinha esse impulso, mas agora mudaram. Principalmente porque as mesmas empresas chegaram a pedir que por favor, os rejeitem mais. Que rejeitemos mais os documentos quando estão mal feitos, que senão depois eles são obrigados a gerar notas de crédito, notas de débito para corrigi-los. Mas é obrigação deles corrigir, dissemos que essa validação é parte de uma etapa posterior. Bom, de qualquer maneira, há um impulso de que tenham coisas recusadas.

N: No Brasil, a visão é um pouco diferente, porque como não temos esses mecanismos de nota de crédito e débito para corrigir os erros, se considera que o quê se envia é uma declaração da empresa; a empresa se responsabiliza pelo conteúdo, então não se valida muito a parte de tributação, dos “montos”. Essa é uma fiscalização para o setor de Fiscalização. Somente se há uma preocupação com a qualidade... - (E1: Olha, olha) Já a olhamos. - Só com a qualidade dos dados, dos campos, os campos que são obrigatórios, os formatos. Não se entra na parte de fiscalização.

E1: Não, nós lhes advertimos.

N: O timbre, o código de barras, qual é a finalidade? Por que se manteve este código?

E1: A ideia era que, no caminho, alguém vai checar a fatura confrontando com a mercadoria, e a ideia era que houvesse um papel válido, que não podia ser algo feito a tesoura e cola (risos). Então, para a autenticidade do documento é que se desenha esse código de barras, porque “la gracia” é que tem uma assinatura. Contém uma assinatura digital.

N: Em uma parte da informação da fatura, é isso?

E1: Não, ademais que tem uma assinatura. Uma assinatura que se faz com a chave privada que se entrega junto com o “folio”.

N: É possível substituir um timbre de uma fatura em outra fatura? A assinatura seria válida?

E1: Não, porque a assinatura é sobre a “foto relevante” da fatura. Se assina sobre o “root” emissor, o “root” receptor, o “folio”, o “monto” e a primeira linha da “glosa”, a primeira linha no detalhe também, e sobretudo se assinam seus dados. Então, o fiscalizador... o fiscalizador, obviamente...esses dados vão incluídos aí. Então, o software que revisa o código de barras “despliega” todos os dados e o fiscalizador precisa prestar atenção, obviamente, que o papel coincida com o que está se lendo no código de barras, e além do mais, verifica se a assinatura está ok.

N: O receptor da fatura electrónica é obrigado a fazer a consulta no Serviço de Impostos Internos?

E1: Não, isso é responsabilidade dele.

N: E ele tem que guardar o papel?

E1: Não. Se ele é eletrônico, ele pode jogar fora. Se é de papel, tem que guardar. Se ele não participa do sistema, tem que guardar o papel.

N: E se é eletrônico, guarda-se o arquivo?

E1: Claro. Agora, com os papéis sempre fomos muito exigentes, por exemplo, não autorizávamos as impressoras térmicas, porque a impressão se apaga. Mas, depois chegaram a mostrar que havia certos papéis especiais que duram dez anos, então as autorizamos. Mas a nós não nos consta que todos usam esse super papel, no entanto, é sua responsabilidade. Se um fiscalizador pedir um documento e o encontra impresso em um papel em branco...”porque é uma coisa que não é eletrônica, o receptor...olha, isso é o que eu tenho como fatura”, então, aplica-se uma multa de qualquer maneira. Então a empresa tem que se preocupar em, se o papel está apagando, conseguir um exemplar atualizado.

N: O Serviço de Impostos Internos não fornece esse arquivo da fatura eletrônica?

E1: Não.

N: A ninguém?

E1: Não

N: Quando o emissor envia a fatura electrónica para o receptor, em algum momento a normativa diz que tem que ser enviada antes que a mercadoria chegue?

E1: A norma diz que é preciso enviar o documento ao Serviço de Impostos Internos antes de entregá-lo ao seu cliente.

N: E também tem que enviar ao seu cliente a resposta do Serviço de Impostos Internos?

E1: Não.

N: Então não há como saber se há algum erro?

E1: Não. Exceto se é feita a verificação para saber se o documento está aqui. Mas não se saberá se tem erros de “quadratura”, de “monto”, não. O que sim temos agora, que foi inaugurado o ano passado, é uma consulta para os receptores dos documentos recebidos no Serviço que mencionam a mim, em que eu fui o receptor. Então, isso lhes permite checar que todas as faturas que nós dizemos que se supõe que receberam são mesmo as que receberam.

N: Isso para fazer o livro de compras?

E1: Não, não somente para fazer o livro de compras, porque de repente o emissor não as mandou, ou perderam a fatura, então aí eles checam o que nós dizemos que deveriam ter recebido.

N: E eles têm obrigação de fazer isso?

E1: Não, mas isso os ajuda muito. De fato, as questões que tinham todos os provedores associados eram, por exemplo, de pessoas que mandavam a fatura ao Serviço, mas lhes mandava, de forma eletrônica (trecho não compreendido entre 01:21:29 a 01:21:38), ficavam sem pagá-los, acabavam perdendo o “liba” porque não haviam incorporado um documento. Para isso, desenvolvemos essa consulta dos documentos.

N: O emissor tem que mandar o arquivo para o receptor. E o receptor tem que confirmar o recebimento desse arquivo. Se o emissor não exige “acknowledge”, há alguma multa ou penalidade?

E1: Não. Por isso que os provedores queriam nos convidar para formalizar o processo, outra maneira, com um método alternativo ao correio eletrônico. O que apenas dissemos foi: “Se vocês concordam entre si, façam um acordo e façam o tráfego de vossas mensagens como lhes parece necessário”.

N: Se pode anular alguma fatura electronica que foi enviada com erros, ou que se verifica que a mercadoria não saiu...?

E1: Sim, se anula com uma nota de crédito de anulação.

N: Mas não se anula a fatura...

E1: Não

N: ...se anula com outra..

E1: Uma nota crédito.

N: ...que também é uma fatura?

E1: Existe a possibilidade de anular um “folio” que não usei. Um “folio” que nunca foi uma fatura. Quando se autoriza um “folio”...

N: Quando se pulou uma numeração?

E1: Sim.

N: Aqui é necessário seguir a numeração com o timbre?

E1: Não, não necessariamente. Porque na faturação atual em papel também, o que se faz é repartir os... Se eu vou, como empresa, timbrar papéis, vou timbrar um talonário e depois pego o talonário e divido entre as minhas filiais. Então, obviamente a filial com mais movimento vai mais rápido que outra com menos movimento, e aqui podem haver vendido uma com um número muito posterior a algum outro, então a questão da numeração não é assim. O que está pendente com Hector é ver se algum dia vamos cancelar a vigência, que tenham vigência os “folios”. Por exemplo, um “folio” que tenha vigência de quatro anos, se não foi utilizado, seria anulado. Isso está pendente, temos que fazer, porque os “folios” de papel tem uma vigência.

N: Como se faz a anulação do “folio”? Por Webservice também?

E1: Não, até já pediram isso, mas havia apenas uma empresa interessada na anulação por Webservice. É via tela. Igual como pedem os “folios”, também podem anulá-los. Agora isso, por Webservice, só uma empresa que pediu, que era para fazer como um “símile” daquilo que faziam com papel. Quando processava com papel, de repente a impressora estragava quatro faturas, e essas faturas eles anulavam. E com os papéis também há risco de rasgar, de extraviar, que “se le caiga ferro”. Então alguém disse: “Olha, por erros de processamento, eu posso necessitar anular um ‘folio’”, “Ah tá” e fizemos a anulação de “folio”, mas não a fazemos com frequência.

N: O “rango de folio” se pede pela tela, não é por Webservice?

E1: Sim, pela tela.

N: Sobre o layout da fatura electrónica, quantos campos têm mais ou menos?

E1: Não me lembro, são muitos. Tem uma área de (palavra não compreendida entre 01:25:27 e 01:25:28), há uma área de detalhes, outra de referências...

N: Está dividido por áreas?

E1: Sim, igualmente você pode vê-la na página web.

N: O mais importante, o número de campos da fatura electrónica é maior que o da fatura em papel?

E1: Sim.

N: Avançou-se muito, com mais campos, na fatura electrónica?

E1: Sim, sim. O que está restringido com esse processo é o tamanho da fatura. Ela precisa ser impressa em uma folha. Não pode ter mais de uma.

N: Se há mais itens, é necessário fazer outra?

E1: Sim. Agora o que a mesma Engarrafadora Arandina nos demonstrou foi que com colunas duplas pode-se colocar 60 linhas de detalhes, ok. Que se coloquem 60 linhas de detalhes.

N: E você disse que o layout incorpora itens que são de interesse comercial das empresas.

E1: Muitíssimo. Efetivamente, se fossemos colocar apenas o que é de interesse tributário, a fatura teria saído muito mais curta. Mas incorporamos um montão de campos que eram de interesse emissor-receptor.

N: Há campos nos quais é possível se configurar com tags, as empresas estabelecerem o tag ou são “standard”?

E1: São standard. O que existe são áreas livres, áreas livres grandes que podem incorporar, mas tags não.

N: Os tags que são de interesse da empresa se manda tudo junto?

E1: Sim, tudo junto.

N: E vocês os armazenam?

E1: Sim. Agora se há coisas que adicionar que lhes interessa, se coloca em um documento à parte.

N: Como é o processo atualmente para alterar o layout? Há alguma normativa?

E1: Sim. Até agora tivemos muita sorte, porque todas as mudanças que se pensou no formato foram aumentativos. Agregamos campos. Campos opcionais, adicionamos novos documentos, fizemos outro esquema. Todavia não tivemos...parece que mudamos alguma coisa por aí, mas que estava ruim, que não interessava a ninguém, então não fomos invasivos. Não fomos invasivos a ponto de que as empresas tivessem que modificar seu software daqui a seis meses para incorporar algo. O que incorporamos foram campos opcionais, áreas opcionais. Por isso, não necessitamos ter duas versões incompatíveis de forma paralela.

N: O sistema de vocês é multiversão? É possível trabalhar com duas versões de layout distintas por um período?

E1: Sim, poderíamos, mas não o fizemos.

N: Mas quando se muda um layout, se incorpora um novo campo, há um prazo para que se use...

E1: Não, porque o que incorporamos foram campos puramente opcionais, não são obrigatórios.

N: Então não existe uma versão de layout, é o mesmo layout só que com mais campos?

E1: Sim, sim. E isso foi muito bom. Felizmente não encontramos nada que tivesse que mudar porque a versão fosse obsoleta.

N: Quando há alguma alteração de layout, existe alguma documentação técnica?

E1: No mesmo formato que autorizamos.

N: Se publica no site o esquema XML?

E1: Sim

N: E é necessário uma normativa pra isso?

E1: Não. De fato, somos um pouco abusados porque a norma diz que o contribuinte deve entender-se como autorizado quando se publique algo no site. Agora, quando vamos fazer alguma mudança, avisamos aos provedores. Às vezes, fizemos alguma incorporação, enviamos um e-mail massivo a todos os faturadores. Mas o mais comum é que façamos coisas inócuas e avisamos os provedores.

N: Se incorporam novas regras de validação quando se adiciona algo?

E1: Não divulgamos as regras de validação. Essa foi uma decisão porque se divulgássemos isso...bom, a esta altura já devem ter o espectro completo de erros que somos capazes de gerar...

N: Não são públicas as regras de validação?

E1: Não.

N: As mensagens de erro não são...

E1: Sim, as mensagens de erros sim, alguém que tenha passado por todos os erros...

N: Mas não há uma lista que se publica no site?

E1: Não. Isso, a propósito, Fiscalização teve vontade de transparentá-las, mas eu sempre me opus, porque...bom, se na hora que se juntam os diretores e se colocam de acordo que é necessário divulgá-las, eles podem dizer “Vamos!Faça isso!” e meu chefe não iria se opor. Meu chefe atual, quer dizer, Barraza foi meu chefe no começo do projeto e conhecia todo o tema em detalhes, mas meu chefe atual não, que é de Processamento. Então, se agora, os subdirectores de fiscalização quisessem fazer, acredito que o fariam. No entanto, o meu “mas” de deixar transparecer as regras de validação, é que quando você entrega uma lista de tudo o que é capaz de revisar, está entregando de forma implícita também tudo o que você não revisa. Está deixando claro o que você não é capaz de ver no documento. Então com esse argumento, decidimos resguardar a lista de erros das validações.

N: O modelo de fatura electronica dos PYMES é o mesmo ou é diferente?

E1: É igual, mas é como te contava: a fatura que deixamos que façam em nosso sistema aos PYMES é mais simples, quer dizer, não emitimos mais do que cinco linhas de detalhes, há algumas restrições assim. Porque é uma fatura (trecho não compreendido em 01:32:17 e 01:32:19).

N: Então se pode fazer uma nota de débito, de crédito, de exportação...?

E1: De exportação não.

N: Conhecimento de transporte?

E1: É possível fazer fatura, nota de débito, nota de crédito e conhecimento de transporte. Nada mais. Ah, o que sim se pode é anotar todos os documentos, receber todos os tipos de documento. Ou seja, receber qualquer tipo de documento porque posso me relacionar com um faturador eletrônico que é de uma empresa que tem todos os documentos autorizados.

N: E se recebe pelo Portal PYMES?

E1: Sim, se recebe pelo portal. E ali o contribuinte pode ver...com o Willian, ele poderia te mostrar uma coisa que temos...com Hector, os rapazes que trabalham com Hector podem... são muito mais ágeis que eu porque estão todos os dias interagindo e fazendo... Quando eles revisam software, o software que utilizam para interagir com o software que estão revisando é o mi PYMES. Então eles se “penteiam” com o software, são muito mais ágeis que eu pra fazer fatura, e te mostram todas as faturas recebidas, que é possível ver pelo portal...(trecho não compreendido 01:33:28 a 01:33:32)

N: Sim. É possível “printar” uma fatura pelo Portal? Quando recebe uma fatura pelo arquivo...?

E1: Baixar?

N: Isso, baixar e imprimir?

E1: A recebida?

N: Sim

E1: Não, a recebida não se pode imprimir.

N: Somente o arquivo?

E1: Sim. O que se pode é visualizar as informações que traz, mas não é possível imprimir, não. Se pode ver aí como uma lista, mas...não.

N: Para as PYMES o uso do portal é obrigatório? Ou se quiserem ter um provedor...?

E1: Não. O que acontece com muitos provedores é que quando vão comprar...

N: Cria-se uma concorrência...

E1: Sim! Não temos nenhum interesse além nisso que não seja potencializar o sistema. Efetivamente, o que acontece é que os clientes, os contribuintes vão comprar seus certificados digitais, e quando vão comprar de uma dessas duas empresas que têm o software, eles dizem: “Não, para quê querem certificado? Para entrar no mi PYMES, ao Serviço de Impostos Internos? Ah não, pra quê vai entrar lá? Venha pra cá, eu te dou o certificado, e te ofereço isso e aquilo”. Os provedores reclamaram muito quando fizemos esse serviço. “Não, que o Serviço

estava fazendo software, que não era trabalho do Serviço construir software, que estavam os levando a perder o negócio, que era pouco ético”. Mas, em pouco tempo, se deram conta que na realidade eles também eram beneficiados porque acontecia isso: de começo, aqueles que iam comprar o certificado digital, os provedores vendem para muitos deles e bem, o que nos interessa é que haja mais contribuintes utilizando o sistema, não termos muitos clientes. Efetivamente, pelo contrário, que todos tenham software de mercado e nós apagarmos o portal mi PYMES. Mas claro, não é assim, tanto que há tráfico de contribuintes; muitos decidem que não vale a pena pagar por algo que aqui podem ter grátis, que o que temos lhes é suficiente...

N: Uma migração para o sistema do portal PYMES.

E1: E vem para cá, e outros que descobrem que o sistema é pequeno, e necessitam algo maior...

N: O sistema se encarrega também de fazer os livros fiscais?

E1: Os livros contábeis eletrônicos? Não. Os livros de compra e venda sim. O livro de compra e venda é parte da exigência da normativa de faturação electrónica. Os livros contábeis, que chamamos o “diario”, o “mayor”, o “balance”, esses não são parte do sistema. Algumas empresas que trabalham com faturação electrónica optam pelos livros contábeis eletrônicos. Mas não demos estímulo ao sistema de livro contábil eletrônico. Acredito que agora vamos dar porque...é por capacidade de trabalho, tanto deles como nossa. Nós os temos, funcionam, todos os meses entram algumas empresas, mas não tem sido um boom porque não o impulsionamos. Mas agora Ivan está investindo mais recursos no assunto e talvez se pode produzir um impulso.

N: A solução PYMES é web, é on line?

E1: Sim.

N: Por que a motivação de fazer isso ao invés de ter um software off line?

E1: Pensamos nisso. Pensamos em ter um software que se pudesse baixar, bom, os mexicanos vão trabalhar dessa maneira. Mas nós achamos que não era factível o atendimento...bom, menos mal porque aí temos greves (trecho não compreendido 01:37:37 a 01:37:39)...É que ter um software aí para os clientes gera muita demanda de suporte, julgamos que íamos ter muitos chamados, muitos “Olha, tenho muitos problemas com a instalação... Está falhando isso”. Achamos que a demanda por suporte ia ser muito grande e por isso optamos por uma solução web.

N: E a questão da assinatura...?

E1: Ah, isso foi complexo e ainda não resolvemos porque nosso plug-in de assinatura...você baixa um plug-in no seu computador, é algo digital. E isso só está disponível para o Internet

Explorer, o que foi um pouco criticado porque não é possível faturar com Google Chrome ou com Mozilla, Firefox, com outros navegadores. Só com Explorer e é por causa da assinatura, você baixa um plug-in que te possibilita assinar. Então se assina o computador do contribuinte e um tema que não exploramos mais e o fato de tornar possível fazer isso em outros navegadores é factível, mas é preciso investir recursos e a verdade é que noventa e tantos por cento dos faturadores utilizam Explorer, então dá no mesmo.

N: À parte do suporte, a gestão da fatura electrónica está a cargo da Fiscalização ou Infor...?

E1: Tem contribuição dos dois lados. Mas, eu diria que no início do projeto, durante um bom tempo, nós que lideramos, de fato foi o que ocorreu. Liderava Informática, e Fiscalização nos cedia uma pessoa, a pessoa que trabalhava comigo. No entanto, em um determinado momento, eles formaram um Escritório Fatura Electronica também. E aí, de alguma maneira, à medida que o sistema já funcionou, começaram a ter proeminência, por assim dizer, no tema da fiscalização. Porque eles são usuários também, eles que determinam até onde vão as coisas, o que se faz e o que não se faz. Então, acho que nesse momento eles tomaram a frente como fiscalização, mas sempre trabalhamos de maneira coordenada. Se eles pensam fazer algo que aqui não estamos dispostos a fazer, conversamos sobre isso.

N: A gestão do projeto...porque faturação electrónica continua como projeto ou se encerrou? Vocês têm as operações do dia-a-dia...

E1: Temos coisas na mesa sempre. Por exemplo, este ano temos isso que comentei com você da contabilidade tributária em mi PYMES, que está sendo liderada por Willivaldo com uma pessoa de Fiscalização.

N: Então no projeto é Informática quem coordena com uma pessoa da Fiscalização, e a operação do dia-a-dia é compartilhada?

E1: Sim, é compartilhada. Obviamente, todo o que se recebe por “mesa ayuda”, todos os temas que são de fiscalização, tributário, eles que respondem; o que é técnico nós que respondemos. Agora, nos novos projetos, por exemplo, a contabilidade em mi PYMES que estamos abordando este ano, e de repente, abordamos coisas menores como a consulta aos documentos recebidos, “acusete” de quem vai entregar os livros todo mês. Não sei se você se lembra, o contribuinte que entra tem a obrigação de entregar o livro de compra e venda no final do mês. Não tínhamos um controle satisfatório de quem entregou e quem não, então, a necessidade de um sistema automático que revise mês a mês, que manda um e-mail chamando-lhes a atenção, é algo que estamos desenvolvendo... Sempre estamos fazendo coisas em torno da fatura electrónica. E aí os projetos, muitas vezes, são estimulados por Fiscalização e aqui nós desenvolvemos. Mas trabalhamos coordenados, no fundo, juntos.

N: O suporte, a assistência é 24 horas por dia, 7 dias por semana por um call Center?

E1: Sim, um call Center que está em greve (risos). Não, não estão todos...

N: Mas esse call Center é para a operação ou também para as empresas que estão em processo de autorização? Há um suporte para algum provedor que está implantando o sistema ou é somente para operação?

E1: A rigor sim, os provedores nos conhecem e se comunicam diretamente com Juan Callebilla, que antes trabalhava comigo e agora trabalha em Manutenção. Assim, os provedores o conhecem, se relacionam pessoalmente e até a possibilidade de vir até aqui pra verificar porque está ocorrendo o problema. Mas os provedores, acho que um ao ano se interessa em entrar, então na verdade são sempre os mesmos. Assim que quando os provedores habituais têm problemas, ligam para Juan ou para Willivaldo. Então não é um call Center, mas é um atendimento personalizado. Agora, os que não dá se conta, liga-se para a Mesa ayuda”(?), e quando eles não conseguem resolver o problema de certificação, em geral chamam os especialistas. La Mesa Ayuda, uma parte está de greve, mas não todo o seu pessoal, então se nos perguntam, estamos atendendo de forma normal, há 20 pessoas atendendo nesse momento e ela atende a todos os temas.

N: E todas as pessoas que atendem tem um treinamento em fatura electronica?

E1: Não, todos têm um “bañil” de fatura electronica, e em Mesa Ayuda há quatro especialistas em fatura electronica.

N: Esses trabalham 24 horas?

E1: Sim. E quando você liga, escuta um menu que diz, por exemplo, se você está ligando para falar sobre fatura electronica, aperte 1, se é sobre renda, aperte 2. Então, aí as chamadas chegam diretamente aos especialistas em fatura electronica. E essa é a parte que funciona 24 horas. Aí, existe a possibilidade de contingência da empresa; se as empresas têm problemas em enviar seus arquivos porque tem seus sistemas “abajo” porque seu provedor de Internet está “abajo”, eles têm a possibilidade de avisar o call Center: “Ah, estou com problemas para enviar meu arquivo...” e igualmente eles liberam seus caminhoneiros para a rua...

N: Imprimem o papel normal...

E1: Não, não, imprimem a representação de empresa fatura electronica. Mas o documento não está aqui ainda, mas isso os protege porque avisaram antes.

N: E esse aviso gera algum número ou algo que têm que pôr na representação...?

E1: Tem um número mas não se coloca em nenhum lugar, no entanto é para o caso de que passem por uma fiscalização, ou no transporte lhes peçam algum documento, ou lhes façam a leitura do código de barras...O software que revisa o timbre é capaz de ler o timbre, os dados

relevantes que estão nele, de checar a assinatura do mesmo e tem uma opção de ver o documento “arriba”. Que nem sempre funciona, porque Chile é um país com uma geografia um pouco louca...

N: Se estão em um lugar que não tem internet...

E1: Claro. Mas se estão em um lugar que tem conexão, é possível ver se o documento está aqui. Bom, esse contribuinte pode dizer: “Escuta, meu documento nesse momento não está no Serviço de Impuesto Interno” Então ele tem a justificativa de que avisou que não conseguia enviar.

N: A disponibilidade do Serviço, há um nível de serviço estabelecido pela legislação?

E1: Não.

N: Para o tempo de processamento da resposta?

E1: Não.

N: E normalmente qual é o tempo que leva o processamento?

E1: Um segundo. Noventa e tantos por cento se respondem em um segundo. Às vezes, não, pode haver algum problema com algum arquivo por aí... o ano passado, não, dois, três anos atrás mudamos os computadores, mudamos o site. Antes tínhamos os computadores nesse andar, no canto, e mudou-se o site para o (palavra não compreendida 01:46:25 a 01:46:26). Alguns foram pra Santa Rosa, outros pra cá, e aí o meu chefe de Processamento disse que não houve nenhum problema, que foi transparente com o contribuinte, mas que a fatura não foi transparente para o contribuinte. Porque muitos contribuintes, que “descansando” em nosso tempo-resposta, estavam esperando a resposta do Serviço para liberar os caminhões para a rua. Quando mudamos o site, o tempo-resposta mudou enquanto movimentavam as máquinas e muitos reclamaram disso. E perguntamos: “por que vocês esperam a resposta para liberar os caminhões? Onde se diz isso?”, “Ah, não, é que como sempre é muito rápido, nós...”. Mas, foi sua decisão.

N: Que tipo de banco de dados, de tecnologia de software, se utilizou para desenvolver o sistema de fatura electronica?

E1: Oracle como base de dados.

N: E que plataforma?

E1: Unix.

N: Dotnet ou Java?

E1: Não, Unix.

N: E vocês tem redundância de servidores, como você me disse...?

E1: Sim, aqui a “granja” e este outro também tem um respaldo.

N: Mas é uma redundância que está em paralelo?

E1: Não, é preciso migrar. Mas isso não é problema, sempre “descansamos” em que podemos, sempre que se faz manutenção no servidor interno, se recebe, se recebe, mas não se valida. Ficamos algumas horas recebendo sem validar.

N: E há duas conexões de internet?

E1: Temos quatro. Quatro provedores de internet.

N: Vocês tem um dimensionamento de qual o suporte... porque vão crescer como fatura electronica...

E1: Sim, por enquanto estamos afogados, mas aí com a Engenharia vamos afinando se é necessário incorporar mais máquinas. (E1 atende o telefone) O que estava dizendo?

N: Do dimensionamento dos...

E1: Ah sim, isso se vai verificando conforme se vai recebendo e o pessoal da Engenharia está sempre monitorando. Então eles estão cientes se é necessário pôr mais uma máquina... essa máquina foi trocada o ano passado, assim que...

N: Que mecanismo vocês tem para garantir a segurança contra os hackers?

E1: Há um firewall, todo um sistema de firewall...bom, se você quiser mais detalhes, seria melhor falar com o pessoal da Engenharia para ver se...com quem falamos da outra vez? Ah, com os uruguaiois, quando veio faz pouco tempo, Daniel Lafite, você se lembra dele?

N: Sim.

E1: Claro, Daniel veio...continua pesquisando como vai fazer, mas está bem avançado. Assim, fizemos uma reunião com o pessoal da Engenharia e ele ficou muito contente porque mostraram todas as plataformas que tem por aí, há uma plataforma que já vem com firewall...

N: Não, a preocupação é ter alguma quantidade de requests de uma empresa, se há alguma limitação de quantas...?

E1: Sim, nós temos para o Webservice... temos um delay, que quando está muito rápido, o...

N: “Analysis”

E1: Claro, o restringe a um por segundo. Se vem do mesmo endereço, se sabe que pode ser um ataque, o restringe a um por segundo.

N: Por quanto tempo vocês armazenam as faturas electronicas? Também por seis anos?

E1: Sim, por seis anos.

N: E elas estão disponíveis em um sistema para a Fiscalização..?

E1: (trecho não compreendido 01:51:15 a 01:51:18) Atualmente, o que disponibilizamos para os fiscalizadores são os livros, os documentos em si não estão. Eles podem ser disponibilizados aos fiscalizadores, mas se eles possuírem os dados do documento. Se

colocam os dados de um documento, podem encontrá-lo. Isso sim, existe desde o começo, se o fiscalizador tem os dados básicos do documento, pode acessá-lo. Mas apenas de um. E para os livros há uma consulta que se pode vê-los, ver o livro, agora análise detalhada do livro vamos fazer cruzando com o 29, essas coisas, são as que estamos trabalhando agora.

N: Vocês tem um projeto com Fiscalização para o uso da informação...?

E1: Sim.

N: Sim, não tem problema. É que eu gostaria de falar um pouco com você sobre os obstáculos que o projeto teve, quais são os próximos passos e quais são as melhorias que você se pudesse voltar no tempo, se tivesse a informação que tem hoje, com a experiência que tem hoje, que faria de diferente...

E1: Sobre isso já te falei um pouco, sobre incorporar um espectro mais amplo de tipos de empresas na formulação do modelo, no formato. Nos faltaram empresas importantes que poderiam ter contribuído muito no começo e que nos pouparia de fazer mudanças depois, que teríamos incorporado coisas se tivéssemos considerado isso desde o princípio. Gostaria também de ter tido mais claro como íamos fiscalizar os documentos. Essas coisas, principalmente.

Arquivo WS400008.WMA

Tempo: 00:00 – 02:04:00

Entrevistado 1 (E1) (Hector)

N (Newton)

N: Entrevista com Sr. Hector Soto, manhã do dia 03 de agosto. O senhor vai abrir o computador. Penso que em uma hora, uma hora e meia, conseguimos cobrir os temas importantes. Queria conhecer a experiência da Fiscalização na fatura electronica, conhecer um pouco sobre a participação da Fiscalização no projeto, e o que pensam para o futuro. Marcela me disse que vocês estão em processo de construção das ferramentas para a fiscalização. Vou pegar minhas anotações aqui. Você me dizia ontem que sempre trabalhou na Fiscalização.

E1: Eu comecei em 2005 como ajudante contábil e cheguei a uma área em que éramos especialistas em fatura electronica e documentos internos naquele momento. Era necessária uma área assim nesse momento porque a fatura electronica estava ganhando força. Havia poucos contribuintes, o número era baixo...

N: Você tinha uma equipe que trabalhava com você?

E1: Eu fazia parte da equipe, ainda não era da chefia.

N: E hoje você é Chefe da equipe da faturação electrónica...?

E1: Claro.

N: ...e de Timbragem?

E1: e de Timbragem.

N: Se mantém a timbragem de cunho para as empresas que não são faturadoras electrónicas?

E1: Sim.

N: Qual foi a participação da fiscalização no projeto da fatura electrónica? Porque Marcela me disse que Informática foi quem coordenou o projeto, mas que Fiscalização, desde sempre, participou do projeto com uma ou duas pessoas, uma pessoa como full-time, e mais uma ou duas para dar assistência.

E1: Nesse momento, havia esse escritório, “Fatura Electrónica”, chegamos a ser duas pessoas de apoio, e nesse sentido estava uma pessoa de Fiscalização no projeto e os demais começaram a aparecer com a ferramenta do portal mi PYMES, essa solução gratuita que o Serviço oferece às pequenas empresas. E houve a necessidade de incluir mais pessoas, não só para se dedicar ao tema da fiscalização, mas também para o desenvolvimento desse portal, buscar a aplicação, a regra, a guardá-la, digamos assim. E a participação de... (alguém aparece para servir café)... deixa ver se eu te entendi, a participação aí de Fiscalização...

N: No projeto, sim. Nas reuniões com as empresas sempre havia uma pessoa da Fiscalização?

E1: Sim, da Fiscalização. Basicamente, se tratava de seguir o modelo do que era a emissão do documento fatura papel, que tivesse os mesmos campos que pediam a normativa que tínhamos, as resoluções ou circulares que (palavra não compreendida 00:05:17/00:05:18) o modelo de emissão de documentos pra cá, tipo de comércio, de indústria, às vezes há casos de troca de “sujeito”(00:05:27 a 00:05:28), e tentar que a fatura electrónica refletisse todos os dados que são obrigatórios no papel e incorporá-los no modelo eletrónico.

N: Mas a fatura electrónica tem mais campos do que há na de papel. Mas são campos que as empresas pediram que fossem incluídos.

E1: Claro, o que acontece é que a fatura em papel dá a garantia que o papel aguenta tudo, que sempre se pode guardá-lo de alguma forma. Por outro lado, a fatura electrónica...bom, cada contribuinte faz a sua fatura mais ou menos de acordo com o que é a comum, mas respeitando a normativa. Se não ocupa campos de impostos adicionais, não os inclui na fatura. Em contrapartida, a fatura electrónica está disponível para todos, a qualquer momento. Nesse sentido, podemos dizer sim, que a fatura electrónica tem mais campos que a fatura de papel. Também... agora me lembro que se iniciaram... acredito que nesse momento eu não estava,

mas creio que foi através dos mesmos clientes, as empresas, que também conversamos com a Alfândega do Governo.

N: A Alfândega não é do Serviço de Impostos Internos? Aqui no Chile é outra instituição, à parte, do Governo?

E1: Sim, claro.

N: Porque vocês têm a (palavra não compreendida 00:07:07 / 00:07:09) a fatura de exportação. A fatura, como é que se diz?

E1: Fatura exportação electrónica. E isso acompanhado com a nota de crédito ou de débito para aumentar ou diminuir o valor do imposto na elaboração da exportação.

N: Houve reuniões com a Alfândega também ou havia alguém de lá full-time no projeto?

E1: Houve uma pessoa da Alfândega que participou dessas reuniões, eu não estava nesse momento, isso é de acordo com o que me contaram na época. E também basicamente porque existe um documento, que a “guia de despacho”, que em português é...

N: No Brasil se chama conhecimento de transporte.

E1: Claro. Este documento é para todo o país, inclusive para chegar à Alfândega com a mercadoria. O cliente chega com o conhecimento de transporte e em determinado momento, faz a sua fatura exportação.

N: A fatura exportação é isento de IVA?

E1: Sim, sem IVA.

N: A fiscalização da fatura de exportação é de competência da Alfândega? Ou o Serviço de Impostos Internos também...

E1: Sim, às vezes o Serviço de Impostos Internos tem que...

N: Ver os livros, os livros de venda, é isso...?

E1: Claro, para que estejam corretos, e depois o exportador tem o direito à devolução do IVA, o processo de devolução ao exportador e para isso há um prazo determinado de 48 horas. Então o Serviço de Impostos Internos realiza essa fiscalização, essa verificação.

N: Aqui, a fatura de exportação já vai com IVA?

E1: Não, sem IVA, mas todo o processo em que houve a produção de (trecho não compreendido entre 00:09:06 a 00:09:08).

N: Sim...

E1: Então...

N: O que vem do IVA da cadeia, terá que recuperar...

E1: Vai recuperar. E tudo isso se faz...

N: Em 48 horas?

E1: Sim.

N: Então há um sistema para isso?

E1: Geralmente, todos fazem isso na Diretoria de Grandes Contribuintes, que tem um sistema, e parece que há um sorteio e lhes pedem todos os dados e em 48 horas é feita a devolução. E a fatura electronica ajudou nisso porque os que não são faturadores electronicos necessitam levar seus livros em papel. Os que são electronicos já levam a informação eletrônica de compra e venda, já a enviaram ao Serviço de Impostos Internos, já têm tudo eletrônico.

N: Então há mais grandes exportadores que utilizam a fatura electronica?

E1: Claro, apesar de que o prazo é sempre de 48 horas, mas o Serviço prefere que esteja tudo em formato eletrônico.

N: Como é a estrutura da sua equipe, quantas pessoas você tem hoje?

E1: Minha equipe é formada de quatro pessoas, seu perfil é, são todos engenheiros civis e industriais, são todos homens como você pôde ver, na faixa etária entre 27 e 40 anos...

N: E são todos fiscais?

E1: Não; eles são profissionais, há uma escala “fondo” (00:10:51 a 00:10:52), de profissionais, de fiscais e estavam também os administradores, os técnicos, os secretários e os auxiliares. Antes, como te dizia ontem, a Subdiretoria de Fiscalização estava mais dedicada a Negócios. Hoje em dia, estão mais voltados para as pequenas e médias empresas, revisando os contribuintes ou propondo alternativas de fiscalização para esses contribuintes. Nós, como departamento, estamos dedicados a oferecer o serviço ao contribuinte. Então, nesse sentido, de desenvolvimento de fatura electronica, deveria haver alguém de Fiscalização em nossa área e a vemos mais como um produto, para servir ao contribuinte. Assim...

N: Marcela me disse isso, que desde o princípio a fatura electronica foi mais um produto para atender a necessidade dos contribuintes que tinham muitos custos com a timbragem e que a fiscalização está entrando como algo importante em fatura electronica nos últimos anos.

E1: Sim.

N: Que a fiscalização não foi um ponto de estímulo para o desenvolvimento da fatura electronica e que agora é que vão utilizar as informações.

E1: Certamente.

N: Os escritórios de Timbragem estão implicados com a sua equipe, com vocês?

E1: Claro, quer dizer, nós gerenciamos as políticas, as diretrizes...

N: Mas os escritórios de Timbragem estão vinculados à Diretoria Regional?

E1: Isso. À Diretoria Regional e a cada uma das unidades...

N: Mas são vocês que desenvolvem as normativas, as regras para a timbragem, esclarecem as dúvidas que tem a Timbragem...

E1: Sim. No mesmo cunho que se utiliza há um perfil, um logo do Serviço, um número, é um cunho que deixa marcado o papel. E a administração desse cunho é feita por nós, uma vez que é um elemento muito valorizado no Serviço de Impostos Internos, não pode cair nas mãos dos contribuintes. Já se verificou que há contribuintes que se dedicam a falsificar esse cunho e isso é um crime. E é nossa responsabilidade coordenar os envios desses cunhos, gerenciar, a nível central, os cunhos que não se usam mais.

N: É a sua área a responsável pela autorização de novas empresas que querem aderir à fatura electronica?

E1: Sim.

N: Então as representações impressas, os modelos e os testes vêm para vocês?

E1: Vêm pra cá, mas queremos mudar isso. O que acontece é que a fatura electronica vem crescendo, desde 2003 até agora. Quando eu entrei em 2005, ela estava em crescimento constante, podia ser lento ou rápido, mas constante. E já vimos que o crescimento está aumentando e o mais importante é que já se passou a etapa em que se deve ir guiando o crescimento da “árvore” e que agora é preciso deixar que cresça sozinha. Nesse momento, em 2003 a 2005, era fácil centralizar aqui a autorização das empresas. Havia...não sei se Marcela te explicou, os contribuintes passam por quatro etapas, a etapa final é a de impressos...

N: Quais são as etapas?

E1: Quatro. A primeira é um set de testes, no qual o SII envia ao contribuinte uma série de dados, o contribuinte gera a fatura e a manda para o Serviço e verificamos se está correto ou incorreto. Tem que estar perfeita para poder passar à etapa seguinte, que é uma simulação. O contribuinte envia faturas como seu modelo diário de operação e nós revisamos para ver se cumpre o esquema, a parte do que é a fiscalização, por assim dizer. Estando isso correto, se passa a próxima etapa, que é a troca de informações, onde nós enviamos uma fatura ao contribuinte – tudo isso em um ambiente de certificação, certo? – e ele nos responde se a fatura é dirigida a ele, se está correta, se tem uma assinatura electronica correta...

N: Nessa terceira etapa é como se o contribuinte fosse um receptor?

E1: Correto. Avaliamos a sua capacidade como receptor.

N: E a quarta etapa?

E1: A quarta etapa é a de impressos, onde se lhe envia a representação impressa, e em particular chega a esse escritório. Nós lemos o timbre electronico e verificamos se os dados do contribuinte que aparecem estão corretos de acordo com a normativa, que sejam as que

também existem no documento em papel, a exposição dos dados, é necessário sinalizar a coluna onde reside...

N: Se por acaso, é feita uma representação impressa correta somente para poder passar no teste e depois a empresa faz uma diferente após a sua aprovação, há alguma penalidade?

E1: Sim, existe uma penalidade, que está incluída no código tributário, é uma “bolsa de dados” (00:17:42 a 00:17:43), não sei se você compreende o termo, que levanta tudo...

N: Um em específico ou geral?

E1: Geral. É algo que vai advertir algo até aplicar multas em dinheiro.

N: E aqui você tem o modelo de como deve ser a fatura? Que se é feito diferente disso...

E1: Sim, aí deveria ser...bom, passou pela nossa cabeça, mas como te dizia, é uma etapa de crescimento da fatura electrónica, então foi mais um momento de comunicar-se com o contribuinte, dizendo-lhe...

N: De educação, de explicar ao cliente...?

E1: Isso, de explicar. “Vocês mandaram isso, nós detectamos que está incorreto, por favor, corrija.”. Geralmente, temos tido uma boa aceitação por parte dos contribuintes, “Ah, desculpe, é que precisei emitir isso por tal razão”, “Ak, ok, tudo bem, emita-o dessa forma”.

N: Mas os testes que você tem aqui são guardados para o caso de que um fiscal necessite para comparar se está diferente ou não?

E1: Exato.

N: Como se faz isso? Há um sistema eletrônico?

E1: Não, não há nada eletrônico.

N: Ou então o fiscal pode solicitar isso?

E1: Sim, ele pode solicitar e nós temos aqui os testes.

N: Mas não é algo comum?

E1: Não, não é comum e é o que nós que detectamos em algumas situações e a nível regional. E como eu te comentava, penso que esse sistema completo está desenvolvido para a etapa de crescimento da fatura electrónica. Acho que essa etapa de impressos, ainda que seja necessário apresentá-la, deveria ser extinta e deixar as regras bem claras, seja as enviando por e-mail ao contribuinte, ou uma resolução, colocar as características gerais que é preciso cumprir, colocar na página web um informativo, com um exemplo geral...

N: Ou seja, não existir mais essa etapa de revisar os impressos?

E1: Isso. Ou outra opção que pensamos era de enviá-las para as regionais, mas podemos acabar caindo na mesma coisa que estávamos conversando recentemente. O contribuinte, voluntária ou involuntariamente, faz um...

N: Documento diferente daquele que vai utilizar.

E1: Correto. Então, acredito que recordar constantemente o contribuinte de como deve emitir o documento nos dá até mais direito de depois poder aplicar uma infração por não emitir como se deve.

N: Também se pensa em delegar às Diretorias regionais a gestão do processo de autorização e a parte eletrônica e os testes eletrônicos ou isso sempre será feito aqui?

E1: Ao menos, essa parte de impressos é mais provável que seja eliminada. Estamos nesse processo agora, é preciso conversar com o Jurídico, ver as leis, a normativa, se isso se enquadra, quem sabe consultar isso com alguma regional. Mas acredito que essa quarta etapa podemos eliminar e as outras transformá-las em automáticas. A primeira parte, que é o set de testes, é totalmente automática. A segunda parte já requer revisão, e na melhor das hipóteses, podemos modificá-la um pouco para que se torne automática. E a etapa de intercâmbio, entendo que... essa parte, não é Marcela que está vendo, mas está com o pessoal da Subdiretoria de Informática. Essa parte tampouco é automática, mas imagino que também poderia ser automática, porque aí se faria toda a emissão eletrônica e viria para cá, mas a nível automático.

N: Hoje, quantos fiscais existem no SII, de quantas empresas?

E1: Eu vou averiguar esse dado, porque não o conheço em detalhes. Você diz os que saem a campo e que chegam a ligar para os contribuintes nos escritórios ou...?

N: Não, seriam quantos fiscais hoje que você tem que podem sair com a fatura electrónica para fazer a fiscalização...

E1: Não...

N: Quantas empresas vocês tem hoje, aproximadamente? No site, há a informação de quantas estão utilizando a fatura electrónica, mas quantas vocês têm no total?

E1: Em torno de 22 mil, 23 mil, a última cifra que vi.

N: Que não são PYMES?

E1: Esse é o total. As que são PYMES, cerca de 80% do total, digamos, umas 16 mil empresas.

N: E quantas mais ao menos para a fatura electrónica?

E1: As que usam softwares de outras empresas ou o total?

N: O total.

E1: O total são 22 mil!

N: Não, não, digo o total de empresas no país.

E1: O total do país? Ah, tá. Como possíveis clientes da fatura electrónica?

N: Isso, sim.

E1: Hum, bom, esse número sempre varia, inclusive vão abrir (possível nome de empresa 00:23:51/00:23:52) aqui, porque há empresas que são sazonais, tem um certo movimento por uns dois meses, e depois dentro de um ano... Entre 400 e 600 mil, creio, 600 mil que são as que imagino que...

N: É só para ter um tamanho do potencial de empresas. Quais foram, na sua visão, as motivações para o projeto da fatura electrónica? Foi a questão da timbragem...?

E1: Como disse Marcela, a primeira necessidade surgiu dos contribuintes. As empresas, como costuma acontecer, exceto em órgãos públicos, sinalizaram a necessidade de economizar em seus processos de faturação. Depois...bom, agora, principalmente hoje ou amanhã, se fossemos dar uma volta a um dos escritórios do Serviço, aqui em Santiago, principalmente perto da hora de fechar, estaria cheio de pessoas. O horário de encerramento é às 14h, mas fica cheio de pessoas dando voltas, e os funcionários saem às 14h30, 15h para almoçar e isso faz com que, digamos, haja pessoas que vão fazer operações no Serviço e por nada, para autorizar um documento, os contribuintes, na sua maioria, possuem bom comportamento tributário e fazíamos com que perdessem horas e horas para...

N: Era um custo muito alto para as empresas para fazer isso e é um bom contribuinte que, provavelmente, não vai...?

E1: Não é necessário que venha até o Serviço. Agora, pelo nosso lado, nos vemos obrigados a manter nossas instalações...

N: Têm muitos funcionários para fazer isso...

E1: Claro. E esses mesmos funcionários que poderíamos liberar quando a fatura electrónica vá ganhando mais força. Não vamos precisar ter tantos...

N: Quantos funcionários trabalham hoje só com timbragem?

E1: Timbragem...hum, no geral, são, na primeira linha, 10 ou 15 “cajeros” (00:26:28 a 00:26:30) nas mais grandes, 10 ou 15 linhas de funcionários que estão atendendo. E atrás deles há outra linha, de fiscais, que quando o “cajero” tenta atender o contribuinte que é bom o mais rápido possível. Se o sistema lhe indica que o contribuinte em questão não é um bom contribuinte, então precisa passar para um...

N: Para um fiscal, para uma revisão.

E1: Isso.

N: E nisso há quantos escritórios?

E1: Na mais grande?

N: É, a de Santiago.

E1: Sim, e à parte que com este projeto de segmentação que eu te dizia que está na Subdiretoria que se agrupa em grandes e médias empresas, nas direções regionais, todos os trâmites que o contribuinte faz, seja para início de atividades, modificações, algum aviso qualquer que requer o recebimento de um papel, se tramitam junto com a timbragem. É um projeto que se chama de segmentação. E aí mesmo nas regionais se separava o que era a operação IVA, o Imposto de Valor Agregado, do que era a Operação de Fiscalização de Imposto de Renda, e do que eram os trâmites de avaliações. Havia três unidades, principalmente, e se juntaram de acordo com o tipo de contribuinte. E além disso, com a plataforma que te dizia, aqui em Santiago, de 10 a 15 na primeira linha de atendimento. Mas em outros lugares vai diminuindo, vamos ver se me lembro de algum caso...por exemplo, em Iquique, acredito que eram cinco...você sabe, Iquique, que está ao lado...

N: E quantos dessas pessoas que são da primeira linha, se tudo fosse feito com fatura electrónica, quantos você acha que não ia precisar mais? Talvez a metade?

E1: Acho que a metade, talvez 25% a princípio para ser mais realista. Um em cada quatro poderia, pelo menos duas vezes na semana, que se poderia fazer fiscalização em campo, e não fiscalizar no escritório que não traz muito lucro.

N: Como foi visto pela área de Fiscalização o fato da coordenação do projeto ter sido feita pelo Depto. de Informática? É algo que é comum, todos os projetos são coordenados pela Informática ou...? Porque é um projeto muito importante para Fiscalização, para a parte de administração tributária e Informática conhece a parte mais técnica, mas não a parte do negócio, da fatura, da timbragem... Como isso foi visto na organização e por que se tomou essa decisão? Se é uma questão natural ou foi devido o fato de ser o início do projeto...

E1: Acredito que mais pelo início do projeto, era necessária a visão da informática, mais conceitual, podemos dizer, do que era a fatura electrónica, a linguagem, a forma em que se (palavra não compreendida 00:30:19 a 00:30:20) a informação. E uma vez que se entende isso, chamam-se os provedores, que também entendem dentro da linguagem informática suas necessidades, e depois se compara com as necessidades da Fiscalização. Mas, depois que nasce isso, acho que eu poderia dizer que...se seguiram também propostas da parte da Fiscalização para o desenvolvimento, se não desenvolvimento, para lê-lo, desenvolvimento satélite do que é isso da fatura electrónica. Também temos o portal mi PYMES...

N: Que também foi iniciativa da Informática, o portal mi PYMES?

E1: Sim, acho que sim.

N: A portabilidade eletrônica também?

E1: Sim.

N: Os projetos que são mais de tecnologia vêm mais de Informática e se envolvem as pessoas de Fiscalização?

E1: Claro. E sempre isso, bom, ao menos no caso da fatura electrónica e dos livros contábeis, a contabilidade eletrônica, foram iniciativas de uma pessoa da Fiscalização que não é necessariamente (palavra não compreendida 00:31:46 a 00:31:47). É assim como, que começam a dar a forma e os requerimentos básicos da informação que deve conter. Depois, de certa forma, é que foi passando para o que é a área de Timbragem...

N: Para uma revisão?

E1: Claro, e para dar forma a um modelo que pudesse finalmente atender ao contribuinte. E aí, começamos a trabalhar com os livros contábeis eletrônicos que tiveram uma boa aceitação por parte dos contribuintes. E eles mesmos solicitaram que sejam adicionados novos livros, porque tínhamos o livro razão e o balanço na forma eletrônica, e os contribuintes pediram livros de inventário e...

N: E esse também é um arquivo XML?

E1: Sim, sim, correto.

N: O contribuinte o faz com certas regras, o assina...

E1: Correto, e no final nos envia um resumo assinado. E os livros ficam com eles devido ao volume de informações.

N: E não têm que guardá-los impressos?

E1: Não, não precisam.

N: Não têm que enviá-los completos, somente o resumo?

E1: Correto. O resumo, e nesse momento para a Fiscalização há uma resolução, uma normativa, que diz como solicitar ao contribuinte uma informação caso seja necessário.

N: E as declarações de IVA e de Renda são feitas para o SII e as empresas o complementam, o revisam ou são as empresas que enviam as informações e o SII que as revisam? Há algum procedimento que com as informações da fatura electrónica, os livros eletrônicos, se faça as declarações de IVA pelo SII? Se pensa em algo assim?

E1: O que sim é feito é no portal mi PYMES. Considerando que são contribuintes com operações bem reduzidas, ou bem caracterizadas de forma geral, não têm impostos especiais ou alguma devolução. A esses contribuintes, que são fatura electrónica e têm um regulamento determinado de tributação, que se chama tributação simplificada... - não sei se você chegou a conhecer, por exemplo, eles não trazem livros de balanço, mas apenas livros de compra e venda, de honorários e remunerações, e gastos de “ingreso y ingreso” (00:34:36 a 00:34:37). Então se querem um ativo, podem reduzi-lo imediatamente a seu gasto... A esses contribuintes

que fazem tudo pelo portal do SII, oferecemos algumas soluções para que façam algumas coisas.. a eles se oferecem os códigos, mas sempre os códigos de formulário de IVA e de Renda no final do ano seguinte. Aqui a Operação de Fiscalização de Imposto de Renda é em abril. Aí se dá a eles os códigos de Renda e de IVA, somente. Mas deveria ser o contribuinte que os revisa e desbloqueia os códigos. Porque poderia ter algum investimento de alguma empresa, ou algo...

N: Algum ajuste que teria que esclarecer...?

E1: Claro. Um investimento em algum fundo, em algum banco, que necessita adicionar às informações e que pode mudar o total no final. Esse tipo de informação se facilita ao contribuinte. E aos que não usam o portal mi PYMES, exceto ao que usam um software de fatura electrónica, esse tipo de informação não é oferecida.

N: Mas a Fiscalização pensa em fazer isso no futuro? Quando a maior parte das empresas seja fatura electrónica, que tenham as informações para fazer os “pontos”(00:36:08 a 00:36:09), os cruzamentos de dados, as declarações de IVA, oferecendo os códigos e as empresas somente acrescentarem informações ou mudarem alguma informação?

E1: Marcela me contou que se pensou, em um determinado momento, fazer isso com os códigos de IVA. Mas deve ter sido há muito tempo atrás, porque eu não me lembrava que se pensava fazer isso com esses códigos. O que estão fazendo agora, como te contava Marcela, é que estão gerando o cruzamento de dados, para quando o contribuinte envie mensalmente seus livros com compra e venda, gerar os códigos de (palavra não compreendida 00:36:52 a 00:36:53) e comparar com o que o contribuinte declarou. Mas não se pensou em oferecer esses códigos para que ele...

N: Isso é somente para a Fiscalização comparar a informação da empresa com o que o SII calculou? Para os cruzamentos de dados, para a auditoria da Fiscalização?

E1: Exatamente. E isso, igualmente, estamos trabalhando com a área de processos massivos que se dedica a pegar essa informação e se encarrega de fazer o cruzamento...

N: Mas isso é de Informática? Ou é um departamento à parte?

E1: Não, é um departamento de Fiscalização.

N: Ah, fiscalização de processos massivos?

E1: Sim. E eles têm seu equivalente com quem trabalham...não necessariamente poderia ser com os da área de Marcela, acho que inclusive trabalham com outro departamento.

N: A área de processos massivos é da Fiscalização e foi criado por causa da fatura electrónica ou já existia antes?

E1: Não. É parte da reestruturação que aconteceu aqui na Subdireção. Antes havia departamento de IVA, de Renda e de Grandes Empresas Internacionais, e como lhe dizia, havia de fatura electrónica ou cadastro de contribuintes também existiu em um determinado momento. Tudo isso se reorganizou e com essa nova ordem criou-se esse departamento de processos massivos.

N: Quando foi essa reestruturação?

E1: Em 2008. No entanto, o seu trabalho mais forte é com a Operação de Fiscalização de Imposto de Renda, todos os cruzamentos mensais ou semestrais. Bom, em maio, ou seja, abril e maio de cada ano são os meses para a Declaração de Renda, o cruzamento de dados, quem declarou comprar o que com o outro contribuinte...

N: Mas tem alguém em fatura electrónica nisso desde o começo?

E1: Sim, claro. Eles adquiriram parte do conhecimento que esse departamento tinha sobre a Operação IVA e levaram gente para lá e eles são os que estão trabalhando com o que é a fatura electrónica, e são os responsáveis pelos processos intrínsecos. O que temos visto é que os contribuintes também têm passado por um processo de aprendizagem; a fatura electrónica tem muitos campos, você mesmo viu, e o contribuinte pode se confundir, inclusive, em que ordem colocar a informação. E isso leva à falta de todos os cruzamentos de dados, de informações que o departamento de processos massivos necessita. E os contribuintes são chamados e temos que conversar com eles, perguntar-lhes “O que aconteceu aqui?” e verificamos que colocaram informações em partes diferentes de onde deveriam colocar. Então, parte de esses cruzamentos massivos estão bem embasados na divulgação tributária ao contribuinte. Digamos que é importante que cheguemos aos contadores que existem no país para que se logre essa operação tributária. A fatura e o livro em papel eram bastante livres porque o papel “aguentava”, mas agora se veem na obrigação de organizar-se...

N: Os contadores não participaram muito desse processo da fatura electrónica pelo que...?

E1: Sim, mas aí é que está outro fator, que é a educação digital do contribuinte, e de modo geral, de toda a população. Se temos uma grande massa de contadores (trecho não compreendido 00:40:56 a 00:41:01), ainda que temos alguns mais adultos, mais (palavra não compreendida 00:41:06 a 00:41:07), outros que são mais reativos, que adquirem mais facilmente o conhecimento.

N: E com o portal PYMES?

E1: Eles participaram...

N: Participaram porque a fatura electrónica foi iniciativa das grandes empresas...

E1: Sim, correto.

N: Então as grandes empresas têm a sua contabilidade própria, têm um contador ou uma empresa que lhe presta serviços, não?

E1: Não, não.

N: Mas para as empresas menores, os PYMES, normalmente há um contador que...

E1: Que vai de vez em quando ou atende a outros...

N: Sim. Por isso é importante a participação...

E1: Claro. Mas aí é necessário prestar atenção, porque temos um caso de uma empresa que está em uma região, essa empresa é uma grande empresa de (palavra não compreendida 00:42:04 a 00:42:05)

N: Não sei o que é (idem ao anterior).

E1: De embutidos, patês, salames, presunto, essas coisas. E eles são grandes produtores e ganham muito dinheiro. E eles se incluíram na fatura electrónica, mas não emitem documentos eletrônicos. E tem todos os benefícios da fatura electrónica, que é adiar o pagamento do imposto IVA, do dia doze ao dia vinte.

N: Eles têm benefícios por ter fatura electrónica, como adiar o pagamento? Quais outros benefícios existem?

E1: Esse é o principal, o “doce” que o Estado lhes entregou, porque isso...

N: Porque vão ter dez dias mais...

E1: O ganho financeiro que vão a ter com isso...Esse é um decreto de lei presidencial que todos aqueles que façam suas operações por internet pode postergar o pagamento deles.

N: Inclusive os PYMES?

E1: Inclusive os PYMES. Então, e todos os outros benefícios são mais financeiros, mais comerciais...

N: A Timbragem...

E1: Isso, isso. Mas o mais palpável é esse. Assim, este contribuinte desfruta desse benefício mas não emite documentos eletrônicos. Falamos com ele e nos disse que não pôde ainda fazer isso e nos dá todas as razões que você quiser.

N: E vocês não tem como obrigá-lo? A empresa que é fatura electrónica pode manter a impressão dos documentos em papel ?

E1: Correto.

N: Não existe um prazo...?

E1: Não. Temos na resolução uma opção, quer dizer, um “resolutivo”(00:43:50 a 00:43:51) que nos indica que se o contribuinte não emite documentos eletrônicos num prazo de seis

meses, podemos excluí-lo do sistema de fatura electrónica. Até o momento, não fizemos isso, devido à etapa de incorporar e atrair contribuintes.

N: Mas para ter esse benefício do pagamento...

E1: Dia 20.

N: Dia 20, isso. A empresa tem que passar pelos processos de aprovação de sua fatura, de autorização...?

E1: Correto.

N: Então, essa empresa passou pelas quatro etapas de validação, com testes de...?

E1: Sim. Uma das explicações que eles nos deram foi que a nível centralizado podem fazer a fatura, mas em suas filiais, onde efetivamente operam não conseguiram fazê-la. E acreditamos que isso não está relacionado com a questão financeira, porque eles são uma empresa grande, e sim que pode ser um pouco pela influência do contador.

N: Ah, ok.

E1: E outra empresa grande, não tão grande, também ocorreu que... O ano passado fizemos um focus group com empresas grandes e empresas mi PYMES, tanto os que eram fatura electrónica como os que não eram. E uma das razões que apareceram para não incorporar a fatura electrónica era que o proprietário ou o contador eram relutantes a utilizar este sistema. Bom, porque havia problemas de informação ou não eram avisados...

N: Eram relutantes quanto à informação da fatura ficar à disposição do SII ou...?

E1: Exato. E também mitos. Mitos, que eles diziam que podiam emitir uma fatura hoje, em papel, por uma operação que foi feita há um ano e ninguém lhes diz nada. “Só se vêm me fiscalizar, que vão me aplicar uma multa”. Eles pontuavam que com a fatura electrónica isso não podia ser feito, o que não é verdade, porque isso é possível de ser feito, porque eles vão enviar, e o sistema vai identificar imediatamente que é de uma data muito anterior ao dia em que se está enviando o documento. Assim, surgiram alguns mitos que de certa forma é necessário desmenti-los. Mas também é o que você disse, que a exposição ao Serviço, o contador que não quer compartilhar a informação...

N: Outra coisa: a participação da Administração na fatura electrónica foi importante para o projeto? Ter o apoio dos diretores, de Fiscalização...? Marcela me contava que isso foi importante, não sei se você tem a mesma percepção...

E1: Sim, sim. Foi importante que...

N: E isso continua sendo um ponto importante...? Você me disse agora que foi feito um focus group para ver porque não há mais empresas com faturação electrónica. É uma demanda dos diretores que a fatura electrónica cresça, tem sido dada uma importância para isso ou se

considera que o projeto já está implantado, que há outras coisas mais importantes pra fazer, como está isso hoje?

E1: Não. O que tenho visto é que isso é importante, e mesmo que a fatura electronica já esteja implantada, todavia é necessário ainda o apoio da direção. E esse apoio existiu desde o diretor que lançou a fatura eletrônica, que foi Chevèrre, e depois com Juan Toro existiu todo o apoio para a fatura que estava crescendo, depois com Ricardo Escobar, que manteve esse apoio, digamos que de um modo mais vago, mas manteve; e agora com esse novo diretor disse explicitamente em sua mensagem que vai fortalecer a fatura electronica. E esse focus group, em particular, foi feito tendo em vista a oportunidade de lucrar algum dinheiro e se colocou que o tema importante era a fatura electronica, e foi...digamos, competiu com outros projetos aqui dentro...

N: Tinha que haver bons argumentos para poder receber o investimento...

E1: Sim, claro. E convenceu e foi realizado. E o que vinha depois desse focus group seria um estudo quantitativo, do qualitativo se passaria ao quantitativo, mas esse ano diminuíram todos os fundos, no geral, para...

N: (trecho não compreendido 00:48:40 a 00:48:43). E os fiscais, como receberam a fatura eletrônica? Têm algum tipo de preocupação com isso como ficarem desempregados, como é a percepção dos fiscais que estão em campo?

E1: Eh...acredito que assim como foi difícil com os contribuintes, bom, não difícil, foi toda uma tarefa de educar os fiscais de como é a fiscalização desses novos documentos. E a princípio, o que eu percebia é que esses fiscais, funcionários, viam a fatura electronica como um salva-vidas, uma espécie de documento ideal, uma vez que não haveria a possibilidade de ocorrer erros. Zero erros, poderíamos dizer. Mas, por isso mesmo, cada vez que falava com eles, me diziam: “Bom, mas a fatura electronica não vai permitir isso”. É parte da educação mostrar-lhes que o contribuinte poderia cometer erros, sejam voluntários ou involuntários, ou mesmo fazer alguma coisa com a fatura electronica para poder cometer fraudes fiscais. Em parte porque toda fatura, bom, imagino que de forma similar ao modelo de vocês, o contribuinte precisa enviar a fatura para cá primeiro e depois entregá-la ao seu cliente. Às vezes, o envio ao SII não foi realizado, mas houve uma operação comercial e uma emissão de um documento correspondente, só que a comunicação com o Serviço falhou. Então, quando um fiscal se deparava com essa situação, dizia “o documento não está aqui no Serviço, então essa é uma operação falsa”. E queriam começar todas as ações penais, penais não, de sanção para as empresas. Então é preciso chamá-los à razão.

N: E houve um treinamento? Todos os fiscais tiveram um treinamento sobre fatura electronica?

E1: Não. Digamos que...anualmente se oferece um curso que é de fatura electronica, que está orientado a todos os contribuintes, seja a nível de país, seja apenas aqui em Santiago, de várias sessões. É um curso que dura dois dias, no qual se ensina aos funcionários o que é a fatura electronica, qual é a normativa, o que fazer em certas situações e é mostrado a eles o portal mi PYMES à maneira de exemplo, para aproximá-los do tema da fatura electronica.

N: É a sua equipe que faz isso ou tem uma...?

E1: Nós editamos o curso, e sim, nós que o ministramos, mas está organizado em um departamento a nível de capacitação. No entanto, podemos...acho que o que aconteceu naquele momento é que a fatura estava em uma etapa de crescimento. Havia muitos desconhecimentos e mitos mesmo entre os funcionários. E também um pouco porque eles têm seu trabalho, seu dia a dia e então acrescentar mais um conhecimento, sobre fatura electronica, não os agrada muito, de...

N: Qual é a idade dos auditores, são pessoas mais velhas?

E1: Não, há de todas as idades. Mas, por exemplo, um colega foi agora à Valdivia, ao sul, e me dizia que numa parte de um departamento, o de Atendimento ao Contribuinte, a faixa etária dos funcionários era acima de 40 anos. Mas ele ministrou o curso e eles foram muito receptivos. Ele me dizia isso por ser uma coisa que lhe chamou a atenção. Mas em outras partes há funcionários jovens...

N: E a capacitação para os funcionários é a mesma que para os contribuintes?

E1: Não, é diferente. Se orienta mais à fiscalização e se diz aos funcionários...bom, compartilha coisas que há na capacitação para os contribuintes, ao contar a eles que existe a solução software, que está no SII, mas...

N: Mas se mostra a parte de fiscalização.

E1: Sim.

N: Uma outra coisa: por que não se obriga as empresas a se incluírem na fatura electronica, qual é a dificuldade? Nós no Brasil caminhamos mais rapidamente obrigando as empresas a fazer a fatura electronica. Este ano vamos cobrir todas as empresas, as indústrias, as lojas de departamento, todas vão entrar este ano. Se pensa em fazer isso? Qual é a dificuldade? É uma questão de opinião das pessoas, do SII ou é uma coisa da normativa, a lei que não se pode mudar, qual é a explicação?

E1: (risos) Bom, acho que essa pergunta vai mais para cima, até a parte da diretoria do Serviço. Mas, esse ano, se falou mais sobre essa alternativa de obrigar as empresas a serem

emissores eletrônicos. Eu pelo menos, em nível de chefia, escutei isso que se poderia obrigar as empresas, dando-lhes um tempo, alguma facilidade, depende. Anos anteriores não se escutava isso e se orientava os contribuintes de que isso não iria acontecer, que em nenhum momento a fatura seria obrigatória, pelo menos no curto prazo.

N: Existe alguma dificuldade na normativa?

E1: Não. Não existiria...

N: Porque se obrigam outras coisas. É obrigatório timbre de cunho que é uma coisa muito mais cara.

E1: Sim. O que eu acredito é que há um pouco de política nisso de não obrigar. No entanto, também há outro tema que nos ocorreu no documento papel, que quando o contribuinte era um mau contribuinte e queria ir autorizar sua fatura, e o funcionário o via, via seu histórico e lhe dizia que não podia autorizar porque ele não nos havia pagado o IVA, que procurava o endereço onde exercia sua atividade comercial e não o encontrava, que já havia sido convocado a comparecer ao Serviço e não foi, e assim não lhe podia timbrar o documento; o contribuinte ia a um juizado no qual um juiz interpunha um recurso de amparo, parece que se chama assim, de que no fundo o SII estava impedindo o desenvolvimento social e comercial da sua empresa. Não sei se existiria a mesma figura se obrigássemos as empresas a fazer a fatura electrónica, no sentido de que terão que adquirir o software e no caso de que não consigam fazer a implantação no tempo determinado, não poderiam exercer sua atividade comercial.

N: O que fizemos no Brasil foi ter uma solução de software que se pode - como vocês têm no portal PYMES - temos um software que qualquer empresa que queira pode usar para a emissão de nota eletrônica, que é nossa “fatura electrónica”. Penso que teria que haver o mesmo, uma opção para as empresas que não tenham condições de ter o seu próprio sistema de faturação electrónica, que possa fazê-lo sem custo.

E1: Claro.

N: Acho que isso é importante para que se possa obrigar. Isso foi o que fizemos e não tivemos problemas, porque é a mesma coisa: se obrigamos a fazer algo que é caro, se poderia ir a um advogado, juiz e ter o que chamamos no Brasil de “mandado de segurança”, uma ação que é isto é um excesso da Administração, de suas atribuições...

E1: E aí, como fazem? Ou seja, o temor é que, de todas as formas, uma grande empresa se negue a incluir-se na fatura electrónica, não aconteceu isso com vocês?

N: Não. Não aconteceu porque temos isso.

E1: Ainda que seja...

N: Se eu quisesse...se não tem condições de investir para desenvolver seu sistema de fatura electronica, nosso Serviço oferece isso sem custos. Então..

E1: E se envia por internet...?

N: A mesma coisa. Mas é um software que não foi feito para grandes empresas, mas se a empresa não tem condições de ter outro, pode usar esse.

E1: Claro.

N: Deixa eu ver aqui...Percebeu-se algum incremento da arrecadação do IVA com a fatura electronica? Há algum estudo que demonstre que as empresas que utilizam a fatura electronica têm uma arrecadação maior...?

E1: Não, não há estudo...

N: Mas se acredita que com a fatura electronica, haverá um incremento da arrecadação ou não?

E1: Sim.

N: Essa é uma coisa que se pretende mais para o futuro?

E1: Acredito que a partir desse ano, o novo diretor, em sua mensagem anual, colocou como objetivo estabelecer a fiscalização aos contribuintes que tivessem documento eletrônico, fortalecer essa fiscalização. E também nisso estava o desenvolvimento da fatura electronica, estava o conhecimento por parte dos funcionários, da chefia...

N: Então as empresas que estivessem com a fatura electronica teriam menos fiscalização que as outras?

E1: Podiam fazer o mesmo. Podendo até fiscalizar mais tendo os documentos eletrônicos.

N: Se faziam o mesmo.

E1: Claro.

N: Houve outras simplificações para a empresa que utiliza fatura electronica? Você me disse do pagamento do IVA que se pode adiar e o timbre de cunho que não é mais necessário..

E1: Correto

N: Há outras simplificações ou vantagens para a empresa?

E1: O livro de compra e venda, onde registram a compra e venda mensal, o contribuinte o levava em papel ou vinham em um computador, mas a Fiscalização tinha que ter um papel para entregar, imprimir e entregar ao fiscal. Agora o contribuinte...na normativa não está muito claro..., mas a princípio, os contribuintes que são emissores eletrônicos já não deveriam levar esse papel e sim levar esta informação eletrônica de compra e venda. E enviá-la mensalmente ao Serviço, mas já não em papel, mas de forma eletrônica.

N: Mas levam essa informação em um DVD ou CD?

E1: Não, envia-se por internet, claro. Sempre que a informação é muito grande se envia por (trecho não compreendido 01:01:56 a 01:02:02). Que mais disso eu poderia falar? Bom, da mesma maneira, se você faz uma fiscalização a um contribuinte, na primeira etapa se poupa de levar isso a um fiscal; o fiscal vai e solicita ao nível central a informação, economizando um passo na fiscalização.

N: O fiscal tem acesso à informação eletrônica?

E1: Não diretamente.

N: Então a solicita...?

E1: Até agora, ele está pedindo e está centralizado em nós...

N: Mas como a recebe?

E1: Enviamos em um arquivo Excel, porque a informação está em um arquivo XML.

N: Mas é um arquivo Excel já trabalhado ou é o XML das faturas por linha?

E1: Sim, é por linha. No entanto, temos utilizado a função do Excel que agora lê o XML e o converte. Mas quando há impostos adicionais, o que acontece, se informa na linha do livro da sua fatura, mas se tem um imposto adicional, se duplica a informação abaixo, e vem em forma como...

N: Entendi.

E1: E aí há certos problemas, então aí usamos outros conversores de XML, dá um pouco mais de trabalho. Mas, se o funcionário pede a informação somente de modo geral, é mais fácil, lhe enviamos...

N: O fiscal é obrigado a pedir isso ou se... o procedimento de fiscalização, se tem fatura electronica, o fiscal é obrigado a solicitar a informação para vocês e utilizar ou não? Pode fazer seu trabalho com os papéis, com outras informações?

E1: Isso ficaria a critério do fiscal, mas geralmente necessitam dessa informação. Poderia, por exemplo, para (palavra não compreendida 01:04:09) o formulário 29 de IVA, poderia pedir somente a fatura, mas uma fatura de compra e venda. Mas para ir mais além e fazer melhor a comparação, é melhor ter este livro. Mas não é obrigatório pedir.

N: O fiscal pode pedir ao contribuinte as informações eletrônicas ou...?

E1: Sim. Há uma resolução que está disponível para todos que diz que o fiscal pode averiguar isso com o contribuinte, mas há uma circular, que é um tipo de documento interno, que preferencialmente se peça as informações à central...

N: Que não se peça essas informações ao contribuinte...

E1: Porque o contribuinte sempre vai se sentir incomodado por ter que enviar ao fiscal essas informações. Já aconteceu do funcionário pedir ao contribuinte uma informação, e ele

responder: “Mas você já a tem porque eu já a enviei”. E mostra o recibo de que o fiscal já a tem em seu poder.

N: Mas a normativa de vocês não foi alterada, ou seja, o contribuinte deve guardar os arquivos das faturas eletrônicas por seis anos.

E1: Sim, correto.

N: Por que não se elimina isso...? Se o SII tem a informação eletrônica, por que não se tira...?

E1: É por...creio que também é pelo modelo que utilizamos de emissão, ou seja, é um dos principais motivos que vimos que é necessário que o contribuinte guarde o seu recibo de emissão ou recepção, porque temos este modelo que o contribuinte envia ao Serviço e não é necessário que espere uma resposta para poder entregar a fatura ao seu cliente. Em todo caso, o cliente deve verificar o documento no site do Serviço. Às vezes, não interessa ao contribuinte verificar o documento, às vezes as empresas me vendem computadores e me emitem uma fatura, e que é algo que está na sua maneira de operar e não está correto, mas não há prejuízo fiscal ou o que seja. Imagine que eu nunca consultei essa fatura e ela nunca chegou ao Serviço, somente o emissor a tem. Então, eu acredito que essa seja uma justificativa para... Pode haver outro motivo que não me lembro agora, mas...

N: Mas não se pensou em tirar isso...

E1: Não.

N: ... e que o contribuinte, no caso de que necessite da fatura, possa buscá-la no SII, ou seja, fazer um download da fatura no SII, isso não se pensa?

E1: Não, não se pensa em fazer isso. De fato, talvez possa haver alguma outra explicação informática, depois vamos conversar com Marcela...porque também acontecem certas (palavra não compreendida 01:07:21 a 01:07:22) documento ou livros que o contribuinte envia a um “repositorio”(01:07:26 a 01:07:27), que é como mais, é uma forma mais lenta de acessar essa informação. Pode ser isso também, mas finalmente pensamos que é o contribuinte o responsável final por guardar suas informações, de justificar, de ter seus códigos de venda...

N: De ter a informação. Antes a tinham em papel, agora a tem de forma eletrônica.

E1: Correto.

N: O impresso, a representação da fatura eletrônica, não é preciso guardar?

E1: Para os que são eletrônicos, não.

N: Se pode destruir?

E1: Claro.

N:Há um prazo que tem que guardar ou confirmar que está no SII, como é isso?

E1: Até o momento que receba o documento eletrônico. Aí sim, pode eliminar esse documento impresso.

N: Outra coisa: a representação impressa pode ter coisas que foram colocadas de forma manual?

E1: Sim.

N: Como uma data, uma coisa manual que não esteja no arquivo XML?

E1: Há uma em particular que se assinala no instrutivo técnico, que não é a nível normativo, mas a nível técnico, que em todo o caso, faz referência à normativa. Disse que no transporte, a patente do caminhão, o nome, o código de cadastro fiscal da empresa e o identificador do motorista. Esses são os únicos documentos que explicitamente foram citados que se podem colocar à mão.

N: Mas não se guarda o conhecimento de transporte em papel?

E1: Não.

N: Essa informação não vai se perder?

E1: Exatamente, se perderia.

N: Mas somente para o transporte, essas informações são necessárias?

E1: Correto.

N: Mas depois não é necessário tê-las?

E1: Não, não.

N: Ok. Uma outra coisa: a validação que é feita aqui com a fatura. Há uma primeira validação que é somente a assinatura, isso para gerar o recibo; e depois haveria o processamento das validações da fatura que se envia por e-mail para a empresa. Marcela me disse que essas regras de validação não são publicadas, não é de conhecimento das empresas quais são os erros que se verificam... O que você acha disso? Acha que deveria ficar disponível para as empresas? Porque a empresa vai saber, depois de um tempo, quais são as validações pelas faturas que manda e pelos erros que recebe, mas não sabe de tudo. O que você pensa, como Fiscalização? Que se deveriam abrir essas informações para as empresas para que se gerassem menos erros? Ou não, que isso é sigiloso da Fiscalização e que não deve ser aberto?

E1: A minha posição é que não deveríamos abrir. Mas, discutimos isso com os rapazes aqui da área sobre essa questão, e alguns são a favor de que sim, deve-se abrir essa informação, e outros que não, que não deveria entregar-se porque são erros que, digamos, com conhecimento tributário não deveriam ocorrer. Há outros que defendem que são erros que nós mesmos estamos criando, porque não estamos orientando tão corretamente o contribuinte, ou colocando no site algum guia para certos valores de imposto, não necessariamente indicar-lhe

como é feita a validação, mas dizer “em certos casos de operação, faça isto e isto”. Não dizer é a validação como tal, mas o correto que deve fazer. E tampouco fizemos isso, então estamos um pouco divididos.

N: Ok. Depois que é feita a validação e enviado o retorno para a empresa, este arquivo XML tem outras validações, como por exemplo, de Fiscalização, outros...

E1: Mais duras.

N: Mais duras? E vocês tem o que poderíamos chamar de “pós-validação”? Vocês fazem isso ou não?

E1: Agora vamos fazer com o Departamento de Processos Massivos, quer dizer, eles vão se dedicar a isso.

N: A parte de fiscalização posterior?

E1: Sim, de fiscalização posterior.

N: Se pensa em fazer isso?

E1: Sim, se pensa. No portal mi PYMES, por exemplo, propomos alguns códigos de formulário IVA e formulário Renda. Esses mesmos códigos, ou seja, que são de conhecimento, e se transpassaram à área de processos massivos para que se façam os cruzamentos de IVA e Renda, digamos, e também outros cruzamentos de validação de documentos, ou de informações de fiscalização. Mas isso se fará agora. Efetivamente, há muita... se voltamos a falar dos fiscais, muitos dizem que, às vezes, as informações que os contribuintes lhes enviam, os livros, não servem de nada porque não são validados. O contribuinte pode enviar um livro zerado, dizendo que não houve nem compra nem venda em um mês, e o fiscal vê isso, mas não é bem assim, o livro não serve. E nós lhe respondemos até a primeira validação, que houve uma segunda, que (trecho não compreendido 01:13:56 a 01:14:01) e até ali nós respondíamos ao fiscal que o livro estava ok, que o recebemos e está correto. Mas a terceira validação, quando dizemos ao contribuinte “Escuta, o que você está nos enviando não corresponde à realidade”, não estamos fazendo, e o contribuinte pode dizer “Mas eu enviei e não disseram nada”. Assim, é necessário que se faça essa revisão posterior.

N: Você me disse que os arquivos das faturas electronicas são disponibilizados para os fiscais em Excel. Não há uma disponibilização pela internet, ou web...?

E1: Vamos a trabalhar nisso. De fato, é o projeto que queremos fazer.

N: O que é necessário para que o fiscal tenha acesso a essa informação da fatura? É preciso uma autorização da Fiscalização...?

E1: Pensamos em deixá-la a nível de chefias, a de grupo, que seria a primeira chefia, a mais abaixo, a chefia de grupo, ou a nível de chefe de departamento, e que ele possa designar quem vai...

N: Quem vai ter acesso às informações.

E1: A quem ele autorizar, correto. Mas não a nível de funcionário fiscal, como tal.

N: Então hoje vocês não tem o cruzamento dos dados das faturas entre as empresas? Isso é feito ou não?

E1: Sim. No entanto, o que acontece é que há certos contribuintes que têm vendas de mais de um milhão de dólares, não me lembro bem o número, compras por mais de um milhão de dólares – isso estamos falando de qualquer contribuinte – tem a obrigação de apresentar uma declaração (palavra não compreendida 01:15:52 a 01:15:53) onde informa compras e vendas que realizou, quais são seus clientes e quais são seus provedores. Isso para todos os contribuintes. Para os que são emissores eletrônicos, eles não são obrigados a apresentar essa declaração (idem ao anterior) porque enviam a informação eletrônica de compra e venda. Que esse é outro benefício para os grandes contribuintes. Um benefício baseado em uma obrigação que estabelecemos internamente. Então esses emissores eletrônicos caem nos mesmos cruzamentos de dados que as empresas que apresentam essa declaração (idem ao anterior). Então se compara a fatura que um contribuinte emitiu de tanto com a que recebeu outro contribuinte...

N: Esses cruzamentos são feitos automaticamente?

E1: Sim, automaticamente. E à raiz disso, são feitas observações...

N: E como isso é comunicado ao contribuinte? Para que ele revise...? É por e-mail...?

E1: É através da página na internet. Isso eu sei que existe, que o contribuinte pode acessar suas observações e parece que se são mais de “X” observações, e o dinheiro envolvido é acima de “Y”, o contribuinte é chamado à direção regional para dar esclarecimentos.

N: Mas é dada a oportunidade ao contribuinte de revisar sem receber uma multa? Ou se há erros, tem que pagar uma multa?

E1: Não, não, a multa não é imediata. Não somos nós que coordenamos esses cruzamentos, mas pelo que temos visto, se informa primeiro o contribuinte e a partir disso, se é necessário, é feita uma fiscalização para ver o que ocorre e no caso de haver os antecedentes necessários, se “cursa la infracción” (01:17:53 a 01:17:54).

N: O planejamento das empresas a serem fiscalizadas é feito com base em algum indicativo de fatura electrónica? Ou não se tem isso hoje?

E1: Não, hoje não há nenhum em particular.

N: Se pensa em utilizar a ferramenta de data mining ou já a têm?

E1: Há uma ferramenta que, não sei se você conhece, Hyperion...

N: Como se chama mesmo?

E1: Hyperion.

N: Hyperion.

E1: Bom, é uma ferramenta que está em todo o SII, então há dados de clientes, seus domicílios, as declarações de IVA, de Renda...

N: E as suas faturas electronicas estão nessa...

E1: As faturas electronicas não, mas estão os resumos que os contribuintes enviam dos seus livros.

N: Os de compra e venda.

E1: Claro. Mas não há informação detalhada devido ao volume de dados.

N: Mas se pensa em incluir isso?

E1: Não, não pensamos. A curto prazo, não, creio que pela quantidade de volume, porque os documentos eletrônicos chegam à ordem de 100 milhões mensalmente, então...é preciso consultar.

N: E como pensa a Fiscalização quando uma mesma empresa pode ter faturas electronicas e faturas em papel? Então uma parte dos fiscais teria que verificar as faturas electronicas e, a outra, as faturas em papel...isso não é complicado para a Fiscalização? Ou se pensa que as empresas vão aderir à fatura electronica e que não será mais necessário usar os papéis?

E1: Pensamos o que acaba de dizer, que as empresas vão migrar sozinhas para o sistema de fatura electronica. E para responder a primeira pergunta: em uma primeira etapa os fiscais solicitam os livros, se baseiam muito nos livros de compra e venda; quando é necessário realizar uma auditoria, já tem que ir a um nível superior de fiscalização, e nesse caso tem que olhar os papéis e isso deve ser bem incômodo. Porque têm que ver os documentos em papel e por outro lado os documentos eletrônicos, verificar se foram recebidos pelo Serviço e nós temos que enviar essa informação ao fiscal, então podemos dizer que sim, é mais complicado mesmo.

N: Foi verificado algum aumento na produtividade dos fiscais com a fatura electronica? Ou uma economia de tempo com a fatura electronica quando se tem uma empresa, se gasta menos tempo na fiscalização?

E1: Não, eu acho que não, não recebemos nenhum relatório formal da chefia indicando economia, gasto ou reorganização de recursos na Fiscalização devido à fatura electronica. O que te indicava que é uma economia de tempo seria no momento de solicitar ao contribuinte

que traga os antecedentes, isso sim é uma das principais economias que se tem. Algo que também vimos na Direção de Grandes Contribuintes, onde se faz várias devoluções dessas de 48 horas, por exemplo, que já não é necessário que o contribuinte traga as coisas, mas somente verificar a base de dados e fazer os cruzamentos necessários.

N: O perfil do fiscal vai mudar com a fatura electrónica? Você acredita que o fiscal de hoje vai ser, daqui a cinco anos, o mesmo fiscal, que trabalhará com mais faturas electrónicas, que vai trabalhar com ferramentas de cruzamentos eletrônicos? Acha que vai mudar ou não, o que você pensa sobre isso?

E1: Acredito que em certa medida, se verão obrigados a mudar para atingir a produtividade que lhe seja exigida. Mas, digamos que o perfil do funcionário, formalmente, será sendo o mesmo; vamos continuar solicitando que seja contador-auditor, engenheiro comercial ou um administrador público. E sim, terá que fortalecer a parte computacional como usuário de programas de computador, como Excel, ou talvez até o Access, que hoje em dia não é muito utilizado a nível de usuário final. Vai ter que existir um aprimoramento do uso dessas ferramentas por parte dos funcionários. Por outro lado, lançaram há pouco tempo um dispositivo móvel que é capaz de ler o código de barras dos documentos impressos e tem comunicação via celular para verificar dados do contribuinte, dados da fatura, etc. Tudo isso vai requerer do funcionário um conhecimento de base desses sistemas, especializar-se...

N: Todos os fiscais receberam isso, todos os que trabalham...

E1: Presencialmente? Eles principalmente, não todos. Podemos ter casos em que um funcionário receba um documento e claro, não saber o que fazer, e vai ter que perguntar a seu companheiro como se faz...

N: Todos os fiscais têm equipamentos como notebooks ou outros equipamentos de informática para trabalhar ou têm que ter isso... os fiscais trabalham nos escritórios ou trabalham em casa?

E1: Não, no escritório.

N: E têm como infraestrutura...?

E1: Um computador, claro.

N: Mas para sair à rua, não têm computadores...

E1: Portáteis? Não. Esse dispositivo móvel que eu te falei é para certos casos de fiscalizações em terreno, e também há notebooks para dar atendimento a contribuintes em zonas mais distantes. Mas, além disso, não existem equipamentos para as fiscalizações em terreno.

N: O que você pensa para o futuro da fatura electrónica, quais são as próximas etapas do projeto, se há algum risco no projeto que não seja solucionado, que possa retroceder?

E1: Quanto ao futuro próximo, penso que temos que mudar o modelo de incorporação de contribuintes. Geralmente, o contribuinte demora muito para passar por essas quatro etapas.

N: Quanto tempo leva?

E1: Um mês, no mínimo, sendo o mais rápido possível, em quinze dias. No final desse processo de quatro etapas, aparece uma resolução que diz: “Este contribuinte está autorizado a trabalhar com fatura electronica”. É preciso publicar essa resolução no diário oficial, que tem um custo, então decidimos publicar juntas algumas resoluções em certos períodos de tempo, ou seja, a cada dia 15 e 30 de cada mês.

N: Então, dependendo do dia, pode levar até dois meses.

E1: Claro, claro. Às vezes até três meses na implantação, exceto algum contribuinte que esteja em processos de implantação e de certificação ao mesmo tempo. Penso que esse modelo estava feito para o começo, e agora que já começamos e que estamos na etapa de crescimento, não mais inicial, mas de um crescimento estabelecido, temos que atender de forma massiva esses contribuintes. Acredito que essa é a principal mudança que vejo no curto prazo, disponibilizar melhor a informação aos contribuintes que são faturadores electronicos.

N: Mais serviços? O que seria isso, mais informações?

E1: Mais informações, por exemplo, com perguntas frequentes, com circulares, que são uma forma de explicar aos contribuintes como (palavra não compreendida 01:27:57) fatura electronica. Já incluímos a maioria dos contribuintes no modelo geral mais utilizado, agora falta incorporá-los aos modelos menos utilizados, digamos, pelos contribuintes. Há alguns contribuintes que precisam de campos especiais na fatura electronica, e atualmente não estão disponíveis para eles. Há outros documentos hoje que os contribuintes utilizam em papel, que são geralmente documentos utilizados na zona franca, que não estão existem em formato eletrônico.

N: Mas que têm timbre e...

E1: E se usa o cunho, etc. Então, creio que essa seria a etapa seguinte, considerar incluir os contribuintes... Também temos uma lista de melhorias contínuas da fatura electronica que estaremos levando a cabo, e são coisas pequenas; como, por exemplo, essas validações que tínhamos da fatura electronica quando ingressa, há muitas validações que se realizam, que hoje em dia são advertências. Ele é avisado, “Você está cometendo um erro na emissão do documento”, mas se permite que ele ingresse na base de dados do Serviço. Isso falávamos com Willivaldo, nosso colaborador em Informática, não me lembro se foi com ele, mas que deixamos assim porque estávamos na fase de captar clientes. Agora que se encerra a parte de orientar o contribuinte, começaremos a rejeitar esses documentos. Esse tipo de coisa,

desenvolvimento externo, desenvolvimento interno, temos muito centralizado o que é a fiscalização do contribuinte aqui. Por exemplo, se um contribuinte vai à regional mais próxima e consulta quem são os usuários autorizados para operar com fatura electrónica de seu RUT (código de cadastro fiscal da empresa), a direção regional não teria como responder isso sozinha, precisaria fazer uma consulta ao nível central e adquirir essa informação para passar ao contribuinte. Isso tem que mudar, é preciso destinar a (palavra não compreendida 01:30:20 a 01:30:22) aos escritórios. Talvez isso pudesse ter sido feito desde o começo, mas não se fez. Então agora é a oportunidade...

N: E para Fiscalização, quanto tempo levará para que tenham os sistemas de fiscalização, para os cruzamentos de dados massivos? Há um planeamento em relação a isso?

E1: Os cruzamentos de dados massivos estão em outro departamento e estão fazendo isso agora. Estão sendo feitos alguns cruzamentos massivos, propondo cruzamento de informações. Imagino que dentro desse ano, ou, é que não sei ao certo os prazos...Nós não colocamos prazo, queríamos fazer tudo esse ano, mas apareceram outras tarefas de Timbragem, no momento. Mas queríamos passar certas ferramentas de atendimento às direções regionais. Isso não deveria tomar muito tempo, ser algo rápido, três meses, mais porque é preciso que as instruções internas sejam repassadas e assinadas por todos os diretores internos, uma parte jurídica em nível central, e até que finalmente o diretor assine e saia algo correto que sirva de instrução para os funcionários. Isso não deveria levar mais de três meses. Mas, são coisas que como te disse, surge a necessidade e à medida que chegam, se consulta os escritórios e as direções regionais. E como se tem visto, o modelo está crescendo e é preciso derivar isso para o que são os contribuintes finalmente.

N: Sobre a questão dos fiscais, dos funcionários do SII, terem assinatura digital para acessar o sistema, isso tem sido pensado?

E1: Eles têm um RUT...uma chave de funcionários atualmente. Acredito que há planos de dar-lhes um certificado digital, uma assinatura digital, mas eu não tenho conhecimento disso. O que sim há disponível atualmente são uns certificados...sim, agora me lembro, se pensa em entregar-lhes um certificado...Porque o que acontece é que temos o portal mi PYMES de fatura electrónica, com a tributação simplificada, e os funcionários que dão as palestras são das regionais. Eles vêm para orientar o contribuinte como se utiliza o portal e mediante certificados com contribuintes de teste, que são gerados aqui mesmo, eles fazem um ambiente teste de certificação para mostrar aos contribuintes como se utiliza, e os contribuintes também ingressam documentos com esses certificados de teste. Agora a ideia é, Marcela e Willivaldo comentaram comigo, que já não se entregariam esses certificados teste que não representam

ninguém, serão entregues aos funcionários, para que eles ministrem as capacitações com seu próprio certificado.

N: Quando um fiscal aplica uma multa a um contribuinte por um erro ou por uma evasão de impostos, se estabelece um processo administrativo? A empresa pode recorrer disso, há um processo?

E1: Sim, mas eu não sei como funciona, vou verificar para te repassar a informação. Sei que eles podem acessar o que seria uma sessão de reclamação dentro do Serviço.

N: Minha questão é: a instrução desse processo de multa que o fiscal faz, vai anexar um arquivo eletrônico como prova, ou um papel? Como se faz isso? O contribuinte tem faturas electronicas que têm problemas e vou aplicar uma multa, sim?

E1: Correto.

N: Tenho que juntar as provas para que a empresa seja multada, certo?

E1: Sim, entendo. Acredito que hoje isso é feito com o documento em papel. Há alguns desconhecimentos dentro do Serviço da diferença entre o que é a representação impressa e o documento fatura electronica em seu formato digital.

N: Para vocês o arquivo eletrônico e a representação impressa é a mesma coisa? Ou não, o arquivo eletrônico é o que vale?

E1: É esse o que vale, o que é se utiliza finalmente para respaldar o uso do crédito fiscal, que o contribuinte vai consultar no SII. Para nós, o arquivo eletrônico é o que vale. A representação impressa só tem validade se o receptor não é faturador eletrônico, ele não terá um arquivo eletrônico. Dependendo do caso, a quem se esteja fiscalizando, quanto de informação foi possível (palavra não compreendida 01:36:14 a 01:36:15), acredito que primeiro se pedirá o papel. Depois o arquivo eletrônico, seja a nível central ou ao contribuinte, e se comparará essas três informações. Entretanto, foi difícil a mudança de “switch” (01:36:36) em um mesmo fiscal.

N: Então os papéis é que devem ser anexados. No Brasil, temos um projeto de fatura electronica, de se anexar também as informações sobre o caminho que o caminhão faz, com tecnologia de rastreamento celular ou com satélites, e a identificação da mercadoria com etiquetas eletrônicas que são, não sei se você conhece, de RFID.

E1: Sim... (comentário não compreendido 01:37:17 a 01:37:19).

N: Vocês pensam em algo assim, de ter um controle do caminho por onde vai a mercadoria com a fatura electronica ou não se pensou sobre isso?

E1: Não, não pensamos nesse tipo de fiscalização.

N: É que vocês não têm muitos problemas...no Brasil temos um problema que quando um caminhão cruza de um estado, que seria como uma província, para outro, cada estado tem uma tributação diferente. Então temos problemas de fraudes de coisas que se fazem entre os estados.

E1: Diz que foi vendido aqui...

N: Isso, e é diferente a tributação. Aqui, como vocês o IVA é para tudo, isso não é tão importante...

E1: A única coisa que pode acontecer aí é na zona franca, é como o mais perigoso, e por isso é vigiado, são zonas restritas...

N: O que pode haver é a empresa utilizar a mesma fatura electronica para muitas viagens. Se vai e volta com a mesma fatura no mesmo dia...

E1: Correto.

N: Se tivessem a informação do transporte, se veria que o caminhão foi e voltou várias vezes.

E1: Claro, isso pode acontecer com a representação impressa.

N: Para fecharmos a entrevista, Hector: o que você pensa que se pode aprimorar na fatura electronica, ou fazer diferente para os interesses de Fiscalização? O que teria que avançar na fatura electronica para que melhore a fiscalização?

E1: Eu pediria mais gente (risos).

N: Essa é uma questão.

E1: Sim, claro, mas enfim, os recursos são escassos, e uma pessoa a mais vai chegar com novos temas. No entanto, digamos, um grupo dedicado exclusivamente à fatura electronica, acredito que não seria...

N: Mas a equipe de processamento massivo não é isso?

E1: Não, não. Eles...

N: Eles têm a questão do imposto de Renda, é isso?

E1: Sim, Renda, IVA também, com essa declaração (mesma palavra não compreendida em 01:15:52 a 01:15:53) de compra e venda, e eles estão, mais que nada, depois da recepção. Talvez se poderia dizer de uma equipe transversal, que veja a parte de venda, de capacitação ao contribuinte de fatura electronica, capacitação interna de fatura electronica, algo muito intensivo, a parte de emissão de documentos, como fazer a transcrição correta da fatura em papel para a fatura electronica, para que os contribuintes finalmente se ordenem, como te comentava que se confundem com a ordem das informações no momento de passar para a fatura electronica. E outra coisa que viria a ser essa parte de processos massivos, os cruzamentos de dados que querem fazer com fatura electronica, ter um grupo dedicado, não

necessariamente dentro do mesmo departamento, mas as conversas que tivemos até agora não tem sido integrativas entre todas essas etapas.

N: Mas em relação ao modelo de fatura electrónica que se tem hoje, é um modelo bom, não precisa mudar nada...? Há algo a melhorar ou esse modelo está bom? Porque uma coisa é que não houve uma revisão dos processos, né? O que se fazia em papel foi transportado para o meio eletrónico com vantagens e ganhos, mas não se pensou em mudar coisas que já estavam estabelecidas, não?

E1: Não, claro. Não sei, apenas pequenas mudanças normativas na parte tributária para permitir a emissão desses documentos em outra forma que não fosse papel. Mas sempre se falava que o Serviço tinha que autorizar esses documentos...

N: Mas não teria sido melhor rever o processo antes ao invés de se passar o mesmo processo que se fazia em papel para o formato eletrónico? O que você pensa sobre isso?

E1: De ter que ser o mesmo?

N: Sim, porque há o timbre, mas um timbre eletrónico, tem o mesmo formato da fatura só que agora eletrónica, ainda tem que armazenar por seis anos, mas arquivo eletrónico. Não se mudou o processo, somente o meio. O que você acha disso? Se o projeto tivesse começado com uma grande revisão, talvez não conseguisse ter o sucesso que teve, o que você acha?

E1: Acredito que, podemos dizer que, para a idiossincrasia do país, fizemos tudo bem. Mas, se podia haver feito outras mudanças que fossem em direção ao que seria uma mudança radical no que é a emissão do documento; mas, por exemplo, o modelo que vocês propuseram, eu não acho bom, na medida que... efetivamente, vocês têm todos os documentos que se emitem em formato eletrónico, nosso modelo aqui tem essa desvantagem, essa parte mais frágil, já que em certos casos o documento eletrónico não chega, mas a operação foi realizada. Outros casos em que o contribuinte emite uma fatura e pode fazer o envio da mercadoria várias vezes... Quanto à mudança do modelo, você diz mudança, no fundo, no que é o processo de faturação?

N: Sim. Porque quando começou o projeto, se colocou como diretriz que “Não vamos mudar tudo, vamos substituir o papel para o eletrónico, para aproveitar a normativa, para que fosse mais rápido o projeto, não vamos nos deter em rever a emissão, a forma, o timbre, não. Vamos fazer uma transição somente do meio utilizado.” Para que as empresas e os funcionários não tenham muito o que aprender, o que mudar porque é o mesmo, é a mesma normativa, somente o meio que não é mais papel, e sim meio eletrónico. Você pensa que isso foi um ponto importante para o projeto ou teria sido melhor se tivessem investido mais tempo em ver o processo como todo e depois partir para uma solução eletrónica?

E1: Acredito que se analisou corretamente o que era o modelo de emissão de documentos nesse momento. Não acho que...o modelo não tenha sido revisado. Creio que parte do que é a arrecadação do IVA, da baixa evasão de IVA no país, está baseada nesse modelo tão restritivo de autorizar o documento, em certa medida, por razões históricas, o contribuinte esteja acostumado com a restrição que se tem quanto à emissão dos documentos. Agora, pensando nisso, se imitou esse mesmo comportamento na fatura electrónica. Sempre pensando que o contribuinte, de uma forma ou outra, gosta de saber que está sendo supervisionado para poder fazer bem suas declarações, suas emissões de documento, etc. Uma revisão adicional... não sei se será verificado, talvez fosse bom, mas seria mais difícil saber qual seria o resultado ao mudar um pouco o modelo, a questão da autorização, da emissão, de que se faça através da empresa a emissão do documento, que seja responsabilidade da empresa e não da administração tributária, por exemplo. Acredito que aos contribuintes do país lhes agrada a ideia de saber que o Estado os está regulando, que lhes dá as autorizações. É mais difícil ter esse controle de um terceiro, de uma instituição privada - uma variante que me ocorreu agora - e que essa instituição se reporte ao mesmo Estado. Talvez tivesse sido mais impactante a mudança de paradigma, do papel ao eletrônico o salto seria mais difícil. Mas, na melhor das hipóteses, os resultados poderiam ter sido melhores. Não sei se essa é a concepção da pergunta...

N: Sim, sim. A pergunta é para entender se, por exemplo, em outro projeto do SII, que você tem uma determinada situação em papel, para que seja possível o bom resultado que tiveram no caso da fatura electrónica, se se pensa o mesmo. Não vamos nos deter em rever o processo, vamos primeiro fazer a transposição do papel para o formato eletrônico e em outro momento, no futuro, aos poucos, vamos mudando coisas, procedimentos ou processos. Mas o primeiro salto é a transformação do papel para o eletrônico, tal como é, sem muitas mudanças porque elas são complicadas para as questões da normativa, dos contribuintes, dos funcionários. Então se altera o meio e depois se vai aprimorando. Era isso que queria entender, se isso é uma coisa importante para os projetos de SII, de migração de papel para documentos eletrônicos ou sistemas eletrônicos.

E1: Sim. Eu acredito que, sobretudo, para facilitar o entendimento, tanto do contribuinte quanto dos funcionários, se fez a mudança do meio e depois...no entanto, na normativa igualmente houve certas alterações que permitiram finalmente adaptar o meio...

N: Mas não foi preciso mudar a lei...

E1: Não, não a fundo, foi apenas abrir janelas. Agora, fazer mais mudanças seria mudar afinal a parte de procedimentos, de fiscalização, a forma que o contribuinte nos percebia, como o

estamos fiscalizando, o que teria afetado, talvez, a implantação deste modelo. Não acredito que no futuro, a curto ou médio prazo, mudará o que é a operação agora, do meio como você disse e mudar coisas mais profundas, não discutimos isso. Sempre finalmente a coisa vai pelo fato de que o Serviço autorize o contribuinte a emitir o documento. O que sim nos ocorreu, nesse ano inclusive, que o contribuinte... - no Chile é muito difícil fundar uma empresa, leva muito tempo. - Então há uma lei no Congresso para diminuir esse tempo, promovendo a diminuição desse tempo. Mas são mudanças que são de processos de reconhecimento do contribuinte, de autorizações aos contribuintes, no entanto não do documento como tal. O documento continua estando aí, sendo autorizado pelo órgão total..

N: A questão é porque nas empresas, quando se faz uma revisão de um processo, muitas vezes quando se diz que se tem que passar pra Informática, Tecnologia em processo, a primeira coisa que tem que ser feita é rever o processo, às vezes fazer toda a reengenharia do processo para depois passar para Informática.

E1: O que você quer dizer que o processo em si não é rápido o suficiente para que chegue como está para a Tecnologia.

N: Muitas vezes, não se vai ter a melhor economia ou o melhor resultado com o processo que se faz em papel passando-o para o formato eletrônico.

E1: Claro, claro.

N: Mas se viu que no Brasil aconteceu o mesmo, ou no México. Mas para nós que trabalhamos na administração tributária é muito complicado alterar a fundo, logo de início, porque tem que mudar as normativas, as leis, mudar a cultura das pessoas, de como os contribuintes vêm o Serviço...Então seria muito complicado começar assim o projeto, e isso poderia ser um grande risco para o sucesso dele. Então para nós, é melhor que se faça uma mudança sem muitas alterações profundas dos processos. Simplesmente aproveitar a tecnologia para simplificar, para ter agilidade, redução de custos, mas não para mudar o modelo, o processo, nesse momento. Não sei se...

E1: Sim. E como era o modelo de vocês?

N: É muito parecido também. Temos uma autorização que era dos impressos, não havia timbre de cunho, mas havia autorização de faixa de números de faturas eletrônicas.

E1: Nas gráficas?

N: Sim.

E1: As que produziam o papel?

N: Sim. Na fatura electronica, agora há uma autorização on-line. Cada uma das faturas é autorizada on-line. Então, o conceito é parecido, não é uma coisa...tem que dar a autorização, não se pode ter fatura sem ter autorização. Dessa forma, esse conceito não mudou.

E1: Claro, correto.

N: Ok, Hector, alguma coisa que você acha importante sobre a qual não falamos? Algum ponto importante da fatura para Fiscalização que gostaria de registrar?

E1: Eu acredito que era um bom ponto esse de... bem, depende de como está cada um configurado, nas entrevistas que você vai fazer na América Latina. Mas depende da cultura de cada país primeiro as mudanças que se quer fazer na fatura electronica, e a conversação interna entre as áreas, bom, no nosso caso, entre o Serviço de Atendimento ao Cliente e a área de Fiscalização, que são essas duas que te dizia, de pequenas empresas e de grandes empresas...É importante manter essa coordenação.

N: E o sucesso do projeto depende muito das pessoas também? Porque tem a Marcela, uma boa equipe de informática...?

E1: Correto.

N: Isso é considerado um ponto importante?

E1: Sim.

N: Se fossem outras pessoas, você acha que o projeto poderia não ir pra frente ou não? Ou vocês têm uma estrutura no SII que no caso de que se mude a pessoa, a que vai entrar tem a mesma capacidade, a mesma condição de...?

E1: Isso também é importante... o conhecimento, bom, no caso, Marcela, de tributário, e claro, o conhecimento tributário que as pessoas que chegam devem ter da faturação. Bom, como nosso modelo se supõe que é muito parecido com o de papel, é uma mudança parcial que se faz, de um meio de geração do documento. Quando chega uma pessoa nova, pode ser muito capaz, mas o conhecimento tributário que se necessita pode ser importante para decidir a rapidez com que se vai avançar nesse projeto. Agora, com Marcela e Willivaldo, sobretudo, os dois, foram uma excelente contrapartida, e todos os conhecimentos internos que têm, e Marcela, que tem também os que adquiriu fora, com você, e no México, também serve para abrir o espectro, de como está sendo em outros países, e copiar certas coisas que se adaptem à nossa forma de operação, que nos sejam interessantes. Isso por um lado. E por outro lado é muito bom que estejamos interagindo a nível latino-americano no tema da fatura. Em certa medida, podemos dizer ao contribuinte que a fatura electronica não é uma coisa só do Chile, Brasil ou México, mas que vai se expandir o modelo de operação, que vai ser implantada no Peru, no Uruguai, e mais países. É importante que convençamos o contribuinte de que vamos

em direção a um desenvolvimento eletrônico dos documentos. E por último, é importante a questão da alfabetização digital da população, de conhecimento de computador no dia-a-dia, de fazer transações, no sucesso que pode ter a fatura electronica. Porque está misturando, acredito que no Brasil é assim também, temas tributários, que para muitos contribuintes é um tema muito obscuro, com temas digitais, de computação, que para a maioria da população, sobretudo para os idosos, é outro tema obscuro. Então se está juntando coisas que podem chegar a distanciar o contribuinte de se incluir no sistema. Então é importante apoiar o tema da fatura electronica com um bom programa de alfabetização digital no país.

N: Inclusão digital das pessoas?

E1: Isso. Vimos que...bom, é melhor ter só uma sombra cinza que é o tema tributário, e não duas.

N: Também foi importante a participação das empresas no processo de construção da fatura electronica?

E1: Sim, eu acho que...

N: Dando sugestões...

E1: Sim. Isso também eu acredito que seja algo possível de mudar, ou seja, porque aqui, não sei se temos tempo de fazer isso, a começar...há empresas que prestam um excelente serviço de fatura electronica...Temos visto que apoiam o contribuinte, tem um Serviço de Atendimento ao Cliente disponível, mas há outras empresas às quais os contribuintes se manifestam dizendo que querem ser emissores de fatura electronica e elas dizem: “Ah, bom, aqui está o pacote” e deixam o contribuinte sozinho. E ele não sabe que tem que passar por quatro etapas de certificação, não sabe que haverá uma resolução nem como deve emitir seus documentos. Basicamente, o abandonam. Temos visto um ou dois exemplos e esperamos que não seja algo massivo. Eu penso também que deixar as empresas tão livres pode ser perigoso, porque como em toda indústria, há alguém que te oferece um excelente serviço e outras que te...

N: E aqui vocês homologam o software também de provedores, mas há poucos, não?

E1: Sim, são poucos, são quatro programas e...

N: E estes que têm o software homologado não necessitam passar pela certificação?

E1: Não. Geralmente são grandes empresas, ou pequenas empresas, mas nós verificamos que pelo menos tenha um Serviço de Atendimento ao Cliente disponível para o contribuinte. Mas o restante que oferece o software, lhe dizem ok, que têm que fazer essas etapas de postulação, mas o contribuinte não sabe como, com quem e disso não temos uma visão maior, apenas da etapa de certificação, a que realiza o contribuinte. Podem ser que comecem a usar, mas depois

ficam abandonados, inclusive quando nós, como fiscalização, necessitamos fazer mudanças na normativa, no formato do documento eletrônico, depois o contribuinte vai emitir e não sabe....

N: Não vai ter um suporte, uma assistência sobre as mudanças...

E1: Claro. Então esse abandono que alguns contribuintes sofrem, que é em âmbitos muito comerciais, afeta também a imagem da fatura electrónica. Pode ser que o contribuinte reclame à empresa, mas também vai reclamar ao fiscal, à administração tributária, porque vai perguntar como autorizamos essas empresas a operar dessa forma, sendo que não somos obrigados a fiscalizá-los, mas estão oferecendo o serviço de fatura electrónica. Penso que nisso o modelo poderia ter sido um pouco mais rígido, ou ao menos criar algum escritório, alguma área encarregada da qualidade de atendimento dessas empresas ao contribuinte. É um pouco difícil, mas poderíamos dizer também que parte do que é...aqui há um órgão do Estado que se chama SERNAC, que recebe as reclamações dos contribuintes contra prestadores de serviço, de clientes, e fazem a intermediação entre eles para chegar a alguma solução, e se não é possível, a questão vai para as mãos de juízes, para o tribunal. Também se podia deixar essa questão para eles, mas de qualquer maneira, o Serviço, a Administração Tributária vai se envolver na má imagem da fatura electrónica. E é isso, acredito que pode ser (inaudível 02:03:52 a 02:03:53).

Arquivo WS400009.WMA

Tempo: 00:00 – 0:58:33

Entrevistado 1 (E1) (Marcela Lacoste)

Entrevistado 2 (E2) (Hector)

N (Newton)

N: Marcela Lacoste, tarde do dia 03 de agosto.

E1: Tem a ver com a estrutura da base de dados. Se eu tivesse adivinhado como queria fiscalizar, teríamos desenhando a base de dados de outra maneira. Porque quando dissemos, vamos ter os documentos, os livros de compra e venda, então ok, armazenamos da maneira que nos pareceu adequada. Depois quando vamos ver como queremos fiscalizar, nos demos conta que teria sido melhor ter feito a coisa de outra maneira. Então, agora vamos fazer da mesma forma, vamos pegar os livros de compra e venda a fundo, e armazená-los de uma maneira que nos permita fiscalizá-los. Porque o que acontece? De fatura electrónica temos

muito pouco em comparação com vocês, mas já temos o terço das faturas do país, certo? Um terço do país utiliza fatura electrónica. Agora, contribuintes temos poucos, temos, não sei, 25.000? Temos em torno de 25.000. Mas, esses 25.000, que são faturadores electrónicos, em seus livros de compra está todo o país. Porque, obviamente, os 25.000...

N: São os maiores, os...

E1: Claro, como emissores são 25.000, mas como compradores, todo o país compra com eles, porque o livro de compra inclui documentos electrónicos e não electrónicos. Então, na verdade, estão todas as faturas que alguém incluiu em sua contabilidade, uma compra que fez, está no livro de compras. Então, dos livros de comprar podemos construir uma base de dados que não seja por emissor, mas por receptor. E aí se pode fazer uma fiscalização interessante, bom, Hector deve ter mencionado algo.

N: Sim.

E1: Que estamos fazendo a fiscalização, no fundo, o que eles estão pensando, que por aí é que está o dinheiro, é pelo receptor.

N: Sim, sim.

E1: E como os livros de compra incluem as faturas electrónicas e não electrónicas, que então está todo. Agora, se tivéssemos essa visão de como íamos fiscalizar, teríamos desenhado de forma diferente a base de dados e teríamos poupado trabalho que agora estamos abordando.

N: Uma coisa que percebi é que não há uma muita preocupação com a questão das provas. De que o arquivo XML com o a assinatura digital sirva como prova de uma infração, ou...

E1: Não, não aconteceu.

N: Se usam os papéis, não?

E1: Sim, porque nossos juizados, todavia não... Que levemos a um juiz, a um tribunal um arquivo, tem que estar impresso.

N: Entendi.

E1: É um tema geracional, suponho. E de no futuro, facilitar ferramentas...

N: Mas a lei de assinatura lhe dá validade?

E1: Sim.

N: Mas os tribunais não...

E1: No entanto, por outro lado, os tribunais confiam no Serviço. Os tribunais também estão aí para efeitos de outros tipos de declarações e coisas, ou seja, a mesma de declaração de Renda e de IVA aqui são feitas em formato eletrónico e depois ao tribunal, tem que enviar um papel impresso. Os tribunais não têm a tecnologia, a expertise, nem a vontade de empreender uma revisão computacional de alguns arquivos.

N: Uma coisa que Hector me disse, mas eu não entendi, é que um setor, criado com a reestruturação, que é o de processos massivos.

E1: Sim.

N: Que são pessoas da fiscalização?

E1: Que (não compreendido se trabalham ou não com Hector 00:03:47 a 00:03:48) trabalham com ele.

N: Que não são de informática e se dedicam a estabelecer os cruzamentos de dados...

E1: Claro. O que ocorre é que para estabelecer que cruzamento será interessante fazer, o que estamos fazendo – que nós, com Informática demoramos um bom tempo para desenvolver um projeto – mas, à parte disso, para que eles descubram onde está seu verdadeiro interesse, é que nós estamos lhes entregando a informação para que eles, no fundo, façam os cruzamentos nos seus computadores, vamos dizer que seja Data Web House. Então eles fazem um cruzamento de dados manual, com o Access, com o Excel, aí de acordo com isso vão determinar o que lhes interessa. Mas isso é transitório, enquanto isso se constrói em uma plataforma (trecho não compreendido 00:04:36 a 00:04:39). Penso que estávamos falando...isso que lhes estava contando que se eu tivesse sido uma bruxa, o que eu sou (risos), se tivéssemos visto desde o começo como iríamos fiscalizar, teríamos desenhado uma base de dados diferente. Baseada nos livros, porque teríamos pensado em armazená-los com uma vista do receptor, porque é o que interessa para a fiscalização.

N: E vocês armazenam o XML íntegro e também plano na base de dados?

E1: Sim, temos que ter o XML devido à questão judicial, pelo tema da lei, digamos, que você tem que ter o documento tal como lhe foi enviado. Mas, à parte disso, temos sim uma base de dados pelos documentos, para os livros também construímos uma base de dados, mas tampouco nos satisfaz agora fiscalizar. Mas os XML têm que estar.

N: Os livros também são XML?

E1: Sim. São XML assinados.

N: No Brasil, se está pensando nisso dos livros digitais, que chamamos de “livros fiscais”, que seriam os livros de compra e venda e os livros de contabilidade.

E1: Bom, aqui todos os nossos livros são assinados, os livros da contabilidade que se chama nosso sistema de Diário Contábil eletrônico, e os livros fiscais, que são de compra e venda, esses são os documentos (palavra inaudível 00:05:53 a 00:05:54) de fatura electrónica.

N: Isso começou com...?

E1: Junto com a fatura electrónica.

N: Os livros contábeis também?

E1: Não. Os contábeis começaram em 2005. E como eu te contava, sem muito estímulo, sem muita divulgação. Mas os livros que você chama de fiscais, os de compra e venda, era uma obrigação do faturador electrónico enviá-los completos no fim do mês. De compra e de venda.

N: Completos ou o resumo?

E1: Completo, exceto que podem omitir no livro de venda os documentos que já enviaram ao Serviço.

N: Que são as faturas?

E1: As faturas electrónicas. Mas se faço fatura de papel, tenho que colocá-las uma a uma. Posso omitir só os eletrónicos.

N: As compras são..?

E1: As compras são completas. E aí está uma tremenda fonte para a fiscalização.

N: E o envio é com Upload?

E1: Sim.

N: Mas com XML?

E1: Sim.

N: Porque no Brasil se caminhou para o TXT para os livros, porque se dizia que com o XML os arquivos ficariam muito grandes.

E1: Realmente, são muito grandes. Mas o que fizemos no recebimento dos livros de compra e venda foi recebê-los segmentados. Se é muito grande, o contribuinte nos manda por segmentos. Então nos manda o 1 de 3, o 2 de 3, o 3 de 3...

N: E qual é o limite? Há um tamanho de arquivo que se...

E1: Disso sim. Mas não me lembro. De fato, havia um problema agora que uma empresa estava mandando arquivo de mais de 30 megas! Então, estavam estabelecendo que um arquivo de, no máximo, 10 megas era o mais adequado. E depois nós aqui, quando recebemos os segmentos, bom, o último é o que vem é o que tem os totais, então é possível rejeitar caso o segmento não esteja ok. Finalmente, quando se recebe o último, é dito “O livro está completo, recebido ok.”

N: A assinatura de cada um é checada?

E1: Sim, cada um é assinado.

N: Cada um dos segmentos?

E1: Sim. Porque se pode mandar um em um dia, o outro segmento no dia seguinte. E depois nós juntamos todos em um processo que chamamos de Consolidação. Nesse processo, o que fazemos é juntar os segmentos e se tiver no livro de venda documentos electrónicos, aí se pegam os documentos que o contribuinte mandou. Os que ele mandou pelo sistema de fatura

electronica, são os documentos que se consideram para montar o livro de venda. Na verdade, o livro de venda é montado de novo, com os documentos detalhados que nós temos, com os que nos enviaram e com os documentos de papel se foram colocados junto com o resto.

N: A fatura se pode gerenciar em lotes, é isso? Com pacotes?

E1: Sim, sim.

N: Há um limite de faturas?

E1: Não sei, eram como...também estavam por tamanho.

E2: 3.000? 3.000 documentos?

E1: Não sei, 3.000 linhas por livro. Calculávamos que 3.000 linhas por livro nos davam os megas adequados. (trecho não compreendido 00:09:00 a 00:09:01) também tínhamos 3.000 mas era pouco prático, as empresas mesmo se deram conta, juntaram sozinhas, porque viram que respondíamos muito mais rápidos os envios pequenos.

N: Hoje é como...Porque no Brasil são 50 o máximo por pacote.

E1: Entendi. Nós recebemos rápido, acredito, até 100. Quando é mais de 100, já ficamos mais lentos, então eles mesmos começam a diminuir o tamanho dos seus pacotes. Agora, quando recebemos os documentos temos diferenciado uma fila para os grandes e uma fila para os pequenos. Então, os grandes...

N: Ah, então se diferencia?

E1: Sim...

N: Mas os pequenos só quando é pelo portal PYMES?

E1: Não, não, todos, são muitos contribuintes.

N: E como se sabe que são pequenos?

E1: Pelo tamanho dos arquivos.

N: Ah, sim

E2: Quando o arquivo é pequeno.

E1: Agora existem contribuintes muito grandes que mandam documentos todos os dias. Há alguns que têm em seu processo normal, dependendo dos caixas, de tudo, se juntam um pacote de cinco, mandam cinco, que se têm apenas um, mandam só um. Todo dia enviando, em um processo bem ágil. E esses mesmos contribuintes, às vezes, fazem uma faturação massiva e mandam um pacote grande. (trecho não compreendido 00:10:17 a 00:10:19)

N: E o cupom fiscal electronico se...

E1: Esse não se manda.

N:...ele começou em 2005 também?

E1: Sim, mas o cupom fiscal não se manda.

N: Somente o resumo do dia, é isso?

E1: Sim.

N: Se assina e se guarda?

E1: Sim, se manda um resumo dos números de faturas electronicas diários.

N: E não é necessário ter a impressora fiscal?

E1: Não. Assim, quando começamos em 2003, iniciamos somente com os cupons fiscais de serviço, não de produtos, não de retail. Por exemplo, se você comprou em Paris, vem um timbrezinho, essa começou em 2005...?

E2: Sim, junto com o piloto.

E1: Foi em 2005 que começamos com o cupom fiscal de retail e a eles impusemos a exigência de enviar o consumo de números de faturas electronicas diários, e de publicar o cupom fiscal em um site da internet. Mas, a princípio, começaram apenas as empresas de serviço. Os bancos tinham muito interesse nisso, pois eles tinham uma resolução especial que lhes autorizava a não ter que emitir um cupom fiscal. Pois com um monte de operações bancárias que você faz, como correntista, no fundo, como cliente do banco, eles teriam que gerar esses cupons, então eles eram isentos de fazer essa emissão. E tinha uns totais (trecho não compreendido 00:11:33 a 00:11:35). Quando víamos que vinha o cupom fiscal electronico e a fatura electronica, tiramos dos bancos essa autorização. O que lhe dissemos foi que já não se justificava que tivessem essa autorização, porque existe a fatura e o cupom fiscal electronicos, e lhes cancelamos essa autorização, o que na realidade os forçou um pouco a entrar. Mas eles não necessitavam enviar o consumo de números de fatura electronica nem publicar o cupom fiscal, porque era apenas serviço. E aí tinham uma base conhecida de clientes, e não havia risco que te fizessem meter-se em um problema, pelo menos se podia revisar. O que não era o mesmo com o retail, onde pode ocorrer a venda sem emissão de fatura ou poderia haver um caixa emitindo cupons que...

N: E o que você pensa para o futuro, Marcela? Quais são os projetos que existem para a fatura electronica?

E1: (Se dirigindo a Hector?) À parte disso, você já contou sobre a contabilidade tributária no portal mi PYMES?

E2: Sim

E1: Creio que fiscalizar e ampliá-la. Há uma premissa, (trecho não compreendido 00:12:35 a 00:12:58), que ficou super bem, então (palavra não compreendida 00:13:00 a 00:13:01) pela ideia da economia provenientes da fatura electronica, e o diretor, como eu te disse, comprou a questão porque se reuniu com o pessoal do Brasil, de SEAT e viu que o tema...bom, até

Argentina está obrigando, mas está obrigando com a emissão tributária, já é outro tema. Mas ficou muito animado, muito entusiasmado, e disse ao diretor que lhe conseguisse um relatório dos benefícios que Ivan conhecia e se comprometeu a entregar. Então, já é assunto de Piñera dar impulso à fatura electrónica.

E2: Há uma mineradora que está obrigando seus provedores que sejam faturadores electrónicos. Creio que é a isso que se refere. Mas eu não sabia que havia um relatório (risos).

E1: Sim, sim, há um relatório. Então Piñera ficou entusiasmado com o fato de que era necessário estimular a fatura electrónica (trecho não compreendido 00:14:03 a 00:14:07). Então creio que vem para, possivelmente, enfrentar uma demanda massiva, porque ainda há coisas que estão em um ritmo que para as receitas das empresas que temos ainda é suportável, a certificação...

N: A autorização...

E2 : Já contei a ele que a autorização, para nós, já está ficando um pouco difícil.

E1: Sim, já está ficando meio complicado. Se há um boom agora, é preciso (trecho inaudível 00:14:39 a 00:14:43)

N: E o que se pensa para a Fiscalização? Algo como um data mining, ou como vai ser o acesso do fiscal à informação? Porque hoje, Hector me contava que quando um fiscal solicita, se lhe envia um Excel com a informação...

E2: Dos livros.

N: ...dos livros.

E1: Sim, é um tema complexo, estamos vendo como o ordenamos, na verdade. Quando se fiscaliza um livro e digamos, tem 300 erros, como vamos mostrar isso ao fiscal? É complexo ter que estabelecer algo assim, não sei, os primeiros não sei quantos erros, priorizar de alguma maneira onde estão os problemas, bom, isso nós estamos estudando.

N: Pensam em criar soluções web também para os fiscais?

E1: Sim.

N: E dar aos fiscais uma assinatura digital para poder acessar o sistema?

E1: Não, porque já acessam com uma chave digital.

E2: Mas o que foi acordado sobre os certificados digitais para as capacitações, não vai mais haver?

E1: Sim, mas não tem sentido que os fiscais acessem com um certificado digital. Eles entram em todos os sistemas com um "RUT clave" (00:15:51 a 00:15:52).

E2: Mas alguns chegarão a ter assinatura devido a...

E1: Sim, sim, mas não acredito que seja como tem sido o de fiscalização.

N: É que no Brasil temos uma preocupação muito grande com o sigilo fiscal...

E1: Sim.

N: ...é que se um fiscal tem acesso à informação, isso está fora do...

E1: Entendo, aqui também temos essa preocupação.

N: Assim, todos os fiscais têm assinatura digital para que tudo que façam fique registrado e seja possível identificar a pessoa, e não que outra pessoa utilizou a chave de outra ou...

E1: Aqui utilizamos a chave, porque se supõe que cada um é responsável pela sua chave. Então se alguém se senta no seu computador, e você deixou a sessão aberta, é sua responsabilidade por haver deixado-a aberta. De fato, aqui há alguns sistemas que são mais fortes nisso que outros. Há sistemas de acesso a informações de contribuintes que acusa, ou seja, que diz quando e quem recebeu os dados, então é possível ver quando um funcionário acessou dados de pessoas publicamente conhecidas, de parentes, de outro funcionário, quando viu informações... Além do mais, temos um tema de jurisdição aí...

N: Ah, sim, é o mesmo.

E1: Há contribuintes que se podem ver, mas isso está contralado pelo sistema.

N: E a autorização é por empresa? Se consideram com suas filiais?

E1: É na matriz. Por matriz.

E2: Ou seja, de fatura electronica?

N: Sim, sim.

E2: Ou seja, é a nível da empresa que é faturadora electronica. Mas, enfim, como é uma opção emitir a fatura electronica, podem ter em algumas filiais o documento em papel e em outras electronicas. Eles podem ver a que ritmo implantam...

E1: Ah, ele estava falando de fatura electronica e eu estava me referindo aos sistemas, do acesso, do tema da jurisdição.

N: Não, sim, entendo, o que eu tinha perguntado é se na fatura electronica tinha um processo de autorização, se era pela matriz...

E1: Sim, é pela matriz, pelo código de cadastro fiscal da empresa. Te contei de um supermercado grande, que tinha diferentes códigos de cadastro fiscal ao longo de suas filiais, então tem, não sei, quantas autorizações temos para...?

E2: Mais de cem.

E1: Mais de cem filiais...

N: No Brasil, os códigos de cadastro fiscal é por filial.

E1: Ah, entendi. Aqui não, a empresa é que decide.

N: Só uma parte do código de cadastro fiscal é igual em todas, o final é diferente. O que você acha do intercambio de informações entre os países da América Latina, desse projeto 17, isso vai sair ou?

E1: Não, para nós não é um tema, temos outras prioridades. Não sei o que acha Hector...

E2: Não, não.

E1: Então, é como eu te disse outra vez no Brasil, quer dizer, no México, ou seja, um tema que poderíamos desenvolver é a fatura de exportação. Mas essa não nossa... a Alfândega é que tem uma voz importante a esse respeito.

N: É outro...?

E1: É outro órgão, que vem diretamente do Ministério da Fazenda, mas não está integrado conosco como acontece em outros países. E, além disso, o pessoal da Alfândega e o pessoal de... e pensou também o pessoal do México, que já tinham um monte de projetos referente a compartilhar com outros países, mas não necessariamente a fatura. E sim outros documentos associados à exportação que são importantes. Aqui mesmo, quando alguém faz uma fatura de exportação, no caminho podem comprar a sua mercadoria, certo? E a mercadoria assim já mudou de dono, e há outros documentos que dão conta disso e a fatura já...

E2: (trecho não compreendido 00:20:01 a 00:20:04)

E1: Não, isso nós não tivemos tempo de dar seguimento a isso. Agora sim é que vamos a estimular isso entre os países, vamos pensar em obrigar algum setor ou algo...

N: As prioridades estão em outras coisas.

E1: Sim, sim.

E2: E como te dizia, acredito que em nível de convencer os clientes a aderir à fatura, mostrar que a fatura lá fora é bem aceita é um ótimo sinal. Mas como Marcela disse, é necessário ter o tempo e o pessoal para poder trabalhar nisso. A nível regional, se trabalhou no sentido de convencer os clientes a aderir à fatura electronica...

E1: Sim, mas todavia acredito que estamos...

E2: Mas como fazer para...

E1: Por isso, essa é minha opinião. Quem sabe, no futuro, alguém convence a Diretoria de que deve ser outra coisa, é outra coisa e fazemos.

E2: Claro

(E1 atende o telefone)

E1: Enfim, se de repente alguém se entusiasma, vamos correr todos no mesmo sentido, é claro. Mas agora não, estamos em outras...

E2: Convida-se o diretor a uma (palavra não compreendida 00:21:17 a 00:21:18) especial dessas...

E1: Sim, claro, se tratamos o tema com ele (trecho inaudível 00:21:22 a 00:21:24). De fato, Marcio Verde me disse que ele havia dado todo seu apoio ao tema do intercambio e tal, mas isso não se materializou em algo concreto, pelo menos a nós não chegou nada.

N: Brasil está caminhando para a questão da informação do, não sei como se diz em espanhol, o rastreamento dos caminhões e das mercadorias com as tags eletrônicas.

E1: Ah, sim, Hector e eu vimos juntos a apresentação que vocês fizeram no México. Eu compartilhei com ele do que se tratava para que entendesse.

N: E vocês têm alguma preocupação ou interesse em relação a isso para o futuro?

E1: Não.

N: Porque parece que até mesmo as mercadorias, com os códigos de barras, foi algo que foi mudado para as empresas em um determinado período, que parece ser algo importante para a logística das empresas, mas para vocês... Não tem nenhum projeto...?

E1: Não, não.

N: ...como algo que esteja para o futuro.

E1: Não.

E2: Não, tampouco é...

N: Eu expliquei a Hector que, no Brasil, temos muitos problemas com as fronteiras...

E1: Sim, eu sei, são como 27 países, no fundo.

N: É, como uma comunidade. Tem muitos problemas de fraude, de... mas, para vocês, aqui há a questão da zona franca, que seria algo que poderia ser interessante.

E1: Sim, sim.

E2: Sim, claro. Uma mercadoria que sai de uma zona franca...

E1: De certa maneira, nós temos também uma geografia privilegiada, de acordo com os que a supervisionam, que temos “La Carretera” (00:23:27)...(risos) temos um país grande e fino. Certo que há rotas que tem caminhos laterais, mas nossa artéria é a La Carretera, sendo Chile um país tão “ancosto” (00:23:40), você sabe, o curto tempo que se chega da Cordilheira ao Mar. Então... efetivamente, com os terremotos, as partes onde se interrompeu La Carretera, tivemos muitos problemas por muitos dias. Foi preciso criar atalhos...Bom, isso permite que tenhamos postos de revisão ao longo do país que revisam “La Carretera”, que é por onde convém aos caminhões passar. Somos muito dependentes da nossa coluna vertebral que é a Carretera Pan-Americana.

N: Ah, é assim que se chama?

E1: Sim, Pan-Americana, é a mesma. Dali que partem...

E2: À parte disso, é ali que começa La Serena, inclusive (risos)...

E1: Sim.

E2:...porque ao norte de La Serena não há muitos caminhos alternativos...

E1: Não, não há.

E2: E interiores...

E1: Bom, há algum caminho costeiro, mas que...

E2: Mas são muito ruins!

E1: Sim, são ruins, na verdade não são para caminhões, são um pouco mais turísticos. Então a geografia é um privilégio para estabelecer o controle rodoviário.

N: Vocês tem um crescimento da fatura electronica que...

E1: Sustentável e modesto (risos).

N: Sim, mas que é constante. Imagino que vocês tenham o dimensionamento da estrutura de equipamentos de hardware, de internet, para isso?

E1: Sim.

N: E há algum estudo para o caso de que venha um impulso...?

E1: Não. Pedimos recursos pensando no que significava, na melhor das hipóteses, obrigar algum setor. Então calculamos que isso significava duplicar, da noite para o dia, o número de contribuintes que são faturadores electronicos. E pedimos recursos para isso.

N: Quando todas as empresas sejam adeptas da fatura electronica, quantas faturas vocês imaginam que haveriam por dia? Qual é o dimensionamento?

E1: Hum, por dia eu não me lembro...

N: Ou por mês?

E1: ...seriam 50 milhões ao mês, ou algo assim...

E2: Mas, se agora temos um terço, que são oito milhões, somente de faturas.

E1: Ah, não, eu estava pensando no total de todos os documentos.

N: Com os cupons fiscais, é isso?

E1: Não, não, com os outros documentos...

N: Os livros...?

E1:...o conhecimento de transporte, a nota débito, a nota crédito, são 50 milhões de documentos ao mês, todos os documentos não só faturas. Dessas, estamos recebendo 15 ao mês.

N: E sobre a questão do “storage”, vocês dimensionam para quanto tempo? Também ter que manter por seis anos?

E1: Não, nos preocupamos em ter uma (palavra não compreendida 00:26:31 a 00:26:32). Preocupamo-nos em ter uma (idem ao anterior) importante, em torno de 20%. Mas aí como a coisa vai andando é que se vai fazendo projeções, agora é como eu te disse, pedimos recursos para duplicar.

N: E como te perguntei ontem: se tivesse a oportunidade de fazer o projeto de novo, o que faria de diferente? Que coisas mais...?

E1: Bom, o que já te disse, convidaria empresas mais diversas para formular o modelo e também para desenvolver o piloto. Não sei, digo que sejam mais empresas, mas não só pela quantidade, mas que fossem de todos os ramos da indústria, e toda a... no fundo, pela diversidade das operações. Me preocuparia mais com a seleção das empresas que participariam inicialmente. Veria “al tiro” (00:27:31 00:27:32) o tema da fiscalização; Ok, não vamos fiscalizar agora, vamos fiscalizar em cinco (palavra não compreendida 00:27:38), mas como vamos fiscalizar? E de acordo com isso, talvez tomaria decisões diferentes em relação a como trabalhar isso, como armazenar a informação. Não sei o que mais, talvez tinha algo mais a mencionar, mas não me lembro.

N: Em termos do modelo e da tecnologia, seriam os mesmos?

E1: Sim, acredito que sim, está bom.

N: Ou outra coisa que...?

E1: Talvez, mas para isso ainda não temos a solução, a questão do intercâmbio é um tema. É um tema que está aí, por isso estão os provedores aí esta manhã e seguramente vão te contar a proposta que eles têm de um modelo, que não dependesse apenas nos e-mails para fazer os intercâmbios. Mas isso é um tema que nós (trecho não compreendido 00:28:35 a 00:28:39). Então, na melhor das hipóteses, há aí um tema de, não sei, de abordar de outra maneira, talvez, não sei, abordar o tema de intercâmbio ficou um pouco de lado. No fundo, a “mensajería” (00:28:55) existe, mas o que aconteceu é que nós perdemos a visão, passa a ser um problema entre emissor-receptor, se lhe deu ou não lhe deu o “acknowledgment” e aí perdemos de vista. Em algum momento poderíamos ter feito cópias, ou recibos e (palavra não compreendida 00:29:14 a 00:29:15) para saber que efetivamente a fatura foi recebida e o “acknowledgement” foi dado.

N: E a questão do Serviço de Imposto Interno ser o local onde estão todas as informações em que se poderia, as empresas poderiam procurar a informação...?

E1: Mas isso exige muito de nós e por uma questão que não é nossa. É um tema comercial, efetivamente, de cunho privado, que... não sei.

E2: Isso é o que conversamos pela manhã, que isso já corresponderia ter proposto mudanças na normativa, da lei, do...

E1: Do código de comércio, talvez não sei...

E2: Claro, teria que propor mudar...

N: Uma coisa que penso, o mesmo que temos no Brasil, é igual o conceito. Mas acredito que se você tem o emissor, o receptor tem que guardar a informação. E... (interrupção) acredito que já conversamos um pouco sobre isso uma vez, não sei se você lembra, sobre a questão do armazenamento.

E1: Sim, já.

N: O emissor e o receptor têm a informação, têm que guardá-la, seja um emissor ou um receptor, têm que ter a informação. Então o emissor tem o arquivo XML, o receptor também tem, e assim como o SIII também.

E1: Temos três (palavra não compreendida 00:30:59) no mínimo (risos).

N: E se existe uma diferença entre esses três arquivos, qual é o válido?

E2: O do Serviço.

N: Então, pra quê eles têm que guardar? Você mesma disse que há um ofício ou circular que diz “Se um fiscal vai até uma empresa que é faturadora electrónica, não deve pedi-la”.

E1: Mas a empresa tem que guardar. E igualmente, se ele não pede, a empresa não tem que entregar. Mas aí há duas questões: uma que é legal, como te contei, que não é possível mudar a lei de que as coisas têm que ser guardadas por seis anos. Nós dissemos: se é electrónico, então que guarde por três anos. Mas não, não pode ser assim porque teria que mudar a lei. Então, em parte, é a mesma coisa. A lei diz que eles têm que guardar o documento, então nós não mudamos a lei porque fazer isso seria um trâmite longo, ir a Congresso, então pronto, não mudamos a lei, vocês tem que guardar os documentos porque a lei obriga a fazer isso. Então, essa é a primeira coisa. Agora, efetivamente nós poderíamos ter dito: dado que os têm, o Serviço nunca vai pedi-los. Mas dissemos, e para quê? Na melhor das hipóteses, como se poderia dizer elegantemente, porque temos (expressão não compreendida 00:32:20 a 00:32:21) nesse aspecto. Se vocês têm os documentos, eu lhes peço, mas eu os tenho, de qualquer maneira, eles têm que entregar. É uma...

E2: Pensava que, como parte de um modelo como esse, que nós não estamos recebendo os documentos que nos envia o contribuinte?

E1: Não, nunca pensamos assim.

E2: Não?

E1: Não.

E2: Mas eu vejo que seria útil desde esse ponto de vista.

E1: Sim, até seria útil, mas não deveríamos. Nós temos que dar conta do sistema que houve o recebimento, e se de repente temos um problema, não podemos dizer...

N: Não é responsabilidade deles.

E1: Com certeza, não podemos dizer “Olha, me manda o documento que pedi a vocês porque nosso sistema de recebimento não está funcionando”. É inadmissível, digamos. Mas sim...

E2: Mas no caso de erros que possam acontecer no mesmo emissor e não se deram conta, e a operação existiu...?

E1: É que para quê vamos podar esse poder que temos?

N: Assumir outra responsabilidade...

E1: Claro.

N: É que um dos problemas que temos hoje no Brasil é que o envio do emissor para o receptor não é uma coisa fácil.

E1: Mas acontece o mesmo com a gente.

N: As empresas são obrigadas a emitir, então emitem, mas não enviam. Fazem o papel e o enviam para a Secretaria da Fazenda, mas não enviam ao cliente. E não temos muitos instrumentos para penalizar as empresas que não fazem esse envio ao cliente, porque não há provas de que enviou nem de que não enviou. É muito complicado.

E1: Mas vocês não tem o “acknowledgement”?

N: Não, não temos.

E1: Ah, nós implementamos o “acknowledgement”. Mas assim, é uma coisa que temos implementada mas que não usamos, porque tampouco...

E2: Não funciona como queríamos.

E1: Exato. Muitas empresas não dão, mas aí entraríamos em uma coisa que nunca se acaba. Você gera a fatura, e o receptor gera o “acknowledgement”, mas depois dizem: “O que acontece se essa mensagem se perdeu?” Não tenho como provar que isso foi recebido, então teria que gerar um “acknowledgement” do “acknowledgement”, e isso pode ser uma coisa eterna. Então, para nós é um tema que nos traz complicações. Agora, os provedores geram esse modelo, na verdade, o farão de outra maneira, com Webservice, e vão ter... não sei, não me interei muito sobre isso, não sei como estarão, teria que perguntar.

N: Uma coisa: você me disse que existia a nota de anulação, que foi criada para, por exemplo, numa situação em que a fatura tem erros ou a mercadoria não saiu à rua, que se pode anular tal fatura...

E1: Ou por um erro monumental no documento.

N:...se pode anular. É que no Brasil seria o cancelamento da nota eletrônica. E lá há um prazo para se fazer isso; não pode passar de sete dias e a partir do ano que vem, serão 24 horas para fazer o cancelamento.

E1: Mas, quanto?

N: 24 horas.

E1: Mas, sete dias?

N: Isso hoje, são sete dias de prazo para fazer o cancelamento. 168 horas para cancelar a fatura. Não se emite outra, de anulação, se cancela, e há um WebService de cancelamento da nota eletrônica. Um problema que temos é que, às vezes, a empresa, a operação aconteceu, a mercadoria saiu e depois se cancela a nota. Vocês têm o problema que se emita a nota de anulação sem que o receptor saiba que...

E2: Que se emitiu essa nota?

E1:...que foi anulada? Há esse risco de que a mercadoria saia com a fatura electronica, e depois o emissor vai e faz uma nota de anulação, mas a mercadoria se foi, a operação aconteceu...?

E1: Sim...

E2: Sim, pode ser que já tenha ocorrido.

E1: Mas isso por um erro ou com má intenção?

N: Sim, com má intenção. E vocês comunicam ao receptor quando há uma nota de anulação? O receptor recebe alguma informação do SII de que “Olha, você tem uma nota que...?”

E1: Não, mas na verificação da fatura se informa que há uma nota crédito associada. Que está como WebService em forma de aplicação, como te contava, em que você pergunta por uma fatura, e se tem uma nota de crédito associada, aparece essa informação. Informa-se que esse documento está no Serviço, com seus dados e que tem uma nota de crédito associada.

N: E uma nota de anulação também?

E1: Não, não se diferencia uma nota de crédito, de anulação, de outra. Tem uma nota de crédito, não? Isso significa que ou zerou o valor ou diminuiu.

N: E a de anulação é a que se zerou o valor, seria isso?

E1: Claro. E no fundo, se anula e fica como se (trecho não compreendido 00:37:43 a 00:37:44)

N: É um tipo específico de nota de crédito?

E1: Sim. E que só existe de forma eletrônica, não há em papel. Agora, nós damos três meses, mas na verdade, se pode fazê-la a qualquer momento.

E2: Essa tem que ser feita dentro do mês ou no mês seguinte à data da fatura. É mais flexível, vamos dizer.

E1: Claro, se pode fazer dentro de dois meses, no mês atual ou no mês seguinte.

E2: A de anulação.

E1: Entre 31 e 60 dias.

E2: Claro.

N: Hector me disse que não há um estudo ou uma coisa que diga que com a implantação da fatura electronica houve um incremento da arrecadação, uma correlação com a arrecadação de IVA.

E1: Não, não há.

N: Mas se pensa que terão isso no futuro, quando tenham mais instrumentos de fiscalização, algo como isso, ou não? Porque vocês... a evasão de IVA é baixa no Chile, não é muito alta.

E1: Sim, não é muito alta, mas se supõe que no último período aumentou. No entanto, a arrecadação em si é dependente de tantos fatores, da economia, das taxas... Agora, devido ao terremoto, lhe irá aumentar para as empresas, se supõe que...e a arrecadação vai aumentar, mas por outro lado diminuiu devido à economia, ao tema com as mineradoras. Então, é muito difícil correlacionar que devido à fatura electronica houve um aumento na arrecadação, é que é tão dependente de outros tantos fatores...

N: Sim, então não é uma questão para o governo no sentido de que se dê apoio à fatura electronica porque com isso haverá um incremento da arrecadação? Porque no Brasil isso é algo importante, se espera que com a fatura electronica diminua a evasão...

E1: Então, diminuir a evasão sim.

N: Então o governo se mobilizou para levar isso a cabo, porque teriam um ganho importante.

E1: Sim, aqui também, quando se justificou o projeto inicialmente, no relatório que se apresentou muitos anos atrás, isso foi um dos fatores para justificar o projeto, isso é certo. E efetivamente incluía um estudo disso, mas nunca demos continuidade a isso posteriormente.

E2: Não.

E1: Não houve um seguimento a isso depois, que pudéssemos dizer: “Não, efetivamente...”, não, não houve.

E2: Algo de estudo, ou da empresa.

E1: Um estudo teórico sobre isso, não, como seria o estudo que se apresentou inicialmente, mas não, não fizemos um estudo que dissesse que efetivamente...

N: Ok. Queria perguntar: vocês têm algum artigo científico, uma coisa de Chile, que seja importante e que me possam dar como referência? Porque encontrei alguns livros, como Chile 2.0, de Barr...

E1: Barraza.

N:...e há outro que é a legislação de fatura electronica, dentro de uma abordagem mais jurídica.

E1: Jigena. Jigena é um advogado que trabalha conosco que publicou dois livros que tem que ver, um que... o outro é “Registro Público, Transferência e Crédito”, que também se encontra nas livrarias.

N: Então, esses dois eu já tenho, esse terceiro...

E1: De Jigena? Jigena, Renato Jigena?

N: Não sei se é isso, se você pudesse me passar os...

E1: Os títulos.

N: Sim. E algum artigo acadêmico? Você escreveu algum artigo?

E1: Não.

N: Ou alguma outra pessoa?

E1: Não, não deu tempo.

E2: Tendo um ano sabático...

E1: Ah, claro. Teria que ir fiscalizar na praia, e como não sei fiscalizar, teria que ir à praia (risos). Não, o que temos é um relatório interno que apresentamos à Fazenda, (trecho não compreendido 00:41:58 a 00:42:00), o que está público está na Câmara de Comercio de Santiago, que também estão disponíveis na internet. Se você pensa em...

N: A legislação toda está na web?

E1: Sim.

N: As estatísticas também? Se quiser ver os números de Chile?

E1: Sim, sim, também, todo. Talvez Jigena tenha artigos publicados em vários lugares, se procura mais um pouco. Renato Jigena é um advogado que trabalha conosco, que foi quem redatou a resolução 09 que nos permitiu começar antes que saísse a lei de assinatura digital. E cooperou também com o Ministério da Economia na realização da lei de assinatura digital...

N: Chichena? Renato Chichena?

E1: Jigena. Claro.

N: Vou buscar no Google.

E1: Tem que ser o autor dos livros que você encontrou na livraria, porque...

N: Pode ser, pode ser. Porque encontrei...

E1: Deixa eu ver, eu não tenho o outro, mas “Comércio, Faturas e Factoring Electronico”.

N: Esse eu tenho.

E1: Este autor..

N: Este é de Renato Jigena?

E1: Sim, mas é (palavra não compreendida 00:42:55), porque o outro é o pai, que lhe ajudou, na realidade, na confecção do livro. E há outro que já te falo...

N: Mas que é da mesma pessoa?

E1: Sim. E tem às vezes artigos publicados em jornal, e escreve muito porque é advogado (risos).

N: É advogado, sei. Ok, muito bom. Você acha que tem algo mais de importante para considerar na questão da fatura electronica? Falamos como algo importante os fatores de sucesso do projeto...

E1: Sim, falamos disso. Eu te convidei, na verdade, Newton, porque me interessa também que viesse nos ver antes de partir. Quando seja dado o passeio pelos provedores e pelas empresas.

E2: (comentário não compreendido 00:43:40 a 00:43:43).

E1: Exato.

N: Na sexta, correto?

E1: Sim, a mim me interessa conversar com ele antes que se vá, quando tenha dado uma volta com os provedores e as empresas, que vão te contar outra parte. Porque conosco nunca vão falar da mesma forma como falam contigo (risos).

N: Sim.

E2: Vamos ver se nos conta algumas dessas coisas...

N: Sim, vou...

E1: Para você está bem que conversemos às 15h30?

N: Sim, na sexta.

E2: Certo.

E1: Na verdade, me interessa conversar, porque não é a mesma coisa que por e-mail. E claro, como lhe pedi, que antes que publicasse qualquer coisa para...(risos)

N: Sim, vou te enviar antes para que dê uma olhada.

E1: Ah, sim, imagina se depois, não sei, que...

E2: “Quando foi que eu te disse isso?” (risos)

E1: Claro (risos)

N: Não se preocupe, e aí você vê se tem alguma coisa que...

E1: Sim, porque nessa parte eu confio no seu critério, coisas que eu não podia dizer no cotidiano, eu as disse aqui, por questões tanto de administração tributária (trecho não compreendido 00:44:38 a 00:44:41).

E2: São experiências também.

E1: Claro. São experiências, são juízos também...

N: São coisas que, é a opinião das pessoas...

E1: Claro.

N: Não é a opinião da administração...

E1: Claro, mas o perigoso é como um jornalista diz: “Ah, sim, depois eu te mando a entrevista, que não vou colocar nada inadequado” e aí...

N: Não se preocupe. O ponto realmente é a experiência, os fatores cruciais de sucesso, o que é importante, imagina um país que está a iniciar um projeto de fatura electrónica, por onde começa? Estamos conversando, e perguntei aqui também a questão, de ser, que é uma coisa que faz parte da minha tese, que acho que, para a administração tributária, não é um bom caminho começar um projeto como esse com uma reengenharia de todo o processo.

E1: Isso era o que eu te coloquei, que decidimos não fazer.

N: Isto é uma coisa importante, porque há pessoas que vêm das empresas, entram no serviço público e têm...querem fazer da mesma maneira, ou seja, querem que revisem todo o processo para depois colocá-lo para a Informática. Isso toma muito tempo...

E1: Isso é muito longo.

N:...e além, o serviço público têm a mudança de governo, então se não se faz o projeto em quatro anos, pode perder-se todo o trabalho investido, porque mudam as pessoas. E tem que ser muito rápido e o primeiro caminho é...

E1: E a forma essa, emular o que se faz agora e...

N: Sim, com pequenos ajustes, alguma mudança pequena, mas não algo que vá mudar tudo.

E1: Sim.

N: Mudar todo o cenário. Mas as empresas pensam o contrário. Pensam que tem que revisar tudo, mudar tudo e depois informatizar.

E1: O que convidamos as empresas a fazer é que façam...que ao final de seu processo de faturação, se convertam a fatura electrónica e uma vez que operem assim que, se quiserem fazer mudanças, que as façam de fora para dentro. Se querem fazer uma reengenharia, que a façam depois que já sejam fatura electrónica, que já a conhecem e que já operam com ela, aí assim façam os processos necessários para melhorar suas empresas.

N: Sobre as empresas, o que eu gostaria de saber se a implantação da fatura electrónica foi um caminho com seus fornecedores, seus clientes, se isso trouxe diminuição de gastos importantes e redução de tempo...?

E1: Sim, isso foi o que as empresas me colocaram como benefícios.

N: Sim, mas tenho a impressão que as empresas não caminham com isso. Implantam a fatura, mas não vão mais adianta para que se integrem com os fornecedores, com um B2B. Isso me parece que não caminha tão bem. Queria entender um pouco por que. Porque eles têm o caminho que é a fatura electrónica, têm tudo para fazer isso, por que não vão com tudo? Com toda a logística, se depende muito dos papéis ainda.

E1: Mas eu acredito que há empresas que fizeram um esforço em informatizar toda sua operação e logística, que há um estímulo. Imagino que é um caminho normal, uma questão de tempo.

N: Então creio que é outro branch, outro ramo do meu doutorado, que seria entender isso, mostrar para as empresas que elas possuem uma grande oportunidade. Quais são as dificuldades e os obstáculos para fazer isso. Porque imagina, no Brasil todas as empresas, seja indústria, distribuidores, ou retails...não, retails não, vão ser fatura electrónica no ano que vem. Então poderia haver uma integração muito grande e ser um avanço considerável para o país. Mas o que se percebe é que as empresas estão somente cumprindo a obrigação de ter a fatura electrónica, mas não que estão muito preocupadas ou interessadas com a oportunidade de integrar-se.

E1: Isso que você tem empresas que funcionam nos 27 estados e que de todas as maneiras necessitam...

N: Sim, sim. Há empresas como essas, como as de cigarro, por exemplo. Souza Cruz, outras empresas, Philip Morris, que têm filiais em todos os estados. Então, o intercâmbio de informações poderia ser totalmente eletrônico.

E1: Claro.

N: Mas temos outra coisa também. Aqui, o título de crédito que vocês têm, no Brasil é preciso, não sei.. pode ser eletrônico, como aqui vocês têm...

E1: Factoring?

N: Sim. É preciso ter a assinatura da pessoa no papel...isso é uma legislação comercial. Então, isso é um problema; vocês têm fatura electrónica mas se mantém um papel com a assinatura de quem recebeu a mercadoria.

E1: Sim. Nós, nessa lei...neste livro está muito bem descrito, com muitos detalhes... conseguimos colocar que é possível substituir a assinatura da pessoa por uma mensagem. De fato, está desenhado uma mensagem que se pode dar por recebida a mercadoria.

N: Uma mensagem com assinatura digital?

E1: Sim.

N: E as empresas adotaram isso?

E1: Não, usam muito pouco. Usam mais o papel.

E2: Pouco. Sempre papel.

E1: A mensagem existe, ou seja, nos preocupamos que houvesse na lei a possibilidade de... no entanto usam mais o papel.

N: Uma mensagem entre as partes?

E1: Sim.

N: Ou a mensagem também vem ao SII?

E1: Não, o que existe aqui é que gerenciamos o registro público transferência e crédito. Ou seja, aqui se anota que uma fatura foi cedida. Então, a única maneira de ceder uma fatura electronica é que se a anote aqui no SII. Se não, não se cede.

N: E para acessar esse sistema, tem que ter assinatura digital também?

E1: Sim, sim. É todo um sistema montado ao redor da fatura electronica que permite fazer a cessão de crédito da fatura electronica.

N: A qualquer pessoa?

E1: Sim..., para qualquer um. O que é necessário é para que a fatura electronica seja cedida, tem que ser anotada aqui, no SII. E nisso, fizemos um truquezinho, vamos dizer assim, dado que se exige a assinatura do papelzinho ou a existência de uma mensagem, o que fazemos é que para ceder a fatura, se construa um arquivo que se chama “arquivo electronico de cessão”. E este arquivo inclui o documento tributário eletrônico, ou seja, a fatura. E também inclui mais duas coisas: a mensagem de confirmação do recibo, ou uma coisa que diz assim “Declaro que coloco à disposição de...”

E2: Factoring, não?

E1: Como se chama o cedente?

E2: Cessionário.

E1. Isso, cessionário. “Declaro que coloco à disposição do cessionário a confirmação de entrega da mercadoria.” Então, é um truque, porque o papel não vai, ou seja, não te entregam o papel. Você cede a fatura a ele, você anota aqui no SII que lhe deu a fatura, e no fundo, você tem a confirmação de entrega da mercadoria em papel, porque não a fez com mensagem, mas

esse arquivo diz “Declaro que coloco à disposição de Sr. Soto a confirmação de entrega da mercadoria.” E na realidade, não lhe está entregando um papel, mas está à disposição dele, está aí, está guardado para ele quando precise. Então é um truque, na verdade um mecanismo inteligente que...

N: Juridicamente é válido?

E1: Claro. E assim fazemos com que o cedente não fique dependente do papel. Mas igualmente, a maioria das empresas utiliza o papelzinho. Assim que fizemos.

E2: Claro, o que ocorreu foi que vários contribuintes que são faturadores electronicos não têm em seus sistemas a capacidade de gerar esse arquivo. Então o mesmo factoring que vai para o cessionário, lhes constrói (trecho inaudível 00: 54:08 a 00:54:10)

N: E os assinam?

E1: Não, aí possuem mecanismos diferentes, alguns deles não muito corretos, como (palavra não compreendida 00:54:17 a 00:54:18) o certificado antes de construir o arquivo ou têm um systeminha similar, não sei, com plug-in, com algo que permita que o contribuinte o assine.

E2: E aí, mudando de assunto, eu te contava que é necessário (palavra não compreendida 00:54:30 a 00:54:31) bem para implantar o modelo, a qualidade dos provedores de software de fatura electronica, que há alguns que são muito bons, outros que são mais ou menos e...

E1: Sim, mas aí é uma faca de dois gumes, porque se desde o começo tivéssemos certificado o software, não teríamos tido o impulso que tivemos, porque teria sido muitíssimo mais lento, se a essa altura...

E2: Claro. Haveria de ter uma forma mais inteligente de fazer isso, mas que não dê muito trabalho, para que não seja lenta a incorporação. Eu vejo que isso pode fazer com que a fatura electronica seja mal vista, das pessoas começarem a pensar que há problemas...

E1: E os problemas existem porque os softwares são ruins.

E2: Claro. Mas não sei de que maneira mudar isso.

E1: (comentário não compreendido 00:55:16 a 00:55:18). Mas por isso que me interessa que fale com os provedores. Efetivamente, pensava...mas vai visitar só Paperless.

E2: Mas possui a opinião dos outros também, pois se relaciona com todos os outros provedores, de alguma outra forma.

E1: Sim, claro.

N: No Brasil, acontece a mesma coisa. E até mais, porque como começamos com a obrigatoriedade, há uma grande demanda das empresas e não temos tantos provedores. Na verdade, há muitos, mas os bons são poucos. Então, o que se tem é isso, empresas que estão migrando de sistema. Começam com um sistema, depois mudam para outro, ou migram para

o nosso sistema, o que disponibilizamos. Eu conversava com Hector sobre essa questão se vocês vão partir para a obrigatoriedade, terão que possuir um software como o PYMES para qualquer empresa. Porque se você obriga uma empresa..

E1: Não, não acho.

N:...ela pode ir à Justiça e dizer “Não tenho condições de desenvolver isso, é muito caro para mim, não tenho investimentos para fazer isso e o faço em papel”. É o mesmo para o SII, se pode conferir, não há prejuízo para o SII. Então isso foi um tema para nós que teríamos que oferecer uma solução...

E1: Mas vocês não a têm para as empresas grandes.

N: Temos uma solução que pode ser usada por qualquer empresa. Se a empresa grande diz: “Essa solução não é boa para mim porque foi feita para...”

E1: Então elas que construam sua própria solução.

N: Isso. Mas perante um juízo, elas não podem dizer que não têm condição, tem uma...

E1: Mas aqui obrigamos a coisas e isso não é uma questão. Por exemplo, a devolução do exportador só a fazemos por internet, e não há alternativa.

E2: Mas, não interrompe sua atividade comercial, esse é o coração da reclamação desse...
(palavra não compreendida 00:57:43 a 00:57:44)

E1: Entendi.

E2: Na Timbragem, pela autorização de documentos.

E1: Entendi.

E2: Se houvesse um “cargador”(00:57:51) de documentos electronicos básico para as empresas, isso poderia fazê-las, de alguma forma, migrar para a fatura electronica. E obrigá-las, enfim.

Arquivo WS400010.WMA

Tempo: 00:00 – 00:07:06

Entrevistado 1 (E1) (Marcela Lacoste)

Entrevistado 2 (E2) (Hector)

N (Newton)

E1: Cada cliente, o vendedor escrevia a fatura de cada cliente, deixava a fatura, e depois quando voltava à central de seu trabalho, as faturas eram digitadas e entravam no sistema. Agora, eles geram a fatura aí mesmo, e tudo que necessitam é inseri-las no sistema.

N: Quando você chegou em 2005, acho que você me disse que havia um projeto de uma empresa de emissão das faturas nos caminhões. E isso foi para frente? Há muitas empresas fazendo isso?

E1: Sim, foi adiante. Não tenho claro quantas empresas estão operando com a fatura móvel. Mas no começo sim, uma empresa, a Agrosuper, uma empresa que vende...

E2: Carnes.

E1: ...carnes, mas é que começaram com frangos, mas agora vendem mais que frangos...

N: E o modelo é o mesmo?

E1: Sim, eles têm o software instalado no computador do caminhão, tem um certificado digital para ser o vendedor do caminhão...

N: Com GPS?

E1: Não, eles não transmitem as faturas. Eles têm permissão de entregá-las quando cheguem às suas centrais. Há uma cláusula que diz que quando a pessoa emite a fatura no ponto de venda, ela pode, não sei, a faturação móvel, é como chamamos, mas na resolução não sei que termo usam...

E2: Venda em terreno.

E1: Isso, venda em terreno. Quando faz venda em terreno, pode transmitir a fatura quando chegue à sua central e a norma diz que tem 12 horas para fazer isso. Ou seja, tem 12 horas, depois de entregar a fatura ao cliente, de enviá-la ao SII. Mas essa é a norma, não sabemos em que minuto a entrega. (Se dirigindo a Hector: 12?)

E2: (24.)

N: E se há erros na fatura, quando é recusada?

E1: É preciso fazer a nota crédito, é a mesma coisa que a outra operação. Igual. Entretanto, isso é muito bom porque evita muitas notas de crédito-correção, porque quando a empresa libera seus caminhões, com todas as faturas feitas, e chega ao negócio da esquina, o lugar está fechado, não podem emitir a fatura, ou o dono do negócio diz: “Ai, é que eu encomendei 25 garrafas, mas não tenho dinheiro suficiente para pagar todas, só vou poder comprar 20”, é preciso fazer uma nota de crédito para as outras cinco da venda. Por outro lado, a fatura em terreno lhe permite faturar a...

N: Exatamente o valor do imposto correto e a quantidade correta.

E1: Exatamente. Houveram muitas empresas que disseram que iam mudar seu sistema de faturação para a faturação móvel, inclusive a Engarrafadora Arandina disse isso este ano. Mas, na realidade, suponho que não é tão fácil, o que sei é que muitas empresas já começaram com esse sistema.

N: E a impressão da fatura é feita no mesmo tamanho ou é menor?

E1: Não, é a mesma fatura.

N: Se permite o uso da impressora térmica ou não?

E1: Sim, se permite, e não somente para essa modalidade de faturação, mas está aberta a qualquer tipo de faturação na qual a fatura pode ser menor.

N: É que no Brasil o conceito seria como ter a autorização on-line? Haveria de ter dentro do caminhão tecnologia de comunicação via celular.

E1: Claro, e isso é muito exigente.

N: E a empresa, além da vantagem que tem com a implantação disso, também lhe possibilita o rastreamento dos caminhões. Então, há outros ganhos.

E1: Entendi. E nas regiões com muitos morros e montanhas, tem recepção em toda parte?

N: É que em São Paulo...

E1: Claro, tem partes que são mais planas, mas, e Rio Grande do Sul?

N:....a cobertura é muito boa.

E1: É full.

N: E isso não é para todas as empresas em todos os estados. Há uma empresa em São Paulo com isso. Mas aqui vocês têm essa dificuldade...

E1: Aqui há muitos morros. E além disso, os caminhões às vezes vão para povoados muito distantes que não possuem boa cobertura.

(trecho não compreendido 00:03:54 a 00:04:01)

E1: ...é um país com uma geografia muito... Então devido a isso, achamos muito exigente que tenham que fazer a transmissão on-line, por isso inventamos essa coisa de 12 horas. Além do mais, tem as áreas florestais, os bosques...

N: E no Brasil é diferente essa questão da autorização on-line...

E1: É mais exigente.

N:....porque temos um percentual de evasão muito alto. A cultura é muito da evasão. Aqui eu percebo que as pessoas temem bastante o SII e não querem ter nenhum problema com o Serviço. No Brasil, não é assim. Se as pessoas têm problemas com o que seria lá o equivalente ao SII, vão na justiça, não sei quê, demoram muito tempo para que seja feita a execução das dívidas, então não é tão fácil. Dessa maneira...

E1: Por isso é importante a autorização on-line.

N:sim, a autorização on-line para saber o que está ocorrendo antes, para que não se possa mudar a informação, fraudar, coisas como essas. Aqui, pelo que eu percebo, não é uma questão, uma preocupação de que possa...

E1: Não, porque há uma cultura da fatura timbrada, com o timbre de cunho, de entregar o cupom fiscal. Não sei se em outros lugares, na cultura estrangeira, não se manda entregar o cupom fiscal, talvez em negócios pequenos, mas numa loja grande é inconcebível que não seja necessário entregar esse cupom.

N: Aqui não, em qualquer lugar...

E1: Em qualquer esquina.

N:...e há cupons fiscais pequenos?

E1: Sim, até em algum...me lembro que outro dia comprei um caramelo em um quiosque aí na calçada, e me entregaram um cupom fiscal! E é só um quiosque.

E2: Bom, acredito que também entre eles dizem que afinal o SII está aqui do lado.

E1: É, está ao lado. É como meu vizinho, eu moro ao lado de, um (palavra não compreendida 00:06:07 a 00:06:08), uma “vulcanización”. Uma “gomería”, não, esse é um termo argentino, como vocês chamam? Ai, tem um nome muito bonito o brasileiro.

N: Pneus?

E1: Não, os que consertam os “pneumáticos”.

N: Borracharia.

E1: Isso! Borracharia, é muito lindo, lá se diz borracharia. Aqui seria uma “botellería”, um bar, onde as pessoas ficam “borrachas” (bêbadas). (Todos riem) Sim, um (idem à palavra anterior não compreendida), uma borracharia.

E2: (idem à palavra anterior não compreendida) são negócios que são conduzidos por aposentados, em suas próprias casas, com máquinas...

E1: Claro. E ele tem um cartaz que diz “Exija seu cupom fiscal”.

Arquivo WS400017.WMA

Tempo: 00:00 – 00:25:48

Entrevistado 1 (E1) (Marcela)

Entrevistado 2 (E2) (Hector)

N (Newton)

N: Então, o fechamento com Marcela e Hector, alguns comentários finais. Estamos conversando sobre... penso que a administração tributária terá que assumir um papel diferente para que a integração caminhe, que a entrega sempre será ao SII, mas quem necessita de informação também pode vir buscá-la. Porque vocês vão ter as partes, que são o emissor e o

receptor, mas outros também, por exemplo, os juízes, não sei como se diz aqui, os juizados, terceiros que talvez necessitem da informação da fatura. Tem-se uma instituição estatal que é o Serviço, que possui a informação pública, e que é verídica, autêntica e que não tem nenhum risco de que tenha sido manipulada. Defendo que esse é o modelo mais racional. Que a integração entre as partes é possível, mas vai caminhar e vai deixar, se o Fisco, se a administração tributária não se coloca nisso, vai deixar os pequenos de fora. Os menores terão dificuldade de vender a um grande porque não terão a capacidade de envio, de comunicação, de cumprir as obrigações. Então, sei que esta é uma coisa que demanda uma mudança de entendimento e de cultura das (palavra não compreendida 00:01:33) tributárias, que assumem uma responsabilidade muito grande de qualidade, de alta disponibilidade para isso. Mas tem muitas vantagens porque se vocês têm uma informação, e a informação do emissor e a do receptor tem uma diferença de, um erro, qual é a verdadeira? Também traz um problema para o Serviço. Se há um caminho que se entrega ao Serviço, se busca no Serviço, confirma que é isso mesmo, que foi essa mercadoria que foi recebida, agrega valor para o Serviço também. Ter essa informação de que o que eu tenho é o que é válido, e não há risco de que esteja diferente entre as partes. Mas, penso que é algo para uma terceira onda e que vai caminhar primeiro com uma tentativa de integração entre as partes. No Brasil, temos a mesma problemática, porque, contava a Hector, não sei se comentei aqui, a normativa mudou agora em julho para que também seja necessário enviar a nota eletrônica, ou seja, a fatura, para o transportador. Então, não é mais somente ao cliente, mas também enviar para outro, então se ampliou a problemática.

E1: Mais exemplares.

(Fazem comentários sobre o café e o açúcar).

E1: Claro, nisso, nós, no portal mi PYMES, já assumimos isso. Porque no portal mi PYMES, quando um contribuinte que participa do portal faz uma fatura, nós enviamos a fatura ao receptor se ele é eletrônico.

N: Ou seja, já faz isso.

E1: No portal mi PYMES fazemos, mas aí no portal, no fundo, atuamos como provedores. Somos como provedores de software, não como administradores tributários de alguma maneira.

N: E se alguma empresa venda a uma PYMES?

E1: Nós recebemos o documento.

N: Vocês recebem?

E1: Sim, recebemos o documento.

N: Ah, então está mais...

E1: Nós recebemos o documento porque o e-mail que se deve enviar a todos os mi PYMES é um e-mail do Serviço. E nós recebemos centralizadamente essa fatura e a colocamos, por assim dizer, no sistema de cada um dos emissores. Então para os mi PYMES já temos isso. Mas para o resto do mundo de fato não há. Nós chegamos a elaborar isso e não o fizemos sozinhos, porque Barraza era partidário de estar presente nas coisas, então no último ano aqui, de Juan Toro, nos pediu que elaborássemos um modelo em que o Serviço interviesse no intercâmbio. Mas, e Barraza nos colocou para trabalhar nisso, a mim e a Willivaldo, de fato fizemos um (palavra não compreendida 00:04:40) que se chamava Modelo de Intercâmbio Avançado da Fatura Electronica. Mas decidimos não intermediar isso para que não fôssemos os responsáveis de que seu contribuinte manda a fatura ao Serviço e o Serviço, como administração tributária, manda ao receptor, senão que decidimos que os recibos tinham que vir com uma cópia para o Serviço. O acknowledgement também tinha que ter uma cópia para o Serviço. A possível recusa, o recebimento da mercadoria, foi no último ano de Toro que elaboramos tudo isso, lá por 2005. (trecho não compreendido 00:05:20 a 00:05:24) mas neste momento houve mudança de diretor, e aí mudou o mundo, vieram outras prioridades, e vem a tributação simplificada e nunca voltamos a colocar o tema sobre a mesa. Mas, tivemos esse impulso. No entanto, pelo menos no mi PYMES nós já fizemos, se é um mi PYMES, envia a fatura. Mas mi PYMES tem pouquíssimas faturas. É muito diferente, no mi PYMES deve ter 20 mil contribuintes, mas são pouquinhos. Se fizéssemos outro sistema mais exigente, para isso seria necessário pedir dinheiro às empresas, porque isso significa adicioná-lo por cada fatura sua fila de recibos. Então você dava fé que havia enviado a fatura a ele e que ele efetivamente havia recebido porque havia respondido o acknowledgement, e se depois fosse recusado, nós éramos, por assim dizer, ministros do tráfego de mensagens tributárias. Essa foi a maneira que...(trecho não compreendido 00:06:22 a 00:06:24). Mas é um tema para trazer à tona em algum momento, temos...

N: E a questão, outra coisa que me trouxeram,— e acontece o mesmo no Brasil — que parte do intercâmbio de informações comerciais possui campos livres, mas se o Serviço não estabelece um standard, o mercado tem muita dificuldade de estabelecer um standard. Começa a haver standards por indústria: a área de construção vai ter um standard, outra área vai ter outro. Assim que, quando houver intercâmbio entre as indústrias, todos esses standards não serão úteis. Então, no Brasil fizemos a mesma coisa, entramos nisso falando: “Vocês que estabeleçam um padrão de intercâmbio, de tags ou coisas assim”. O único que fizemos diferente no Brasil é que no nosso esquema há dez tags que podem... como se fossem

observações, você pode definir o nome da tag e o conteúdo. Você poderia estabelecer que a tag de nome tal, vai ter tal coisa, e as partes entram num acordo sobre isso e então se tem 10 tags.

E1: Ah, que bom.

N: E tem também as áreas livres de texto.

E1: Sim, nós as temos também.

N: Mas há tags que chamamos de tags de observações, que podem ser usadas para isso, para o intercâmbio.

E1: Que interessante, não?

E2: Uhum.

E1: Isso nós poderíamos agregar facilmente, porque se... adiciona (risos).

N: Sim, se coloca uma tag como um standard, uma tag cujo nome pode ter tal tamanho, o conteúdo pode ser de tal tamanho, e quem quiser usá-lo...

E1: E são somente dez?

N: Usamos dez, mas não...

E1: Está muito bem.

N:...não há nenhuma dificuldade para se ampliar isso.

E1: Interessante, super bom. Sim, eu gostei, e é barato.

N: Sim. Mas, no Brasil, uma entidade que se chama GS1, que é a entidade mundial que coordena a questão dos códigos de barra, começou uma tentativa de criar... queriam empurrar, como se diz...?

E1: Impor.

N:...isso, impor um padrão mundial, mas não caminhou muito bem isso, porque para as indústrias não faz muito sentido o código de barras. Então, vai começar de novo outra tentativa nesse sentido e...

E1: Porque os códigos de barra não fazem nenhum sentido se não tem que usá-los.

N: Sim, mas para a indústria, por exemplo, as partes de um automóvel não possuem códigos de barra, ou algo que GS1 possa normatizar, são outros. Somente para o retail serve o código.

E1: Falamos aqui de códigos de barra, mas em qualquer caso, não se usa um só standard, usam...

N: Então...

E1: Hum, interessante, gostei.

N: ...talvez o Serviço tenha que se meter um pouco nisso também para que haja a integração e estabeleça pelo menos alguns campos que sejam standards para a ordem de compra...

E1: Sim, sim.

N: ... alguns campos que... e no Brasil, o mesmo. Esses eram os comentários mais importantes. Surgiram algumas questões depois, Marcela, que são coisa de quatro questões apenas. Aqui, no Chile, se o cliente, o receptor, tem algum problema com o SII, a fatura não pode ser emitida?

E1: Sim.

N: Ou se “benefica” (00:10:14) isso?

E1: Não.

N: No momento da emissão?

E1: Não.

N: Por exemplo, se a empresa que vai emitir a fatura, coloca um código de cadastro fiscal de uma empresa que não existe, isto se rejeita no momento da faturação?

E1: Não.

E2: No mi PYMES poderíamos dizer que sim.

E1: No mi PYMES, na melhor das hipóteses, sim, porque aí no mi PYMES somos muito exigentes; não permitimos a “descuadratura” (00:10:42 a 00:10:43), não permitimos nada...

N: É que estão fazendo as faturas...

E1: ...não permitimos que o código de cadastro fiscal... mais, quando se digita esse código, aparece a razão social que temos associada a esse código e tudo. Mas aí é no mi PYMES, no qual somos provedores de software exigentes.

E2: Nessa situação estamos com “los dos sombreros al mismo tiempo” (00:10:56 a 00:10:59)

N: Mas neste caso, nem no momento da validação que fazem, vocês recusam...

E1: Não.

N:... ou se apresenta uma advertência quando se tem um código de cadastro fiscal da empresa que não consta na base da dados?

E1: Sim, há uma advertência. Efetivamente, alguns provedores e algumas empresas nos pediram que recusássemos esses documentos, você se lembra?

E2: Claro.

E1: Porque na maior parte das vezes é um erro deles.

N: Sim.

E1: E eles também gostariam de corrigir isso. No entanto, o critério que houve, e isso que (palavra não compreendida 00:11:29 a 00:11:30) muitos anos, é que o caminhão já tinha saído para a rua, com o documento assim, então como recusaríamos um documento que já estava circulando?

N: Sim. E se oferece aos provedores as bases de dados com os códigos de cadastro fiscal das empresas?

E1: Eles podem acessá-la e conhecê-la.

N: Baixam isso também por Webservice? Como se faz?

E2: Dos emissores?

E1: Não.

N: Não, o banco de dados com os códigos de cadastro fiscal.

E2: De todos os contribuintes?

N: Sim, é público?

E1: Pode ser consultado, mas não é por Webservice. É público, você pode consultar aí a situação tributária do contribuinte, você insere o código de cadastro fiscal...

N: Mas não por Webservice?

E1: Não.

N: Não se pode automatizar isso?

E1: Não, não, não por Webservice. Quer dizer, mais ou menos, porque alguns foram automatizados com um emulador de DOS.

N: Em que se copia a tela?

E1: Com “robotito” (00:12:20 a 00:12:21). Com um “robot” (00:12:22), você o emula e faz exatamente igual.

N: No Brasil, o que fizemos em relação à questão da consulta, ela é permitida, mas como cada Estado tem seu sistema, não temos um banco de dados de todos os códigos de cadastro fiscal do país.

E1: Ah, tá.

N: Então se permite o de São Paulo, se consulta o de São Paulo. Mas, se é preciso fazer uma fatura para a Bahia, não é possível consultar dados da empresa da Bahia, porque é o contribuinte de São Paulo. Então, há uma dificuldade nisso.

E1: É que vocês são muito grandes (risos).

N: É complexo, não somente grande.

E2: Muito grande.

(E1 diz que se lembrou de um algo importante e tem que fazer uma ligação , pede que Hector continue)

E2: E vocês têm como vizinhos esses três países, Suriname, as Guianas.

N: Hum, mas não temos muitos problemas.

E2: Mas não compartilham fronteiras com eles?

N: Sim, sim.

E2: Porque aqui,eh, não são países de América.

N: Mas para nós também não...

E2: Levam suas vidas independentes...

N: É, não nos fazem muita... Temos mais problemas com o Sul, com Paraguai, mais Paraguai...

E2: Sei.

N:... que tem a venda, se diz “venta negra”? [venda sem emissão de fatura]

E2: Sim, “venta negra”.

N: No Brasil chamamos de “contrabando”. Que é a mercadoria que... de produtos que não são bons...

E2: Cópias...

N: ... que são cópias de originais, e há muito disso.

E2: E é nos dois sentidos?

N: É mais do Paraguai para Brasil.

E2: Entendi.

N: Cigarros falsificados. Se diz falsificados mesmo?

E2: Sim. Ou que entram... também é “negro”.

N: Ilegal. Que entram ilegais. Mas normalmente os cigarros são falsificados, utilizam as marcas de boas empresas, mas os cigarros não são feitos por essas empresas.

E2: Entendi.

(E1 retorna da ligação).

E1: Me lembrei que inauguramos uma consulta massiva de provedores, a propósito da sua pergunta, mas nesse momento estavam os exportadores. E para facturá-los no mi PYMES? Não sei quando... (se dirigindo a Hector)

E2: Claro...

N: Mas a consulta por WebService?

E1: Claro, esse vai poder obter todos seus provedores da forma mais automática que não seja essa. Mas, ainda não se expande a todos os contribuintes.

N: Entendi. Os certificados digitais, da assinatura digital, possuem um prazo de validade? Aqui quais são esses prazos?

E1: Vendem um por três anos, ou por um ano, ou por dois...

N: Ah, é o mesmo, porque no Brasil o modelo de um ano é um software, que se instala no computador.

E1: Sei.

N: E o de três anos, se usa smartcards, tokens...

E1: Aqui vendem de tudo. Vendem de um em token, de três em token, de um com...

N: E a renovação de certificados digitais, há alguma estratégia com relação a faturação eletrônica ou não? É uma responsabilidade da empresa de que se o certificado está...

E1: Se perdeu a validade, é recusado.

N: E é recusado no momento que o recebe? No momento do acknowledgement ou posteriormente?

E1: Não. Mas se chega um documento assinado faz... por alguma razão, chega um documento atrasado... Ou no mesmo mês, chega um documento assinado há quatro dias com um certificado que hoje está fora da validade, o que vemos é a data da assinatura. O que importa é que o certificado não tivesse perdido a validade quando se assinou.

N: Sim, mas no primeiro momento da recepção do documento que se verifica isso ou no momento da validação? Porque vocês têm dois momentos...

E1: Sim, sim. Temos um... isso não é parte de (palavra não compreendida 00:16:36), é interno. Porque, no princípio validávamos... temos a autoridade de validar esquemas e assinaturas na entrada. No entanto, em produção, não fazemos isso. Porque ninguém erra nisso e se o fazemos, é muito lento. Então fazemos a validação (trecho inaudível 00:16:53).

N: E o certificado e a assinatura são de pessoas?

E1: Sim.

N: E uma pessoa que é representante legal de uma empresa pode assinar as faturas de qualquer uma das filiais desta empresa? Ou não, é por filial?

E1: Não, as filiais não têm nada a ver com isso.

N: É da empresa?

E1: Sim. Precisa estar autorizado no sistema, e um dos representantes legais da empresa autoriza o que chamamos de um usuário administrador. E esse usuário tem o direito de nomear qualquer outro usuário.

N: Que também possui assinaturas digitais?

E1: Sim, todos têm certificação. E esse usuário pode enviar documentos, assiná-los, pedir números de fatura, etc. E pode fazer uma dessas coisas ou todas. Por exemplo, posso nomear um usuário para que somente peça os números de fatura, outro para assinar, outro para enviar, outros para enviar. Então, algumas empresas usam isso porque o pedido de número de fatura, como fazem isso pouco, com pouca frequência, não têm uma pessoa com a total responsabilidade com... imaginemos, o contador geral. Os vendedores podem ter a assinatura,

por exemplo. Nessas empresas que faturam os caminhões, por exemplo, o pedido de números de fatura pode ser atribuição do contador geral. A assinatura pode ser atribuída aos vendedores de caminhão. Mas o envio está nas mãos de um provedor externo.

N: Sim.

E1: Paperless, por exemplo. Então há uma empresa que, é mais provável que isto “de IS” (00:18:25 a 00:18:26) tenham...

N: Que seja “uma van” (00:18:27 a 00:18:28), a empresa.

E1: O autorizado a enviar seja uma pessoa dessa empresa consultora.

N: E por qual motivo não há certificados de empresa?

E1: É uma coisa fundamentalista, na verdade, o que são os certificados digitais.

N: Da lei de certificado digital é que se começou com isso ou não?

E1: Quando discutimos isso inicialmente, antes da lei de assinatura eletrônica, se optou por definir somente certificados de empresa. Isso se discutiu inclusive com as entidades certificadoras. E aí tiveram uma disputa entre eles, de fato. Porque alguns diziam: “Não, qual é o problema? Façamos certificados de empresa, se o representante legal e tudo...”, e outros “Já fazemos certificados de empresa”. Mas aí primou um conceito mais fundamentalista de o que é um certificado digital, que é de responsabilidade das pessoas por trás das empresas. Quando alguém faz uma assinatura “hológrafa”(00:19:31 a 00:19:32), a empresa não pode fazer uma assinatura “hológrafa”, não existe a assinatura de uma empresa, a assinatura é sempre de uma pessoa.

N: É uma questão conceitual.

E1: Claro. Então, a assinatura é de uma pessoa. E se aplicou esse conceito.

N: E para a questão da autenticação mútua entre os WebServices, a criptografia, também se utiliza certificados de pessoas?

E1: Sim.

N: Porque no Brasil temos o certificado de empresa, o certificado de pessoas naturais e o certificado de “equipos” (aqui não sei se refere-se a equipamentos ou grupos)

E1: Ah, aqui também temos certificados de “equipos”. Certificados de computadores sim. Mas de empresas não, exceto aqui, por não ter certificado.

E2: Não há uma modalidade de avançar o de “equipo”?

E1: Como?

E2: Eu pensava que existiam os certificados de empresa também.

E1: Não. Somente os de “equipo”. Como te disse, o de servidor é o de “equipo”. Nós compramos esse certificado em (trecho não compreendido 00:20:30 a 00:20:32).

E2: Claro.

N: Como é a, a última questão, como é a fatura electrónica quando se muda a sociedade de uma empresa? Por exemplo, tem essa empresa e a outra empresa, as duas são faturadoras electrónicas, e vão se fundir. O que tem que ser feito? Ter novos certificados digitais?

E1: Não, se continuam com o mesmo código de cadastro fiscal, continua esta empresa.

N: E se muda o código de cadastro fiscal?

E1: Se muda, é preciso que se certifiquem de novo. Como se fosse uma empresa nova.

N: Mas têm que fazer todo o processo de autorização de novo?

E1: Sim

E2: Sim, todos têm.

N: Todo, todo?

E2: Sim, como empresa nova.

E1: Se tem novo código de cadastro fiscal, é uma nova empresa.

N: Mas as duas tinham fatura electrónica.

E1: (risos)

E2: Nós dizemos: “Que bom que você sabe”.

E1: (risos) Claro, eles vêm todos pedir ajuda a Hector.

E2: Mas você já sabe que se preocupam, essa é a resposta.

E1: Bom, ou seja, tudo de novo, na realidade.

N: Ok. Não sei se você tem alguma questão, Marcela?

E1: Não. Super interessante, gostei muito dos seus tags de observação, e o intercâmbio é um tema que temos aí Hector e...

N: Acho que temos, que vamos ver as ideias de Brasil, de Chile, penso que é um tema para se discutir...

E1: Em conjunto.

N:...em sete, mas do que a questão do intercâmbio internacional.

E1: Mas sabe o que acontece, Newton? Os únicos que se preocupam com isso somos nós e vocês. Porque ninguém mais se preocupa com o tema ainda porque não entraram nisso. Na melhor das hipóteses, os uruguaios que estão entrando e também tem uma questão a pensar.

E2: Quando publique sua tese de doutorado, como vai ter um capítulo sobre isso, aí sim...

E1: Sim, aí sim...

E2: Aí se vai...

E1: Claro. Mas, neste momento, pode ser sim um tema...

E2: “Yo creo que va de la mano” (00:22:26 a 00:22:28) da normativa, porque...

E1: Sim.

E2: Ou algo, uma lei inclusive, porque aqui...

E1: Tomara, porque aqui não podíamos começar pra valer sem lei.

E2: Sim?

E1: Sim.

E2: Porque aquilo da cessão é uma lei, que não me deram aí...

E1: Sim, o da cessão é uma lei.

N: Veja, ou no Brasil ou no Chile, se assume...

E1: É mais fácil se fazemos igual.

N: Se assume o papel de entidade central, vai servir de exemplo para os outros.

E1: Sim, mas vocês...

N: Porque esse é um ponto que...

E1: É um ponto, sim...

N: ...todos têm uma questão cultural com isso. “É minha responsabilidade”, e isto está muito relacionado com a visão da moderna administração tributária, que tem que ser uma entidade que faz mais do que ajudar ao contribuinte, facilitar sua vida, ajudá-lo a cumprir com suas obrigações, espontaneamente, sem erros, mais do que ser... não sei se aqui também essa visão está mudando. De ser mais do que uma entidade que rejeita tudo, que aplica muitas...

E1: Sim, sim.

N: A visão é: bom, se você cumpre com tudo que tem que fazer, que paga tudo em dia, cumpre tudo, que bom que você reduz custos e pode até ganhar mais, porque se ganha mais, também paga mais impostos.

E1: É uma tendência mundial.

N: Então, é ser mais um facilitador do que um complicador. Então, eu acho que...

E1: E por outro lado, aqui igualmente temos a tendência de que há confiança em nós, e que estamos assumindo mais coisas, aí nos estão pedindo que construamos de outra maneira a constituição de empresa. Estivemos a manhã toda (palavra não compreendida 00:24:12 a 00:24:13) o tema de que a constituição de empresa...

N: Marcela, encerrou-se o tempo de abertura. Esse é um tema em todos os países, no Brasil é o mesmo.

E1: Sim. E aqui, nesse momento, para constituir uma empresa, participam outros órgãos.

N: O mesmo.

E1: Conservadores, a parte de registros, da parte de oficial...

N: A parte da municipalidade, para que o espaço público da rua, das coisas de saúde...

E1: Claro. Vieram ver outro dia, do Ministério da Fazenda, que queremos que...(trecho não compreendido 00:24:41 a 00:24:46). Então, constituição, registro de constituição de sociedade.

E2: (trecho não compreendido 00:24:51 a 00:24:53)

E1: Mas de constituição de sociedade.

N: Mas vocês aqui têm uma facilidade, de que há uma única administração tributária. No Brasil, temos as 27, mais a Receita Federal, que seria o SII de lá, e temos a administração tributária dos municípios. Então, são três níveis, com poderes autônomos. Dessa maneira, a identificação de uma empresa no Brasil tem, no mínimo, três códigos de cadastro fiscal. O federal, que seria o nacional, como se fosse do SII; o do Estado, de São Paulo, que chamamos de Inscrição Estadual; e o código municipal, que é o... Então, são três códigos diferentes e três cadastros, três bases de dados diferentes. Ok, tenho que ir que estou...

E1: (palavra não compreendida 00:25:47)

ANEXO D – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: GUATEMALA

Arquivo WS400038.wma.

Tempo: 00:00 – 01:50:56

Entrevistado 1 (E1) (Leonel Gimenez)

N (Newton)

N:.. Então estamos hoje com o licenciado Leonel Gimenez, o responsável de faturação eletrônica de SAT Guatemala. Leonel, quais foram as motivações para você desenvolver no projeto de fatura eletrônica aqui na Guatemala?

E1:.. Nós, desde aproximadamente o início dessa década de 2000, fomos implementando varias ferramentas eletrônicas e varias aplicações eletrônicas. O objetivo da SAT é, em algum futuro em médio prazo ou em longo prazo, ter já o serviço como uma SAT virtual, então estamos dirigindo basicamente em direção ao eletrônico.

N:.. Disseram-me, inclusive, que houve um comunicado de SAT informando que tem... a diretiva para o futuro é o eletrônico.

E1:.. Sim, então dentro disso que você me comenta estamos trabalhando no projeto para... a fatura eletrônica foi originada com um acordo do diretório da SAT no ano de 2007 como um regime optativo, então custou para o país, é um pouquinho difícil de ir implementando isto, estamos no projeto que a finais desse ano o mais tardar tiraremos um novo acordo e tiraremos dele o carácter de optativo e nos direcionaremos já em direção a uma obrigatoriedade, isto, que acordo com uma entrevista em um jornal muito importante aqui na Guatemala com as autoridades, então se anunciou que viria este acordo de obrigatoriedade e isto deu bastante impulso ao projeto e creio que consideramos. Na Guatemala, na base de dados, temos 2000 contribuintes especiais grandes e daí todos são considerados normais, então iniciaremos com estes contribuintes grandes e criaremos as estratégias e já temos plantas de estratégias para ir absorvendo para a maior quantidade até que alcancemos um universo do usuário da fatura eletrônica na Guatemala.

N:.. Sim, mas qual foi a motivação para se partir com o projeto em 2007, de onde se partiu a ideia? Foi por que outros países como o Chile fizeram ou? Vocês se basearam em alguns dos projetos do Chile, do Brasil, do México, da Espanha? Qual foi a história?

E1.: Pois tudo se origina à raiz das estatísticas, a verdade é que na Guatemala uma fórmula como em muitas países, as faturas falsas criaram muitos problemas, não é verdade e antes que tínhamos menos controles eram muito utilizadas as faturas falsas, então basicamente por causa disso que foi a motivação, o ponto principal.

N.: ou seja, não foi uma motivação de redução de custos para as empresas ou uma demanda das empresas. Foi mais por uma questão de controle da SAT.

E1.: Bom, é um motivo na realidade, porque de acordo com a apresentação, nós temos uns quadros nós quais as vantagens são estas. A SAT pode ter um melhor controle, uma melhor comunicação com os emissores de fatura eletrônica por meio dos geradores de faturas eletrônicas e esperamos que no futuro sejam tantas as utilizações desses serviços que os custos para os usuários de fatura eletrônica... vai ser melhor ter seus arquivos eletrônica que ter grandes “bodegas” armazenando um montão de documentos, sim, temos várias... visualizamos muitas vantagens da implementação da fatura eletrônica.

N.: E vocês se inspiraram em algum projeto? De onde partiu o layout, o modelo? Porque vi que é o modelo “Gessi 1”, de invoice, a base né? Como foi isso, a participação de “Gessi 1” ou bem teve um grupo de empresas piloto? Como foi e como começou o projeto?

E1.: Pois, iniciamos com reuniões com empresas como esta de (palavra não compreendida 00:06:07), né? Seja conosco, começamos a sonhar que uma vez poderíamos implementar fatura eletrônica na Guatemala. Buscamos informação via internet, nos comunicamos, “Gessi 1” foi uma parte importante para os standards internacionais que deveríamos cumprir, porque no principio o standard de Guatemala era muito tropicalizado para Guatemala, então quando entrou o “Gessis 1” (palavra não compreendida 00:06:39) já se usaram standards que podem ser compatíveis internacionalmente, né? O modelo como iniciamos... a história... posso te contar do particular do modelo da Guatemala.

N.: Sim, o que você quiser.

E1.: Em Guatemala SAT queria dar uma transparência que motivasse a confiança dos usuários, então o primeiro passo foi promover um evento para que houvesse empresas certificadoras que...

N.: Certificadoras de assinatura digital?

E1.: Não, certificadoras de “GFACE”. Que pudessem analisar as estruturas, todo o sistemas, toda a infraestrutura que apresentasse os “GFACE” e que pudessem dar-lhe um certificado que as empresas qualificavam para prestar o serviço na Guatemala. Fizemos um evento, participaram 13 entidades que são: WhiteHouse, Sistemas Eficientes e Sistemas Aplicativos.

N.: Ou seja, houve uma chamada pública uma licitação para isto?

E1.:Afirmativo, esta foi a forma, uma licitação. Estas empresas mostraram interesse em participar do processo.

N.: A licitação tem um numero de empresas estabelecidas em três ou poderia ser mais?

E1.:Não, todas as que quisessem e se estabelecia contato e a informação circulou e as que responderam foram essas três empresas, então (palavra não compreendida 00:08:49) faz um “GFACE” que iniciaram operações, o primeiro que tem que obter é um certificado disso. Logo, já que tínhamos os certificadores, convidamos as empresas que pudessem ter interesse em participar e prestar serviço de geração. Em Guatemala é caro formar uma empresa para gerar o serviço de geração de fatura eletrônica, pede-se desde os requisitos administrativos, de infraestrutura, operacionais.

N.: De fiança, também?

E1.: Sim, incluía, de cada “GFACE” que é certificada o certificador emite uma fiança de 500 mil Quetzales (moeda guatemalteca) que garante que a empresa cumpra com todos os standards necessário e que a informação que possuem dos clientes seja confidencial e segura.

N.: E de onde surgiu a ideia... porque motivo se pensou... a questão de... hoje isto é muito importante na pesquisa, a questão de ter o “GFACE” como a empresa que vai a receber as faturas, armazenar as faturas e a ter a segurança das faturas, de onde saiu esta ideia? Era algo que já vinha de uma historia de SAT? Me falaram algo de um banco SAT, isto tem alguma coisa a ver ou não? De onde se partiu a ideia? Porque a SAT se envolveu nisso, e recebeu as faturas? Qual foi a decisão?

E1.: O objetivo era iniciar no menor prazo possível, como vimos os custos, e a infraestrutura serviram para que a SAT pudesse habilitar uma infraestrutura dedicada exclusivamente a fatura eletrônica porque nós levamos mais tempo na implementação, então se viu dentro do mercado local que há empresas que tinham datas “enter” e condições para faze-lo, então pensou-se nisso nos custos, digamos como lhes (palavra não compreendida 00:11:45) os custos, benefícios.

N.: eu insisto nessa questão porque , nós do Brasil, eu também sou da administração tributaria de São Paulo, é muito difícil a questão do paradigma, do segredo fiscal, passar isto, eu tinha dificuldade com os clientes e dificuldade com a administração tributaria e também com as leis, então já era uma coisa que vocês tinham em outros projetos, não era uma dificuldade ou foram necessárias mudanças de leis, como foi esta discussão interna na SAT? Não é possível por para fora a informação? Como foi isto?

El.: Dentro das pesquisas que se iniciaram de como funcionaram os modelos de outros países, vimos Argentina, Chile, México, Brasil, Espanha e também vimos através de consultas de empresas que nos apoiaram, vimos um modelo... Chile tentou iniciar com um projeto similar de Guatemala, precisamente por tudo isso que acaba de mencionar, não foi possível, então a administração tomou o controle. Nós, fazendo as análises dos estudos das condições de Guatemala da lei vigente, a lei que regula a fatura eletrônica está relacionada com a lei do imposto valor agregado, há um regulamento do imposto valor agregado, código tributário que com uma modificação se iniciou de hora-base, por uma emenda que se fez, uma modificação na qual se dava o poder para SAT para que autorizasse aos contribuintes que guardassem, que criassem as estratégias da SAT para autorizar os contribuintes para que pudessem resguardar e emitir mas não emitir e resguardar suas faturas por meios eletrônicos, faturas e todos os demais documentos tributários, como nota de venda, nota de credito, então um artigo pequeno nos deu uma base que já tínhamos desde 2004, tínhamos em 2007 e em 2006 começamos a tratar, com isso avaliamos se era necessário irmos até uma instancia superior com o decreto de congresso que na verdade foi muito longo nós o que necessitávamos era que fosse o mas rápido possível, então criou-se um acordo 24 ano de 2007, que é onde se estabelece a base para a fatura eletrônica, logo também se autorizaram... Aqui se estabelecia tudo relacionado com o normativo, basicamente com a norma e criou-se um documento técnico no qual já estabelece todos os detalhes da fatura eletrônica como tal, como documentos eletrônicos, como se vai resguardar, como são os arquivos de XCCD, como devem ser formados os códigos de autorização eletrônico para fatura eletrônica, pelos códigos de autorização de copias para as copias precisamente de fatura e daí em diante... o que vem na verdade é o acordo, se iniciamos como te comentei no principio, com o regime optativo e já vem o acordo que voltara...

N.: E você não tem alguma preocupação de que quando se obrigue mais empresas, as duas mil maiores, que alguma empresa entre com uma questão judicial de que não possa ter sua informação comercial ou fiscal e num privado que SAT o queira, que SAT receba mas não um privado. Você não tem essa preocupação ou isso está numa lei que garante isto?

El.: Sim, criou-se todas as infraestruturas legais para as fianças e basicamente impostas a partir da confiabilidade das empresas que já estão. O investimento, por exemplo, as empresas que são atualmente “GFACE” fizeram um investimento tão grande e para prestar este serviço que consideramos não vão perder tudo isso que fizeram mas todas as (palavra não compreendida 00:17:35) legais e tributarias que possam ter, por facilitar alguma informação desta para terceiros.

N.: Sim, a empresa é obrigada a pôr-se contra.

E1.: Logo fez-se um trabalho de conscientização nas entidades onde deu-se conferencia, onde se falou com muitas Até hoje nenhuma manifestou...

N.: se colocou contra.

E1.: E as que manifestaram alguma reserva nisto vem aqui e nós as recebemos, por exemplo, quando fazer a visita a um cliente em potencial e ele manifestou alguma duvida relacionada com isto e para que as pessoas se convencem as trazem para cá e nós explicamos como está montada toda a infraestrutura legal e lhes damos consciência também pois em Guatemala há firmas de auditório, de contadores que tem todas as informações das empresas e eles, sendo... Não comercializaram esta informação, tudo isso nós lhes fazemos (palavra não compreendida 00:19:00) que é muito mais seguro do que com “GFACE” então conseguimos convencer este... não... tocamos este tema em alguma reunião, consideramos que, como manejou-se isso, fomos um pouco... Há três anos que estamos funcionando para ver, transparecemos brindado todo de tal maneira, tratar de brindar tudo dessa maneira que as pessoas entrem com confiança que não haja estes problemas. Possivelmente estamos na expectativa de algumas empresas que (palavra não compreendida 00:19:44) fatura eletrônica e deu-se uma autorização para um regime para que eles guardassem seus próprios arquivos em forma eletrônica, então eles, em suas bases de dados, tem toda a informação, não imprimem copias e eles também serão alcançados pela obrigatoriedade e já se aproximou-se de algumas que estão tratando de não fazer os desenhos que o custo, basicamente tem duas...

N.: Tem benefícios, sim?

E1.: Mas não se adequa de acordo com a... talvez porque SAT não tem acesso a esta informação, porque SAT não encaixa no conceito de fatura eletrônica como está estipulado neste acordo, então devido a isto, estas empresas tem de entrar ao regime, nós consideramos, de acordo com o que... a aproximação a contribuintes especiais que não vão interpor algum recurso.

N.: Vi que dos três “GFACE” dois tem por detrás um banco, isto é uma coisa que SAT o incentivou ou uma coisa que é natural do mercado...

E1.:oi natural do mercado.

N.: Porque quando tem bancos envolvidos também traz mais confiabilidade para empresa porque se sabe que um banco não vai querer ter problemas.

E1.: O que você disse é bem importante porque, em algum momento quando iniciamos praticas com os possíveis “GFACE” que eram convidados para nossas reuniões e colocou-se a questão se poderia haver alguma redundância com algum banco e que bom que isso interessou

aos bancos e eles não entraram como redundância mas como parte principal das empresas e isto fortaleceu mais porque os bancos tem todas as informações das pessoas e o segredo bancário em Guatemala é também é muito forte. Se você quer criar alguma disposição para que talvez tenha acesso esta informação e está fechada... e estão brigando porque não querem soltar esta informação, ou seja, é um exemplo de que um banco resguarda muito bem as informações de seus clientes.

N.: Aqui Quantos auditores você tem ,quantos escritórios tem em todo país e você, antes de ser o responsável de fatura eletrônica em que área você estava, como foi seu convite para assumir este desafio?

E1.:Eu, desde que entrei na SAT estou na intendência de arrecadação e gestão que é a intendência que liderou este projeto, e basicamente estamos num departamento de gestão, e nós iniciamos, criamos muitos sistemas na Guatemala, por exemplo, a intendência é responsável de Banca SAT que é... (celular toca)

N.: A área de informática é abaixo da sua intendência ou não?

E1.: Sim. Eles são gerencia de apoio.

N.: De toda a área da SAT, a área de informática está sobre sua ... E quantas pessoas você tem na sua equipe para faturação eletrônica? Como é isto?

E1.: Sou só eu, eu me encargo da...

N.: E quando você quer discutir algo então chama a área de fiscalização, fazem-se grupos?

E1.:Sim, atualmente nos deram liberdade como intendência , digamos, o líder é o intendente e trabalho num departamento de gestão que tem também seu chefe que é Daniel Castil (?) então ele ... eu me encargo da parte puramente...

N.: E você está “full time” com isto da fatura eletrônica ou tem outra coisa?

E1.: Sim, tenho várias... algumas... é que Guatemala em 2006 fez-se uma modificação e implementou-se um registro fiscal de impressas derivado que tínhamos montado o registro fiscal de impressas que também estava ao meu cargo, a infraestrutura que tinha de ter SAT para autorizar os documentos e a SAT autoriza os documentos aos que fazem os “GFACE” para poder gerar fólhos, ingressam na SAT, geram a autorização e com esta autorização já podem emitir a quantidade de faturas que eles mesmos solicitaram, a SAT não coloca limites, eles simplesmente entram, realizam a sua autorização, então “derivados” que já tínhamos implementado o registro fiscal de impressas e queríamos sair o mais rápido com esta implementação, então me designaram também para o sistema da faturação eletrônica para que encaixa-lo com o registro fiscal aproveitando a infraestrutura que já temos e então a faturação eletrônica é parte do registro fiscal de impressas e basicamente.. tem outros projetos...

N.: Quantas impressas você tem aqui na Guatemala?

E1.: Normais, aproximadamente 2000.

N.: Como as impressas estão recebendo isto que vai ser obrigatório a fatura com os 1000 maiores contribuintes? Porque vão perder um bom mercado, não é?

E1.: Sim, vão perder um bom mercado.

N.: Ou vão se converter em “GFACE”?

E1.: Não, muitas são pequenas impressas de bairro, a grande maioria. Os “GFACE” prestam serviço de geração de documentos eletrônicos, então um contribuinte pode ter também faturação em papel.

N.: Ou seja, pode manter os dois? Mas com a obrigatoriedade não vai poder manter os dois.

E1.: Sim vai poder manter os dois. Isto de IVA pensamos em lugares um pouco mais distantes do centro urbano.

N.: Por causa da questão da contingência? Só por isso?

E1.: Sim, para contingência, ou seja, o principal tem que ser a fatura eletrônica.

N.: e como você vai controlar se estão fazendo a fatura ou a impressão em papel?

E1.: Por meio da fiscalização.

N.: Há um percentual que tem de ter como máximo? Estabelece-se um percentual?

E1.: Vai se estabelecer um percentual de faturação, de suas operações, ou seja, eles não poderiam dizer: “vou entrar na fatura eletrônica porque estou obrigado, mas vou faturar uma parte pequena no eletrônico e a grande maioria no papel”. Não! Vai ser para cobrir ...

N.: Então, vai ter uma nova diretiva? Vai sair alguma coisa até o fim do ano? Por que a obrigatoriedade se inicia no próximo ano ou neste ano?

E1.: Esperamos que mais tardar, em Janeiro do próximo ano já se inicie a vigência.

N.: Uma coisa Leonel que é interessante, ou projetos de faturação eletrônica, não somente em Guatemala, mas também no Brasil, Chile, México, a estratégia do projeto foi não mudar muito o que se tinha no papel e somente se converte a parte em um eletrônico, não se foi muito a fundo em revisar os processos ou fazer uma grande reengenharia de tudo isso... depois foi se fazendo melhorias, começou entrar empresas e coisas como isto. Você acha que seria melhor que tivesse feito uma grande reengenharia que talvez tomasse mais tempo, partiria com um projeto mais radical ou não? Pela cultura do país ou pelas pessoas, tanto da SAT como das empresas. Seria muito complicado mudar os processos, então é melhor não fazer grandes mudanças em leis e tentar aproveitar a lei que já existia de IVA e da lei que já existia para os papeis de fatura em papeis, o que você acha disso?

E1: Bom, preste atenção que não valeu porque, digamos, fatura eletrônica tem que cumprir com o estabelecido na lei de IVA no regulamento de IVA e o propriamente estabelecido na lei de fatura eletrônica, então aqui a importância para nós, o que vale é o registro eletrônico que está guardado com os “GFACE”. Também o emissor da fatura eletrônica tem que ter uma copia desse registro mas não é uma copia com.. registro eletrônico é um, não é? Então está armazenado no “GFACE” com seu servidor principal, um servidor redundante e o emissor da fatura eletrônica deve ter também um registro disso, assim o cliente. A fatura formato em papel o mesmo, mas para nós já não é importante que te deem a fatura em papel ou que a imprimam. Se você tem um computador e te dizem: “Aqui está a fatura em um arquivo e você pode ter em um eletrônico, tal como um XML, podem te dar se não em um PDF, um J-PEG, e uma imagem porque para nós o que vale é esta acessibilidade que temos em direção ao arquivo principal que é o eletrônico, então aqui já não é importante para nós que se emitam ou não em papel. Sim é importante que sejam entregues ao comprador um documento que pode ser se ele não tiver um computador, pois fazem para ele uma imagem gráfica da fatura a imprime e pronto. Se ele tiver um e-mail aonde pode enviar a fatura é valido que se lhe mande assim. Se ele tem um dispositivo para levar sua fatura em uma memoria, ele pode mantê-lo assim.

N: Então uma empresa que é emissora da faturação eletrônica quando recebe de seus provedores a fatura eletrônica, não precisa a ter a via impressa? Me disseram que a lei não mudou então você tinha de manter a via impressa para fins de inventario ou de coisas assim.

E1: Não, OK aí há dois temas. Um é fatura eletrônica pura, se eu te emito a fatura eletrônica aí o que conta é o registro eletrônico, mas os geradores também podem prestar o serviço que faturas anteriores à vigência do acordo quiseram criar arquivos eletrônicos destes documentos.

N: Que seriam as copias eletrônicas de fatura?

E1: Sim, cópias eletrônicas de documentos originalmente emitidos em papel. Essas por uma controvérsia na interpretação da lei, pois alguém disse: “olha isso não se pode instruir” mas para nós sim. Começamos com, alguém tinha seu período de prescrição de 4 anos gerava seus arquivos, agregava a eles o CAE (Código de Autorização Eletrônico) de cópias, então para nós poderia destruí-la. Alguém apresentou uma consulta ao departamento jurídico, como estão mais orientados quanto ao legal ou qualquer discussão nos tribunais, disseram não se pode no acordo... que bom que você mencionou porque o acordo de obrigatoriedade também contempla isso, que ao ter o CAE as cópias de fatura anteriores não podem ser...

N:.. mas, as atuais, a pessoa que fatura eletrônico, se recebe fatura eletrônica mantém o que? O XML assinado ou o PDF? Qual tem de manter?

E1:.. O XML assinado. Não assinado por um registro como de assinatura eletrônica, mas com o CAE, que eles mesmos geram e são donos de seus próprios algoritmos e do seu próprio protocolo para emissão do CAE. Também o CAE, para mais segurança, existe a opção que pode ser assinado. Muitas empresas optam por isto, para dar-lhe mais segurança. Esta é a parte optativa da assinatura eletrônica, nós confiamos no CAE que gera...

N:.. Isto que queria te perguntar sobre a assinatura digital, na Guatemala tem uma lei de assinatura digital e por que não se usa a assinatura digital na SAT? Como é isso?

E1:.. Ok, o que passou foi que quando iniciamos com fatura eletrônica ainda não havia uma legislação para fatura eletrônica.

N:.. A legislação é posterior?

E1:.. Era posterior, então nós tínhamos que gerar algo.

N:.. Não se podia esperar a lei.

E1:.. Não se podia, então optou-se por isso. Posteriormente saiu a lei de assinatura digital e alguma empresa disse: “Bom, eu quero assinatura”, então como já tínhamos definido e já estávamos em marcha já estava implementado o projeto, disso saiu do caráter optativo para uma assinatura digital, mas o que acontece, a legislação de assinatura digital na Guatemala já foi publicada mas não esta vigente para o que precisamos. Na Guatemala deu-se o poder do registro de certificadores ao Ministério de Economia, eles têm que criar um registro de certificadora e até que esteja pelo menos duas certificadoras inscritas neste registro já vai poder funcionar assinatura digital na Guatemala, então até a data nós continuaríamos esperando a fatura eletrônica que...

N:.. As assinaturas digitais são pessoas morais ou somente de pessoas naturais? Como é isso aqui? E tem o...

E1:.. Isto que você menciona também é importante, isso é outra controvérsia. De acordo com o que temos definido de fatura eletrônica contra o conceito de assinatura digital. Estabeleceu-se que a assinatura para nós seria o CAE, pode ser gerado unicamente pelo “GFACE” e a assinatura digital que as pessoas possa incorporar ao CAE, nós estabelecíamos que não era pessoal natural mas a pessoa jurídica “moral” porque acontecia que um representante legal poderia ser de varias empresas. Ficamos com o problema que uma mesma pessoa poderia assinar por diferentes empresas como um mesmo “seio” digital, isso não se encaixava com o definido na fatura eletrônica.

N:.. No Brasil se dá o mesmo, não aceitamos.

E1:..Então nós pedimos que o “seio” digital vá a pessoa ao NIT (Numero de identificação Tributaria) na Guatemala. Assim não aceitamos que um “seio” digital possa ser usado por uma pessoa nartural.

N:.. O modelo do Ministerio da Economia tem isso de ter o NIT?

E1:..Não, eles sim estão.... porque este é o conceito demtro do standard internacional, este é o modelo principal que essa é a pessoa natural e ele pode assinar em qualquer instituição que esteja. Então isso é outra parte que não encaixa da assinatura digital com o modelo da fatura eletrônica, então nós fizemos uma resolução que está publicada também no nosso portal e nesta estabelecemos que até que estejam duas certificadoras prestando o serviço, pois vamos poder utilizar as assinatura digital mas se o serviço que prestem esta certificadora não se adequa à fatura eletrônica não faremos uso, então a fatura eletrônica seguira com seu modelo independente de assinatura eletrônica e não aceitaram.

N:.. não há a intenção da SAT de desenvolver um projeto de assinatura digital com NIT, por exemplo, no México o SAT que fornece a assinatura eletrônica avançada para as pessoas naturais e morais. Então tem assinatura digital do mercado para coisas mercantis que é privado mas tem a FIEL que é da SAT. A SAT aqui tem intenção de ter isso de assinatura digital?

E1:..Tem a intenção e estão me dando prazos longos, ou seja, sim certamente haverá um desenvolvimento como tal que há uma assinatura... como te contar no principio, vamos em direção a um governo eletrônico, ou seja, queremos fazer parte do governo eletrônico. SAT foi considerada muito avançada de tudo que se ia implementando para tornar os processos eletrônicos, então sim é necessário que exista isto que você está dizendo que tenha relacionado com o NIT, uma assinatura especifica relacionada com o NIT, se não adequa ao procedimento do Ministério de economia e seu registro de certificadoras, SAT desenvolverá, então temos que esperar...

N:.. Para ver como vai caminhar. Então a decisão da opção do XML de onde se partiu? Por que não se adotou o texto plano? Por que se partiu com o XML?

E1:.. Porque este é o arquivo recomendado. Nós consultamos com nossos gerentes de informática, na SAT temos pessoas na gerencia de informática que foram também, digamos, eu mais do que tudo na parte normativa...

N:.. Tua formação é advogado, sim?

E1:..Não, auditor contável publico e auditor.

N:.. Então você não tem a formação de tecnologia.

E1:..Fou uma coisa que foi aprendendo mas não profundo, então são recomendações das nossas Gerencias de Informática, então temos especialistas em Segurança de Informática temos parte do projeto da fatura eletrônica por parte da Gerencia de Informática, existe um especialista muito reconhecido em nível internacional de segurança de informática e eles recomendaram que está plataforma em XML e XCDD era o conveniente.

N:.. Quais foram os pontos positivos ou fatores críticos do êxito do projeto? Porque na Guatemala implantou um projeto um curto espaço de tempo que tem bastante empresas que já estão... e o modelo já esta funcionando, já os recebe. Na tua opinião quais foram os pontos que... se tivessem errado nesses pontos ou feito mal este ponto não teria tido êxito que teve o projeto? Quais foram as coisas mais importantes?

E1:..Transparencia foi importante, ou seja, nós fomos bastante abertos, fizemos todas as publicações da na pagina pois ali está todo o necessário, e então isso influenciou em que as pessoas tenham confiança porque no inicio havia esta desconfiança. O ponto critico era, bom como nestes países o grau de cultura é baixo, a mudança em direção ao eletrônico foi algo difícil de passar, então logo não compreender que é a... , num principio a desconfiança de que sua informação em estar segura custou que comesassem algumas em algumas empresas, entidades que já tem experiência em nível internacional, então eles confiaram no projeto e iniciaram de cheio. As empresas nitidamente nacionais que não conheciam muito sobre isto tiveram um pouco de receio. Agora como passaram a conhecer melhor o projeto e a segurança que tem e à parte disso a obrigatoriedade permitiu também que viessem. E há mais empresas interessadas porque agora todos os dias recebemos consultas de fatura eletrônica também encaixar nosso sistema SAT, encaixar os sistema a esta tecnologia pois como você disse, fizemos isso num período curto, foi tempo recorde.

N:.. Por que a preocupação com que o período seja curto? Tinha algum risco politico? Uma coisa de mudança de governo?

E1:.. Sim, isto é importante porque na Guatemala, por exemplo, na administração na SAT não são períodos tão longos, digamos o período do presidente na Guatemala, por exemplo, é de quatro anos e ele pode nomear seus funcionários, são poucos os funcionários que demoram o mesmo período que demora o presidente.

N:.. Os funcionários de SAT não são se carreira? Não tem uma carreira de auditor ou coisa como isso? São indicações do governo até que nível ou somente os gerentes?

E1: Não, alguns se combinam porque, por exemplo, algo que não saiu muito que as autoridades desta intendência neste momento, sim são de carreira, muito conhecidas, pessoas

importantíssimas. O intendente conhece muito mais do que eu este tema. Ele foi parte fundamental...

N.: Quem foi a pessoa?

E1.: Chama-se o licenciado Omar Franco. Então ele tem a experiência. Banca SAT, ele foi líder e liderou muitos projetos.

N.: E o que é banca SAT só para ter uma ideia?

E1.: Ok em Guatemala, Banca SAT é um meio pelo qual as pessoas apresentam suas declarações por meio da Banca.

N.: é um banco da SAT ou...

E1.: Não, são todos os bancos. Nós temos um sistema que se chama Banca SAT.

N.: Que fazem pela internet, pela WEB?

E1.: Por WEB, ou seja, com toda a segurança dos bancos, eles têm sua própria segurança.

N.: Eles mantem a informação para SAT ou transferem para seu DATA CENTER?

E1.: Não, para SAT. Essas informações chegam para a SAT. Como funciona Banca SAT ? Aqui, digamos se quero pagar um imposto hoje, entro no meu banco, eu trabalho com o banco Rural, ou seja, aqui na SAT todos os empregados, e quero apresentar uma declaração, seleciono minha declaração e se há algum imposto para pagar logo o debitam na minha conta, se transmite a “muy segur” e pronto.

N.: Então, os livros de compra e vendas também é pela Banca SAT ?

E1.: Não é de Banca SAT, é via Web, estes livros são de transmissão via internet.

N.: Com o upload? E são arquivos planos?

E1.: Sim, é uma ferramenta muito... e isto já está funcionando em pleno. A fatura eletrônica pois são os (trecho não compreendido 00:48:55) podem ir eliminando livros, obrigação que eles tinham de apresentar.

N.: Esta foi a intenção de SAT?

E1.: Sim, para nós é fundamental a emissão da fatura, porque conhecemos quem compra e quem vende e daí temos um montão de informação, então podemos prescindir de alguma outra informação.

N.: Voltando um pouco aos pontos positivos, você acha que foi um projeto que teve um apoio importante da alta administração de SAT, do intendente, das pessoas mais... ou do governos? Que nível de governos se envolveu com isto de falar: “Leonel, toda semana você tem que me apresentar se está caminhando o projeto”? Foi isso, uma pressão de cima para baixo ou foi um projeto que as pessoas de sua área desenvolveram? Ou você tinha uma cobrança, uma pessoa de SAT mais alta que estava olhando, focando isso? Como foi?

E1.: Não. Como líder do projeto aqui na intendência. Isto foi impulsionado pela superintendente anterior que era a licenciada Carolina Rocca e algo muito foi o licenciado (trecho não compreendido 00:50:19), ele tem carreira dentro da área de finanças do Ministério de (trecho não compreendido 00:50:32) e apoiou muito a fatura eletrônica, então eles promovem bastante isto, nós nos reportamos ao intendente e o intendente ao super.

N.: Mas tem uma cobrança sobre você de que tem que desenvolver isso, é importante este projeto? Como é o apoio que tem da intendência?

E1.: Nós, basicamente, criamos normas de procedimentos à parte da normativa legal, criamos toda a infraestrutura, todos os sistemas que são necessários na SAT para adaptar-se a isto, tudo isto já tínhamos montado, foi uma pressão grande, pois sair com tudo isto já implementado e depois vem a manutenção e a continuação, então não há uma pressão maior. Queremos que isso cresça, mas, basicamente hoje estamos orientados a destacar este acorde de obrigatoriedade. Daí todo o que é funcionamento dos sistemas, pois é basicamente manutenção.

N.: Você teve uma estratégia de comunicação da fatura com imprensa? Como foi a comunicação para fora e para dentro? Como os auditores receberam a questão... houve treinamentos?

E1.: A sim, nós já tínhamos dado capacitação a todos os fiscalizadores. Como contaram para você, nesta parte ficamos um pouco apertados. Tivemos liberdade para implementar porque precisamos que as pessoas tenham confiança e não se sintam que é controle, o controle vai imerso em tudo, mas não queremos enfocar isso como o ponto principal, então as intendências associadas como fiscalização nos deram certa liberdade. Demos capacitações para eles para que conheçam ao pessoal, para que conheçam como funciona a fatura eletrônica e como custou romper o paradigma da fatura...

N.: do papel.

E1.: Isso foi algo bem dramático.

N.: Quantos inspetores você tem? Quantos auditores você tem na SAT?

E1.: Tem 1.500 auditores.

N.: e quantos escritórios?

E1.: Em Guatemala tem 22 departamentos, há um escritório tributário em cada departamento.

N.: E tem inspetores em cada departamento?

E1.: E tem inspetores, não em cada departamento, temos 4 regiões, estamos na região central, sul, norte-oriental e ocidental. Aí nas sedes de cada regional, como Guatemala é um país pequeno que é fácil mover-se em 2 horas. Em um departamento dependendo da região na qual

você esteja, talvez... bom há montanhas (trecho não compreendido 00:54:13) você tem que viajar 14 horas para ir notificar uma ... longe, na fronteira com o México, mas basicamente todas as áreas são... as distancias são próximas, divididas assim essas regiões ficam mais pertos, então dependendo do... temos nossa base de dados e registro tributário unificado, onde temos catalogados por região os contribuintes e assim como os temos divididos, assim designamos a eles a quantidade de trabalho dos fiscalizadores.

N.: E todos os fiscalizadores já foram treinados? Tiveram capacitação?

E1.: Só os... fez um trabalho de multiplicação e não capacitamos a todos, mas ...

N.: Capacitaram um grupo que vai fazer...

E1.: Sim, chegamos a uns 100 multiplicadores e eles tinham a instrução de repassar isso a suas áreas.

N.: Como os fiscalizadores recebem isso? Tiveram um pouco de receio de deixar seu emprego ou que vai mudar tudo?

E1.: Não pensaram que pudessem ser substituídos por isso, mas tivemos o problema do paradigma, de que eles estão acostumados de que o papel funciona de uma maneira e o eletrônico é outro. Precisamente, não sei se se inteiraram aí, saíram seguros que chegou um fiscalizador a pedir-lhes que tinha (trecho não compreendido 00:56:10) por exemplo quando são impressas na Guatemala, pois as faturas podem ser impressas e pré-impressas em formatos das impressas ou auto-impressores com máquina registradora com sistemas especializados para emitir fatura em papel, tickets. Bom, o conceito na Guatemala é fatura geral, antes se usou o conceito de ticket, mas houve uma modificação de 1994 quando iniciou, não (trecho não compreendido 00:56:49) de 1992 quando iniciou a lei do NIT e se eliminou o conceito de ticket. Aqui na Guatemala o documento geral é fatura e algumas modalidades como ...

N.: Nota de crédito, de débito.

E1.: É, nota de débito, nota de crédito, a fatura pode ser comercial, pode ser fatura cambiária.

N.: E a de despacho também tem?

E1.: Não, só fatura. E então, me contava (fulana) que chegou um fiscalizador a pedir-lhes ticket porque nós, se uma máquina registradora vai ser auto-impressor aí sim a autorizamos. Em revanche, nós no sistema de fatura eletrônica quando autorizamos o “GFACE” autorizamos o sistema e ele o pode instruir dentro de todos os “GFACE” e ele deve levar o controle dos dispositivos que vão emitir fatura eletrônica, mas é de responsabilidade do “GFACE”, então aí a SAT não tem que autorizar e não tem que criar mais tickets de que é um dispositivo autorizado para a fatura, então, por exemplo é ...

N.: Uma mudança cultural.

E1.: Sim, é uma mudança cultural, então (fulana) teria mais dados para saber quem foi, para saber aonde tenho que me dirigir, se não conhecem os sistemas para capacitá-los.

N.: (trecho de conversa informal e risos) Falamos um pouco de fiscalização, hoje a informação está toda nos "GFACE" que tem que te oferecer 8 consultas, com acesso, com uma senha e contrassenha. Você acha que SAT em algum momento vai receber, ter em sua base os arquivos XML ou o modelo é trabalhar com os "GFACE"? E como se pensa os cruzamentos entre ... porque um "GFACE" tem alguns clientes, tem alguns emissores, outro tem outros, se você quiser consolidar estas informações como você faz a fiscalização, como pensa a fiscalização ou como se faz hoje com a fatura eletrônica e a fiscalização?

E1.: Bom, a informação está nos "GFACE", mas SAT tem acesso, tem que garantir, a fiança de cumprimento também garante que SAT vai ter acesso 24hs por dia em todos os 365 dias do ano. Então, podemos gerar informação de um NIT que faturação é isso e temos acesso... para nós SAT ... atualmente estamos esperando que finalizem as consultas para nós, ou seja, os "GFACE" estão trabalhando nisto e nos deem nossos acessos há um que já nos deu. Então, vão ser poucas pessoas.

N.: Não vão ser todos os fiscalizadores.

E1.: Não, é uma informação bem confidencial, cada vão solicitar usuários, por exemplo, na (palavra não compreendida 01:00:38) só dois pessoas tem acesso, eu e mais outro, de fiscalização vão ter outras duas pessoas e serão as necessárias unicamente para ter essa informação, então ... fiscalização dependendo da informação que precisem, pois certamente vão ser muito mais de dois, o dia disso os dois tem, para fazer todos esses cruzamentos de informações, então eles vão poder ir e trazer a informação de cada "GFACE", ou seja, eu posso entrar em 1,2 ou 3 e posso obter de acordo com as consultas que você viu, que o "GFACE" está obrigado a gerar e posso obter toda essa informação e aqui, digamos, não posso criar para eles suas consultas ou suas estratégias a fiscalização, eles terão que criar programas novas de fiscalização com base nestes acessos que tem dos que fazem os "GFACE".

N.: Esses acessos os permitem baixar o XML ou não? Ter o download dos arquivos?

E1: Sim, vai ser possível para que...

N.: Porque me diziam que tinham um arquivo que é um ZIP do XML. O que é isso? O arquivo que tem o resumo? Como se chama isso?

E1.: Cria-se um relatório mensal, no qual está o resumo de toda a faturação mensal de cada...

N:.. Mas, nos quais se vão as faturas. Isso vai ser recebido pela SAT e vai ter um data center para isso ou não?

E1:.. Não, eles tem essa informação nos "GFACE" e se eu preciso dela obtenho o CRFM (código de relatório mensal de faturação) então posso acessá-lo e trazê-lo, guarda-lo e convertê-lo em um (trecho não compreendido 01:02:40) dependendo da ferramenta que tenha e manejar esta informação de acordo com minhas necessidades, então levo, é um livro de vendas, ali tenho que faturas emituiu, que clientes, que datas, que montuo, o que lhe vendi, que impostos, basicamente tudo está gerado. É um resumo da faturação do mês.

N:.. Hoje, a seleção de contribuintes para serem fiscalizados já é feita com isso de faturação eletrônica ou se pensa fazer...?

E1:..Não, se pensa. Atualmente, como te contei, tivemos essa liberdade para que não assustasse os usuários porque como era um regime optativo então viam que tinham mais controle, então sim, criarão na fiscalização programas já quando esteja a obrigatoriedade e já quando esteja um grande número de contribuintes, o que vai beneficiar, um dos benefícios é que os auditores já não tem que sair, mas poderão acessar isso pela internet e o que vão poder ver aí a faturação do mês, realmente essa e a única informação que tem o "GFACE", tem as faturas individuais, tem todos os XML, todas as faturas que emituiu o VAT, se foi carregado via VAT e tem este relatório mensal, então essa é a única informação que terão e daí nós colocamos o WEB Service nos "GFACE" para que eles mantenham atualizados sua tabela de contribuintes, os estabelecimentos de contribuintes.

N:.. Hoje você já tem o Web Service para isto?

E1:..sim e conforme se vai necessitando fomos criando mais Web Services, por exemplo, o estado na Guatemala usam um sistema que se chama SIAF, todas as entidades do estado têm que utiliza-lo para o controle dos seus provedores, então hoje temos uma situação de que o SIAF não cola com o formato de fatura de NIT que é totalmente diferente e até para nós que não participamos para definir os esquemas das faturas, este... então complicou-se para nós um pouco com esta parte do estado, então criamos Web Service também para que o Estado (trecho não compreendido 01:05:20), em prova. Porque agora que entraram mais "GFACE" e o Estado está recebendo por todos os lados fatura eletrônica, então há alguns choques de informações, para eles e seu sistema e não para SAT, já que tinha desenhado o Estado. Então também temos o Web Service para que eles possam verificar essas faturas para validá-las. O que acontece é que o Estado, ou qualquer entidade do Estado que vai fatura, que vai pagar uma fatura pode verificar sua validade diretamente na SAT e a SAT lhes devolve se é válido ou não de acordo com os parâmetros que eles ingressem.

N: Qualquer fatura e em papel também?

E1: Sim.

N: Mas é baseado no livro de compra e venda?

E1: Não, eles vão contra... basicamente verificam que uma resolução de autorização destas faturas em papel, o problema é que não temos no papel o que temos na autorização, mas não contamos com a informação que preenche a fatura, nós nos colocamos a dizer se a fatura X é autorizada, a série e a classificação que foi autorizada, então isso dá certo grau de confiança ao Estado, que é uma fatura válida. Na fatura eletrônica, agora também vamos devolver-lhes a mesma informação, mais em diante eles podem entrar para verificar “montuos” e coisas assim.

N: Verificar a "GFACE" com um Web Service com "GFACE"?

E1: Sim o acesso seria ideal, mas o que acontece é que os que... o dia de (trecho não compreendido 01:07:10) não queriam entrar mais além porque se eles entrassem diretamente com "GFACE", poderiam ter toda a estrutura do XML, tudo que eles precisam para estarem seguro pela fatura que estão pagando.

N: E os fiscalizadores quando vão hoje numa empresa que é emissora de fatura eletrônica podem notificar e pedir que se deem as faturas eletrônicas? Esta é uma diretiva? E recebem o XML, ou os recebem por PDF? Com o é isso?

E1: Não, atualmente não chegaram com isto, o que se espera é que eles não vão às empresas para pedir, mas que eles vão poder entrar no "GFACE" e... haverá que esta é uma informação como a que estamos auditando, algo assim para que fiquem sabendo, mas já não é necessário ir com eles.

N: Mas já tem uma normativa interna para quem não se pode pedir uma fatura para que, para quem é faturador eletrônico ou não? Ou isto é uma diretiva que se tem?

E1: Uma diretiva atualmente porque terá que criar a fiscalização, somos... (trecho não compreendido 01:08:28) paralelo, cada um tem suas normas de procedimento de acordo com as suas necessidades. Eles programam próprio da intendência de fiscalização e, então terão que fazer suas normativas, suas normas de procedimentos para criar estas fiscalizações, estes programas de auditoria e este... estou certo que num momento já recebi muitas consultas, vão nos consultar para... ou seja, temos que fazer uma recapacitação, temos que voltar a capacitar pessoas para que, já funcionando o implementado em plenitude, que seja algo comum em Guatemala a fatura eletrônica que eles tenham também bem claros os esquemas. Porque isso basicamente, as vezes, pedem coisas estranhas dos contribuintes, talvez porque não conhecem, porque não são experientes em fatura eletrônica e então, a nossa orientação seria

que já não precisam ir a uma empresa pedir fatura eletrônica, podem como te digo que se podem ter fatura em papel, então podem pedir tudo que precisem para fatura eletrônica, pois pelo meio que se canalize a informação, vão poder obtê-la diretamente desde aqui.

N:OK. E a obrigatoriedade vai ser para os dois mil maiores contribuintes e também seus provedores, não é isso? Ou somente os dois mil maiores?

E1:começamos com os dois mil, mas vamos aí...

N:Mas você pensa em ter uma solução gratuita? Quem vai desenvolver isso, uma solução, é SAT? Porque no Brasil, quando colocamos a obrigatoriedade, desenvolvemos um software gratuito para que não houvesse um questionamento na justiça, nos tribunais do tipo: “você está pedindo algo que tenho que investir e não tenho como fazer isso” então se usa o gratuito. Você pensa fazer um software gratuito para os pequenos? Ou bem México esteve lá e me disseram que vão colocar na sua normativa que os “pac” que seriam como os "GFACE" tem que ter uma solução gratuita para um número de empresas que tenham fatura um pouco... ou poucas faturas, como você vê isso?

E1:. Sim, há um potencial "GFACE" que busca este mercado, então eles pensam na gratuidade para os “pimes”.

N: Mas, você vai por isso na normativa ou não? Vai ser alguma iniciativa do "GFACE"?

E1:. Sim, do "GFACE" .

N: Mas, não há um projeto de desenvolver um produto na SAT?

E1:. Não, SAT não tem a intenção de fazer desenvolvimentos.

N:Ok, com a experiência que você tem hoje com estes passados 3 anos, com tudo o que aconteceu, se tivesse que partir o projeto em 2007 o que faria diferente? Seria o mesmo ou alguma coisa mudaria? Mudaria ou na tecnologia ou... não sei? Alguma mudança faria ou não? Está bom o projeto que você desenvolveu?

E1:. Esta mudança muito profunda não. Basicamente tivemos que ir adequando os sistemas e consideramos que o conceito em geral de fatura eletrônica é bom, que não precisa muitas mudanças, estamos em revisão de normativas internas para fazer ajustes, mas que não... serão mais internos possivelmente e não vão... à parte da obrigatoriedade, ou seja, na obrigatoriedade como te comentei, está 1º fazer obrigatório o uso, 2º é importante que quando se geram cópias, possam destruir as cópias em papel ou não teria caso armazenar e pagar para que te façam algo eletrônico e tendo um montão de... não seria aí muito chamativo para os contribuintes. Acreditamos que as mudanças importantes estão andando com este acordo.

N.: Quais são as melhorias que você pensa para o futuro do projeto de fatura? Quais são as melhorias necessárias? Tem alguma melhoria que fazer no futuro? O que você acha que é importante que... quais são os desenvolvimentos para o futuro?

E1.: Basicamente tivemos algumas, mais do que tudo sistemas, adequar os sistemas e a tecnologia com “Anela” nos comunicamos muito por alguns problemas que nos dão em Guatemala pois, o processo para habilitação com "GFACE" é fácil, basta mandar um formulário e você está atualizado e está fazendo a apresentação das suas declarações ou (palavra não compreendida 01:14:55) impostos. Mais na apresentação de obrigações formais, já pode ser "GFACE", você manda o formulário e acredita o teu "GFACE" no mesmo formulário e até para iniciar operações o primeiro diário do mês imediato seguinte. Isto se deve ao período impositivo do IVA. Foi uma declaração que me solicitou num momento determinado, porque não se podia, digamos, se hoje que é 12/agosto porque se hoje me habilito com "GFACE" , porque são 5 minutos que você se habilitou com "GFACE", e porque não poderia faze-lo começar amanhã já com a edição e basicamente pelo que está estabelecido na lei de “Lima” para adequar-nos bem aos períodos impositivos de “Lima” na Guatemala que é de um mês. Então, este formulário teve melhorias e estas melhorias ocasionaram alguns situações internas nada mais que criam incômodos, pode falar “fulana” porque ela trabalha com seus clientes, os convence de vender produtos, eles mandam o formulário e dá um erro no sistema e custa que se faça o processo. Temos que, dentro das minhas atribuições está também a de estar informando por meio de solicitudes de informática ou incidentes, e gravamos o problema e eles têm que corrigi-lo o mais rápido possível. Então isso é importante, criar alguma estratégia para que tudo o que é interno, relacionado com sistemas na SAT, funcione de acordo com o que foi definido, para que não se tenham estes problemas com potenciais "GFACE". Na normativa, pois acreditamos que o modo como está desenhado o formulário está bem, é o funcionamento que está mal. Acreditamos que fizemos um (trecho não compreendido 01:17:25) na estrutura para habilitar os "GFACE" e acho que foi muito grande pela quantidade de "GFACE", talvez tivesse sido um procedimento mais simples por meio de uma solicitud e nós tivéssemos trabalhado essa solicitud mais simples, mas criamos o modelo do formulário 329 para que eles também por meio do formulário se inscrevam à parte de cumprir com toda a sua certificação e os requisitos administrativos. Talvez isso tivesse feito mais simples.

N.: Um emissor não pode ter mais do que um "GFACE"? Não seria bom porque se tem um problema com um "GFACE", não tem uma contingencia, imagine você quando tiver 2000 contribuintes grandes em faturação eletrônica estão num "GFACE" e que este "GFACE" por

um problema de força maior, qualquer que seja, esteve o dia todo fora do ar, não está disponível, não seria bom que pudesse caminhar com sua faturação com outro "GFACE"? Porque isto de ter apenas um "GFACE"? qual é a preocupação?

E1: Qual é a preocupação? Teria que analisar. Não tenho para você uma resposta nesse momento.

N: Mas vocês pensaram nisso? Discutiui-se isso para tomar uma decisão?

E1: Bem, na normativa ficou neste daí claramente no sete que só pode... no seis que só pode ter um "GFACE" e as imprensas que quiser, mas apenas um "GFACE".

N: E não pode ser do mesmo grupo de empresas.

E1: Ah Sim, isto foi como tratado num universo superior, quase não tivemos acesso a isso, por exemplo, este traz uns requisitos para fazer "GFACE", algo complicado. Nós o reduzimos a somente dois que, no momento do envio do formulário, se verifica por meio do sistema, e se habilita com "GFACE", então ficamos com isto. Quando fizeram isso, quiseram fazê-lo de um modo muito seguro, mais do que tudo pensaram em segurança, passaram muito pela legislação.

N: Tem alguns problemas desse tipo? O "GFACE" também é um "efassis" porque ele tem que faturar seu... e a normativa não permite isso.

E1: Não permitia isso, nós demos esta liberdade, pois claro seria ilógico que um "GFACE" contratasse o serviço de outro "efassis" e o deixasse olhar a esses são os que estou faturando, não seria lógico, pois se isto são situações, creio que à parte de que ter só um "GFACE", mais do que tudo foi por segurança. Eu partilho que teria de te argumentar isso bem, vou pensar bem nisso para te argumentar, eu estou de acordo de que só um "GFACE" ...

N: E você acha que para a obrigatoriedade os três "GFACE" que você tem hoje estão preparados para isso ou tem outras que estão na fila para sair?

E1: Sim, hoje temos dois que estão aqui já em processo de habilitação, já cumpriram com sua certificação, vão ser cinco, tenho entendido que há mais outro pendente de certificação mais outro que está iniciando seus contatos com os certificadores, há um que já está em processo e outro que está começando a cotizar e...

N: Então você acha que não vai ter o...

E1: Não, e cremos que desde que se iniciou o projeto consideramos que o mercado de Guatemala pode dar até 10 "GFACE" máximos e então...

N: Quantas faturas hoje você recebe, tem faturação eletrônica por dia?

E1.: O que acontece é que há empresas que faturam por exemplos os cartões de créditos, ou seja, talvez passem vários dias sem te faturar e eles faturam entre os dias “cqcq” estes dias vão acima os piques.

N.: Sim, mas por meses, qual é o volume que você tem hoje de faturação eletrônica aqui? Então depois você me passa.

E1.: Vou te passar os dados, vou obtê-los.

N.: E outra coisa, como é uma questão que está com os privados à parte dos "GFACE" e tudo isso, houve alguma preocupação, na normativa tem como se entra na condição de mercado, o preço máximo que se pode cobrar por uma fatura eletrônica? Tem alguma normativa disso? E outra coisa, se tem alguma normativa que os "GFACE" não possam se fundir, se poderia software Consulting comprar os outros dois? Tem alguma restrição legal com isto? Como fazem isso? Porque acha que os três "GFACE" que estão se põem de acordo e se dizem: “no mínimo vamos te cobrar por fatura, é como 3 Quetzales e para os muito pequenos cobramos 10 Quetzales por fatura” então, você obriga que entrem dois mil, então cria um problema de mercado. Como vão enfrentar isso? Tem lei para fazer: “não este é um acordo que não é possível, vamos colocar os tribunais”? Como vão lidar com isto? Porque como você tem poucos provedores pode criar uma figura de monopólio, de oligopólio, como fazem as empresas de petróleo que se sentam nesta mesa e definem quanto vão cobrar a fatura, como vocês lidam com isso?

E1.: Não tínhamos pensado nisso. Boa colocação! Vamos levar... acho que é uma boa observação, não consideramos que ... houve uma relação de bastante confiança com os "GFACE" , como não se deu que SAT trabalhasse em sociedade com a privada.

N.: Sim, a diferença que é que quando é voluntário, cada "GFACE" tem que ter um preço melhor ou mais qualidade para poder ter seus clientes, então gera uma competição entre eles. Mas, quando você obriga muitos de uma só vez tem o risco de que se ponham de acordo ou porque tem muitos clientes que vão chegar neles e o telefone dela vai tocar o dia inteiro: “preciso de faturação eletrônica, preciso...” então, há este risco. Por que falo isto? Porque passamos isto no Brasil com a contingência, você se lembra de que o modelo no Brasil temos contingência, se você tiver um problema, porque a autorização no Brasil é online, a fatura para sair a mercadoria na rua tem que ir a fatura online para a Secretaria da Fazenda que seria como a SAT do Estado e ela autoriza e se tem um problema com internet, com a Secretaria da Fazenda ou com seu sistema, tem que estar em contingência não pode parar de... então se usa um... a primeira contingência que se partiu foi... você usa um formulário em papel especial que chamamos “Formulário de Segurança” que é um papel moeda, com numeração de fôlio

própria em duas vias, uma via mantém com eles e a outra vai com a mercadoria, fica com o cliente e você tem um prazo de tempo de 160 horas, como de 7 dias para transmitir a nota eletrônica dessa operação. O que acontecia? Quando começamos a obrigatoriedade vimos que os 7 fabricantes desse papelzinho, somente tem sete que fazem isso e são grandes fabricantes, o que aconteceu? Uma demanda muito grande, por causa da obrigatoriedade, o preço do papel que era 0,50 centavos de Real passou a cinco vezes mais a R\$ 2,50, você chegava ao fabricante: “quero comprar 100 Formulários de Segurança, você me vende? Sim, te vendo, o mínimo é de 10 mil folhas.” Então tivemos que começar a correr para ter alternativas de contingência para não ter problema de mercado, então falando de mercado é complicado porque é natural, as empresas buscam o lucro, os provedores.

E1.: Pois, na Guatemala com esta relação de confiança e ...

N.: E me pensa que precise a diretiva um artigo que diga se SAT verifica que tem um conluio, acordo que se estabeleça preços poderemos tirar a autorização de ser um "GFACE". Penso que te daria poder de autoridade para isso.

E1.: Ok, vou levar isto em conta e vou propor esta...

E2.: Sim porque nós, ou seja, como “software-consulting”, já vemos isto vir que voltar uma guerra de mercado, de fato já está começando. Ademais três "GFACE" realmente autorizados nós esperamos entrar mais e se no momento que entre o tema obrigatório vai voltar uma guerra de...

E1.: ...de preços. Então nós desde que se iniciou e começamos com capacitação e fazê-lo conhecido ao publico esta era uma pergunta frequente, então em todas as capacitações fazíamos estavam estas perguntas: “Como a SAT vai intervir nos preços? Como vai garantir que os preços não vão ser...?”, pois, por exemplo, as telefônicas aqui na Guatemala, imagina como no Brasil, na China e em qualquer lugar, pois a partir dos telefones celulares, aqui na Guatemala há muitos pobres e o preço da telefonia foi tão barata que muita gente que tem um salario mínimo anda com dois celulares. Nós sempre manejamos este conceito que na fatura eletrônica também, ou seja, que no momento em que o mercado esteja em pleno e que todos estejam vendo como entra porque estão obrigados, eles vão ter que pôr estas condições de mercado. Mas é um bom ponto que você disse, ou seja, é melhor acordarmos, não fiquemos tanto na confiança, mas com algum artigo algo que nos garanta... não sei se haverá competição na SAT porque não sei se você se lembra...

N.: Não sei se você tem Ministério do Comercio e Economia que pode ter isso de você propor uma demanda de que há um acordo entre o mercado.

E1.: Para evitar um monopólio tipo...

E2: Tipo os hoteleiros porque há um grupo que se reúnem em todo e vão partir em cima desta tarifa e vão manter estas tarifas, mais ou menos, vai ter que ser assim.

E1: Porque caiu a notícia, não sei se vocês viram na CNN de alguns (trecho não compreendido 01:31:16) que estavam pedindo às empresas que produzem televisores de plasma nos EUA porque fizeram um convenio, lhes demonstraram que fizeram um convenio para manter preços altos e isso nos EUA tem lei antimonopólio e o Estado que está pedindo. Aqui na Guatemala não temos, sim temos um lei de proteção ao consumidor, mas não temos uma lei...

N: Não tem uma área no Governo que trate disso?

E1: Sim, o Ministério de Economia seria indicado para isso, eles se encarregam dos preços.

N: Há alguma informação de que, para as empresas que entraram em fatura eletrônica se melhorou a arrecadação das empresas, se percebe um aumento no IVA para as empresas que estão em faturação eletrônica porque tem mais cuidados em fazer o documento, você percebeu alguma melhora da IVA com as empresas que estão em fatura eletrônica ou não?

E1: Sim, houve um aumento em comparação... bem, o ano passado foi... nem tomá-lo como para parar a crise... sim, recebemos alguma informação que houve melhorias de algumas empresas que subiram na arrecadação, então este é um dos considerados que estão incluídos no acordo de obrigatoriedade que derivados da experiência que tivemos nos três anos e se viu uma melhoria em muitos aspectos tanto para o que emite a fatura eletrônica quanto para os controles de SAT e ao Estado e a melhoria na arrecadação em tudo, isso vai como parte de um considerado.

N: Isso vai ser uma norma do congresso ou não precisa de um acordo de diretório?

E1: Não, igual que isso. Sim, então vai fazer outro acordo que virá complementar e modificar isto.

N: A empresa que recebe uma fatura eletrônica, se verifica o "GFACE"? Por exemplo, você é fatura eletrônica, eu recebo de você uma fatura eletrônica, como eu sei que este arquivo é bom, está completo?

E1: Ok, eu posso obter uma verificação, o "GFACE" é obrigado a ter um verificador. Digamos que alguém dê uma fatura eletrônica a um cliente e o "GFACE" tem que pôr à disposição deste cliente e se verificar ademais SAT ...

N: É uma verificação por uma página web com algumas informações?

E1: Sim, exatamente tem no portal um verificador de faturas, então aqui...

N: ... Verifica-se o esquema?

E1: Não, na SAT não chegamos a te apresentar a fatura como tal, mas te dizemos se é válida, o mesmo que fizemos para você (palavra não compreendida 01:34:52) você verifica e ingressa o NIT daquele que te vendeu, a série da fatura e a numeração e te devolvo o que autorizou esta fatura. Com a fatura que está na mão você tem um número de resolução à parte de CAEs, o CAE independente, tem um número de resolução que autorizou esta emissão de fatura de fólhos, então eu te devolvo na tela este número para que você o “cortejes” com este fôlio.

N: E para o arquivo XML, como o que recebe pode visualizar isto? Tem um BIO e um visualizador?

E1: Sim, por meio do CAE. Olha, na SAT não temos isso porque este serviço tem que ser provido pelo "GFACE", então por meio de alguns parâmetros ou CAE poderia se obter uma imagem gráfica dessa faturação.

N: Mas, é obrigatoriedade para os "GFACE" disponibilizar a todos os clientes um PDF.

E2: Você tem que, como "GFACE", a obrigatoriedade de que teu cliente tenha a facilidade de poder visualizar o XML como tal o o PDF em seu efeito, qualquer dos dois.

N: Sim, mas, o que tenho percebido é que se trabalha e maneja muito mais o PDF, e como se garante que o XML e o PDF são iguais?

E2: Porque tem a assinatura digital e o CAE que é um código de autorização de emissão que por obrigação deve ser emitido, que é um código único.

N: Sim, mas se eu sou um cliente, recebo um PDF e um XML, como verifico que são os mesmos.

E2: Antes de tudo tem que levar uma assinatura digital, essa assinatura digital tem que estar...

N: Então o CAE tem isso, a cadeia tem que...

E1: Exatamente, é uma assinatura digital que tem que estar no XML e tem que estar também dentro da representação da fatura, então por aí você pode verificar.

N: Sim, mas não há um software para isso, é uma verificação visual.

E2: Exatamente, por isso é tão importante a autorização da assinatura digital própria que tenha aqui a empresa, a assinatura digital própria, porque assim você terá uma dupla garantia que realmente foi emitido porque diz a empresa porque ao ter já eu como uma empresa, como provedor teu tenho minha próprias assinatura digital já, por exemplo nossa solução em software Consulting você pode manejar as duas assinaturas, então no XML irão as duas assinaturas, neste caso 1: o CAE que já vai assinado digitalmente e 2: a sua própria assinatura para que você se garanta. Agora, é por meio do CAE.

N: Por que pergunto isso? Porque no Brasil, o papel não tem nenhum valor...

E2: Igual a aqui.

N:.. O PDF não tem nenhum valor, o que vale é o XML e o Governo que seria a Secretaria da Fazenda que seria igual a SAT desenvolveu um BIO um visualizador gratuito que você pode baixar do nosso site e com este visualizador coloca-se o XML e ele te mostra num formato mais amigável para você poder verificar se no papel está igual ao arquivo e este software também verifica a assinatura digital, verifica as informações e consulta a Secretaria da Fazenda se está bom ou não o arquivo. Como não temos a informação em nosso banco de dados então tem essa ferramenta. Aqui me parece que vocês estão com... as empresas que falaram me disseram que usam o PDF, guardam o PDF, o XML e não o usam para nada.

E2:.. Não. O XML sim se usa, ou seja, o XML sempre está 100% guardado e habilitado e é o que vale realmente porque é um documento eletrônico.

N:..Sim, mas quando recebem uma fatura eles não pegam a informação do XML, preenchem a informação do PDF, o imprimem no PDF

E2:.. Aqui na Guatemala temos isso. A cultura em Guatemala com a fatura eletrônica que é parte do choque que falava Leonel é isso, estamos acostumados de que o papel fala. Para mim uma fatura é o papel que me está falando, se você me dá um XML, antes de mais nada, vão me entender que estão vendo, então o que acontece, o PDF precisamente é a foto desta fatura e o momento de poder comparar peras com peras e se caem tem também que estar impresso aqui dentro da fatura o que vai verificar que realmente uma coisa é igual a outra, então é por isso... eu como cliente posso pedir meu XML, posso pedir a SAT que me faça essa verificação se está fatura é validade 100%.

N:.. Sim, uma pergunta, por exemplo, você pode ter um XML, por um CAE e isto não estar de acordo com as quantidades e as informações que estão e pôr a imprensa no papel, a mesma informação, o mesmo CAE, visualmente vai ver. Como teria que fazer isso. Teria que ter o algoritmo que vai pegar os campos do XML e calcular se o CAE está correto, porque se pode pôr um CAE que não é verdadeiro...

E2:.. Precisamente é onde entra a importância da assinatura digital, porque está assinatura digital criptografa todo o documento.

N:.. Mas, dá no mesmo porque você pode ter, só tem a garantia quando se tem uma ferramenta que quando você recebe o XML lhe confirme que a assinatura digital está ok, que o CAE está ok, que faça o cálculo ao revés, do calculo matemático que há, caso contrário pode se ter informações que colocaram no XML, mas que podem não ser daquele CAE, é possível de se manipular, ou mudar isso. Para ter a confiança de que a cadeia é essa, para essas informações teria que fazer o cálculo.

E2:.. Sim, pois se você altera quebra a cadeia.

N:.. Sim, mas você não sabe. Porque pode ter um XML que esteja rompido e como vai saber que o XML e que o ... vai ter a mesma informação nos dois, mas, não necessariamente tem os mesmos campos, se você não confere o cálculo, não sei se você me compreende?

E1:.. Este... SAT vai pôr em exposição um verificável...

N:.. Sim, seria interessante porque a pessoa, se coloca o XML e está ok, o que sai a cadeia é a cadeia que está imprensa, que o CAE é um “rech”, isso? Como um “rech” de alguns campos, né? Ok.

E1:.. Voltamos ao ponto dessa confiança e como te dizia, os "GFACE" é um procedimento tão grande que por exemplo...

N:.. Há tantos riscos que você tem uma auditoria externa e a certificação como alguém me disse é anual, ou seja, você tem um processo de auditoria que se também um "GFACE" está fazendo algo mal ... mas, o que acho é que isso tem que ser muito forte porque sem um "GFACE", você tem três, se um "GFACE" faz algo mal isto pode pôr abaixo todo o projeto e você imagina que uma grande empresa está obrigada, vai um "GFACE" e ocorre algo, vai até a imprensa e diz: “a fatura eletrônica não vai bem, tem problemas, tenho dois problemas, estou demandando esta empresa de "GFACE" por isso”, então tem que ser muito rigoroso o processo de certificação.

E2:.. Precisamente. Por isso é tão rigoroso o processamento de certificação de "GFACE", por exemplo, uma das penalidades ou fianças que têm os que estão autorizados para são mais ou menos um milhão de dólares, então, além disso, é obrigatório assinar acordo de confidencialidade com os clientes e ninguém dos que estamos dando este serviço, vamos pôr o risco depois porque precisamente disso é... e isso foi, desde que nasceu, o projeto de fatura eletrônica pois ter a honestidade e a consciência de ser realmente transparente.

E1:.. E o processo de certificação, por exemplo, SAT quando acabamos de ter alguma dúvida com o processo por meio do qual estão emitindo os CAEs então como essas responsabilidades tem o certificador, lhes pedimos que verificassem, que fizessem provas, independentemente do processo que é anual, que têm de ter certificação, no momento que SAT que... considere que algo não se está cumprindo exige ao certificador que o verifique e que o informe.

N:..O certificador também tem uma responsabilidade solidária? E o "GFACE" também.

E1:.. Sim, todos.

N:.. Mas, uma responsabilidade com o IVA do "GFACE" sim ou não?

E1:.. Não, a responsabilidade do "GFACE", como te disse, o responsável principal diante da administração tributária é o "GFACE", no que corresponde a suas declarações e as

informações, têm informação, têm alguma responsabilidade compartilhada com o "GFACE" e o "GFACE" por sua vez com o certificador, mas... não há declaração de imposto, digamos...

E2: Mais de armazenamento e de resguardo dos documentos.

N: Mas se o "GFACE" ajuda a que o "GFACE" pague menos IVA por qualquer manipulação, o "GFACE" poderia ser demandado do IVA ou não? Que não se pagou?

E1: Não (trecho não compreendido 01:47:08).

N: Tem penalidades da questão da segurança da informação? OK. Obrigado Leonel, não sei se você tem algum outro ponto que não falamos que você acha que é importante que você quer que registre teu projeto em Guatemala. Tem alguma coisa que não falamos.

E1: Proponho-te nos encontramos amanhã neste mesmo horário. Se amanhã você ainda estiver na Guatemala, podemos nos reunir novamente e você pode de acordo com o que você viu em outros países e talvez te surjam duvidas de algo que talvez não estejamos tomando em conta na Guatemala ou algo que você queira que te contemos e te esclareçamos te proponho que nos reunamos amanhã novamente às 5:00.

N: Sim, Leonel, estou aqui para isso. É que eu sei que seu tempo é difícil, mas se você tiver disponibilidade para mim é perfeito.

E1: Sim, então nós nos reunimos novamente talvez façamos alguma apresentação na tela para que você veja algo de nossos sistemas.

N: Eu agradeceria muito, foi muito boa a nossa conversa de hoje, muito importante.

E1: Eu acho que há bastante pontos que são tão grandes, estou acostumado a conferencia e tenho um esquema de como tratamos os pontos e então estou tentando baixar livro para que mais te possa trazer.

N: Isto era o que iria te perguntar se você tem algum livro sobre fatura eletrônica aqui na Guatemala e se você tem alguma pesquisa de universidade, algum artigo científico ou algum estudo de beneficio. Não há nada escrito sobre isto?

E2: Não há nada escrito

N: Isto é muito importante, é algo que vai ficar para historia, então as pessoas que estão envolvidas com isso... eu agora já escrevi o livro sobre um programa gratuito, agora temos um programa gratuito para as pequenas empresas e agora tenho um prazo até setembro para fazer um sobre o nosso projeto de fatura eletrônica, acho que é importante, não só pela questão comercial de vendas de livros, mas para poder documentar porque é uma coisa que, daqui a dez anos, Leonel tenha certeza de que todas as empresas vão estar na fatura eletrônica em todo o canto e ninguém vai pensar como foi isso, da onde se partiu, e você tem a historia, sabe tudo, como foi, quais as dificuldades, então um livro seu com um provedor que conte o outro

lado, a visão da... é muito interessante. O México exatamente fez um livro como este, dois livros, muito interessante com a história, todo o modelo, penso que é uma coisa importante para o país. Bom, obrigado!

ANEXO E – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: MÉXICO

Arquivo WS400021.WMA

Tempo: 00:00 – 00:56:32

Entrevistado 1 (E1) (César Perales)

Entrevistado 2 (E2) (Fernando Coss)

N (Newton)

N: Entrevista com o Sr. Fernando Coz e Cesar Perales de SAT, dia...que dia é hoje?

E1: Nove.

E2: Nove.

N: Dia 9, pela manhã, sim?

E1: A entrevista? Ah, veja, a entrevista com Carlos, você viu que tem muita importância, sobretudo porque ele vem de uma área que nós qualificamos de normativa.

N: Sim.

E1: E é a que elabora ou concebe as leis...

E2: Mais concebe...

N: As leis, as diretivas.

E1: As diretivas no que diz respeito ao sistema tributário. Nosso sistema fiscal tem duas grandes vertentes, o design da estratégia tributária propriamente dita possui duas grandes vertentes: Uma que é de política, que é uma área diferente do serviço de Administração Tributária, e outro que é o de instrumentação, que o serviço de administração tributária em si. Quando falamos de design e de política, estamos falando de uma área que no nosso país é denominada como Subsecretaria de Ingressos. Eles são responsáveis pela concepção de toda a política fiscal no país.

N: Sim.

E1: E o Serviço de Administração Tributária é responsável pela instrumentalização. O erro que Carlos Garza cometeu em todo esse processo foi a ponte entre o que foi o desenho da política fiscal e a instrumentação dessa política, através da concepção de normas que tornassem viáveis o cumprimento das disposições que é onde nós, como área de serviço, entramos. Quer dizer, há uma norma que é preciso cumprir, relacionada à necessidade que nós como país temos, que é aprovada por deputados e senadores, essa tarefa é entregue ao Serviço de Administração Tributária para seu cumprimento. Mas, para eles, o que o Serviço de

Administração Tributária deve fazer é o desenho de regras para que isso se possa cumprir. Esse foi o primeiro erro de Carlos. Posteriormente, Carlos ocupa um cargo numa área de normatização internacional, na qual seu jogo, no interior da administração tributária, já não é somente estar vendo a normativa interna, senão ver a questões do país em direção ao exterior.

N: Sim.

E1: Que os estrangeiros que trabalham em nosso país cumpram as normas tanto de seu país de origem como as nossas. Esse erro, creio eu, é que é interessante, que você tenha, principalmente, para que sua entrevista seja ampla. E no momento devido, já na parte de serviços, que é aonde mais tempo nós temos. É aonde... acredito que é preciso entender como se organiza nossa administração tributária para atender aos nossos clientes. O SAT, como Serviço de Administração Tributária, é uma organização jovem. Nasceu em 1997, com um princípio de serviço, por isso que se denomina Serviço de Administração Tributária. A concepção de nossa administração parte de duas premissas fundamentais: a primeira que é garantir ao contribuinte um bom serviço no seu contato com o SAT. Mas é preciso ter uma área de controle forte que garanta que a disposição vai ser cumprida, é como nos definimos como administração tributária. E a característica é que, dentro da administração tributária, se integra a parte aduaneira.

N: Aqui a alfândega está dentro do Serviço?

E1: Dentro do SAT.

N: Ah, porque no Chile é uma entidade à parte.

E1: É diferente, é diferente. Por isso, para que você entenda onde se inscreve o tema da faturação electrónica.

N: E a Secretaria de Fazenda e Crédito Público, o que é isso?

E1: É a cabeça de setor. Sendo cabeça de setor, tem vários órgãos que estão abaixo. Vamos te dar um organograma para que também...

N: Sim, sim, interessante.

E1: Isso é muito importante, principalmente, quando faz as comparações, um pouco para entender como nos organizamos. A Secretaria de Fazenda e Crédito Público é a cabeça de setor, abaixo dela está o Serviço de Administração Tributária, que para efeitos jurídicos, é um órgão descentralizado da Secretaria de Fazenda e Crédito Público.

N: Ah, ok.

E1: Sim? Temos patrimônio próprio, critérios diferentes, que é a tendência a nível mundial que se deu nos anos 1990. Nessa década, muitas administrações tributárias, inclusive nós,

decidimos entrar em um esquema diferente e começar a nos separar dos órgãos fazendários. México não é uma exceção. É igual ao que você viu no Chile.

N: Sim.

E1: Todos partimos de um cenário de tendência mundial, que é justamente nos anos 1990 que se começa a criar esses órgãos, alguns 100% autônomos, outros semiautônomos, que é o nosso caso. E que por aí esteja seguramente, durante os próximos anos, venham em nosso país iniciativas de dar autonomia total à administração tributária de nosso país. E uma capacidade maior de gestão. Hoje, o chefe do SAT faz acordos com o secretário da Fazenda, dando-lhe a autonomia – isso já se acabará. E no nosso país surgiríamos como é o Banco do México, ou o Banco Central, que são organismos totalmente autônomos, apolíticos...

N: Mas o cargo mais alto é o de diretor?

E1: É o de chefe de SAT.

N: Chefe de SAT?

E1: Sim.

N: E esse cargo é uma indicação política ou é uma indicação de que tem que ser uma pessoa que tem uma carreira de fiscal, que tenha começado no SAT?

E1: Ainda não é um serviço de plano de carreira. Ainda não. Isso é algo que ainda está em gestação no nosso país, pois durante os últimos 14, 15 anos se esteve gestando um serviço de carreira. O que sim acontece é que o chefe do SAT tem que ser proposto pelo presidente da República ao Senado da república.

N: Ah, ok.

E1: Ou seja, há um aval acerca de um perfil que, por disposição fiscal, é preciso cumprir. Que tem que ter experiência na administração tributária, deve ter certas características como funcionário para poder estar elegível para o cargo de chefe do SAT. Esse sim é um posto que não é 100% autônomo do presidente da república. Tem que ser proposto ao Senado, o Senado tem que dar seu aval, e só assim que se pode dizer: este funcionário será o chefe do Serviço de Administração Tributária, pode ocupar esse cargo.

N: Agora, os fiscais são cargos de carreira, sim?

E1: Sim, eles vêm de carreira. No Serviço, os chamamos em nosso país, serviço fiscal de carreira. Já vêm operando, neste momento já há funcionários de carreira, mas todavia não se expandem com toda a sua amplitude dentro do que é o Serviço de Administração Tributária.

N: Entendi. E aqui, a sua área, Fernando, qual é? A área responsável pelo atendimento ao contribuinte, é isso?

E2: De atender, somos a área...

N: Você é o chefe de... como se qualifica seu cargo?

E2: Aqui meu cargo é... eu sou responsável de, basicamente, quatro dos serviços tributários que oferecemos aos nossos clientes. Um é fatura electrónica; outro é assinatura electrónica avançada...

N: Sim, eu vi o caminhão, comentava com César aqui em frente.

E2: Exatamente os que estão...

N: Uma iniciativa muito interessante de massificação para as pessoas naturais e morais (aqui se quis dizer “físicas” e “cíveis” ou é “naturais” e “morais” mesmo? 00:08:01 a 00:08:02)

E2: De aproximação ao contribuinte, isso é o que fazemos. Porque a minha área também é responsável pelo programa de cultura contributiva.

N: A de educação fiscal?

E2: Educação fiscal.

N: Ah, ok.

E2: É assim, se não há educação fiscal, esses projetos como fatura, assinatura, de cumprimento de obrigações perdem peso em um país como o nosso, em que o cumprimento é baixo e não corresponde ao potencial que temos como país.

N: E a estrutura de administração tributária, vocês têm escritórios nos estados? Se chamam delegacias ou...?

E2: São administrações locais.

N: Ah, administrações locais.

E2: São administrações locais. É interessante que você veja um projeto como este aterrissa a nível local. Ou seja, (trecho não compreendido 00:08:46 a 00:08:47) está o secretário da Fazenda...

N: Sim.

E2:...chefe de administração tributária, há acordo entre eles. Sob o que é o SAT, temos quatro funções: uma é de serviços ao contribuinte, que é onde nós estamos; outra é de auditoria fiscal; a de arrecadação, que há dois anos sofreu mudanças importantes; e, o que é o apoio jurídico, a área jurídica do Serviço de Administração Tributária. Somos quatro áreas que podemos chamar de “substantivas” (00:09:21 a 00:09:22) e a...

N: E a parte de tecnologia de informação, onde fica?

E2: São de suporte, são os de suporte.

N: É outra área, mas que está no mesmo nível destas áreas?

E1: No mesmo nível, mas são de staff, de apoio a todos os processos. Ou seja, não é uma área “substantiva”. Dentro dessas áreas está a área de tecnologia...

N: Recursos humanos...

E2:...a área administrativa, que inclui recursos humanos, recursos materiais, recursos financeiros. Também há uma área que chamamos de Avaliação, que sua função é basicamente de controle e combate à corrupção no interior da Administração Tributária.

N: No Brasil chamamos essa área de corregedoria.

E2: É mais ou menos o equivalente. E algumas outras áreas por aí que não me lembro.

E1: Também tem a Alfândega.

E2: Sim, a de Alfândega, que está dentro. Essas quatro áreas que eu comentei a você, Newton, são parte do que chamamos Impostos Internos. E o outro grande “rubro” (00:10:24) que temos é a Administração Geral de Alfândegas.

N: Que também esteve envolvida com a fatura electrónica?

E2: Também.

N: Aqui vocês chamam de CFD? Que é...

E2: Comprovante Fiscal Digital.

N:... isso, que é mais amplo. São todos os tipos de fatura electrónica, ou fatura em papel, notas de débito, notas de crédito...

E2: Correto.

N: Para o retail, vocês não tem o cupom fiscal como no Chile? Ou se usa impressores fiscais?

E1: Se usam impressores, simplificados...

E2: Nesse momento...

N: Chamam de Comprovantes Fiscais Digitais simplificados, é isso?

E1: Você pode utilizar de forma eletrônica, ou pode utilizar de forma direta, sem necessidade, inclusive, de impressores, que são simplificados e que não têm efeitos para (palavra não compreendida 00:11:16 a 00:11:17).

E2: Nos modelos, você vai encontrar variações interessantes em termos do modelo chileno. No modelo deles se obriga o contribuinte a ir à Administração Tributária, porque o número de contribuintes que eles têm de acordo com os escritórios que possuem permite isso. É acessível. No nosso país há outras problemáticas, como devem ter no Brasil. Que não nos permite chegar a um modelo no qual o contribuinte tenha que ir timbrar, ou para “seriar” (00:11:46) sua fatura, seja pelo volume, por cobertura, isso não é possível.

N: E quantas empresas que vocês têm aqui?

E2: Neste momento, no México, fala-se que temos cerca de 32 milhões de contribuintes. Nem todos eles emitem comprovantes.

N: Que são pessoas “naturais” e “morais”.

E2: Sim, pessoas “naturais” e “morais”, e as jurídicas.

N: E as jurídicas, quantas são?

E2: São um pouco mais de um milhão de pessoas jurídicas.

N: E a estrutura que você tem em SAT para isso, quantos fiscais...?

E2: Somos, de funcionários de todas as áreas que te falei, somos 32 mil funcionários.

N: E a fiscalização?

E2: Na fiscalização, cerca de 7.500.

N: Nossa, 7.500...

E2: É a área maior.

N: É a área maior, sim.

E2: E, junto conosco de que estamos falando, são 3.500 empregados.

N: E a sua área foi a responsável por começar a fatura electrónica, é isso? O comprovante fiscal digital?

E2: Como um serviço.

N: Isso em 2005?

E2: Quando começamos em 2005.

N: E César era o encarregado disso, em 2005?

E1: Sim, trabalhamos na operação propriamente dita.

N: E uma coisa que me interessa muito é como começou a fatura aqui, qual é a história da...?

E2: Essa é uma história muito interessante. Na minha área, dentro do que é o Serviço ao Contribuinte, nós temos o tema de comprovantes fiscais visto como um serviço ao contribuinte. Quer dizer, esse serviço, como é de contato, a primeira coisa que tínhamos que garantir era como damos um bom serviço aos contribuintes para que emita comprovantes. Mas, está associado a um tema de educação, de educação tributária. Como fazemos para que esses contribuintes, que são obrigados, emitam o comprovante e começemos a posicionarmos desde o ponto de vista da informação.

N: Era responsabilidade de sua área começar com isso?

E2: Isso.

N: E qual foi a motivação? A inspiração foi o Chile, ou algum outro país, de onde saiu a ideia de ter a virtualização dos documentos em papel?

E2: De onde nasceu, sem dúvida, como catapulta foi o Chile, no entanto, como país. É preciso ver um pouco a história de como isso aconteceu.

N: Porque de acordo com a informação que tenho, o Chile não fez nada baseado na Espanha, porque foi Espanha o primeiro país que começou com algo como isso.

E2: Eu te diria que a origem é mais pela visão do modelo espanhol que pelo modelo chileno.

N: O de vocês aqui?

E2: O nosso aqui. E nós porque visamos o modelo espanhol...

N: Tiveram algum intercâmbio?

E2: Sim.

N: Com o apoio do BID ou algum órgão?

E2: Não, não, basicamente funcionários mexicanos.

N: Que estiveram na AEAT (Agencia Estatal de Administración Tributaria) lá?

E2: Que estiveram na Agência Tributária Espanhola.

N: Sim.

E2: Que teve muito contato. E qual é...

N: E isso se passou mais ou menos quando?

E2: Já faz muitos anos, agora que o contato com este modelo espanhol...

N: Tem muita proximidade com vocês?

E2: Sim, temos muito contato com a Agência Tributária Espanhola. E de fato, é o que nos inspira e também o diretor que tivemos naquele momento, um homem muito visionário, que foi quem fez praticamente todas as mudanças drásticas, visualizando o que estava acontecendo em todo o mundo.

N: Como se chama?

E2: Ruben Aguirre Panghun.

N: Ruben Aguirre Paghun, sim.

E2: Sim, este é um homem que tem mais de 30 anos na administração tributária, com uma visão muito ampla...

N: E hoje ele está...?

E2: Hoje já não está na administração tributária, mas é ele quem propriamente visualizou primeiro a mudança no modelo de pagamentos do nosso país. Ou seja, o primeiro que mudou não foi a fatura, foi o modelo de pagamentos que vinha sendo feito. E mudou a estrutura da declaração que tínhamos, que era uma declaração muito carregada de informações, e a modificou para um modelo simplesmente de pagamento.

N: Quando se diz de pagamento, você está falando de declaração de renda?

E2: Declaração de renda.

N: Ou de IVA?

E2: De ambas. Bom, na verdade, de todos os impostos, aos quais o contribuinte está sujeito, que é o de renda, o IVA...

N: Aqui quais outros impostos mais vocês tem?

E2: São estes... e o IEPS, por exemplo, Imposto Especial sobre Produções e Serviços, no qual nos aproximamos muito ao tema da faturação. Nós, no Imposto Especial sobre Produções e Serviços, é onde colocamos mais controle. Aí ficamos muito parecidos com o modelo brasileiro. Porque nós, por exemplo, para toda a questão de bebidas alcoólicas, estamos incorporando controles tanto no pagamento de fluxo, temos controle de volume, de passagem, por exemplo, de todas as bebidas alcoólicas e sobre isso o contribuinte tem que efetuar um pagamento. Também temos controle no ponto de venda, onde colamos uma etiqueta na bebida que vai ser comercializada no ponto de venda final.

N: Sim.

E2: Isto está basicamente associada a uma lei, que denominamos Imposto Especial sobre Produção e Serviços.

N: Ah, ok.

E2: E é aqui que temos localizado seu (palavra não compreendida 00:17:08), esses controles, e que também abarca o guarda-chuva da faturação electrónica. Mas temos várias coisas.

N: Então a fatura começou antes de 2005?

E2: Sim.

N: Tiveram algum contato com Chile?

E1: Sim

N: Estiveram com eles para conhecer...? Você esteve, Cesar, quem esteve... alguma pessoa esteve com Marcela?

E1: Não, não diretamente.

N: Estudaram o modelo deles?

E1: Não, basicamente foram feitas visitas pelo chefe do SAT naquela época, não?

E2: Sim, estiveram na Espanha e no Chile.

N: Ah, ok.

E2: Mas basicamente foi na Espanha. Não nasce o modelo de faturação electrónica pelo modelo de faturação electrónica. Nasce de outra série de necessidades de modernização da administração tributária. A administração tributária no nosso país havia ficado defasada em comparação a outros países, quando comparávamos principalmente o elemento que

impulsiona tudo isso, que são os níveis de competitividade que, como administração tributária, nós tínhamos. Nosso sistema não se havia modernizado na parte contábil, na parte de declarações, nos acessos de internet, estávamos muito atrasados neste tema. E estamos falando de que, como Serviço de Administração Tributária, nascemos em 1997, nosso desenvolvimento inicial foi muito pobre, foi assim qualificado. Então tinha que ir ao encontro àqueles elementos que pudessem nos fazer alcançar um maior nível de competitividade. Sobretudo pela complexidade do nosso sistema e os tempos de cumprimento de obrigações fiscais que começaram a ser revisados, são os que começam a estimular iniciativas diferentes.

N: Então foi um pacote de iniciativas e medidas para o desenvolvimento da Administração Tributária? E uma delas, foi a fatura electrónica?

E2: Sim, exato.

N: Tiveram algum apoio ou investimento de bancos externos, ou alguma coisa com o BID, como algo mundial?

E2: De fato, se pensou que esse projeto de faturação e de assinatura electrónica poderiam ter sido financiados com um empréstimo que houve ao Serviço de Administração Tributária por parte do Banco Mundial.

N: Sim.

E2: No entanto, decidiu-se tirá-los disso e apostar em um projeto de modernização tecnológica de toda a administração tributária.

N: Se coloca algum tipo de taxa para o contribuinte que utiliza o comprovante fiscal digital? Tem que pagar algo diferente para ter isso?

E2: Não.

E2: Não, é igual.

N: Não se paga nenhum serviço?

E2: Não, nada.

N: Então, em 2005 se inicia a normativa e vocês têm alguma lei de assinatura digital que antecede o projeto?

E2: Não.

N: Quando começou a normativa de assinatura digital?

E2: Há uma iniciativa que é publicada em 2003, que é o Código de Comércio. E isso é o que impulsiona a incorporar dentro do Código Fiscal da Federação basicamente o reconhecimento de assinaturas eletrônicas que já existiam dentro do âmbito comercial ou mercantil em nosso país. Isso se publica primeiro e obriga a administração tributária a alinhar-se com o Código de Comércio. Atrás de tudo isso, já há uma série de iniciativas que, se queremos encontrar a

origem, são as leis modelos que a ONU gera para todo o reconhecimento de assinaturas eletrônicas. Vamos dizer que são essas leis que começam a impulsionar o projeto de modernização da administração tributária. E a fatura electronica é uma das vertentes...

N: É um dos serviços que utilizam a assinatura...

E2: Exatamente.

N: Dei uma olhada no site, e vi que há muitos serviços com a assinatura digital avançada.

E2: Isso mesmo.

N: Que se chama FIEL?

E2: Sim, a FIEL.

N: Sim, sim. A estrutura da assinatura digital aqui, é o SAT que fornece ao contribuinte.

E2 e E1: Uhum.

N: Não há empresas privadas que são certificadas para isso? Por que se decidiu fazer dessa maneira?

E2: Isto porque dentro desse projeto de modernização, o que fizemos foi um diagnóstico da administração tributária no nosso país. O diagnóstico apontou que a base de informação, de identificação que temos dos contribuintes não é muito confiável, essa é a base. E sobre essa base, sobre esse diagnóstico, o que se decide é que temos que depurar toda a informação que a Administração Tributária possui dos contribuintes. Nosso país tem uma característica muito diferente do Brasil e do Chile e qual é? Nós não temos um documento de identidade nacional.

N: Ah, então não é...

E2: Isso nos faz muito diferentes ao resto da América Latina e eu te diria até de outros países no mundo. Nós carecíamos de um documento de identidade. Isso que nos levou, historicamente, a ter um registro federal de contribuintes, que não tem 100% de confiabilidade. E onde confirmamos esse 100% de confiabilidade? Nos atos de fiscalização. Por quê? Porque não necessariamente o contribuinte é quem ele diz ser. Temos um registro aqui e, na verdade, é outra pessoa. Isso complicou muito os atos de fiscalização. E propriamente todo o ciclo de administração tributária gira em torno da qualidade dos dados que nós temos no Registro Federal de Contribuintes. Esta é a base.

N: Então os contribuintes, as pessoas jurídicas, empresas, não tem nenhum código de cadastro fiscal que seja nacional?

E2: Sim, temos das pessoas jurídicas. Mas essa pessoa jurídica, falando juridicamente, não existe, quem existe são os representantes legais. Que são quem fazem operar essa pessoa jurídica. Essas pessoas, que são pessoas...

N: “Naturais”...

E2:... “naturais”, não temos um registro de identidade nacional que a torne única quando nós procedamos ao que...

N: Os registros são estaduais, é isso?

E2: Nós partimos da premissa que o contribuinte, para se inscrever no Registro Federal de Contribuintes, tem que ter um documento que o certifique como cidadão mexicano, é um “acta de nacimiento”(00:23:51 a 00:23:52).

N: Ah, sim.

E2: Esse “acta de nacimiento”, infelizmente, não tem sido completamente confiável para efeitos de identidade das pessoas.

N: Porque não tem foto...

E2: Não tem foto, não temos (palavra não compreendida 00:24:05 a 00:24:06), não temos os dados que nos assegure que essa pessoa é quem diz ser. E devido aos movimentos migratórios que existem em nosso país, todo esse tema de movimento sul-americano e centro-americano em direção aos Estados Unidos, há gente que se inscreveu aqui sem ser necessariamente cidadão deste país. Ou tinha documentos falsificados, e pôde se inscrever. Então, isso nos criou uma distorção muito forte. Esse é um elemento, que possivelmente é o menor. Mas há outros elementos acerca desse registro que o fez pouco confiável para as ações de auditoria. Sobretudo, em certas ações, ou empresas fantasmas que querem fundar para criar esquemas de (palavra não compreendida 00:24:51) fiscal, é muito fácil, porque não temos ao certo uma pessoa “natural” que está detrás de todos os atos que estejam sendo levados a cabo.

N: E a FIEL, a assinatura digital, é sempre para pessoas “naturais”? Ou há assinatura para pessoa jurídica também?

E2: Temos para os dois.

N: E esta assinatura pode ser utilizada para questões privadas, comerciais entre partes, é válida? Como tem uma validade, a lei permite que seja usada para um contrato de venda entre duas partes, para um imóvel, ou coisas como isso, ou não?

E2: Vai ser, mas neste momento ainda não é. Agora, como se vai fazer todo esse processo eletrônico? Nasce em 2003, um Código de Comércio, que é uma norma de caráter federal, em 2004 surge a norma federal em matéria fiscal, ou tributária, que é a assinatura eletrônica e já se começa a harmonizar o processo comercial com o processo tributário, que são as duas coisas que vão caminhando. E juntamente, também, vêm as disposições da fatura electrónica. Esses dois âmbitos nascem separados, e para efeito dos contribuintes, o contribuinte tem que unificá-los, por um lado se está falando de contratos, esse contrato, previsivelmente, tem por trás um documento que fiscalmente lhe dá um aval, que é a fatura, e do lado fiscal, deveria ter

as disposições que lhe são dadas, o marco jurídico para que isso seja possível. Por um lado, temos um Código de Comércio, e por outro lado, temos um Código Fiscal, que são normas de caráter federal. Ambas são resguardadas, esperamos este ano, 2010, com uma lei de assinatura eletrônica, harmonize ambos os processos.

N: Está em curso uma lei no Congresso?

E2: Exatamente. Está em curso uma lei que não vai somente alinhar isso, como também todo o processo administrativo do Governo Federal, que também vai tornar-se mais dinâmico. Há uma grande preocupação, por parte do Governo, de como modernizar os serviços que são oferecidos aos cidadãos. Tudo sob um ânimo de competitividade, como tornamos esse país mais competitivo. E obviamente, a Administração Tributária está sendo a ponta de lança. E basicamente com o projeto de assinatura, que é gerar à toda a população a assinatura eletrônica avançada, e com o processo de faturação eletrônica, são projetos que abarcam coisas que vão além do âmbito tributário e fiscal. Abarcam outros âmbitos da administração tributária. Da administração pública, (palavra inaudível 00:27:45 a 00:27:46). Então, o projeto do Governo Federal traz um programa de modernização da gestão da administração pública, no qual este certificado de assinatura vem a ser reconhecido por todo o Governo Federal. De forma tal, que já não seria necessário gerar certificados de uso específico para fazer uma gestão ante... deixa eu ver alguma equivalência que podemos ter com vocês, não me lembro... Por exemplo, no nosso país existe uma “dependencia” (00:28:21) que é de comunicação e transportes e o cidadão poderia fazer trâmites de caráter eletrônico simplesmente com seu certificado que obteve dentro do âmbito fiscal. E vai ter uma validade desse trâmite ante essa administração. E aí voltamos a encontrar o tema da fatura, que é muito similar ao Brasil. Em nosso país, para a movimentação de mercadorias, para efeitos de comunicação e de transportes, há uma lei que regula o movimento de mercadorias que não é tributário, que é de outro âmbito. Nesse âmbito, se reconhece como “Carta Porte”.

N: Que no Chile seria a “guia de despacho” e no Brasil se diz o “conhecimento de transporte”.

E2: Efetivamente. Bom, aqui chamamos de Carta Porte.

N: E isso não é tributário?

E2: É de deslocamento de mercadorias.

N: E se pensa em fazer com que a assinatura digital passe a ser uma atividade privada, ou não?

E2: Não, agora não. Principalmente, pelo que estava contando sobre a origem de tudo isso, temos um Registro que não tem 100% de confiabilidade. Temos primeiro que ter um registro

100% confiável, ter 100% de confiabilidade, queremos que seja 100%, e existe esse processo onde você está vendo os caminhõezinhos...

N: Se pensa que 100% das pessoas “naturais” e “morais” tenham a assinatura digital, esse é o objetivo?

E2: Sim, esse é o objetivo.

N: E em quanto tempo se pensa realizar isso?

E1: Depende dos serviços, os serviços nós vamos liberando gradualmente conforme o setor ou segmento em que o contribuinte requer um serviço com assinatura eletrônica avançada, vamos registrando dentro das mudanças ou evoluções que tenhamos dentro do esquema de fatura electronica e de comprovante fiscal em papel. Estamos considerando que os contribuintes solicitem diretamente informações para que possam fazer sua fatura através de assinatura eletrônica avançada. Portanto, um grande número de contribuintes terá que se integrar. Aprendemos que se os obrigamos a ter a assinatura e não há um serviço que lhes sirva de suporte, eles esquecem a senha, ou perdem, e sai mais caro para nós. Assim, é necessário um serviço, e neste caso, a fatura electronica ou a fatura, que vai requerer aprovações através de assinatura, esse serviço nos vai ajudar muito.

N: Outra coisa, Sr. Fernando: o projeto, quando começou, qual foi a estratégia? Foi como no Chile ou como no Brasil, de ter algumas empresas dentro de um projeto piloto? Ou não, começou com um projeto do SAT sem a questão de envolver empresas? Como foi isso? E a outra coisa é: se o modelo de fatura electronica ou o modelo de CFD, foram mantidas as normativas, as sistemáticas que havia no formato em papel para não criar muito desconforto às empresas? Ou não, houve como primeira etapa uma reengenharia de todo o processo? Porque no Chile e no Brasil foi a mesma coisa, mantivemos o que tínhamos em papel, somente se mudou para meio eletrônico, com algumas mudanças mínimas na normativa, mas não se pensou em rever todo o processo. Por exemplo, no Chile, se manteve a questão do timbre, que não é mais um timbre de cunho e sim um timbre eletrônico. Aqui como foi isso?

E2: Veja, é uma história em que justamente se buscou como fazemos para dar testemunho do ingresso que o contribuinte está fazendo. É o que te dizia, vai mais além de um tema de emissão de fatura, é um tema de educação e de alta evasão. Esse é o fundo. A fatura como tal, assim como você viu operando no Chile, parte de uma cultura arraigada de cumprimento de obrigações. Essa cultura arraigada de cumprimento, no Chile, não há estabelecimento que não emita um comprovante. Essa é uma condição fundamental, há uma cultura com o cumprimento das coisas, no nosso país não é assim. E você já deve ter notado. Aqui, se evade o IVA seja com ou sem fatura. Então nós temos que atacar em um tema mais profundo que

ainda não chegamos lá, mas tínhamos que modernizar a administração tributária. Por isso, é um tema que é permeado por muitas coisas. Trazemos um registro pouco confiável. Trazemos um tema de educação severo para o cumprimento, não só de uma obrigação que é a emissão da fatura, mas toda uma série de obrigações que o contribuinte tem. E, um grande retoque que é como modernizamos o aparato tributário no nosso país. Sobre essas premissas, há pouco você nos perguntava quanto tempo levaríamos para que esses 30 milhões de contribuintes possam ter um certificado de assinatura e possamos “epurar” (00:33:39). É um processo que levará um pouco mais de dez anos. Não estamos sozinhos, como Governo, temos definido que a população que não precisamente já esteja como contribuinte, também vai ser registrada. Eu te diria que, na semana passada, já iniciamos o processo não somente de (trecho não compreendido 00:33:58 a 00:34:03). Isso nos vai assegurar que a pessoa a quem estamos registrando, para efeitos tributários, estejamos certos de que essa pessoa é quem ela diz ser. E agora assim, vamos avançando nesse processo. Tem uma coisa muito curiosa em nosso país: nos estudos que fizemos, os nossos contribuintes cumprem 20% melhor quando se sentem identificados. E nossa meta como Administração Tributária é como fazemos com que as pessoas cumpram com suas obrigações.

N: Espontaneamente...

E2: Isso é fundamental. Como fazemos para que esse cumprimento das obrigações tributárias ocorra. Agora sim, me meto no tema da emissão dos comprovantes. A emissão de comprovantes no México tem uma história de mais de 25 anos. Nesses 25 anos, temos passado por diferentes modelos e esquemas, em que íamos evoluindo a forma de emissão do comprovante e os mecanismos de verificação da autenticidade desse comprovante, porque temos um grande problema de evasão devido a comprovantes apócrifos. É toda uma indústria em nosso país que estão fazendo comprovantes em papel apócrifos. Então eu lhe diria, aqui começamos desde algo tão elementar como deixar que nossos contribuintes façam seus comprovantes como queiram, mas que os emitam, até um esquema em que nós, como Administração Tributária, reconhecemos a evasão que está acontecendo com esses comprovantes. E com que iniciamos? Iniciamos com duas coisas: uma, incorporamos aos impressores autorizados como condição para que o contribuinte possa comprovar ingressos e deduzir gastos. E arrancamos com todo esse processo, no qual fomos autorizando as gráficas para que os contribuintes pudessem ser atendidos aí para solicitar seus comprovantes.

N: E um controle de “folio”? (não sei se aqui tem o mesmo sentido que a sugestão de tradução que você me deu para essa palavra, que era “número de fatura”)

E2: Não, já não era tanto um controle de “folio”, era um controle muito...

N: Mas o contribuinte tinha que pedir o “folio” para fazer a impressão?

E2: Vou te contar desde a pré-história disso para que você possa ver como vai evoluindo.

N: Sim.

E2: Ou seja, o primeiro que fazemos é que temos que reconhecer a um terceiro que dê a possibilidade de oferecer um serviço, aos contribuintes, de elaboração de comprovantes. E que só essa gráfica pode elaborar comprovantes.

N: Ah, ok.

E2: Só eles vão poder. Não todas as gráficas, não todos os contribuintes. Somente...

N: Somente as certificadas.

E2: Isso, as certificadas. Isso tem um processo que data de mais ou menos 15 anos, onde partimos com esse processo. Junto com ele, incorporamos alguns elementos que consideramos que eram viáveis tê-los dentro da fatura. E os incorporamos dentro do processo de inscrição, com este problema que te comento de qualidade de padrão... O que fizemos foi criar uma cédula de identificação fiscal que colocamos como condição que tinha que ser incorporada ao comprovante. E certamente verás em algum dos nossos comprovantes um quadrinho que diz (palavra não compreendida 00:37:15 a 00:37:16), que é a cédula de identificação fiscal que também vamos te dar uma.

N: Obrigado.

E2: Para que veja como se vê isso em nosso país. Então aí nascemos em um processo no qual o contribuinte, para efeitos de gestão, com o impressor, tinha que apresentar um documento em que manifestava que queria fazer comprovantes e o impressor os fazia. E o quê foi que fizemos, Newton? Dissemos a esse impressor autorizado: você tem que nos entregar todas as informações dos contribuintes que você atende aqui através de um disquete. E com isso, a Administração Tributária conseguiu chegar a essa informação. Esse foi o primeiro passo que demos.

N: O contribuinte não tinha que vir ao SAT...

E2: Não.

N:...para pedir nada? Ia à gráfica certificada que tinha que enviar depois um disquete para SAT?

E2: Isso mesmo. São duas coisas que juntamos aí: uma, um processo de inscrição ou registro, como te comentei, reconhecendo que não o temos muito bem, dizendo só que a pessoa se inscreveu, e vamos dar-lhe um elemento com o qual você irá ao impressor, que é a cédula. E com essa cédula, automaticamente, se habilitava a possibilidade de emitir um comprovante. Tínhamos já um impressor autorizado, havia uma cédula, há um documento no qual o

contribuinte expressa sua vontade de emitir comprovantes, e se fazia o esquema para o emissor. E para o receptor, fizemos algumas coisas que... (trecho não compreendido 00:38:46 a 00:38:50). E o que recebe o comprovante tem que verificar a cédula de identificação fiscal que nós publicamos em nosso órgão oficial, que é o Diário Oficial da Federação. Essas duas coisas tinham que se juntar: para um emissor, um impressor autorizado, uma declaração de vontade de que quer fazer comprovantes; e para o que recebe, ter que verificar no Diário Oficial, que me lembro que eram mais de...posso te dizer que chegaram a fazer 300, 400 folhas desse diário, de numerozinhos onde o receptor precisava verificar se a cedulinha que tinha era válida. Essa é a origem de tudo isso. Ou seja, não estou te dando todos os detalhes administrativos, mas essa era a complexidade em que metíamos o contribuinte nessas questões administrativas. Então, bom, dizíamos ao contribuinte: “você se inscreve, te damos sua cédula, e vá até o impressor que previamente esteja autorizado”. Esse processo começou a crescer, estou falando de 15, 18 anos atrás, quando fizemos isso. Bom, esse processo começa a crescer. E começamos a ter problemas na parte de Registro, porque a cédula, nós sabíamos que o contribuinte “jugaba” (00:40:05 a 00:40:06) muito com o domicílio fiscal que nos dava, o que fazíamos era “agora já não dou a cédula, vou mandá-la ao seu domicílio”. E isso retardava o processo produtivo de geração de ingressos e comprovação. Então, isto é que vai permeando toda a história até que se converta em fatura electrónica. Esta complexidade, que nós mesmos nos metemos, ante um problema de registro, é o que nos faz levar a cabo o projeto de fatura, começamos a gerar tudo isso. Depois, a Administração Tributária se movimenta pela informação que recebe. Esses impressores, que não necessariamente são especialistas em tecnologia, o que faziam era capturar nossas informações e as entregavam anualmente em disquetes. Esses disquetes, a Administração Tributária se encheu de discos, que não serviam. Que vinham vazios, carentes de informação... (risos)

N: Não serviam para nada, se guardavam.

E2: Sim, eram guardados. E não tínhamos a capacidade de processar todas essas informações. Então, se você se dá conta, algo já vai se parecendo ao que estamos tendo aqui. Obtemos informação do impressor, sim nós tínhamos, mas não a processávamos. E essa era uma das possibilidades que tínhamos para imputar a responsabilidade ao contribuinte no momento de uma fiscalização. Esse foi o caminho que fomos tomando. De maneira paralela, as empresas foram avançando muito, principalmente as maiores, e o que aconteceu aqui, - e isso estou falando se passou faz mais de dez, doze anos – foi autorizar aqueles contribuintes que emitissem seus próprios comprovantes, por seus próprios meios.

N: Os impressores autônomos...

E2: Exatamente. Eles mesmos podiam imprimir seus comprovantes sem precisar ir a um impressor autorizado pela Administração Tributária. E isso seguiu crescendo, e lhes pedíamos uma quantidade de coisas, diagramas, mecanismos de armazenamento, esquemas de contabilização, tudo que você pode imaginar, nós pedíamos ao contribuinte. Ah, você quer imprimir, então, para que eu, como Administração Tributária, confie em você...

N: Tem que cumprir tudo isso...

E2: Tem que cumprir tudo isso. E nos tornamos complexíssimos, porque nos interessava que continuassem indo a um impressor, e obter a informação de um terceiro. Assim que fomos caminhando, Newton, e aí que nos ocorreu, no meio do caminho, e como fazemos com aqueles que não emitem uma fatura com efeito fiscal? Pensamos em fazer através de máquinas registradoras de comprovação fiscal.

N: As impressoras fiscais.

E2: As “cajas” (00:42:44), essas com memória autônoma, registro, e por aí passamos por um projeto, que chamamos de Sistema Integral de Registro Fiscal, o SIRF, como nós o conhecíamos, que era uma máquina que se gerenciava a contabilidade, as faturas, os registros, tudo! Era uma maquininha que chegava a custar quase sete mil dólares. E pensamos em colocá-la em todos os estabelecimentos. Dizíamos que com isso já não haveria problemas fiscais nesse país. Custo, manutenção, tudo, nos saiu um tremendo fracasso. Se você se dá conta, temos um sistema com impressores autorizados, autorizávamos gente que queriam emitir seus próprios comprovantes. Nos pontos de venda, no geral públicos, tínhamos máquinas registradoras de comprovação fiscal, e desenvolvemos um projeto que integraria a contabilidade e a emissão de documentos, que era o SIRF, fizemos várias coisas para que o contribuinte cumprisse com suas obrigações tributárias, mas todas essas não tiveram êxito. Nem nos dava as informações, que é o objetivo da Administração Tributária, que informação tenho, e o único que provocou é que gerávamos uma...

N: Mais problemas.

E2: Mais problemas e um modelo complexo, difícil de cumprir, em que o primeiro, que era o Registro, se tornou.... havia contribuintes – neste caminho que estou falando, de mais de 20 anos – havia contribuintes que demorávamos até três meses para lhes entregar sua cédula. Se inscreviam, e para poder emitir uma fatura, a Administração Tributária demorava três meses em entregar, e aí já associado a outro problema: o correio. O serviço de correio, como era uma peça postal, uma peça em papel que tinha que ser entregue no domicílio do contribuinte, tudo isso se tornou um problema. Isso é que vem arrastando esse projeto de fatura. Se você prestar atenção, são coisas que não estão precisamente inspiradas em algum modelo (risos), nós

mesmo que complicamos nossa própria vida. Nós mesmos colocamos nossa regra, nós mesmos vendo o modelo espanhol, vimos que tínhamos... bom, e todo o modelo latino que se baseia na emissão de um documento que fiscalmente seja válido, nós o tornamos muito complexo. Então isso leva ao divisor de águas da criação do Serviço de Administração Tributária. Eu te diria que não somente na parte de faturas, mas também na parte de declarações, colher informações, serviço ao contribuinte, era tudo muito demorado. Foram muitas coisas que se juntaram e foram decantando para que em 1997 se criasse esse novo órgão. Com um objetivo de serviço, e o que se dizia era: “Como pode ser que um contribuinte que o quê quer é gerar ingressos e pagar impostos, tenha que esperar três meses para que lhe entreguemos o documento que o habilite para isso?”. Bom, isso vai mudando nosso horizonte, buscaram-se mecanismos para agilizar sem esquecer que o Registro deve mudar, é justamente em 2004 em que se harmonizam essas disposições, se vê como elementos dinamizadores toda essa problemática, é que surge o projeto da fatura, que onde começamos a consertar tudo isso. Por aí, em 2002, o que fazemos? A esse impressor autorizado, que posso te dizer que tínhamos um pouco mais de 14 mil impressores autorizados, não todos operando nem nos entregando informações, se viam na obrigação de entregá-las, nem todos a entregavam, o que fizemos foi dar o primeiro passo. Dizíamos: “Como fazemos para que essa informação que está sendo gerada, chegue a nós imediatamente?”. E o que fizemos foi começar a trabalhar com internet. A esse impressor demos acesso às nossas bases de dados. Essa foi a primeira mudança, não a fatura. Como fazemos para que esse auxiliar da administração tributária possa interagir conosco on-line e começar a tirar toda essa informação errônea que nos trazia, e aí lhes demos acesso aos nossos sistemas. E aí sim começamos a autorizar “folios”. Isso que nós conhecemos como o SICOF, que é Sistema Integral de Comprovantes Fiscais, esse é o sistema que nasce em 2002, começando a depurar tudo que trazíamos. Em nosso país, os comprovantes em papel têm uma vigência de dois anos. Esses comprovantes em papel, dissemos: bom, este projeto de modernização de comprovantes, de início vai levar dois anos para que se esgotem todos os comprovantes que já emitimos. O primeiro grande retorno, Newton, não foi a tecnologia. Foi a cultura do impressor autorizado. Era um setor que, do que eles conhecem é de gráficas, é de tintas...

N: Não de tecnologia.

E2: Não de tecnologia. Então, o primeiro grande enfrentamento foi com os agrupamentos de contribuintes em nosso país, que formavam todo esse segmento. Os porquês eram: é que nós não podemos entrar na internet, é muito complexo, não estamos preparados. Mantivemo-nos firmes e aí sim conseguimos mudar o modelo cultural desse impressor para levar a ele algo

diferente, e começar a interagir com a internet. Por quê? Porque o contribuinte nunca ia, como no modelo chileno, até o escritório para timbrar cada uma das faturas. E você sabe que na fatura chilena tem um timbre.

N: Sim, um timbre de cunho. E os impressores, as gráficas, se tornaram fornecedores de comprovantes fiscais digitais ou não?

E2: Não, aí, daqui a pouco falarei sobre isso. Agora ainda estou te contando sobre o documento em papel, mas já com uma interação com a Administração Tributária. Onde já verificamos as obrigações que o contribuinte tem para emitir um comprovante. No nosso país, há um conjunto de contribuintes que não devem emitir comprovantes. Bom, resulta que com essa interação que começam a ter com nosso sistema, havia contribuintes que sem ter a obrigação de emitir um comprovante com validade fiscal, estavam emitindo. Foram as primeiras distorções que começamos a identificar. Onde esse impressor autorizado, sem emitir um comprovante digital ou uma fatura electrónica, já começamos a verificar se o contribuinte estava de acordo com suas obrigações, e que fosse sujeito a emitir um comprovante fiscal ou uma fatura. Nesse momento, ainda estou te falando em papel. Tudo isso é papel. E, nesse ínterim, estou falando de 2002, sendo 2002 o primeiro ano, 2003 o segundo ano, superamos a barreira, e em 2004 é quando justamente surgem os temas da assinatura eletrônica e da fatura electrónica. E é em 2005 que nascem as disposições para a fatura eletrônica. Já trazíamos um modelo medianamente maduro, com os impressores e com a interação com o SAT via internet. O primeiro freio que tivemos foi a esse impressor, que os mudamos, que nos disse: “Escute, o que vocês me fizeram desenvolver e interagir com internet, agora vai me brecar com a fatura electrónica”, se voltaram contra nós. Quer dizer, agora o contribuinte vai poder fazer por conta própria os comprovantes.

N: Já não necessita mais...

E2: Já não necessita mais do impressor. Bom, lhes dissemos “Tranquilos, isso não vai acontecer”, e foi um processo de negociação intenso com eles para dizer que não ia acontecer. A fatura electrónica nasce como uma opção em 2005, e nem todos os contribuintes vão se incluir. Mas já começamos a ter informação como Administração Tributária. Esses quatro anos que tivemos, três anos, nos permitiram começar a depurar informação, a gerar uma grande base de dados de contribuintes que estavam emitindo faturas. E quando nasce a fatura electrónica como uma opção, não como obrigatório para os contribuintes, nós começamos a depurar todas as distorções que geramos no caminho. Distorções que vão desde temas como a própria, - que essa é uma distorção muito grande em nosso país e que acabou faz uns dois anos - , que é a autofatura. Ou seja, havia contribuintes a quem lhes demos autorização, e

nesse íterim de 15, 18 anos que estou te comentando, a certos segmentos de contribuintes que não estavam em condições de emitir a fatura, os deixamos com a possibilidade de (trecho não compreendido 00:51:32 a 00:51:36). Essa é outra grande distorção. Mas a necessidade de, eu te diria aí, política e econômica do nosso país, nos fez tomar essa decisão naquele momento e teve que ser assim. Então, todo esse processo de modernização nos permitiu ir limpando tudo.

N: E quando se implantou, se começou a fatura electronica, se manteve o modelo dos papéis? Você acha que foi importante não ter havido uma mudança muito grande? Como “agora tem que ser tudo diferente”, e não, vai ter um papel que é o mesmo que se tinha com a fatura em papel, para a empresa que recebe a mercadoria não muda muito... Isso foi uma estratégia ou foi...por que...

E2: Foi uma estratégia.

N: E você acha que se tivessem feito uma reengenharia mais profunda, não teria sido melhor? Ou não? Por que não?

E2: Olha, acreditamos que não, sobretudo, insisto, o modelo de cumprimento, o modelo cultural do nosso país não aguentaria uma mudança tão drástica. Isso é o primeiro, por isso te diria: que outra experiência vivemos, Newton, nesse íterim?

E1: (trecho não compreendido 00:52:54 a 00:52:56).

E2: (trecho não compreendido 00:52:57 a 00:52:59).

N: É que...é que sua participação, Fernando, está sendo muito interessante, porque você traz uns detalhes muito importantes, tem uma visão muito clara dos porquês das coisas. Isso é o mais rico.

E1: O que eu comentava com Fernando é que já está na hora do almoço...

N: Sim.

E2: Seguimos conversando.

E1: E para respeitar os horários com as empresas, e que como elas são um pouco mais rígidas, eu te diria que (trecho não compreendido 00:53:25 a 00:53:33), tudo bem pra você?

N: Sim, sim.

E2: Sim, conversamos, e também temos tempo, e além do mais esse assunto que estamos falando...

E1: Não se encerra em uma hora.

E2: Como evoluem esses porquês, eu te diria que em todo esse íterim, tivemos a visita de colegas do Serviço de Impostos Internos do Chile, que ao conhecer todos esses detalhes, - porque eles nos diziam: “não, que vocês têm que adotar o modelo que há no Chile” – e sim,

tudo bem, mas a sua parte de questões são totalmente diferentes a que nós, como país, temos. Nós não podemos ter o modelo espanhol, não podemos ter o modelo chileno, não podemos ter o modelo brasileiro, porque somos uma idiossincrasia totalmente diferente.

N: Sim.

E2: Totalmente diferente. Então, houve mudanças, e vou conseguir um documento para você que resume essas mudanças, quais foram as mudanças que a Administração Tributária sofreu no nosso país, e que foram permitindo essas alterações paulatinas em algumas coisas para entrar no modelo eletrônico. Porque senão, isso não teria... seria visto como muito politizado e o teriam retardado muito.

N: O que é o bonito desses projetos de fatura electronica é porque têm uma história, não é uma coisa que se poderia ter uma consultoria que viesse aqui e implanta a fatura electronica. Não iria funcionar, porque é preciso considerar a cultura do país, a realidade e os porquês. Que tem que avançar primeiro não em uma coisa só, ou seja, não é possível ter fatura electronica se você não tem um processo de modernização da Administração Tributária mais amplo.

E1: O marco.

E2: Como marco, sem ter um marco, isso poderia ter caminhado—, mas os problemas de origem da Administração Tributária continuariam aí. Problemas que seguramente nem Brasil nem Chile têm. Ou não tem Argentina, ou Espanha.

N: Tem outros.

E2: Sim, tem outros. Mas não...

N: Não são os mesmos.

E2:...sim, estes são muito peculiares a nós, e que é a origem de muitos dos problemas da gestão da Administração Tributária. Ou seja, como a Administração Tributária enfrenta seus problemas com os elementos que têm? Como enfrentamos o problema da educação? Se somos um país com uma alta evasão, pois a origem está no modelo e na forma que desenvolvemos.

N: Sim.

E2: E é um modelo que, neste momento, eu te diria que temos um trabalho com tudo isso do Bicentenário de como evoluiu a gestão da Administração Tributária, não em 200 anos, mas em 500 anos, Newton. Isso a mim me diz muita coisa. Neste momento que estou vendo, temos um erro no sistema de arrecadação na época pré-hispânica, já na parte da colônia. Por quê? Por toda a dispersão de país que nos convertemos e nos condicionou muito a forma de administração atual.

Arquivo WS400025. WMA

Tempo: 00:00 – 01:01:52

Entrevistado 1 (E1) (Fernando)

Entrevistado 2 (E2) (César)

(N) Newton

E1: Até agora, a vantagem que temos é que há convencimento e estes são os grandes jogadores que há neste, no mercado, Wal-Mart somos praticamente nós quem investimos para que Wal-Mart entrasse. No mínimo, dois anos de trabalho para que o Wal-Mart fosse emissor de comprovante.

N: Sim, sim.

E1: Não foi algo que...

N: Que partiu deles, foi um trabalho de vocês com eles.

E1: Sim, mas um trabalho conjunto. Ou seja, o processo, considerando tudo que dizia quando conversamos pela manhã, no início pediram que se formassem grupos de trabalho, envolvendo as empresas líderes no...

N: Nos setores.

E1:...setor, nos diferentes setores. Uma delas é Wal-Mart, associações de contribuintes que pudessem participar nisso, então foram feitas mesas de trabalho para desenvolver todo este esquema. A partir daí, fomos trabalhando tudo de maneira conjunta. A parte das normativas foi um trabalho conjunto, a parte tecnológica também foi um trabalho conjunto.

N: E com os provedores? Vocês os convidaram? Porque nós, no Brasil, tivemos uma certa preocupação de convidar os provedores logo no começo. Porque se achava que um poderia sentir que tinham vantagens sobre outro. Então, fizemos assim: o provedor podia vir se estivesse com uma empresa que participasse do projeto. Então, a empresa é quem trazia o provedor, nós não os convidávamos. Vocês os convidaram? Como foi esse convite?

E1: No início do projeto, não se visualizou a figura de um provedor de comprovantes. O equivalente ao que te comentávamos do impressor autorizado.

N: Sim, sim.

E1: Não se concebeu isso no esquema de faturação electrónica. Não havia essa figura.

N: Aham.

E1: Essa figura nasceu posteriormente. Não iniciou junto com o esquema, não nasceu na origem do projeto, é algo que depois se vê a necessidade ante a pressão dos próprios

contribuintes sobre nós. Porque não podíamos pensar em um esquema de massificação sem que houvesse um provedor reconhecido. Começaram a surgir soluções no mercado, mas não havia um provedor reconhecido pelo SAT. Essa foi uma decisão da Administração Tributária. Nós não vamos reconhecer soluções tecnológicas no tema de faturação electrónica, que o contribuinte decida. No entanto, o que vimos, (trecho não compreendido 00:06:22 a 00:06:24) foi, bom, como vão massificar isso se não há a capacidade tecnológica nos setores de contribuintes? Então, isso nasce depois que se alavanque o processo de... em 2005, dois anos depois já temos a necessidade de reconhecer a figura do provedor autorizado. Não queríamos ir num processo em que estava inscrita a Administração Tributária e gerar um novo processo burocrático e complexo, aí sim vimos um pouco o que faziam os nossos companheiros do Chile. Eles, para entrar na fatura, na origem requeriam um processo de autorização da empresa que tinha interesse em incluir-se na fatura.

N: Sim, até hoje tem um processo de autorização, que a empresa tem que passar por quatro etapas. Quatro passos. Inclusive o modelo da fatura impressa, se necessita autorizar.

E1: A ideia que trazia a Administração Tributária era de desregulação, tirar travas, tirar tudo que pudesse travar o processo, só isso, não era, era gerar, como conversava com você de manhã, as coisas que se fizeram na área que tenho foi consolidar todos os trâmites que o contribuinte deveria fazer ante a Administração Tributária. Esse é um a mais. Tudo o que não queríamos era sermos a área responsável, de ver todos os trâmites, impor-lhes mais burocracia, mesmo que eletrônica, de modo que isso nós não vamos fazer.

N: É, nós, em São Paulo, o que fizemos foi: o segundo conjunto de contribuintes que entravam como voluntários... Tivemos os primeiros, que participaram voluntariamente na construção do projeto. O segundo conjunto, que foram 50 contribuintes, quando se abriu a inscrição voluntária, a esses colocamos um projeto de certificação, de autorização, mais para poder conhecer e para que as empresas tivessem a oportunidade de testar seus sistemas. Porque não estava muito... estava começando o projeto, as empresas de tecnologia tinham dúvidas, mas depois fizemos o mesmo. Ou seja, a inscrição para ser um emissor de fatura electrónica em São Paulo era somente pela internet, não é preciso fazer testes, nem fazer provas de nada, é somente sua responsabilidade seguir os modelos, e como a fatura tem uma validação on-line, se ela não está boa, a fatura vai ser rejeitada, sim? Então, não havia muitas problemáticas com isso.

E1: Por isso deixamos o processo muito certo, 100% eletrônico, e sem a necessidade de nenhuma autorização ou algo por escrito.

N: Mas para os provedores, para se homologar o provedor, se avalia o software que tem?

E1: Aí sim. Quando é um provedor, como nós, como Administração Tributária, o autorizamos, aí há um processo de autorização formal por parte da Administração Tributária.

N: Mas se valida o software?

E1: Se valida o software, o sistema, sistemas de contingência, e agora o novo que estamos agregando são alguns requisitos que nos dão a certeza de que é um provedor seja 100% “solvente” (00:11:27 a 00:11:28). Já tivemos como experiência, quando o esquema foi criado, que alguns provedores não eram “solventes”.

N: Ah, ok.

E1: Já vivemos também em outro projeto, que acredito que seja conveniente que te contemos as coisas que deram origem, a experiência positiva, mas também o que não saiu bem.

N: Sim, sim, isso é muito importante, sim.

E1: E te diria que os provedores não foram tão bem no início porque tivemos provedores descapacitados que começaram a prestar serviços. E foi uma empresa, na verdade, que nos abriu os olhos.

N: E quando vocês começaram o projeto de fatura electrónica, já tinham algumas diretrizes que o projeto tinha que ter? Vou tentar explicar, ou seja, a fatura tem que ter assinatura digital, a fatura tem que ser um arquivo XML. Partiram dessas diretrizes, com algumas ideias, ou não? Ou isso foi construído nas reuniões com as empresas?

E1: Foi com as empresas, e bom, você vai conversar com o pessoal da tecnologia. E justamente, nesse ínterim, quisemos privilegiar a neutralidade tecnológica. Que qualquer contribuinte pudesse optar. Não estar associado a uma solução que tecnicamente nos “colasse” a alguém e por isso a decisão de usar o XML. Para que houvesse a mais absoluta neutralidade, que não houvesse nenhuma barreira. O que sim vimos fora do SAT é que houve algumas iniciativas de governo que começaram a privilegiar um certo tipo de tecnologia, e isso não nos pareceu correto.

N: Sim. Quais fatores você acha que foram cruciais para o sucesso do projeto de faturação electrónica do México?

E1: Eu diria que um, que vocês o assimilaram de maneira muito clara, é o suporte que há que ser dado. As pessoas realmente envolvidas neste país, somos muito poucos. E esse é um projeto muito grande. O suporte que te exige um projeto nós tivemos (palavra não compreendida 00:14:10 a 00:14:11) e superando. Mas eu acredito que esse seja um fator crítico: o suporte que deve ser dado a um projeto deste tamanho, isso é fundamental. E acho que continua sendo nosso calcanhar de Aquiles. Porque hoje, em toda nossa rede de escritórios em nível local, não contamos com especialistas que possam dar 100% das

respostas aos nossos contribuintes. Esse é um tema preocupante. E outro: o atendimento telefônico. Vimos que foi muito tortuoso para os contribuintes contar com informação técnica muito precisa de suas necessidades, essa parte também vimos que é um fator fundamental que nós achamos também que é preciso melhorar, tendo em vista este esquema de obrigatoriedade, sem dúvida tem que ser melhorado.

E2: Um problema também é a parte da informação, não? Porque há alguns contribuintes que obtém a informação de outras fontes. Digamos que não somos suficientemente extensos para poder fornecer as informações corretas aos contribuintes, sem necessidade de que se caia propriamente nas definições de um provedor, (trecho inaudível 00:15:28 a 00:15:31).

N: Sim, sim.

E2: Essas modificações que serão feitas a partir de 2011 vão tornar muito mais fáceis as informações, já não vai ter (trecho inaudível 00:15:38 a 00:15:45). Então, temos que ser muito objetivos na campanha que vamos lançar junto aos contribuintes para que não (trecho inaudível 00:15:52 a 00:15:58).

N: Agora, os fatores que foram importantes para o sucesso do projeto? Para que hoje tenham chegado à quantidade de empresas que têm, o conhecimento que têm, e agora poder começar um projeto de massificação maior com a obrigatoriedade? Quais foram os pontos que foram importantes para o sucesso?

E1: Eu acredito que aqui já, para a obrigatoriedade, eu te diria a participação muito ativa da auditoria fiscal.

N: A auditoria participou na concepção do projeto ou não?

E1: Sim, mas uma definição, como eu te comentava, que os antecedentes que te dou no qual o SAT se define como uma área de serviço.

N: Sim.

E1: Foi a área de serviço que se encarregou do projeto.

N: Ah, ok.

E1: Quem se encarregou de que isso funcionasse foi a área de serviço ao contribuinte.

N: Sim. Então se focou muito mais a problemática do contribuinte do que as oportunidades para a informação para a fiscalização.

E1: Assim isso foi o primeiro que se privilegiou. Este é um novo serviço, e o primeiro que é preciso assegurar é que seja algo que resulte atrativo e eficiente para o contribuinte. Foi o primeiro. Porque trazíamos uma história de ineficiência na parte de serviços.

N: Sim, sim.

E1: Então, a visão mudou. Asseguremos que o serviço é bom, asseguremos que o contribuinte vai ter o que busca, e a definição que se tomou foi que a área de auditoria participasse, mas que não tivesse um papel decisivo no projeto nem o freasse.

N: Hum.

E1: Então, foi o que nos permitiu nesses... já faz quantos anos? Desde 2002 que começamos...

N: Oito anos.

E1: Oito anos, haja mudado a visão. Isso que eu comento a você de tema de impressores de papel, passou primeiro por uma área jurídica, depois estive em uma área de auditoria, mas nunca decolou, Newton. O tema não vingou, nunca se viu como um serviço ao contribuinte. Até que com a visão de Robert Aguirre de dizer “Veja, isso não vai funcionar onde está”, e disse como devem ser as coisas na Administração Tributária, fazendo com que a área de auditoria seja a detentora de informação do que se defina, mas que não defina o serviço. Eles são usuários da informação, mas não são os protagonistas, quem tem o papel principal é a área de serviços. Porque é com quem o contribuinte terá o primeiro contato. Não tem esse contato com uma área fiscalizadora, mas sim com uma área de serviços, que somos nós.

N: E, você acha que foi importante para o projeto a participação das empresas?

E1: Ah, sem dúvida! Se não tivesse sido feito dessa maneira, haveria sido um freio muito (palavra não compreendida 00:19:15) para esse projeto. E não teria evoluído como ainda está evoluindo. Que também foi a visão... passou uma coisa curiosa aqui neste projeto.

N: Em outros projetos é comum que as empresas, outros projetos de SAT, é uma cultura que as empresas pudessem sentar com as pessoas de SAT, e propor...?

E1: Não, veja bem, que aí vivemos um processo interessante. A visão do chefe anterior do SAT, antes, não, dois anteriores, que foi Robert Aguirre, ele decidiu que a área de auditoria não teria um papel de protagonista no tema de comprovantes. Tivemos uma mudança de chefe do SAT, e foi uma visão diferente, mas enquanto a participação do contribuinte, por certo, foi um diretor da Embratel, Jose Maria Zubiría, que chegou do Brasil e se integrou ao SAT, e a visão dele quando conhece esse projeto, o primeiro que nos pede é “Necessito que envolvam as empresas para este projeto”. Foi sua primeira instrução. E obviamente, a que trazíamos do chefe anterior era de que a área de auditoria figurasse como usuária de informação, e começou a caminhar este projeto. E depois temos uma mudança de chefe do SAT e ele, de primeira instância, é “Necessito que o contribuinte forme parte desse projeto e qualquer definição deve ser dada levando em conta o que a indústria necessita”. E é por isso que foi um êxito, porque houve circunstâncias que o apoiaram.

N: Porque nós, no Brasil, fizemos o mesmo, de envolver as empresas, mas porque estivemos no Chile e vimos que isso foi bom. Então, foi por uma questão de estratégia, de melhor prática vinda do Chile e a adotamos. Mas aqui não, foi uma pessoa da iniciativa privada que entrou no SAT e trouxe a visão da necessidade.

E1: E, sobretudo, a visão estratégica do SAT é tornar o contribuinte o centro de toda ação que a Administração Tributária execute. Ou seja, é parte de um pacote estratégico.

N: E hoje você acha que a cultura mudou? Que qualquer projeto de SAT, exceto os projetos que são de auditoria ou fiscalização, mas qualquer outro projeto vocês chamam as empresas para...?

E1: Não.

E2: Não.

E1: Não é o comum. Não, este eu acredito que houve um pacote de circunstâncias que se foram dando no caminho.

E2: Eu acredito que no que toca particularmente à fatura eletrônica, já havia empresas que tinham iniciado seu intercâmbio de dados digitais para a transação. O único que faltava era o documento fiscal. Mas eles já trocavam dados, portanto foi tão importante conhecer o que estavam fazendo antes de fazer a fatura. Para não atrapalhar essas empresas em processos nos quais já estavam bem avançados.

N: Sim.

E2: Eles trabalhavam diretamente, nada mais o documento fiscal eletrônico...

N: Que faltava.

E2:... Claro.

N: Voltando ao nosso tema de faturação, você acha que a participação da alta administração de SAT, o chefe geral, foi algo importante? Estava envolvido com isso? Convocava reuniões periódicas mensais, quinzenas, para saber o que estava sendo feito?

E2: Ainda.

N: Diárias?

E1: Aqui tivemos a sorte de que este chefe de SAT, que vinha da iniciativa privada, e um modelo de gestão que é muito participativo. Exageradamente participativo. Havia um envolvimento total, inclusive do próprio Secretário da Fazenda. De fato, o próprio Secretário da Fazenda diretamente, Francisco Gil Díaz falou com Eduardo Solór para pedir que ele entrasse neste esquema.

E2: É o que te digo, Solór é agora diretor de Wal-Mart na América Latina. Igualmente já esteve no Brasil, conhece Chile, todos esses países.

N: Pediu a Solór para que entrasse?

E1: Sim, lhe pediu que entrasse. (trecho não compreendido 00:26:23 a 00:26:24) desta reunião. Disse-lhe: “Olha, necessito que Wal-Mart entre no esquema de faturação (trecho inaudível 00:26:32 a 00:26:33). “Vamos entrar”. Mas esse foi um processo no qual a alta direção foi quem tomou a decisão. O processo de trabalho, já de cristalização do projeto formulado, da complexidade dos desenvolvimentos de Wal-Mart nos Estados Unidos, se você vê quais foram (trecho inaudível 00:26:56 a 00:26:57) complexo esse, não necessariamente deste tamanho (trecho inaudível 00:27:02 a 00:27:07). Isso torna tudo mais complexo.

N: Enfrentamos isto no Brasil, que as empresas que estavam no projeto de fatura, o piloto, o grupo inicial de empresas, era necessário antes pegar o projeto e validá-lo com suas matrizes no exterior. Para saber se podiam dar andamento a isso ou não. Pela questão da segurança, da tecnologia, enfim. Mas isso foi bom porque também nos deu uma segurança que estávamos caminhando com o projeto na direção certa. Que se houvesse algum risco, algo muito ruim, isso teria sido identificado, sim?

E1: A nós, Wal-Mart nos apresentou um objetivo. O que primeiro está, antes do cumprimento fiscal, está a ideologia dos norte-americanos. Os norte-americanos nos veem como muito complexos, que vemos coisas demais, que não são necessárias. Então, esse era o desafio para nós: como fazemos para que os norte-americanos vejam isso como algo benéfico? E aí, a verdade é que a petição do Secretário ao diretor de Wal-Mart...

N: Foi importante.

E1: Foi fundamental, senão esta gente não ia se meter. (palavra não compreendida 00:28:35) que os grandes faturadores deste país perguntavam por uma autorização. Dizia-se que eles iam ser autoimpressores, foi uma decisão, uma proposta nossa de tirar esse esquema. Cerca de 1700 empresas, que eram os principais faturadores do país, e lhes dissemos que já não haveria mais autorizações de (palavra não compreendida 00:29:03) . Forçamos o esquema um ano. Isto foi 2008, 2009.

E2: 2009, não?

E1: 2008, 2009, há uma transição para que essas empresas entrassem nesse esquema. Aí sim começamos a fazer com que os grandes emissores comessem a adotar o esquema de faturação.

N: A comunicação das vantagens, dos benefícios do projeto às outras empresas, para atrair as empresas à fatura electrónica... Que tipo de ações, medidas foram tomadas?

E1: (trecho não compreendido 00:29:51 a 00:29:52) que esse projeto tem, eu acredito que foi a comunicação que tivemos com os contribuintes. Não fomos muito (palavra não

compreendida 00:30:00) ao comunicar todas as vantagens que existem. E justamente, essa debilidade se traduziu em que as empresas que haviam entrado o fizeram porque tinham sido convencidas, que as forçamos, e que já haviam visto os benefícios. Mas não existiu um modelo de comunicação propriamente dito associado a este projeto.

N: Não tiveram um planejamento da comunicação, uma estratégia de comunicação para atrair as empresas?

E1 e E2:...

N: E a estratégia de comunicação no SAT? Com os fiscais, como foi isso? Sua área foi a responsável pelo treinamento, muitos seminários, (palavra não compreendida 00:30:58 a 00:30:59).

E2: Nos locais, às pessoas?

N: Sim.

E2: Sim, fizemos. Igualmente, amanhã você conversará com a Fiscalização e eles te comentarão como “han desplegado” (00:31:10 a 00:31:11) aos auditores. (trecho não compreendido 00:31:12 a 00:31:18).

E1: Sim, que é sobre o trabalho que (palavra não compreendida 00:31:22) ou amanhã, você poderia conversar. Como permeou essa informação, propriamente se modifica o modelo. No caso do Serviços, como primeiro contato com o contribuinte, nos obrigou a saber como o pessoal nesses 66 escritórios “la dictábamos” (00:31:44 a 00:31:45) para responder as perguntas. Isso é o primeiro. Antes há um processo de avaliação, um processo de contato que tem que ter opções. Por isso nós éramos os primeiros. E já se elabora aqui dentro, então isso eu acredito que amanhã será importante que converse com eles...Como isso vem permeando no interior de SAT.

N: E a motivação para a segunda versão, que é esta normativa de dezembro de 2009, de revisão de um modelo para 2011? Como pensaram nisso? De onde veio essa motivação? E como pensam fazer a transição? Porque já tem muitas empresas que estão com o sistema anterior. E o sistema de 2011, é mais exigente, sim? Imagino eu. Mais regras, mais validações. Então, os que já estão, vão reclamar um pouco quando tenham que mudar de sistema, né?

E1: Veja, de fato, a quem é emissor, se mantém igual. Somente àqueles que comecem com o sistema em 2011, são os que vão se deparar com a nova regra.

N: Os que já estão, vão ficar como estão?

E1: Sim, como estão.

E2: Se eles quiserem. Se quiserem migrar, também podem.

N: Porque o sistema de 2011 é parecido com o do Brasil. Terá uma validação, não sei se on-line...

E2: Vai ter uma validação on-line, mas...

N: Mas será preciso enviar o arquivo completo para SAT?

E2: O número de fatura electronica e o selo.

N: Número de fatura electronica e selo? Não o arquivo completo?

E2: Não.

N: E o valor do imposto não? Só o número de fatura electronica, sim?

E2: Não. Envia tudo, mas ao SAT, através de provedores de serviço, é fornecido o número de fatura electronica e o selo para que já se libere. É como fazem vocês, o selo se registra, não? Se autoriza?

N: Sim, o autorizamos.

E2: Pois fazemos uma autorização, colocamos o número de identificação, e selamos eletronicamente. E já o liberamos (trecho inaudível 00:34:22 a 00:34:23).

N: E depois vai ter uma validação dos campos ou não?

E2: Básico (risos).

N: Básico. E por que essa mudança? Foi em decorrência dos contatos com os “talleres” (00:34:37) ? Ou uma necessidade de aprimorar os modelos? De onde veio essa motivação?

E2: Neste caso, da necessidade de informação que tinha a área de controle. Nós prestamos o serviço e a área de controle define, refere informações adicionais e por isso a mudança. Evidentemente, revisamos o esquema de vocês, houve uma visita de um funcionário, também estiveram no Brasil vendo o processo. Já tínhamos visto o do Chile, para ver, migrar e avançar em um modelo que seja adequado para nós.

N: Ou seja, a motivação para a mudança é um pedido da Fiscalização?

E2: Sim, sim.

N: Agora é uma questão de melhorar para nós?

E2: Para ter uma melhor informação, sim.

N: Ter... Porque o modelo até hoje é que a empresa armazena por cinco anos os comprovantes fiscais digitais. E vocês recebem um resumo mensal. Caso queiram fiscalizar, vocês têm que pedir os comprovantes fiscais digitais.

E2: Exato. Quando fazem as visitas periódicas.

E1: A necessidade de mudança é mais pelo controle, para que melhore o controle, mais do que propriamente o serviço.

E2: De todas as maneiras, estamos dando serviços e sinais para que seja mais atrativo.

N: E vai haver alguma possibilidade de que o receptor possa consultar a fatura electronica...

E2: A informação.

N:...de que...

E2: Não como vocês, mas sim vamos ter a possibilidade de que o receptor valide a informação. Por quê? Porque haverá um provedor de serviços que vai lhe dar essa possibilidade. Mas esse seria um serviço externo, por um período determinado e nada mais. Não para sempre, estamos pensando que tenha a facilidade de que possam revisá-lo, creio que a definição é três meses, e já se passaria a um arquivo. Mais do que nada pelos volumes e pela dificuldade que temos para ter tanta informação online para que se possa ver. Então, online, de primeira estância, seriam três meses e já se vai guardando (trecho não compreendido 00:37:08 a 00:37:10).

N: E se pensa em ter standards no layout para a parte mercantil? Estabelecer alguns standards, por exemplo, para a ordem de compra?

E2: Não, aí já não estamos fazendo isso. Não, se vem é um standard em XML com as informações principais...

N: E as empresas vão fazer adendos? É uma questão entre as empresas?

E2: Isso.

N: Vão se estabelecer standards entre as empresas com os adendos?

E2: Com as informações, exato.

N: Porque vocês têm um complemento, que fizeram do retail, que é interessante para o intercâmbio, eu acho. Que virou um complemento, que é obrigatório.

E2: Sim, e tem informação não precisamente fiscal, estamos de acordo. Mas, como são grandes receptores, nos interessava apoiá-los em um esquema estrutural de informação. E deixará de ser opcional, vai ser obrigatório a partir do próximo ano. Mas com outros setores é mais complicado, eles estão muito bem organizados, têm seu universo muito bem delimitado, então colocar um complemento para outros setores já não é o nosso objetivo.

N: Hoje, é obrigatório que o emissor e o receptor mantenham por cinco anos o arquivo da fatura electronica, sim?

E2: Sim, mas eletrônica ou em papel?

(Interrupção para o café)

N: Espera, vou tentar lembrar do que estávamos falando.

E2: Da informação comercial, dentro da fatura.

N: Não, era outra coisa, me escapou. Tá, ok, sim. Vocês hoje, a legislação, a normativa de México estabelece que – e é o mesmo no Brasil – que a pessoa que emite a fatura electrónica tem que manter o arquivo por cinco anos...

E2: Cinco anos.

E1: Armazenamento.

N: O receptor também por cinco anos, e vocês, a partir do próximo ano, vão passar a ter a fatura também, aqui.

E2: Uhum.

N: Então, é a mesma informação que está em três locais. Em caso de dúvida, qual das três é a que vale? Em caso de dúvida, qual que vale? A que está no SAT? E se pensa no futuro em não ter mais esta obrigatoriedade de guardar, e se qualquer um necessite da fatura, se dirija a SAT, e vocês a fornecem? Acha que isso é possível ou tem uma restrição da lei? Não sei se compreenderam. Vocês hoje armazenam a fatura no emissor, no receptor e passarão a armazená-la no SAT o ano que vem. Se existe uma dúvida, qual é a fatura que vai valer? Sempre a que está no SAT, sim?

E2: Sim.

N: Então, porque obrigam que guardem, se não querem? E se necessitam a informação eletrônica, por que o SAT não fornece?

E2: Acredito que uma questão de capacidade tecnológica de poder (palavra não compreendida 00:41:04), porque é um volume impressionante de documentos eletrônicos...

N: Sim, mas...

E1: É uma questão legal. Porque, veja, (trecho não compreendido 00:41:11 a 00:41:12), é como conversamos agora pouco. Em nosso país, eu te contava que havia um código de comércio. Esse código de comércio regula as relações entre os particulares. E para efeitos fiscais, nós temos absoluta autonomia para regular essa relação, que vai ter um controle frente a nós. No nosso país, o que aconteceu? A fatura se converteu em um instrumento de caráter mercantil ou comercial que de caráter fiscal.

N: Sim.

E1: Quando falamos de questões mercantis, há um código que as regulam.

N: O código de comércio?

E1: O código de comércio. Quando você diz que há uma dúvida, eu o que te perguntaria é: dúvida de quem? De quem é o problema que se criou em nosso país, qual é? A dúvida, de quem pode vir? A dúvida que pode surgir é de caráter mercantil, ao estabelecer a fatura como um elemento de vinculação entre o emissor e o receptor da fatura. Quando há dúvidas,

chamamos, a ver se me entende, de uma controvérsia. Porque se estabelece movimentos de caráter comercial da fatura, quando ele não é um documento de caráter comercial, é um documento de caráter fiscal. Então, a dúvida é quando um contribuinte vai a um juiz, para entrar com um recurso, em juízo, devido a uma controvérsia entre quem emitiu o comprovante e quem o recebeu. Então, esse juiz, vai requerer um documento, se é um tema de caráter mercantil, não vai pedir esse documento à área fiscal. Vai pedir para o órgão que esteja autorizado, esse terceiro confiável, que vai declarar qual é o documento válido. Esse documento válido, há uma norma de conservação que o próprio código de comércio estabelece, que define que deve haver um terceiro que assegure a veracidade desse documento que se emitiu.

N: Este terceiro quem é?

E1: Esse terceiro é outro provedor, que assegura que esse documento não foi alterado. E esse é que, para em caso de dúvidas, neste caso a dúvida entre o que emite e o que recebe, se está (palavra não compreendida 00:43:38 a 00:43:49) a um juizado. E nesse juizado, o juiz vai querer ver esse documento que é válido para a controvérsia que está sendo colocada, e é aí que começa a dúvida.

N: Sim. Mas, a questão é, pensando para o futuro, como uma evolução natural do modelo: se você tem a informação, você SAT, que não há dúvida, nenhum juizado vai questionar o SAT, por que não avançamos e dizemos: SAT passa a ter um poder importante nesse processo que é que toda a informação de fatura válida é a informação que está no SAT? O resto não importa. E para a integração entre as empresas, seria muito mais simples, por quê? No momento em que você recebe a fatura, qualquer empresa poderia vir com um Webservice para procurar. Então não necessitaria mais a questão de tecnologia entre as partes. Haveria um local central que é o SAT, que tem todas as faturas do país, que vale para fins comerciais, que vale para fins fiscais. Seria preciso revisar a lei, o código de comércio, mas pensando em uma estrutura mais racional, ou bem, este é um caminho possível, ou outro não: caminhamos para uma coisa que é uma questão entre partes e que o mercado vai se integrar, estabelecer standards de comunicação, como todos serão obrigados, haverá uma grande pressão para que ocorra a integração. Haverá soluções e SAT será um dos participantes no modelo, mas não terá um papel tão central, e de tanto risco de assumir uma responsabilidade como essa. Esta que é a discussão do que vai acontecer no futuro. Porque teremos isso, uma necessidade de interoperabilidade com a fatura electronica, seja o mercado, seja a Administração Tributária, com um papel mais central de... Entende, não? É importante para o pequeno, para ter integração em cadeia, é muito difícil que chegue a ter Webservice, tenha uma solução de

integração. Então, se vai ao SAT e vocês recebem suas faturas em tempo real, online... Essa é uma discussão que terei minha tese, que é um (palavra não compreendida 00:46:23) que acho que é muito importante para o futuro, né?

E1: Este tema, esta complexidade que acabo de comentar com você, assim é como a vê o setor privado. Que se está metendo nas particularidades. Que a lei de assinatura, que até reconhece essa realidade, estamos a um passo justamente dessa possibilidade de reconhecimento. Hoje, no código, o que vai acontecer, o que já existe, é que possamos compartilhar informações dessas faturas, que já não se fica em segredo fiscal, que será uma das grandes barreiras. Porque nós não podemos compartilhar informações.

N: Hoje vocês podem compartilhar com quem?

E1: Com quem nos solicita.

N: Mas tem que ser alguém que tenha interesse em...

E1: Nessa transação.

N: Sim.

E1: No entanto, não definimos o alcance.

E2: O emissor e o receptor, não?

E1: Tem que ser em princípio emissor e receptor...

N: Sim, mas poderia ser aquele que faz o transporte, sim? Ou um juiz.

E1: De qualquer maneira, isso ainda não está definido.

N: E por que... no Chile, discutia isso com Marcela, ela dizia que não, que era muito difícil para o Serviço de Impostos Internos assumir este papel. Então, eu perguntei: e a questão de crédito executivo? Que lá a fatura tem um valor de título de crédito executivo, e que Serviço Impostos Internos assumiu o papel da gestão disso. Então, já assumiu um papel central, que não seria de Serviço Impostos Internos, concorda? E já o assumiu. E ela ficou me olhando, “Sim, você tem razão”. Então, é possível, se quer, se tem vontade, é possível. Mas pode ser que o mercado não queira isso. Que talvez o mercado vai...

E1: Eu sim acredito que vamos evoluir para isso. Sobretudo, porque o que te permitiu a fatura electrónica, também se compartilha com (palavra não compreendida 00:48:29 a 00:48:30).

N: Sim.

E1: A “discreción” (00:48:32 a 00:48:33) que havia com o papel... você vai conversar com Pepe...

E2: Amanhã.

E1: Pepe é como a nossa principal fonte de ingressos do governo federal, e com quem vamos conversar essa tarde. Eles, em seu processo administrativo de recebimento de faturas, viram

como uma grande oportunidade a fatura electronica, que eliminou a “discrecionalidad” (00:48:58 a 00:48:59) de estar manejando papéis para o pagamento de faturas.

N: Sim.

E1: Imagina o que pode valer...eu neste campo, vejo o que é na prática, que valor pode ter que uma pessoa pegue sua fatura dentre mil, que te coloque tarifas, para que a pague, em uma semana?

N: Sim, sim.

E1: É uma corrupção forte. E isto, obviamente... esta empresa que apresentou o modelo de faturação electronica de México, em um evento de empresas petrolíferas em Buenos Aires, não?

E2: Sim, em Buenos Aires.

E1: Em Buenos Aires, onde está (palavra não compreendida 00:49:39 a 00:49:40) referência até para Brasil, (nome não compreendido 00:49:43 a 00:49:44).

N: Sim, sim.

E1: Creio que a petroleira de vocês não tem esse modelo de faturação.

N: É que, no Brasil, o pagamento não está tão vinculado com a nota eletrônica. A nota é fiscal. É possível ter a fatura como outro documento comercial que não...

E1: Em nosso país sim, tem um peso importante, principalmente para o pagamento.

N: Sim.

E1: Tem um peso importante, é preciso contar com o documento fiscal para a possibilidade de deduzir esse pagamento que você está fazendo. É um peso adicional.

N: E para as PYMES, o que vocês pensam? Com a obrigatoriedade, terão um software de SAT gratuito, sim? (Não há resposta audível) Mas como Chile, ou não? Um software disponível na internet? Ou como Brasil, como um software que se pode baixar?

(trecho não compreendido 00:50:50 a 00:50:54)

E1: Também as circunstancias nos obrigaram. Vejam, Cesar pode falar mais disso.

E2: Sim, posso falar. Primeiro, temos um serviço contábil para...

N: Para os PYMES?

E2: ... para as empresas pequenas, que inclui a fatura electronica. Já temos isso desde o ano passado e está funcionando.

N: Ah, já está funcionando.

E2: Isso. Adicionalmente, para o próximo ano, o que se está contemplando é de que os provedores de certificação forneçam serviços básicos gratuitamente. Somente para emitir a fatura uma por uma e sem serviços adicionais, por exemplo, sem complementos. É para

médios e pequenos contribuintes que requeiram uma faturação mínima. Esse será um serviço gratuito.

N: Então vai ser colocada na normativa que...

E2: Sim.

N:... tenha que oferecer isso?

E2: Exato. Na autorização do provedor. (Chega um papel para que se façam comentários sobre o serviço do restaurante, falas aleatórias 00:51:52 a 00:52:38)

E1: A razão porque pedi que Cesar falasse, te diria que a estratégia é que você escutasse com detalhes o que foi modificado, e neste momento é importante que compartilhe e converse conosco. Primeiro o SAT decidiu que haverá um serviço gratuito que não será provido pelo SAT. Vai ser provido por cada um dos provedores que SAT autorizou.

N: Mas os provedores já sabem disso ou não?

E2: Sim, sim.

E1: Sim. Haverão muitas soluções gratuitas, qual vai escolher? A que quiser. Como um standard...

N: Isso para que o provedor seja autorizado, tem que possuir...

E1: Uma solução gratuita.

N: Muito boa essa ideia, hein.

E2: E muito simples.

E1: Muito simples.

E2: Por exemplo, você fornece um recibo mensal, porque dá aulas, e é melhor para você um serviço gratuito, porque de repente você diz, não, agora quero vender esses “líberos” (00:53:34 a 00:53:35), e não necessito maiores serviços, vai poder parar.

N: Ok.

N: E que outra estratégia foi mudada?

E1: SAT não vai ser quem vai validar os comprovantes, serão os provedores.

N: Ah, então vocês irão credenciar provedores para fazer a validação? Vai estabelecer as regras?

E2: Uhum.

N: Ah. Isso se aproxima um pouco ao modelo de Guatemala?

E2: Sim, lá eles têm que autorizar o serviço.

E1: Nós quisemos primeiro nos empenhar nesse projeto tecnológico de modernização, o que resultou para o SAT em um investimento de recursos econômicos, humanos e tecnológicos. Então, entrar em um projeto deste tamanho novamente (trecho não compreendido 00:54:47 a

00:54:58). Haverá um provedor, haverá um emissor de comprovante que eles (trecho não compreendido 00:55:01 a 00:55:03) o serviço que desejam, em função de (palavra não compreendida 00:55:05 a 00:55:06).

N: E o acesso aos comprovantes fiscais de SAT? Como será feito com os provedores?

E1: O provedor vai nos enviar os comprovantes.

N: Já validado?

E1: Já validado.

N: E as validações que vocês irão fazer serão validações mais de formato, sim? Não vai entrar em validações de cruzamentos de dados fiscais?

E2: Inicialmente não.

N: E os cruzamentos fiscais serão feitos pelo SAT?

E2: É uma iniciativa que virá depois.

N: Porque. Muito interessante, hein? E a obrigatoriedade, Cesar me dizia que não vai ser de uma vez, vai ser uma... é isso, César? Vai ter uma sequencia, como uma programação?

E2: Vai ser segmentada, vão ser gradual de acordo com os ingressos que o contribuinte tem feito atualmente.

N: Porque hoje a lei estabelece que sejam dois milhões, é isso? Dois mil pesos?

E2: Dois mil pesos.

N: Está obrigado, é uma regra, se tem mais que dois mil pesos.

E2: Isso mesmo.

N: Então vocês começarão pelos maiores e vai entrando?

E2: Exatamente. Adicionalmente ao que te comentava há pouco, os que tenham o esquema atual poderão continuar utilizando-o e vamos ir “cerrando la pinza” (00:56:37 a 00:56:38) posteriormente. Portanto fizemos assim que nos interessa os que vão entrando, (trecho não compreendido 00:56:43 a 00:56:44).

N: O que eu havia escutado é que como na lei se dizia que você poderia ter as faturas em papel enquanto tivesse papéis, então como vale por dois anos, poderia ter até dois anos para fazer a transição.

E2: É assim mesmo, os que têm papel.

N: Mas vai ter setores que devem entrar em menos de dois anos?

E2: Isso.

N: Ok. É como no Brasil, mais ou menos, com datas.

E1: Também o limite para emitir de dois mil pesos vai mudar. Agora, vai ser em função dos ingressos anuais.

N: Ah, os ingressos anuais. E isso vai ser publicado na normativa agora, no segundo semestre?

E1: Vamos publicar.

N: Muito bom. Essa questão do crédito executivo, o mérito executivo da fatura, vocês vão se envolver nisso como foi feito no Chile, ou não?

E1: Aí eu não te entendi.

N: Sim, o título executivo da fatura, o mérito executivo da fatura, como existe no Chile. Que a fatura pode passar para uma outra pessoa.

E2: Ah, este tipo de factorage...

N: Ou factoring.

E2:.. da fatura como um título que se passa para alguém.

E1: Ah, ok.

N: Vocês vão se envolver nisso? Porque é uma questão mais comercial.

E2: Não, a princípio não.

E1: Não. Vamos conversar com a área responsável de (trecho não compreendido 00:58:17 a 00:58:19). De fato, conversamos faz umas duas semanas com o responsável...

N: Sim...

E1: Porque temos um problema em nosso país. Essa combinação que eu te comentava entre o mercantil e o fiscal, envolveu a venda de veículos. A venda de veículos é uma tradição no país e que a transmissão da propriedade seja feita através de uma fatura fiscal, quando não é o instrumento comercial que deveria ser entre privados. O que deve existir é um contrato...

N: Sim...

E1: De transmissão de propriedade. O contrato da venda.

N: Sim, sim.

E1: E se dá a fatura. Então, estamos mudando aí algo que para efeitos de costumes no nosso país, é muito forte. E a fatura já vai ter uma mudança, que passa a ser eletrônica. Como pode impulsionar isso com esse consumidor, que não requer documento fiscal para fazer uma dedução, mas sim o requer para certificar que é o dono do bem em questão. E bom, o que acabamos de conversar com a responsável desses assuntos mercantis e pareceu que o que estávamos falando ela não via como uma solução. Que a nós nos preocupa, que estamos criando um transtorno numa prática que já está no mercado.

N: Porque a fatura em papel não tinha valor, tinha que ter o arquivo.

E1: Isso mesmo. E sobretudo, em nosso país, a prática era que a esse documento mercantil, o que se fazia para que eu te transmitisse a propriedade de um bem, a empossava, a assinava, e

assim eu te cedia a propriedade do bem. Bom, mas se agora é eletrônico, como vou fazer? É o mesmo que “factorar” (01:00:11 a 01:00:12), a “factorage” (01:00:13) que se faz sobre um documento...

N: Sim, sim...

E1:...físico. E neste momento se resolveu que vai ser eletrônico, estamos falando de uma questão mercantil.

N: É que no Chile, o Serviço de Impostos Internos se colocou no meio disso e disse: “Você vai transmitir a fatura para o outro, que vai receber o pagamento”. Tem que entrar no sistema, e tem que passar eletronicamente para outro... Mas no Brasil nós também não entramos nisso, porque é mercantil, é o mesmo...

E1: Nós achamos que isso deve ser feito por outra instância do governo federal, não a parte fiscal. Para nós, a questão fiscal é há alguém que emite, que tem ingressos, que tem que ser acoplados para efeitos de rede. E quem recebe, tem que “prestar” (01:00:05) de sua base, gravá-lo um ingresso (trecho não compreendido 01:01:09 a 01:01:10).

N: Sim.

E1: E deduzir do pagamento que vai fazer ao mês.

N: Ah, sim.

E1: Esse efeito, quando se dá, fiscalmente faz com quê se perda a operação. O que vem depois do ingresso, somos nós que temos que colocar. O que implique o crescimento do patrimônio fiscal. Acho que aí temos uma missão.

ANEXO F – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: PERU

Arquivo WS400072.WMA

Tempo: 00:00 – 00:03:18

Entrevistado 1 (E1) (Gisela)

N (Newton)

N: Então, entrevista com Sr^a Gisela Cuenta, que é a líder do projeto de faturação eletrônica do Peru. Gisela, qual é a seu cargo em “Sunat” (00:00:11), e qual é a sua formação? Qual é o seu cargo em “Sunat” e quanto tempo trabalha lá?

E1: Ah, estou há 18 anos em “Sunat”, trabalhei na área de serviços ao contribuinte, na área de sistemas, em projetos.

N: E quando começou o projeto de faturação eletrônica em Peru?

E1: Em setembro de 2009.

N: E quais foram as motivações do projeto? Por que começaram a fazer isso?

E1: Ah, basicamente porque temos bastantes problemas com o controle da informação. Chega tarde, as fiscalizações não são boas, os contribuintes não querem dar informações, há muita evasão tributária. E por outro lado, muitas das grandes empresas que estão aqui no país já têm filiais em outros lugares da América Latina, há empresas chilenas, brasileiras, e no Peru tinham que emitir faturação física, não eletrônica. Então havia uma pressão da sociedade para implementarmos a fatura electronica.

N: E o modelo do Peru teve alguma inspiração em algum país? Como está isso?

E1: Está basicamente embasado no modelo chileno, e o adequamos à nossa realidade.

N: E por que começaram pela solução para os pequenos contribuintes?

E1: Porque nossa legislação é bastante complexa, então os pequenos contribuintes não tinham muita complexidade em suas operações, então para nós era mais simples implementar uma solução mais simples, começar pouco a pouco para ver como funcionava e aí sim trabalhar no mais complexo, que são os grandes contribuintes. Porque eles têm, dependendo da operação, particularidades em sua faturação. Então começamos por eles ia dilatar um pouco a nossa implementação, então começamos pelo mais fácil, que eram os pequenos contribuintes.

N: E como antecedentes da fatura electronica, vocês tinham lei de assinatura digital? A lei de assinatura digital no Peru, como é esta questão?

E1: Sim, aqui há uma lei de assinaturas digitais...

N: De quando é?

E1: De 2007, 2008, mas acredito que amanhã Raul pode te confirmar esse dado. Essa lei era um ato geral para o estado, então a lei diz que a entidade que registra os cidadãos, que é a (palavra não compreendida 00:02:34 a 00:02:35) é a que está encarregada de emitir certificados digitais para o estado. E à parte estão as entidades privadas que também, para as transações comerciais, podem usar a assinatura digital. O problema que temos neste momento é que não há ainda nenhuma entidade que esteja certificada para emitir certificados digitais. Então esse foi um dos motivos pelo qual a implantação da fatura electrónica tem demorado. Então, o que optamos como administração tributária, é sair com a assinatura eletrônica, não é certificado digital porque todavia não é emitida por nenhuma entidade autorizada. Na medida em que haja uma entidade autorizada, migraremos para o certificado digital. Ainda estamos nesse momento com toda a estrutura de assinatura digital.

Arquivo WS400072.WMA

Tempo: 00:00 – 00:06:46

Entrevistado 1 (E1) (Gisella)

N (Newton)

E1: Então nesse momento estamos com esse problema, mas por outro lado parece que a RNE, que tinha que emitir para o estado, por esses meses, já estaria começando a emitir certificado digital.

N: Então vocês têm uma assinatura eletrônica no sistema para os pequenos...?

E1: Para os pequenos sim.

N: Se utiliza essa assinatura eletrônica?

E1: Sim, mas diferentemente das outras administrações, pelo que estávamos observando aqui, no caso de Peru, como se emite a fatura no nosso portal, a SUNAT é quem assina as faturas electrónicas. Então, para o pequeno contribuinte não há nenhum custo, porque nem sequer precisa comprar uma assinatura digital.

N: Ele tem um login...

E1: Sim.

N: ...um password, para acessar ao sistema?

E1: Sim, sim. Cada vez que tiram o código de cadastro fiscal da empresa, que se registra esse contribuinte, a ele é entregue uma chave “SOL” (00:00:45), que é uma chave que é entregue

pelos bancos, que vem fechada e tem uma chave e um password. Assim, existe uma norma que diz que tudo que se faz com essa chave, se entende que foi uma ação proveniente do contribuinte. Então não há possibilidade dele dizer “Eu não fiz essa operação”, ou seja, não há um (palavra não compreendida 00:01:03). Adicionalmente a essa chave que tem para acessar os nossos sistemas eletrônicos, SUNAT assina eletronicamente a assinatura que se emita a partir do nosso portal.

N: E como está composta a equipe do projeto, quantas pessoas, de que áreas?

E1: Ali no projeto somos no total 15 pessoas...

N: Com dedicação exclusiva ou ...?

E1: Dedicação exclusiva. Então quando (trecho não compreendido 00:01:26 a 00:01:27) criou o projeto, criou uma unidade organizacional alheia a todas as outras unidades organizacionais e dependemos diretamente do superintendente (palavra não compreendida 00:01:34 a 00:01:35). É o segundo na linha de mais importância na administração. Então todos estão em tempo integral e a equipe está formada por pessoas da área de negócios, de serviços ao contribuinte, de controle e de sistemas.

N: E você era de que área?

E1: Eu era da área de serviços ao contribuinte.

N: Serviços ao contribuinte?

E1: Sim.

N: Ok. Quais são..., o que você pensa para a fatura electrónica do modelo futuro? Que modelo vai seguir? XML, o que pensam em fazer? A tendência, porque estão desenvolvendo agora o projeto?

E1: Sim. Nós optamos pelo “UBL”(00:02:18), o standard internacional.

N: Por que este?

E1: Pensamos também que no futuro esse tema no pacífico, vai crescer bastante, então justo (trecho não compreendido 00:02:26 a 00:02:28) Peru seja a sede do “enlace pacífico” (00:02:30) faz uns três anos, todas as economias entraram em acordo de que para o tema de intercâmbio de informações era preferível acordar um standard. Combinaram que seria o “UBL”. O que vimos na Europa, em toda a comunidade europeia, se usa um único standard internacional, que é uma versão melhorada do “UBL”, bastante similar ao “UBL”, no futuro se quisermos olhar em direção a essa tecnologia, não será muito difícil, a adequação é rápida. Já que começamos quase no fim da fila de todos os países da América Latina, optamos por um standard internacional. No futuro, o que pensamos é, de repente, assim como o México, ter provedores autorizados que descongestionem um pouco a nossa recepção da faturação. E

quem sabe, de repente, ter o esquema que há no Brasil e na Argentina, de que primeiro a fatura vai para a administração tributária e depois é entregue aos cidadãos. Agora, ainda estamos nisso, no modelo que estamos trabalhando para os grandes é que a fatura vai ser emitida, entregue ao cliente, e depois nos enviarão esse documento eletrônico.

N: Ah, não vai ter uma autorização em linha?

E1: Não.

N: Vai ser uma autorização posterior?

E1: Sim. E basicamente porque todavia a geografia do nosso país não nos ajuda com a questão da comunicação por internet. Então, tudo que é (trecho não compreendido 00:03:45 a 00:03:46) não é nenhum problema. Mas por exemplo, na serra, ou lugares que estão perto da cordilheira, às vezes o acesso à internet é bem complicado. Também se quebram os postes, os cabos de internet, então a internet cai, e na serra, por exemplo, em Iquitos, que faz fronteira com o Brasil, até agora toda a comunicação é feita via satélite. Nenhuma companhia telefônica investiu em cabear, então se manchas (palavra não compreendida 00:04:12 a 00:04:13), afeta a condição da internet. Então, não quisemos investir nessa operabilidade, pelo menos agora não. Mas sim, no futuro, esperamos poder migrar para isso porque vemos que é o melhor para dar maior certeza ao receptor do comprovante.

N: E se pensa em estabelecer a obrigatoriedade de envio da fatura ao cliente, pelo emitente tem que enviar ao cliente, ou não? Como vai ser isso?

E1: Sim.

N: Mas há já o meio pelo qual se vai obrigar o envio? Vai regular o meio? Por exemplo, por e-mail ou não? Vai ser uma coisa do mercado?

E1: Sim, pensamos em deixar isso com o mercado, mas como mínimo dizer que tem que ser por e-mail. No mínimo por e-mail, mas emissor e receptor têm a liberdade de acordar outra forma.

N: E se pensa que o receptor possa buscar a fatura em SUNAT?

E1: Sim.

N: Fazer o download dessa fatura?

E1: Sim, tanto o receptor quanto o emissor vão ter a opção de consultar a fatura no nosso portal, dos dados tributários.

N: E baixar também?

E1: Sim, baixar também.

N: E com relação à questão da obrigatoriedade, vocês pensam que a fatura electronica seja uma coisa obrigatória ou bem que a adoção seja voluntária? Como vocês pensam em massificar?

E1: Sim, no futuro prevemos obrigar, começar a obrigar setores, por exemplo, as transportadoras, os grandes contribuintes, assim pouco a pouco, mas sim estamos apontando para isso, obrigar, no futuro, os contribuintes.

N: E qual o prazo que vocês têm para implantar o projeto? Existe um cronograma de implantação?

E1: Sim, os de grandes contribuintes, pensamos em terminar o piloto no final desse ano. E daí abrir para todos os contribuintes que estejam interessados. No próximo ano já todos deveriam estar no esquema, agora já temos os pequenos, mas para o próximo ano os grandes que estejam interessados poderiam entrar.

N: Ah, ok. E a legislação? Já tem a legislação aprovada?

E1: Não, ainda estamos trabalhando na legislação... bom, a legislação que nos falta depende de nós, é um “app” (00:06:19 a 00:06:20), então agora estamos com isso, é um pouco complicado, porque ainda estamos vivendo (trecho inaudível 00:06:26 a 00:06:29), então isso é o que está nos atrasando um pouco no tema da legislação, uma vez que temos que adequá-lo ao eletrônico, e há vários paradigmas internos por quebrar, basicamente.

N: Ah, ok.

E1: Para o uso de papel, mas isso precisa sair esses meses, esperamos que no próximo mês já saia toda a legislação.

Arquivo WS400074.WMA

Tempo: 00:00 – 00:12:25

Entrevistado 1 (E1) (Gisella)

N (Newton)

N: Continuação entrevista com Gisela Cuentas. A respeito do projeto piloto, como se deu isto, qual é a importância da participação das empresas privadas de um projeto de SUNAT, como fatura electronica?

E1: Veja, as empresas privadas estão muito interessadas, inclusive algumas que estavam... o piloto é um grupo pequeno de empresas, há muitas...?

N: Quantas empresas SUNAT...?

E1: 21. Há 21 empresas de diferentes setores.

N: E como selecionaram as empresas?

E1: Através das associações empresariais. Em SUNAT temos uma forma de trabalho com as associações, as principais associações do estado, privadas, então há um fórum de fatura electrónica com as associações empresariais. Então a eles foi feito o convite para que sejam eles em que SUNAT intervenham e que vejam quem são os que estão interessados em apoiar. Assim, 21 empresas se apresentaram e são com elas que estamos trabalhando. Mas à parte disso, há outro grupo adicional de empresas que tomaram conhecimento do piloto e querem entrar. Então o que estamos fazendo agora nesta etapa é substituir alguns dos 21 porque todos entram muito empolgados, mas depois acabam mudando suas prioridades. Estamos substituindo alguns desses 21 por outros interessados que querem entrar. Mas, esperamos manejar um número de no máximo 25, para que se possam atender a eles exclusivamente.

N: Fazem reuniões mensais? Como é a dinâmica do processo?

E1: Sim, fizemos uma primeira apresentação, na qual estava o superintendente, fizemos inicialmente o lançamento do piloto, e já depois o que estamos fazendo são reuniões por setor. Por exemplo, com todos os que são do setor de retail, estamos nos reunindo através da associação que os agrupa, que é COMEX, de comércio exterior, e depois a nível de projeto o que fizemos temos alocados são “sectoristas” (00:01:52 a 00:01:53), as pessoas de grandes negócios que estão no projeto têm aqui uma certa quantidade de empresas, “sectoristas” dessas empresas. Então essas empresas quando têm alguma dúvida, ou querem uma reunião, se comunicam com seus “sectoristas” e estamos assim nos reunindo, mas nessa etapa estamos nos reunindo individualmente, porque cada um tem características particulares, não? E de maneira individual, nos permite analisar mais detalhadamente a problemática de cada um. Às vezes, (trecho não compreendido 00:02:18 a 00:02:20) reuniões gerais. Mas o contato com as empresas, neste momento, é diário. Todos os dias nos enviam e-mails e respondemos, e também por outro lado, com os provedores de serviços eletrônicos. As empresas que decidiram trabalhar com terceiros, nos mandaram os nomes de seus terceiros, e às vezes nas reuniões que temos com as empresas, o provedor participa. Mas não porque nós o convidamos, mas a empresa convida o seu provedor como mais uma pessoa da empresa.

N: Sim, não há relacionamento direto com os provedores?

E1: Não, os provedores conosco não.

N: Se pensa em ter um processo para que a empresa que queira se incluir na fatura electrónica tenha que passar por umas etapas de teste obrigatórias?

E1: Sim.

N: Como pensam em fazer isso?

E1: Sim, justo agora estamos no piloto: para que uma empresa queira ser emissor, entra no nosso portal e vai ser habilitado um módulo de provas, um processo de homologação. E aí vai fazer um “testeio de su data” (00:03:17 a 00:03:18), que vai ser automático. Então se passam nesse “testeio”, já emitem uma resolução de intendência, que é um documento tributário no qual já se lhes autoriza fazer emissão eletrônica. Então as empresas podem entrar diretamente ou por um terceiro, não? Mas legalmente, sempre têm que entrar com a autenticação e com a chave do contribuinte. Se por trás disso esteja o terceiro enviando a informação, para nós é a mesma coisa.

N: A empresa que estiver em fatura electrónica não poderá mais ter as faturas em papel ou vai conviver por um período com os dois...?

E1: Por ora, vão conviver, para ver como funciona. A ideia é depois, pouco a pouco, obrigar determinados setores. Assim, por exemplo, o que sim temos previsto é que no futuro, espero que muito próximo, obrigar os provedores do estado a faturar de forma eletrônica. Não sei se... se eu vendo ao estado, com fatura electrónica, (trecho não compreendido 00:04:13 a 00:04:14) a via física, não? Mas para o estado, eletrônico.

N: Ok. E o documento... haverá um documento impresso, como uma fatura em papel, para a faturação eletrônica?

E1: Sim, sim, está prevista uma representação impressa bastante similar à do Chile.

N: E esta vai ter um código de barras?

E1: Sim.

N: Que tipo de código, já foi pensado...?

E1: Sim, é o código de barras, o PDF 417. E neste código de barras há certos dados do comprovante que certifica que seja único. E parte da informação que está nesse código de barras é a assinatura eletrônica, também.

N: Uma coisa que, nos privados, quando se fala de tecnologia, de novos processos de tecnologia, se fala que você tem que fazer uma reengenharia do processo para não colocar a automatização, a tecnologia, naquilo que já fazia, fazer o processo de novo. Nos projetos de faturação eletrônica, parece que há uma tendência de tentar se manter o máximo o que já existe, simplesmente substituindo o papel pelo eletrônico. Como é o seu projeto? Vocês pensam em fazer uma reengenharia total do processo? Estão mudando tudo? Ou bem pensam que é melhor manter o mais próximo do que é hoje para não ter muitos riscos, que as pessoas tenham dificuldades de entender a fatura?

E1: Bom, eu creio que é uma estratégia de implantação, não? Ou seja, particularmente, eu acho que deveria ser algo que acontecesse simultaneamente com outros projetos, para começar a fazer uma reengenharia de todos os processos que se veem afetados. Mas às vezes é preciso quebrar paradigmas e há muita resistência interna e externa de migrar de um papel a algo que não é visível, que não é tangível, e que é informação. Então, o que temos previsto como projeto é depois trabalhar na parte do uso da informação e ajustar alguns processos internos de fiscalização, para que pouco a pouco os auditores deem mais confiabilidade ao tema eletrônico. Agora o que temos visto, com as reuniões que temos tido com a sessão de fiscalização, ainda há certa dúvida, não? E o que eles pensam fazer é conseguir informação eletrônica e inserir em seu sistema de papel. Nós sabemos que esse não é o caminho correto, mas pouco a pouco tudo irá migrando para o eletrônico. É o mesmo que acontece nas empresas, as empresas o que fizeram foi: eu não mudo meu processo, em vez de enviar um spool de impressão da minha fatura, envio a outro esquema que vai converter em XML, vai assinar e vai gerar o documento eletrônico. Mas não mudo nada. Mas há outras empresas como a que você vai entrevistar amanhã, Supermercados Peruanos, que possuem uma visão mais avançada. Eles estão integrando, inclusive, desde a questão logística com seus fornecedores. Então, eles o que bem imaginam é que a maior vantagem é com os fornecedores. Mas os fornecedores já estão dizendo: você vai me enviar com fatura electronica, isso vai fazer com que eu te pague em menos tempo. Porque quando chega a mercadoria no armazém, eu vou ter a informação da fatura, (trecho não compreendido 00:07:34 a 00:07:36), senão não te pago. Então eles sim já estão pensando em outra coisa. São poucas as empresas que se arriscam desde já a fazer uma reengenharia de todos seus processos.

N: No projeto de fatura electronica, vocês também têm projetos dos livros contábeis...?

E1: Sim.

N: Dos livros de venda eletrônicos, isso está caminhando em paralelo?

E1: Em paralelo.

N: Mas é com a mesma equipe ou é outra equipe?

E1: É a mesma.

N: Ok.

E1: Então, claro. Essa coisa dos livros eletrônicos já temos implementado, também está desde o ano passado.

N: Para os pequenos?

E1: Para todos. O ganho é para todos. Para os pequenos temos uma solução adicional que também é algo que estamos trabalhando em paralelo, é algo que ainda está sendo desenvolvido, que é “armar” (00:08:23) esse registro de compras e vendas dentro do nosso portal. Ou seja, com base nas informações que vá baixando de suas faturas, mais as informações de sua faturação física, vamos “armar”, ao final de cada mês, o livro de compras e de vendas. E no caso do que é o sistema que está disponível é o programa de livros eletrônicos.

N: Ok. As informações das faturas eletrônicas das pequenas empresas já estão sendo utilizadas para ferramentas de fiscalização? Já se usa, os fiscais...?

E1: Sim.

N: Que tipo de cruzamentos são feitos?

E1: Ah, não, nesse momento... não se está dando uso à informação eletrônica ainda, porque todavia não são muitos contribuintes que estão emitindo fatura eletrônica.

N: E quantos dos pequenos?

E1: Os pequenos, agora, de um universo potencial de 600 mil, há algo em torno de cinco mil já, não é muito.

N: Não é obrigatório hoje?

E1: Ainda não é obrigatório. Então ainda não estão dando muita utilidade a essa informação. Pensamos que quando se massifique um pouco mais, a fiscalização terá mais interesse e começará a utilizar mais a informação.

N: E você pensa em alguma, para o projeto de faturação eletrônica das grandes empresas, ter alternativas de contingência se têm problemas? Ou não? Porque aqui há uma questão importante de internet.

E1: Sim, claro. Estamos justamente contemplando que a fatura seja entregue ao cliente, e se caso haja problemas de comunicação com SUNAT para enviar o exemplar, há um prazo de até 48 horas para fazê-lo, posterior à emissão.

N: O normal seria quanto tempo?

E1: Em linha. Ou seja, eu entrego o arquivo ao meu cliente e simultaneamente o envio à SUNAT. Mas estamos dando um prazo máximo de 48 horas.

N: E quando SUNAT receber este arquivo vai fazer validações?

E1: Sim, validam em linha a estrutura, valida certos dados de... certo conteúdo de dados do comprovante e responde ao contribuinte. Se a fatura é recusada por SUNAT, essa fatura não tem nenhum valor tributário.

N: E o que se faz com a fatura que enviaram?

E1: O emitente que envia tem que emitir uma nova e mandar de novo para o cliente. Agora, o que vamos fazer em caso de rejeição, vamos enviar também, através de um e-mail, uma comunicação ao receptor, para dizer que a fatura que recebeu da empresa foi rejeitada. Com a finalidade que o receptor se comunique com o emissor para que ele lhe emita uma nova fatura.

N: E se há um erro que é cometido pelo emissor, como se faz para corrigir? Aqui tem uma fatura de crédito...?

E1: Nota de crédito, sim.

N: Nota de crédito, nota de débito?

E1: Sim, nota de crédito e nota de débito.

N: Que também é fatura electrónica?

E1: Sim. Também é eletrónico.

N: Não se pode cancelar uma fatura electrónica...

E1: Não.

N: ...que foi emitida?

E1: Não, a nota emitida só se modifica com a nota de crédito ou com nota débito, que também tem que ser enviada a SUNAT.

N: E haverá controle de faixa de número de fatura electrónica prévio?

E1: Este...não. Não, estivemos analisando isso, mas pelo menos para a nossa realidade não vimos que isso resultasse em maior valor agregado. Porque como afinal a fatura que entra na SUNAT é a que vale e a que não esteja na SUNAT não vale, não vimos muita utilidade na faixa. Além disso, cada vez que um cliente emite uma fatura, vamos validar algumas condições do emissor. Por exemplo, se o emissor, no momento que está enviando a fatura, já não está autorizado a emitir fatura, não recebemos essa fatura, não? Ou seu domicílio fiscal tem uma categoria que nós não colocamos, que se verifique que nesse domicílio não existe uma empresa, tampouco essa fatura vai ser válida. Então temos ferramentas em linha para nos assegurar de que está cumprindo seu papel como contribuinte, de acordo com algumas regras que colocamos.

N: Ok.

Arquivo WS400075.WMA

Tempo: 00:00 – 00:14:53

Entrevistado 1 (E1) (Gisella)

N (Newton)

E1: Nasceu por conta deles. Ou seja, os substituímos no armazenamento de seus comprovantes de pagamento.

N: Então a principal diferença do modelo que vocês estão propondo em relação ao do Chile é que aqui, se há uma rejeição da fatura, a representação impressa não terá valor e a fatura não tem valor?

E1: Não, não existe a fatura. Mas vamos avisar ao receptor do comprovante que sua fatura foi rejeitada e vamos indicar o motivo para que...

N: Como se vai...?

E1: O que acontece é que aqui no Peru todos os contribuintes têm uma caixa de correio eletrônica no nosso portal. Ou seja, é um meio de comunicação que temos com eles. Mandamos e-mails a eles em um “repositório” (00:00:47) que temos em nosso portal, então através desse mecanismo, será enviado um e-mail que há em nosso portal, indicando-lhe que possui uma fatura rejeitada.

N: Ah, ok. Então isso é algo que já...?

E1: Que existe agora como, claro, é um mecanismo que temos com eles para comunicação de informação tributária...

N: Mas não coisas de notificações, ou coisas para...?

E1: Já começamos com notificações também.

N: Informações também?

E1: Sim, também estamos usando para fazer cobranças, enviando notificações através deste canal.

N: Ok.

E1: E se, além disso, o receptor tem registrado um e-mail particular, também se envia um alerta a esse e-mail particular.

N: E quais têm sido as maiores dificuldades no desenvolvimento do projeto de faturação eletrônica? O que você tem visto como mais difícil para a implementação da fatura electronica?

E1: Hum, bom, eu creio que é a questão legal, há muitos paradigmas no que concerne a levar a legislação de papel ao eletrônico, não? De que se faça legal o que é no papel também no eletrônico. Então, acredito que é o principal gargalo que temos nesse momento. Há muita incredulidade de que se não veem, não vai servir, vão poder cometer novas formas de delito.

É um paradigma, porque outros países não tiveram problema com isso, (palavra não compreendida 00:02:33) deixar claríssimo que são temas diferentes e que não há porque arrastar os erros que houveram no papel para o meio eletrônico, não?

N: No Peru, por quanto tempo o contribuinte deve guardar os papéis e se no caso da fatura electronica, também terá que guardar o arquivo eletrônico por algum prazo?

E1: No caso dos que emitem a fatura dentro do nosso portal, não, não precisam guardar nada, porque a SUNAT vai conservar esse documento. Mas os que emitam a partir dos sistemas de grandes emissores, eles sim precisam guardar por um prazo de quatro anos.

N: Que é o mesmo prazo que existe para os papéis?

E1: O mesmo que para os papéis. Agora pensamos que no futuro, quando tenhamos melhores condições de tecnologia ou sistemas informatizados, que os grandes emissores também não tenham que armazenar a fatura. Porque na realidade não encontramos nessa guarda muito valor agregado, porque se dissemos que está no nosso portal, nós já temos cópia da fatura, não tem sentido pedir ao contribuinte que guarde a fatura, porque mesmo que a guarde, a fatura que vale é a nossa.

N: E isso não tem nenhum problema legal? Somente uma decisão de SUNAT? Ou é preciso mudar a lei para que se possa permitir que o contribuinte não precise guardar a fatura?

E1: A lei já a modificamos antes de... assim que começamos o projeto o que fizemos foi modificar algumas normas que não dependiam de nós, e sim do Congresso, então como era o que mais demorava, já temos a estrutura ideal para isso. Então a lei já nos permite guardar a informação no lugar do contribuinte.

N: Sim, bom.

E1: Inclusive pensamos que no futuro, sendo o contribuinte 100% eletrônico, e os registros de venda sejam em função da faturação, poderíamos eliminar a obrigação de ter um registro de venda. Porque temos toda a informação e é redundante “armar” (00:04:45) esse registro porque ele tem que ser feito com o que nós temos.

N: E o envio, pensa que o envio das faturas electronicas, só uma ou se pode enviar um pacote de 50 ou 100 faturas? Como...?

E1: Agora no piloto estamos fazendo o envio de um por um, mas também estamos trabalhando num sistema para poder receber em lotes. Então isso vai ser assim basicamente com as empresas do serviço público, que geram um grande volume de comprovantes. Então, mas a nível nosso, estamos desenvolvendo as duas soluções, mas para o piloto vamos aprovar

um a um, que é o mais complicado, para ver como vai ser o nosso nível de resposta, porque essa será uma transação síncrona.

N: E por que a decisão por um modelo síncrono e não um modelo assíncrono?

E1: Bom, os analistas de tecnologia da informação do projeto estiveram estudando qual era a melhor opção, mas viram que na realidade, pela informação que vai, pelo peso que os arquivos da fatura terão, e as validações que vão ser feitas, uma transação assíncrona nos trazia maior congestionamento no nosso portal, porque nossos contribuintes teriam que se logar duas vezes. Iam conectar-se duas vezes porque primeiro para (palavra não compreendida 00:06:08) e depois para consultar o status do ticket. E já temos experiências com as transações síncronas, com as declarações mensais que recebemos todos os meses. Então nosso nível de resposta é imediato, não tivemos problema, e o que estivemos comparando é que o texto dos arquivos que recebemos com as declarações, é maior do que o que estaríamos recebendo com a fatura. Com todas essas considerações, se optou pelo síncrono, no entanto, de todas as maneiras, vamos gerenciando: para alguns contribuintes fazemos síncrono, e para outros, assíncrono.

N: E haverá a possibilidade de receber versões distintas? Se você muda o layout da fatura electronica, poderia receber, por um período determinado, duas versões, ou não?

E1: Não.

N: Tem que mudar?

E1: Tem que mudar. Agora uma das coisas que mais nos (trecho não compreendido 00:07:11 a 00:07:12) para começar o piloto foi justamente o tema de fechar o standard de faturação. Então, todos os dados tributários que existem atualmente já estão mapeados neste standard. Isso é um parâmetro. Então se no futuro forem criados novos impostos, como pode acontecer com a entrada de um novo governo, como é o parâmetro, então a estrutura do arquivo não muda, é simplesmente um código adicional que precisam agregar. Assim, temos tentado, na medida do possível, usar bastantes parâmetros, inclusive neste tema de parâmetros, em sua maioria, na medida do possível, estamos utilizando parâmetros internacionais. Até por exemplo no que concerne a unidades de medida, estamos usando todos os catálogos internacionais, no tema de pesos, de tipo de moeda, estamos nos baseando no de (trecho não compreendido 00:08:05 a 00:08:08).

N: Ok.

E1: Justamente com a finalidade de proporcionar (palavra não compreendida 00:08:13) de comércio exterior. Isso é o que eu acho que demora mais, chegar a um formato standard, mas nesse quesito as empresas nos ajudaram bastante no piloto.

N: Quantas empresas você acha que terão na fatura electrónica? Qual é o grupo de empresas que podem, quantas empresas existem no Peru que podem usar fatura electrónica?

E1: De grandes emissores, nosso universo potencial é de cerca de 17 mil empresas. Dessas 17 mil, 70% estão concentradas em Lima. Então essas são as potenciais que entrariam mais rápido, porque em Lima há maiores (trecho não compreendido 00:09:02 a 00:09:03), aos provedores de serviço. E no caso das MYPEs, são no máximo 600 mil, mas eu acredito que para que todas entrem, já vai ter que obrigá-las e é algo que vai demorar um pouco.

N: E para o retail, a questão das boletas de venda, não sei se aqui se chama boleto de venda...

E1: Sim, boleto de venda.

N: Boletas. Vocês pensam também em ter uma solução eletrônica? Seria a mesma solução ou uma solução diferente? Como pensam em fazer?

E1: Não, é a mesma solução, e inclusive no piloto estamos saindo com os retails também. Então, por exemplo, Supermercados Peruanos, com quem você vai se encontrar amanhã, estão saindo com soluções para os pontos de venda nos retails e com uma solução já que pode ser a venda pela internet, a venda através de sistemas “app”(00:10:04 a 00:10:05). Isso nós também analisamos no início, de fazer isso de maneira separada, mas vimos que na realidade que é mais simples para as empresas gerenciar somente um sistema. De repente, há alguns matizes porque no caso de vendas ao retail, vendas no ponto de venda, a informação não pode viajar em linha e depender de uma resposta da administração tributária, não? Porque às vezes há pontos itinerantes onde nem sequer há acesso a internet. Então aí sim, depois que migremos à informação pré-validada por SUNAT, de repente sim haverá uma diferença quando se trata das empresas de retail e pontos de venda, mas se trata da venda e do local da empresa. Agora o que sim também estamos vendo é o que falávamos do tema de Brasil, dos controladores fiscais. O que pensamos para o futuro, quando as empresas estejam dentro da obrigatoriedade, que poderiam optar por passar faturação eletrônica ou optar por ter os controladores fiscais, porque nesse momento o que temos visto é que há tecnologia inclusive que desde cada ponto do controlador se pode transmitir informação à administração tributária e podem ser feitas validações.

N: Ah, ok. Então hoje, aqui, o retail não é obrigado a ter as impressoras fiscais, tem as boletas manuais, é isso? Para muitas empresas?

E1: Sim, não há controlador fiscal.

N: Não é obrigatório? Não existe.

E1: Não existe. Tem obrigação de guardar as “cintas testigo” (00:11:28 a 00:11:29), como tem seu “contometro” (00:11:31 a 00:11:32), mas utilizam impressoras matriciais. Não podem

usar impressoras térmicas. Então nos parece muito custoso continuar mantendo as impressoras térmicas, continuar guardando as “cintas testigo”, os rolos de papel de cada estabelecimento. Por isso que essa solução lhes interessa muito, porque vai reduzir um montão de custos.

N: Mas no projeto do Chile de boletas eletrônicas, eles têm o controle com a faixa de números de fatura electrónica como uma coisa importante e recebem somente um resumo por dia das boletas que foram emitidas. Neste caso, para as boletas, você acha que não é necessário o controle da faixa de números para garantir o envio das faturas?

E1: Isso sim, mas também não vamos controlar os números de faturas, mas vão nos enviar todos os dias um resumo da sua faturação por cada ponto de venda.

N: Mas não as boletas completas?

E1: Não.

N: Somente um resumo também? Como no Chile?

E1: Sim. Porque no registro de vendas, têm que declarar todos os detalhes da boleta. Então nos parecia redundante enviar um a um no resumo e as boletas também.

N: E o livro de vendas, é enviado uma vez por mês?

E1: Uma vez por mês.

N: É um arquivo plano?

E1: É no formato TXT.

N: TXT. Se assina isso?

E1: Claro, enviam à SUNAT um extrato, um resumo, SUNAT faz as validações, o assina eletronicamente também e envia ao contribuinte esse formato que validou e assinou. Nesse momento, na verdade, já se gera o livro. Quando já tem a autorização da SUNAT. Agora simplesmente estamos com informações agregadas dos livros, mas a próxima etapa em que vamos trabalhar é ter essa informação detalhada no livro de compras e vendas. E aí nos interessava conhecer a experiência de vocês, já que vocês em seus livros já possuem as informações detalhadas. Queríamos saber que tecnologia vocês estão usando para migrar essa grande quantidade de dados, uma vez que já é bastante informação para levar à administração.

N: Sim, na verdade é um arquivo plano, e que você tem que passar por um programa de validação, que é um programa que se baixa na internet. Não é uma página web, um site na internet, mas se baixa um programa, o instala no seu computador e este programa é que valida o conteúdo do arquivo e se não há nenhum erro, é possível assinar digitalmente o arquivo. E depois há uma transmissão via internet com um programa de transmissão, não sei muitos

detalhes sobre o programa de transmissão. Mas sei que é um programa de transmissão em que o arquivo vai, como se diz? Compactado, com ZIP...

E1: Hum, sim...

ANEXO G – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS PAÍS: URUGUAI

Arquivo WS400076.WMA

Tempo: 00:00 – 00:33:01

Entrevistado 1 (E1) (Mônica Albano)

Entrevistado 2 (E2) (Luiz Alberto)

N (Newton)

N: Então, entrevista com Sra. Mônica Albano e Sr. Luiz Alberto de Uruguai. Gostaria que dissessem o cargo que vocês ocupam, e qual a formação, e o tempo que estão... como se chama sua administração tributária?

E1: DGI. Dirección General Impositiva.

N: DGI.

E2: Sim. Este... eu estou encarregado de uma assessoria, na DGI, em que estamos trabalhando na fatura electronica, eu em particular faz um ano mais ou menos, mas o grupo já existia quando comecei a participar, já estava formado um grupo que estava trabalhando com esse tema há mais ou menos dois ou três anos. Primeiro começaram com controladores, ou pensando em controladores fiscais, e depois com o tempo, e assim, com essas atividades internacionais, se foi transformando na ideia da fatura electronica diretamente.

N: E você, Mônica?

E1: Sou contadora pública, pertencço à Divisão de Fiscalização, e como criaram um grupo interdisciplinar para a fatura electronica, passei a formar parte dele a partir deste ano.

N: E qual foi a motivação do projeto de fatura electronica no Uruguai. Qual foi... alguma inspiração de algum país ou modelo? Como estão pensando isso?

E2: Sim, aí houve sucessivos começos e esperas, e inícios da fatura electronica, digo, fazem anos que se está trabalhando nesse tema, e nesse momento houve um estímulo institucional e governamental de introduzir a fatura electronica e foi quando podemos dizer que começou seriamente, não? No princípio era como um começo isolado, de diferentes pessoas dentro da organização. Até que não se tomou consciência dessas atividades, com essas atividades internacionais, e principalmente do Chile, tivemos muito contato, houve muitas visitas ao Chile, e colegas do Chile vieram também ao Uruguai, entre eles Marcela esteve o ano passado

conosco e já esteve outras vezes, são as coisas que nos levaram um pouco em direção à fatura electrónica.

E1: É interesse do diretor geral, principalmente...

N: Tem o apoio do diretor geral?

E1: Sim, sim. E, além disso, há o interesse em controlar, poder controlar toda a questão da evasão. Ou seja, conseguir que diminua o nível de evasão.

N: E qual é... Quantas pessoas há na sua equipe de projeto, quais são as áreas que estão envolvidas?

E2: Bom, tem diferentes divisões que estão... A maneira de formar o grupo começou com uma área de Assessoria da Direção geral e uma Divisão de Grandes Contribuintes. Nesta última etapa, foram os próprios contribuintes que se aproximaram porque enxergaram vantagens da fatura electrónica, de repente de suas próprias empresas em outros países que já estão trabalhando com a fatura electrónica. Então esse grupo foi se formando primeiro com essas duas grandes áreas e depois veio a Informática também, claro. E depois foi crescendo à medida que outros departamentos começaram a se envolver, que são necessários para o projeto, por exemplo, a parte de Assessoria Tributária, a parte de Normativa, não? Atendimento ao Contribuinte, porque também vai ter uma etapa de muito contato...

E1: A parte de Arrecadação.

E2: A parte de Arrecadação.

N: E quantas pessoas estão diretamente envolvidas somente com o projeto? Com dedicação de todo o tempo?

E1: Exclusiva.

N: Exclusiva, sim.

E2: Sim, temos algo como duas áreas: uma área funcional e uma área tecnológica, ou de informática. Na área funcional, efetivamente, há algo como seis...

E1: Quatro. Quatro e dois coordenadores.

E2: Quatro a full. Exato.

N: E o líder do projeto é de que área?

E2: Tecnologia, e (trecho não compreendido 00:05:00 a 00:05:07).

E1: Na realidade, como trabalhamos muito em grupo, então há três líderes para mim, do que é o projeto: "Achevan" (00:05:16 a 00:05:17), que é o diretor de Informática, a diretora de Grandes Contribuintes e a encarregada da parte...

E2: De Assessoria de Planejamento.

E1: ...de Assessoria de Planejamento.

N: E quando começou esse projeto? Agora que retomaram, é de quando, 2009?

E1: De dezembro.

N: De 2010?

E1: Firme, o ano passado.

E2: Acontece que o ano passado se assinou um (trecho não compreendido 00:05:44 a 00:05:46), ou seja, a DGI todos os anos firma um compromisso com o Ministério da Economia enquanto a melhorias na empresa, arrecadação, melhoras no atendimento. Já aí, nesse compromisso de gestão, já estava, digamos assim, a pedra fundamental, o pontapé inicial para a fatura electrónica, que era montar um documento no qual estivessem as primeiras definições de onde se queria chegar com a fatura electrónica. E tínhamos a obrigação de chegar no final de dezembro, no final do ano, com esse documento finalizado.

N: Ok.

E1: E este ano, com o prazo...

E2: Este ano, foi firmado um novo compromisso, 2011, no qual as empresas já teriam que estar, até o último trimestre do ano, com as provas, com as empresas piloto.

N: E já tem as empresas piloto? E como foi a seleção das empresas para o piloto?

E2: Bom, as empresas piloto... Tivemos muitas empresas que queriam participar do projeto, e na seleção tratou-se de fazer um “abanico” (00:07:11 a 00:07:12) de todas as realidades empresariais, tanto comercial e industrial, e de serviço, não? Mas com um enfoque em empresas de grande porte.

N: Quantas empresas estão no piloto?

E2: Quantas?

E1: 21.

E2: 20?

E1: 20.

E2: 20, mais ou menos. Porque algumas participam do setor de supermercados que...

E1: Que não queremos deixar ninguém de fora por um tema de concorrência, então essas são as de maior quantidade, são como sete. Mas é por um tema de concorrência. Não queríamos deixar nenhuma de fora.

N: Sim. E com relação aos antecedentes necessários, vocês têm lei de assinatura digital, ou lei de comércio eletrônico, de quando é, como está se desenvolvendo a questão da assinatura digital no Uruguai?

E2: Sim, temos este... não lembro de que ano é.

E1: A lei...

E2: De 2009, me parece.

E1: Sim, sim, acredito que sim, mas não me lembro. Igualmente...

E2: A lei é a 18600, não me lembro de que ano, mas existe sim a lei de assinatura digital. Não temos lei de comércio eletrônico.

N: E a lei foi feita pelas pessoas que queriam a fatura electrónica, ou foi uma coisa do comércio...?

E1: Não, não...

E2: Não, não... sim.

N: Qual foi o Ministério que fez a lei?

E1: Foi estimulado pelo Ministério da Economia, mas...

N: Da Economia? Sim.

E1: ...mas na realidade, como é lei, é a nível parlamentar. O parlamento vota a lei e não tem muito a ver com a questão do projeto.

N: Ah, ok. E já há empresas que vendem os certificados, autoridades de certificação?

E2: Não.

N: Como está isso?

E2: Não, ainda não, aí nessa mesma lei determinou-se que um organismo estatal vai ser a autoridade quanto à certificação. No entanto, ainda não está designado este “PK” (00:09:31), ou seja, como vão determinar, ainda não...

N: Entendo. E como vai ser para ter o piloto com...?

E2: Bom, será trabalhado com... já há uma empresa estatal, que é o “Correo”(00:09:48 a 00:09:49), que além de fazer a correspondência, se dedica a outras atividades, como de cobrança, e outras atividades como de certificação, e vai emitir... já está emitindo certificados profissionais, mas ainda não está reconhecido, então “AGESIC” (00:10:14) é um órgão estatal que vai estar mexendo nisso tudo e vai habilitar, mas ainda não tem a estrutura toda criada para a certificação.

N: Ok. Qual é o momento do projeto? Como está hoje? E o que vão fazer para o futuro? O que têm hoje? Em que passo vocês estão hoje?

E1: Em outubro começaria com o plano piloto. O que passa é que os supermercados, por exemplo, têm alguns problemas para implantar isto justamente no fim do ano.

N: Sim.

E1: Então, nos pediram prazos mais longos. Supomos que não passará de abril do ano que vem.

N: Mas toda a normativa já está posta?

E1: Não.

N: O modelo já está fechado?

E2: Não.

E1: Não, o que temos...

N: O que vocês têm hoje quanto a definições do projeto?

E1: Temos...

N: Vai ser usado o XML aqui?

E1: Sim. Arquivo XML, já estão definidos os campos que estarão no comprovante, os comprovantes que existirão...

N: Haverá uma representação impressa?

E1: Sim. Quando há traslados de mercadoria sim, e quando, digamos, na fatura electronica quando há traslado de mercadoria, haverá representação impressa. E o ticket, que vai ser para o consumo final, sempre será entregue ao consumidor um ticket. E nos custou muito impor a ideia de que as pessoas tinham que pedir o ticket e não queremos perder isso. E depois.

N: E o envio, como vai ser o momento do envio para DGI, a transmissão das faturas?

E1: Sim. O emissor tem que mandar antes de enviar ao receptor, mas não tem que esperar a resposta da DGI.

N: Ah, então o modelo do Uruguai é muito próximo do modelo do Chile?

E1: Sim.

E2: É necessário pedir uma faixa de números de fatura electronica...

N: O mesmo que o Chile? Tem a faixa de números de fatura electronica...

E1: Sim.

E2: Tem essa faixa de número e com essa faixa posso começar a funcionar. Quer dizer, tenho que haver primeiro passado por uma série de etapas de certificação para ver se o software...

E1: É muito parecido.

E2: ... cumpre com todos os requisitos.

N: O que haveria de diferente nisso?

E1: O que tem de diferente é que o modelo chileno, para mim, tem muito mais campos definidos. Nós, toda a parte comercial, é um adendo, como no México, não é...

N: Se coloca fora do esquema?

E1: Sim.

E2: Sim, exato, fora do esquema.

N: E pensam em impor a obrigatoriedade? Esse é um tema ou bem...?

E2: Sim.

E1: Sim, mas por enquanto...

N: Não é o momento?

E1: Não.

E2: O que se passa é que neste momento há muitas empresas que querem se incluir no projeto, (palavra não compreendida 00:13:30)...os primeiros a participar.

N: Começar com a voluntariedade...

E1: Primeiro eu acho que a obrigatoriedade, quando surja, vai começar pela obrigatoriedade aos grandes contribuintes.

N: Mas há alguma limitação de lei que é necessário mudar para fazer isso, ou é uma decisão do governo, de DGI?

E1: Sim, não é uma decisão... digo, não há limitadores.

E2: Sempre a Administração Tributária está habilitada a estar solicitando, como se solicita agora, que seja entregue a ela determinada informação... Ou que apresente as “declaraciones juradas” (00:14:05 a 00:14:06) em um formato determinado, por um meio determinado, está autorizada para esse tipo de coisa.

N: E a guarda dos documentos fiscais, tem uma regra de guardar por quantos anos e se os arquivos de fatura electrónica a empresa também terá que guardar? Ou vocês vão deixar que a empresa não tenha que guardar se utiliza fatura electrónica?

E1: Não, a empresa tem que guardar.

E2: Se tem arquivos eletrônicos, tem que guardar.

N: E por quanto tempo?

E1: A obrigação é cinco anos e há dez anos de prescrição... Na realidade têm que guardar por dez, porque a prescrição dos tributos no Uruguai é de cinco a dez, depende do caso. Então, na verdade, se são conservadores, precisam guardar por dez anos.

N: E a representação impressa tem o mesmo valor do arquivo eletrônico?

E1: Não, o que vale é o arquivo eletrônico.

N: Que está no Serviço?

E1: Sim.

N: Ah, ok.

E1: E a representação impressa é feita principalmente para o transporte de mercadorias que deve ir com... para que se possa controlar, e na entrega do comprovante ao consumidor final, para que também nos ajude a controlar no caso de que se queira verificar, para ver se o comprovante existe. As empresas têm a obrigação de publicar seus comprovantes por três meses em sua página web.

N: As empresas também tem isso?

E2: Sim.

N: Vocês também vão ter uma página de consulta?

E1: Sim.

E2: Sim.

N: Também uma página de...

E2: O que ocorre é que se definem dois tipos: um que vai ser a fatura, que será entre empresas, e outro que vai ser o ticket...

N: Que é como a “boleta”?

E1: Sim.

N: Isso, como a “boleta”, que é para o consumidor final. Então, essa diferenciação faz com que “lo que el viaje” (00:15:57) também. O que virá para a Administração Tributária são somente faturas, e os tickets não vão viajar. Os tickets não viajam, será mandado um resumo no final do dia. Certos tickets que vão viajar são os que superem um valor total determinado. Porque como toda a operação vai para o consumidor final, será utilizada tanto por um supermercado como para um revendedor de veículos, que é de elevado valor. Vai servir para um controle.

N: Ok. Para os pequenos contribuintes, vai ter ou já tem alguma solução de faturação eletrônica gratuita?

E2: Não, no momento não.

N: Mas estão pensando nisso?

E1: Sim.

E2: Não, mas estamos pensando em...

E1: Terminada esta etapa...

E2: A segunda etapa será com as pequenas empresas.

N: E sobre os livros de venda e compra eletrônica, contábeis, vocês têm isso ou pensam em ter?

E1: Por ora, não...

E2: Por enquanto não...

E1: ... mas se pensa em...

E2: Se pensa...

E1: ... já se conversou sobre um projeto de uniformizar o tema de contas. De plano de contas, para ter algo mais geral.

N: E o envio da fatura pelo emissor ao seu cliente? Haverá uma regra de um envio no mínimo por e-mail?

E1: Sim...

N: Ou não será regulado?

E1: No mínimo, envio por e-mail.

E2: Mínimo por e-mail e depois será criada uma resposta tanto da Administração como da outra parte, tem que mandá-la hoje.

N: E o sistema de recebimento das faturas electronicas e de validação, será um sistema que estará na Administração Tributária? Ou pensam que é possível deixar isso nas mãos de uma empresa privada em nome da Administração Tributária?

E2: Não, não. Essa cultura...

E1: Não.

E2: ...nós não temos. Sempre tem que ser a Administração Tributária a que...

N: Mas qual seria o problema?

E1: Sigilo tributário.

N: Para vocês é um ponto que não se pode...?

E1: E é uma cultura, é algo que não se pode... é algo como... seria muito difícil...

E2: Isso me parece que, em um determinado momento, se criou a Administração Tributária, criou-se a parte de arrecadação, começou a ser feita a cobrança por empresas privadas, igualmente os contribuintes viam que... não queriam pagar porque não queriam que tomassem conhecimento do que tinham que pagar. Depois, com o tempo, viram que era cômodo, que não havia nenhum problema, tendo apenas um lugar para pagar do que, não sei, 500 lugares para pagar.

E1: A princípio, não podemos... me dá a sensação de que não podemos fazer isso, por um tema também de que haja rejeição por parte dos contribuintes, se fizermos isso.

N: Ok. E o que vocês acham da Administração Tributária ter um papel mais central no modelo, e que pudesse fornecer as faturas electronicas aos receptores? Ou seja, que os receptores pudessem buscar suas faturas electronicas, e o emissor não ter que enviá-las, para facilitar um padrão de envio?

E1: Nós tínhamos pensado em prestar serviços no sentido de que possam consultar o que os emissores enviaram com respeito a eles. Mas...

N: Baixar?

E1: Sim, baixar informação.

N: Mas o arquivo completo ou não?

E1: Em princípio a consulta não será completa, mas depois se tende a pensar que haverá consultas por IVA, mensais, que possam ver todas as suas faturas de compra.

E2: Sim, como está agora em...

E1: Como o status...

E2: Como o status de consulta do movimento, podemos dizer. Tanto de comprador como de vendedor, para que se possa haver um autocontrole.

E1: Mas sempre relacionado a seu “RUC” (00:20:10), não? Ao seu número de (trecho não compreendido 00:20:13 a 00:20:18). Não pode ver coisas de outros contribuintes.

N: Sim, sim, compreendo. E com relação à... com relação à... à guarda do papel, não é preciso guardar o papel se é uma empresa que também é emissor de fatura electrónica, ou tem que guardar o...?

E2: Não, não necessita. Não. Se é a relação entre um emissor e um receptor, o receptor recebe o arquivo eletrónico, e é esse que vale. Se nessa operação, chegou o documento porque se é de bens, no momento que há a entrega, vai ter a assinatura... a representação impressa vai ter que ter efetivamente a certificação de que esses bens chegaram. No momento que foi cancelado isso, já esse documento em papel não tem validade, não é necessário.

N: E acham que a empresa que é emissora de fatura electrónica pode também ter faturas em papel? Ou vai ser obrigatório ter somente a fatura electrónica?

E1: Aquele que entre no esquema de fatura electrónica, não pode mais emitir em papel. E pode emitir fatura...

N: E se tem um problema de internet, como faz? Qual é a contingência?

E2: Haverá documentações de contingência que são em papel.

E1: Mas somente para o caso de contingência.

N: Vai ser um tipo de papel especial, ou algo? Ou papel comum?

E1: Comum.

E2: Comum, como tem agora, que se imprime em gráficas autorizadas.

E1: E com números de fatura electrónica para determinados documentos. Por exemplo: fatura electrónica contingência de fatura.

N: Mas então é um papel com uma gráfica especial? Se diz que é uma fatura em contingência?

E1: Exato. Se põe a fatura em ...

E2: Temos dois tipos de contingência: uma porque o sistema de faturação tem algum problema e não pode emitir faturas...

N: E nesse caso, o que se faz?

E2: ...e se usaria a documentação de contingência. O outro caso é quando tenho problema de comunicação. Se tenho problema de comunicação, posso continuar emitindo faturas electronicas, e comunico que estou em contingência...

N: Como se comunica isso?

E2: ...e bom, isso ainda nós não temos muito claro.

N: Sim. Mas se necessita...?

E2: Uma mensagem, por telefone...

N: Se necessita uma autorização...?

E2: Para entrar em contingência. Então, toda essa documentação que vai ser emitida, o programa me permite continuar emitindo, o que não me permite é comunicar. E como nós definimos que não necessita esperar a aceitação da Administração Tributária, ele pode continuar a emissão porque possui uma faixa de números de fatura electronica previamente autorizados para emitir.

N: E vai haver um prazo para o envio?

E1: Sim.

E2: E imediatamente depois que termine essa contingência, tem que (trecho não compreendido 00:23:35 a 00:23:37).

N: E se não tem que esperar o retorno, se depois que saiu com a mercadoria com a fatura electronica e a representação impressa, fez a entrega, e foi recusada a fatura? Como vão tratar disso?

E2: Bom, a ideia é que não tenha que esperar a resposta, mas ela será instantânea de todas as maneiras. Ou seja, que...

E1: Se supõe que não poderá haver muitos casos...

E2: Sim, não teria que haver muitos casos como esse. Assim, se há muitos casos, é preciso recuperar esse documento, porque é um documento inválido. Além do mais, esse número tem que ser anulado, porque quando se envia uma fatura à Administração Tributária e a Administração Tributária a recusa, normalmente a recusa é devido à rejeição de algum formato que o sistema geralmente já estará filtrando no momento da confecção da fatura ou porque está utilizando um número de documento que não está dentro da faixa de números utilizada. Aí já é um problema maior, é... mas terá que recuperar esse documento e ter emitir novamente.

E1: Outro.

N: Sim. E as ferramentas de fiscalização para a fatura electronica? Isso já está sendo pensado conjuntamente, ou é uma etapa mais adiante do projeto?

E2: Podemos dizer que está intervindo, porque será perguntado que informação se pensa que é necessária, vão necessitar informação adicional. Geralmente, quando se confecciona uma declaração “rural” (00:25:31), ou funciona algum sistema, quando está na definição, se consulta a assessoria econômica, se necessita de alguma informação mais desagregada, para depois (trecho não compreendido 00:25:45 a 00:25:47). A Fiscalização também é consultada para ver se necessita de informação de uma maneira determinada ou não, uma “partura” (00:25:54 a 00:25:55) ou não. Ou se necessita certos dados ou não. Então, no momento em que se estão definindo os formatos, também eles já...

N: Mas não há um projeto de ferramentas para os cruzamentos de dados que já tenha começado?

E1: Nosso próprio grupo tem que fazer algumas... já estamos pensando que quando terminemos com a etapa indispensável para lançar a fatura, se iniciará algum estudo para fazer os cruzamentos de dados, pois parte das pessoas que estão trabalhando no projeto, há várias que já trabalharam na Fiscalização.

N: Hum.

E1: Então, vamos pensar alguns, achar alguma coisa já para marcar coisas que estejam ruins, cruzamentos dos relatórios com respeito à fatura, depois cruzamentos de declarações com os relatórios. Essas coisas já estão sendo pensadas.

E2: Também o formato que está sendo desenhado, já tem uma estrutura determinada para poder (palavra não compreendida 00:27:01). Uma para... que é similar ao que hoje, como os que estão participando do projeto são grandes contribuintes já, muitas dessas informações já estão sendo mandadas. Hoje tem a obrigação de informar. Com fatura electrónica, já não teriam essa obrigação de informar porque já teríamos a informação nas faturas. Então, o que estaríamos construindo é o cruzamento dessas informações com a fatura. Ou seja, já está desenhado um montão de cruzamentos com no mínimo a mesma informação que já estavam apresentando até agora. Depois vai ter que continuar adicionando-se novos cruzamentos porque teremos muito mais informação do que tínhamos antes.

N: Quantos campos ou tags possui o layout?

E1: É uma boa pergunta, não contamos quantos.

N: Ah, ok.

E1: Mas temos...

N: Ah...

E2: Temos aqui, no arquivo nós temos.

N: Quais têm sido as principais dificuldades que existem no desenvolvimento do projeto?

Quais têm sido os caminhos mais difíceis no projeto?

E2: Bom, eu acho que a parte de financiamento, não?

N: Ah.

E2: Essa parte de...

N: Tem o apoio da Administração Tributária, mas não tem os...

E2: Não entramos nesse tema, mas...

E1: Não, mas pelo que escutamos em algumas reuniões gerais, demorou bastante a questão da compra de...

N: Do hardware?

E2: Não havia equipamento. No Uruguai não havia equipamento, todo o hardware, para a fatura electrónica. Para a assinatura, e para isso...

E1: Isso demorou um pouco.

E2: Além do mais, como se conseguiu um empréstimo do “BIL” (00:28:48), creio que o que se havia apresentado, não era (trecho não compreendido 00:28:52 a 00:28:54), ou algo, e passou, então, como era com fundos “BIL”, foi necessário fazer uma nova licitação para o equipamento, que teria que ser por empresas pertencentes ao “BIL”.

N: Ah, ok.

E2: Então, acho que ocorreu um probleminha desses que acabou alargando os prazos, porque toda a programação, não era possível fazer testes até que se tivesse esse equipamento específico. Então foi um pouco o que mudou o cronograma que estava montado.

N: E o padrão do arquivo? Foi utilizado algum padrão internacional ou é um padrão que está para o Uruguai, que foi desenvolvido por vocês? Como VL, algum padrão internacional de arquivo, ou... estão seguindo algum padrão de arquivo ou não?

E1: Acho que é VL. Mas na verdade é que essa parte de informática...

E2: Não sei... Isso não sabia.

N: Ok. Mais alguma coisa que gostariam de comentar, que acham que é importante?

E1: Sim. É que fiquei pensando numa pergunta sua, o aviso de recebimento do receptor com respeito ao envio da fatura: creio que vai mais por um tema comercial, as empresas querem isso. Como para ter uma garantia de que receberam isso, então podem reclamar.

N: Pensam em por isso no modelo?

E1: Há um arquivo que a empresa, cliente recebeu a fatura, e bom, não podem reclamar, possivelmente em caso de não pagamento.

N: Ok.

E2: Sim, o aviso de recebimento, a Administração vai fazer dois avisos de recebimento: um, de que recebeu efetivamente a fatura, e um segundo aviso, que é depois dos controles que vão ser feitos com essa fatura, se cumpre com as validações, aí vai ser quando essa fatura ingressou no nosso sistema. Serão dois acuses: o primeiro que é receber o arquivo, e o segundo de que o arquivo recebido está correto. Assim que vai ser. O mesmo será com as empresas, não?

E1: Sim.

E2: O primeiro que vão receber, é “recebi a fatura”, e segundo, de que “estou de acordo com essa fatura”...

E1: Que comercialmente...

E2: ...ou seja, que comercialmente aceito essa fatura.

N: Os provedores de solução estão participando do projeto? Ou participam por meio das empresas do piloto?

E2: Sim.

E1: Por meio das empresas.

E2: Por meio das empresas, sim.

E1: Eles podem participar, vêm às reuniões, mas, vêm como “interantes” (00:31:51) do que como empresa.

N: E alguma das empresas do piloto já tem fatura electronica em outros países? Já tem e por isso querem entrar no Uruguai também ou não?

E1: Não no piloto, mas sim querem entrar.

E2: Sim, há algumas empresas que... como já estava fechada a quantidade de empresas que ia participar do piloto, algumas empresas estão participando como testemunhas, ou seja, revisando também os formatos, nos dando ideias, mas não participando de forma ativa. Só que supostamente vão participar assim que se abra o acesso.

N: E tem uma reunião por mês? Qual é a periodicidade? Tem um cronograma de reuniões, como fazem?

E2: Sim, aí depende, mais ou menos uma vez ou duas por mês, nos reunimos. Há momentos em que...

E1: Agora são mais seguidas, não?

E2: ...são mais seguidas, não? Agora que estamos trabalhando os formatos, temos reuniões mais seguidas.

ANEXO H – TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE ENTREVISTAS ENTIDADE: CIAT

Arquivo WS400071.WMA

Tempo: 00:00 – 00:29:56

Entrevistado 1 (E1) (Raul Zambrando)

N (Newton)

N: Entrevista com Sr. Raul Zambrando, de CIAT. Quanto tempo está em CIAT e qual é a sua formação?

E1: Minha relação com o CIAT é bastante longa, durante um tempo importante trabalhando como consultor em projetos que CIAT fazia em diferentes países, e desde o ano 2006, como gerente de Assistência Técnica na sede do CIAT no Panamá, “parte La Planta” (00:00:31 a 00:00:32). De formação, sou Engenheiro de Sistemas.

N: E o que é o CIAT?

E1: CIAT é um órgão internacional que agrupa as administrações tributárias de 40 países, fundamentalmente os países americanos que incluem todos os países das Américas Continentais, com exceção de Belize, vários países do Caribe, cinco da União Europeia, dois africanos e a Índia.

N: E qual é a visão de CIAT sobre a faturação eletrônica na América Latina? Qual é o papel de CIAT nisso?

E1: Para o Centro, a região da América Latina é líder mundial no tema de faturação eletrônica. Fundamentalmente porque em nossa área, esses projetos foram impulsionados, dirigidos, geridos e regulados pela administração tributária. E ao ser a nossa atividade a busca de cooperação, de intercâmbio de experiências entre as administrações tributárias, é importante que viabilizemos esse intercâmbio e essa cooperação em matéria de faturação eletrônica.

N: E tipo de trabalhos o CIAT tem desenvolvido no tema de faturação eletrônica?

E1: Em primeiro lugar, a configuração de um grupo de trabalho, no qual participaram vários países membros em que se destacam aqueles países que já possuem uma implantação sólida. Esse grupo começou a trabalhar no ano de 2007, e manteve reuniões periódicas para ir desenvolvendo a questão, conseguindo inclusive consolidar um documento sobre os grandes temas da faturação eletrônica nos países membros do CIAT.

N: E quais são, na sua visão, os desafios para que se desenvolva a faturação eletrônica nos países da América Latina?

E1: O maior desafio é entender, desde o ponto de vista da administração tributária e dos contribuintes que o projeto de faturação eletrônica não é um projeto exclusivamente de interesse da administração tributária, senão de interesse do país. Que estendem muito além das questões exclusivamente fiscais e que, de alguma maneira, estabelece condições e ao mesmo tempo gera facilidades para as operações de comércio de bens, e nos países que isso corresponde, também de serviços.

N: Que pontos você percebeu que são de convergência, o que há de diferente e o que há de comum nos distintos modelos de faturação eletrônica?

E1: Há pontos técnicos e há pontos políticos. Talvez comecemos pelos técnicos que são mais concretos. O primeiro é que se estabelecem formatos que regulam o conteúdo da informação, e que têm duas características: em primeiro lugar, incorporaram todos os elementos que já as administrações já utilizavam para regular as autorizações de impressão de documentos em papel. Em segundo lugar é que, em geral, incorporado, através de processos de discussão com diferentes setores econômicos, outros elementos de informação que levaram a constituir o formato. Do ponto exclusivamente técnico, se baseiam em formatos XML para sua utilização. Do ponto de vista administrativo, em geral, a maioria das administrações está tendendo a não somente facilitar o modelo, mas também adquirir ou possuir o conteúdo das próprias faturas eletrônicas, pensando naturalmente que em algum momento se constituirão em um importante insumo para as tarefas de controle tributário.

N: Quais são as melhores práticas que CIAT percebeu e que tem como proposto aos países que observem quando têm os projetos de faturação eletrônica?

E1: São várias. Em primeiro lugar, a primeira prática importante é a necessidade de estabelecer um processo de discussão nacional, prévio à implantação, que incorpore setores de... diferentes setores da economia, diferentes atores. Em segundo lugar, pensamos que já desde o modelo de implantação, a experiência desenvolvida no Brasil, que permite uma autorização simultânea é muito razoável para os setores em que existem boas capacidades de infraestrutura, tanto de fornecimento elétrico como de comunicação. Mas que não exclui a possibilidade de conviver com processos de transmissão em lotes para outras regiões dos países que não tenham essa plataforma perfeitamente desenvolvida. Outra prática importante, boa prática importante, é a necessidade de contar com um processo de certificação dos contribuintes que permita assinar os documentos e que essa assinatura faça parte do documento eletrônico. Há experiências que fazem pensar que o curso dos documentos

eletrônicos podem se estender também com modelos relativamente similares aos das operações comércio-comércio entre os responsáveis pelo Imposto de Valor Agregado, para as operações dirigidas ao consumidor final; e há experiências que destacamos das quais podemos tomar elementos importantes, tanto no Chile e no México, e particularmente, ainda que não seja nacional, no estado de São Paulo, Brasil.

N: E com relação à questão da imposição da obrigatoriedade da faturação eletrônica? CIAT tem uma visão sobre isso, se é bom ou não? Ou acha que a massificação deve se dar pela via da voluntariedade, da adoção das empresas?

E1: Em nossa opinião, no começo da implantação deve ser voluntário para dar oportunidade aos contribuintes de adotar o mecanismo de construir suas plataformas (palavra não compreendida 00:07:44 a 00:07:45). Mas, devem ser feito um esquema de obrigatoriedade paulatina, que desde a sua concepção deveria incluir a grande maioria dos contribuintes, senão a todos.

N: E qual é a visão de CIAT com relação à regulação da relação entre as empresas? Entre o emissor e o vendedor, com relação à transmissão das faturas eletrônicas? Tem alguma... Qual é a visão de CIAT sobre isso? A administração tributária deveria regular, estabelecer os standards ou então deixar que o mercado sozinho estabeleça seus standards?

E1: Sem nenhuma dúvida, a administração tributária deve regular as obrigações sobre definição dos formatos, dos mecanismos, dos protocolos, e particularmente dos meios que devem ser utilizados, temos uma posição que deve ser considerada neste momento. Sempre mantemos que com a velocidade que as tecnologias mudam, ao estabelecer regulações que logo sejam difíceis de modificar, poderia colocar obstáculos nesse relacionamento. No entanto, pensamos que desde que a administração tributária possa, não somente regular, mas facilitar o intercâmbio, é possível que intervenha de uma maneira mais direta nesse processo para assegurar que as disparidades de tamanho entre os atores da economia não imponham a determinados contribuintes menores a aceitação de um sem-número de meios, um sem-número de formas de diferentes contribuintes grandes.

N: E com relação ao intercâmbio de informações entre os países que possuem fatura eletrônica? O que CIAT está fazendo nesse sentido? Há algum projeto?

E1: Efetivamente, no ano 2010 se iniciou um trabalho para construir e desenhar um mecanismo que permita que nas operações de comércio internacional, e com isso nos referimos não somente à importação e à exportação de bens, mas também de serviços, que são de grande interesse para as áreas de tributos internos de nossas administrações; que se possam aproveitar os benefícios da fatura eletrônica e que não tenha que recorrer exclusivamente a

representação impressa, como se tratasse de uma fatura tradicional. Nesse sentido estamos desenvolvendo um modelo no qual se permitirá um intercâmbio dos documentos eletrônicos. Este modelo que, pelo menos, na sua concepção é bastante simples, não pretende estabelecer um formato único internacional para todos os países que se incluam no modelo, mas que conviva com o formato de cada um dos países e em troca, estabelecer um conjunto mínimo comum de informação que permita extrair os elementos mais importantes do documento. E ao mesmo tempo obtê-los, para os casos que sejam importantes, os documentos completos. Isso estaria baseado em mecanismos de confiança recíproca entre as administrações tributárias, uma vez que certifiquem que esse documento é válido, lhe dá toda a credibilidade à outra administração que é assim.

N: Temos muitos casos de sucesso de implantação da fatura electrónica. Mas existe algum caso que CIAT tenha acompanhado, de um país que tenha tido dificuldade no processo de implantação do projeto de faturação eletrônica? E quais foram, na sua visão, os possíveis motivos para isto, do projeto não ir tão bem?

E1: Um pouco complicado fazer referência aos casos que não foram bem-sucedidos, não? Existe um par deles. Vou me referir brevemente a um dos casos. Há o caso de um país membro que desenvolveram seu modelo seguindo o mecanismo de automatizar, de tornar eletrônico, um esquema de autorização de documentos impressos, no qual o próprio contribuinte gerava seus documentos ao invés de ir a uma gráfica autorizada. Então, modelaram como mecanismo de faturação eletrônica, tratar de estabelecer os mesmos processos e os mesmos procedimentos com esses contribuintes. Esse mecanismo, além do mais, não contava com um processo de certificação digital baseado numa chave pública privada obtida de uma infraestrutura de “PKI” (00:13:30) nacional e não foi bem sucedida. Não foi tampouco aceito massivamente pelos contribuintes, um número muito reduzido de contribuintes se incluíram neste sistema, ainda que aqueles que se incluíram estão trabalhando sem dificuldades sob esse modelo. É interessante que nessa administração, análises da implantação a levou, em muito curto prazo, a rever o modelo que desenharam e agora estão aproveitando a experiência de outros países para modificá-lo e torná-lo mais similar aos modelos exitosos disponíveis. Esse é o caso do Equador. Há outros casos que tiveram uma implantação um pouco distinta, como em que o papel da administração tributária foi regular exclusivamente um marco de referência para as faturas eletrônicas e deixar que o mercado funcione com esse mecanismo. Os resultados não foram os esperados e as ações da administração tributária neste sentido são um pouco diferentes dos que tiveram sucesso.

N: E o que o CIAT pensa sobre o papel dos organismos internacionais como Banco Mundial ou “BIT” (00:15:09 a 00:15:10), no financiamento de projetos de faturação eletrônica na América Latina? Há alguma iniciativa importante, alguma iniciativa de CIAT em desenvolver isso?

E1: Em diferentes reuniões internacionais nas quais nos encontramos com representantes dos organismos internacionais de financiamento, se manifestou o interesse, mas não encontramos tampouco uma política, por parte dos organismos, para tentar financiar esses processos de maneira massiva. Os países que empreenderam esse processo de maneira bem sucedida estão fazendo uso de recursos próprios. Pensamos que, paulatinamente, os organismos internacionais disponibilizarão linhas de crédito, particularmente para os países menores.

N: Ok. Nos modelos de faturação eletrônica nos diferentes países, se percebe que, na maioria dos países, a autorização e o armazenamento das faturas eletrônicas é feito na administração tributária. Outros começam a fazer isso através de empresas privadas. Há a questão do sigilo fiscal, que é uma questão cultural importante. O que o CIAT acha disso? Tem alguma restrição com isso? Ou bem acha que para alguns países seria a solução a terceirização do processo de armazenamento e autorização das faturas eletrônicas?

E1: Desde um cenário exclusivamente conceitual, é uma solução que não nos agrada muito. Pensar que estamos obrigando os contribuintes a confiar em um terceiro para entregar informações que sejam de caráter tributário pareceria, à primeira vista, um excesso. No entanto, não há como deixar de encarar a realidade. Sabemos que a implantação adequada, na qual todo o conteúdo das faturas eletrônicas tem que receber vai ser autorizado em linha pela administração tributária, faz que seja muito difícil para países com economias pequenas financiar e construir, por meios próprios, essa plataforma. Então, acho que não se pode demonizar essa situação para economias menores. Inclusive, é possível que em lugares que haja uma cooperação regional forte, como poderia ser a América Central, ou várias ilhas do Caribe que compartilham sistemas tributários muito parecidos, possa aproveitar esse tipo de implementação para alcançar economias de escala e baratear a infraestrutura inicial. Por outro lado, não devemos esquecer que os contribuintes, ainda naqueles países em que não se estabelece a participação de um terceiro, às vezes usam voluntariamente um terceiro. E voluntariamente lhe entrega informação para estruturar serviços como somente hosting, ou armazenamento de informação, e inclusive para assinar faturas eletrônicas, como se fossem os serviços. E mais: já há administração tributária tem seu centro de dados, seu próprio centro de dados suportado dentro de “bovedas” (00:19:15) de empresas privadas. Quer dizer, do ponto de vista dessa segurança, não há porque demonizar, me parece que essa é a solução,

não? Seguramente se requererá contratos muito precisos, com suas respectivas cláusulas ou sanções, que estendam responsabilidades aos funcionários e operários desses sistemas dentro das empresas privadas, mas é uma alternativa viável, sobretudo para países pequenos.

N: E a possibilidade de que grupos de países, por exemplo, América Central, tivessem uma solução única de faturação eletrônica, que fosse boa para todos os países? O CIAT pensa que isso é possível? Há espaço para soluções de cooperação entre os países para desenvolver uma solução única de faturação eletrônica?

E1: Acho que sim. Particularmente, nos cenários da cooperação regional, em que existem já algumas experiências bem sucedidas. Por exemplo, na América Central, os países da América Central já possuem um código aduaneiro comum, já têm um documento de intercâmbio comercial comum, válido entre eles, que se chama FAUCA. Já conseguiram esses acordos. Então, pode ser que se estenda essa possibilidade, essa definição, essa experiência de sucesso em direção à faturação eletrônica, ainda mais quando fazem parte de uma zona que se espera que seja de livre comércio em um futuro próximo. E também há a experiência no Caribe, muitas ilhas do Caribe, ao leste, inclusive compartilham a mesma moeda. Assim que pensamos que sim, há espaço, há possibilidade de que se consigam essas economias de escala. Obviamente, passa por uma definição política, que vai ser o mais difícil de conseguir. No entanto, tecnicamente, é perfeitamente possível.

N: E CIAT acha que, como antecedente à fatura electrónica, a assinatura digital é um pré-requisito e há alguma iniciativa de CIAT para desenvolver as leis de assinatura digital nos países?

E1: Pessoalmente acho que não é indispensável, mas ajuda muitíssimo ter uma plataforma nacional de assinaturas eletrônicas e assinaturas digitais, achamos que é sumamente importante. A Secretaria Executiva não se encontra neste momento trabalhando em promover uma legislação que regule esse processo nos diferentes países. No entanto, sim, continuamos nos países em que isso está presente ou não, e que esforços estão fazendo para que torne isso realidade. Talvez o problema maior não esteja na legislação, e sim em instrumentá-la. Muitos países já possuem a lei, mas ainda não instrumentam a infraestrutura tanto da autoridade nacional como dos que emitirão os certificados individuais. E pensamos que parte dessa deficiência é a falta de demanda. Ou seja, não existe uma demanda nacional, ainda não está a normativa publicada, os países não encontram uma razão para materializá-la. E seguramente a adoção de um processo de fatura electrónica que requeira as assinaturas eletrônicas motivará que isso se consolide em cada um dos países. E habilitará outros documentos eletrônicos,

incluindo as próprias declarações de imposto, possam ser também assinadas de maneira eletrônica.

N: CIAT acha que é importante promover um padrão, um standard internacional para as faturas electronicas? Ou bem essa é uma questão que cada país deve fazer seu próprio standard? Tem uma promoção por parte do CIAT de algum padrão internacional?

E1: Desejável, poderíamos considerar que é desejável. Mas me parece que não é o tempo. É algo que se adote por um organismo supranacional que não é o CIAT. O CIAT estabelece recomendações, mas que não são de cumprimento obrigatório aos membros e enquanto não existe isso a discussão sozinha para adotar standards poderia ser muito dilatada. Então, pensamos que conquanto exista um standard em um país, que seja público, que seja mantido pela administração tributária, é o suficiente para trabalhar.

N: Qual é a visão de futuro da faturação eletrônica na visão do CIAT?

E1: Nós pensamos que a fatura electronica é um começo de uma transição rumo aos documentos eletrônicos, aos livros eletrônicos e à forma eletrônica de reportar a informação. Imaginamos que em um lapso de alguns poucos anos, inclusive a forma de disponibilizar a contabilidade de parte dos contribuintes à administração tributária vai ser também eletrônica e seguramente passe por uma taxonomia nacional de XBRL. É dizer, pensamos que o uso de documentos eletrônicos, livros eletrônicos, é um caminho sem volta para as nossas administrações.

N: Acha que no futuro a natureza do IVA vai ser de um imposto não mais declaratório, mas sim imposto que vai ser apurado pela própria administração tributária e apenas com os ajustes sendo feitos pelo contribuinte?

E1: É uma pergunta difícil de responder, há muitas tendências. Pensamos que há administrações que estão fazendo proposta de declarações aos contribuintes, inclusive algumas delas em nossos países, sobre a base de informação obtida por terceiros. Não conheço, todavia uma proposta de declaração do Imposto de Valor Agregado. Com a faturação eletrônica, e quando ela se massifique, se (palavra não compreendida 00:26:15), isso seria possível. Mas, essas propostas de declarações ainda não deram um passo para transformar-se em uma “liquidación” (00:26:29 a 00:26:30), senão que é uma proposta que o contribuinte possa corrigir. E é, no caso do valor agregado, o mesmo caminho que eu vejo: as administrações poderão dar um passo para propor a declaração ao contribuinte, e o contribuinte poderá fazer ajustes quando considere necessário, pelo menos por um tempo. Eu acho que a “liquidación” do imposto por parte da administração, sem nenhuma declaração do contribuinte, está ainda muito longe de se tornar realidade.

N: O que se pensa na faturação eletrônica para a Europa? Se... A experiência do Brasil que, por exemplo, tem como 27 estados, muito parecidos com o que seriam países, seria uma experiência que poderia ser feita também na Europa, na União Europeia?

E1: Claro que sim. Acredito que a experiência brasileira deveria ser vista bem de perto pela Europa. A União Europeia estabeleceu, parece que no ano de 2006, uma regulação para facilitar o processo de faturas eletrônicas, e há experiências desde o objetivo de que aparentemente qualquer um pode identificar, a partir dessas regulações, que foi alcançado. Mas não são fundamentalmente tributárias, os controles, ou as facilidades de controle que se encontram no intercâmbio entre os estados brasileiros são muito maiores do que os que se podem encontrar na Europa. Aí, me parece que é uma oportunidade de aprender que seria muito interessante para eles.

N: O que mais você gostaria de dizer sobre fatura eletrônica? Alguma coisa que pensa que é importante considerar no tema?

E1: Sim. Penso que o uso da fatura eletrônica e da informação que ficará disponível para o estado, sobrepassa o âmbito da administração tributária. Há informação com fins estatísticos, para estudos sociais, de estudos econômicos, inclusive para comportamento de consumo que poderiam ser bem utilizados por parte dos estados para outras coisas, não? Determinar crescimento, tendências de consumo, hábitos, estudos sobre a inflação, durabilidade... permanência dos inventários de diferentes setores econômicos, que tem um espaço para ser aproveitado por outros elementos dos estados. E aí, o objetivo maior está em fazê-lo sem prejudicar os direitos dos indivíduos. Este é um campo de estudo e um bonito espaço em que todos, de alguma maneira, estamos envolvidos neste tema, para que possamos trazer ideias.